

SEI

92

Série Estudos e Pesquisas



PANORAMA CULTURAL DA BAHIA CONTEMPORÂNEA

SALVADOR
2012

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento
Zezéu Ribeiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Informações Geoambientais
Antonio José Cunha Carvalho de Freitas

Ficha Técnica

Coordenação Editorial

Antonio Cunha
Carlota Gottschall

Coordenação de Cartografia e Geoprocessamento

Elaboração de Cartogramas
Lucas Bispo Oliveira

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa
Raimundo Pereira Santos

Coordenação de Disseminação de Informações

Ana Paula Porto

Editoria-Geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Laura Dantas

Editoria de Arte

Daniel Soto Araújo

Projeto Gráfico

Elisabete Barretto
Julio Vilela

Editoração

Agapê Design

Produção

Erika Rodrigues da Encarnação

Panorama cultural da Bahia./ Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; Secretaria da Cultura. – Salvador: SEI, 2012.

335 p. il. (Série estudos e pesquisas, 92).

ISBN 978-85-8121-006-3

I. Cultura. 2. História. 3. Recôncavo- Bahia. I. Título. II. Série.

CDU – 351.71(813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 435, 2º andar – CAB – CEP 41750-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3315-4822 / 3115-4707 – Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br – sei@ba.gov.br



CARTOGRAMAS
PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO – BAHIA, 2011

Regiões Socioculturais

Recôncavo Afrobarroco e suas principais cidades

Recôncavo Sul e suas principais cidades

Sertão de Canudos e suas principais cidades

Sertão do Couro e suas principais cidades

Sertão do São Francisco e suas principais cidades

Chapada Diamantina e suas principais cidades

Serra Geral/Sudoeste e suas principais cidades

Litoral Sul/Médio Rio de Contas e suas principais cidades

Extremo Sul e suas principais cidades

Oeste/Velho Chico e suas principais cidades

■ SUMÁRIO

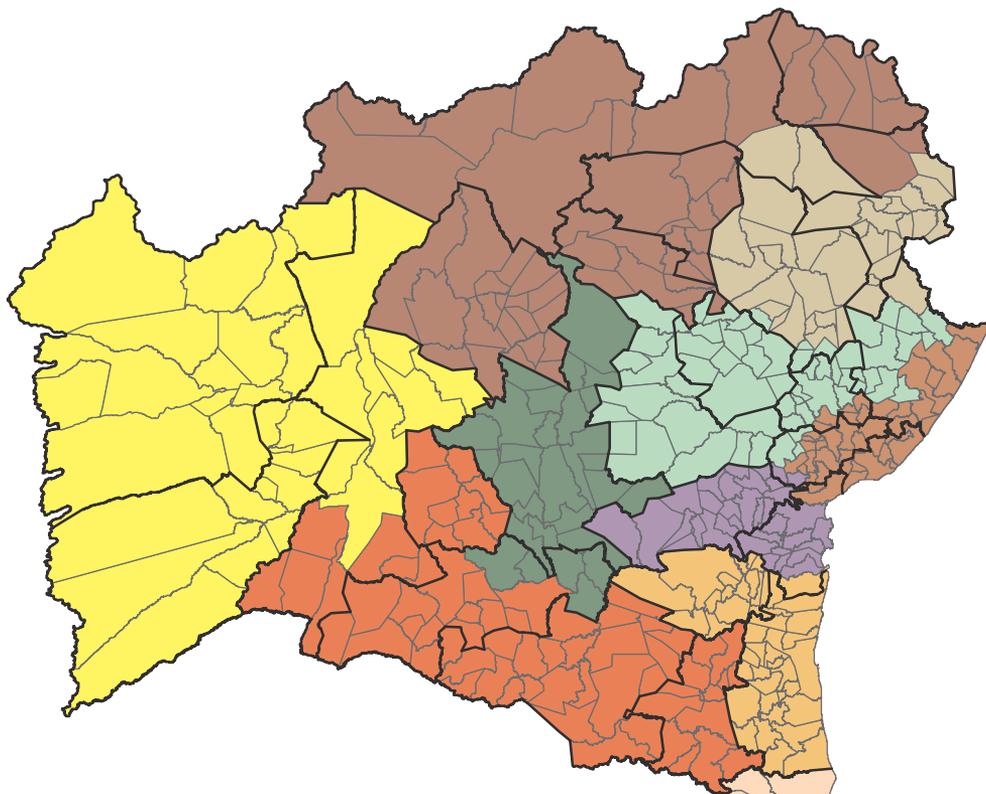
13	APRESENTAÇÃO <i>Zezéu Ribeiro</i>
15	APRESENTAÇÃO <i>Antonio Albino Canelas Rubim</i>
17	PARTE I GRANDE RECÔNCAVO
19	RECÔNCAVO AFROBARROCO
21	A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA <i>Gustavo Falcón</i>
21	DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA
25	O CONTEXTO CULTURAL
34	OS IMPACTOS EM CURSO
38	Centro colonial, espaço metropolitano
39	REFERÊNCIAS
41	RECÔNCAVO SUL
43	A DINÂMICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO, DO VALE DO JEQUIRIÇÁ E DO BAIXO SUL <i>Caio Figueiredo Fernandes Adan</i>
43	APRESENTAÇÃO
47	A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO
50	O RECÔNCAVO HISTÓRICO E SUA DINÂMICA
53	FERROVIAS E RODOVIAS: NOVOS CAMINHOS PARA O TERRITÓRIO
57	OS CAMINHOS CONTEMPORÂNEOS DO TERRITÓRIO
62	QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E A QUESTÃO DA TERRA
64	ECOTURISMO E TURISMO CULTURAL
70	A CULTURA DA PESCA E DA NAVEGAÇÃO: PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE.
72	O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO
73	CONSIDERAÇÕES FINAIS
74	REFERÊNCIAS
81	PARTE II GRANDE SERTÃO
83	SERTÃO DE CANUDOS
85	SOBRE OS SERTÕES DE CANUDOS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIOSIDADE <i>Roberto Nunes Dantas</i>
85	UM POUCO DE HISTÓRIA
93	OUTRAS CONSIDERAÇÕES: ESPAÇO GEOGRÁFICO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO
99	CULTURA E RELIGIOSIDADE: IDENTIDADES E ECOS DE UMA RESISTÊNCIA
106	INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

109	SERTÃO DO COURO
111	SERTÃO EM MÚLTIPLOS SERTÕES <i>Lina Maria Brandão de Aras</i>
111	APRESENTAÇÃO
121	CRER, VIVER E LER A VIDA NO SERTÃO
124	O QUE TEMOS NA MESA?
128	O QUE VER E ONDE IR: PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE
132	UMA REGIONALIDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS POLOS REGIONAIS
135	CONSIDERAÇÕES FINAIS
136	REFERÊNCIAS
141	SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
143	ONTEM E HOJE – PASSADO E PRESENTE DIALOGANDO COM AS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO (JUAZEIRO, IRECÊ E PAULO AFONSO) <i>Ricardo Moreno</i> <i>Vanessa Magalhães da Silva</i>
143	OS SINAIOS DOS PRIMEIROS HOMENS E OS DESBRAVADORES DO SERTÃO SÃOFRANCISCANO
145	AS ÁGUAS E A NATUREZA SÃOFRANCISCANA: HISTÓRIAS, BELEZAS E AVENTURAS
149	IRECÊ – PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO
153	FESTEJAR E REZAR
158	DO CHÃO E DAS ÁGUAS: O QUE OS HOMENS PRODUZEM, TRANSFORMAM E VENDEM
161	DIALOGANDO COM OS HOMENS E COM O VELHO CHICO: CATALIZADORES DAS CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES LOCAIS
162	REFERÊNCIAS
163	PARTE III CHAPADA DIAMANTINA
165	CHAPADA DIAMANTINA
167	MODOS DE PENSAR, SENTIR E AGIR: EXPRESSÕES CULTURAIS DA CHAPADA DIAMANTINA <i>Erivaldo Fagundes Neves</i>
167	ARGUMENTOS INICIAIS
169	REFERENCIAIS HISTÓRICOS, POLÍTICO-ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS
175	MARCOS CULTURAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL
179	PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, ARQUEOLÓGICO, PALEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO
184	MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, ARTESANAIS, LITERÁRIAS E CÊNICAS
185	ARGUMENTOS FINAIS
186	REFERÊNCIAS
191	PARTE IV SERRA GERAL/SUDOESTE
193	SERRA GERAL/SUDOESTE
195	EXTERIORIDADES CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E DO SERTÃO DA RESSACA <i>Erivaldo Fagundes Neves</i> <i>Caio Figueiredo Fernandes Adan</i>
195	INTRODUÇÃO

198	FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E SERTÃO DA RESSACA
200	Formação municipal
202	Acentuada urbanização regional
206	MARCOS CULTURAIS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL
206	A pecuária e sua significação cultural
209	Cultura, memória e identidade indígena e afrodescendente
213	Patrimônio cultural material e imaterial
219	A dinâmica das feiras livres
220	Interiorização do ensino superior e tecnológico
227	CONSIDERAÇÕES FINAIS
228	REFERÊNCIAS
235	PARTE V
	LITORAL SUL/MÉDIO RIO DE CONTAS
237	LITORAL SUL/MÉDIO RIO DE CONTAS
239	REGIÃO CACAUEIRA E MÉDIO RIO DE CONTAS
	<i>Milton Moura</i>
239	INTRODUÇÃO
241	HISTÓRIA, AMBIENTE E REPRESENTAÇÕES
245	IMAGENS, TURISMO E URBANIZAÇÃO
254	UMA COMPOSIÇÃO ÉTNICA TENSA E COMPLEXA
258	NOVAS E TRADICIONAIS LINGUAGENS NO ÂMBITO DA CULTURA REGIONAL
267	REFLEXÃO FINAL
269	REFERÊNCIAS
271	PARTE VI
	EXTREMO SUL
273	EXTREMO SUL
275	CULTURAS E IDENTIDADES: O EXTREMO SUL DA BAHIA, UMA REGIÃO EM CONSTRUÇÃO
	<i>Maria Hilda Baqueiro Paraiso</i>
	<i>Cristina Nunes</i>
275	A FORMAÇÃO DA REGIÃO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX
280	A VIRADA DO SÉCULO XX E A ABERTURA DA REGIÃO
287	DESIGUALDADES E VIVÊNCIAS DISTINTAS
289	PATRIMÔNIO NATURAL
289	Unidades de conservação ambiental e o ecoturismo
291	PATRIMÔNIO HISTÓRICO
293	PANORAMA CULTURAL
297	O MOSAICO CULTURAL
298	FOCOS DE PERSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA
298	Áreas de preservação e lutas indígenas
299	Áreas de resistência e revitalização dos quilombolas
300	REFLEXOS DOS ANSEIOS: PONTOS DE CULTURA
302	REFERÊNCIAS

307	PARTE VII
	OESTE/VELHO CHICO
309	OESTE/VELHO CHICO
311	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO OESTE BAIANO: O SERTÃO É UM MUNDO
	<i>Gustavo Falcón</i>
311	INTRODUÇÃO
312	Presença indígena
315	A CONQUISTA DO MUNDO
315	Desbravamento do Vale e expansão pecuária
323	São João do Porto das Barreiras
325	Na era do látex
327	Luz e progresso
330	O NOVO MUNDO DO CERRADO
334	REFERÊNCIAS

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO BAHIA - 2011



REGIÕES SOCIOCULTURAIS

GRANDE RECÔNCAVO	CHAPADA DIAMANTINA
 Recôncavo Sul	 Chapada Diamantina
 Recôncavo Afrobarroco	OESTE / VELHO CHICO
GRANDE SERTÃO	 Oeste / Velho Chico
 Sertão de Canudos	SERRA GERAL / SUDOESTE
 Sertão do Couro	 Serra Geral/ Sudoeste
 Sertão do São Francisco	EXTREMO SUL
LITORAL SUL / MÉDIO RIO DE CONTAS	 Extremo Sul
 Litoral Sul / Médio Rio de Contas	 Limite Território de Identidade
 Limite Municipal	



Fonte: Seplan/Secult, 2011.

Elaboração: SEI/Digeo/Cartgeo.

APRESENTAÇÃO

*Zezéu Ribeiro**

O estado da Bahia é, indubitavelmente, um dos mais plurais da nossa Federação. Sob os múltiplos aspectos de análise de um território, a Bahia apresenta um mosaico de variedades sociais, culturais, econômicas e ambientais. Temos um estado com o maior número de biomas e um rico e variado processo de formação de sua população, oriunda da miscigenação dos povos tradicionais do Brasil pré-colonial com os escravos das nações africanas e imigrantes advindos de diversos países do mundo em momentos diferentes da nossa história (portugueses, espanhóis, italianos, japoneses, entre outros).

Na base física heterogênea sobre a qual atuaram estes grupos humanos variados, com habilidades individuais e coletivas distintas, cristalizaram, ao longo do tempo, diferentes formas e padrões de uso e ocupação, estabelecendo diferenças (que representam grande potencialidade) e desigualdades (que representam obstáculo para o desenvolvimento).

Estas desigualdades foram agravadas por políticas públicas formuladas com forte perfil etnocêntrico, de forma que, historicamente, o próprio conceito territorial de “Bahia” não ultrapassava os limites do Recôncavo. O resultado disso foi a conformação de um estado com forte concentração econômica e social na Região Metropolitana de Salvador e algumas “ilhas de prosperidade” no Litoral Sul, oeste baiano e norte do estado.

Por isso, o reconhecimento dos territórios de identidade pelo governo estadual, em 2007, e sua adoção como unidades de planejamento e regionalização oficial do estado são de fundamental importância para a redução das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento do estado como um todo. Vale ressaltar que este reconhecimento não se limitou aos aspectos geográficos e de planejamento, mas implicou a elaboração de uma série de instrumentos que visam aproximar a sociedade civil do processo decisório da condução das políticas públicas, a exemplo do Plano Plurianual Participativo (PPA-P), do Conselho de Acompanhamento do PPA (Cappa), do Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter) e dos Diálogos Territoriais. Ou seja, construiu-se uma política de ordenamento e desenvolvimento territorial que, além de reorientar as políticas públicas para as especificidades de cada região da Bahia, objetivou aprimorar a nossa democracia representativa a um modelo mais participativo.

Neste sentido, reconhecemos o papel da Secretaria da Cultura (Secult) na valorização dessa política. A Secult foi a primeira Secretaria de Estado a adotar prontamente a política territorial: acatando a sua regionalização; construindo e partilhando os seus instrumentos, a exemplo das conferências territoriais de cultura; contratando articuladores territoriais para desenvolver

* Secretário do Planejamento do Estado da Bahia (Deputado Federal Licenciado).

o apoio cultural em cada um dos territórios; além de democratizar e descentralizar as ações e recursos da Secretaria.

Este *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* é a expressão da parceria entre Secretaria de Planejamento (Seplan) e Secult na compreensão da importância dos territórios de identidade para a promoção do desenvolvimento. Trata-se de um estudo que tem sua origem na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia (PDS), composto pelos Planos Mestres Macrorregionais e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE).

O ZEE é um passivo que o governo estadual possui há mais de 20 anos (exigência da Constituição estadual de 1989). Este vazio legal responde por boa parte dos conflitos ecológicos, assim como a lentidão e a insegurança nos processos de licenciamento ambiental. Desde 2010, a Seplan e a Secretaria do Meio Ambiente (Sema) coordenam a elaboração deste instrumento, que vai reunir um conjunto de informações (econômicas, sociais, culturais, ambientais e institucionais) de nosso estado nunca antes realizado. A elaboração dos Planos Mestres Macrorregionais, concomitante ao ZEE, é uma inovação da Bahia que otimiza os esforços para a elaboração destes dois instrumentos, possibilitando um salto de qualidade que resultará na proposição de diretrizes e ações estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado, suas grandes regiões e territórios de identidade.

Ao iniciar os estudos das regiões socioculturais da Bahia para compor o PDS, a qualidade dos trabalhos nos motivou a promover esta publicação, que se antecipa ao próprio PDS, que deverá ser finalizado em meados de 2012. Sabemos que o *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* será de grande valia para o reconhecimento das diversidades culturais de nosso estado, o que é imprescindível para a superação das desigualdades regionais e a promoção do desenvolvimento sustentável.

APRESENTAÇÃO

Antonio Albino Canelas Rubim*

A publicação *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* resulta de uma iniciativa pioneira de cooperação e trabalho colaborativo entre a Secretaria do Planejamento (Seplan) e a Secretaria de Cultura (Secult).

Na gestão 2007-2010 do governador Jaques Wagner, a Seplan redefiniu todo o planejamento do estado a partir da noção de “territórios de identidade”. Tal concepção ressalta, de modo articulado e contundente: o território como momento inerente da estratégia de desenvolvimento; a busca de um desenvolvimento territorialmente equilibrado e a inovadora consideração da identidade como dimensão intrínseca na conformação do território e do desenvolvimento.

A Secult, desde logo, aceitou esta inovação e se tornou a secretaria estadual que mais radicalmente realizou a experiência de territorialização, pois a noção de “territórios de identidade” possibilita adensar a conexão entre cultura e desenvolvimento. Nesta perspectiva, a assimilação da noção significou: incorporar o território como um agente relevante do desenvolvimento e da cultura e reforçar, algo que o campo cultural muitas vezes tem afirmado, a identidade (ou o sentimento de pertencimento) como dimensão imanente na constituição do território e na dinamização do processo de desenvolvimento.

Nada mais natural que esta convergência de visões e de interesses permitisse o surgimento de projetos compartilhados entre a Secult e a Seplan. A elaboração e a publicação do *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea* são apenas passos iniciais de um, por certo, longo e profícuo processo de atuação colaborativa entre as duas secretarias e suas equipes.

Tais pressupostos nortearam o *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea*. O estudo, que em sua concepção nasce do modelo vigente de divisão do estado em territórios de identidade, propõe uma classificação dos municípios privilegiando as “regiões socioculturais” mais expressivas que caracterizam a Bahia e sua complexa diversidade cultural. Ela, na contemporaneidade, é considerada um dos maiores indicadores de riqueza que uma nação pode possuir.

O agrupamento que guiou a elaboração e o ordenamento dos artigos está expresso na seguinte classificação: Grande Recôncavo (Recôncavo Afrobarroco e Recôncavo Sul); Grande Sertão (Sertão de Canudos; Sertão do Couro e Sertão do São Francisco); Chapada Diamantina; Serra Geral/Sudoeste; Oeste; Litoral Sul e Extremo Sul.

Ainda que o estudo tivesse a pretensão de abarcar o máximo de municípios, a perspectiva de um voo panorâmico sobre as regiões socioculturais, princípio que norteou este

* Secretário de Cultura da Bahia.

estudo, levou os autores a enfatizarem aqueles que tiveram ou têm maior influência na conformação territorial, segundo diferentes visões histórico-sociais, econômicas e culturais propostas para análise.

Por fim, cabe registrar agradecimentos aos corpos técnicos da Secult, representados por Ângela Andrade e Carlota de Sousa Gottschall, e da Seplan, por Benito Juncal e Antonio Cunha, pelo esforço de concepção, acompanhamento e finalização do presente trabalho. Também a Thiago Xavier (Seplan), e à Coordenação Editorial da SEI, pela garantia dos meios necessários para a finalização desta publicação.

PARTE I

GRANDE RECÔNCAVO

92

Série Estudos e Pesquisas

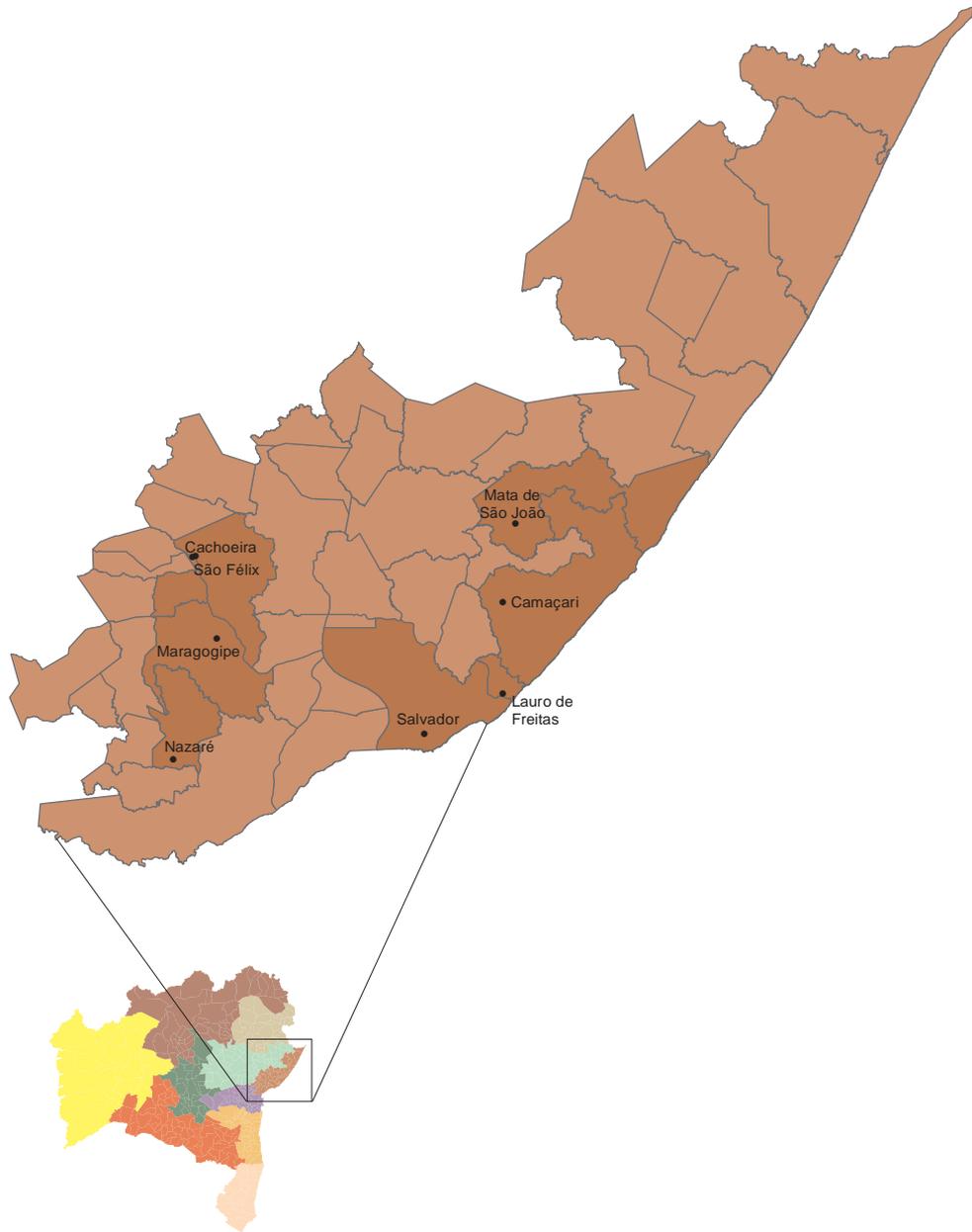
SEP





RECÔNCAVO AFROBARROCO

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
RECÔNCAVO AFROBARROCO
Divisão Municipal e Principais Cidades



A FACE HEGEMÔNICA DA BAHIA

*Gustavo Falcón**

DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA

O Recôncavo Baiano se impõe de forma ofuscante sobre as demais regiões do estado, seja qual for a forma com a qual nos aproximemos desse espaço. Seja qual for o prisma pelo qual o tema seja abordado. E isso é mais que compreensível. Fatores históricos, econômicos, sociológicos, políticos, administrativos e culturais contribuem para realçar a fisionomia do conjunto humano que se espalha nessa área litorânea, sublinhando a sua importância no contexto da formação baiana e sua influência no plano nacional.

Autores de variada procedência reconhecem o peso e a significação socioantropológica regional e a face hegemônica do Recôncavo da Bahia no quadro do processo histórico estadual. De forma difusa, quando os brasileiros em geral – inclusive os baianos – empregam o topônimo “Bahia” ou, mais propriamente, a expressão “cultura baiana”, estão referindo-se a uma realidade perfeitamente delimitável, específica. Tratam de um espaço cultural que se estende em torno do golfo que lhe serve de baía e ancoradouro e suas áreas adjacentes. Uma região que apresenta um alto grau de homogeneidade ecológica, genética e cultural, em decorrência da sua formação histórico-antropológica (RISÉRIO; FALCÓN, 2002).

Por isso, o mais apropriado é falar do Recôncavo e da sua Baía de Todos os Santos, uma vez que o espaço territorial não pode ser dissociado da imensa lâmina de água que a ele está integrada socioambientalmente. Trata-se, na verdade, de um sistema geo-histórico secular cujo dinamismo dos primeiros momentos foi assegurado pela convergência de vários fatores, como a plantio açucareiro, a escravidão africana e um eficiente sistema de embarcações a vela. E depois o fumo e novas experiências econômicas e tecnológicas que esquadriharam seu solo e subsolo ao longo de um extenso período da nossa história. Engenho, navegação e escravidão constituíram a base técnica e econômica que permitiu a espacialização duradoura de um conjunto de relações socioculturais que conformaram a própria identidade da Bahia como capital colonial e província imperial (ARAÚJO, 2000).

Não bastasse a densidade histórico-antropológica decorrente do passado secular, fomentando a concentração demográfica, econômica, política e administrativa no espaço do Recôncavo, os mais importantes ciclos posteriores – à exceção da exploração do cacau no sul da Bahia – tiveram a região como berço de suas atividades. Caso, por exemplo, da prospecção e do beneficiamento do petróleo, tema devidamente tratado por um clássico da sociologia brasileira, L. A. Costa Pinto, em trabalho escrito durante o

* Doutor em História Social, mestre e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. gustavofalcom@bol.com.br

transcorrer do primeiro experimento realmente industrial da Bahia no século XX. Sob a ótica da continuidade e da mudança, o Recôncavo de Costa Pinto é visto como um anfiteatro no qual o passado do Brasil e o futuro da Bahia se encontram na rica experiência da indústria do petróleo. Sob um dos céus mais azuis do mundo, poetiza o sociólogo, a Baía de Todos os Santos abre a grande boca e alarga o fundo colossal, em cujo costeiro recortado, que tem um circuito de aproximadamente 200 quilômetros, abrem-se outras enseadas, esteiros, angras, sacos e lagamares. Sua extensão em linha reta é de 70 quilômetros, que se adentram da Barra Falsa à Vila de São Francisco, e outros tantos distam, na direção Este-Oeste, de Periperi à foz do Rio Paraguaçu, que nela desemboca. A abertura imensa, medida do Farol de Santo Antônio da Barra à Ponta do Garcez, tem a bagatela de 18 milhas marítimas e, dentro do golfo, encontram-se 35 ilhas. É nesse anfiteatro que o autor localiza as cidades barrocas que os portugueses implantaram na América, fundamentalmente comerciais e que dão sustentação a sua economia, a um modelo de sociedade e certo estilo de vida (COSTA PINTO, 1958).

Após quatro séculos de vida rural, a região assiste à chegada das torres de petróleo, e o gás queimando nas noites de Candeias, Catu, Pojuca e adjacências, ilumina a noite do Brasil com o sonho da autonomia energética do Brasil. Preocupado com as implicações sociais trazidas por esse surto de desenvolvimento, Costa Pinto analisa os contrastes regionais e hierarquiza as atividades econômicas e as características culturais da “área social”, enquadrando os 23 municípios que compunham esse espaço, na época, num modelo tipológico que inclui sub-tipos, áreas de transição e regiões de fronteira. A saber:

1. **Zona da pesca e do saveiro** – na orla marítima e nas ilhas;
2. **Zona do açúcar** – nas terras do massapé;
3. **Zona do fumo** – mais recuada do litoral;
4. **Zona da agricultura de subsistência** – área descontínua, conjunto de manchas, roças de mandioca, milho, feijão etc, que se espalham pela região, com destaque em direção ao sul e sudeste;
5. **Zona do petróleo** – na época, crescente, definindo seus limites ecológicos pela invasão de outras zonas, mas centrada nas terras do massapé açucareiro, nas ilhas e na orla;
6. **Zona urbana de Salvador** – de características metropolitanas, ou quase, cuja existência, crescimento e função – como centro de consumo, comércio, redistribuição, serviços, de influência política, controle administrativo, vida intelectual, contatos com o mundo – representa um dos principais fatores, simultaneamente, de unidade e diversidade do conjunto (COSTA PINTO, 1958).

Afora o saque da função metropolitana da cidade, cujo desfecho o autor prevê, o texto é exemplar na compreensão da unidade regional e da diversidade local, quando sublinha os elementos de semelhança e os traços distintivos no interior do sistema. E, sobre esse tema, é valioso o raciocínio de Costa Pinto pelo que apresenta de originalidade. Embora não enverede pela questão artística ou cultural, propriamente dita, ele sugere pistas importantes para a

percepção das variâncias e subvariâncias, identidade e diferenciação, questões vitais para a compreensão da pluralidade e do sincretismo que, adiante, serão referidas neste ensaio.

Para fechar o contributo do sociólogo baiano, vale a pena acompanhar de perto sua visão panorâmica a respeito da importância de Salvador e da Baía de Todos os Santos para a unidade regional.

De fato, quer no plano estritamente geográfico, quer no mais largo sentido ecológico, o golfo tem sido o ponto focal de convergência da vida dos núcleos humanos que em torno dele, se desenvolveram; de outro lado, Cidade do Salvador, mercado consumidor, centro-político administrativo, porto e porta de passagem dos contatos e relações com o mundo, é ponto dominante na região que margeia a baía e representa, no plano econômico, social e político, *o núcleo de onde partem influências aglutinadoras sobre todo o Recôncavo*, que tende cada vez mais a se transformar numa grande região metropolitana cercando a sua capital, com a qual mantém laços crescentes de comércio material, social e psicológico. O maior ou melhor grau de “eficiência” com que a capital tem desempenhado esse papel tem sido objeto de análises e discussões; ninguém pode negar, entretanto, que ela desempenha e historicamente sempre desempenhou, uma natural função de fator básico no processo de integração da unidade regional do Recôncavo (COSTA PINTO, 1958).

Toda a experiência contemporânea ao advento da Petrobras, inclusive o enorme e admirável esforço liderado por Rômulo Almeida para ganhar a sociedade baiana para a ideia do planejamento como instrumento governamental de mudança social, tão bem estudado por Antônio Paim e Carlos Santana, só reforçaram a centralidade de Salvador nesse contexto, atuando sempre como Capital do Recôncavo, mais do que como Capital da Bahia.

O fato é que a passagem da exploração do solo para o subsolo na região, a suplantação de formas anacrônicas de trabalho e suas heranças letárgicas no espaço regional e o aparecimento do óleo negro no lugar do açúcar branco recolocam o Recôncavo como região produtora de destaque e novo palco de mudanças, mais uma vez, no centro vital da sociedade baiana. Concentrando, portanto, investimentos, renda, capital, trabalho e um conjunto diversificado de bens e serviços, bem como a renovação da infraestrutura local. A região assiste, com a montagem da indústria petrolífera, a um renovado e mais vigoroso ciclo de expansão, alcançando sua importância e projeção no espaço geoeconômico da Bahia.

Essa concentração excessiva irá se fortalecer ainda mais nos momentos de industrialização baiana que sucedem a montagem da Refinaria Landulpho Alves, em Candeias no ano de 1952, e aos experimentos inovadores de Rômulo Almeida no seu glorioso empenho para diversificar a economia baiana.

A tal metropolização institucionalizada de Salvador só vai se verificar no início da década de 1970, quando o Centro Industrial de Aratu (CIA) já havia se tornado realidade e quando se articulava no interior do aparelho do estado o advento do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec).

Analisando o processo de urbanização da capital, Paulo Henrique de Almeida considera que os efeitos multiplicadores dos investimentos industriais no CIA, na década de 1960, e no Copec nos anos 70, foram mais do que significativos e não podem ser negligenciados. Mas chama a atenção também para as transferências federais e os investimentos estatais e privados em outros ramos da economia que não o industrial. Para os serviços e para o turismo. E para as características concentradas desse fenômeno sociodemográfico que se verifica, grosso modo, na capital e adjacências, colocando Salvador na condição de “metrópole absoluta” (ALMEIDA, 2009).

Em síntese, a dança capitalista moderna apenas estimulou a função da antiga metrópole colonial; o seu espaço de influência ampliou-se com a substituição das atividades econômicas nos sucessivos ciclos históricos, assegurando sua função aglutinadora, centralidade e presença na vida da sociedade local em diferentes épocas.

Tamanha importância social e econômica acabou interferindo no campo da produção simbólica, na cultura, no espaço imaterial. De forma que, em certo sentido, a *baianidade* de nossa alma, em boa parte, está referida a esse contexto sociocultural responsável pela formação de valores, hábitos e costumes locais mais arraigados; pelas expressões artísticas e culturais da região, conjunto que inclui um leque de bens ligados aos planos material (produção, tecnologia, alimentação, moradia etc), estético (coreografia, dramaturgia, música etc) e espiritual (religiosidade, folguedos, ritos etc). Planos que, como os ligados às atividades produtivas, também se resignificaram no tempo e se reconfiguram num jogo de permanente diálogo com a realidade, seus imperativos e determinações. E que requerem uma avaliação específica, uma aproximação socioantropológica, para se tornarem mais inteligíveis e sujeitos ao necessário entendimento. Isso significa dizer que os signos identitários do Recôncavo – aliás, de qualquer espaço cultural ou “território de identidade” –, têm que ser tomados numa perspectiva diacrônica e histórica, centrada em agentes específicos, capaz de ir além da visão puramente sincrônica que se satisfaz com categorias puramente genéricas e descontextualizadas (“o branco”, “o índio”, “o negro”). Há que se pensar o plano cultural em seu transcurso real, localizadamente, em resposta à diversidade de ritmos históricos, atores sociais e contextos ecológicos que caracterizam o processo construtivo (RISÉRIO; FALCÓN, 2002).

Da mesma forma que a economia e a história – e, de alguma maneira, a sociologia – tratam as questões estruturais ligadas aos processos mais amplos, respondendo pela explicação da substituição do açúcar pelo petróleo, do trabalho escravo pelo assalariado, do multicolorido sistema flúvio-marítimo do saveiro pelo transporte ferroviário e rodoviário; a antropologia tem de olhar para os processos culturais ligados ao mundo simbólico, estabelecendo a correspondência e a dialética entre os planos e promovendo uma leitura em diagonal do processo

e da dinâmica da vida sociocultural. Da convivência, mesclagem, mistura e sincretismo que nem sempre aparecem como “precisões”, com a nitidez ilusória de apreciações de prancheta. Ao contrário: irrompem com frescor e confusão, desafiando a inteligência de todos, de forma lacunar e fragmentada. Demandando articulação e leitura crítica.

O CONTEXTO CULTURAL

Antes de se abordar o tema concreto do contexto cultural, convém lembrar algumas definições do que Costa Pinto, referindo-se ao belo cenário regional chamou de anfiteatro. Seguindo essa mesma linha de reflexão, porém mais próximo da geografia humana que da sociologia do desenvolvimento, o geógrafo Milton Santos fisionomizou o espaço como um conceito histórico, mais do que uma unidade fisiográfica. Que poderia ser enriquecida com a designação de espaço cultural. Para efeito desse trabalho, território de identidade, marcado pela pluralidade e sincretismo, como veremos no tempo devido.

Santos fala de vários, e não apenas de um único Recôncavo. Espaço presidido e nucleado por Salvador, à maneira de Costa Pinto, mas visto a partir de uma tipologia diferenciada, segundo suas atividades produtivas e cristalizações socioeconômicas herdadas e fixadas na tradição sub-regional. Nos fala de um recôncavo canavieiro, fumageiro, mandioqueiro e da cerâmica, pesqueiro e litorâneo e um recôncavo ao norte da cidade, a lhe servir de lenha e carvão vegetal (SANTOS, 1998).

Para delimitar o espaço e lhe dar mais concretude e visibilidade, Maria Brandão considera o recôncavo histórico e cultural – área da Grande Salvador – como a mancha contida na face litorânea da Zona da Mata, entre os rios Sauípe e Jequiçá, formando uma faixa em semi-círculo de cerca de 50 a 70 quilômetros de largura, em torno da Baía de Todos os Santos. Respeitados os seus limites históricos e culturais, sugere quarenta municípios que se incluem nesse conjunto, o que corresponde, mais ou menos, ao espaço eleito por este trabalho como foco de observação. São eles, por ordem alfabética: Amélia Rodrigues, Aratuípe, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Catu, Conceição do Almeida, Conceição de Feira, Conceição do Jacuípe, Cruz das Almas, Dias D’Ávila, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Itanagra, Itaparica, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Maragogipe, Mata de São João, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Pojuca, Salinas da Margarida, Santo Amaro da Purificação, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Simões Filho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Varzedo, Vera Cruz e Salvador (BRANDÃO, 1988).

Para efeito deste ensaio, o espaço considerado envolve parte do que hoje se chama Litoral Norte da Bahia, tomando como fronteira os limites da antiga Tatuapara, fazenda dos Garcia D’Ávila, que hoje inclui a cidade de Lauro de Freitas; adentra o território para a vizinha e industrial Camaçari, se projeta para o interior alcançando Pojuca e Catu, para depois seguir

em direção a Conceição de Feira. No seu limite externo, esse arco se dirige a Cabaceira – às margens do Rio Paraguaçu –, Castro Alves, alcança Santo Antônio de Jesus, infletindo para Nazaré das Farinhas e, depois de atravessar essa linha imaginária, atinge Salvador. No miolo desse imenso arco de mais de dez mil quilômetros quadrados, encontram-se 34 municípios e suas distintas experiências socioculturais, uma população de quase quatro milhões de indivíduos e a maior parte da riqueza material da Bahia. Aí estão também, na capital e adjacências, a maior parte dos serviços, o aparelho administrativo do estado e uma possante e dinâmica vida cultural, que inclui manifestações tradicionais e modernas, populares e eruditas, espontâneas e empresariais, conformando um vivo segmento que envolve milhares de pessoas, desde manifestações mais simples e pontuais, como as rodas de capoeira e bumbas-meu-boi, até produções milionárias e espetaculares como o Carnaval. Nesse espaço onde o tradicional e o moderno se entrelaçam e onde permanentemente a criatividade artística e cultural inventa novas manifestações, a continuidade e a mudança sempre estiveram presentes, como forças que dinamizam o processo produtivo no campo material e simbólico. Talvez seja essa a característica cultural mais visível do Recôncavo. Sua capacidade sincrética de misturar, embolar, confundir e recriar os signos, num permanente processo de assimilação e inventividade, que abre a imaginação para o novo sem sufocar o passado. Adiante, o tema será retomado, ao serem estabelecidas as configurações estéticas de produção cultural da região e seus determinantes étnicos.

Nelson de Araújo foi pioneiro na preocupação de entender a cultura popular numa perspectiva propriamente antropológica. Em sua trilogia *Pequenos Mundos – Um Panorama da Cultura Popular da Bahia* (ARAÚJO, 1986), o escritor e pesquisador postula um entendimento do tema, seguindo uma trilha um tanto quanto conservadora da compreensão da cultura, mas que, ressaltado o termo “folclórico” – que pode substituído pela expressão “cultural” –, lança luzes sobre o palco onde se desenrolam ricas manifestações, captadas por sua etnografia nos anos 80 do século passado. Feito que merece destaque e validação porque realizado à custa de muito esforço pessoal e pouquíssimo recurso (ao contrário do *Guia Cultural da Bahia*, produzido pelo governo estadual em 1998, cujos resultados o aproximam de um mero catálogo telefônico, desfocado e desprovido de qualquer interpretação socioantropológica, que mistura indiscriminadamente manifestações tradicionais e contemporâneas, expressões populares com eruditas e industriais e assim por diante).

Nelson entende por “região folclórica” um determinado espaço geográfico onde se acumulam traços da cultura popular que lhe são específicos, com provas de permanência no tempo. Pode ultrapassar as fronteiras de uma determinada região cultural, penetrando em outra contígua, ou delimitar-se restritamente dentro de uma única que lhe seja mais extensa. E é nessa direção, que inclui Salvador e seu Recôncavo como uma “região folclórica”. Daí se expandiu ao redor, em raio de imprevisível certidão, um grande número de criações populares que incluem variado catálogo: capoeira, maculelê, lindro-amor, nego-fugido, terno de reis, afoxé, as várias variantes do samba, cheganças, danças várias, como a de São Gonçalo, e uma infinidade de outras expressões conectadas a um sistema de vida consolidado. O autor

chama isso de um conjunto de costumes de inarredável marca “baiana”, regulares e arraigados, como a culinária e a indumentária, um complexo de crenças que deriva do catolicismo popular, dos cultos religiosos de origem africana e dos cultos cívicos, como o 2 de Julho. Todo esse complexo, diz Nelson, este imponderável psicossocial que envolve e condiciona as criações não atribuíveis ao Recôncavo (porém de antiga e intensa presença), as recriações com o selo próprio do seu povo e as de comprovada origem local – tudo isso, em seu conjunto, é que valida a afirmação de ser o Recôncavo e Salvador uma região “folclórica” – outra vez reafirma-se aqui que melhor seria dizer “cultural” –, com fisionomia própria, específica, singular. Mas onde reside essa marca identitária? Como, afinal, ela se construiu e se fixou? E, por analogia, como ela se diferenciou das demais para se afirmar enquanto tal, dotada de fisionomia e cores próprias?

A abordagem do assunto exige, antes de tudo, uma breve consideração preliminar. Embora a região, o espaço e o território tenham a sua identidade, eles não são subsistemas fechados em si mesmo. O fato de estarem conectados a uma baía e sua economia, desde cedo, ter sido conectada ao mundo impõe permanente troca simbólica e renovação de seus signos. Além do mais, internamente, a região sempre guardou relações intensas com outros espaços culturais da Bahia, até por sua posição estratégica de porta de entrada para o sertão e meio de escoamento de mercadorias e transporte de pessoas. O caminho das águas oceânicas e rios regionais facilitou esse fluxo de bens, pessoas e signos. Embora a Baía de Todos os Santos possua muitas e belas ilhas, o Recôncavo nunca foi, nesse sentido, uma “ilha cultural”, isolada e pura. No passado, é sabido, em tempos anteriores ao surgimento do avião e ao advento dos meios elétricos e eletrônicos de comunicação social, uma cadeia de montanhas poderia condenar uma vila ou uma cidade ao isolamento e à solidão. Não é o caso dos rios. Eles sempre significaram o avesso da montanha: em vez de obstáculo, quando navegável, significam passagem. Estrada aquática por onde circulam e se disseminam, desconhecendo divisas, os mais variados elementos e práticas da cultura. Cantos, rezas, utensílios e crenças deslizam à flor da água, no bojo de saveiros, barcos e canoas, difundindo-se por seus afluentes e pelos atracadouros que vão pontuando suas margens. Nesse sentido, a geografia premiou o território do Recôncavo, com suas cidades ribeirinhas e litorâneas e sua conexão às baías do Iguape e de Todos os Santos. Facilitando, naturalmente, o processo integrativo do espaço pela facilidade de comunicação e pelo fluxo de bens materiais e culturais, contribuindo para a troca, o relacionamento e a integração de vários núcleos populacionais.

Mas não foi a natureza a responsável pela formação cultural, especificamente. Esta surgiu de circunstâncias históricas precisas. Dadas. Vejamos de perto um processo que vem de longe. A configuração de uma base cultural no Recôncavo decorreu de um processo histórico concreto que comportou assimilações, acultramento, invenções e novas fusões. Tome-se a questão dos influxos negro-africanos, por exemplo. A Bahia de Antônio Vieira e Gregório de Mattos, nesse campo, era uma Bahia banto, povoada de calundus, quilombos e inquices. Já a Bahia de Jorge Amado e Dorival Caymmi é uma Bahia predominantemente jeje-nagô, tomada de axés, ilês e orixás. O fato só é compreensível se for levado em conta que os bantos aqui esta-

vam desde o início do século XVII, como demonstra Luiz Vianna Filho no seu livro *O Negro na Bahia* (VIANA FILHO, 1976). Os nagôs, assim como os jejes e, em menor número, os haussás, só chegaram à Bahia mais tarde, entre os séculos XVIII e XIX. Aliás, foi a grande migração jeje-nagô que gerou o atual modelo do terreiro de candomblé, elemento identitário elaborado no contexto da escravidão como invenção ou reinvenção brasileira de ritos africanos originais. Orixás, que no continente africano eram cultivados em locais distintos e distantes entre si, passaram a partilhar, aqui, o mesmo sítio (LIMA, 2003).

Hoje, quando alguém ouve o sintagma “cultura baiana”, pensa, de modo quase que natural, em afoxés e orixás. No entanto, os nagôs chegaram aqui como estrangeiros, em levadas sucessivas, cultuando deuses que ninguém conhecia e falando línguas que ninguém entendia. Foi somente ao longo do século XIX que esses iorubanos e seus descendentes se integraram à vida baiana para modificá-la em profundidade, dando um outro desenho e um outro sentido à fisionomia biocultural da gente da Baía de Todos os Santos e seu recôncavo (RISÉRIO; FALCÓN, 2002).

Tal configuração põe em xeque ideologias que se cristalizam no conceito estático, museológico, a-histórico de “identidade cultural”. É desse redimensionamento étnico que se desdobram as “marcas” culturais do Recôncavo, a criação/produção simbólica da região, do campo artístico ao mais propriamente intelectual. A antropologia baiana de Nina Rodrigues, Vivaldo da Costa Lima e Júlio Braga, vem justamente disso.

No terreno literário, se o que há de negro na poesia de Gregório de Mattos é nitidamente congo-angolano, os nagôs irromperão em estreia ficcional no romance *O Feiticeiro*, de Xavier Marques, perfeito paisagista do final do século XIX, que deixou vivas telas da Baía de Todos os Santos no romance praieiro *Jana e Joel*. Dessa matriz descende *Jubiabá*, de Jorge Amado, e *Viva o Povo Brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro. Aliás, o Recôncavo é pródigo em termos literários. Mesmo nesse terreno, sua sombra se projeta sobre as demais regiões, atenuada aqui ou ali, pontualmente, no São Francisco e no sul, onde surgem alguns romances de peso. Desse mesmo solo iorubaiano vão se projetar, no espaço da música popular brasileira os nomes de Dorival Caymmi e Caetano Veloso (RISÉRIO; FALCÓN, 2002). A vida artística baiana guarda, portanto, grande relação com esse universo simbólico jeje-nagô. Nos seus signos, sentimentos, desejos mais profundos e visão de mundo, os povos africanos acabaram, por circunstâncias históricas específicas, influenciando decisivamente nos modos e trejeitos, hábitos e invenções, costumes e preferências locais.

Essa Bahia litorânea e mulata do Recôncavo foi, num passado recente, contraposta a outra, sertaneja e milenarista, avessa aos orixás e submersa num catolicismo popular e processional que gera fenômenos como as romarias de Bom Jesus da Lapa.

É clássica a contraposição feita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. De um lado, o sertanejo, antes de tudo, um forte; de outro, os tais mestiços neurastênicos do litoral. Euclides via a autenticidade como uma espécie de marca registrada do sertão, ao passo que haveria

um Brasil postiço, corrompido e cosmopolita na extensão praieira. O que ele vê no sertão, antes de mais nada, é a paisagem atormentada, o martírio da terra. No interior desse quadro, vai situar o martírio do ser humano. “O martírio do homem, ali, é o reflexo da tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio secular da Terra”. O ser humano em questão é, obviamente, o sertanejo, “rocha viva da nacionalidade”.

E assim como vê a diferença climática entre o território interiorano e a orla marítima, ele também verá a dessemelhança antropológica entre o habitante do litoral e o morador do sertão. Etnicamente, a fachada atlântica é sobretudo o espaço de cruzamento de brancos e negros, tendo, como produto típico, o mulato. Enquanto o sertão, por sua vez, aparece como o reino da mistura de brancos e índios, gerando mamelucos.

Essa mesma visão, que opõe processos de mestiçagem em associação com as condições ecológicas distintas e gerando tipos raciais, ocupacionais e sistemas culturais diferenciados, vamos encontrar também em estudos como *Nordeste*, de Gilberto Freyre, e *Brasil, terra de contrastes*, de Roger Bastide. Freyre distingue o Nordeste litorâneo da cultura do açúcar, alongando-se por terras de massapé e várzeas, que vai do Recôncavo da Bahia ao mar do Maranhão, do Nordeste pastoril que se alarga para o interior. O primeiro – e mais antigo – é o Nordeste “onde nunca deixa de haver uma mancha de água: um avanço de mar, um rio, um riacho, o esverdeado de uma lagoa”. Nordeste de “árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e, às vezes, arredondada quase em sancho-panças.” Das casas grandes, mulatas e caboclas. Trabalhadores pardos que labutam com o mar e com o rio. Um Nordeste mais para Leste que para qualquer outra coisa, como o Recôncavo, que pode ser localizado geograficamente como parte do Brasil Atlântico Central (FREYRE, 1967).

Roger Bastide acentua essas diferenças levando-as à condição de contrastes. Do plano genético ao plano simbólico, envereda pelo campo de uma semiótica gestual. Para Bastide, “a civilização da cana é também a civilização do negro. O negro lhe deu cantos, risos, danças, o ritmo dos tambores, o modo de caminhar. O jeito de andar do sertanejo, anguloso, duro, ossudo, é inteiramente diferente do andar cadenciado das mulatas que, com um doce balancear de ancas, vão para as fontes, pote de água à cabeça, pés descalços, acariciando a terra” [...]. O sociólogo francês vai fundo na sua leitura crítica:

A própria religião modifica-se quando passa de uma zona para outra. À beira-mar, eis o grande apelo místico das igrejas cintilantes de ouro, das cabeças dos querubins alados, ou das cariátides voluptuosamente retorcidas sob o altar dos santos. No sertão, a religião é tão trágica, tão machucada de espinhos, tão torturada de sol quanto a paisagem; religião de cólera divina, num solo em que a seca encena imagens do Juízo Final, e em que os rubicundos anjos barrocos, negros ou brancos, cedem lugar aos anjos do extermínio (BASTIDE, 1973).

Quanto aos desejos mais ardentes e profundos, “a civilização da cana é uma civilização carnal. A do sertão tem a dureza do osso”. O quadro comparativo que se desprende desses autores é claro: de um lado, um Nordeste do gado e do couro, ascético-milenarista, conservador e insulado; de outro, um Nordeste barroco-canavieiro, místico-erótico, com suas praias e orixás.

O Recôncavo encarna, com toda a propriedade, a condição desse Nordeste submetido aos intercruzamentos com negros, e não seria impróprio dizer que, apesar de todo o processo modernizante e urbano, compõe um complexo jeje-nagô nas suas permanências mais consistentes. Do ponto de vista moral e religioso, este contexto está associado ao processo conversional e de catequese do catolicismo oficial. Plástico, às vezes moderado, outras repressivo, sensível ao contato com os outros e sedento de “novas almas”. A mistura que começou com raças distintas, se projetou para dentro do mundo simbólico e a repressão de uns se amoldou à expansão de outros.

A par de todo o processo de mudança social, o *ethos* desse tronco cultural frondoso se manteve em pé, produzindo galhos novos, renovando suas folhas e flores num ciclo de renascimento e reprodução contínuo. Muito nítido e ligado às suas origens culturais mais remotas, demonstra a força emotiva, votiva e moral dos descendentes de africanos que se impôs sob duras condições; duras mas não suficientes para tirar desses indivíduos a alegria e o gosto pela vida, a brincadeira e a lubricidade.

Nesse berço de erotismo e sensualidade que fica evidenciado na coreografia e na música do Recôncavo, nas umbigadas do samba de roda e nos meneios de ancas das suas mestiças, Nelson Araújo encontrou em Simões Filho, a Dança de São Gonçalo, evento enraizado na cultura popular, de origem portuguesa, totalmente apropriado pelo povo e que ganhou uma dimensão provocante. Em recente levantamento da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult), a Dança de São Gonçalo aparece, entre outros locais, até mesmo em Salvador (BAHIA, 2009).

No *Dicionário do Folclore Brasileiro*, Câmara Cascudo (2000) – depois de mencionar que os devotos do santo traziam “figuras de trigo, cobertas de açúcar e mesmo pães, com formas fálicas” – informa:

Em janeiro de 1718, Lê Gentil de la Barbinais assistia, na Capital da Bahia, a uma comemoração entusiástica a São Gonçalo. Compareceu o Vice-Rei Marquês de Angeja, tomando parte na dança furiosa dentro da igreja, com guitarras e gritarias de frades, mulheres, fidalgos, escravos, num saracoteio delirante. No final, os bailarinos tomaram a imagem do santo, retirando-a do altar, e dançaram com ela, substituindo-se os devotos na santa emulação coreográfica (CÂMARA CASCU DO, 2000).

A propósito, em seu romance *Viva o Povo Brasileiro*, João Ubaldo Ribeiro fala da festa do santo em São João do Manguinho, na Ilha de Itaparica, onde se reproduzia a esfregação lusitana

das mulheres na imagem de Gonçalo. “Os versos do santo? Mais que imorais. Os cantos do santo? Mais que carnavais. Os louvores do santo? Mais que veniais, senão mortais. Os pedidos do santo? Mais que safadais. As festas do santo? Mais que bacanais”, vai rimando o romancista, para então transcrever uma quadrinha que os homens cantavam ao lado de fora da igreja, enquanto, no interior do templo, as mulheres promoviam suas fricções:

*São Gonçalo vem do Douro
Traz uma carga de couro
Do couro que mais estica
O qual é couro de pica.*

Mesmo em cidades da Região Metropolitana de Salvador, que vivenciaram intenso processo de urbanização, a cultura popular sustentou seus espaços de negociação e contato com a cultura de massa. Em cidades como Camaçari, por exemplo, que evoluiu de pacato balneário para centro industrial, é possível encontrar, nas áreas centrais e periféricas, vivas manifestações de folguedos, expressões artísticas e culturais dessa Bahia mais tradicional. Mandus, cheganças, ternos, artesanato de palha e barro, bumba-meu-boi e uma variada antologia culinária, marítima, agrícola e religiosa se reproduzem em Monte Gordo, Areias, Barra do Pojuca, Jacuípe, Arembepe e outros distritos e adjacências. A par do mundo avançado da petroquímica e da indústria automobilística robotizada, o pedreiro, o pescador, o pequeno agricultor nativo sustentam suas práticas culturais estimulados pelas novas facilidades advindas com o progresso tecnológico e econômico.

Aliás, a relação criativa nesse processo de continuidade e mudança é facilmente verificável em eventos de maior porte, como é o caso do Carnaval. Tema sempre polêmico, mas bom exemplo para nos aproximarmos sem preconceitos da questão da interação entre o *ethos* tradicional e as imposições da mudança. Purismos à parte, nem a guitarra elétrica acabou com a batucada, nem o bloco de trios fez desaparecer os afoxés. Pode se discutir o grau de organização de cada uma dessas manifestações e a correspondente cobertura que tem da mídia, bem como a respectiva eficiência profissional. Ou “lugar de fala”. Mas ninguém de são juízo pode afirmar que o Carnaval moderno tenha deixado de ser elemento identitário da Bahia. Transformado, profissionalizado, mais ou menos empresarial, eis, com o Carnaval, a força da tradição ressignificada e fortalecida a cada ano. Alguns objetarão: perdeu sua espontaneidade porque evoluiu de um contexto provinciano e popular para um evento cada vez mais articulado com a indústria do lazer e do turismo. Não importa. Isso, , reafirma sua capilaridade e alcance, que mudam com o tempo, ao sabor das tecnologias, da moda e das imposições socioculturais. Outros advertirão: ele exclui ou não contempla, na devida correspondência, a maioria da população afro-brasileira, a quem se deve a pulsação, o ritmo e a sua beleza coreográfica. Mas nada anula a imensa capacidade de adaptação e inovação dos produtores de cultura envolvidos nesse sistema lúdico, que, é óbvio, numa economia competitiva, deixou de ser guiado pela pândega para ser regulado por mecanismos que unem, cada vez mais, prazer e lucratividade.

Exemplos assim são vistos em várias cidades e em vários níveis de inventividade popular. Há muito que as diversas modalidades de samba do Recôncavo – o duro, com seus passos amarrados, curtinhos, ao contrário do samba de roda, mais coreográfico e desenvolto; o samba chulado, associado à viola; o samba de coco, entre outros – convivem com novas formas de expressão musical suscitadas pela relação entre a base cultural local e a indústria de massa. Nem sempre, no entanto, esses “encontros” são esteticamente felizes. Para lembrar o antropólogo Mércio Gomes, que aqui entra na contramão do esforço em positivar a cultura, às vezes ela é também um dos estraga-prazeres da vontade humana (GOMES, 2009). Penso aqui no caso do arrocha e da seresta, estes gêneros se apresentam como epidêmicos nos estratos sociais mais baixos de várias cidades do Recôncavo. Praga que se multiplica e reproduz com a “velocidade do som”, improvisando músicos e cantores de qualidade mais que duvidosa. Falo aqui com isenção de modos e expressando weberianamente minhas escolhas pessoais, é claro.

Mas nem só de arrocha e seresta vive o Recôncavo. O repertório é mais amplo. Bárbara Falcón, chama atenção para o fenômeno do *reggae* no território, em especial para a cidade de Cachoeira. Mostra como, do samba ao afro-canto e deste ao balanço do *reggae*, a juventude negro-mestiça, entre maconha e evangelismo, reconstrói a própria identidade a partir da música. Misturando tradições locais e influências globais, o *reggae* do Recôncavo enriqueceu o repertório musical da região, projetando artistas e bandas no mercado fonográfico, com um tom étnico, religioso e comportamental que aprofunda o sincretismo cultural, suscita novos diálogos entre a cultura negra diaspórica, no contraponto da chamada “música alienada”. Com acentuado caráter político, comportamental e étnico o bonde do *reggae* cachoeirano – que tem também sua vertente evangélica – abriu sua própria estrada no cenário mercantil da música baiana nas duas últimas décadas. O *samba-reggae*, a *axé-music*, o pagode baiano, de forma inventiva e comercialmente exitosa, se incluem nessa encruzilhada recriativa da canção popular da Bahia no mundo contemporâneo, marcada pela manipulação laboriosa das raízes” afrobrasileiras. Melhor seria dizer, ao invés de “raízes”, da nossa imaginação mãos e vozes, quando se apropriam de materiais antigos, novos ou inventados para criar combinações surpreendentes, estilos desconcertantes, novidades fresquinhas e sedutoras. Milton Moura, que realizou uma bela reconstituição de época e inventariou as combinações artístico-musicais no centro da cidade de Salvador, faz um interessante relato das permanências e inovações nesse circuito fértil que é o Pelourinho e adjacências, relacionando estilos, atores e consumidores desse *mercado* sonoro-festivo da noite baiana (MOURA, 2006).

As combinações podem, em determinado momento, resultar em experimentos verdadeiramente revolucionários. Foi o caso do encontro da cultura popular e da cultura erudita na construção da Universidade Federal da Bahia, tão bem entendido por Antônio Risério no seu livro *Avant-Gard na Bahia*. Para ele, o tropicalismo e o cinema novo resultam da confluência de duas condições básicas: 1) a existência, naquele espaço geo-cultural, de uma cultura popular viva, organizada, densa e inventiva, e 2) a realidade de uma instituição universitária distante do mormaço e da melancolia e realmente disposta a uma aventura criadora. A UFBA trouxe para

a Bahia nomes famosos da música internacional, da dança e do teatro. Desse diálogo resultou a geração de Glauber Rocha e Caetano Veloso. “Foi uma juventude que mergulhou fundo no universo da cultura popular, assimilou criativamente os lances da modernidade estético-intelectual, as faíscas e fulgurações da *avant-gard*, para produzir uma obra rica e inovadora, alterando significativamente o jogo dos signos nos campos estéticos em que interveio – e afetando em profundidade a estrutura da sensibilidade brasileira” (RISÉRIO, 1995).

Sob o signo do sincretismo, nos diz o entusiasta ensaísta, a Bahia ajudou o Brasil a se repensar, deflagrando dois movimentos artísticos de grande efeito sísmico numa terra avessa aos abalos de ruptura.

Mas nem sempre as combinações ou processos interativos resultaram em positivities. As inovações culturais e econômicas, técnicas e tecnológicas, aqui ou ali, tiveram no Recôncavo reflexos negativos, paradoxais, desagregadores. Às vezes, destrutivos. Vejamos o caso do patrimônio histórico, em especial, do patrimônio arquitetônico. De um lado, abandonado pela insuficiência de modos de sucessivos governos como é caso de sobrados rurais, capelas e casas grandes de engenhos. De outro, um conjunto urbano posto abaixo e substituído pela tranqueira de uma arquitetura vulgar e empobrecida, advinda dos efeitos econômicos do petróleo, responsável pela degradação do município de Santo Amaro e pela substituição dos elegantes sobrados coloniais por prédios sem harmonia, desprovidos de qualquer valor arquitetônico e de enorme deselegância em meio a um dos conjuntos mais preciosos da arquitetura barroca do Recôncavo.

Noutra ponta, o transporte rodoviário, reorganizando o espaço regional ao esvaziar Cachoeira e São Felix e fortalecer os cruzamentos de estradas, realçando Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, de um lado e Feira de Santana, desmontou um sistema barato e funcional de transporte marítimo que era parte integrante da paisagem baiana e que está eternizado em telas de Pancetti, Diógenes Rebouças, na música de Caymmi, nos desenhos de Carybé, nas fotos de Pierre Verger. Ou em filmes de Guido Araújo, Roberto Pires e, mais recentemente, Sérgio Machado, com seu amadiano *Cidade Baixa*. A respeito da estetização do saveiro, deve-se consultar o texto *Saveiros de Vela de Içar: 400 Anos de História* (MASCARENHAS; PEIXOTO, 2009). Embarcação mestiça, aculturada pelo Recôncavo, foi meio de sobrevivência de milhares de pessoas, meio de transporte para o povo e para as mercadorias regionais. O processo de seu fabrico gerou dezenas de estaleiros por toda a região. Estima-se que, em 1950, existiam 1.500 saveiros singrando as águas da Baía de Todos os Santos e rios do Recôncavo adentro. Lev Smarcevski, um apaixonado por desse tipo de embarcação, realizou dois feitos de amor pelo seu objeto de desejo-transporte. O primeiro, promovendo a reengenharia do barco para adaptá-lo às modernas exigências de segurança e locomoção. Daí adveio a escuna de passeio, em tudo inspirada no antigo barco hindu-baiano. É de Smarcevski também um livro de arte com memória precisa da arquitetura naval, ensinamentos de antigos mestres e uma comvente exposição do uso do graminho na construção de saveiros que carregavam até 30 toneladas de peso movidos exclusivamente pelos ventos (SMARCEVSKI, 2001). O saveiro, afinal, que poderia ser, por tudo que significou, um bem cultural a ser tombado, simplesmente

desapareceu na esteira do progresso, levando com ele dezenas de profissões, ocupações e histórias. Ventos do progresso...

OS IMPACTOS EM CURSO

Desde que anexado ao processo histórico da colonização, o Recôncavo e suas baías – a de Todos os Santos e a do Iguape – vivenciaram permanente processo de mudança, mais ou menos intenso, de acordo com o ciclo produtivo e tecnológico em causa. Mesmo antes, embora os ocupantes originais da região não tenham deixado vestígios confiáveis além de sambaquis e cerâmicas, os grupos humanos mais antigos (de até dois milênios antes da chegada lusitana), acredita-se, assentavam-se nas vizinhanças de rios e praias, embora estes também não tenham deixado registro histórico.

Sabe-se que a designação genérica de “indígenas” ou “brasis” para as etnias que habitavam a América pré-cabralina é totalmente imprecisa. No território que hoje chamamos Recôncavo Baiano – e que os tupinambás chamavam *kiry muré* e *Paraguaçu* –, guerras sucessivas suscitaram a substituição de povos ao longo do tempo. De acordo com Risério, em seu panorâmico e didático *Uma História da Cidade da Bahia*:

Quando os portugueses, franceses e espanhóis chegaram aqui, o litoral da Bahia era habitado, da foz do Rio São Francisco até a altura da atual cidade de Ilhéus, pelos índios tupinambás do grupo tupi. Não se sabe precisamente em que época eles invadiram e dominaram a região, mas o certo é que não constituíam uma população autóctone. Isto é, nativa. Até onde sabemos, as terras hoje baianas conheceram, antes da conquista lusitana, a dominação dos ‘tapuias’, a expulsão dos tapuias pelos tupinaés e, finalmente, a derrota e a fuga dos tupinaés, diante do avanço irresistível da ‘máquina’ de guerra dos tupinambás (RISÉRIO, 2000).

Portanto, mesmo a ancestral *kiry muré* tinha sua dinâmica pré-colonial movida pela disputa de territórios entre os ameríndios.

A colonização imprimiu um novo e mais intenso ritmo a essas mudanças e pôs em contato povos nunca antes relacionados. A extensão, profundidade, amplitude e significação da interação entre portugueses, africanos de diversas etnias e povos ameríndios é assunto de clássicos da história e da sociologia brasileira, portanto, dispensa reflexões no recorte deste ensaio. A aventura colonial – que depois se cristalizaria por sua duração em um modo de produção inteiramente novo, como destacou Gorender em *O Escravismo Colonial* (GORENDER, 1978) – gerou impactos expressivos no espaço eleito para a implantação da cultura canavieira e, ao misturar raças, línguas, crenças, técnicas e culturas diferenciadas, produziu uma sociedade polimorfa, policrômica, polissêmica, inventou no novo mundo um mundo novo

construído sob a égide lusitana, a subordinação dos ameríndios e a escravidão generalizada, principalmente de africanos.

Séculos de história intensificaram ainda mais essa mistura, instituindo a pluralidade e o sincretismo como elementos marcantes desse processo de aculturação. A catequese, a conversão, a cooptação e a repressão não funcionaram cem por cento, no sentido de impor os valores dos dominantes sobre os dominados. Resultou, de toda essa dialética de enfrentamento, um entrecruzamento permanente e uma adaptação criativa que decorrem do grau de forças do momento e da capacidade de os de cima submeterem e de os de baixo resistirem.

A mistura se refletiu na língua, que se abrangeou; na raça, que se mestiçou; na religião, que se sincretizou; na comida, que se misturou; no sexo, que se generalizou, e na forma de pensar, sentir e agir, que se pluralizou, com todas as implicações daí decorrentes. Thales de Azevedo e Gilberto Freyre, mestres brasileiros da antropologia, trataram do tema em textos insuperáveis (AZEVEDO, 1967; FREYRE, 1975).

Os recentes processos de modernização trouxeram novos dados ao caldeirão cultural do Recôncavo da Bahia: novas tecnologias, migrações secundárias, reordenação do espaço econômico, novos equipamentos, serviços, sonhos e utopias.

Na impossibilidade de ser examinado o conjunto dessas transformações em detalhe, dada a extensão do universo de 34 municípios e a impossibilidade metodológica de apropriação convincente dessa totalidade – que comporta subespaços e variâncias intrarregionais e mesmo no interior das localidades tomadas isoladamente –, optamos pela abordagem hierarquizada, ao modo de uma lente grande angular, concentrando as atenções concentram-se nos marcos mais relevantes, na hierarquia das cidades mais importantes e que ocupam, atualmente, posição de destaque no cenário da “arquitetura” socioeconômica local, pela condição aglutinadora e dinâmica que apresentam, por sua emergência e influência regional, ou ainda pelo capital material e simbólico que possuem.

Ao longo do tempo, a capital baiana não apenas continuou mas também ampliou seus efeitos integrativos no espaço regional. O crescimento do mercado de trabalho, a metropolização da cidade, a melhoria do sistema de transporte (inclusive com a massificação de vans) e das estradas, a inauguração do sistema *ferry-boat* e seu aperfeiçoamento recente, além da telefonia, com a popularização do celular e a democratização do telefone fixo, e da disseminação da internet, tudo isso contribuiu para maior comodidade, facilidade de acesso e encurtamento das distâncias.

Mas nada disso, certamente, ajudou a romper o isolamento de algumas cidades, estagnadas e em lassidão. Para isso, seria preciso dinamismo próprio, exploração de sistemas produtivos locais e seus arranjos e exploração de suas potencialidades.

O fato é que Salvador, ao se metropolizar, ampliou a conexão com toda a região, em algumas situações aproximando-se fisicamente de outras cidades, a exemplo de Lauro de Freitas. A

antiga Santo Amaro de Ipitanga, submetida pelos D'Ávila e aldeada pelos jesuítas durante a colonização, ingressou no século XX como área isolada e bucólica do litoral. A expansão imobiliária, turística e industrial – via Copec – revolucionou a vida de nativos e veranistas, promovendo a ocupação generalizada da pequena extensão territorial do município. A ponto de Lauro de Freitas liderar o *ranking* das cidades com maior taxa de crescimento demográfico do estado.

Efeito semelhante se desdobrou a partir do polo petroquímico e dos grandes investimentos industriais na região. A orla de Camaçari e o seu miolo foram impulsionados pelo fluxo de capital e a duplicação da linha verde, conectando a Bahia a Sergipe, que ampliou os investimentos imobiliários e turísticos ao longo da Costa Atlântica. Megaempreendimentos como os de Sauípe confirmaram a expansão do turismo e do entretenimento em algumas áreas, como Praia do Forte e Guarajuba, que passaram por uma febre inusitada de ocupação, um boom residencial e um significativo incremento no comércio e nos serviços, com destaque para bares e restaurantes. Ao charme histórico-lúdico-antropológico de Salvador se somou um tipo de turismo litorâneo que tende a crescer com a incorporação de novos espaços a seu núcleo inicial.

Essas são, digamos, as faces modernas e conectadas ao recente processo de expansão. O velho e bom Recôncavo e suas cidades barrocas também vêm enfrentando acentuadas mudanças. O turismo, que não conseguiu se colocar como alternativa real para algumas dessas cidades onde o estado realizou investimentos em infraestrutura e mesmo em construção de pousadas e hotéis, em decorrência do patrimônio histórico e cultural aí existente, vem sendo relativizado por outros investimentos federais pesados, como é o caso da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que inclui quatro *campi* e levou para a região a perspectiva de formação profissional e acadêmica para milhares de jovens. Seu impacto sociocultural e os efeitos positivos do empreendimento já começam a ser sentidos, devendo contribuir para um intenso processo de mudança social, com a elevação do nível cultural da juventude e os desdobramentos no campo do ensino, da extensão e da pesquisa.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) tem ainda um sentido integrativo mais forte, uma vez que vem promovendo em várias áreas do conhecimento a articulação da região com outras áreas onde estão implantadas universidades públicas, seja na Bahia, em outros estados e mesmo fora do país.

Em municípios que estavam em total lassidão, como é o caso de Cachoeira, São Félix e adjacências, esse tipo de equipamento cultural representou para a educação e as artes o que a Petrobras representou, em termos econômicos, para a Bahia na década de 1950.

Mesmo em cidades que já haviam alcançado dinâmica própria, por conta de um desenvolvimento comercial ou agrícola e de facilidades diante de algumas condições estratégicas e fluxos produtivos bem sucedidos, como é o caso de Santo Antônio de Jesus, o investimento no ensino superior significou um marco, um momento novo na história local.

Outros municípios – sobretudo aqueles historicamente mais debilitados, como é o caso de Cabaceiras do Paraguaçu – ainda não encontraram o caminho para a superação da pobreza, apresentando indicadores sociais preocupantes. Outros tantos, mais na periferia regional, tateiam saídas para o marasmo.

Um dado novo e que vai provocar uma alteração profunda na estrutura do emprego local e, certamente, nos padrões de consumo, é a anunciada construção de estaleiros em Maragogipe. Um investimento bilionário (R\$ 1,5 bilhão, segundo a imprensa) e milhares de empregos diretos – uns falam em 12 mil no primeiro ano, outros em 30 mil ao longo dos dois projetos previstos – vão sacudir ambientalmente e economicamente a região.

O curioso é que o projeto dos estaleiros retoma a velha tradição da construção náutica, iniciada com a construção dos saveiros e que dinamizava vários portos regionais que resistiram ao tempo – inclusive o de São Roque do Paraguaçu, desativado em 1967 e que agora sediará os megaprojetos náuticos da Odebrecht e da OAS.

Mais recentemente, vem-se falando na ponte para ligar Salvador a Itaparica. Levada a efeito, reforçará os laços de integração do espaço, impondo nova dinâmica às trocas e circulação de bens, materiais e simbólicos e incorporará com mais força o espaço além-mar ao centro dinâmico de Salvador, dando substância ao processo de metropolização.

Tudo isso ocorre ainda em meio a permanências e continuidades, é claro. Em meio a tanta mudança é possível se constatar que os agricultores da região de Muritiba, Governador Mangabeira e proximidades ainda cultivam o fumo com a mesma tecnologia de 300 anos atrás, fazendo o consorciamento com o feijão e o milho para sobreviver, embora a maior parte deles não dispense o celular, a moto e a antena parabólica. Nas áreas mais antigas do experimento canavieiro, os remanescentes organizam-se em “quilombos” – caso do Iguape – e, através desse meio de resistência, pleiteiam a atrasada atenção do estado e da sociedade.

O processo não é uniforme nem homogêneo, mas a mudança social se anuncia intensa num contexto em que a população, por todas as conquistas recentes, tem aprimorado sua sensibilidade para com o patrimônio material e imaterial que lhe pertence e que vem servindo, muitas vezes, como instrumento de organização e obtenção de direitos ou benefícios. Um exemplo emblemático é a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, hoje valorizada internacionalmente como manifestação religiosa e étnica por força de sua tradição, seus ritos e aspectos religiosos e cênicos.

A percepção governamental da cultura como um vetor de desenvolvimento e a compreensão dos agentes desta da importância de suas manifestações, no quadro de uma sociedade que valoriza cada vez mais o entretenimento e o turismo, indicam que o nicho do Recôncavo mal começou a ser explorado nesse aspecto. A riqueza antropológica, a diversidade cultural, os processos sincréticos em pleno curso e o mosaico culinário, artesanal, sonoro, coreográfico, estético e histórico local são atrativos valiosos para qualquer um que se interesse em conhecer a alma brasileira no que se refere a seu processo de mestiçagem. Com centenários signos da

tradição, mas também, é óbvio, com os resultados e subprodutos advindos com a modernidade no que isso tem de positivo e de problemático.

De qualquer posição que se olhe esse lugar, o que vai se ver é um espaço luminescente, fulgurante. A face hegemônica de uma Bahia que se foi e que aqui se reconstruiu a cada ciclo. E que, no presente, tudo indica, vai se fortalecer ainda mais com a exploração intensiva de suas vocações e uma maior integração de seus espaços interiores. No compasso assinalado pioneiramente por Costa Pinto, de continuidades e mudanças, permanências e inovações, tradição e modernidade, assinalado pioneiramente por Costa Pinto.

Centro colonial, espaço metropolitano

Voltemos ao nosso ponto de partida. Aliás, aonde tudo começou. A construção da capital portuguesa na América levou em consideração necessidades básicas do projeto colonial: um porto, vários fortes e a proximidade da zona produtora, que se espraiava do atual subúrbio para dentro do Recôncavo canavieiro. O projeto foi tão bom que demorou séculos e transferiu para a Europa o doce resultado da acumulação de riqueza, dinheiro que contribuiu para a revolução industrial mudar a face do mundo.

Mas ninguém poderia prever que no mesmo solo que acolheu essa experiência civilizatória, responsável pela importação de milhões de africanos, pudesse acontecer uma experiência ainda mais rica. Aliás, do seu subsolo. Daí aflorou o petróleo. Ninguém poderia imaginar também que a própria cultura gerada a partir da ocupação econômica do Recôncavo, pudesse, ela própria, se transformar em riqueza material, capaz de gerar emprego e renda e fazer fluir o mundo pulsante do turismo e do entretenimento.

Da cidade colonial, que abrigava a burocracia, os serviços e servia de porto e proteção ao projeto do açúcar – uma feitoria forte à beira-mar plantada – à atual idade de Salvador, durante muito tempo chamada Cidade da Bahia, um tempo considerável passou, mas uma constante se fez: a centralidade, a função integrativa da antiga feitoria, que se transformou numa cidade barroca e caminha célere para sua função metropolitana. Pode-se discutir o padrão de sua urbanização, o preço desse progresso, o sentido da modernização, mas ninguém pode deixar de reconhecer o salto, a transformação e, ao mesmo tempo, o aprofundamento das suas funções tradicionais.

No transbordamento da malha urbana, na conurbação com outros espaços regionais, Salvador reafirma a condição de cidade integrativa, concentrando a maior parte não só dos instrumentos de gestão como os meios de produção e difusão cultural. Equipamentos de entretenimento, salas de espetáculo e espaços dedicados às artes, jornais, emissoras de rádio e TV etc. se expressam a partir do espaço da capital, reforçando a sua condição de mercado proeminente, lugar de fala e centro de consumo de bens e serviços, ao qual os demais municípios sempre recorrem nas mais diversas esferas de necessidade: desde a saúde até o lazer; do comércio à educação superior; do acesso à moda ao contato com o exterior.

Do mundo escravista ao mundo capitalista, o Recôncavo Baiano não apenas acentuou a sua influência no espaço da economia e da cultura do estado, como também acrescentou a esse processo novas modalidades de hegemonia material e simbólica. A metropolização de Salvador tende a ampliar essa influência, a par de algumas regiões do estado vivenciarem mudanças significativas no campo produtivo e já possuírem algum grau de urbanização. Nada ainda comparado ao quadro da capital e suas cercanias. Tudo indica que esse processo tende agora a seguir sob duas determinações: aprofundar as vocações naturais herdadas de vários ciclos, dando maior substância à integração intrarregional prevista por Costa Pinto. Ao mesmo tempo, Salvador deve se abrir para outros territórios, incorporando variantes e subvariantes culturais de outras regiões do estado para fazer valer sua condição efetiva de capital da Bahia e não apenas do Recôncavo, sendo centro da diversidade, do sincretismo e da difusão de um conjunto maior de valores e expressões culturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Henrique de. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana In: CARVALHO, Inaiá; CORSA PEREIRA, Gilberto (Org.) *Como anda Salvador*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.
- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. Rio de Janeiro: Record, 1982.
- ARAÚJO, Nelson de. *Pequenos mundos, um panorama da cultura popular. O Recôncavo*. [Salvador]: UFBA/Fundação Casa de Jorge Amado, 1986. Tomo I.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 10-23, mar. 2000.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da cidade do Salvador*. [Salvador]: Itapoan, 1967.
- BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. *Guia cultural da Bahia: Região Metropolitana de Salvador*: Salvador: Secult, 1998. 3 v.
- BAHIA. Secretaria de Cultura: Salvador: Secult, 2009.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difel, 1973.
- BRAGA, Júlio. *O jogo de búzios, um estudo de adivinhação*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, [Salvador], v. 1, n. 1, 2007.
- CÂMARA CASCUDO, Luiz da. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global, 2000.
- COSTA PINTO, L. A. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*. Rio de Janeiro: Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, UNESCO, 1958.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- FALCÓN, Maria Bárbara Vieira. *O Reggae de Cachoeira: produção musical em um porto atlântico*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- O FEITICEIRO. São Paulo: GRD; Mec, 1975.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. São Paulo: José Olympio, 1975.

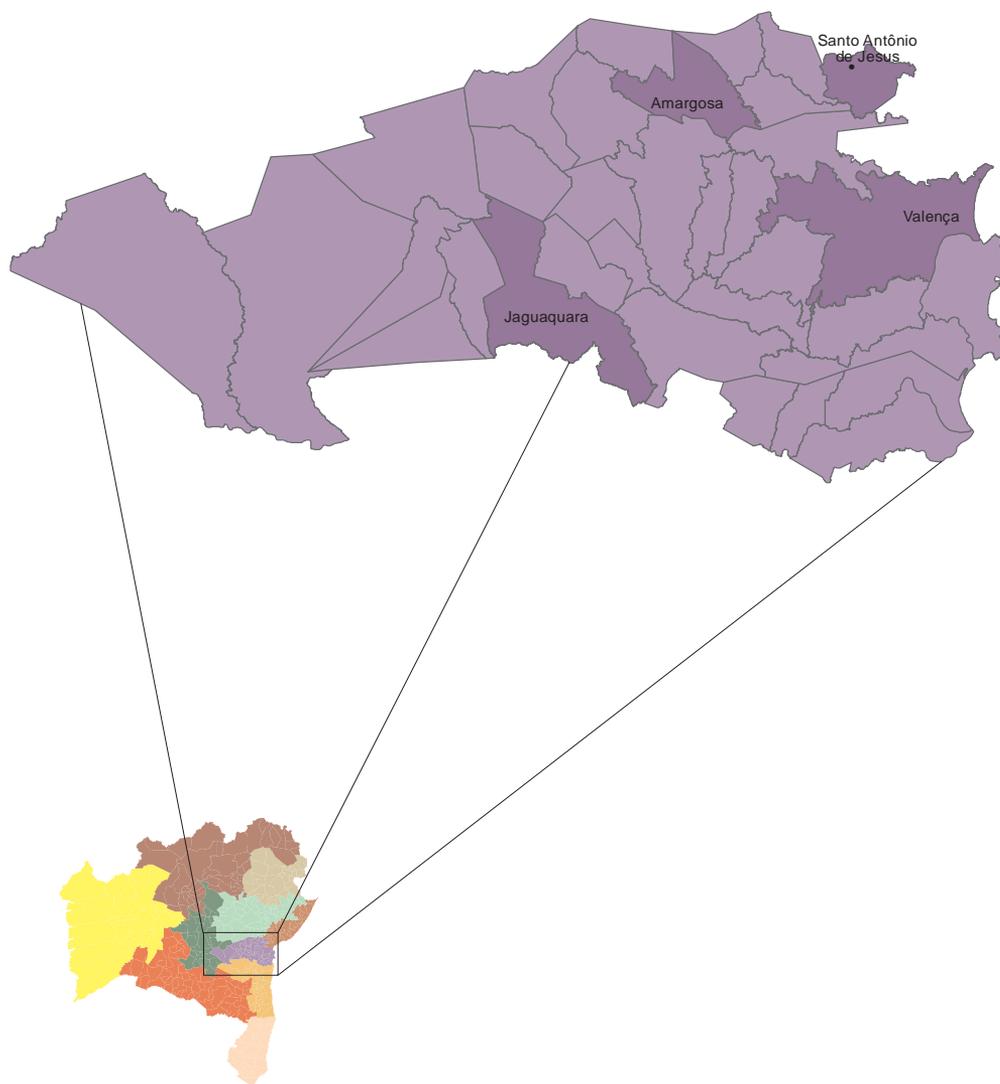
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem*. São Paulo: José Olympio, 1967.
- GOMES, Mércio. Identidade cultural no Brasil contemporâneo: vislumbrando a renascença da cultura brasileira. In: SEMINÁRIO DE CULTURA, DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO, 1., 2009, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Seplan, 2009.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- LIMA, Vivaldo da Costa. *A Família-de-Santo nos Candomblés Jejes-Nagôs da Bahia*. Salvador: Currupio, 2003.
- LUHNING, Ângela. Os sons da Bahia. *Revista da Bahia*, Salvador, v. 32, n. 39, [2004]. Disponível em: <<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revistadabahia/musica>> www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/revistadabahia/musica>. Acesso em: 3 jun. 2011.
- MARQUES, Xavier. *Jana e Joel*. Feira de Santana/Salvador: Eduefs; Fundação Pedro Calmón, 2009.
- MASCARENHAS, Cláudio de Carvalho; PEIXOTO, José Augusto Saraiva. Saveiros de vela de içar: 400 anos de história – ameaças, potencialidades e propostas. *Revista Veracidade*, Salvador, v. 4, n. 5, out. 2009.
- MOURA, Milton. A música no Centro Histórico de Salvador. In: GOTTSCHALL, Carlota de Sousa; SANTANA, Mariely Cabral de (Org.) Salvador: Centro da Cultura de Salvador, Edufba/SEI, 2006.
- PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira, BA, v. 1, n. 1, 2007.
- REVISTA PONTO MÓVEL CIDADE DO SABER. Camaçari: P.M.C., 2010.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- RISÉRIO, Antônio. *Avant-Gard na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1995.
- _____. Uma história da cidade da Bahia. Salvador, Omar G, 2000.
- RISÉRIO Antônio; FALCÓN, Gustavo. *Bahia de todos os cantos*. Salvador: [s.n.], 2002.
- RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. Brasília: UNB. Coleção Brasileiras, 1982
- SANTANA, Carlos. *Intelectuais, planejamento e clientelismo*. Salvador: Contexto, 2002.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. [Salvador]: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SMARCEVSKI, Lev. *Graminho, a alma do saveiro*. Salvador: Odebrecht/Centro Náutico da Bahia, 2001. Edufba, Salvador, 2008.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Estatísticas dos municípios baianos: Território de identidade Metropolitana de Salvador*. Salvador: SEI, 2010. v. 6.
- VIANA FILHO, Luiz. *O negro na Bahia*. Salvador: Edufba, Fundação Gregório de Mattos, 2008.



RECÔNCAVO SUL

Foto: Maurício Requiao

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
RECÔNCAVO SUL
Divisão Municipal e Principais Cidades



A DINÂMICA CULTURAL CONTEMPORÂNEA NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO, DO VALE DO JEQUIRIÇÁ E DO BAIXO SUL

*Caio Figueiredo Fernandes Adan**

[...] o que faz a região não é o espaço, mas sim o tempo, a história.

Pierre Bourdieu

APRESENTAÇÃO

O conceito de região, tradicionalmente associado ao domínio da geografia, numa estreita identificação desse tipo de fenômeno com a sua dimensão mais propriamente espacial, tem sido, ao longo das últimas décadas, apropriado por diversas áreas do conhecimento e se prestado às mais diversas interpretações, as quais ampliaram notavelmente seu significado e revelaram aos pesquisadores um novo horizonte de indagações científicas: o campo dos estudos regionais (BEZZI, 2004, p. 40).

Ao mesmo tempo, revestindo-se por vezes de um caráter fortemente identitário, a noção de região traduz não apenas um sentimento de pertença em relação a um determinado espaço, como também a uma memória coletiva que se constrói historicamente no bojo da dinâmica social. No processo de construção do regional, atuam não apenas atores históricos locais, mas também instâncias políticas e acadêmicas encarregadas de “dizer” a região, com o intuito de categorizar a experiência social e ensejar intervenções políticas e abordagens científicas da realidade humana. Por isso, pensar a região significa, por vezes, trabalhar com territorializações construídas “de fora para dentro”, concretizadas a partir de relações de poder específicas, bem como admitir o caráter necessariamente arbitrário, artificial e provisório das forma regionais, fruto de uma necessidade e um desejo de organizar discursivamente o espaço (ALBUQUERQUE JR., 2001, p. 28-30; BOURDIEU, 2001, p. 166).

Objeto de constante mobilização por acadêmicos, artistas, movimentos sociais e organismos de planejamento, a região constitui, portanto, campo privilegiado também para a investigação histórica, capaz de restituir historicidade às formas espaciais e ressignificar certos aspectos de naturalidade e essencialismo que se lhes costumam emprestar. Isso porque, conquanto não seja imutável, é graças a sua “estabilidade relativa” que o fenômeno regional encontra significado e se torna epistemologicamente operável, capaz de representar as dinâmicas sociais que, ao atuarem sobre o espaço vivido, nele determinam padrões de interação social.

* Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em História da Bahia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UESC); graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor da área de História Econômica no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCHF/UEFS). caioadan@gmail.com

Mais recentemente, tem-se verificado menor recurso à ideia de região em benefício de novas abordagens relacionadas ao conceito de território, julgado mais apto a representar a complexidade das interações humanas no/e com o espaço, constituídas por conjuntos de relações dinâmicas e mutáveis que admitem, inclusive, a superposição, sobre uma mesma base espacial, de diferentes territórios/territorialidades. Ainda assim, parece impossível negar certa dose de arbitrariedade presente em tal construto epistemológico, carregado ainda, tanto quanto o conceito de região, de certo sentido de *imperium* presente em sua própria etimologia (BOURDIEU, 2001, p. 113-115; FOUCAULT, 1979, p. 157-159).

Assim, a partir dessas breves proposições, o presente artigo tem por objetivo apresentar, em visão panorâmica, aspectos da dinâmica cultural contemporânea no espaço compreendido pelos territórios de identidade do Baixo Sul, do Vale do Jequiçá e do Recôncavo¹ da Bahia – conforme o modelo de organização e desenvolvimento territorial proposto pelo governo federal (PERRICO, 2009) e adotado pelo governo do estado a partir de 2007 – que, por sua dinâmica social, contiguidade geográfica e relativa identidade cultural, são aqui pensados como partes de uma única região sociocultural. Para tanto, acredita-se que o contributo da História pode ser decisivo para o entendimento dos aspectos sociais, econômicos e culturais que vinculam esses territórios a um passado comum, bem como dos fenômenos que contemporaneamente lhes singularizam.

Na construção da abordagem proposta, esta análise apoia-se num argumento eminentemente histórico. Trata-se de afirmar o fato de que os três territórios ora estudados estiveram historicamente integrados durante o processo de conquista e colonização do território americano, pela necessidade de viabilização e reprodução do empreendimento colonial agroexportador açucareiro. Tendo como centro organizador a cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos, tal empreendimento fora o impulso determinante para o fenômeno de apropriação e aproveitamento econômico do território situado no entorno da cidade, no que se beneficiou, sobretudo, de sua peculiar fisiografia, marcada pela baía ampla, segura e largamente navegável que lhe resguarda a face meridional.

A partir de meados do século passado, contudo, o esgotamento da economia agroexportadora e as novas dinâmicas sociais e econômicas daí advindas levaram a uma tendência de diferenciação e reorganização desses territórios. Tal processo teria sido motivado ainda pela formulação de políticas de planejamento destinadas a fomentar o desenvolvimento dessas regiões e, assim, atender às peculiaridades sociais, econômicas e ambientais de cada uma

¹ Como o território de identidade do Recôncavo será também objeto de discussão em outro artigo da coletânea, optou-se por recortar, no âmbito desta análise, apenas os municípios que bordejam a fronteira sul dessa sub-região, compreendendo, dessa maneira, um conjunto de sete municípios: Conceição do Almeida, São Felipe, Santo Antônio de Jesus, Muniz Ferreira, Varzedo, Dom Macedo Costa e Nazaré. Além desses, estão contemplados por esta análise todos os municípios vinculados aos dois outros territórios de identidade em tela, quais sejam: Vale do Jequiçá (21 municípios) – Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaitira – e Baixo Sul (14 municípios) – Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandú, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães.

delas. Desse modo, procurar-se-á reafirmar esse legado histórico-cultural comum para, em seguida, evidenciar os caminhos que possibilitaram que, no curso das últimas décadas, esses espaços fossem assumindo identidades regionais mais bem delineadas. Por fim, ambiciona-se propor uma reflexão acerca dos processos de interação social, econômica e cultural entre esses diferentes territórios na contemporaneidade e dos desafios, individuais ou conjuntos, que se lhes apresentam.

Para tanto, pretende-se retomar a ideia de um Recôncavo histórico, com fronteiras relativamente distintas daquelas presentemente definidas para a região, e assim recuperar proposições de autores que, há muito, chamam a atenção para a necessidade de desnaturalizar as formas espaciais (BOURDIEU, 2001; ALBUQUERQUE, 2001; SANTOS, 1998; FREITAS, 2000). Nesse sentido, uma breve reflexão acerca da diversidade de propostas de regionalização contemporaneamente mobilizadas para definir o espaço em questão, ou parte dele – Recôncavo, Recôncavo Sul, Vale do Jequiriçá, Baixo Sul, Tabuleiros de Valença, Costa do Dendê, Litoral Sul etc. –, bastará para evidenciar a artificialidade e a superposição desses recortes. Espera-se, dessa maneira, contribuir para libertar esse campo de estudos de certa fixidez que lhe caracterizara no passado, permitindo ainda questionar os sentidos relacionados à sua mobilização identitária pelos atores do presente.

Com isso, não se pretende negar a centralidade do componente espacial nas elaborações regionais e territoriais mas, pelo contrário, demonstrar, especificamente no que toca ao espaço em estudo, o peso desempenhado pelos aspectos naturais no engendramento de dinâmicas sociais que conformaram esses territórios no passado e que, no presente, conferem-lhes singularidades marcantes. Assim o é, por exemplo, com relação ao Recôncavo e sua íntima vinculação com o acidente geográfico que lhe empresta significado e dinâmica, a Baía de Todos os Santos; com o território do Vale do Jequiriçá, que tem no rio de mesmo nome o fator determinante de sua agregação e inter-relação socioeconômica; e mesmo com o Baixo Sul, cuja proximidade com a Baía de Todos os Santos e singularidade de sua fisiografia foram fatores de grande importância no delineamento de sua trajetória histórica e no seu atual perfil social e econômico.

Assim, a despeito da especificidade das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que marcam essas distintas identidades territoriais na contemporaneidade, sustenta-se que estas são tributárias de um processo de formação social comum, que sugere a existência de experiências históricas e culturais partilhadas pelas populações que habitam estes territórios. Perceber a riqueza da matriz histórico-cultural geradora desses diferentes contextos sub-regionais e compreender, na diversidade de suas experiências, a singularidade de sua interação são os principais desafios dessa investigação.

De tal maneira essa vinculação é verdadeira que uma investigação prévia acerca do processo de formação territorial desses municípios (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001) revelou que estes se originam, em sua quase totalidade, de três importantes vilas do período colonial, de cujos territórios essas municipalidades se desmembraram, quais sejam:

- Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira (1698) – de cujo termo inicial desmembrou-se a Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca (1761), que veio a dar origem aos municípios de Elísio Medrado e Amargosa (dos quais se desmembraram, posteriormente, Milagres, Brejões e Nova Itarana), todos pertencentes ao território de identidade do Vale do Jequiçá;
- Vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe (1697) – de cujo termo originaram-se as vilas de Maragogipe (1724) e de Nossa Senhora de Nazaré, das quais se desmembraram depois as demais municipalidades de Muniz Ferreira, Aratuípe, Laje, Santo Antônio de Jesus, Varzedo, São Miguel das Matas, São Felipe, Dom Macedo Costa e Conceição do Almeida, todas pertencentes ao território de identidade do Vale do Jequiçá, à exceção de Muniz Ferreira (Recôncavo), Aratuípe e Jaguaripe (Baixo Sul);
- Vila de São Jorge dos Ilhéus (1534) – a partir da qual se desmembraram as vilas de Nossa Senhora do Rosário do Cairu (1608) – termo original dos municípios de Valença, Nilo Peçanha, Wenceslau Guimarães, Taperoá, Teolândia, Presidente Tancredo Neves (território de identidade do Baixo Sul), bem como as de Jiquiriçá, Mutuípe, Ubaíra, Santa Inês, Itajuba, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara e Itirucú (Vale do Jequiçá) – e de Nossa Senhora da Assunção do Camamu (1693), da qual se originaram Igrapiúna e a antiga Vila de Santarém dos Índios (1758), termo original dos territórios atuais dos municípios de Ituberá, Piraí do Norte e Gandú (todos pertencentes ao Baixo Sul).

A partir desta primeira análise, portanto, evidencia-se que, do conjunto dos 42 municípios acima identificados como pertencentes à região sociocultural estudada, apenas cinco deles têm seus territórios oriundos de domínios alheios a essas vilas. Tratam-se, justamente, daqueles que compõem as cabeceiras do Vale do Rio Jequiçá (e, por conseguinte, este território de identidade), quais sejam: os municípios de Iramaia, Maracás, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal e Planaltino, todos desmembrados da Vila de Santa Izabel do Paraguaçu, atual Mucugê, pertencente ao território de identidade da Chapada Diamantina.

Com isso, o que se quer demonstrar é que o processo de formação dessa sub-região, a despeito da diversidade que a caracteriza no presente, remete a um território historicamente integrado no passado. Nesse sentido, é importante destacar também que são poucos os municípios que, desmembrados de uma das vilas coloniais supramencionadas, não compõem na atualidade um dos três territórios de identidade aqui estudados².

Tal constatação revela ainda a importância de pensar a constituição dessa região também a partir de suas “fronteiras”, seus pontos de contato com outras formações socioculturais importantes para o processo de organização territorial do estado e de suas dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais. Por isso, a investigação deverá levar em conta a existência, nas “bordas” da aludida região, de dinâmicas de contato e interação, material e simbólica, com

² É o caso dos seguintes municípios: Santa Terezinha, Itatim, Iaçu, desmembrados da antiga Vila de Pedra Branca e atualmente pertencentes ao território de identidade do Piemonte do Paraguaçu; Ibirapitanga (desmembrado de Camamu), Apuarema (desmembrado de Valença), Nova Ibiá e Itamarí (desmembrados de Santarém), que atualmente pertencem aos territórios de identidade do Litoral Sul, no caso de Ibirapitanga, e do Médio Contas (os demais).

outras regiões socioculturais, com destaque para aquelas que compreendem os territórios de identidade do Piemonte do Paraguaçu, do Médio Contas e do Litoral Sul.

A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO

O processo de formação territorial da Bahia remonta aos primórdios da colonização portuguesa na América, tendo sido esse território um dos primeiros e mais importantes núcleos da experiência colonizadora moderna no continente, destinada à sua conquista e exploração econômica em proveito das metrópoles europeias. Seu epicentro fora a cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, de onde partiram os principais impulsos para o processo de conquista e colonização do território circundante.

Fundada em 1549 para servir de sede à administração colonial portuguesa, Salvador foi, durante o período colonial, uma das economias mais dinâmicas do Atlântico Sul. Em seu porto chegavam mercadorias vindas não apenas de Portugal, mas também de diversos pontos do Império Colonial Português na América, na África e na Ásia: manufaturas, especiarias e, sobretudo, levas de escravos negros destinados ao trabalho nas lavouras. A partir de Salvador também eram exportados os grandes carregamentos de açúcar, tabaco e algodão, entre muitos outros gêneros agrícolas produzidos nos solos férteis do entorno da baía e além deste. Espécie de “metrópole colonial”, na expressão da historiadora Kátia de Queirós Mattoso (1992, p. 75), a cidade articulava ao seu redor uma vasta rede de influência que extrapolava as fronteiras da capitania, atingindo outros centros econômicos da colônia, onde eram redistribuídos os produtos comercializados em seu porto.

Entre as condições que fizeram de Salvador um entreposto comercial de tal monta, pode-se elencar a posição privilegiada da cidade, fundada em lugar de fácil atracação e protegida militarmente pelas guarnições que defendiam a sede do Governo Geral da colônia. Contudo, a mais importante delas foi, sem dúvida, a consolidação em seu entorno de um vasto cinturão agrícola destinado à produção de gêneros tropicais exportáveis, sobretudo a cana-de-açúcar, que veio a se tornar uma das mais importantes e prósperas zonas de *plantation* do mundo colonial atlântico: o Recôncavo da Bahia.

Constituído em torno do acidente geográfico que o nomeia e significa, a Baía de Todos os Santos, e beneficiando-se mesmo das vantagens oferecidas por esse acidente – um vasto mar interior, amplamente seguro e navegável – em sua constituição histórica, o Recôncavo da Bahia evoca aquele sentido mais elementar do empreendimento colonial, qual fosse sua orientação para a viabilização de atividades extrativas e agroexportadoras destinadas ao mercado europeu. Esse caráter fora determinante na definição de seu caráter espacial, organizado segundo o modelo de bacia de drenagem, tal como definido por Antônio Carlos Robert de Moraes, constituído assim por um eixo central de circulação ramificado em unidades produtivas, cujo fluxo prioritário dirigia-se a um porto comum destinado a fazer escoar toda a produção colonial (MORAES, 2002, p. 85).

Assim, a definição das zonas prioritárias de expansão da economia açucareira teve em conta não somente a fertilidade dos terrenos, mas também a facilidade de comunicação entre estas regiões e a capital, Salvador, entreposto comercial por onde chegavam os contingentes de mão de obra africana, indispensáveis à continuidade daquele empreendimento, e para onde convergia, igualmente, o montante do excedente colonial. Nesse sentido, dirigiu-se a colonização principalmente para a região do entorno da baía, onde a relativa concentração de terras férteis e uma bem disseminada rede de portos fluviais e marítimos favoreciam a comunicação com a capital e o processo de interiorização, que teve como vetor prioritário a bacia do Rio Paraguaçu (SANTOS, 1998).

Um empreendimento dessa natureza exigira a mobilização de grandes contingentes de mão de obra e, não sendo suficientes as populações indígenas, lançou-se mão do trabalho cativo de origem africana, fazendo da região um dos principais núcleos escravistas da América, onde experiências de violência, opressão e luta pela liberdade somaram-se para contar as histórias de índios e africanos na recriação de seu cotidiano no contexto atlântico. Desse modo, em Salvador e no seu entorno estabeleceram-se as bases da sociedade colonial brasileira, através da combinação de três elementos primordiais: trabalho forçado, capitalismo comercial e tradições senhoriais ibéricas, dando origem a uma sociedade multirracial e estratificada (SCHWARTZ, 2005, p. 9). A massiva presença de negros africanos de diversas nações e as suas estratégias cotidianas de sobrevivência sob a égide da escravidão foram responsáveis pela constituição de uma vibrante cultura de forte traço africano, escamoteada sob as malhas da fé cristã e das instituições europeias. Para Luiz de Aguiar Costa Pinto (1998), o Recôncavo da Bahia seria, assim, o “laboratório de uma experiência humana”, eternamente por se fazer.

Naturalmente orientada para os terrenos argilosos dos setores setentrional e ocidental do Recôncavo, onde predominavam os férteis solos de massapé, a produção açucareira era secundada por outras atividades econômicas que, longe de se lhe oporem, complementavam-na, evidenciando assim o caráter complexo desse sistema econômico. Sempre que o solo não favorecesse o cultivo da cana, outras atividades produtivas teriam lugar, com destaque para a produção do tabaco – importante mercadoria na ativação dos circuitos comerciais com a África – e também de gêneros agrícolas, especialmente a farinha de mandioca, indispensáveis à própria reprodução do empreendimento colonial, fosse para alimentação das populações dos engenhos ou dos crescentes centros urbanos da região.

A força dessa dinâmica fora tamanha que transcendera mesmo o espaço da capitania da Bahia, atraindo para seu centro de gravitação toda a porção setentrional da vizinha capitania de São Jorge dos Ilhéus, doada em 1534 ao escrivão da Fazenda Real portuguesa, Jorge de Figueiredo Correia. Para entender este fato é preciso recordar que Salvador, como sede do Governo Geral que foi até 1763, possuía sob sua jurisdição todo o território da América Portuguesa – à exceção da parte que veio a formar mais tarde o Estado do Grão-Pará e Maranhão –, pelo que se constituía na sede do poder civil e militar da colônia, reunidos na pessoa do Governador Geral, Capitão de Mar e Guerra (SALGADO, 1985, p. 63). Entretanto, é evidente que, conquanto

sua competência fosse tão ampla, a força de seus agentes se fazia sentir de maneira tanto mais intensa quanto maior fosse a proximidade física do poder e, por isso, compreende-se a intensa atuação destes no litoral da capitania de Ilhéus. Tal processo parece estar ligado a um esforço persistente por parte das autoridades da capitania real de ampliação de seu domínio territorial a partir da cidade de Salvador, centro geográfico do poder, infletindo para o sul o limite de sua jurisdição administrativa e econômica.

Esse fenômeno teria sua origem em certa imprecisão ocorrida por ocasião do estabelecimento dos forais de doação das primeiras capitanias, cujos limites não foram claramente delimitados, dizendo-se apenas que as terras de uma capitania começariam “na parte onde se acabarem as de outras” (TAVARES, 1999, p. 110). Especificamente no caso da donataria da Bahia, sua carta de doação, passada em 1534, determinava estender-se do Rio São Francisco para o sul, até a ponta da Baía de Todos os Santos, incluindo o Recôncavo, sem, contudo, fixar claramente seu limite. A carta de doação da capitania de Ilhéus, por sua vez, determinava começarem as ditas terras “na ponta da Bahia de Todos os Santos” (apud LISBOA, 1825, p. 252). Assim, a questão da divisa exata entre as duas capitanias dependia de uma determinação acerca de onde terminaria a Baía de Todos os Santos.

Originalmente, adotou-se o entendimento de que esta findaria na Ponta do Garcez, promontório situado ao sul do referido acidente, próximo à barra do Rio Jaguaripe, como evidenciado no *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*, da autoria de Diogo de Campos Moreno (1612, apud BARROS, 1928, p. 428-429). Contudo, ainda no século XVI, durante o governo de Mem de Sá, conflitos envolvendo a arrecadação dos dízimos do pescado nos mares ao sul da Baía de Todos os Santos opuseram a Coroa ao donatário de Ilhéus, num litígio que só foi resolvido por provimento judicial do ouvidor geral Bráz Fragoso, no qual se determinou estender-se a referida Baía “do Morro [de São Paulo] para dentro”, conforme relatado por Gabriel Soares de Sousa (SOUSA, 1851, p. 141-142). Tal decisão, em evidente subversão ao sentido fisiográfico mais estrito da ideia de Baía, atendia aos interesses políticos e econômicos da capitania da Bahia, resultando na subordinação a ela de toda a porção continental, insular e marítima situada entre os rios Jaguaripe e Jequiriçá, originalmente pertencente a Ilhéus.

Ao cabo do século XVII, já estava assegurada a incorporação desta faixa territorial à capitania da Bahia, conforme a portaria de Dom João de Lencastro, de 13 de julho de 1696, que, ao delimitar as recém-criadas ouvidorias da Bahia e de Sergipe, definiu os limites daquela como sendo “para o norte até Itapoan e para a banda do sul até onde a capitania da Bahia confina com a de Ilhéus, às quais divide o rio Jequiriçá” (FREIRE, 1998, p. 141-142). A partir de então, ganhou mais vigor a colonização na região, com o estabelecimento de aldeamentos indígenas, abertura de estradas e concessão de novos lotes sesmarias. Mesmo depois disso, contudo, continuou o Governo Geral da Bahia a pretender ingerir ativamente sobre o território da capitania vizinha, valendo-se de suas prerrogativas político-militares para impor àquele território a função de centro produtor de alimentos, destinados originalmente a abastecer as tropas militares estabelecidas na capital da colônia e, posteriormente, a garantir o pleno desenvolvimento do circuito agroexportador estabelecido nas férteis terras de massapé do Recôncavo.

Isso porque o sucesso da empresa canvieira nas terras que circundavam Salvador tinha como reverso a ocorrência de sucessivas altas no preço da farinha no mercado da cidade, já que muitos senhores de engenho, sempre interessados em maiores lucros, recusavam-se a reservar parte de suas férteis terras para o cultivo de mandioca e demais gêneros necessários à própria subsistência e à de seus escravos. Ao preferir adquirir-los nos mercados da região a produzi-los, terminavam por agravar um problema já bastante sério: o da segurança alimentar dos centros urbanos da região. Embora Salvador contasse com uma oferta variada de produtores – afinal, não eram apenas as vilas de Ilhéus, senão todo o sertão e as demais vilas do norte da capitania, que tinham na sede do Governo Geral o principal mercado consumidor do seu excedente –, as altas taxações e a obrigatoriedade da venda da farinha ao Celeiro Público por um preço previamente fixado, aliadas ao assédio dos canvieiros gananciosos, terminavam por provocar a evasão dos estoques para outros mercados. A redução da oferta de alimentos nos mercados urbanos causava elevação nos preços, e o resultado eram cenários de agitação marcados pela fome e pelo protesto popular. A segurança alimentar da colônia vivia sob constante ameaça (SCHWARTZ, 2001, 2005; BARICKMAN, 2003).

Assim, a condição fronteiriça à capitania da Bahia fez com que, ao longo do período colonial, as vilas da capitania de Ilhéus estivessem de tal modo articuladas nos circuitos de produção e comercialização de açúcar, fumo e mandioca do Recôncavo da Baía de Todos os Santos que mereceram o epíteto de “vilas de baixo”, uma referência não apenas à sua posição geográfica, como também à sua condição política em face de Salvador. Nesse sentido, cumpre destacar que os laços de subordinação política e econômica que uniam essa região ao circuito produtivo baiano resultam da dominação colonial e são anteriores mesmo à anexação da capitania de Ilhéus pela da Bahia, o que só viria a acontecer em 1763, no contexto das reformas pombalinas. Indicam, assim, a constituição de certa especialização regional da produção na colônia, fortemente influenciada pelas demandas da economia agroexportadora, em que espaços periféricos à produção açucareira são instados a produzir para abastecê-la por meio de restrições impostas pela administração colonial. É importante lembrar que esse processo é muito anterior à anexação política da capitania de Ilhéus à da Bahia e que teria sido muito mais intenso para as vilas do norte da capitania – Boipeba, Cairu e Camamu – do que para a meridional Ilhéus.

O RECÔNCAVO HISTÓRICO E SUA DINÂMICA

Assim, a implantação da empresa agroexportadora na colônia americana teve, nos seus processos de territorialização, dispositivos centrais da reprodução desse mesmo sistema econômico. No caso da Bahia, tais processos estão ligados à conformação da sociedade e economia açucareira ali estabelecidas e à configuração de um determinado circuito regional de trocas que, tradicionalmente identificado com a ideia de um “recôncavo baiano”, apenas parcialmente encontra nesse acidente geográfico o desenho de sua dinâmica espacial. Como já foi observado, a própria ideia de recôncavo é dotada de historicidade própria e só pode

ser entendida à luz da dinâmica socioeconômica ali engendradora, e nunca a partir dos limites fisiográficos que essa mesma designação lhe impõe, havendo, portanto, que se falar de um “recôncavo histórico”, relativamente distinto do que é hoje conhecido.

Se o critério aglutinador da ideia de recôncavo parece ser o pertencimento a uma unidade territorial estruturada a partir da proximidade com Salvador e de sua vinculação ao sistema de produção para exportação, poder-se-ia postular a inclusão nessa totalidade de outros espaços contíguos ao atual Recôncavo, a exemplo das antigas vilas de Cairu, Boipeba e Camamu. Nesse sentido, o argumento da socióloga Maria de Azevedo Brandão, expresso na apresentação do livro *Recôncavo da Bahia: Sociedade e Economia em Transição*. Segundo a autora, o complexo socioeconômico instalado na Bahia dos tempos coloniais, conquanto centrado na produção para exportação do açúcar e do tabaco, abrangia uma série de outras atividades distribuídas não apenas ao redor da Baía de Todos os Santos, mas além, alcançando grande parte da faixa costeira ao sul, até a Baía de Camamu. Desse modo, Recôncavo e Baixo Sul, formariam um “Complexo Monumental”, “imenso e variado canteiro de trabalho”, organizado a partir de Salvador (BRANDÃO, 1998, p. 30). O assunto mereceu também o comentário do professor Cândido da Costa e Silva:

O processo colonizador mais concentrado e contínuo, a cana-de-açúcar da economia exportadora ampliaram o espaço do Recôncavo e estreitaram à cidade os seus núcleos florescentes, fazendo recuar o sertão. Até mesmo Baía afora, rumo ao sul, o fácil caminho do mar, o domínio mais antigo e seguro dessa costa, varrida de seus naturais habitantes, integraram mais e mais ao circuito desse intercâmbio a faixa que corre até a Baía de Camamu, incorporando-a ao Recôncavo em evidente subversão geográfica (COSTA E SILVA, 2000, p. 48).

Talvez o primeiro autor a abordar essa importante questão tenha sido Milton Santos. Em seu importante estudo *A Rede Urbana do Recôncavo*, originalmente publicado em 1959, o geógrafo baiano refuta os que concebem o Recôncavo enquanto uma unidade fisiográfica, o entorno da Baía de Todos os Santos, apresentando uma concepção bastante original dessa formação regional, constituída para ele a partir de uma rede urbana capitaneada por Salvador, historicamente capaz de articular porções territoriais com diferentes vocações econômicas em torno de um centro consumidor e exportador das produções locais. Assim, a integração entre os diferentes espaços produtivos do Recôncavo (regiões da cana, do fumo, da mandioca e da cerâmica, da pesca, e da extração de lenha e carvão vegetal) adviria do pertencimento a essa rede urbana organizada a partir da capital, Salvador (SANTOS, 1998).

Distanciando-se tanto da concepção tradicional de Recôncavo quanto da classificação oficial dos órgãos estatais, Milton Santos (1998) destacava o caráter dinâmico do funcionamento dessa rede, cujo processo de formação teria sido composto por três fases distintas. Em sua análise, o autor privilegia o fator transportes como elemento decisivo na configuração regional – no que inaugura, aliás, uma larga tradição analítica na produção acadêmica baiana –, além de identificar certo sentido

de permanência no que se refere à divisão espacial da produção, tendo as diferentes regiões do Recôncavo se mantido historicamente dedicadas a atividades econômicas específicas.

As origens dessa rede estariam localizadas nas pequenas vilas fortificadas fundadas ao longo do litoral baiano no início do período colonial, destinadas a consolidar a posse das terras do Brasil pela Coroa portuguesa, ameaçada diante das constantes investidas de indígenas e das diversas tentativas de ocupação e exploração do litoral brasileiro promovidas por exploradores de outras nações europeias. Além de Salvador, surgiram nesse contexto as vilas de Santiago do Iguape, São Francisco do Conde, Cairu e Jaguaripe, povoações unidas no propósito de garantir o alargamento das fronteiras econômicas da capitania, oferecendo alguma proteção militar aos colonos proprietários de terras naquelas cercanias. A dizimação dos grupos indígenas da costa, que terminou por reduzir a importância militar desses núcleos, não comprometeu a importância dessas vilas, que passaram a exercer novas funções, especialmente de caráter econômico e administrativo. Entretanto, com o processo de ocupação das terras interiores, essas primeiras vilas foram progressivamente perdendo sua influência, dando lugar a novos núcleos urbanos surgidos às margens e nas barras de rios, portos de escoamento da produção agrícola do interior da capitania (SANTOS, 1998).

Dessa maneira, crescia a rede urbana do Recôncavo, fruto da demanda contínua por cana-de-açúcar, fumo e gêneros alimentícios, através da consolidação de novos espaços regionais: a zona canavieira, a zona fumageira e a zona mandiogueira, tendo como centros as vilas de Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré, respectivamente. Esta última, sobretudo, merece atenção especial pela sua importância como centro dinamizador do processo de ocupação da região meridional do Recôncavo e do Vale do Rio Jequiçá, constituindo-se como importante produtora e comercializadora de gêneros alimentícios destinados ao mercado de Salvador ainda nos finais do século XVIII, antes mesmo de se converter em vila, o que só veio a acontecer em 1831. A persistência na tradição oral de seu singular epíteto, Nazaré “das farinhas”, é uma evidência da expressividade dessa atividade na região, e mesmo de sua importância para o abastecimento da capital.

No que toca à porção sul do território do Recôncavo, cabe notar que esta apresenta, como tem apontado alguma historiografia, um caráter relativamente distinto daquele tradicionalmente reputado ao Recôncavo (açucareiro, latifundiário e escravocrata). Isso porque, mesmo durante o século XIX, tal região ostentaria um perfil agrícola orientado, sobretudo, para a produção de alimentos, lastreado em pequenas e médias propriedades fundiárias e plantéis de escravos também menos expressivos, frequentemente complementados pelo braço familiar (OLIVEIRA, 2000, p. 85), o que autorizaria a proposição de uma distinção entre um Recôncavo “açucareiro” e um Recôncavo “mandiogueiro”. Nisso, aliás, a região parece reproduzir um padrão produtivo já observado para o Baixo Sul baiano, nas chamadas “vilas de baixo”. Fundamental, contudo, é perceber, com Milton Santos (1998), que a constatação dessas diferentes especializações sub-regionais, às quais se podem somar outras (Recôncavo fumageiro, oleiro etc), não implica a negação da propriedade da ideia de Recôncavo como uma região, mas antes a afirmação de seu caráter complexo e integrativo.

FERROVIAS E RODOVIAS: NOVOS CAMINHOS PARA O TERRITÓRIO

Um dos fatores que demonstra com mais clareza a importância da economia de abastecimento para o funcionamento do complexo regional do Recôncavo, e a centralidade de Nazaré nesse contexto, é o fato de essa municipalidade ter sido um dos pontos estruturantes do processo de construção das novas dinâmicas territoriais que emergiram na região a partir da segunda metade do século XIX, influenciadas, sobretudo, pela introdução das ferrovias e da navegação a vapor. O advento desses novos elementos de transporte constitui sintoma das transformações vivenciadas nos quadros da economia mundial no século XIX, marcado por inovações tecnológicas destinadas a promover a aceleração das relações comerciais e, por conseguinte, o incremento nos padrões de acumulação das potências capitalistas (SAMPAIO, 2008, p. 6-9).

A introdução desses novos modais de transporte ligou-se também aos esforços típicos do Segundo Reinado no sentido de promover uma maior integração no território brasileiro e minimizar, assim, os impulsos separatistas que haviam colocado sob ameaça o princípio da unicidade territorial que dava sustentação ao Estado Imperial brasileiro (MATTOS, 2004, p. 92-113). Simultaneamente, representavam uma preocupação latente do governo da província da Bahia e de sua classe dirigente no sentido de promover o impulsionamento de atividades econômicas no interior de seu território, para o que se considerava fundamental a abertura de novos caminhos por meio dos quais fosse possível escoar a crescente produção agrícola das diferentes zonas produtivas, tendo sempre em Salvador seu centro de convergência (FREITAS, 2000, p. 26).

Assim é que a cidade de Nazaré via sua centralidade sub-regional crescer, a partir da segunda metade do século XIX, à medida que se constituía em ponto final da ferrovia Tram Road Nazareth, que percorria a região drenando em sua direção a produção realizada no Médio Rio de Contas e no Vale do Jequiriçá. Paralelamente, era através de seu porto que tal produção era escoada para Salvador por meio dos pacotes a vapor que singravam o mar da baía, integrando essas regiões ao circuito produtivo do Recôncavo e cristalizando a influência das cidades portuárias sobre os territórios a seu redor (SAMPAIO, 2008, p. 23).

Evidência da importância de Nazaré no cenário da Bahia oitocentista é a concentração, na cidade, de distintas instituições e serviços urbanos, entre os quais merece destaque a criação, em 1831, na cidade, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré, por iniciativa de senhores pertencentes às mais abastadas famílias locais, compostas de proprietários de terras e comerciantes (TAVARES, 2003, p. 37). A importância desse tipo de instituição no Brasil, durante os períodos colonial e imperial, enquanto espaço de sociabilidade das elites, bem como por sua atuação na prestação de serviços de assistência social às classes menos favorecidas, foi demonstrada por estudos célebres, como o de John R. Russel Wood (1981). Em Nazaré, um dos setores em que esta instituição mais se destacou foi o de prestação de serviços na área de saúde, com a criação do Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Nazaré (TAVARES, 2003, p. 38-41). A preservação do edifício que lhe serviu de sede desde 1888 é evidência da importância desse equipamento urbano para a cidade e seu entorno.

Outra importante instituição criada no município foi o Asilo dos Meninos Desvalidos, dedicado à assistência e à educação de meninos pobres e em funcionamento desde 1878. Sua direção foi assumida, a partir de 1917, pelo intelectual baiano Isaiás Alves, natural daquela cidade e autor de uma das primeiras memórias históricas sobre a região, *Matas do Sertão de Baixo* (1967). Nas dependências da instituição foi fundado, pelo também educador e poeta baiano Anísio Melhor, o Ginásio Clemente Caldas, onde também funcionou uma gráfica, responsável pela publicação de algumas importantes obras baianas (TAVARES, 2003, p. 43-45).

Outro exemplo da centralidade econômica e social de Nazaré é a sua feira, destacado espaço de sociabilidade e centro da vida comercial da região durante o século XIX, que, somente no final daquele século, veio a ser superada pela da emergente vila de Santo Antônio de Jesus (OLIVEIRA, 2000, p. 59-62). A centenária Feira dos Caxixis, por sua vez, realizada na cidade no período da Semana Santa, evidencia ainda hoje a presença de temporalidades litúrgicas e cívicas que, conquanto diminuídas, continuam a mobilizar diferentes sujeitos e comunidades. O aspecto de destaque dessa feira fica por conta da comercialização da cerâmica produzida nas olarias de Maragogipinho, distrito do município de Aratuípe, vizinho daquela cidade, cuja reputação e antiguidade remontam também ao século XIX, como evidenciam alguns relatos colacionados pelos estudiosos (AGUIAR apud OLIVEIRA, 2000, p. 54; RABELO apud BARRETO, 2006, p. 1).

Valença também foi uma cidade cuja importância enquanto centralidade sub-regional cresceu nesse contexto. Sua emergência no âmbito do Baixo Sul baiano, ainda que tardia, deveu-se, em certa medida, à proximidade com o circuito produtivo engendrado por Nazaré, ainda mais depois de sua inclusão na rota do vapor que percorria o litoral sul baiano (SAMPAIO, 2008, p. 26-27), favorecendo assim o escoamento da produção têxtil realizada na cidade a partir do ano de 1844, com a instalação da fábrica de tecidos Todos os Santos, experiência singular de industrialização na Bahia (OLIVEIRA, 1985, p. 36). Outro exemplo da importância que essas cidades passam a desempenhar na cena regional a partir dos meados do século XIX é a inclusão de ambas no roteiro da visita que o imperador Dom Pedro II fez à Bahia em 1859 (TAVARES, 2003, p. 33-35, OLIVEIRA, 2006, p. 81-83).

Se a introdução da navegação a vapor na Bahia, ainda que tenha dinamizado as relações comerciais na capitania, serviu sobretudo para cristalizar a influência das cidades portuárias sobre as regiões ao seu redor, o advento das ferrovias foi responsável pelo engendramento de novos fluxos territoriais na região, que terminaram por modificar sensivelmente sua dinâmica sub-regional. No que se refere à Tram Road Nazareth, construída a partir de 1869, seus efeitos foram especialmente sensíveis sobre a região do Vale do Jequiriçá, onde a ferrovia serviu como importante elemento dinamizador da economia regional, ao favorecer o aproveitamento do território e mesmo a emergência de novas dinâmicas territoriais. Estas tiveram como principal consequência a constituição de uma rede de cidades interligadas pela ferrovia e por ela articuladas à região do Médio Rio de Contas e a Nazaré (ZORZO, 2001).

Os registros dessa experiência ferroviária são ainda hoje latentes na região, seja na memória dos habitantes da região ou em suas paisagens, marcadas pela persistência de um forte padrão de interação entre os municípios que outrora estiveram articulados pela malha ferroviária e pelos vestígios materiais desse fenômeno, entre os quais o patrimônio edificado – composto pelas estações da antiga ferrovia, a maior parte destas prestando-se, na atualidade, a novas funções – e as reminiscências dos caminhos de ferro que interligavam essas cidades (JESUS, 2007).

No tocante ao Vale do Jequiriçá, seu processo de ocupação fora sensivelmente mais lento e ganhou vigor muito mais tardiamente. Primeiro promoveu-se a ocupação de seu curso mais baixo, por meio da doação de sesmarias à margem de seu leito. À medida, contudo, que se encachoeirava o curso do rio e se adensava a mata que recobria suas margens, escasseava a presença portuguesa. Até finais do século XVIII, suas margens constituíam importante reserva de madeira destinada a diferentes finalidades, dentre as quais a construção civil e naval. Em sua extremidade setentrional, a produção de tabaco fora um importante agente dinamizador da apropriação de seu território, tendo como centro produtor a cidade de Amargosa, ainda hoje importante na região, sobretudo em função de sua articulação com o circuito comercial do Recôncavo. No século XIX, outra cultura desenvolvida na região foi a do café, assim como a pecuária, ainda presente em todos os trechos do curso do rio. Posteriormente, o impulso da produção cacaueteira, ativado a partir de seu centro dinâmico, o eixo Ilhéus-Itabuna, foi de tal monta que tocou mesmo a face meridional do dito vale, sendo ainda hoje uma importante atividade econômica em municípios como Mutuípe, Jiquiriçá, Laje e Ubaíra (ALMEIDA, 2008).

Finalmente, a implantação das rodovias, no século XX, foi responsável, juntamente com outros fatores, por uma reorganização da hierarquia dos núcleos urbanos. A maior consequência desse processo foi a ascensão das cidades de Alagoinhas e Feira de Santana como novos entrepostos comerciais voltados ao abastecimento de Salvador e à distribuição da produção baiana, articulando ao seu redor zonas produtoras localizadas não apenas dentro do Recôncavo, mas também fora dele, como resultado da expansão das fronteiras econômicas do estado (SANTOS, 1998; FREITAS, 2000, p. 31-35). Sobretudo a partir da construção da BR-101, cidades como Nazaré assistiram à diminuição de sua importância no contexto regional e de sua centralidade no âmbito microrregional, vindo a ser sucedidas por outras, dentre as quais Santo Antônio de Jesus, um antigo distrito da mesma Nazaré, que passou a assumir a condição de centro dinamizador da vida econômica e social na região meridional do Recôncavo, como evidencia a vitalidade de sua feira, grande destaque no cenário regional a partir de então (SANTOS, 2007). Distinto, contudo, é o caso da cidade de Valença a qual, em função desse mesmo processo, teve sua importância microrregional ampliada, beneficiando-se, sobremaneira, de sua proximidade com o eixo central da citada rodovia.

A partir da década de 1950, também a necessidade de impulsionamento econômico da região meridional do Recôncavo, cujo atraso com relação a sua extrema setentrional tornou-se evidente a partir do advento da Petrobras nessa região, demandou do estado a adoção de políticas

mais claras de planejamento para a região, na tentativa de identificar suas potencialidades econômicas e desafios específicos, a qual se fez acompanhar, por sua vez, de novos parâmetros de organização territorial. Verifica-se então a emergência dos organismos de planejamento do estado, cujas origens remontam à criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), em 1955, a qual foi sucedida por diversos órgãos destinados à formulação de políticas de planejamento regional, vindo a resultar, a partir de 1995, na criação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Note-se, nesse cenário, a emergência de um novo modelo de agregação territorial na região, o Recôncavo Sul, sinalizando, inclusive, uma relativização do critério físico de delimitação do Recôncavo ao incluir, em seu bojo, grande parte do Vale do Rio Jequiçá. A esse respeito, destaque-se a força integrativa e epistemológica da ideia de um “recôncavo meridional”, dotado de especificidades, cujo alcance ainda hoje é notado, por exemplo, na produção acadêmica e na mobilização dos discursos identitários regionais. Nesse sentido, cabe lembrar o ensinamento de Pierre Bourdieu, que destaca o processo de construção de identidades (territoriais, linguísticas etc.) como fruto da eleição de alguns critérios de pertinência em detrimento de outros, renunciando a diferenças internas, bem como a similaridades com a sociedade envolvente (BOURDIEU, 2001, p. 116).

Ainda no que diz respeito ao Vale do Jequiçá, cabe destacar que o recente esforço de agregação territorial tomando-se como centro de referência essa bacia hidrográfica, sendo uma importante tendência contemporânea, implica também desafios de várias ordens. Isso porque consiste a dita região num conjunto de climas, relevos e coberturas vegetais distintamente marcados, que inclui desde zonas de Mata Atlântica até formações vegetais típicas do Semiárido, e que terminam por imprimir singularidades a suas diferentes porções, bem como distintas vocações econômicas e perfis fundiários (QUAN; OLAIDE, 2010). Por sua vez, a experiência da integração ferroviária, vivenciada na região entre as décadas finais do século XIX e a metade do século XX, foi responsável pela ativação de outros fluxos territoriais ligando as cidades da sub-região a municípios situados além dela. Esse aspecto é sensível, por exemplo, em Jaguaquara, que terminou por se tornar uma espécie de centralidade para a região, pela sua atratividade como centro de oferta de serviços e comércio.

A aderência do alto do curso do Jequiçá, por sua vez, é ainda mais complexa, pois, em suas origens, a dinâmica de ocupação dessa região está ligada ao processo de conquista do alto curso do Rio Paraguaçu, especialmente de sua margem direita, ocupado pelos índios Paiaias e Maracazes que habitavam aqueles sertões ao longo do século XVII, liberando, dessa maneira, aquelas terras para a pecuária (NEVES, 2008; SIERING, 2008). A esse respeito, é sintomático, como já se observou, que a referida região, composta pelos municípios de Maracás, Lafayette Coutinho, Planaltino, Iramaia e Lajedo do Tabocal, tenha sido originariamente desmembrada do município de Santa Isabel do Paraguaçu, atual Mucugê (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001, p. 89-90).

Ainda nesse trecho, é marcante a presença de uma vegetação de caatinga e de um clima mais seco, distinto, portanto, da umidade que marca o trecho médio do dito rio. Em Maracás, situada no ponto mais alto da região, o clima frio promovido pela altitude tem favorecido o desenvolvimento de um importante polo produtor de flores, cuja dinâmica, aliás, tem-se estendido a outros municípios da região, não apenas pela vitalidade de sua produção como também pelo sucesso dos modelos de negócios cooperativos que ali se têm engendrado (MATTOS, 2007; PASSOS et al, 2004). Nessa cidade, encontra-se também o Parque Estadual das Nascentes do Jequiriçá, o que justifica sua agregação ao território de identidade que se estruturou em torno do vale desse rio. De todo modo, parece apropriado destacar a evidente interação dessa microrregião com outro território de identidade que lhe é contíguo, no caso, o Piemonte do Paraguaçu.

O predomínio da atividade agropecuária na região é ainda expressivo, como demonstra o fato de, no ano de 2006, 73% da população encontrar-se dedicada a essa atividade, e o restante dedicado ao setor de serviços, sendo diminuta a presença do setor secundário na região (QUAN; OLALDE, 2010). A pecuária bovina, sobretudo, é um forte elemento econômico e cultural na região, que evoca assim um universo cultural mais identificado com tradições sertanejas, entre as quais se destacam as cavalgadas, missas de vaqueiro, competições de argolinha, vaquejadas etc. Mesmo assim, uma boa parcela da população reside em zonas urbanas, o que atesta certa modernização nas relações produtivas, bem como a persistência da rede urbana do vale como um elemento de organização territorial ainda hoje poderoso.

OS CAMINHOS CONTEMPORÂNEOS DO TERRITÓRIO

A interação de tantos povos e influências em um meio peculiar deu origem a uma sociedade multicultural, herdeira de tradições diversas, constantemente reinventadas no processo de produção da sobrevivência da população. Os registros dessa experiência marcam ainda hoje a paisagem da região e a cultura das populações que a habitam, através de exemplares do patrimônio histórico edificado – igrejas, capelas, engenhos e casarios –, bem como de um rico repertório de práticas culturais. Entre essas, merecem destaque as tradições religiosas e festivas, que marcam o calendário cívico-religioso baiano, e a cultura da pesca e da navegação, ainda hoje fundamental para o sustento das populações que vivem no entorno da Baía de Todos os Santos, nas margens dos rios que nela deságuam e além desta.

É forte, sobretudo, a presença dos elementos do catolicismo popular que evocam tradições oriundas da cultura medieval ibérica, frequentemente mescladas com elementos de matrizes africanas, por meio de práticas sincréticas. Exemplo disso é a devoção aos santos católicos, acompanhada de procissões e ternos de reis, bem como as novenas e ladainhas que remontam, por vezes, a cultos oriundos de um catolicismo doméstico de longa tradição (JESUS, 2006, p. 20-36). Outro aspecto cultural marcante da devoção católica na região é a prática das romarias, sendo a mais importante delas a que se dirige à Gruta de Nossa Senhora das Brotas, na cidade de Milagres, com notáveis impactos sociais, econômicos e espaciais para

essa municipalidade (ROSA, 2007). É grande a difusão dessa prática, por exemplo, entre trabalhadores rurais do Recôncavo, servindo como importante elemento de integração territorial entre esses espaços, e são múltiplos os significados que essa tradição encerra, como demonstrou Elinaldo de Jesus (2006, p. 63).

Elementos de uma religiosidade de matriz africana, por sua vez, não estão presentes apenas nas práticas sincréticas, incorporadas ao catolicismo popular, mas também nos terreiros de candomblé de tradições diversas disseminados por toda a região. As práticas curativas ostentadas por seus habitantes também demonstram a força dos saberes tradicionais relacionados ao conhecimento das propriedades das plantas e à sua preservação no seio de comunidades ligadas às tradições religiosas de origem africana (SANTOS, 2005). A presença da capoeira angola e de diferentes vertentes do samba (samba de raiz, samba de roda, samba-chula) evidencia, por sua vez, a continuidade entre a cultura da região e aquela estabelecida no Recôncavo açucareiro, fruto tanto de uma matriz formadora comum como da interação cultural entre esses territórios.

Em um contexto mais amplo, encontra-se a região do Baixo Sul, cuja cultura popular é composta de tradições muito antigas de folguedos, em que se destacam as cheganças de mouros, tradição ibérica de encenações que recontam episódios das cruzadas e conflitos entre europeus e mouriscos; os reizados e as congadas, celebrações que evocam rituais de coroação de reis negros, numa recriação de hierarquias sociais e simbólicas africanas; além de outras tradições como a dança da fita, a dandoca e a barquinha.

Parece mesmo tentador sugerir que a persistência dessas práticas se deve ao relativo isolamento imposto aos municípios da região no contexto de modernização da Bahia na segunda metade do século XX, possibilitando a manutenção de uma cultura popular de grande vitalidade, e aparentemente imune à força da cultura de massas. A pequenez de suas cidades pode também ter sido elemento de reforço a certo sentido de comunidade e civilismo que perpassa essas mesmas tradições, palpito que se reforça através da comparação do número de ocorrência de tais práticas nesse território em comparação com os demais.

Município	Quantidade de grupos	Território de identidade
Cairu	17	Baixo Sul
Jaguaripe	2	Baixo Sul
Nilo Peçanha	1	Baixo Sul
Pirai do Norte	4	Baixo Sul
Presidente Tancredo Neves	2	Baixo Sul
Aratuípe	1	Baixo Sul
Maracás	4	Vale do Jequiriçá

Quadro 1
Tradições populares em quantidade de grupos por município e território de identidade Recôncavo*, Baixo Sul, Vale do Jequiriçá

Fonte: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2010a.

*Apenas os municípios dessa região estudados no âmbito deste artigo.

Categoria	Quantidade de grupos	Território de identidade
Barca	1	Baixo Sul
Bumba-meu-boi	3	Baixo Sul
Caretas	1	Baixo Sul
Chegança	3	Baixo Sul
Congada	2	Baixo Sul
Dança da Fita	1	Baixo Sul
Dandoca	2	Baixo Sul
Maculelê	1	Baixo Sul
Samba de raiz	1	Baixo Sul
Quadrilha	2	Baixo Sul
Reisado	1	Baixo Sul
Samba de roda	4	Baixo Sul
Terno de reis	8	Baixo Sul e Vale do Jequiriçá
Zambiapunga	1	Baixo Sul

Quadro 2
Tradições populares em quantidade de grupos por categoria e território de identidade
Recôncavo*, Baixo Sul, Vale do Jequiriçá

Fonte: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2010a.

*Apenas os municípios dessa região estudados no âmbito deste artigo.

Tal como sugerido por Milton Santos (1998), apesar de intrinsecamente integrada à economia do Recôncavo durante o período colonial, a região do Baixo Sul sofreu certo isolamento com a introdução de novas logísticas de transporte, entre as quais a ferrovia e, posteriormente, a rodovia. Isso possivelmente contribuiu para fazer dela um importante bolsão de tradições populares, ainda que evidentemente atualizadas e reinventadas ao longo do tempo, mas reveladoras de modos de vida e concepções de mundo bastante antigos. É válido destacar também que um movimento contemporâneo de valorização dessas tradições, movido pelo poder público e mesmo pela sociedade civil – intelectuais, ONGs e outras iniciativas, inclusive relacionadas ao chamado turismo cultural –, as tem transformado em importante capital simbólico na obtenção de recursos governamentais, favorecendo sua manutenção e mesmo a reativação de determinadas práticas culturais, por vezes emuladas com novos sentidos.

É curioso, a esse respeito, o caso das filarmônicas. Espalhadas por diversas cidades da região, essa tradição da cultura urbana e cívica de origem europeia sustentou-se, ao longo do tempo, graças aos esforços das comunidades em que estavam inseridas, contando ainda com o apoio de seus potentados, que praticavam assim uma espécie de mecenato local. A diminuição do poder econômico desses patronos, contudo, bem como as mudanças havidas no âmbito da indústria musical nas décadas de 1950 e 1960 – inclusive de ordem tecnológica, com a disseminação do rádio, dos discos e da televisão –, abalou fortemente a dinâmica de funcionamento das sociedades filarmônicas (BLANCO, 2006, p. 490). Em função dessas transformações, muitas dessas sociedades terminaram por se tornar estruturalmente dependentes do apoio financeiro dos organismos

públicos e de organizações não-governamentais, por meio de iniciativas como a criação da Casa das Filarmônicas e dos festivais promovidos em vários níveis. Esse fenômeno tem, todavia, despertado a preocupação de determinados estudiosos (BLANCO, 2006, p. 492-493).

Um estudo recente sobre filarmônicas no interior da Bahia (ROCHA, 2005), focado nas cidades atendidas pelo Projeto Domingueiras, realizado pelo produtor musical Roberto Santana no início da década passada, apontou a existência de algumas filarmônicas na região. Em Cairu, a Centro Popular Cairuense, criada no ano de 1912, desenvolve atividades até hoje, a despeito de uma breve interrupção em suas atividades em meados do século passado. Já em Nazaré, a tradição das sociedades filarmônicas é ainda mais antiga, o que denota o vigor social, econômico e cultural dessa cidade no passado. Ali, tal tradição fora ainda fortalecida pela rivalidade que opusera, no passado, os integrantes e partidários da Filarmônica Erato Nazarena, criada em 1863, e da Euterpe Nazarena, de 1903, já extinta. Além disso, desde 1927, a Sociedade Filarmônica Manuel Clemente Caldas tem contribuído para a permanência dessa tradição no município.

Finalmente, o Programa de Fomento às Filarmônicas do Estado da Bahia, recentemente promovido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, credenciou um conjunto de 96 filarmônicas em atuação no estado, seis delas situadas na região, a saber:

Território de identidade	Município	Entidade
Recôncavo	Nazaré	Sociedade Filarmônica Erato Nazarena
Baixo Sul	Pres. Tancredo Neves	Associação dos Moradores do Bairro Colina Verde
Recôncavo	Santo Antonio de Jesus	Sociedade Filarmônica Amantes da Lyra
Recôncavo	São Felipe	Sociedade Recreativa Filarmônica Copioba
Baixo Sul	Valença	Sociedade Filarmônica 24 de Outubro
Baixo Sul	Wenceslau Guimarães	Sociedade Filarmônica Amigos da Música

Quadro 3
Relação de filarmônicas existentes na região e credenciadas na Funceb

Fonte: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2010b.

Ainda assim, não é apenas o volume de tradições existentes nessa região que a torna singular, mas também a peculiaridade de algumas delas. É o caso, por exemplo, do zambiapunga, manifestação que esteve mais ou menos disseminada pela região de Valença, remanescendo hoje no município de Nilo Peçanha. Composta por homens e mulheres mascarados que, agitando chocalhos e búzios e percutindo enxadas, saem às ruas da cidade durante a madrugada, tal celebração parece ter suas origens ligadas a rituais exorcistas de tradição africana, destinados a afugentar maus espíritos. Foi o que sugeriu a pesquisa da professora Yêda Pessoa de Castro (apud ARAÚJO, 1985, p. 256) que identificou, naquele continente, manifestações similares, especificamente ligadas a tradições bantas ainda hoje presentes no norte do Zaire. Evidente que, a despeito de alguns aspectos formais bastante semelhantes, os sentidos que envolvem tal prática na região baiana são muito distintos, mais ligados na atualidade a um caráter lúdico, que propriamente religioso.

Em Amargosa, durante os festejos momescos, outra tradição curiosa é a do grupo dos “cão”, homens que, pintados de óleo diesel queimado e adornados de chifres, máscaras, laços e rabos, desfilam pela cidade durante o domingo e a terça-feira de Carnaval a encenar perseguições a crianças e adultos. De acordo com estudo recente sobre a história dos festejos carnavalescos no município, sua coesão enquanto grupo parece indicar, em sua origem, o pertencimento a uma classe social ou etnia socialmente excluída, sugerindo um sentido de afrodescendência ou vinculação a tradições religiosas de origem africana, a exemplo do candomblé e da umbanda (MARQUES, 2009, p. 2). Representando rituais de aprisionamento das almas através de laços feitos de sisal, os mascarados conduzem os passantes até a porta do cemitério. Os “cão”, representações simbólicas do demônio cristão, zombam assim da morte, inserindo-se numa vasta tradição de festejos carnavalescos que viabilizam formas de legitimação social de grupos subalternos durante a folia, apoiando-se na subversão da ordem social no Carnaval (MARQUES, 2009, p. 3).

Evidentemente, a introdução progressiva de elementos de modernidade na região tem contribuído para a modificação de suas práticas culturais. A cultura de massas, através da difusão da televisão e, mais recentemente, do advento das tecnologias digitais, entre as quais os celulares e a internet, tem servido como importante elemento de interação e recriação cultural, sobretudo entre os jovens da região, num movimento que é potencializado nos espaços mais suscetíveis à influência do turismo, pela presença de viajantes e empresários oriundos de diversas partes do país e do mundo. Outro fenômeno típico das últimas décadas, e de alcance nacional, tem sido a disseminação das religiões neopentecostais, em suas diferentes denominações e vertentes, promovendo significativas transformações nos hábitos e valores dessas comunidades, e mesmo tensões sociais, especialmente diante das reações de determinados setores às tradições religiosas de origem afro-brasileira.

Outro fenômeno cultural de destaque são as festividades juninas. Suas origens, sugere-se, estão relacionadas a rituais de fertilidade celebrados durante o solstício de verão na Europa e que marcam a passagem dos dias de santos católicos como São Antônio (13 de junho), São João (23 de junho) e São Pedro (29 de junho). Amplamente disseminados nos estados da Região Nordeste, tais festejos são celebrados em muitas cidades do interior baiano, atraindo moradores dos grandes centros urbanos, sobretudo da capital, especialmente os naturais daquelas cidades, que aproveitam a ocasião para rever familiares e amigos.

Nas últimas décadas, algumas cidades do interior baiano, seguindo uma tendência – notada em toda a Região Nordeste – de capitalização dessas festividades como momento de atração de turistas e dividendos para o município, têm-se empenhado em promover uma maciça divulgação desses destinos, com investimentos em publicidade e contratação de diversas atrações musicais de expressão local, regional e nacional, subsidiadas, em geral, pelas prefeituras municipais e seus patrocinadores. Nesse conjunto, a cidade de Amargosa tem merecido destaque por ter sido uma das primeiras a adotar uma política mais afirmativa de divulgação desses festejos, atraindo, ano após ano, milhares de visitantes (LINS, 2008, p. 149-151).

Juntamente com as festas promovidas pelas prefeituras, realizam-se ainda os chamados “forrós de camisa”, que atraem, sobretudo, a população da capital para shows com bandas de projeção nacional, evidenciando a reprodução, nesse contexto, de fórmulas características do Carnaval soteropolitano. Destacam-se o Forró do Piu-piu, realizado na mesma cidade de Amargosa, e o Forró do Visgo, em Santo Antônio de Jesus. Também no Vale do Jequiriçá, muitas cidades têm explorado seu potencial turístico por intermédio das festas juninas. Ubaíra e Jaguaquara, por exemplo, têm registrado investimentos em publicidade e contratação de atrações musicais, revelando assim crescimento considerável no número de visitantes.

Contudo, cabe ressaltar que, a despeito de uma maior expressividade econômica e profissionalização dessas atividades, os festejos juninos no interior da Bahia são um importante marco no calendário cívico e festivo dessas cidades, com amplos significados para a cultura, a economia e a sociabilidade na região.

Outra dimensão importante relativa aos festejos juninos diz respeito às práticas da fabricação e soltura de fogos de artifício. Essa tradição festiva na Bahia, amplamente disseminada, tem no Recôncavo um de seus principais polos, tanto de produção quanto de consumo. É célebre, por exemplo, a prática da guerra de espadas ocorrida na cidade de Cruz das Almas e disseminada também por outras cidades. A tradição de produção desses artefatos na região, de origem remota, ganhou mais vigor a partir de meados do século passado (SANTOS, 2009, p. 26) e mobiliza um grande número de pessoas, principalmente em Santo Antônio de Jesus, onde mais de 15 mil trabalhadores atuam no setor (BARBOSA JÚNIOR, 2008, p. 55). Todavia, sua fabricação realiza-se, com frequência, de maneira artesanal e clandestina, expondo trabalhadores a grandes riscos e resultando em acidentes como o que, há 12 anos, vitimou 64 pessoas naquela mesma cidade, e cujo julgamento dos responsáveis recentemente ocupou as páginas dos noticiários. Novos modelos organizativos, contudo, têm sido gestados a fim de superar esses desafios e fazer da produção de fogos de artifício um instrumento a serviço do desenvolvimento local (BARBOSA JÚNIOR, 2008).

Há que se comentar ainda as micaretas, os chamados carnavais fora de época que ocorrem em diversas cidades do interior baiano, normalmente a partir de formatos festivos e com atrações ligadas à indústria musical da axé music e do pagode produzido a partir de Salvador, e apenas eventualmente incorporando artistas de maior expressão nesse universo. Isso porque, no tocante aos municípios em questão, a importância dessas festas raramente transcende o contexto microrregional, não tendo assim maior expressão econômica. Não deixam, contudo, de se configurar como importantes eventos para as comunidades em questão.

QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E A QUESTÃO DA TERRA

Aspecto de destaque na dinâmica social da região é a cultura negra, evidenciada na forte presença de comunidades remanescentes de quilombos, cujo processo de reconhecimento e certificação tem ganhado vigor na última década, acompanhado, inclusive, de políticas destinadas a assegurar

a essas comunidades o acesso às terras historicamente ocupadas por elas. Esse movimento, de grande impacto social e identitário, tem sido possível graças a uma tendência contemporânea de ressignificação do conceito de quilombo. Este tem deixado de se restringir à identificação de comunidades efetivamente oriundas de iniciativas de negros e mestiços desejosos de romper com os liames da dominação escravocrata, e se ampliado no sentido de abarcar e proteger comunidades afrodescendentes em geral, cujas estratégias de sobrevivência foram cunhadas a partir de práticas de ancestralidade, endogamia e relativo isolamento. Visa, assim, valorizar os esforços de sobrevivência destas diante da política de marginalização e exclusão da população negro-mestiça do exercício da cidadania no contexto do pós-abolição no Brasil.

O território do Baixo Sul destaca-se pelo grande volume de comunidades remanescentes de quilombo identificadas na última década, a maior parte habitando as bordas litorâneas daquela região e seus canais fluviais, dedicada basicamente à agricultura, à pesca e ao extrativismo vegetal, sobretudo do dendê e da piaçava. Nesse conjunto, encontra-se a comunidade de Jatimane, localizada no município de Nilo Peçanha e objeto de estudo recente (FERNANDES, 2009), bem como o quilombo de Boitaracas, no mesmo município. Nessas comunidades, tradições como a dança da velha e a queima das palhinhas – uma reinvenção dos festejos em devoção aos Reis Magos outrora largamente difundida na região – são anualmente reencenadas e atualizadas, servindo como reforço para a coesão social dessas comunidades e de sua ancestralidade quilombola (FERNANDES, 2009, p. 102-119). O movimento de valorização e reconhecimento dessas comunidades, contudo, não tem impedido a continuidade de conflitos e ameaças relacionados ao acesso às terras historicamente ocupadas por elas, como atestam os episódios atuais ocorridos no município de Cairu, especificamente na Ilha de Tinaré, envolvendo a comunidade quilombola da Batateira e os proprietários de terra na região (BAHIA, 2010c).

Município	Quantidade
Cairu	7
Camamu	10
Igrapiúna	1
Ituberá	5
Nilo Peçanha	2
Presidente Tancredo Neves	2
Taperoá	3
Valença	7
Wenceslau Guimarães	2
Total	39

Quadro 4
Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) certificadas pela Fundação Palmares, entre 2004 e 2010 na região

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2010, p. 3-9.

Quanto à herança indígena, sua presença e memória na região são hoje muito mais sutis que antes, mas ainda perceptíveis, por exemplo, nos topônimos regionais (grande parte das vilas da região é oriunda de antigos aldeamentos indígenas) e na memória de episódios marcantes da resistência indígena ao avanço do processo de colonização. Nesse sentido, merece destaque a resistência imposta pelo gentio aimoré à expansão colonizadora na região de Cairu, bem como o levante dos índios de Pedra Branca, no atual município de Santa Teresinha (REGO, 2009; PARAÍSO, 1985). Cumpre destacar ainda o episódio da Santidade de Jaguaripe, ocorrido ainda nos primeiros tempos da colonização, mais um caso emblemático das experiências de sincretismo e hibridização cultural que marcaram a dinâmica dos contatos entre europeus e indígenas (VAINFAS, 1995).

É digna de nota, ainda, a presença dos índios Pataxó Hã-hã-hãe na região de Camamu, mesmo após décadas de conflitos violentos entre estes e os empresários do cacau no sul da Bahia, num processo que culminou na criação da reserva Caramuru-Paraguassú em 1925 (PARAÍSO, 1988, p. 53). Os conflitos na reserva entre grupos indígenas distintos, cuja convivência fora imposta naquele contexto, resultaram na aquisição, por parte da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fazenda Bahiana, em 1987, dada em usufruto a uma comunidade Pataxó que conta hoje com aproximadamente 65 habitantes, numa área de 304 hectares (BAHIA, 2010b).

A produção cacaeira foi uma importante atividade econômica na região do Baixo Sul – não por acaso, ali se deram as primeiras experiências de aclimação do cacau na Bahia, em 1780 (CERQUEIRA E SILVA; AMARAL, 1940, p. 289-290). Ainda que de expressão residual se comparada ao centro impulsionador dessa atividade, o eixo Ilhéus-Itabuna, sua ocorrência na região contribuiu para a manutenção de um padrão de concentração fundiária ainda hoje gerador de conflitos na região. Exemplo disso são as disputas que opõem membros do Movimento dos Sem-Terra e os proprietários da Fazenda Culturosa, situada no município de Camamu e ocupada por 400 famílias integrantes do MST desde abril de 2009 (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2009, p. 1). No Vale do Jequiçá, um estudo recentemente observou uma limitação estrutural à democratização da propriedade da terra, inibindo assim um processo mais amplo de expansão da agricultura familiar na região (QUAN; OLALDE, 2010).

ECOTURISMO E TURISMO CULTURAL

Importante fator de impulsionamento econômico na região tem sido o turismo, com destaque para o território de identidade do Baixo Sul. Conhecida também como Costa do Dendê, nomenclatura adotada pelos órgãos de turismo do governo do estado, a região tem recebido um número cada vez maior de visitantes e investimentos, sobretudo após a “descoberta” e súbita valorização das praias do município de Cairu – em que se incluem os importantes balneários de Morro de São Paulo e Boipeba – e da Baía de Camamu, com destaque para a península de Maraú, que encerra a barra meridional desse belíssimo acidente geográfico. Outrora paraísos reservados aos veranistas, esses destinos ganharam grande visibilidade

nacional e internacional, resultando em uma intensa valorização dessas áreas na última década, com o surgimento de *resorts*, pousadas e restaurantes, concentrados, sobretudo, no povoado de Barra Grande, encravado na ponta da península de Marajú.

Nesse cenário, desponta como grande centro regional do turismo a cidade de Valença que, por sua localização geográfica e maior oferta de serviços, tem concentrado grande parte da estrutura turística, notadamente nos setores de transporte, hospedagem e receptivo. Tal condição tem feito dessa cidade um centro sub-regional, com importante participação no desempenho econômico da região e atuação destacada na produção e difusão de manifestações artístico-culturais. Ainda assim, especialistas têm observado que grande parte dos turistas que acessam a região a partir dessa cidade não costuma usufruir de seus atrativos turísticos, o que em parte se deve à falta de uma maior valorização destes, terminando por fazer do lugar um mero “corredor de turismo” (CASTRO, 2008, p. 2). Dessa maneira, impõe-se a adoção de políticas de promoção do turismo para o município, mais orientadas para a valorização de seu patrimônio e a capitalização dessa atividade em favor de seus habitantes.

De outra parte, há que se destacar o grande apelo que os atrativos naturais, notadamente as praias, exercem entre os que visitam a região, aspecto, aliás, marcante do perfil do turista brasileiro (VINHAS, 2007). O crescimento do turismo na região, consistindo num de seus mais promissores vetores de desenvolvimento, envolve, por sua vez, o enfrentamento de desafios de toda ordem (OLIVEIRA, 2008). Entre eles, os riscos ao equilíbrio dos ecossistemas locais, decorrentes do afluxo de moradores e visitantes; os impactos sobre o território, promovidos pela especulação imobiliária e pelo uso desordenado do solo, e os riscos sociais advindos da ameaça de desagregação de comunidades locais e de seus modos tradicionais de sobrevivência, bem como da disseminação da cultura da droga e da indústria do sexo.

Assim, a adoção de políticas de valorização e promoção do patrimônio histórico e cultural da região é considerada premente e extremamente oportuna para promover a sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades envolvidas. Permanece ainda largamente inexplorado o potencial da região em matéria de turismo cultural/patrimonial, que tem em cidades como Cairu e Jaguaripe centros potenciais de atração de visitantes, dadas sua antiguidade histórica e sua beleza arquitetônica, além do caráter pitoresco de seus centros históricos, que parecem mesmo evocar os tempos primeiros da colonização. Decisiva para o processo de preservação e valorização desse conjunto tem sido a atuação dos organismos de proteção ao patrimônio cultural, em âmbito federal e estadual, que têm lançado mão de expedientes de salvaguarda, dentre os quais, o inventário e posterior tombamento dos edifícios considerados dotados de valor histórico, artístico ou arquitetônico.

Contudo, a ausência de recursos mais expressivos orientados para a proteção desse patrimônio tem limitado o alcance das medidas protetivas, levando, por vezes, a danos irreversíveis a esses monumentos. Na região de Cairu, tem sido importante o apoio de instituições privadas, dentre os quais a Fundação Odebrecht, de destacada atuação na região, que tem apoiado a preservação e o restauro de prédios do município, entre eles, a Igreja de São Sebastião

da Vila de Boipeba e o Convento de São Antônio, em Cairu, um dos mais antigos e valiosos exemplares da arquitetura franciscana do século XVII no país (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA, 1988, p. 39-40).

Cairu	Convento e Igreja de Santo Antônio
	Fonte Grande do Morro de São Paulo
	Fortaleza do Morro de São Paulo
Jaguaripe	Casa dos Ouvidores
	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda
	Paço Municipal
Nazaré	Igreja de Nossa Senhora da Conceição
	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré de Camamu
	Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré
	Sobrado à Travessa da Capela, 2

Quadro 5
Bens tombados pelo Iphan por município da região

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2010 , p. 1-2.

Município	Bem cultural	Instituto jurídico	N. do processo	Notificação/decreto
Aratuípe	Engenho de Baixo	Tombamento	024/2002	8357/05.11.2002
Nazaré	Sobrado n. 1 da Travessa da Conceição	Tombamento	008/1980	28398/10.11.1981
	Estação Ferroviária Alexandre Bittencourt	Tombamento provisório	005/1988	N. 02/08/89
	Solar Bittencourt	Tombamento provisório	004/1988	N. 28/03/03
Santo Antônio de Jesus	Sobrado Alves e Almeida	Inventário de preservação	001/2005	Sem data
Valença	Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus	Tombamento provisório	005/2001	N. 03/01/01
	Prédio onde nasceu Conselheiro Zacarias Góes	Tombamento provisório	001/1993	N. 17/08/01
	Casa do Dr. Heitor Guedes de Mendes	Tombamento provisório	003/1989	N. 04/10/01
	Casa da Câmara de Vereadores	Tombamento provisório	004/1983	N. 22/08/01

Quadro 6
Bens tombados pelo Ipac por município da região

Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 2010, p. 4, 10-11.

Do ponto de vista de seu patrimônio paisagístico e natural, a região conta também com belas praias e algumas unidades remanescentes de Mata Atlântica, bem como outras riquezas, como o Vale do Rio Jequiçá, cujo potencial para o ecoturismo ainda é subaproveitado. No Baixo Sul, também se verificam oportunidades nesse setor, a exemplo da Cachoeira da Pancada Grande, situada no município de Ituberá (CUNHA, 2010), além de em outros segmentos correlatos, como o turismo esportivo, a exemplo da prática de *rafting* nas corredeiras existentes no município de Nilo Peçanha. A despeito de não contar com

um grande patrimônio espeleológico, há que se destacar o valor paisagístico e histórico-cultural da Gruta de Nossa Senhora das Brotas, no município de Milagres, e as pinturas rupestres identificadas pelo arqueólogo Carlos Etchevarne na Pedra do Sino, situada no mesmo município (ETCHEVARNE, 2007).

Outro importante patrimônio cultural da região é a produção oleira do distrito de Maragogipinho. Situado no município de Aratuípe, esse distrito é considerado o maior polo produtor de cerâmica da América Latina, contando com mais de 60 olarias. Sua produção consiste, sobretudo, em peças destinadas ao consumo doméstico e a rituais de candomblé – potes, porrões, talhas, panelas, pratos, moringas, alguidares, lajotas, incensários, caqueiros e quartinhas – acrescidas ainda dos tradicionais mealheiros e os atuais cofres-porquinhos de amplo consumo popular. A essa produção, cujo valor assenta-se na antiguidade das técnicas produtivas adotadas, soma-se ainda o grande valor artístico presente na produção de objetos de arte sacra e peças como as tradicionais baianas, o boi-bilha, o casal João e Maria, entre outros (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2009, p. 5-16).

As origens dessa produção resultam da convergência de tradições ceramistas indígena, portuguesa e africana, em que se destacam a utilização das técnicas de tingimento em Tauá e Tabatinga e os desenhos de inspiração portuguesa. Outro importante valor dessa produção assenta-se na cadeia de hierarquias e saberes ali estruturados, composta por vários agentes, dotados de saberes técnicos distintos. Predominam as atividades exercidas pelos homens, que se sucedem na extração da argila, no preparo do barro e no trabalho das peças, no ofício dos extratores, amassadores, torneiros, oficiais, emendadores e queimadores, ao passo que as mulheres são encarregadas do acabamento das peças – burnimento e pintura (BARRETO, 2006, p. 2-3).

Apesar de a atividade ter reconhecido valor artístico e cultural e grande importância econômica para a comunidade, há, contudo, a necessidade de enfrentamento do problema da sustentabilidade dessa produção. Um dos grandes desafios em causa diz respeito ao risco de degradação ambiental em função do consumo, em grande escala, de recursos naturais existentes na região, entre os quais a argila mineral que serve de base à produção e a lenha utilizada nos fornos de queima, levando a desmatamentos e mesmo à escassez de um produto não-renovável, no caso, a argila. Há ainda o problema do descarte dos resíduos dessa produção, que acusa a presença de chumbo, feito muitas vezes na natureza. Assim, torna-se premente o enfrentamento dessas questões, que têm demandado a atuação não apenas das associações locais, como também dos poderes públicos na identificação dos principais desafios implicados e na formulação de soluções para os problemas prementes (PINTO NETO, 2008).

A busca de novos caminhos de desenvolvimento econômico para a região tem sinalizado, especialmente no território do Baixo Sul, para a necessidade de formulação de programas que levem em conta as especificidades ambientais e sócio-históricas da região, capitalizando essas singularidades na construção de modelos de desenvolvimento apoiados em

critérios de sustentabilidade. Nesse sentido, merece destaque a atuação, naquele território, da Fundação Odebrecht, através do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul (Ides), que, há mais de uma década, vem estimulando o desenvolvimento de novas cadeias produtivas na região, com destaque para a aquicultura, a mandioca e o palmito. O instituto trabalha em estreita relação com cooperativas locais, a exemplo da Cooperativa Mista de Pescadores, Marisqueiros e Aquicultores do Baixo Sul (Coopemar), do município de Taperoá; da Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves (Coopatan), que atua na cadeia produtiva da mandioca; e da Cooperativa dos Produtores de Palmito do Baixo Sul (Coopalm), atuante em dez municípios da região (LOVATO FILHO, 2005, p. 54-58). Baseados na agricultura familiar, no associativismo e nos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento social, esses projetos têm favorecido o processo de formação de lideranças e de jovens da região.

Outro vetor de disseminação dos ideais do desenvolvimento socioeconômico com sustentabilidade tem sido as organizações do terceiro setor. Dentre elas, a Fundação Ondazul tem capitaneado na região importantes projetos, entre eles a estruturação de Áreas de Proteção Ambiental (APA) em Tinharé-Boipeba, Pratigi e Maraú, favorecendo uma cultura de gestão sustentável dessas áreas e formação de lideranças comunitárias locais. Entre suas iniciativas na região está ainda o Projeto Mosaico, orientado para a promoção de cadeias de negócios sustentáveis (econegócios) na região e a constituição e gestão de uma rede de áreas protegidas oficiais (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2010d). Outra ação é o projeto de desenvolvimento de um material educativo orientado para os jovens, dedicado a estimular a compreensão crítica e ativa do contexto socioeconômico da região e suas raízes histórico-culturais (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2010a). A fundação atuou também na preservação do patrimônio material da região, em parceria com o Ides – Baixo Sul, através do projeto de restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, cujo forro desabou recentemente, culminando na destruição de parte de seu coro (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2010e).

Especificamente na área de proteção ambiental das ilhas de Tinharé e Boipeba, a fundação tem tido uma atuação destacada, dando suporte a todo o processo de consolidação da APA local. Suas ações focam o desenvolvimento de um modelo de gestão sustentável e participativo, fundamentado na formação de um conselho gestor para a entidade e no oferecimento de todo o apoio necessário a sua implantação, o que inclui um curso de gestão de recursos ambientais e a criação de uma rádio destinada a servir de instrumento de comunicação entre as diferentes comunidades abrangidas pela APA, facilitando assim a integração e o processo de gestão participativa desta (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2010b).

No âmbito dessas iniciativas, está ainda o papel desempenhado pelas associações de moradores das diferentes comunidades da região, bem como de outras entidades, a exemplo de cooperativas e associações de trabalhadores, e fóruns mais amplos e empenhados na construção de estratégias conjuntas para a região, entre os quais a Associação de Municípios

do Baixo Sul da Bahia (Amubs) e a Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar do Baixo Sul (AACAF). Também nos territórios de identidade do Recôncavo e do Vale do Jequiriçá, arranjos produtivos de caráter cooperativo têm sido importantes elementos de promoção do empoderamento local e do desenvolvimento comunitário, como evidenciam experiências de cooperativas de produtores de flores em Maracás (MATTOS, 2007; PASSOS et al, 2004) e de plantadores de mandioca em São Felipe (CHAVES, 2010). Há que se mencionar também as experiências relacionadas à emancipação de municípios, como Varzedo (JESUS, 2008), e à implantação de políticas de orçamento participativo, como em Mutuípe (SOUSA, 2010), ainda que acompanhadas de desafios e contradições, conforme observado pelos estudos referidos.

Outro impulso econômico na região foi a recente descoberta de reservas de gás natural e petróleo na bacia Camamu-Almada, cuja extensão recobre boa parte do litoral baiano desde o extremo norte da Baía de Todos os Santos até a altura de Olivença (PIERINI, FISCHER, 2007, p. 181). O conhecimento acerca da potencialidade de tais reservas é ainda limitado, e mesmo sua exploração ainda não tomou pleno vigor. Os impactos de sua exploração, contudo, serão inegáveis no que se refere à transferência de *royalties*, à expansão do setor de serviços na região e aos desafios que lhes acompanharão na difícil tarefa de equacionar a necessidade de viabilização econômica de tal exploração com a manutenção do equilíbrio ecológico dos ecossistemas locais e a proteção do valor patrimonial de suas paisagens litorâneas, ameaçado pelo estabelecimento das plataformas de prospecção e extração.

As primeiras perfurações realizadas no campo de Manati, situado em frente à Ilha de Tinharé, por um consórcio liderado pela Petrobras, demandaram soluções destinadas a equacionar os valores em questão. Primeiro, a construção de plataformas de dimensões mais reduzidas, a fim de minimizar o impacto paisagístico, por se tratar de uma extração *offshore* (PETROBRAS, 2009). Em seguida, o transporte do gás produzido na região até a Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde, o que demandou o desenvolvimento de um gasoduto subterrâneo cortando seis municípios – Cairu, Valença, Jaguaripe, Maragogipe, Salinas das Margaridas e São Francisco do Conde –, processo durante o qual teve de ser utilizada uma nova tecnologia de perfuração (PETROBRAS, 2007). Por sua vez, o licenciamento ambiental de tal empreendimento dependeu ainda do compromisso do consórcio com o apoio à implantação do Plano Gestor da APA do Guaibim, além da realização de programas de educação ambiental de moradores das comunidades atingidas, de recuperação das áreas degradadas e de outras ações específicas (PETROBRAS, 2009).

Ainda assim, com apenas dois anos de operação comercial, o campo de Manati transformou a Bahia no terceiro estado com maior produção de gás natural no país, líder na Região Nordeste, responsável por 25% da extração nacional, com uma produção de oito milhões de metros cúbicos de gás por dia, destinados a diferentes atividades (PETROBRAS, 2009). Além disso, outros poços encontram-se em fase de prospecção ou perfuração na região, e a expectativa é que essa produção se amplie sensivelmente nos próximos anos.

A CULTURA DA PESCA E DA NAVEGAÇÃO: PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE.

Aspecto marcante na cultura da região, historicamente constituída sob o signo da maritimidade, principal elemento de sua integração socioeconômica (ARAÚJO, 2000, p. 11), é a presença de um sem-número de comunidades que ainda hoje habitam a costa oceânica e, sobretudo, os canais de mangue que recobrem esse litoral. A cultura da pesca, enquanto estruturante das práticas de sobrevivência dessas populações, garante-lhes o sustento diário, a partir dos pescados e mariscos explorados no litoral, por meio do uso de tarrafas, canoas e gamboas de pesca, cuja presença é marcante na paisagem da região.

A força da cultura da pesca pode ser percebida ainda nas manifestações festivas e religiosas, em que se destaca o culto às entidades ligadas ao mar e à proteção aos marinheiros. Merecem destaque as procissões em louvor ao Bom Jesus dos Navegantes, largamente disseminadas por toda a baía, bem como os ritos de devoção a entidades femininas associadas ao universo mítico das sereias. Aqui, mais uma vez, revela-se o caráter sincrético dessa cultura, em que tradições europeias se mesclam com fortes elementos de fé e devoção africanos. Um interessante exemplo consiste na Festa da Dona das Águas, celebrada no município de Aratuípe no dia 31 de dezembro, à qual se combina a tradição de um presente ofertado à entidade no dia 1º de janeiro (SANTOS, 2008, p. 52).

A sobrevivência dessas comunidades, sustentadas em certa medida pela sua pequena expressividade demográfica, tem sido ameaçada em função da pesca predatória e do avanço do turismo na região, causando preocupação a autoridades e ambientalistas que têm apontado, sobretudo, o sensível equilíbrio ecológico desses ecossistemas e a limitada capacidade reprodutiva (capacidade de recarga) da fauna marinha local em face do aumento do consumo de determinados espécimes (FUNDAÇÃO ONDAZUL, 2010c). Nesse contexto, os manguezais constituem importante elemento da paisagem regional e um dos ecossistemas mais frágeis do sistema marinho, ao mesmo tempo fundamentais para o sustento da população e reprodução dos demais ecossistemas marinhos. Defendidos por muitos como “berços da vida marinha”, são ainda *habitat* prioritário de crustáceos, fundamentais na sustentação das cadeias alimentares da vida marinha, bem como na dieta alimentar das comunidades da região e em vários pratos da culinária regional, muito apreciados também pelos turistas. Sua exploração desregada talvez esteja na raiz de episódios recentes como o que levou à súbita diminuição da presença desses espécimes no litoral baiano no início da década passada.

As condições em que se deu o processo de apreensão do território em questão e suas especificidades ambientais fizeram da navegação o meio de transporte prioritário para muitas comunidades da região, especialmente aquelas insularizadas, favorecendo assim a constituição de um vasto repertório de saberes ligados à prática mareante e às técnicas de construção de embarcações. Esse patrimônio náutico baiano, sob forte ameaça de desaparecimento diante da modernização dos sistemas de transportes e do progressivo abandono do modal marítimo de integração comercial, começa a ser objeto de iniciativas orientadas

para a sua proteção patrimonial, que não se restringe apenas às diversas modalidades de embarcações e suas técnicas construtivas, mas também a tradições corporativas, hierarquias e saberes correlatos.

Nesse conjunto, os saveiros despontam como singulares embarcações, que há tanto singram os mares do Recôncavo transportando produtos, notícias e pessoas, promovendo assim a articulação entre as diversas cidades e povoados estabelecidos às margens da costa, rios e canais navegáveis que cortam a região. O desejo de preservação desses veículos, cuja tendência de desaparecimento é flagrante, tem inspirado iniciativas bem intencionadas no sentido de assegurar sua permanência – desde reportagens e documentários até ações de maior alcance, como o surgimento de entidades do terceiro setor e ações específicas do poder público. Alguns autores, contudo, têm chamado a atenção para a necessidade de cautela na proposição dessas ações que têm, por vezes, ignorado as especificidades desse tipo de embarcação e da rede de sujeitos sociais e saberes a ele associados.

É o caso, por exemplo, conforme observam Cláudio Mascarenhas e José Augusto Peixoto (2009, p. 16-17), das propostas de aproveitamento dessas embarcações para transporte de turistas em passeios pela região do Recôncavo, sem levar em conta, por exemplo, a própria constituição física dessas embarcações, que não possuem espaço seguro e confortável para o transporte de passageiros. Do mesmo modo, tais autores alertam para a necessidade de se pensar não apenas na mera preservação das embarcações, mas no risco de se perder todo o conjunto de saberes técnicos e construtivos a elas relacionados, em que se destaca, por exemplo, o graminho, instrumento de medição garantidor da perfeição do arqueamento e proporção dos saveiros (MASCARENHAS; PEIXOTO, 2009, p. 3-7).

O que esses autores sugerem é o aproveitamento desses barcos para a fomentação de circuitos de produção sustentável, apoiados em cooperativas de agricultura familiar dedicadas, por exemplo, à produção de gêneros orgânicos destinados ao abastecimento de centros urbanos como Salvador, valorizando, dessa maneira, uma das características mais notáveis dessas embarcações, qual seja o fato de trabalharem sem queima de combustíveis fósseis, e sim por propulsão eólica (MASCARENHAS; PEIXOTO, 2009, p. 3-7). Também nesse aspecto, vê-se ameaçada a cultura do saveirismo pela adaptação de muitas das remanescentes embarcações a motores de propulsão por queima de combustíveis.

Além disso, trata-se de uma região de imenso potencial náutico, ainda inexplorado, conforme recente levantamento realizado pela Secretaria Extraordinária de Indústria Naval e Portuária do Estado da Bahia (BAHIA, 2010d). Tal potencial é percebido em diferentes vertentes, desde a capacidade de determinados trechos da costa em acolher portos de grande tonagem, como anteriormente ambicionado para a região de Campinho, na Baía de Camamu, ampliando assim a estrutura portuária do estado, até o estímulo ao setor do turismo náutico, por meio da construção de marinas, da realização de regatas etc. Só na região da Baía de Camamu, esse mesmo levantamento identificou 16 potenciais pontos de atracação, além de mais cinco na região das ilhas de Tinharé e Boipeba, pertencentes ao arquipélago de Cairu. Cabe lembrar

que a região também é um polo da indústria de construção naval na Bahia, atividade de importância destacada em lugares como Valença e Cajaíba.

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO

Finalmente, um dos mais importantes fenômenos que marcam a dinâmica sociocultural das últimas décadas na região é a instalação, em algumas cidades, de unidades de ensino público superior. É emblemático o caso de Santo Antônio de Jesus, onde se estabeleceu, a partir de 1980, a Faculdade de Formação de Professores, que veio a ser uma das células básicas do processo de agregação que deu origem à Universidade do Estado da Bahia (Uneb) em 1983 (TOMASONI, 2002, p. 25). Desde então, essa cidade tem-se destacado como espaço de formação de mão de obra qualificada destinada, sobretudo, ao ensino nos níveis fundamental e médio, como evidencia a concentração, nesse *campus*, da oferta de licenciaturas em História, Geografia e Letras e também de um curso de bacharelado em Administração, atraindo assim muitos estudantes de outras cidades da região. Do mesmo modo, foi criada em Valença, a partir de 1997, a primeira unidade de ensino superior da Uneb na região do Baixo Sul, com a oferta de dois outros cursos, Direito e Pedagogia.

Finalmente, a fundação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), a partir de 2006, levou para a cidade de Amargosa, graças a uma intensa mobilização da sociedade local, um novo centro regional de formação de professores, orientado dessa vez à formação de profissionais de ensino nas áreas de Física, Matemática, Filosofia e Pedagogia. Percebe-se a complementaridade desses centros como garantidores de uma ampla oferta de vagas no ensino superior naquela região – às quais têm-se somado aquelas oferecidas nas faculdades particulares, nas modalidades presencial e a distância. Por sua localização geográfica, Amargosa tem atraído estudantes de municípios mais próximos do Semiárido, viabilizando o acesso ao ensino superior para uma população que pode chegar a 400 mil pessoas (LINS, 2008, p. 165-167).

Outro importante marco na consolidação da oferta de vagas no ensino superior na região é a consolidação, no *campus* da Uneb de Santo Antonio de Jesus, na última década, de dois programas de pós-graduação, um em Cultura e Desenvolvimento Regional, criado em 2005, e outro em História Regional e Local, cujas atividades se iniciaram em 2007. A formação de quadros pós-graduados nesse centro tem contribuído imensamente para o conhecimento das especificidades regionais, suas potencialidades e desafios, bem como para a capacitação de agentes destinados à promoção do desenvolvimento social e econômico na região e fora dela, uma vez que atraem também estudantes de diversas partes do estado.

Há que se destacar que, apesar da riqueza de sua produção cultural e artística, é frágil a presença de equipamentos culturais contemporâneos na região, no que acompanha, aliás, a tendência do interior do estado como um todo. Exemplo disso pode ser extraída do cruzamento de dados recentemente levantados pela Secretaria de Cultura do Estado (Secult), relativos aos equipamentos culturais existentes em cada um dos territórios, com estimativas

populacionais para estes. Deles se pode deprender que, tomados no conjunto, os indicadores da macrorregião são positivos. Contudo, um exame mais atento revela, por exemplo, o reduzido número de teatros e salas de espetáculo no Baixo Sul, contrabalançado pela melhor oferta desses equipamentos no Vale do Jequiiricá; a quase inexistência de salas de cinema, à exceção de Santo Antônio de Jesus, uma constante no interior do estado; e a absoluta falta de instituições museológicas, contrastante com a vitalidade da cultura material da região.

Os dados sugerem ainda a existência de estádios ou ginásios poliesportivos e bibliotecas numa proporção marcadamente superior à média do estado, sem, no entanto, garantir esses equipamentos em todos os municípios da região. O número de centros culturais, em quase o dobro da média estadual, é talvez um resultado dos esforços adotados pelas prefeituras para garantir a oferta de atividades culturais na região. Finalmente, há que se destacar a importância da iniciativa de criação dos arquivos públicos municipais, muitos deles guardiães de preciosa documentação histórica, cuja salvaguarda justifica-se não apenas pelo interesse que possui para historiadores e estudiosos em geral, mas enquanto elementos de afirmação da memória das comunidades e garantia do exercício de cidadania. Contudo, ainda não foi possível obter dados mais seguros a esse respeito.

Equipamento/ território de identidade	População (2006) [absoluta/ percentual]		Bibliotecas públicas [absoluta/ percentual]		Museus [absoluta/ percentual]		Teatros ou salas de espetáculo [absoluta/ percentual]		Estádios ou ginásios poliesportivos [absoluta/ percentual]		Cinemas [absoluta/ percentual]		Centros de cultura [absoluta/ percentual]	
Baixo Sul	316.932	2,27%	11	2,49%	0	0,00%	2	1,20%	11	2,18%	1	2,33%	6	5,08%
Vale do Jequiriçá	335.580	2,41%	19	4,31%	0	0,00%	6	3,61%	22	4,36%	0	0,00%	6	5,08%
Recôncavo*	172.882	1,24%	11	2,49%	0	0,00%	2	1,20%	7	1,39%	3	6,97%	3	2,54%
Totais da região	825.394	5,92%	41	9,29%	0	0,00%	10	6,01%	40	7,93%	4	9,30%	15	12,70%
Totais do estado	13.950.146	100,00%	441	100,00%	116	100,00%	166	100,00%	504	100,00%	43	100,00%	118	100,00%

Quadro 7
Indicadores de cultura por territórios de identidade

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 12; BAHIA, 2010a.

* Apenas os municípios dessa região estudados no âmbito desse artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se, ao longo deste texto, apresentar, em perspectiva panorâmica, aspectos da dinâmica cultura contemporânea da região sociocultural em foco, composta por três territórios de identidade baianos – Recôncavo, Vale do Jequiiricá e Baixo Sul. Sem ambicionar esgotar a diversidade de aspectos que a problemática proposta encerra – missão impossível tanto pelos limites do presente trabalho quanto pela riqueza do tema – espera-se ter contribuído para nuançar quaisquer dos elementos que compõem tal dinâmica no presente.

Para tanto, propôs-se uma reflexão que buscasse perceber a sua trajetória de formação sociocultural como tributária de um processo histórico comum, em cujo desenvolvimento viram-se desdobrar distintos caminhos de desenvolvimento social, econômico e cultural que terminaram por conferir a cada um desses territórios singularidades marcantes. Tais singularidades, contudo, longe de implicar a superação dos padrões de interação que anteriormente ligaram essas porções do território baiano, têm-se revelado importantes elementos de reforço dessa mesma interação na contemporaneidade, alimentada por novos e velhos impulsos.

Assim, destacam-se a riqueza e a diversidade do patrimônio artístico e cultural da região que, longe de se subsumir a um repertório estático de manifestações culturais de tipo folclórico, encontra-se diuturnamente sendo reproduzido e reinventado pelas populações locais, que vêm, ao longo do processo de produção de sua existência, emprestando-lhe novos significados. Nesse sentido, surgem como dínamos contemporâneos destacados a difusão da cultura do desenvolvimento sustentável, amplamente ancorada no cooperativismo e na sustentabilidade, e a tendência de valorização do patrimônio material e imaterial como importante elemento de identidade, assim como capital simbólico para os desafios impostos pelas dinâmicas globais e seus impactos sobre os diferentes contextos locais.

Se o turismo tem-se destacado como uma das mais promissoras atividades na região, os desafios implícitos a esse tipo de atividade também têm merecido a atenção dos estudiosos e agentes locais, que apontam a necessidade de capitalizá-lo a serviço do desenvolvimento local, estimulando-o, sobretudo, nas suas vertentes ecológica e patrimonial, o que asseguraria a reprodutibilidade dos ecossistemas locais e a melhoria das condições de vida de suas populações. De modo semelhante, as expectativas com relação aos benefícios advindos da exploração de gás natural na região, bem como de outras eventuais cadeias produtivas que ali venham a se estabelecer, têm como condição fundamental para o seu sucesso o enfrentamento do desafio da sustentabilidade, sob pena de comprometer o equilíbrio social e ambiental daqueles ecossistemas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Massagana; São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Luciene Santos de. *O Vale do Jiquiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

ALVES, Isaias. *Matas do sertão de baixo*. S/l: Reper, 1967.

ARAÚJO, Nelson de. *Pequenos mundos: um panorama da cultura popular na Bahia*. – O Recôncavo. Salvador: UFBA; Fundação Casa de Jorge Amado, 1985. Tomo I.

ARAÚJO, Ubiratan Castro de. A Baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 10-23, mar. 2000.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Estimativa da população 2006 e IDH dos municípios por Território de Identidade*. Salvador: Seagri, 2010a. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/populacao_idh_territorios.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2010.

_____. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Bahia: detalhamento das áreas indígenas*. Salvador: Seagri, 2010b. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/C3%81reas%20Ind%3ADgenas-Detalhamento.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BAHIA. Secretaria de Promoção da Igualdade. *Segurança de Quilombo é tema de audiência pública em Cairu*. Salvador, 6 out. 2010c. Disponível em: <<http://sepromi.ba.gov.br/modules/noticias/item.php?itemid=148>> Acesso em: 10 nov. 2010.

BAHIA. Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária. Indústria Naval e Portuária da Bahia. In: SEMINÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR – PORTOS DA BAHIA. 2010d, Salvador. *Trabalhos apresentados...* Salvador: ACB; AEB, 2010. Disponível em: <<http://www.acbahia.com.br/doc/AlndC3%BAstriaNavalePortu%C3%A1riadaBahia.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2010.

BARBOSA JÚNIOR, José Amândio. *A produção de fogos de artifício no município de Santo Antônio de Jesus / BA: uma análise de sua contribuição para o desenvolvimento local*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARRETO, Virgínia Queiroz. Trilhando Caminhos de Barro: cotidiano de mulheres oleiras no Recôncavo Baiano (1960 – 1990). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITO, 7, 2006, Florianópolis. *Trabalhos apresentados...* Florianópolis - SC, 2006.

BARROS, Francisco Borges de. *Arqueologia e História*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1928.

BEZZI, Maria de Lourdes. Região: desafios e embates contemporâneos. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Desigualdades Regionais*. Salvador: SEI, 2004. (Série estudos e pesquisas, 67). p. 39-87.

BLANCO, Pablo Sotuyo. Filarmônicas da Bahia: tradição cultural ou politicamente dependente? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 16., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPPOM, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: _____. *O poder simbólico*. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2001.

BRANDÃO, Maria. Cidade e Recôncavo da Bahia. In: _____ (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 29-58.

CASTRO, Fernanda Meneses de Miranda. *Representações sociais do turismo no planejamento sustentável do município de Valença-Bahia*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2008.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de; AMARAL, Bráz. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1940. v. 6.

CHAVES, Gilvânia Nunes. *Cooperativismo e desenvolvimento local: análise da cooperativa agrícola dos produtores de mandioca de São Felipe / BA*. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Tabela 5 – Ocupações*, 2009. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_jdownload&itemid=23&view=finish&cid=142&catid=11>. Acesso em: 16 out. 2010.

COSTA E SILVA, Cândido da. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Secult; Edufba, 2000.

CUNHA, Rogério Santos da. O Turismo na Cachoeira de Pancada Grande: ameaças e estratégias para conservação. *Agirás*, Ibirapitanga, v. 2, n. 1, p. 27-57, dez. /mar. 2010.

ETCHEVARNE, Carlos (Coord.). *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Vestal, 2007.

FERNANDES, Maria de Carmem Rodrigues. *Jatimane: um espaço de memórias e manifestações culturais*. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 1979. p. 153-165.

FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*, (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. v. 1. Edição fac-similar.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. Bahia: *Análise & Dados: leitura da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar. 2000.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Grupos analisados pela equipe da FUNCEB para o Encontro com as culturas identitárias*. Salvador: FUNCEB, 2010a.

_____. *Relação de Filarmônicas Credenciadas*. Salvador: FUNCEB, 2010b. Disponível em: <<http://homologa.portalcultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/Publicação-das-filarmônicas-credenciadas.doc>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões expedidas por Estado*. Brasília, 2010 (informações atualizadas até 06 de julho de 2010). Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/_temp/sites000/2/download/dpa/crqs-certificadas.pdf>. Acesso em: 8 out. 2010.

FUNDAÇÃO ONDAZUL (BA). *Costa do Dendê – Tradição Viva*. Salvador, 2010a. Disponível em: <http://www.ondazul.org.br/sec_projetos_popup.php?id=59&sec=projeto>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. *Formação do Conselho Gestor da APA Tinharé-Boipeba*. Salvador, 2010b. Disponível em: <http://www.ondazul.org.br/sec_projetos_popup.php?id=15&sec=projeto>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. *Gestão de recursos ambientais do Baixo Sul – Bahia*. Salvador, 2010c. Disponível em: <http://www.ondazul.org.br/sec_projetos_popup.php?id=14&sec=projeto>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. *Mosaico: paisagem sustentável do ambiente costeiro-marinho do Baixo Sul da Bahia*. Salvador, 2010d. Disponível em: <http://www.ondazul.org.br/sec_projetos_popup.php?id=63&sec=projeto>. Acesso em: 28 set. 2010.

_____. *Restauro da Igreja Matriz de Cairu*. Salvador, 2010e. Disponível em: <http://www.ondazul.org.br/sec_projetos_popup.php?id=78&sec=projeto>. Acesso em: 28 set. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa perfil dos municípios brasileiros*. Cultura, 2006. IBGE: Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Bens culturais tombados e registrados pelo estado da Bahia*. Salvador: IPAC, jan. 2010. Disponível em: <[http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/Bens%20Tombados%20no%20Estado%20da%20Bahia%20\[NOVO\].pdf](http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/Bens%20Tombados%20no%20Estado%20da%20Bahia%20[NOVO].pdf)>. Acesso em: 5 out. 2010.

_____. *Inventário de proteção do acervo cultural, monumentos e sítios do Litoral Sul*. Litoral Sul. Salvador: IPAC, 1988. v. 5.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Bens salvaguardados* (Bahia). Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/BENS%20SOB%20SALVAGUARDA%20IPHAN.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

_____. *Maragogipinho e a tradição do barro*. Rio de Janeiro : IPHAN, CNFCP, 2009. (Sala do Artista Popular, 155).

JESUS, Elenildo Café de. *Mudanças na paisagem física e espacial associadas à ferrovia Estrada de Ferro de Nazaré no Vale do Jiquiriçá, Bahia*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2007.

JESUS, Elivaldo Souza de. *“Gente de promessa, de reza e de romaria”*: experiências devocionais na ruralidade do Recôncavo Sul da Bahia (1940-1980). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

JESUS, Elmo Manuel de. *Emancipação municipal*: uma estratégia para o desenvolvimento local? O caso de Varzedo-BA. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

LINS, Robson Oliveira. *A região de Amargosa*: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos). 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

LISBOA, Balthazar da Silva. Memória Topográfica e Econômica da Comarca dos Ilhéus. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, Tomo X, p. 87-265, 1825.

LOVATO FILHO, Cláudio. O ciclo se fecha, o mercado se abre. *Odebrecht Informa*, v. 32, n. 120, p. 54-58, set./out. 2005.

MARQUES, Edicarla dos Santos. “Lá vem os Cão...”: demônios sociais e cultura popular em Amargosa (1950-1980). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2009, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão (SE): UFS, 2009.

MASCARENHAS, Claudio de Carvalho; PEIXOTO, José Augusto Saraiva. Saveiros de vela de içar: 400 anos de história. Ameaças, potencialidades e propostas. *VeraCidade*, Salvador, v. 4, n. 5, out. 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema*: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Sandra Maria Cerqueira da Silva. *O arranjo produtivo de flores em Maracás (BA) como estratégia para o desenvolvimento local*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX*: uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

NEVES, Juliana Brainer Barroso. *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530-1678*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos S. *Recôncavo Sul*: terra, homens, economia e poder no século XIX. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. *Valença*: dos primórdios à contemporaneidade. Salvador: Secult, 2006.

OLIVEIRA, Edla Maria Barreto Santos. *O Turismo no Guaibim, Valença-BA*: dinâmica econômica e condições de desenvolvimento sócio-espacial. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *A Industrial Cidade de Valença*: um surto de industrialização na Bahia do século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1985.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Os Kiriri-Sapuyá de Pedra Branca. *Revista do Centro de Estudos Baianos*, Salvador, v. 112, p. 01-96, 1985.

_____. Os Pataxó - Hãhãhãe do Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu. *Cultura*, Salvador, v. 1, p. 53-61, 1988.

PASSOS, Francisco Uchoa *et al.* Capacidade inovativa e demandas tecnológicas de arranjos produtivos locais: um estudo de caso do APL de Flores em Maracás, Bahia. *Revista Desenhahia*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 123-140, 2004.

PERRICO, Rafael Etcheverri. *Identidade e território no Brasil*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PETROBRAS amplia extração de gás na Bahia. *TN PETRÓLEO* – Revista Brasileira de Tecnologia e Negócios de Petróleo, Gás, Petroquímica, Química Fina e Indústria do Plástico, 18 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.tnpetroleo.com.br/noticias/imprimir/id/13791>> Acesso em: 28 set. 2009.

PETROBRAS oferta ao mercado 8 milhões de m3 de gás natural de Manati. *TN PETRÓLEO* – Revista Brasileira de Tecnologia e Negócios de Petróleo, Gás, Petroquímica, Química Fina e Indústria do Plástico, 13 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.tnpetroleo.com.br/noticias/imprimir/id/20474>>. Acesso em: 28 set. 2009.

PIERINI, Cristina; FISCHER, Cristiano. Geologia econômica no Baixo Sul. In: FISCHER, Fernando (Org.). *Baixo Sul: uma proposta de desenvolvimento territorial*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007, p. 181-185.

PINTO, L. A da Costa. Recôncavo, laboratório de uma experiência humana. In: BRANDÃO, Maria (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1998.

PINTO NETO, Arthur Duarte. *A atividade ceramista artesanal de Maragogipinho e a relação com a degradação ambiental: perspectivas e sustentabilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental e Urbana) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

QUAN, Julian; OLALDE, Alicia Ruiz. Identidade territorial Vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil (com base nos resultados da 1ª fase da pesquisa). In: ENCUESTRO 2010 – TERRITÓRIOS RURALES EM MOVIMIENTO. 2010, Bogotá. *Trabalhos apresentados...* Bogotá: RIMISP, 2010. Disponível em: <<http://www.rimisp.org.br/FCKeditor/UserFiles/File/documentos/docs/sitioencuentro2010/documentos/PPT-Encuentro-2010-Jiquirica-Brasil.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2010.

RÊGO, André Almeida. *Cabilda de facinorosos moradores: uma reflexão sobre a revolta dos índios da Pedra Branca de 1834*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ROCHA, Renata Trindade. *Sobrados e coretos: breve história de dez municípios do interior da Bahia e suas bandas contemplados pelo projeto Domingueiras*. Salvador: Secult, 2005.

ROSA, Wedmo Teixeira. *As implicações socioespaciais das romarias no espaço urbano e regional de Milagres – BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Ed. UNB, 1981.

SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Navegação a vapor na Bahia oitocentista: tentativa de integração territorial e desenvolvimento regional. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 14, p. 5-45, ago. 2008.

- SANTOS, Denilson Lessa dos. *Nas encruzilhadas da cura: crenças, saberes e diferentes práticas curativas*. Santo Antônio de Jesus – Recôncavo Sul – Bahia (1940-1980). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, Hamilton Rodrigues dos. *Vidas nas fronteiras: práticas sociais e experiências de feirantes no Recôncavo Sul da Bahia*. Santo Antônio de Jesus, 1948-1971. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.
- SANTOS, Milton. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado: Academia de Letras da Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1998.
- SANTOS, Rosineide Costa Brito dos. *Trabalho e "Arranjos" sócio-culturais*. Trabalhadores de fogos de artifício - Recôncavo Sul, BA -1950 – 1970. 2009. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.
- SANTOS, Uberdan Cardoso dos. *Pescadores do Sagrado: a Festa da Sereia como prática cultural no município de Aratuípe*. 2008. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- SIERING, Friedrich. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência nos sertões dos maracás, 1650-1701*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. [Rio de Janeiro, 1851]. p. 141-142. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me003015.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2009.
- SOUSA, Valdirene Santos Rocha. *Participação popular na gestão territorial: análise do orçamento participativo em Mutuípe – Bahia (2002-2008)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2010.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001 (Série Estudos e Pesquisas, 56).
- _____. *Histórico*. Salvador: SEI, 2010. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=93%itemid=165>. Acesso em: 30 nov. 2010.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Nazaré: cidade do Rio Moreno*. Salvador: Secretaria da Cultura, 2003.
- _____. *O primeiro século do Brasil*. Da expansão da Europa ocidental aos governos gerais das terras do Brasil. Salvador: Edufba, 1999.
- TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. A Universidade do Estado da Bahia: UNEB como instrumento de regionalização. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 97, p. 22-31, 2002.
- VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- VINHAS, Thais dos Santos. *O patrimônio histórico em Morro de São Paulo*, CAIRU – BA: lugar de memória, espaço de cultura, opção de turismo. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus (BA), 2007.
- ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela Ferrovia no Sul do Recôncavo e Sudoeste Baiano (1870-1930)*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

PARTE II

GRANDE SERTÃO

92

Série Estudos e Pesquisas

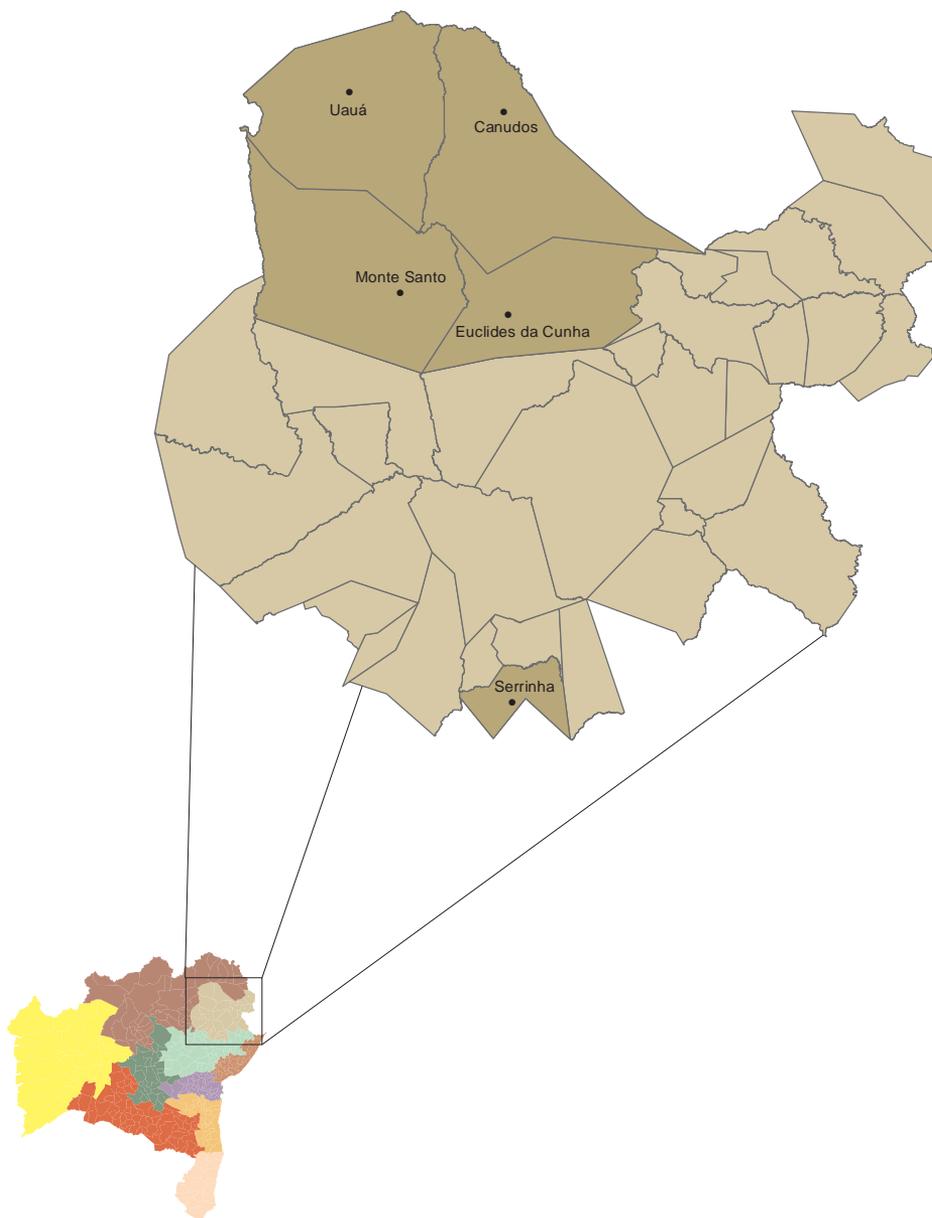
SER





SERTÃO DE CANUDOS

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
SERTÃO DE CANUDOS
Divisão Municipal e Principais Cidades



SOBRE OS SERTÕES DE CANUDOS: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIOSIDADE

*Roberto Nunes Dantas**

UM POUCO DE HISTÓRIA

É marcante a presença do tema Canudos – ainda que revestido de deturpações que, às vezes, maculam as suas livres e pertinentes interpretações - nos campos investigativos da História, da Sociologia, da Antropologia, da Arqueologia e, do mesmo modo, é perceptível o seu protagonismo nas produções das chamadas linguagens culturais, a exemplo do teatro, do cinema, do vídeo, da música, da poesia, do romance, do cordel, etc.

Canudos, para muito além de uma “marca histórica”, e transcorrida mais de uma centena de anos da guerra fratricida¹ –, é ícone indiscutivelmente relacionado à religiosidade e à cultura sertanejas. Disseminado em considerável espaço geográfico, constitui-se num atrativo naturalmente aglutinador e, ao mesmo tempo, inspirador para muitas das produções e expressões culturais presentes em boa parte das municipalidades do semiárido baiano. O seu inquieto e afamado líder, o peregrino Antônio Conselheiro, e sua história de vida substanciada nas pregações religiosas e nas obras sociais voltadas para os que nada possuíam, ainda hoje são fontes primaciais nas quais religiosos, artistas e mais especialmente trabalhadores rurais sertanejos, que ainda duramente labutam no eito, se espelham, se alimentam e se revigoram.

Nascido em terras do Ceará, em 1830, fundador do resistente arraial do Bello Monte, em junho de 1893, nos sítios da antiga e abandonada Fazenda Canudos, sertão da Bahia, Conselheiro, assim como seu plural e grandioso séquito, padeceram graves perseguições, tornaram-se alvos prediletos de acusações as mais injustas, testemunharam, aflitos, a invasão e a feroz destruição de sua concebida “morada sagrada”, violências, afinal, que provocariam, após 11 meses de sangrentos combates, a sua morte e a de incontáveis sertanejos, além do sofrido banimento de muitos indivíduos sobreviventes àquela inditosa contenda. Foi, sem embargo, um lamentável massacre perpetrado pelas tropas do Exército Brasileiro, o braço armado que agiu insana e impunemente, acolhendo, por conseguinte, as ordens emanadas das autoridades então constituídas pelo regime político republicano² implantado no Brasil nos idos de novembro de 1893.

* Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor de História da Cultura e de História da Bahia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb); coordenador do projeto de pesquisa A caminho dos Sertões de Canudos; coordenador do curso de extensão Conselheiro e o Episódio Canudos. betodantas23@hotmail.com

¹ O período da guerra de Canudos foi de novembro de 1896 a outubro de 1897.

² Prudente de Moraes ocupava a Presidência da República.

Pouco tempo depois de sua chegada à região de Canudos, Antônio Conselheiro, depois de peregrinar pelos sertões de vários estados nordestinos por mais de 20 anos, onde juntava o povo humilde para rezar e distribuir os seus conselhos, teria batido solenemente o seu vetusto cajado naqueles pedregosos solos canudenses, protegidos por imponentes serras e dadivosamente banhados pelo Rio Vaza Barris, e ditado a sua mais conhecida profecia, que acenava:

Aqui termino o tempo das andanças. Aqui, nessa terra de Deus, fundo o Império do Belo Monte. Quem quiser ir embora que vá, quem quiser ficar que fique, pois aqui erguerei a minha morada e sofrerei quatro fogos. Os três primeiros serão meus e o último eu ponho nas mãos de Deus.

Acontecida ou não a premonição, foram realmente necessárias quatro expedições militares para se debelar, enfim, a cidadela do Belo Monte, que ficou, entretanto, mais conhecida na história como Arraial de Canudos.

Inegavelmente, a gente devota do beato legou para a história o louvável aprendizado de uma resistência exemplar, tão dramática quão incorruptível, fundada, tanto em suas rígidas e intransigentes convicções religiosas – sua fé inquebrantável – quanto na premente defesa de suas toscas moradias, solo concebido como sagrado. E tais atitudes eminentemente reativas deram-se contra forças militares que, apesar das precárias condições evidenciadas no desconhecimento do terreno, no vestuário inadequado e na própria desorganização dos comandos no campo da luta, dispunham de um mais qualificado armamento, de uma maior quantidade de munições e, ainda, de efetivos numericamente superiores aos dos conselheiristas. Tal desigualdade ficou evidente em algumas das escaramuças³ ocorridas durante a grande guerra.

Entretanto, dados a argúcia e o ímpeto dos sertanejos, naqueles embates quase sempre prevaleciam as táticas inteligentes dos conselheiristas, que armavam frequentes tocaias e, assim, fustigavam as tropas sitiadas em suas exaustivas marchas por aquelas paragens ermas e desconhecidas⁴, herança das primitivas táticas indígenas de guerra e igualmente defesa de seus territórios quando da invasão do português colonizador. De acordo com os escritos⁵ do eminente historiador social Frederico Pernambucano de Mello, alusivos ao período inicial do chamado desbravamento dos sertões nordestinos:

[...] é sabido que tanto neste período específico quanto em outros igualmente ilustrativos do desbravamento do sertão, a imagem definitiva, a mais fiel deixada pelo gentio em luta, não foi a da guerra concentrada convencional, mas a da desconcertante e vertiginosa guerra

³ São exemplos dessas escaramuças os ataques conselheiristas verificados na Serra do Cambaio e na Lagoa do Sangue (Expedição Febrônio de Brito); nas margens do Rio Vaza Barris (Expedição Moreira César); nos sítios de Angicos e Umburanas (1ª Coluna/Expedição Artur Oscar); na Serra de Cocorobó e no Sítio de Trabubu (2ª Coluna Savaget/Expedição Artur Oscar).

⁴ O isolamento das moradias e uma baixa densidade populacional em relação a outros territórios do país são características ainda hoje presentes em boa parte das terras dos sertões nordestinos.

⁵ Texto extraído da obra *Guerreiros do Sol. Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil*.

de guerrilhas. Esta, muito mais que aquela, caracterizou a modalidade principal da resistência oposta pelo índio ao estrangeiro expropriador dos seus campos de caça: uma resistência longa e surda.

Relevante ressaltar que, para o uso dessas estratégias de enfrentamento, os lutadores conselheiristas muito se aproveitaram do solo, do clima, da vegetação agressiva e da simpatia dos conterrâneos espalhados pela região em conflito. Encourados, eles penetravam na caatinga, até porque melhor conheciam os atalhos, cavavam as suas imperceptíveis trincheiras em meio aos recônditos lajedos existentes e, ali, utilizando-se da sua reconhecida maestria na arte do tiro, durante consideráveis períodos de tempo, conseguiam atrasar e mesmo provocar a fuga dos soldados expedicionários⁶. Homens de fibra e prendados no manejo dos gatilhos, argutos e valentes, a exemplo de Pajeú, Pedrão, Vicentão, Marciano de Sergipe, João Abade, Macambira⁷ e tantos outros anônimos guerreiros conselheiristas que importunaram os penosos deslocamentos das tropas, granjearam respeito e fama, posteriormente, no cancionário popular sertanejo.

De notório carisma, Conselheiro, inegociável na sua fé, atraiu, sem dificuldades, a simpatia e a confiança dos desvalidos sertanejos, mediante sua oratória rigidamente calcada nos dogmas católicos e preceitos de uma conduta moral ilibada, mas, sobretudo, na sua prática, exemplificada na construção, através dos solidários mutirões, de cacimbas, poços, aguadas, na recuperação ou edificação de cemitérios e igrejas.

Em muitas das localidades sertanejas, ainda se comentam e relembra os caros exemplos de solidariedade – em face das circunstâncias necessidades de trabalho, seja de uma minúscula comunidade, seja mesmo de um pobre indivíduo – dos diversos peregrinos e beatos de passagem por aquelas plagas interioranas do ressequido Semiárido nordestino. Portanto, o fraterno e respeitado aprendizado proveniente das benéficas e caridosas ações de religiosos leigos, a exemplo do ensinamento pelo peregrino cearense e tão louvado guia dos mal aventurados⁸, Antônio Conselheiro.

Numa região em que pouco prevaleciam a lei e a justiça social, boa parte dos sacerdotes do credo católico dominante não acolhia devidamente as ovelhas de seu rebanho, às vezes cobrando taxas para a concessão de alguns sacramentos. Alguns padres até residiam nas propriedades dos grandes fazendeiros que exploravam, por sua vez, os pobres trabalhadores, fartando-se, não raro, de suas mesas tão aquinhoadas. Muitos, também, apresentavam desvios comportamentais atinentes à prática da mancebia, tão combatida pela Igreja da qual, afinal, eram oficiais representantes. À proporção que aumentavam o prestígio e o séquito

⁶ As duas primeiras expedições militares, Pires Ferreira e Febrônio de Brito, barradas respectivamente na cidade de Uauá e nos sítios do Cambaio e da Lagoa do Sangue, sequer avistaram as torres das igrejas do arraial do Belo Monte, retirando-se, portanto, para os seus locais de origem, a saber, Juazeiro e Queimadas, respectivamente.

⁷ Pajeú: principal combatente conselheirista, vindo da região de Pajeú das Flores, em Pernambuco; Pedrão, Vicentão e Marciano de Sergipe, segundo os relatos, eram ex-jagunços que debandaram para Canudos e lutaram bravamente na defesa do arraial e de Conselheiro. João Abade, filho da localidade de Tucano, era tido como violento e se transformou no comandante da chamada Guarda Católica do Conselheiro. Macambira, um dos poucos fazendeiros da região de Canudos que se aliaram a Conselheiro, participando, também, dos combates.

⁸ Em seus escritos – encontrados junto a seu corpo enterrado no santuário, contíguo à Igreja Nova do arraial – há o uso frequente dessa expressão pelo peregrino Antônio Conselheiro, referindo-se a seus seguidores e aos sertanejos pobres e explorados.

do evangelizador, também cresciam os reclames das autoridades eclesiásticas, cada vez mais temerosas quanto à perda progressiva de seus fiéis.

Para salientar esse quadro preocupante e, ao mesmo tempo, revelador do pretense autoritarismo e dos flagrantes receios que assaltavam os membros dirigentes do clero católico⁹ naquele período, são insinuantes os termos de um dos tantos documentos circulares endereçados aos párocos das cidades atingidas pelo verbo conselheirista:

Chegando ao nosso conhecimento que, pelas freguesias do centro desse arcebispado, anda um indivíduo denominado Antônio Conselheiro, pregando ao povo, que se reúne para ouvi-lo, doutrinas supersticiosas e uma moral excessivamente rígida, com que está perturbando as consciências e enfraquecendo, não pouco, a autoridade dos párocos destes lugares, ordenamos à V. Revma. que não consinta em sua freguesia semelhante abuso, fazendo saber aos parochianos que lhes proibimos, absolutamente, de se reunirem para ouvir tal pregação.

Inquestionável que essa herança religiosa, bem como a capacidade de resistir às intempéries da natureza, à rudeza do solo e à ausência das mais elementares condições materiais de uma digna sobrevivência, perpassadas, através dos anos, aos mais humildes – guardadas as devidas considerações alusivas aos seus particulares contextos socioculturais –, ainda hoje é testemunhada, tanto em atuais práticas religiosas, pontuadas por uma fé igualmente inquebrantável, quanto em condutas altivas e persistentes na labuta cotidiana de trabalho. Fé e determinação: esculentos inegavelmente mantenedores da esperança e estimuladores à conquista de melhores condições de vida para muitos sertanejos.

Entretanto, Canudos não foi apenas uma cidadela de fervorosos romeiros ou de crenças fanaticamente devotados, mas, também, acolheu pequenos mascates, modestos fazendeiros, tropeiros vindos das mais longínquas localidades e alguns poucos negociantes de razoáveis posses, assim como doentes, deserdados e ex-jagunços, enfim, para ela acorreu uma gente desesperada e sem rumo e pessoas que buscavam novas oportunidades de sobrevivência, inclusive indivíduos pendentes com a Justiça que para lá se dirigiam sequiosos pelo perdão de suas faltas. Comunidade diferenciada, plural, solidária, na qual as leis, os impostos¹⁰ e o dito dinheiro da República¹¹ não prevaleciam, onde não havia prefeito nem delegado, cabendo ao Conselheiro e aos seus mais próximos homens de confiança¹² a tomada de decisões e o

⁹ Circular emitida pelo arcebispo da Bahia, Dom Luis José, em fevereiro de 1882.

¹⁰ O estabelecimento de impostos implantado pela República sobre as mercadorias antes livremente comercializadas nas feiras interioranas causou grande revolta aos sertanejos e a desaprovação do Conselheiro. Em episódio marcante transcorrido na localidade de Natuba (hoje município de Nova Soure-BA), deu-se a quebra das tabuletas em que estavam discriminados os referidos impostos, com o apoio do beato. Tal fato muito contribuiu para o crescimento das perseguições ao séquito conselheirista, a exemplo do choque de Maceté, verificado pouco tempo depois do acontecimento de Natuba.

¹¹ Os conselheiristas se referiam ao dinheiro oficial do governo como a “imundiça”.

¹² Foram conselheiristas de reconhecida influência João Abade (chefe da guarda católica); os chamados irmãos Vilanova, Antônio e Honório (comerciantes); Beatinho (guarda do santuário); Pajeú (um dos principais lutadores); Manoel Quadrado (espécie de curador) e Joaquim Macambira (fazendeiro).

estabelecimento e a fiscalização das regras para uma convivência pacífica, moralmente rígida¹³, atrelada a seu forte traço religioso e, certamente, edificante trabalho.

O depoimento de um morador de prestígio do Belo Monte, o comerciante Honório Vilanova¹⁴, concedido ao escritor Nertan Macedo e documentado em sua consagrada obra *Memorial de Vilanova*, retrata, com simplicidade, um pouco do cotidiano daquela cidadela religiosa e resistente:

Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça, tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar, ia rezar. De tudo se tratava, porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino.

O laureado escritor cantagalense Euclides da Cunha¹⁵, correspondente do jornal O Estado de São Paulo, republicano assumido, retratou a Guerra de Canudos através de sua festejada obra *Os Sertões*, a qual, por muito tempo – como sempre afirmava o grande mestre José Calasans¹⁶ –, se configurou como única fonte respeitável para o entendimento do polêmico e dramático conflito sertanejo, transformando-se na dita Gaiola de Ouro¹⁷ em que ficaram presos Antônio Conselheiro e o Império do Belo Monte”, apesar dos seus evidentes e questionáveis conceitos sobre raças¹⁸, (forjadores de interpretações pejorativas acerca da capacidade e do modo de ser daquele povo perseguido), sua indiferença e, por que não dizer, desconhecimento da verdadeira realidade de exclusão em que padecia grande parte da gente residente nos sertões baianos, como, de resto, os nordestinos.

Somente após vivenciar alguns momentos cruciantes já nos estertores do grande conflito e, sobretudo, quando soube – porque lá não permaneceu para testemunhar – da covarde chacina¹⁹ cometida pelas ditas forças civilizadoras republicanas, é que, utilizando ainda de expressões contraditórias, Euclides da Cunha amenizou seu erudito discurso e criticou as ações do regime político brasileiro em terras do Belo Monte. A sua mais contundente revelação de espanto e de não-aceitação, está retratada no seu desabafo, quando testemunhou, no calor

¹³ Os relatos apontam para um combate rigoroso no arraial de Canudos ao roubo, à cachaça e ao adultério. Havia, inclusive, uma prisão improvisada denominada de “poeira”.

¹⁴ Um dos principais comerciantes de Canudos, de próxima relação com Conselheiro e proprietário do chamado Armazém do Povo. Veio da localidade de Acare, no Ceará. No seu estabelecimento, durante os anos da guerra, ficavam guardados os armamentos e munições e se transformou no local predileto para os acertos e conversas dos lutadores conselheiristas.

¹⁵ Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha (1866-1909) nasceu em Cantagalo, RJ, foi enviado a Canudos na condição de correspondente de guerra, indicado pelo jornal O Estado de São Paulo, tendo apenas chegado à zona de conflito já no mês de setembro de 1897, no curso das operações da 4ª Expedição Militar. A sua obra *Os Sertões*, publicada em 1902, foi por muito tempo a única fonte de estudos do tema Canudos.

¹⁶ José Calasans Brandão da Silva (1915-2001), sergipano, historiador e folclorista, foi reconhecidamente um dos maiores estudiosos do tema Canudos, em especial da cultura oral, tendo cooperado generosamente com a maioria dos pesquisadores com a sua obra.

¹⁷ Termo frequentemente utilizado pelo Mestre José Calasans quando de suas inúmeras conferências sobre Canudos e Conselheiro, alusiva, portanto, à obra do escritor Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

¹⁸ Em muitas passagens de *Os Sertões*, Euclides referia-se a raça superior e raça inferior, classificando pejorativamente os sertanejos como indivíduos originalmente atrelados a esta última conceituação.

¹⁹ A absurda degola dos prisioneiros conselheiristas ao final da guerra.

dos derradeiros combates, a assustadora resistência dos conselheiristas, a sua capacidade tanto para lutar na defesa do seu sítio invadido, quanto para morrer em honra de seu respeitado guia, “incompreensível e bárbaro inimigo!”²⁰.

Entretanto, há de se reconhecer a imensa contribuição de *Os Sertões*, não apenas para o conhecimento e a necessária divulgação – inclusive internacional, já que o livro foi traduzido para outros idiomas, suscitando o interesse de muitos autores e pesquisadores – do fato histórico verificado nas causticantes e esquecidas plagas sertanejas, A referida obra apresentou, também, com riqueza de detalhes, aspectos singulares acerca da terra, e, sobretudo, do homem sertanejo, suas características, seus valores e suas labutas, portanto, o seu cotidiano atrelado a uma flora tanto agressiva quanto cativante e provedora de benefícios impensáveis, com a qual, afinal, lidava inteligentemente. A partir do livro, habitantes de outras regiões tiveram acesso a informações talvez nunca antes e tão pormenorizadamente repassadas, socializadas, fundamentadas em apurado estudo.

Corolários dos escritos euclidianos, no campo das produções científicas e culturais, são os exemplos da tradução de *Os Sertões*, do competente escritor alemão Bertold Zilly; da publicação do estudioso húngaro Sándor Márai, *Veredito em Canudos*; da obra do romancista peruano e recentemente premiado escritor Nobel de Literatura Mário Vargas Llosa, *A Guerra do Fim do Mundo*; do romance de sua seguidora e acadêmica cearense Ângela Gutiérrez, *Luzes de Paris e o Fogo de Canudos*; do filme épico de Sérgio Resende, *Guerra de Canudos*; e ainda das encenações teatrais do polêmico e renomado diretor José Celso Martinez. Inúmeros compositores também versaram suas composições inspirados na saga conselheirista, certamente referenciados pela visibilidade – mesmo que às vezes sob ótica contestatória – que a obra *Os Sertões* proficuamente disseminou.

Outros autores mais contemporâneos a Euclides – jornalistas, médicos e inclusive alguns militares que comandaram tropas²¹, enfim, indivíduos que estiveram presentes no teatro das operações – também produziram seus escritos acerca dos fatos mais polêmicos alusivos à guerra de Canudos, descrevendo, com autenticidade, os seus dramáticos testemunhos, a exemplo do correspondente de guerra do Jornal do Comércio, o Capitão Manoel Benício, do acadêmico de medicina Martins Alvim Horcades e do combatente de guerra sargento Marcos Evangelista da Costa Villela Jr., relatos que foram lamentavelmente ofuscados pelo ufanismo dedicado à referenciada obra euclidiana, mas que, corridos os anos e mesmo que pouco socializados, merecem a devida consideração.

O Capitão Manoel Benício questiona, em sua obra *O Rei dos Jagunços: Crônica Histórica e de Costumes Sertanejos Sobre os Acontecimentos de Canudos*, a propalada oposição de Conselheiro ao novo regime republicano implantado no Brasil, quando ao beato se atribuía o rótulo de monarquista ou de estar a serviço dos antigos ocupantes do poder monárquico: “Conse-

²⁰ Expressão presente nos relatos constituintes de *Canudos: diário de uma expedição*. Esta frase, inclusive, foi utilizada como título principal pelo eminente e erudito professor José Augusto Cabral Barreto Bastos em sua obra *Incompreensível e Bárbaro Inimigo: a Guerra Simbólica Contra Canudos*.

²¹ As chamadas “partes de combate” dos comandantes militares partícipes da guerra constituem valorosas fontes quanto aos deslocamentos e combates verificados, mas, da mesma forma, denunciam as precárias condições dos efetivos para o cumprimento de sua missão e atestam a coragem e a inteligência dos contendores conselheiristas.

lheiro começou a pregar contra a República, não porque soubesse o que fosse república, nem porque fosse monarquista ou assalariado de conspiração monárquica, mas porque a república ameaçava a sua religião.

O acadêmico de medicina Martins Alvim Horcades, acompanhado de outros devotados colegas, deslocou-se para Canudos e lá, voluntariamente, se dedicou ao pronto atendimento dos feridos e mutilados, expressando, em seu livro intitulado *Descrição de uma Viagem a Canudos*, o seu emotivo e corajoso testemunho atinente à famigerada “gravata vermelha”, ou seja, à vergonhosa e insana degola aplicada, após acordada a rendição, aos prisioneiros indefesos pelos militares republicanos, os ditos “civilizadores” daquela “gente selvagem”:

Eu vi e assisti a sacrificar-se todos aquelles miseráveis, porque alli representava um jornal de minha terra e era preciso que lhe desse certas minuciosidades para o esclarecimento do público... E com sinceridade o digo: em Canudos foram degolados quase todos os prisioneiros... Bello exemplo de civismo e progredimento social! Levar-se homens de braços atados para traz, como criminosos de lesa-magestade, indefesos, e perto mesmo de seus companheiros, para maior escarneio, levantar-se pelo nariz a cabeça, como se fora a de uma ave, e cortar-lhes com o assassino ferro o pescoço, deixando cair a cabeça sobre o solo! É o cúmulo do banditismo!

Marcos Evangelista da Costa Villela Jr., participe das terceira e quarta expedições militares enviadas para o combate ao arraial de Canudos, descreveu, em sua obra *Canudos: Memórias de um Combatente*, as agruras vivenciadas pelos soldados nos sertões baianos e a insensibilidade dos comandantes militares no bojo das refregas:

Levantávamos acampamento às 4 horas da manhã e marchávamos até meio-dia, e então dormíamos para marchar novamente na parte da manhã. Nessas marchas penosas, quem mais sofria éramos nós, da artilharia, pois os muares constantemente refugavam as pequenas subidas, e então os artilheiros tinham que empurrar os canhões, fazendo força sobre as rodas... Os feridos clamavam por auxílio e socorro, e um pouco adiante já marchávamos com dificuldade... Nessa altura já havia soldados que não podiam andar devido ao cansaço. Faltava-lhes fôlego e a respiração pela garganta era um guincho semelhante ao de quem tem coqueluche.

Somando-se àquele período turbulento de afirmação da República recentemente implantada, quando se jogava, especialmente na capital do país, o chamado “jogo sujo” da política personalista, pululavam na Bahia querelas paroquianas mesquinhas²², encenadas por duas correntes oligárquicas, representadas pelos alcunhados “vianistas” (adeptos do então governador Luiz Viana) e “gonçalvistas” (seguidores do ex-governador José Gonçalves), dispondo estes últimos contendores do

²² Artigo publicado pela eminente professora Consuelo Novais Sampaio, intitulado *Canudos: o Jogo das Oligarquias*.

decisivo e agressivo apoio do poderoso Barão de Jeremoabo²³, grande latifundiário e contumaz difamador do beato. Este quadro político baiano provocou ações mais céleres contra Conselheiro e seus seguidores, utilizados, demagógica e brutalmente, como “massa de manobra” em meio às acirradas disputas pelo poder na Bahia, encetadas sem escrúpulos por aqueles grupos políticos.

Foram necessárias quatro expedições militares para se debelar o arraial insurrecto²⁴. Militares da maioria dos estados brasileiros foram convocados, inclusive a chamada “fina-flor” do Exército Republicano Brasileiro, assim como muitos voluntários despreparados para a luta. Até o então ministro da Guerra, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, transferiu-se para a Bahia, estabelecendo-se na antiga Vila de Monte Santo, transformada em quartel general das tropas militares em operação nos sertões de Canudos, onde buscou, com diversas dificuldades, reorganizar e prover seus homens de víveres, munições, armamentos e efetivos.

Somente em 5 de outubro de 1897, após um incontável número de mortos e de mutilados, tanto do lado militar sitiante, quanto e principalmente do lado conselheirista – além dos inocentes residentes das redondezas que pagaram com a própria vida ou tiveram suas humildes moradias violadas e suas criações abatidas pelos contendores em guerra –, é que a alcunhada Troia de Taipa²⁵ – vale dizer, o segundo maior contingente populacional da antiga Província da Bahia naquele período – foi completamente destruída. Lágrimas, gritos, bombas, fogo, lamentos ecoaram, sinistros, pelos areis sertanejos. Acolhendo as duras ordens dos mandatários da Nação republicana²⁶, respaldado no apoio incontestado da alta oficialidade do Exército²⁷ e nos clamores dos donos das terras e das elites religiosas, o comandante-em-chefe das tropas constituintes da 4ª Expedição Militar, General Artur Oscar Guimarães, não deixou “pedra sobre pedra”. A destruição foi total.

Passados dois ou três anos da inesquecível tragédia, naturalmente premidos pelas tristes recordações e pelo medo assustador, alguns remanescentes conselheiristas retornaram ao sítio histórico vilmente degradado e exatamente sobre suas ruínas, com igual fervor e impensável determinação, ajudados pelo concurso de outros sertanejos, edificaram uma nova cidadela, a chamada Canudos pós-conselheirista, ou mais precisa e simplesmente Canudos. Entretanto, novos desalentos padeceriam seus residentes, já que este sítio, tão maculado pela sua dramática e relevante história, seria sepultado, ao final dos anos 60 do século passado, vivendo o país sob o discricionário regime ditatorial, pelas águas represadas do Rio Vaza Barris, conformando-se o majestoso Açude de Cocorobó, criando-se assim uma nova cidade artificialmente montada em terras da antiga Fazenda Cocorobó.

²³ Cícero Dantas Martins (1838-1903), influente liderança política e grande proprietário de terras e fazendas nos sertões baianos, foi um dos grandes perseguidores de Conselheiro e reclamava da perda de seus explorados trabalhadores para o séquito do peregrino.

²⁴ A primeira foi comandada pelo jovem Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira e teve um efetivo de 104 homens; a segunda teve o comando do Major Fiscal Febrônio de Brito e contou com aproximadamente 600 combatentes. A terceira, imaginada invencível e com um efetivo de quase 1.200 homens, foi chefiada pelo famoso e folclórico Coronel Moreira César; alcunhado Corta-Cabeças; e a quarta, um gigantesco ajuntamento de soldados inicialmente de cinco mil homens em armas, dividida em duas grandes colunas, teve o comando geral do General Artur Oscar Guimarães.

²⁵ Expressão cunhada pelo escritor Euclides da Cunha.

²⁶ Ver nota 2.

²⁷ Sobretudo os oficiais florianistas de alta patente, republicanos radicais e saudosos seguidores do Marechal Floriano Peixoto, o aclamado Marechal de Ferro.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES: ESPAÇO GEOGRÁFICO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO

O grande conflito sertanejo de Canudos abrangeu considerável zona geográfica, envolvendo (no que diz respeito mais especificamente à geografia da guerra) territórios de dois estados brasileiros – Bahia e Sergipe –, abarcando, conseqüentemente, inúmeras localidades, entre vilas, povoados, sítios, fazendas e mesmo humildes casebres que, dispersos e praticamente ausentes dos mapas contemporâneos àquela luta, serviram de pousos para descansos e ranchos, não raro se constituindo em cenários de violações e de escaramuças as mais sangrentas e inusitadas. Na refrega grandiosa operaram numerosos efetivos militares advindos de mais de uma dezena de estados brasileiros, seja do extremo Norte (Pará), seja do extremo Sul (Rio Grande do Sul) ou do Sudeste deste país reconhecidamente continental.

Cidades situadas em pontos geográficos relativamente distantes e, do mesmo modo, em direções opostas em relação ao arraial de Canudos, a exemplo de Aracaju e São Cristóvão²⁸ (norte) e de Queimadas e Monte Santo²⁹ (sul), transformaram-se, nos momentos cruciais da grande luta, em locais de acantonamento e de partida de efetivos, assim como em bases primaciais das operações militares que demandavam para o arraial do Bello Monte. Outras localidades e paragens, igualmente afastadas das acima referenciadas, e também opostas em seus direcionamentos, figuraram com relevância na geografia dos combates ou dos simples deslocamentos das tropas: Juazeiro³⁰ e Uauá³¹, numa direção; e Cumbe³² (hoje, município de Euclides da Cunha) e a histórica Aldeia de Maçacará, ou Missão de Maçacará³³, em outra.

Portanto, além da sua vil dramaticidade, comprovada nos altos índices de baixas (feridos, mutilados, e mortos), de combatentes diretos e de tantos outros sertanejos residentes na grande área de conflito, o episódio de Canudos fincou raízes na história, na cultura e, muito especialmente, no imaginário do povo sertanejo ante o seu tão abrangente espectro geográfico e o envolvimento, jamais testemunhado num conflito endógeno, de tantos brasileiros pertencentes às mais díspares localidades, rompendo as fronteiras da Bahia, ganhando notoriedade e seduzindo estudos em diversos campos investigativos.

Passados aproximadamente 50 anos da saga conselheirista, apareceu nos sertões baianos, mais precisamente na região de Santa Brígida, um taumaturgo e dedicado curador de nome Pedro Batista, que ganhou fama e respeito ao acolher e ajudar os mais pobres, atraindo muitos adeptos, os quais até hoje, na data de sua morte (11/11/1967), o reverenciam com uma longa caminhada

²⁸ Locais de acantonamento e partida dos efetivos da Expedição Savaget (segunda coluna da quarta expedição)

²⁹ Queimadas, primeira base de operações e local de desembarque dos efetivos da segunda, terceira e quarta expedições; Monte Santo, segunda e mais importante base de operações, local onde se hospedou o então ministro da Guerra, Carlos Machado Bittencourt.

³⁰ Juazeiro: local de desembarque dos efetivos da primeira expedição militar, a Tenente Pires Ferreira.

³¹ Uauá, pequena vila sertaneja, local onde se verificou o chamado primeiro fogo da guerra de Canudos.

³² Cumbe, atual cidade de Euclides da Cunha, foi passagem da terceira expedição militar, comandada pelo famoso Coronel Moreira Cesar, alcunhado Corta-Pescoço e morada do único padre que visitava o arraial do Bello Monte, Vicente Sabino.

³³ Antiga aldeia indígena, Maçacará foi também rota de passagem para os sertões do Bello Monte e de onde partiram vários índios para combaterem, ao lado do peregrino cearense Antônio Conselheiro, durante o conflito.

penitencial, do Povoado da Ingazeira³⁴ até a sua sepultura no cemitério da cidade. Da mesma forma que acontece em tantas localidades sertanejas, culto religioso e expressões da cultura popular sertaneja se unem para homenagens ao “Velho Pedro”, a exemplo de manifestações como maneiro-pau³⁵, dança de São Gonçalo³⁶, dança dos bacamarteiros³⁷ e dos remanescentes índios Pancararu. Sua casa, seus objetos pessoais e sua estátua estão preservados e são permanentemente visitados por antigos seguidores e por muitos curiosos que chegam a esta cidade baiana, no interior de cuja municipalidade nasceu, inclusive, a famosa cangaceira Maria Bonita.

A respeito desta mulher que optou por uma vida diferenciada da maioria das mulheres sertanejas, outra saga, tão dramática quanto os eventos concernentes à guerra de Canudos, deixou marcas indeléveis na vida dos sertanejos baianos, assim como de tantos outros nordestinos: o cangaço. Seu legado está atrelado, em especial, às violentas tropelias praticadas pelo cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, alcunhado Lampião, e seu numeroso bando. Herói para alguns, famigerado bandido para outros e, ainda, para tantos apenas mais um sertanejo vitimado pelo sistema político-social excludente em que afinal padecia grande percentual de nordestinos, Lampião, assim como muitos cangaceiros, aterrorizou e criou simpatizantes por aquelas plagas abandonadas pelas autoridades constituídas.

Na década de 30 do século passado, o também autodenominado Rei do Cangaço protagonizou nos sertões baianos cenas que ficaram na memória da gente simples moradora das pequenas localidades por ele visitadas, o que veio a enriquecer o cancioneiro popular sertanejo. Lampião, Maria Bonita, Corisco, Dadá e muitos de seus obedientes e embrutecidos “cabras” são citados nas letras de músicas ainda muito tocadas na região, são vivos personagens da literatura de cordel e ensejam tradicionais motes para os desafios entre repentistas que encenam suas parelhas nas portas dos mercados populares e pelas feiras livres interioranas. São, ainda, retratados em papéis relevantes nas produções teatrais e cinematográficas nacionais, figurando, também, com relativo destaque, em textos de vários autores, a exemplo de poetas e romancistas.

Apenas para exemplificar, atendo-se mais particularmente aos chamados sertões de Canudos³⁸ e de seu considerável entorno, Quirinquinhal e Acaru – dois humildes e bucólicos sítios pertencentes ao histórico município de Monte Santo – receberam a inditosa visita do temido cangaceiro. Os testemunhos orais retratam, com singular vivacidade e sob perceptível emoção, a sua passagem na região, onde teria cometido frios assassinatos. Foram testemunhas os senhores Zé Burrego (falecido em maio de 2010, morador do Povoado do Acaru, que contava

³⁴ Ingazeira era um antigo e pobre povoado no qual Pedro Batista, negociando terras com o poderoso Coronel João Sá, teria assentado diversas famílias sertanejas.

³⁵ Folgado alusivo ao cangaço, no qual um grupo de homens bate paus e canta cantigas próprias.

³⁶ Culto popular dedicado a São Gonçalo Amarante, presente em algumas localidades sertanejas, a exemplo de Itapicuru e Sítio do Quinto.

³⁷ Acompanhados de pífaros, os homens disparam seus bacamartes e demonstram as suas origens vinculadas ao cangaço.

³⁸ Há notícias da passagem e das estripulias do cangaceiro por Várzea da Ema, Geremoabo, Canché, Canudos, Cumbe (Euclides da Cunha) Tucano, Pombal, Santa Brígida, Bom Conselho e Antas.

sobre o demorado castigo e o conseqüente assassinio do soldado Pacutia nas proximidades de Patamoté) e Herval Santana, ainda residente no primeiro dos povoados acima referenciados, que assistiu, aos 5 anos, as torturas aplicadas a alguns trabalhadores que, no seu dizer, “faziam a estrada”³⁹, além do assassinato de dois sertanejos que haviam se negado a cooperar com o bando em sua desenfreada rota pelos sertões baianos. Somam-se a tais testemunhos os relatos e Dona Lourdes⁴⁰ (falecida em 2009), da localidade de Angicos, senhora que, já acometida pelos naturais lapsos de memória aos 97 anos, dizia ter servido um jantar faustoso ao bandoleiro e ter sido presenteada com um par de botinas, mas que, diferentemente dos dois depoentes citados, atestou um melhor tratamento dado por Lampião a ela e aos humildes moradores deste ainda hoje pequeno sítio localizado nas proximidades de Monte Santo⁴¹.

Os temas históricos Canudos e Cangaço, seus legados fundamentados numa complexidade de sentimentos, contribuições e influências para a vida dos sertanejos, provocaram e ainda hoje ensejam relações de identidade entre as várias comunidades que habitam, em especial, toda a chamada região do Semiárido baiano, e outras comunidades de alguns estados nordestinos, a exemplo do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Conselheiro e Lampião foram andarilhos incansáveis e exímios conhecedores da realidade sertaneja. Em que pesem as suas díspares condutas e os seus diferenciados objetivos, foram indivíduos marcados pela precariedade das condições materiais de vida e pelas vicissitudes que se abateram sobre suas famílias, padecimentos pessoais que conduziram, de forma diferenciada, os seus comportamentos. Não há dúvida, no entanto, que foram homens que exerceram forte influência sobre considerável número de nordestinos. Côncios de sua lida e carismáticos, ante a um quadro persistente de misérias e revoltas, transitaram por diversas localidades vinculadas aos referidos estados do Nordeste brasileiro, pelas quais deixaram, a seu modo, vestígios ainda impagáveis para a história e para a cultura popular.

Outro indivíduo historicamente identificado à vida sertaneja, constituindo-se num de seus principais trabalhadores e ícone incontestado de sua cultura é o vaqueiro. Homem arraigado ao solo em que labuta, à vegetação e, muito particularmente, aos animais, o vaqueiro se imbrica e se completa com os sertões. Sua indumentária, sua fala, seu modo rude de viver e de trabalhar e seu apego à terra traduzem-no como elemento primacial no contexto sociocultural dos sertões nordestinos.

O vaqueiro tanto cria quanto é referência e inspiração para considerável número de produções umbilicalmente atreladas ao cancionário popular sertanejo. O aboio – espécie de lamento dedicado ao gado de que trata e com o qual mantém singular relação – retrata essa identidade com o mundo que o rodeia.

³⁹ A expressão refere-se aos sertanejos contratados durante a abertura das estradas de rodagem naquela região. É conhecida a raiva do bandoleiro Lampião em relação ao surgimento das estradas, uma vez que tal “modernidade” certamente melhor concorreria para a frequente caça encetada pelas chamadas volantes.

⁴⁰ Fotos dos três citados depoentes nos anexos,

⁴¹ Depoimentos coletados pelo autor, Roberto Dantas, durante suas pesquisas atinentes ao projeto *Cenários e Caminhos Históricos da Guerra de Canudos – Novas Trilhas*, nos Anos de 2008 e 2009.

Forçoso destacar que os sertões foram desbravados a partir da chamada abertura dos caminhos para o gado, pela premente necessidade de conquista de novos territórios para pastos e currais, ao mesmo tempo para a descoberta de ouro e a missão religiosa de catequizar e, também, de escravizar os índios bravios. Não é sem razão que a atividade pecuária – especialmente de bovinos e caprinos – e o cultivo de outros produtos alternativos à cana-de-açúcar (majoritariamente plantada em terras do Recôncavo Baiano ou nas que ficavam mais próximas do litoral), dentre os quais a mandioca e o feijão, se espalharam e ganharam relevância pelo interior dos estados que configuram o Nordeste brasileiro.

Diante do isolamento a que esteve condenado, o trabalhador das paragens sertanejas, destituído dos mais elementares serviços públicos, logo aprendeu a se defender, igualmente com violência, das violências que o acometiam. Do iniciante colonizador/desbravador – primeiramente portugueses e, em seguida, os seus descendentes diretos – das terras interioranas em suas sanguinárias contendas com os índios, passando-se pelos grandes proprietários de terras, que disputavam, sem regras, os territórios com seus concorrentes; até atitudes agressivas de temidos e autoritários coronéis, homens que ditavam suas próprias leis, enfim, todos esses poderosos tanto perseguiram cruelmente quanto provocaram e moldaram o instinto e as condutas do trabalhador sertanejo, seja o que diretamente labutava no eito ou com o gado.

Em face de tais circunstâncias singulares e de um rude cotidiano – isolamento, violência, desamparo institucional, ausência de leis, sobretudo de uma instrução de qualidade –, o trabalhador sertanejo apresenta sentimentos contraditórios, expressos, com naturalidade, nos seu comportamento simultaneamente arredo e hospitaleiro, às vezes calmo, às vezes abruptamente agressivo e vingativo, sobretudo se há contra ele qualquer injusta acusação de roubo, de desrespeito a sua honra ou se descumprida a palavra a ele anteriormente empenhada. Por essas contradições comportamentais e de costumes, não raro é tratado como indivíduo estranho, em especial pela população litorânea.

No entanto, apesar das transformações perpetradas pelo tempo e pelas diversas inovações tecnológicas que modificaram as relações familiares e de trabalho, costumes e valores ainda hoje, em muitas das longínquas localidades dos áridos sertões, são mantidos e fielmente respeitados por boa parcela dos trabalhadores sertanejos. Sob estes códigos de existência e de relacionamento social, os vaqueiros muito se diferenciam de outros trabalhadores baianos, de acordo com o citado historiador Frederico Pernambucano de Mello⁴²:

O homem agreste, produto não apenas da pastorícia e dos modos de vida do sertão, mas também do desfrute de poder privado ainda pouco ou nada atingido pelas restrições de uma – entre nós, tardia – ordem pública centralizada e eficiente, irá se convertendo em figura cada vez mais estranha às zonas arejadas do litoral, ao longo de todo o século XIX. Já se vê, portanto, que o isolamento a que esteve relegado

⁴² Idem à nota 5.

secularmente o sertão fez que nele se conservassem e mantivessem vivas certas formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e aqui mescladas ao padrão nativo.

Hoje, entretanto, assim como outras significativas expressões da cultura sertaneja, testemunha-se, pelos sertões nordestinos, boa parte dos trabalhadores das fazendas despidendo-se da sua bela e tradicional indumentária de couro e desmontando do seu animal de trabalho e de estimação para tanger o gado. O barulho dos motores e os odores dos combustíveis emanados das motocicletas são mais perceptíveis, e os progressivos cercamentos das propriedades e as facilidades relativas ao tempo/trabalho e à diversificação das atividades são geralmente apontados como causadores dessa mudança de hábitos. O gado não está mais à solta, e o vaqueiro, mais livre da labuta em relação às criações, tem assumido outras responsabilidades cotidianas.

Ressalte-se, no entanto, que toda uma produção cultural vincula-se ainda à figura do vaqueiro. A sua vestimenta tradicional de trabalho e os apetrechos que a ela se conformam – e, do mesmo modo, ao seu animal – ensejam trabalhos artesanais confeccionados a partir do tratamento do couro. A lida, a sabedoria popular, a relação afetiva com o gado e com a terra, a valentia e os sofrimentos são motes do canção popular sertanejo, presentes nas mais diversas composições/expressões das chamadas linguagens culturais.

A inexistência de uma educação pública básica de qualidade, regular, nos sertões – desde o chamado ensino médio fundamental e, sobretudo, o ensino superior – sempre resultou em prejuízos para a gente residente no interior da maioria dos estados nordestinos. Daí, particularmente nos últimos 20 anos, ainda que de forma incipiente, a chegada das instituições universitárias, primeiramente faculdades e depois as universidades, trouxe algumas transformações e oportunidades para boa parte dos jovens e mesmo para aqueles adultos já considerados “veteranos” em sua trajetória de estudos. A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) destacou-se nessa oferta e tem desempenhado relevante papel para a formação e o enriquecimento cultural de várias gerações de sertanejos.

Além de algumas unidades de ensino voltadas para a qualificação de professores antes apenas titulados pelas chamadas “licenciaturas curtas” – configurando-se, como exemplo maior, a Rede Uneb 2000 –, hoje, dada a sua reconhecida multicampia, há departamentos da Uneb presentes na região, como em quase todas as regiões do estado, nos quais não apenas o ensino, mas a pesquisa acadêmica e as ações extensivas têm sido implementadas, como acontece, nos sertões de Canudos, nos municípios de Serrinha, Conceição do Coité e Euclides da Cunha.

À unidade da Uneb de Euclides da Cunha, além de seu já reconhecido curso de Letras, estão vinculados dois importantes equipamentos diretamente relacionados ao grande conflito sertanejo de Canudos, a saber: o Parque Estadual de Canudos, PEC/Uneb, onde estão devidamente demarcados os principais sítios históricos da guerra; e o Memorial Antônio Conselheiro, que acolhe, em seu acervo, os resultados preliminares da pesquisa arqueológica encetada pela universidade nos sítios históricos, além de uma exposição fotográfica temática. O espaço dispõe ainda, em suas confortáveis instalações, de uma modesta biblioteca e de um

salão para exibição de filmes, realização de debates, seminários e pequenas apresentações teatrais. Democraticamente disponibilizado para a comunidade de Canudos, a Uneb abriga regularmente encontros e pequenos colóquios acerca dos mais variados temas e, principalmente, ensaios, oficinas e apresentações dos grupos de teatro amador que congregam vários jovens canudenses. Dá-se, assim, o encontro salutar entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, o que propicia as necessárias vivências do fazer cultural e do próprio exercício da cidadania.

Entretanto, a existência de uma proposta oficial desta unidade de ensino da Uneb do município de Euclides da Cunha em relação à produção cultural universitária, na visão de alguns de seus estudantes, ainda há muito que se provocar e produzir, a exemplo do que expõe o formando do Curso de Letras, ator reconhecido e agitador cultural na cidade, Cleilton Silva:

Poucas são as iniciativas ou, digamos, as vivências culturais na nossa unidade da Uneb. E digo isso tanto no que se refere ao envolvimento e interesse dos professores, quanto dos estudantes. Infelizmente, todos parecem apenas demonstrar preocupação com o dito lado oficial das coisas, quero dizer, apenas respectivamente ensinar e aprender os conteúdos formais das disciplinas, etc. Parece nunca haver tempo para a cultura! Poucos os estudantes que, através desses anos que tenho vivido na Uneb de Euclides da Cunha, são seduzidos ou têm vontade para o exercício de uma prática cultural dentro da universidade, ou mesmo a partir de ações que esta nossa universidade propicie, coisa que não acontece mesmo! Eu, como um jovem ator dedicado ao teatro, lamento bastante. No entanto, para o senhor ter uma ideia, no município de Quijingue - tão próximo daqui e com precárias condições materiais para investimentos ou qualquer outra ajuda - há, contraditoriamente, um efetivo compromisso do setor educacional oficial com a produção da cultura, na medida em que lá as escolas públicas abrem espaços para o exercício das linguagens culturais, em especial a linguagem teatral, e não é sem motivo que lá exerço meu trabalho e tenho um espaço legítimo para trabalhar com os jovens e estes, por sua vez, vão se ligando cada vez mais nas vivências culturais. Certamente por isso, nesta modesta cidade sertaneja, há um grupo de teatro de jovens que já tem se apresentado, com relativo destaque, em várias cidades da região e concorrido em festivais temáticos.

Apesar da inegável relevância das chamadas instituições de nível superior nestas municipalidades sertanejas, que trouxeram melhores e mais qualificadas interpretações críticas acerca de suas próprias realidades e contribuições para o exercício da pesquisa, no que se refere à não menos relevante relação entre a instrução educacional e as produções e vivências culturais, um longo

caminho ainda se apresenta para ser trilhado, sobretudo novas e mais pertinentes iniciativas dos gestores públicos e, simultaneamente, o profícuo envolvimento dos próprios educadores.

CULTURA E RELIGIOSIDADE: IDENTIDADES E ECOS DE UMA RESISTÊNCIA

Palmilhando, hoje, os belíssimos sertões de Canudos, mais especialmente os sítios históricos que configuraram o “palco primacial” da grande guerra – sítios contíguos às cidades de Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha (antigo Cumbe), à Missão de Maçacará, ao Distrito de Bendegó e Canudos, e de seu respeitável entorno, principalmente Serrinha, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, Santaluz, Queimadas, Cansação, Biritinga, Teofilândia, Araci, Maceté, Tucano, Pombal, Itapicuru e Nova Soure – testemunha-se tanto a fervorosa religiosidade de sua gente hospitaleira, quanto a riqueza das expressões culturais ainda resistentes.

Além das paisagens – desenhadas por imponentes serras que parecem abraçar os sítios históricos nelas incrustados, a exemplo das Serras de Cocorobó, Canabrava, Cambaio, Calumbi, Aracati, Atanázio, Girau, Piquaraçá, Jabucunã, Itiúba, Testa Branca, Pedra da Onça, Acaru, Jerônimo e outras, e por rios e riachos, a exemplo do Vaza Barris, Itapicuru, Bendegó, Umburanas, Cariacá etc. – e da singularidade de seu bioma caatinga, conformado bela e agressivamente por cabeças-de-frade, alecrins, favelas, juazeiros, mandacarus, facheiros, xiquexiques, palmas, barrigudas, macambiras, umbuzeiros, os sertões guardam expressões e manifestações populares vinculadas a suas mais genuínas tradições religiosas e culturais.

Figuras comuns e bastante respeitadas, que também atuam sob uma comunhão de fé e de aprendizado cultural, em sua maioria exímios conhecedores de plantas medicinais, são os chamados benzedores(as) ou rezadores(as), homens e mulheres que historicamente acolhem a muitos sertanejos que os procuram em face dos mais diversos problemas e padecimentos. A mística, a credulidade fervorosa e persistente, a formação cultural, todos esses importantes elementos, somados à falta de uma assistência médica profissional qualificada, não raro inexistente em algumas das mais longínquas localidades, contribuem para a procura e conseqüente respeitabilidade desses “curadores” sertanejos. Das desditas amorosas, passando-se pelas reais e graves enfermidades do corpo e da alma e, ainda, às soluções e “simpatias”⁴³ para a retirada “do olho grande”⁴⁴, de tudo um pouco tratavam e ainda tratam os benzedores e rezadores em muitas localidades sertanejas⁴⁵.

Nos sertões de Canudos e no seu grande entorno, os eventos e ritos religiosos, de rara plasticidade e comunhão, são acompanhados por apresentações de grupos culturais locais, propiciando um espetáculo ao mesmo tempo fervoroso e prazeroso, tanto para seus partícipes diretos quanto para a audiência. Tais eventos promovem a necessária preservação e

⁴³ Espécie de ritual ou tratamento amistoso, ou mesmo um objeto supersticiosamente utilizado para prevenir ou curar alguma enfermidade ou um simples mal-estar.

⁴⁴ Diz-se proveniente da inveja de alguém por outra pessoa, ou ainda de desejar má sorte a outrem.

⁴⁵ Há, ainda, conhecidos benzedores e rezadores em muitas cidades sertanejas, a exemplo de Santa Brígida, Monte Santo, Serrinha, Canudos, Cansação, Jeremoabo e Itapicuru.

premente visibilidade dessas manifestações culturais, contribuindo, por conseguinte, para a valorização de seu patrimônio histórico-cultural.

Em Canudos, Monte Santo e Serrinha, por exemplo, quando das celebrações concernentes à Trezena de Santo Antônio⁴⁶, à grandiosa Festa de Todos os Santos⁴⁷ e à Semana Santa⁴⁸, além do tradicional foguetório anunciador dos ritos, são os pífaros, os triângulos e as zabumbas que dão o tom aos cânticos religiosos, acompanhando, respeitosamente, as procissões e os atos litúrgicos, assim como os leilões comunitários e outros eventos profanos. Encenações teatrais de rua também ocorrem durante as festas do calendário religioso sertanejo, a exemplo da que acompanha a tradicional Procissão do Fogaréu em Serrinha, e que retrata a prisão e o calvário sofrido por Jesus Cristo.

Imperativo que haja, em especial da parte das administrações locais, investimentos mais criteriosos para a manutenção dessa tradição, pois já são notáveis as descaracterizações perpetradas sobre as programações das efemérides religiosas, além do gradual afastamento e desconhecimento dos jovens acerca de tais celebrações e rituais; jovens que, com maior incidência, têm prestigiado apenas a parte profana das grandes festas. Neste contexto há as contratações, mediante somas consideráveis de recursos, de bandas musicais sem identidade com o cancionário regional, que têm invadido os palcos onde antes se apresentavam genuínas expressões culturais sertanejas, produzindo, desse modo, uma realidade cada vez mais excludente. Por certo que a cultura se renova, é dinâmica e plural, mas é necessário que sejam respeitadas as tradições e garantida a igualdade de oportunidades para todos que produzem cultura e carecem de um mínimo reconhecimento.

A disseminação das informações, hoje transmitidas com maior velocidade pela televisão e pela internet para um maior número de pessoas, sobretudo jovens, se, por um lado, corrobora para o citado afastamento ou mesmo desinteresse destes pelas tradicionais manifestações culturais e celebrações religiosas, por outro enseja novas formas de comportamento, de gostos, de relacionamentos e, principalmente, viabiliza o conhecimento do que acontece no mundo, antes tão distante dos que viviam dispersos e abandonados em localidades mais atrasadas em relação aos grandes centros do país.

Tanto o enriquecimento dos saberes culturais e modos de viver entre povos de díspares culturas, quanto a preocupante imposição de uma falsa hegemonia de algumas expressões/elementos culturais como únicos a serem assimilados por boa parte dos mais jovens cidadãos brasileiros são resultantes, portanto, dessa socialização de informações veiculadas em tempo real. Exemplo característico na Bahia é a propaganda maciça e sua consequente evidência em

⁴⁶ Maior e mais concorrido evento religioso-cultural que acontece em Canudos, no período de 1º a 13 de junho, congregando procissões, missas, novenário, leilões e espetáculos musicais.

⁴⁷ Importante evento religioso-cultural que acontece em Monte Santo, entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro, quando milhares de romeiros visitam a cidade e sobem a íngreme Serra do Piquaraçá, onde se localiza o Santuário da Santa Cruz, para pagamento de promessas e pedidos de graças.

⁴⁸ Unindo ritos religiosos e apresentações musicais e teatrais, a Semana Santa em Serrinha figura como uma de suas mais significativas festas, destacando-se a Procissão do Fogaréu, todo ano documentada por boa parte da imprensa nacional.

diversos eventos dos estilos/ritmos do axé, arrocha e pagode. Assim como o livre intercâmbio e a escuta atenciosa das diversas expressões culturais, também são necessários o respeito e a justa socialização das oportunidades a partir do que se entenda como tradição e modernidade no seio de uma mesma região ou comunidade.

Labutam e resistem ainda os aboiadores e repentistas que anunciam e acompanham solenemente a Missa do Vaqueiro⁴⁹ e que puxam, através de suas tiradas poéticas e polêmicas, a chamada vaqueirama pelas ruas de Uauá. A cidade se transforma e o sentido de pertencimento a um sertão sofrido e contraditoriamente rico em cultura e religiosidade se expressa nos olhares e nas falas da população. São os tocadores de pé-de-bode, de rabeca e de pífaros, os zabumbeiros e cantadores, filhos desta mesma cidade alcunhada “capital do bode”⁵⁰, que acordam os moradores e visitantes quando das concorridas alvoradas juninas. Missas, cortejos, entrega de ramos, quadrilhas e grupos de danças nordestinas seduzem e alegam os diversos partícipes. Sagrado e profano, fé e festa, religiosidade e cultura se misturam e se alternam, produzindo o fervor contagiante e o brilho singular dos eventos e celebrações.

São os desafios de viola e os recitais de cordéis que abrem a maioria dos grandes eventos nas cidades sertanejas e que também movimentam as suas concorridas feiras livres. São os ternos de reis⁵¹ que ecoam seus foles, triângulos, caixas e cantos no mês de janeiro em boa parte dos sertões baianos. São as autênticas quadrilhas juninas, acompanhadas das sambadeiras e dos sanfoneiros que animam os festejos dedicados a São João e a São Pedro em várias localidades. Velhos, moços e crianças cantam e dançam sob os compassos da zabumba. São os descendentes dos índios Caimbé, da vetusta Missão de Maçacará⁵², situada a pouco mais de 30 quilômetros da cidade de Euclides da Cunha, que dançam o toré nas suas datas festivas e que, do mesmo modo, se apresentam nas principais efemérides dos sertões baianos.

Há, em terras do município de Serrinha, a reconhecida Comunidade dos Praianos⁵³, de remanescentes do Quilombo da Flor Roxa, cuja existência ultrapassa 170 anos e que se situa mais especificamente nas terras do Sítio São Caetano. Aí, além das históricas parteiras e dos trabalhos realizados comunitariamente, encontram-se exímias sambadeiras, realizam-se cantorias de roda, produz-se artesanato, mantendo-se, portanto, a tradição promanada dos árduos tempos dos negros cativos da Bahia.

Nessas trilhas e caminhos históricos que entrecortam várias cidades sertanejas, muitas são as festividades e celebrações religiosas que acontecem pelos pequenos povoados e mesmo

⁴⁹ Sempre ocorre em torno dos dias 22 e 23 de junho, durante os festejos juninos na cidade de Uauá, e reúne em média 350 a 400 vaqueiros, vindos de vários povoados e fazendas. Há a presença obrigatória de aboiadores, repentistas e das chamadas vaquejadas.

⁵⁰ Acontece anualmente, quase sempre no mês de agosto, a Exposição de Caprinos em Uauá, evento bastante concorrido e no qual são apresentados os mais finos exemplares caprinos de toda a região.

⁵¹ Dentre os vários reisados existentes na região, são destaque os de Acaru (Monte Santo), Euclides da Cunha, Santaluz, Tucano e Retirolândia. Conferir quadro das festividades e expressões culturais em anexo.

⁵² Uma das mais antigas missões religiosas criadas pelos frades franciscanos no Brasil, em meados do século XVII, da qual partiram alguns índios para lutar na defesa do arraial de Canudos.

⁵³ Praianos: negros vindos ou fugidos da praia, das áreas litorâneas.

em tradicionais fazendas. São tiradas de terço, reisados, novenários, farinhadas, festas de padroeiros, louvores a santos do credo católico, batatas de plantações, etc. Nas sedes principais, os festejos e ritos acontecem, em geral, nos meses de janeiro (reisados e louvações a São Sebastião⁵⁴), abril (celebrações da Semana Santa⁵⁵) e junho (festejos aos três santos juninos: Antônio⁵⁶, João⁵⁷ e Pedro⁵⁸), juntando o povo e contribuindo para a preservação de uma cultura sedimentada no modo de vida e nas crenças de seu povo. Não se pode esquecer, também, do rico artesanato produzido nessas referidas cidades sertanejas, apesar da pouca assistência disponibilizada aos que produzem e sobrevivem de sua arte, pois ainda são poucos os cursos de qualificação ofertados e insuficientes os canais de divulgação das obras, inviabilizando rendas compensatórias.

Exemplos são os trabalhos das artesãs da fibra da banana do Vaza Barris de Canudos⁵⁹ e dos ceramistas do Povoado da Pedra Vermelha; os bordados e fuxicos das costureiras Pombinha e Zusmerinda, e as esculturas de Dedega Cordeiro, produções do município de Monte Santo. Assim como os desenhos e telas, feitos a bico de pena por Gildemar Sena de Uauá e os panos de mesa, sacolas, colchas e diversos arranjos produzidos pelas antigas bordadeiras de Euclides da Cunha. Afora isso, há diversos produtos e apetrechos feitos a partir do tratamento do couro e os provenientes da fibra do sisal, produção verificada em quase todas as cidades dos sertões de Canudos e de seu grande entorno, destacando-se Conceição do Coité, Valente, Serrinha e outros povoados atrelados a estes municípios. Somam-se a essa produção as deliciosas iguarias da culinária sertaneja, em especial as feitas com carne do bode e do boi, leite da cabra, umbu, farinha de mandioca e milho, dentre elas, as buchadas, os assados e ensopados; o requeijão e o queijo coalho; a umbuzada, o cuscuz, o beiju, a pamonha e a canjica.

Há duas reconhecidas produções que têm gerado empregos e são exportadas para outros estados brasileiros: a da banana, proveniente do chamado Perímetro Irrigado do Vaza Barris, na Comunidade 150, em Canudos; e a de doces de frutas da Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), sediada nos municípios de Uauá e Canudos e que recebe recursos estrangeiros para a manutenção de suas produções, dentre as quais, doces e geleias feitas a partir da manga e do umbu. Neste cenário também tem alcançado considerável repercussão o desenvolvimento das atividades ligadas à apicultura.

Outra atividade que recentemente tem ensejado a aquisição de rendas alternativas para alguns sertanejos é a pesca do tucunaré, da tilápia e da pescada no Açude de Cocorobó. Orientados pelos pesquisadores do Departamento de Ensino Superior, da unidade da Uneb de Paulo

⁵⁴ Notadamente em Euclides da Cunha e em Monte Santo, onde, inclusive, há uma praça que leva o nome do santo festejado. Conferir quadro das festividades e expressões culturais em anexo.

⁵⁵ As celebrações mais concorridas da Semana Santa acontecem nas cidades de Serrinha e Monte Santo.

⁵⁶ Em Canudos (de 1º a 13 de junho).

⁵⁷ Em Uauá (de 15 a 25 de junho), Euclides da Cunha, além de diversos povoados de Monte Santo e de Euclides da Cunha, especialmente no Povoado de Aribicé, pertencente a este último município referido.

⁵⁸ No Distrito de Bendegó (28 e 29 de junho) e em Retirolândia (data móvel, entre 27/06 a 03/07).

⁵⁹ Grupo de mulheres residentes na chamada Comunidade 150, próxima à atual cidade de Canudos.

Afonso, os pescadores das áreas ribeirinhas, através do processo denominado “tanques e redes” – pescados em cativo, com quantidades adequadas de ração –, têm obtido, com mais regularidade e de forma mais organizada, satisfatórias quantidades de peixe, tanto para consumo, quanto para o comércio.

Mas o sertão, de fato, respira e produz cultura! Vários artistas, cantadores e músicos, compositores e poetas, em grupos ou individualmente, destacam-se pelas suas produções genuinamente vinculadas ao cancionário popular sertanejo e pela resistência na defesa de autênticas expressividades culturais. Espalhados sertão a fora, alguns com relativo sucesso além das fronteiras baianas, versam suas diversas obras baseados na história e na cultura regional e têm desempenhado relevante papel para uma mais adequada visibilidade, contribuindo não somente para a sua preservação, mas para que os jovens também tenham conhecimento das produções identificadas com as suas raízes e valores culturais.

São referência, dentre outros tantos ainda anônimos artistas, os compositores e cantores Claudio Barris, Nilton Freitas, Zeqrinha e Marcos Canudos, os sanfoneiros Renanzinho Mendes, D’Assis e Romarinho, o compositor e cantador popular Cavachão, o tocador de pé-de-bode Zé de Auto, o zabumbeiro Alair, o violeiro João Batista, os grupos Herdeiros do Forró e Raízes Populares e o poeta popular Begegê da Mata Virgem, todos filhos ou umbilicalmente ligados à cidade de Uauá. Bião de Canudos, Neginho do Fole, Zé Américo e os músicos da Banda de Pifaros de Bendegó são artistas de Canudos. A quadrilha A Volta da Asa Branca, Gereba, Zé Vicente e Bino são grandes nomes respectivamente da dança, da música, da sanfona e das tradições culturais sertanejas, todos viventes ou filhos do município de Monte Santo. Manoelzinho Aboiador, os repentistas Miguelzinho e Zé Queiroz, o compositor Fábio Paes e a Filarmônica 30 de Junho são expressões valorosas do município de Serrinha. O bumba-meu-boi e a burrinha são, por sua vez, grupos culturais de raízes genuinamente sertanejas, presentes em Aracy e Biringa.

Em Conceição do Coité, município integrante da região sisaleira e que dista aproximadamente 210 quilômetros da capital baiana, além do Centro Cultural Ana Rios – bastante referenciado e cujas instalações comportam qualificados espaços onde se realizam diversas atividades culturais e educacionais –, há uma interessante iniciativa, oriunda de uma de suas históricas comunidades, denominada Projeto Santo Antônio, gestado pela Associação dos Moradores do Alto da Colina, bairro periférico da cidade. Através da música, o projeto tem seduzido e, por conseguinte, ensinado a muitas crianças e adolescentes o contato direto com as chamadas produções eruditas e populares. São, atualmente, 93 jovens músicos contemplados e que, em sua maioria, tocam violino e, ainda, violoncelo, viola e flauta. Jovens, inclusive, que já se apresentaram, com sucesso, em alguns eventos públicos e que carecem do efetivo apoio de instituições e organismos oficiais de cultura, conforme o seu coordenador e maestro Josevaldo Silva:

A demanda de alunos é muito maior do que o que a associação e o seu único professor comportam. Este faz praticamente um trabalho voluntário, uma vez que o projeto não conta com uma regularidade

de recursos. Existe uma lista grande de espera de crianças do bairro Alto da Colina e de outros adjacentes e há a necessidade de aquisição de novos instrumentos musicais. A pequena orquestra conta com o prestígio e reconhecimento na cidade e na região, e é constantemente solicitada para apresentações diversas.

Além das cavalgadas, vaquejadas e dos diversos eventos realizados nos sertões, nos quais as produções eminentemente locais ganham espaço e contagiam as comunidades e visitantes, vem ganhando notoriedade o Festival da Quixabeira, no qual, anualmente, as mais autênticas manifestações culturais se apresentam em cidades alternadamente escolhidas, a exemplo de Ichu, Biritinga e Serrinha. O evento vem se constituindo em importante alternativa para muitos grupos culturais ainda sem oportunidades de exibição, ensejando às populações a vivência e o conhecimento de tradicionais produções culturais. Geralmente as apresentações da Quixabeira acontecem nas ruas principais das municipalidades sertanejas, interagindo livremente com as comunidades locais.

Há, dispersos por várias cidades, resistentes e atuantes, vários grupos competentes de jovens dedicados à linguagem teatral, não raro abordando em suas encenações temas e acontecimentos marcantes da história regional. Euclides da Cunha⁶⁰, Monte Santo, Quijingue, Canudos e Serrinha, em especial, têm-se destacado como locais de realização dessas produções, com espetáculos em cartaz, seja nos espaços disponíveis (auditórios de escolas e de outras instituições) ou nas ruas.

O benéfico envolvimento dos jovens com as linguagens culturais e as suas conseqüentes produções artísticas enaltece a capacidade criativa dos sertanejos que, sob condições adversas, têm efetivamente produzido arte e, conforme as circunstâncias, contribuído para a preservação, valorização e visibilidade da cultura regional.

Diante dessa realidade, cuja arte está substanciada na diversidade cultural e no forte traço religioso, mas igualmente na falta de um acolhimento adequado a uma necessária e responsável visibilidade, são bem-vindos novos projetos para os sertões baianos, assim como para outras regiões do estado, emanados dos órgãos e agentes oficiais da dita cultura institucional⁶¹, através de ações pertinentes e políticas públicas incentivadoras das produções culturais locais e regionais.

Importante a continuidade da parceria com os segmentos organizados das comunidades em prol do processo de reconhecimento, de escuta, de resgate e de valorização, particularmente da cultura produzida nas chamadas regiões interioranas do estado. São válidos os encontros territoriais com os diversos grupos de cultura popular, com as comunidades indígenas e os remanescentes quilombolas, o que, além de propiciar a troca de conhecimento de suas identidades, realidades e atuações, portanto a troca de experiências entre seus atores e sujeitos. Resultante desse trabalho responsável – e que necessita de continuidade – é o reconhecimento

⁶⁰ Em Euclides da Cunha, por exemplo, há diversas companhias de teatro congregando jovens atores, entre as quais se destacam a Companhia Teatral Farinha Seca, a Companhia Teatral Farrapos, a Companhia Teatral Foco e a Companhia Teatral Alma de Aprendiz. Inclusive, no mês de outubro passado, aconteceu o concorrido VI Festival de Teatro, o qual mobilizou diversas companhias e grupos teatrais de toda a região.

⁶¹ Ministério da Cultura (MinC) e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult).

institucional de que a Bahia deve assumir, sem demagogia, toda a sua propalada diversidade, vale dizer “encarar as suas muitas caras”, assim como valorizar e dar a devida visibilidade às mais diferentes expressões e manifestações culturais, cotidianamente presentes e tão influentes na imensidão geográfica de seus territórios.

Neste amplo espectro em que as ações institucionais se movimentam e acolhem aos reclames já vetustos dos que labutam com a cultura popular, cabe o testemunho do representante oficial do chamado território do Sisal⁶², Cleber Menezes:

Como resultado do Programa de Formação de Gestores Culturais, que visa, dentre outros objetivos, à sensibilização para a implantação do Sistema Municipal de Cultura, o município de Serrinha, por exemplo, aprovou a lei de constituição do seu Conselho Municipal e, do mesmo modo, já foi firmado o compromisso com a administração pública desta cidade para a criação – desmembrando-se, portanto, da estrutura da Secretaria Municipal de Educação – da própria Secretaria Municipal de Cultura. Deu-se, igualmente, no vizinho município de Conceição do Coité, a aprovação da lei que constituiu o Conselho Municipal de Cultura e, no momento, desenvolvem-se pertinentes discussões para a aprovação do Regimento do Fundo Municipal de Cultura.

São ações e resultados que se evidenciam de forma crescente e que, cada vez mais, ensejam a tomada de consciência de gestores públicos municipais e dos segmentos organizados da sociedade, particularmente daqueles mais diretamente vinculados ao campo cultural, acerca da importância da preservação, do estímulo e da adequada socialização das manifestações culturais de suas municipalidades, detectando, nos chamados sertões de Canudos, os problemas passíveis de solução, as ameaças a serem afastadas e, ao mesmo tempo, suas potencialidades, para propiciar – considerando-se a diferença de suas expressões e a história particular das comunidades – canais institucionais de superação e visibilidade, em especial políticas públicas que, atraindo parceiros do setor privado, viabilizem a melhoria dos indicadores sociais na região, em especial daqueles que dizem respeito a emprego e renda.

Importante, no entanto, compreender que, apesar das secas persistentes, dos solos rudes e pedregosos, da agressividade de grande parte de sua vegetação (em particular a do bioma caatinga) e das ainda precárias condições materiais de boa parte de seus habitantes, se testemunham, nos sertões de Canudos, e no Semiárido baiano, belas produções culturais, organizadas por numerosos, qualificados e persistentes artistas, assim como cenários e paisagens deslumbrantes, conformados por serras, rios e lajedos, alimentados, sutil ou abruptamente, pelo traço fervoroso de uma religiosidade ímpar.

⁶² O Território de Identidade do Sisal abrange uma área de 21.256,50 Km² e população de 555.708 habitantes e é composto por 20 municípios: Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

REFERÊNCIAS

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Expedições militares contra Canudos: seu aspecto marcial*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- BARRETO, Emídio Dantas. *Destruição de Canudos*. *Jornal do Comércio*, Pernambuco, 1912.
- BASTOS, José Augusto Cabral Barretto. *Incompreensível e bárbaro inimigo: a guerra simbólica contra Canudos*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- BENICIO, Manoel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- CANÁRIO, Eldon. *Canudos: sob as águas da ilusão*. [Salvador]: UNEB/CEEC, 2002.
- COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural?*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA LIMA, Luiz. (Org.). *Teoria da cultura de massa*. [Rio de Janeiro]: Paz e Terra, [2002].
- CUNHA, Euclides da. *Canudos: diário de uma expedição*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- DANTAS, Roberto. *O peregrino e o arraial resistente: breves notícias de Conselheiro e Canudos*. [Salvador]: Empresa Gráfica da Bahia, 2009.
- DANTAS, Roberto (Coord.). *Canudos: novas trilhas*. Salvador: [Petrobrás], 2011.
- DANTAS, Roberto; NETO, Manoel. *Os intelectuais e Canudos: o discurso contemporâneo*. Salvador: Uneb, 2001. 2 v.
- GALVÃO, Walnice. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1974.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. (Org.). *Edição crítica de os sertões Euclides da Cunha*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: EGBA/EDUFBA, 1996.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- LLOSA, Mário Vargas. *A guerra do fim do mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *A guerra total de Canudos*. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. Recife: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 1985.
- MENDES, Bartolomeu de Jesus. *Formação Cultural e oratória de Antônio Conselheiro*. Salvador: EBDA, 1997.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo, Editora Nacional, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PIEPADE, Lélis; OLAVO Antônio. (Org.). *Histórico e relatório do comitê patriótico da Bahia: 1897-1891*. 2. ed. Salvador: Portfolium 2002.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia das Letra, 1996.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é Cultura?*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Síntese de história da cultura brasileira*. São Paulo: Difel, 1998

TAVARES, Odorico. *Canudos: cinqüenta anos depois*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

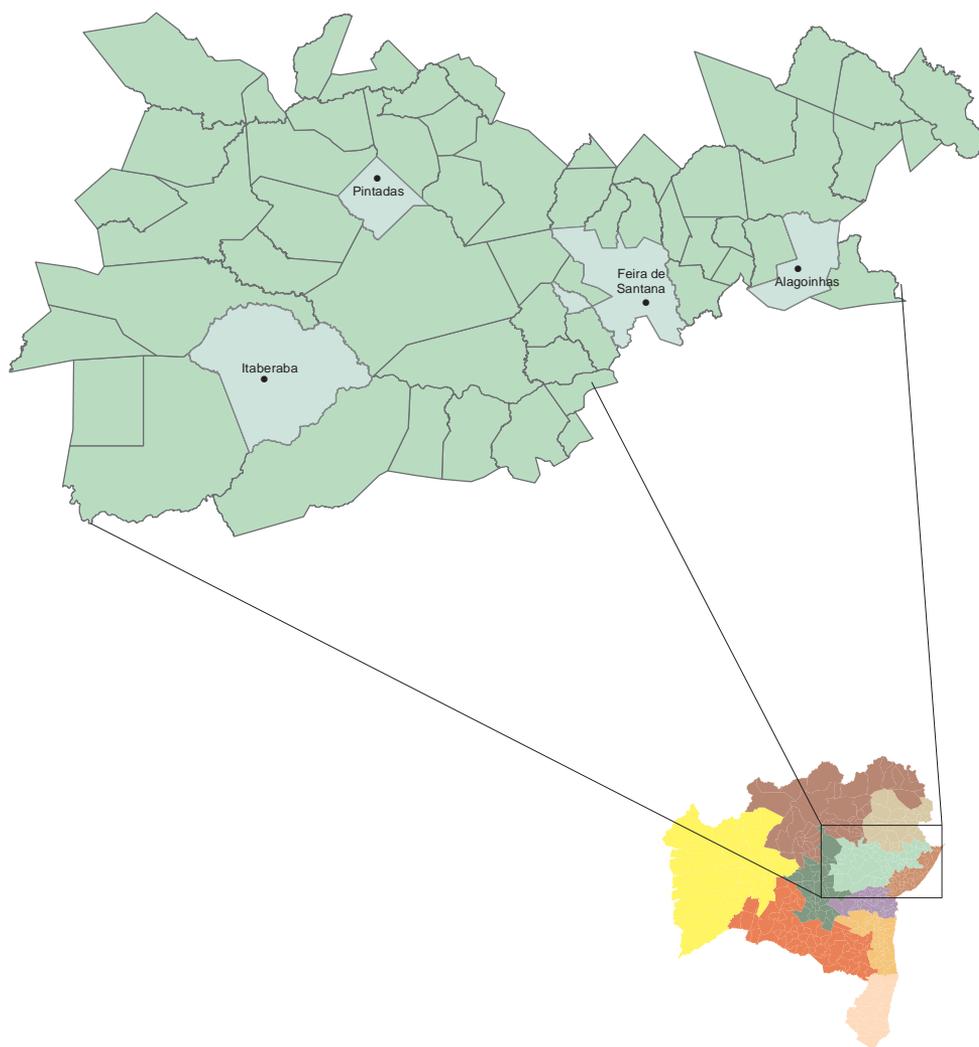
VILLELA JÚNIOR, Marcos Evangelista da. *Canudos: memórias de um combatente*. [Brasília]: MINC/PRÓ-LEITURA; Instituto Nacional do Livro, 1986. (Coleção resgate, v. 14).





SERTÃO DO COURO

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
SERTÃO DO COURO
Divisão Municipal e Principais Cidades



SERTÃO EM MÚLTIPLOS SERTÕES

Lina Maria Brandão de Aras*

APRESENTAÇÃO

A construção das identidades na Bahia foi influenciada pelo processo histórico, no sentido mais amplo, e abrange muito mais do que a história construída a partir de 1500, com a chegada dos portugueses na América. Começa desde o momento em que se registra a presença indígena neste continente há milhões de anos.

O presente artigo tem caráter panorâmico por se referir a uma grande extensão territorial do território baiano com uma geografia diversificada e que, ao longo de sua ocupação, passou por processos históricos diferenciados. Para a elaboração do artigo foram utilizadas bibliografia pertinente aos temas trabalhados e etnografia realizada através de viagens técnicas a roteiros previamente definidos, cujos vetores seguiram a linha das cidades de Alagoinhas, Feira de Santana, Itaberaba e Serrinha. Foram realizadas, ainda, entrevistas com pesquisadores e estudiosos¹ que contribuíram para dirimir dúvidas sobre questões específicas relativas à diversidade de cada espaço trabalhado (MINAYO; GOMES, 2008)².

O estudo sobre as divisões territoriais da Bahia perpassa uma série de discussões sobre o uso de uma terminologia apropriada. Segundo a divisão econômica das áreas estudadas, formulada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), elas se encontram incluídas nas regiões econômicas do Piemonte da Diamantina, Nordeste e Paraguaçu.³ Para os estudos dos territórios de identidade, os municípios estão estruturados da seguinte forma:

Nº	Território	Municípios
4	Sisal (20)	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansação, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retrolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
14	Piemonte do Paraguaçu (14)	Ruy Barbosa, Itaberaba, Rafael Jambeiro, Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá, Miguel Calmon.
15	Bacia do Jacuípe (14)	Baixa Grande, Mairi, Gavião, Capela do Alto Alegre, Ipirá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe, Quixabeira.
18	Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte (22)	Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Alagoinhas, Aramarí, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Catu, Pojuca, Pedrão, Feira de Santana, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso,
19	Portão do Sertão (17)	Anguera, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Coração de Maria, Amélia Rodrigues, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Conceição do Jacuípe, Irará, Água Fria.

Quadro 1

Territórios de Identidade selecionados – Sertão do Couro – Bahia

Fonte: Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (Seagri-BA).

* Pós-doutora pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). linaaras@hotmail.com

¹ Agradecimento especial a Celeste Maria Pacheco de Andrade (UEFS/Uneb), Aldo José Morais Silva (Uneb – Conceição do Coité), Suzana Severs (Uneb – Conceição do Coité), Keite Maria Nascimento Leite.

² Pesquisa social. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

³ www.sei.ba.gov.br/index.php

Optou-se aqui, todavia, pelo conceito de região situada em uma breve trajetória histórica, de forma a identificar o que lhe foi comum ao longo da ocupação de seu território. Nesta parte, foram analisados o seu povoamento e as economias ali instaladas, a serem desenvolvidas a partir dos itens: 1) ocupação do território desde o período colonial, tendo os rios Paraguaçu e Jacuípe como trilhas e a geografia e o indígena como barreiras; 2) diversificação das atividades: da agricultura da cana-de-açúcar à criação de gado; 3) áreas de economia complementar; 4) o fenômeno da seca e a reestruturação das sociedades.

As vias de circulação e a dinâmica regional foram conformadas pelos seguintes elementos: os caminhos de ir e vir: das estradas de boiadas, à estrada de ferro e às rodovias; as teias regionais e o pertencimento, além das crenças e do cotidiano e sua sociabilidade. Foi discutida a vascularidade estabelecida com a construção das rodovias e estradas que cortam as regiões estudadas e identificadas as vias de circulação para se analisarem as fronteiras regionais, os pontos de contato e as influências entre cada uma delas. Esse conjunto de elementos contribui para dar sentido ao que se denominou de território de identidades.

Ao longo da história, diversos episódios marcaram as sociedades e contribuíram para a sua conformação, baseada em elementos que aproximam, formam fronteiras porosas e, também, diferenciam um espaço do outro, além de contribuir para a construção das identidades coletivas, individuais ou, ainda, múltiplas.

Foram identificados alguns elementos que se fazem presentes ou exerceram influência sobre as áreas em estudo. São eles: inserção no chamado sertão a partir da expansão ultramarina e incorporação dos territórios da América ao sistema colonial português; ocupação, ainda no período colonial, vinculada ao caminho das boiadas; vivência de tempos de estiagem ou seca; transformação das grandes lavouras como a da cana-de-açúcar em agricultura diversificada ou áreas de pasto para a criação bovina, e a cosmogonia sob o manto do catolicismo popular.

Neste estudo é considerado o processo de inserção dos municípios segundo os territórios de identidade na área do sertão em estudo. O que permite observar o percurso destes segundo suas trajetórias e a consolidação naquilo que lhes é particular, ressaltando aspectos de suas culturas imaterial e material, a partir de três eixos: gastronomia, religiosidade e linguagens artísticas. Tais territórios compreendidos no que os caracteriza e lhes dão sustentação, enfatizando o que lhe é específico e, também, o que os aproxima, o fato de ser “barbaramente estéreis, maravilhosamente exuberantes [...] é um vale fértil, um pomar vastíssimo sem dono” (CUNHA, 1954, p. 46).

O estudo panorâmico de áreas administrativas de 65 municípios baianos distribuídos por diferentes regiões e que conformam os territórios de identidade identifica pontos de aproximação entre os municípios nas regiões estudadas. O ponto de maior aproximação é o que se costuma denominar de Sertão – referido por Kátia Matoso, em *Bahia. Século XIX*, como “diversificado, mas distante e seco” –, acrescida à paisagem natural a ocupação realizada pelos “boiadeiros que tocam o gado para o Sertão, atravessando taludes e colinas, vastas extensões de terras e centenas de metros de altitude, imensas superfícies ondulantes, esculpidas por ventos circula-

res e secos” (MATTOSO, 1992, p. 62). As regiões correspondentes aos territórios de identidade estão incluídas nas três diferentes paisagens reconhecidas por Mattoso (1992):

Há tão pouca unidade efetiva no Sertão quanto no Agreste. O clima é o único fator de unidade ou diferenciação. Mas, naturalmente, os microclimas não faltam numa terra tão vasta e com relevos tão variados. Quanto mais distante o oceano, maiores as áreas climáticas. É a vegetação que caracteriza as paisagens. Além disso, os vales dos rios são verdadeiros corredores abertos para o mar. Eles tornam possível que o clima mais úmido das costas possa lutar, com maior ou menor êxito, contra a aridez do Sertão.

Quando os conquistadores portugueses ultrapassaram as matas do Recôncavo no século XVI e se depararam com uma infinidade de paisagens incluídas nos sertões, acompanharam o curso dos rios, combateram a resistência indígena e fixaram populações na imensidão da caatinga. Já no Regimento Geral passado por D. João III a Tomé de Souza, primeiro governador-geral, recomendava avançar “sertão adentro da terra da Bahia”. Quase dois séculos depois, as investidas holandesas terminaram motivando a ocupação do interior a partir do curso dos rios Real e São Francisco, cujo caminho, em 1655, foram encontradas as cabeceiras do Itapicuru e do Jacuípe.

A conquista e a ocupação dos sertões dizimou não só o criatório dos animais, mas também populações de diferentes procedências. Com os europeus iam os escravos inseridos no território através do tráfico atlântico, homens livres brancos e de cor empobrecidos e dos índios incorporados ao grupo de conquistadores, seja para estabelecer contato com as populações indígenas ou para fazer “guerra justa”.

Nos séculos seguintes (XVII e XVIII), a consolidação da *plantation* canavieira, a ampliação das áreas de cultivo, o crescimento do cultivo do fumo e o fortalecimento da atividade pastoril contribuíram para a formação da sociedade colonial na Bahia, cuja marca são a diversidade e a sua complementaridade, por apresentar diferentes formas produtivas em paisagens igualmente diversificadas, o que contribui para a constituição das identidades regionais. Populações de diversos perfis sociais constituíram os sertões, ao longo de sua história. De acordo com pesquisas recentes, sua presença nas culturas sertanejas tem sido valorizada através do reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e de populações indígenas. Para as áreas estudadas, ou seja, os territórios de identidade da Bahia, registra-se a presença de grandes contingentes da população negra atuando no pastoreio e em outras culturas ali desenvolvidas.

Iara Nancy Araújo Rios (2003) afirma que nos sertões dos Tocós, especialmente nas cidades de Conceição de Coité e Retirolândia, a população negra é mais visível nos dias de feira já que anda dispersa pela zona rural, mas o registro da sua presença desde os primeiros tempos da colonização encontra-se nas certidões emitidas pela Fundação Palmares a partir de 2004. No

município de Alagoinhas, foram localizadas comunidades remanescentes de quilombo em sua jurisdição administrativa (Cafuzinho, Fazenda Cangula, Fazenda Oiteiro), nos municípios de Cipó (Caboge, Rua do Jorro e Várzea Grande), Araçás (Jurema, Gaioso e Pé de Serra) e Esplanada (Timbó); e ainda no território Portal do Sertão, nos municípios de Feira de Santana (Lagoa Grande) e de Antonio Cardoso (Paus Altos e Gavião). Essa identificação é imprescindível para a legalização da posse das terras, mas também evidencia práticas culturais e sociais remanescentes dos tempos da escravidão no Brasil.

A presença indígena é mais rarefeita em decorrência da guerra justa que dizimou grande parte das populações no processo de conquista e ocupação do território (PARAÍSO, 1998). Em torno da área sob a liderança regional de Alagoinhas encontram-se os Kiriris, distribuídos no Território de Identidade Semiárido II, nos municípios de Ribeira do Pombal e Banzaê. Várias são as referências encontradas sobre os aldeamentos nos sertões estudados, dentre eles o Aldeamento Purificação, localizado nos atuais municípios de Irará e Água Fria, onde habitavam os Paiaia, que, unidos a negros fugidos, constituíram as comunidades rurais deste município. Durante o processo de ocupação das terras, as entradas de Antônio Guedes Brito expulsaram e/ou dizimaram as populações indígenas a partir da segunda metade do século XVII (FREIRE, 1997). Dentre os chamados desbravadores que atuaram em nome da Casa da Ponte, destaca-se, nos sertões do Tocós, a presença de João Peixoto Viegas.⁴

João Peixoto Viegas Senhor Possuidor das terras da Agoa Fria Itaporocas Jacuipe Velho que hummas e outras São hereos vizinhas dos Tocos [...] vizinhas das dos Tocos e Pinda em Razão de não Sabermos aonde fin 25 da alias Sabermos aonde Chegão e acabão entre nos as ditas terras temos duvida parecendo a cada qual que nos entrarmos e tomamos hum ao outro. Viemos a Com cordarmo nos e acordamos amigavelmente por Conservarmos nossa antiga e boa amizade e evitar o trabalho e gasto de demarca das entre nos e nossos herdeiros conviemos e acordamos que a prezente digo que a partir e Sorte das Terras dos Toco e Pinda se me fez a primeiro Seguindo a data 15 della pela forma que se diz e se marca a Provizão da Sua Sesmaria e Se ponhão marcas e Signais que Serão para Sempre de divizão com 20 as terras de Agua Fria Itaporocas e Rio Jacuipe velho que tem a Sismaria de mim João Peixoto Viegas porquanto as ditas 25 terras de Toco e Pinda ficão ao Norte do dito Rio e Itaporocas Agua Fria [...] (BIBLIOTECA NACIONAL, 1928)

O sertão dos Tocós, segundo Iara Rios (2003, f. 20), encontra-se na “declaração de terras de Guedes de Brito em 1676” e estava definido “entre os rios Jacuípe e Itapicuru, por eles acima, por serem os ditos Tocós muito falto de água, haverem muitos matos, caatingas infrutíferas [...]” (REVISTA DO IGHBA, 1916). Nesses sertões ocupados estabeleceram-se numerosas fazen-

⁴ Sobre João Peixoto Viegas e a conquista e colonização dos sertões dos Tocós ver: Andrade (1992).

das de gado, vias de circulação e pontos de comércio intermediários que contribuíram para a fixação das populações em toda a sesmaria dos Tocós, cujos desmembramentos possibilitaram a criação de freguesia, de vilas e das cidades hoje existentes.

No século XVIII, o gado teve um momento de expansão, tornando-se uma atividade econômica independente do abastecimento do Recôncavo. Nesse período, a principal feira de comercialização de gado – a de Capuame – passou a fazer parte da expansão da área canavieira, deslocando o comércio pastoril para o povoado de Santana dos Olhos d'Água, nos sertões e, em Nazaré, no Recôncavo (POPPINIO, 1968, p. 35). O Caminho Central da Bahia, como era conhecido, cruzou o Paraguaçu, em 1885 e se articulou com o ramal Cachoeira – Feira de Santana. Também a navegação fluvial foi ativada para atender à nova capital das lavras. Uma comissão foi criada pelo governo, em 1861, para desenvolver a navegação a vapor nos cursos baixo e médio do Paraguaçu e deste, pelo Rio Santo Antônio, até Lençóis. No final do século XVII, o Paraguaçu já havia sido ocupado com a concessão de terras, chegando à Chapada Diamantina, quando a exploração diamantífera motivou a circulação de pessoas e mercadorias para essa região.

O crescimento do povoado de Santana dos Olhos d'Água e de seus negócios, no século XIX, apontava para a sua primazia regional, situação que foi consolidando-se ao longo do século seguinte. Para lá convergiam estradas, que possibilitavam a circulação de pessoas e de mercadorias.⁵ Ao longo do século XIX, foram abertas várias estradas que passaram por Feira de Santana, algumas de caráter oficial e outras realizadas por particulares. Durval Vieira de Aguiar registrou suas impressões ao passar por Feira de Santana:

Hoje é uma cidade adiantada, limpa, de ruas espaçosas, excelentes edifícios, grande casa da Câmara, bonitinho e asseado quartel – cadeia; está embelezada com bonitas, modernas e perfeitamente sortidas casas comerciais, açougues higienicamente preparados em tudo superiores aos da nossa capital, decentes repartições públicas, dois hotéis, teatro, etc. (AGUIAR, 1888, p. 110).

As elevações das antigas capelas a sede de freguesia representava, também, um reordenamento da vida local e regional. A elevação da Fazenda Coité para a categoria de freguesia, em 1855, provocou um efeito cascata, pois deixou de pertencer a Água Fria e passou para o domínio da Vila de Feira de Sant'Ana. Até 1850, os atuais municípios de Anguera, Serra Preta, Ipirá, Pintadas, Pé de Serra, Riachão de Jacuípe, Candéal, Tanquinho, Santa Bárbara, Ichu, Conceição do Coité, Retirolândia, Valente, São Domingos, Gavião, Capela do Alto Alegre e Nova Fátima faziam parte da comarca de Feira de Santana.

Com a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jacuípe a vila, em 1878, houve um novo movimento administrativo, passando a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Coité para o domínio da de Nossa Senhora da Conceição de Jacuípe, em 1890. Com

⁵ Sobre Feira de Santana ver: Silva (2000).

o restabelecimento do município de Conceição de Coité (1933) e a sua elevação à categoria de cidade (1938), este município passou a ser um centro político-administrativo nos Tocós. Do seu território foram desmembrados, respectivamente, os municípios de Valente (Lei n. 1.016/1958), Retirolândia (Lei n. 1.752/1962) e São Domingos (Lei n. 5.005/89), esta última já sob a vigência da Carta de 1988.

A década de 60 do século XX foi exemplar para o processo de emancipação e reestruturação das unidades político-administrativas municipais, passando a Bahia por nova configuração e, conseqüentemente, estabelecendo novos limites e novas influências regionais.

Retornando ao processo histórico de formação das regiões socioculturais em foco, a ocupação indígena foi um ponto de partida comum. Situação alterada com a introdução dos criatórios de gado pelos sertões. O pastoreio abriu caminhos no território que foram utilizados ao longo dos séculos, permitindo que as sociedades construídas apresentassem características culturais de, pelo menos, três elementos presentes na fundação da sociedade brasileira: o indígena, o africano e a população europeia.

Os sertões aproximaram-se do Recôncavo baiano pela instalação das ferrovias, mas segundo Guerreiro de Freitas entre os anos de 1930 e 1950, a Bahia passou por mudanças em sua regionalidade causadas pelas seguintes ocorrências:

[...] a construção de uma rede de estradas de rodagem; a expansão ou a redução de área cultivada; a concorrência exercida por novos mercados; o emprego de novas tecnologias, como a irrigação e a construção de barragens e hidroelétricas, qualquer um podendo sustentar o aparecimento de uma outra regionalidade, permitindo o nascimento de uma nova identidade (FREITAS, 2000, p. 24).

E mais:

Nos dois processos – da construção e da desarticulação/reconstrução – fica evidente, por um lado, a intervenção direta do Estado e, por outro, a participação de interesses privados, moldando, acelerando ou criando novos processos. Ambas as ações representariam as diversas manifestações do relacionamento inter-regional, demonstrando a visão de região enquanto espaço aberto (FREITAS, 2000, p. 25).

As estradas de rodagem, as ferrovias e, depois, as rodovias permitiram a constituição de teias de circulação que contribuíram para a formação das regiões nos sertões da Bahia. Para o território de Piemonte do Paraguaçu é importante destacar que as cidades de Ruy Barbosa, Itaberaba e Rafael Jambeiro têm sua região constituída inicialmente como área de criação de gado e se firmaram como passagem para adentrar os sertões em direção ao oeste da Bahia. Ainda no Piemonte, encontram-se áreas que estão vinculadas à criação do gado e à agricultura complementar. É o caso dos municípios de Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú,

Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá e Miguel Calmon. Nessa região sociocultural deve-se ressaltar o papel que a cidade de Jacobina, que se encontra inserida em outra regionalidade, exerce sobre as cidades mais próximas, a exemplo de Mundo Novo e Miguel Calmon.

Ainda no território de Piemonte do Paraguaçu, o município de Rafael Jambeiro destaca-se por sua produção econômica, especialmente relacionada à agricultura familiar. Nesse município, encontra-se o entroncamento das BR 242/116, o que favoreceu, como já destacado anteriormente, que a população local entrasse em contato com experiências culturais de outras regiões do Brasil.

Na Bacia do Jacuípe, a economia está vinculada também à criação do gado, mas, a partir da segunda metade do século XX, a localidade passou por algumas alterações em sua paisagem, constituindo-se, também, em área de agricultura complementar. Nesta região sociocultural destaca-se o papel exercido pela Estrada do Feijão no crescimento regional, especialmente daquelas cidades que se encontram mais próximas da malha rodoviária, como é o caso de Baixa Grande, Gavião e Ipirá.

Diferencia-se, no interior da Bacia do Jacuípe, a área de proximidade de Riachão do Jacuípe, cuja produção do sisal possibilitou, nos últimos 50 anos, uma redefinição do seu papel na região. A maior parte dos municípios nessa região encontra-se com sua economia centrada na criação do gado e na agricultura complementar. É o caso dos municípios de Mairi, Capela do Alto Alegre, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe, Quixabeira. Nessa região sociocultural, a exemplo do que acontece em Piemonte do Paraguaçu, observa-se uma maior influência da cidade de Jacobina sobre os seguintes municípios: Mairi, Várzea da Roça e Várzea do Poço.

Sob a influência desta última cidade está Pintadas,⁶ cuja emancipação se deu em 1985. O antigo povoado de Pintadas está relacionado à ocupação vinculada com o pastoreio na Lagoa do Banurrá, também conhecida como Tanque do Maxixe, onde, a partir de uma sede de fazenda, teria sido formado o povoado, sendo erguida uma capela em homenagem ao Bom Jesus, vinculada à Freguesia de Sant'Anna do Camisão, antigo Ipirá. Esse município tem-se destacado por ter alcançado, em pouco tempo, uma proeminência na região, com destaque para a elevação de seus indicadores sociais.

Já o território Portal do Sertão tem sua configuração centrada na chamada "civilização do couro", denominação defendida pelo memorialista feirense Eurico Alves Boaventura (SOARES, 2009). As cidades de Feira de Santana, Tanquinho, Santa Bárbara, Santo Estevão, Ipecaetá, Antônio Cardoso e Anguera firmaram-se como áreas de criação de animais e ponto de passagem. Nelas se pode observar a influência exercida pelos caminhos das boiadas, da estrada de ferro e da rodovia na interiorização da região, com destaque para a cidade de Feira de

⁶ Elevada à condição de distrito de Ipirá pela Lei estadual n. 1.205, de 31 de setembro de 1937, sua instalação se deu em 11 de janeiro de 1939. Pela Lei estadual de n. 4.450, de 09 de maio de 1985, foi criado o município, desmembrado de Ipirá.

Santana que, por seu porte, exerce influência além dos seus limites nessa região sociocultural. Nos municípios de Teodoro Sampaio, Terra Nova, Água Fria, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Santanópolis, Coração de Maria e Irará encontram-se numa condição muito especial, porque estão localizadas nas franjas do recôncavo açucareiro e receberam diversas influências do Recôncavo Baiano e, mesmo, da Bacia do Jacuípe.

Ainda no Portal do Sertão, se sobressai o município de São Gonçalo dos Campos, pois, mesmo sob a influência da “civilização do couro”, sua trajetória econômica está vinculada à chamada “lavoura de pobre”, isto é, ao cultivo do fumo e ao seu beneficiamento, com a instalação dos armazéns e fábricas de charutos e cigarrilhas. Acrescente-se, ainda, a economia da criação de aves que deu novo alento econômico ao município e também a Conceição de Feira.

Feira de Santana se notabilizou por sua feira livre (MOREIRA, 1998) que demandava dos produtores regionais a venda de suas mercadorias⁷, particularmente a farinha de mandioca. A partir da década de 1970, as máquinas modificaram a forma de produção deste produto. A instalação das casas de farinha motivou o reordenamento das formas de produção. Os novos equipamentos exigiam recursos, o que motivou a organização dos trabalhadores em torno dessas casas, de propriedade das comunidades, e obrigou o poder público a investir nas casas de farinha municipais⁸.

A Região do Sisal foi assim denominada pelo desenvolvimento da produção e beneficiamento do sisal. O perfil inicial de área, de economia do pastoreio, viu sua dinâmica regional modificada pela presença dos trilhos da estrada de ferro e, tempos depois, pela a ampliação e o redimensionamento da cultura do sisal que, de uma atividade complementar, passou a fazer parte da economia regional.

Área tradicional de economia pecuária, inicialmente ampliou sua atividade a partir do plantio do sisal e, nos últimos anos do século XX, com o beneficiamento do sisal, a exemplo do artesanato para exportação. Originária da Mesoamérica, a introdução da *Agave sisalana Perrine* na Bahia se deu em 1903, através Comandante Horácio Urpia Júnior, no Recôncavo baiano. A partir da década de 1930, este plantio foi difundido para a região do sisal, se tornando a partir de meados deste século uma das maiores produtoras de fibras do mundo.

O cultivo e o beneficiamento da planta são procedimentos realizados em base familiar e sua produção ocorre durante todo o ano, apesar das condições ambientais adversas. Do sisal são retiradas matérias-primas para a produção de vários subprodutos, principalmente o artesanato. Nessa área, a cidade de Serrinha exerce influência, pois é a mais próxima e dispõe de serviços importantes para a população.

O sertão sisaleiro destacou-se também pelos acidentes de trabalho ocasionados pela forma de processamento da fibra do sisal. Nos últimos anos, ocorreram mudanças na economia da

⁷ Para Feira de Santana ver: Silva (Dissertação).

⁸ Na cidade de Itaberaba, principalmente em seus distritos, registra-se a existência de algumas casas de farinha municipais.

região com a incorporação de tecnologia mais avançada, com uma maior proteção aos trabalhadores e a introdução da produção do artesanato a partir da fibra, o que resulta em uma série de mercadorias que estão inseridas no mercado local, regional e nacional. Nesse cenário notabilizou-se a iniciativa comunitária na organização dos trabalhadores e da produção.

Conceição do Coité é o maior centro urbano da região por dispor de grande quantidade de serviços, inclusive de órgãos públicos, mas Valente destaca-se por sua produção sisaleira em termos de volume de recursos financeiros⁹.

As ligações entre uma região e outra seguiram, na maior parte das vezes, o traçado construído pelos caminhos do gado. Rodrigo Freitas Lopes, em seu *Mapa 1: As Rotas do Gado do Sertão do São Francisco a Salvador* (LOPES, 2009), apresenta uma discussão sobre o papel dos caminhos do gado na formação das sociedades regionais e ilustra as fronteiras intrarregionais. Tais rotas cruzam Feira de Santana, o que reforça o papel dessa cidade ao longo dos séculos e justifica a sua posição enquanto capital regional.

A circulação de pessoas e mercadorias esteve presente, em meados do século XIX, entre as preocupações políticas na Bahia. Guerreiro de Freitas chama a atenção para os efeitos da construção da estrada de ferro e do rodoviarismo para a ligação entre os diversos pontos na Bahia:

[...] acostumados a vencer longas distâncias em regime de marona batida ou em lombo de algum animal, os sertanejos encontrariam, inicialmente nos vagões dos trens ou no vapor e depois no pau de arara, as alternativas mais modernas e confortáveis para vencer os longos percursos (FREITAS, 2000, p. 27).

A implantação das ferrovias na Bahia ocorreu de 1870 a 1930 e contribuiu para articular as economias regionais, ampliar a pauta no “comércio do catado” e transportar pessoas com maior rapidez entre diferentes regiões do estado. Por onde passaram, as ferrovias constituíram-se um marco e uma marca nas sociedades regionais. Destacam-se o papel desempenhado pelas estradas de ferro construídas na Bahia a partir da segunda metade do século XIX e as cidades que nasceram às margens dos trilhos, como a cidade de Alagoinhas,

[...] que soube se aproveitar da sua proximidade de Salvador, além de absorver parte importante dos passageiros e mercadorias de toda a área fronteira com Sergipe, servindo, do mesmo modo, como entreposto estratégico em relação ao estado vizinho. Serrinha e Queimadas foram estações que serviram a inúmeras localidades situadas nas duas margens da estrada. Queimadas, inclusive, funcionou como uma espécie de base ferroviária quando da Campanha de Canudos, parada obrigatória das tropas e equipamentos (FREITAS, 2000, p. 29).

⁹ Todas as atividades ligadas a produção, beneficiamento, produtos e subprodutos do sisal, como o artesanato, são chamadas de economia sisaleira.

Entre os municípios que tiveram a presença da estrada de ferro e seus ramais, identifica-se que a ferrovia criou uma cultura própria. O apito do trem marcou a vida das populações, ultrapassando o seu papel social e instando-se no coração das pessoas (PAIXÃO, 2009). Os trens passaram a reger o cotidiano das populações e permitiram o estabelecimento de um novo ritmo à circulação de pessoas e de ideias. Para Alagoinhas, a chegada da estrada de ferro contribuiu, inclusive, para a transferência da antiga vila para as proximidades das estações ferroviárias (LIMA, 2010).

Em laçu, a estrada de ferro garantiu a comunicação e a circulação de pessoas e mercadorias em uma cidade que se encontrava fora do eixo de uma grande rodovia, mas que, com a presença ferroviária, estabeleceu um circuito que uniu vários sertões. Observa-se que a Estrada de Ferro Bahia–São Francisco passou por Alagoinhas–Água Fria, Lamarão–Serrinha–Barrocas–Conceição do Coité–Salgadália–Santa Luz–Queimadas, Itiúba–Senhor do Bonfim.

A articulação das diversas áreas, interna e externamente, foi realizada a partir do rodovia-rismo, fenômeno iniciado com a construção de estradas iniciada nos anos 20 do século XX e intensificado a partir de 1950. A Rodovia Bahia–Feira, por exemplo, teve sua abertura iniciada nas primeiras décadas do século XX, mas foi entre 1948 a 1960, quando passou por uma reforma, que começou a representar a maior via de circulação entre a capital do estado e os longínquos sertões.

O ponto central para o entendimento das vias de circulação no Portal do Sertão é a cidade de Feira de Santana. A BR 324, que corta a cidade, segue na direção nordeste ligando-a aos municípios de Tanquinho, Riachão de Jacuípe, Nova Fátima, São Domingos, chegando a Capim Grosso, região sob a influência de Jacobina. No sentido sudoeste, também partindo de Feira de Santana, a BR 116 corta os municípios de Antonio Cardoso, Santo Estevão, chegando a Rafael Jambeiro, onde se encontra a BR 242 que passa por Argoim e Itaberaba, levando a outras duas importantes regiões, a Chapada Diamantina e o oeste da Bahia.

Para atingir os municípios que se encontram fora do traçado das rodovias federais que cortam o território baiano, foram construídas as rodovias estaduais e as estradas de rodagens. A BA 120 percorre a região sisaleira e a BA 052, mais conhecida como Estrada do Feijão, serviu, inicialmente, para escoar a safra de grãos de Irecê e articular essa região com a capital. Antes, o contato mais rápido se dava pelo porto de Xique-Xique, de onde se seguia até Juazeiro e daí para a cidade da Bahia através do Rio São Francisco, e a Estrada de Ferro Bahia–São Francisco, que permitiu a articulação com o Portal do Sertão. Ligando Itaberaba, no sentido norte, a BR 407 percorre a região de pecuária dominada pelos municípios de Rui Barbosa, Macajuba, Baixa Grande, Mairi, São José do Jacuípe e Quixabeira, chegando, também, ao entroncamento de Capim Grosso, sob a influência de Jacobina. Nas franjas da BR 407 encontram-se a BA 062 que leva ao município de Mundo Novo e a BA 421 que chega até Várzea Nova e Miguel Calmon.

As malhas rodoviárias federais e estaduais e as estradas vicinais fazem outros circuitos regionais, como é o caso estrada que liga João Amaro, no município de laçu, a Boa Vista do

Tupim por onde se chega à BR 242, rodovia de grande importância para atingir a Chapada Diamantina e o oeste da Bahia, onde se concentra a produção de grãos, especialmente da soja, transportada dali por essa mesma BR em direção ao porto de Salvador, ou por via rodoviária para outras partes do Brasil.

CRER, VIVER E LER A VIDA NO SERTÃO

A conquista e a colonização trouxeram consigo, entre outras instituições, a Igreja Católica que atuou na sociedade em geral e nas comunidades indígenas, seja na conversão, na administração dos aldeamentos e núcleos urbanos e na educação da população colonial. A Igreja Católica, como braço do Estado português, manteve-se na sociedade através das ordens e congregações religiosas por todo o sertão. Entre as ações esteve o desenvolvimento de atividades de subsistência para a manutenção da população colonial – daí por que muito do trabalho desenvolvido pelos missionários dentro do projeto colonial resultou tanto no apoio à dominação sobre os povos indígenas quanto na disciplinarização da sociedade colonial sob sua tutela.

A marca de atuação da Igreja Católica está, entre outras, na fundação de muitas das vilas distribuídas pelos longínquos sertões, como também na disseminação dos cultos aos inúmeros santos católicos, tendo, inclusive, alguns deles dado nomes aos municípios dos sertões que correspondem aos territórios de identidade estudados. Ressalte-se que a presença dos representantes da Igreja Católica se fazia de forma esporádica e sem regularidade, abrindo espaço para a constituição de um “sistema religioso que gozava de certa autonomia em relação à instituição eclesiástica, ainda que ambos tenham traços comuns e estejam por vezes ligados” (ESPIRITO SANTO, 1990, p, 7).

A presença católica pode ser encontrada nos cultos aos mais diversos santos e nos nomes das cidades, que dividem com o toponímio indígena e os elementos da geografia a marca das cidades. Sobre o sertanejo, entretanto, Cândido da Costa e Silva afirma: “entregue a si mesmo pela imposição das circunstâncias, ele encontra margem para desenvolver um processo seletivo e reinterpretativo das expressões de fé” (SILVA, 1982, p. 23).

Em Água Fria, no ano de 1562, foi construído um colégio, garantindo a permanência de uma população colonial em número significativo, além da administração do aldeamento Purificação. A área correspondente a Água Fria era extensa, sendo ocupada com várias povoações, inclusive aquela que foi desmembrada e viria a se constituir na atual Irará. Em 1758, no *Mapa Geral de Todas as Missões ou Aldeas de Gêntio*,¹⁰ foram registradas 35 localidades onde estavam instalados os jesuítas responsáveis pelo controle das populações indígenas nos sertões do Itapicuru. Dessa forma, o cotidiano dos sertanejos foi muito influenciado pelas formas de

¹⁰ AHU – Baía, CX 146, doc. 56; cx 147, doc. 81; AHU_ACL_CU_005; cx 138, D. 10696. Avulsos, cd 17, 142, 02, doc. 0209-0222. Agradecimentos a Terezinha Marcis pela cessão do documento citado.

crer e ver o mundo através do chamado catolicismo popular e suas práticas (SILVA, 1982). Desde os primeiros tempos do período colonial, a religiosidade vinculada à Igreja Católica e o seu formato popular caracterizaram as práticas culturais e religiosas identificadas como romarias, procissões e festas.

A vida social dos sertanejos está também vinculada à religião católica e a sua marcação festiva. A ocorrência de eventos coletivos ou cultos isolados está relacionada a práticas seculares que foram, ao longo do tempo, incorporadas, inclusive, ao calendário festivo municipal. Os festejos católicos são realizados durante todo o ano e têm início e fim no mês de dezembro de cada ano, com cultos ao nascimento do Menino Jesus, quando são montados presépios, mais conhecidos como lapinhas. Nessas representações do nascimento de Jesus foram incorporados elementos regionais, especialmente, a fauna e a flora. As lapinhas são ornamentadas com as flores características de cada região e sua armação e retirada marcam o calendário católico. Desta forma, o Dia de Reis, comemorado em 6 de janeiro, é marcado como a data em que se encerram esses festejos, para a abertura de um novo calendário de festas.

As atividades realizadas durante a Semana Santa estão vinculadas à Paixão de Cristo e algumas delas se firmaram como atração local, como é o caso da Procissão do Fogaréu, em Serrinha, na quinta-feira da Semana Santa. Sua realização data das primeiras décadas do século XX e busca uma representação do percurso realizado por Jesus Cristo até chegar ao Jardim das Oliveiras. Essa procissão é composta por homens que praticam a autoflagelação como penitência durante o percurso e é acompanhada por assistentes das mais diversas origens, constituindo-se em um espetáculo para aqueles que ali acorrem para presenciar tal prática religiosa.

Na região sisaleira foi identificada uma festa que se realiza no Sábado de Aleluia. Ela começa, nas primeiras horas do dia, com uma cavalgada e prossegue, durante o dia, com desfiles de mascarados e, à noite, com a queima do boneco de Judas e os bailes dançantes. Tal festa é organizada durante todo o ano – quando são confeccionadas as máscaras que não permitem a identificação do usuário – e recebeu o nome de Pascoelhinha por se realizar entre a Semana Santa e o Domingo de Páscoa, vinculado à tradição católica.

Ainda no aspecto cultural, o São João é uma manifestação (DEL PRIORE, 1994) que mobiliza uma quantidade considerável de pessoas, seja em torno das festas organizadas por particulares, por familiares ou pelo poder público municipal. De festa religiosa cuja importância social preocupou as autoridades civis e religiosas no período colonial, passou a compor um quadro festivo que, além do culto a São João e da ocorrência urbana, significa um momento de expressiva valorização das práticas culturais.

O período junino foi ampliado levando-se em consideração os três festejos em torno dos santos comemorados no mês de junho: Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29). Esse período é reservado para a realização de festas de particulares que se consolidaram em diversas cidades, onde são mobilizados recursos para garantir a realização de shows em praça

pública com artistas de diferentes vertentes musicais, festas fechadas, chamadas “festas de camisas”, e festas familiares.

Durante os festejos juninos são realizadas atividades que lhes dão identidade, inclusive a culinária típica. Além de grandes festas, cujo gênero musical é o forró em suas várias nuances, há apresentação de quadrilhas¹¹ com casamento na roça, queima de fogos de artifício e “simpatias”. No cardápio, as iguarias têm como base o milho. Nessa época do ano, o sertanejo enfrenta o inverno e seus dias mais frios à beira da fogueira – símbolo maior dos festejos ao nascimento do São João. É quando se registra maior consumo do licor em seus diferentes sabores, especialmente, aqueles vinculados aos cultivos regionais.

Como um grande número de cidades dos territórios de identidade dos quais se ocupa o estudo tem vínculo importante com a Igreja Católica, merece destaque o papel que a instituição desempenha nas municipalidades, reforçando o catolicismo com a sociedade. A festa da padroeira é um marco nos calendários municipais, comemorada com uma agenda que inclui missas, novenas e procissões. Tais eventos, concentrados especialmente no mês de dezembro quando se homenageia Nossa Senhora em suas diversas invocações, mobilizam pessoas e recursos, entretanto, durante todo o ano, são realizados festejos religiosos em homenagem a outras divindades.

A religiosidade como parte da expressão cultural tem com referência um fenômeno ocorrido na cidade de Anguera, no dia 29 de setembro de 1987, com as primeiras aparições de Nossa Senhora a uma criança. Logo depois se seguiram outras aparições, a exemplo das de Nossa Senhora de Fátima em Portugal, ficando o mês de outubro marcado para a realização dos festejos de Nossa Senhora, conforme o calendário da Igreja Católica no Brasil, quando se homenageia Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil.

A presença de religiões de matriz africana está em todo o sertão, entretanto, suas práticas foram invisibilizadas pelo catolicismo que se firmou como religião hegemônica. Ressalta-se ainda a existência de outras práticas culturais e religiosas de matriz africana na região e que se fundem com as de matriz católica europeia e de origem indígena, o que sugere uma dispersão como marca das práticas religiosas de matriz africana, especialmente, na zona rural, onde se promovem curas, benzeduras e o preparo de raízes, longe dos olhares da sociedade em geral, que comunga de outras crenças. As folhas curativas estão presentes no cotidiano dos sertanejos e disponíveis para consumo nos tabuleiros e bancas de venda de hortaliças. Nesses locais pode-se tanto adquirir o produto quanto realizar uma consulta sobre sua aplicabilidade e eficácia.

Em Coração de Maria destacam-se os festejos religiosos de matriz africana realizados por Maria Bacelar que, anualmente, abre as portas de sua casa para a realização de duas festas: a primeira para festejar os caboclos, no dia 2 de julho e a segunda, em setembro, em comemo-

¹¹ As quadrilhas nasceram nos salões franceses e se propagaram por todo o mundo. Chegou ao Brasil com a Corte portuguesa em 1808 e se disseminou por toda a sociedade, sendo mais apreciada no Nordeste do Brasil, onde se realizam concursos de quadrilha.

ração a seu aniversário. Nesses eventos, a casa se abre para recepcionar visitantes, políticos e autoridades que prestam homenagens a Maria Bacelar.

Em laço encontra-se uma prática religiosa de matriz africana no mesmo espaço em que está erguida uma capela em louvação a São Roque, demonstrando a diversidade da cultura religiosa que permeia duas matrizes diferentes. Associado a essas práticas, na mesma cidade, está o comércio de artigos religiosos.

Nas comunidades indígenas são realizados alguns rituais reconstruídos a partir de registros memoriais. Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, destacam-se nesse processo de reconstrução os rituais do Toré, da Jurema e do Umbu. Em cada um deles, os indígenas recorrem a seres encantados para agradecer e pedir. Esse processo se deu em decorrência da dominação da cultura católica que contribuiu para a desestruturação das comunidades indígenas.¹² Os seres encantados, por definição, são os antepassados indígenas e que, ao retornar à natureza, desempenham o papel de protetores e aconselhadores. No ritual do Umbu, o encantado promove a fertilidade, sendo muito importante para as populações sertanejas, já que o umbuzeiro é uma árvore que representa tanto a fartura quanto a escassez de alimentos.

O Toré é um ritual conhecido e também utilizado para a evocação, através de cantos e danças, dos antepassados, que são consultados ou solicitados a dar proteção. No ritual da Jurema, ao fazer o uso de substância alucinógena, os indígenas buscam contato com o antepassado. A Jurema é a *Acacia nigra*, árvore sagrada dos indígenas no Brasil e, por isso, possui vínculo ancestral com as tribos da atualidade.

Com a aproximação das populações negras com as populações indígenas, registrou-se a construção de uma série de entidades que agregam elementos de matriz africana e de matriz indígena, como é o caso do culto ao caboclo. Um exemplo é o culto ao caboclo boiadeiro, numa referência explícita ao contato estabelecido entre as comunidades e as populações europeias e negras quando da interiorização da pecuária.

Nas últimas décadas registrou-se, pelos sertões, o crescimento do número de adeptos ao protestantismo e suas variadas denominações, como parte do processo de interiorização dessa religião iniciado nas primeiras décadas do século XX. Tal movimento tornou-se mais visível com a construção de templos e o aproveitamento de grandes instalações desativadas, como antigos cinemas.¹³

O QUE TEMOS NA MESA?

Os estudos sobre a culinária e a cultura alimentar tornaram-se frequentes em todas as áreas do conhecimento, além de se constituir em uma problemática muito cara à sociedade bra-

¹² Maria Hilda Baqueiro Paraíso, entrevista realizada em 05 de dezembro de 2010.

¹³ Sobre o protestantismo ver os trabalhos orientados por Elizete da Silva: Santana (2007); Santos (2009); Souza (2008); Trabuco, Z. (2009); Trabuco, I. (2009); Dias, (2009); Andrade (2008); Andrade (2007); Trabuco, I. (2007); Couto (2001); Renner (2010); Guimarães (2001).

sileira¹⁴ diante da sua diversidade regional.¹⁵ A pergunta “que temos na mesa?” remete ao cardápio alimentar da sociedade baiana, mas, em geral, quando se trata de comida baiana, imediatamente aparece como referência o azeite do dendê (VIEGA, 2002).

Hildegardes Viana afirmou que a culinária sertaneja é reflexo da vida do sertanejo, isto é, uma culinária pobre (VIANNA, 1955), pois está vinculada à escassez de alimento provocada pela estiagem e secas, muito comuns no sertão. A seca é um fenômeno que acompanha a sociedade baiana ao longo dos séculos e atua sobre sua conformação regional: “...variando o calamitoso *phenomeno* apenas no grau de maior ou menor intensidade e extensão, influíram e concorreram poderosamente para a seriação dos sofrimentos que tivemos que curtir durante todo o século XIX” (CALMON, 1925, p. 28).

A ocorrência do fenômeno físico vem acompanhada do fenômeno social, sendo problemas daí decorrentes a fome, a escassez e a carestia dos gêneros alimentícios. Os sertões são atingidos por estiagens e secas ao longo da história, enquanto a cidade de Feira de Santana é identificada por Graciela Gonçalves como uma localidade receptora de levas de migrantes que para ali se deslocam em busca de sobrevivência. Nos últimos anos do século XIX, as secas estiveram presentes nas regiões estudadas, aumentando o número de localidades que se tornaram ponto de recepção de migrantes, entre elas, Alagoinhas (GONÇALVES, 2000).

Vários naturalistas em viagem pela Bahia, principalmente no século XIX, registraram as condições de vida das populações atingidas ora pela seca, ora pela estiagem (AVE-LALLEMART, 1980; SPIX; MARTIUS, 1981). Das localidades visitadas por Spix e Martius destacam-se Conceição de Feira, Feira de Santana, Conceição do Coité, Queimadas e Monte Santo (SPIX; MARTIUS, 1981). A dificuldade em consumir alimentos nesses períodos contribuiu para a busca por alternativas dentro da realidade vivenciada pelos sertanejos.

Como a estiagem e a seca atingem a produção dos grãos, especialmente, o milho e o feijão, assim como a criação de animais nas áreas de sua ocorrência, as populações adotam um cardápio próprio para esses períodos, incluindo na refeição diária alimentos que inicialmente eram destinados aos animais, como é o caso dos cortados de palma. Nas áreas em que, no ano de 2010, registraram-se índices pluviométricos abaixo do esperado, como Itaberada, encontram-se muitas plantações de palma, destinadas a alimentar o gado e também, para o consumo humano.

Para Guilherme Radel, em *A Cozinha Sertaneja da Bahia*, existe uma culinária própria do sertão, em que os ingredientes fazem parte da produção regional.

Por todo interior da Bahia, o que se come basicamente é aquilo que constitui a cozinha sertaneja: feijão, carne de sol sob várias formas de cozimento, o refogado, o ensopado, o guisado e o assado de cabrito,

¹⁴ Cascudo (1963). Obra de pesquisa magistral, leitura obrigatória para aqueles que desejam conhecer a alimentação no Brasil.

¹⁵ Ver: Santos (2005, p. 11-31). Esse artigo nos apresenta uma síntese das discussões travadas em torno da alimentação e do seu lugar da memória, o que contribui para um panorama dos estudos sobre o tema.

de cordeiro e de porco, o ensopado, o meninico e a buchada de cabrito ou de cordeiro, o sarapatel de porco, o ensopado, o molho pardo e o guisado de galinha, o pirão de leite, o angu, o cambexe, o quibebe, o aipim, a abóbora, o maxixe, o feijão macáassar verde cozido com manteiga de garrafa, a farofa de água, a farofa de bode (RADELL, 2002, p. 19).

Na listagem apresentada, o autor deixou de fora o consumo de pequenos animais, hoje proibido pela legislação ambiental, mas que fizeram parte da constituição dessa culinária. Foram listados os animais e ingredientes mais comumente utilizados, sem, entretanto, abarcar a quantidade de elementos que podem ser incorporados ao cardápio doméstico, a depender da disponibilidade regional, seja para as refeições, as merendas ou as sobremesas (OLIVEIRA, 1977, p. 152-160).

A formação da gastronomia está vinculada à presença do elemento humano e à ocupação do território, às formas e meios utilizados para se produzir naquela região e às influências recebidas através da porosidade de seus limites e das suas especificidades, conforme afirma Manoel Querino em *A Arte Culinária na Bahia* (QUERINO, 1928).

A chamada “civilização do couro” expandiu seus horizontes à medida que a criação do gado permeou a configuração da Bahia e se espalhou por todo o sertão. A partir desse pressuposto é possível afirmar que, desde os primeiros tempos do Brasil colonial, o consumo de carne bovina foi e é transformada nas mais diversas iguarias, desde os pratos mais bem elaborados ao mais simples como a carne salgada, iguaria das mais requisitadas do sertão (CHAVES, 2001).

Segundo Raquel de Queiroz, a “carne cozida ou assada no espeto ainda é o cardápio predileto do caboclo” (QUEIROZ, 2004, p. 11). Tais formas de preparo estão relacionadas ao trabalho realizado pelo sertanejo, distante de suas moradas e cujos alimentos precisavam ser transportados sem estragar para que pudessem ser consumidos sem a necessidade de muitos acompanhamentos durante longos percursos pelos sertões.

Para as áreas que se encontram sob a influência da Bacia do Paraguaçu e do Jacuípe, destaca-se o papel que os rios exercem sobre as populações ribeirinhas. O Rio Paraguaçu nasce na localidade de Morro do Ouro, na Serra do Cocal, município de Barra da Estiva, na Chapada Diamantina. Em seu curso, percorre, aproximadamente, 75 municípios, adentrando por Piemonte do Paraguaçu, Boa Vista do Tupim, Itaberaba, Iaçú, Antônio Cardoso, Santo Estevão, Conceição da Feira, de onde adentra a malha territorial do Recôncavo em direção ao Oceano Atlântico. Em João Amaro, distrito de Iaçú, a pesca do tucunaré é frequente nas águas do Paraguaçu, assim como de outros peixes disponíveis para o consumo.

As populações que se encontram próximas ao Rio Paraguaçu são abastecidas com suas águas, importantes na construção de vínculos entre o elemento natural e a história regional. Rios como o Paraguaçu e o Jacuípe, nas diversas regiões por onde correm, abastecem as populações e fornecem a água necessária para suas atividades produtivas, além de fornecer o alimento. Passa a fazer parte do cotidiano da comunidade, através da captação das águas das barragens como Pedra do Cavalo, Santo Antônio e Apertado, além da captação direta

das águas e da perfuração de poços artesianos. O Rio Paraguaçu é navegável de sua foz em Barra de Estiva até a Barragem Pedra do Cavalo, que impede seu curso natural.

Dos rios e das duas bacias é retirado o pescado que abastece as suas proximidades. No Paraguaçu são encontradas algumas espécies como o tucunaré, a traíra e os piaus, podendo, ainda, ser encontrados o camarão, o robalo e a tainha. Em algumas partes são realizados esportes náuticos, o que contribuiu para modificar o perfil da região.

Compondo a Bacia do Paraguaçu, o Rio Jacuípe tem suas nascentes no município de Morro do Chapéu. Ao longo do seu curso encontram-se várias barragens construídas para abastecimento das populações ribeirinhas, dentre elas a barragem João Durval Carneiro, nos municípios de São José do Jacuípe e Várzea da Rocha. Suas águas realizam o abastecimento das populações, mas servem também para a agricultura e a pecuária, daí a sua importância na ocupação do território.

Outro elemento de influência na cultura alimentar da população da área é a proximidades das grandes vias de circulação rodoviária, o que permitiu a aproximação com outras culturas e a incorporação de hábitos alimentares como o churrasco, aliados à disponibilidade de carnes nas zonas de economia pecuária. Ao churrasco foram incorporados complementos tipicamente sertanejos como o feijão verde, o aipim cozido ou frito e a farinha d'água, combinações de diversas culturas alimentares.

O açúcar¹⁶ foi outro produto que chegou aos sertões, seja para a conservação dos alimentos, seja para compor receitas de doces e bolos. O município de Santa Bárbara, especialmente, notabilizou-se pela produção de doces em calda e de corte. À beira da Transnordestina encontra-se uma grande quantidade de vendedores de doces e requeijões que caracterizam a culinária local. Os doces de frutas e derivados de leite estão presentes em todas as áreas, visto que a produção leiteira e a fruticultura enriquecem o sabor da alimentação do sertanejo.

Em Itaberaba, a grande produção de mel de abelha motivou a realização de uma festa para qualificar o produto. O município deve ainda investir numa política de valorização do cultivo do abacaxi, cuja produção local abastece o mercado baiano e cujos derivados chegam à mesa regional através de doces em calda e cobertura de bolos e como ingrediente em algumas iguarias salgadas.

O sertanejo não tem somente na principal refeição a marca de sua cultura. A lida dessa população no dia a dia exige uma alimentação matinal reforçada e que inclui o consumo de frutas da terra, como a banana, tubérculos como a batata doce e, especialmente, beijus, cuscuz e mingaus em grande variedade, a partir do milho verde, da tapioca e da puba.

A presença dos derivados de farinha na base alimentar é uma marca regional praticada desde tempos imemoriais no Brasil pelas populações indígenas que já se utilizavam dos diversos subprodutos da mandioca na alimentação. Ao longo dos séculos, a mandioca foi associada a

¹⁶ Sobre a presença do açúcar na cozinha brasileira ver Freyre (1997), e sobre a presença feminina a cozinha ver: Sacramento (2009).

outros elementos e formas de preparo, a exemplo da maniçoba, feita com as folhas da mandioca, iguaria muito comum no Recôncavo, o que evidencia a fluidez das fronteiras regionais também para o consumo alimentar.

A valorização de uma cultura alimentar se dá em ambientes onde se registra a preocupação com a sua preservação, pois, em muitas localidades onde há uma produção em larga escala de certo gênero, este passa por um processo de desvalorização. Na zona rural de Coração de Maria, por exemplo, onde há grandes plantações de aipim, ocorre justamente a sua substituição por outros produtos, especialmente aqueles industrializados. Esse processo demonstra o quanto a produção e o consumo podem ser traduzidos na valorização não só do produto, mas, também, de uma cultura regional. Tal situação se repete com o cultivo de abacaxi em Itaberaba, que poderia disseminar o seu consumo local, vinculando-o a uma cultura regional.

Gilberto Freyre, em seu *Manifesto Regionalista* (1967), registrou a sua preocupação com os “valores culinários do Nordeste” e a “necessidade de serem todos defendidos pela gente do Nordeste contra a descaracterização da cozinha regional” (FREYRE, 1967, p. 46-47). Recorrendo a Gabriel Soares de Souza, Freyre tratou das influências portuguesas que “não tardaram a aventurar-se a combinações novas com as carnes, os frutos, as ervas e os temperos da terra americana” (FREYRE, 1967, p. 51). E, para compor as matrizes da culinária no Brasil, acrescentou:

[...] juntaram cunhães e negras Minas com seu saber também considerável de ervas, de temperos, de raízes, de frutos, de animais dos trópicos: ervas frutas e animais bons para o forno e para o fogão. [...] O que explica a crescente influência ameríndia e africana sobre a mesa e a sobremesa do colonizador [...] (FREYRE, 1967, p. 53-53).

Raquel de Queiroz (2004, p. 11), por sua vez, também buscou as raízes da culinária nordestina: “descende da cozinha portuguesa, mas apenas em termos, pois a influência do que poderíamos chamar de culinária indígena ainda se faz muito sentir”. Essa relativização da escritora no trato da questão abre espaço para a inclusão de outras matrizes culinárias para o entendimento da cozinha nordestina.

Afastando-se da preocupação com a tradição da culinária sertaneja, percebe-se nela a riqueza de paladar e a capacidade de incorporar novos elementos, traços de uma cultura que ultrapassa os matizes culturais apontados por Gilberto Freyre e Raquel de Queiroz.

O QUE VER E ONDE IR: PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE

Quanto às linguagens artísticas, é importante identificar a autoria e a obra daqueles que produzem a leitura do mundo. Sem entrar na discussão do que seja cultura popular, práticas culturais e religiosas que se enquadram no hidridismo cultural (CANCLINI, 2004) estão presentes em atividades que reúnem elementos do catolicismo transmutados para o cato-

licismo popular, da cultura indígena e africana, como o reisado e o terno de reis, bem como das festas de origem portuguesa, como as juninas que reúnem os festejos de Santo Antonio, São João e São Pedro.

Destacam-se, também, a música e a dança, em suas diversas tendências, como o samba de lata e a chula, além de grupos da chamada dança afro, em uma mistura de tons e sons que evidenciam a diversidade e a existência de produtos genuínos do lugar. É importante destacar, ainda, práticas culturais vinculadas ao cotidiano das sociedades, cujas atividades de labor e de produção – como o aboio, o bumba-meu-boi, a burrinha e aquelas vinculadas à ludicidade da língua, como o repente e as histórias de contar – estão vinculadas à tradição cultural ibérica; outras foram forjadas no longo período de formação da sociedade brasileira.

O bumba-meu-boi ainda é conhecido, na Bahia, como boi-janeiro, boi-estrela-do-mar, dromedário e mulinha-de-ouro. Trata-se de uma dança que associa a figura humana com animais para representar a morte e a ressurreição do boi ou um boi que se perde e que é encontrado. Esta é uma prática originária do maior criatório de bovinos desde o início da colonização, o Piauí, e foi disseminada através dos vaqueiros que manejavam os rebanhos de um lugar para outro em busca de pastagem ou de negócios, como pode ser testemunhado nos versos:

*O meu boi morreu
Que será de mim?
Manda buscar outro
Ô maninha, lá no Piauí*

As origens do bumba-meu-boi, como manifestação cultural, estão vinculadas à prática de encenação de peças de caráter erudito-religioso-católico, em geral, na Península Ibérica. No Brasil, os jesuítas utilizaram-se do mesmo recurso para a disseminação de valores entre indígenas, negros e colonos. É uma dança dramática que une elementos culturais de diversos matizes e tal diversidade fica mais evidente no tipo de instrumento utilizado para a sua música. São instrumentos de origem indígena e africana como o maracá, a matraca, o pandeirão e o tambor, variando conforme a região. O boi não se apresenta sozinho, é acompanhado de diversos personagens, cada um desempenhando um papel específico.

A burrinha acompanha a apresentação do bumba-meu-boi, mas, na Bahia, pode ser realizada de forma isolada. Manuel Querino definiu a burrinha como a representação de uma figura animal em que “um indivíduo mascarado, tendo um balaio na cintura, bem acondicionado, de modo a simular um homem cavalgando uma alimária, cuja cabeça de folha-de-flandres produzia o efeito desejado” (QUERINO, 1928). A dança é acompanhada de música produzida a partir de instrumentos como viola, ganzá e pandeiro.

O canto de aboio, sem palavras dicionarizadas, tem destaque em função do papel que desempenha nas sociedades pastoris, pois é através do aboio que os vaqueiros conduzem o gado pelas pastagens ou das pastagens em direção ao curral. O canto acompanha o ritmo dos ani-

mais em um tom vagaroso e termina com o aumento do ritmo. O aboio cantado nos sertões da Bahia difere do aboio de origem moura, introduzido na sociedade brasileira pelos escravos que se encontravam na Ilha de Madeira e foram trazidos ao Brasil através do tráfico.

O criatório de animais marca, além da vaquejada, outros eventos. A implantação dos parques de exposição contribuiu para a disseminação da “civilização do couro” e de práticas culturais afins. A exposição de animais é, prioritariamente, um espaço para a realização de negócios, a divulgação de tecnologias e, também, de sociabilidades. Nesta última estão atividades de entretenimento, especialmente os shows que mobilizam grandes levas de pessoas, dinamizam as economias locais e permitem a circularidade cultural (GINSBURG, 1987).

Para aquelas localidades onde a criação de animais tem maior força, são realizados jogos e brincadeiras que marcam a cultura do pastoreio, como é o caso do jogo da argolinha, realizado nas festividades. Trata-se de importantes atividades culturais que agregam populações mais jovens, como é o caso das vaquejadas. Inicialmente esses eventos representavam um momento de sociabilidade e demonstração de habilidade entre os vaqueiros. Nos últimos anos, no entanto, passou a ocupar um lugar de destaque no calendário festivo, pois, além da apresentação da vaquejada em si, são montados grandes parques onde se realizam shows e se disponibilizam serviços específicos para o mundo rural.

Destaca-se, dentre tantas vaquejadas realizadas ao longo do ano, a Vaquejada de Serrinha, realizada desde 1967 e, que, após décadas, aponta para a profissionalização do evento, que reúne competições ligadas ao vaquejar associadas a festas e exposição de serviços e equipamentos rurais. É um evento que requer uma infraestrutura própria e reúne profissionais de diversas partes do país em busca de premiações e da consagração no certame. Há a incorporação de elementos provenientes de inúmeros grupos sociais sem, entretanto, se perderem as características primeiras da vaquejada, relacionadas à demonstração de habilidades no trato com os animais.

Ainda em relação aos eventos ligados ao criatório de animais, estão as cavalgadas. De menor porte e mobilizando criadores de equinos, servem como espaço de demonstração de habilidades, tanto do cavaleiro quanto do seu animal. As cavalgadas, realizadas com frequência maior que a exposição, mobilizam recursos financeiros e servem de vitrine para a realização de negócios. Nos últimos anos vem ocorrendo uma revalorização das práticas festivas vinculadas à cultura pastoral e, por isso, as vaquejadas, as exposições, as cavalgadas e outras atividades encontram público e mercado para seus produtos.

Os sertões, como parte dos territórios de identidade da Bahia, possuem larga produção de mandioca, herdada dos povos indígenas que realizavam seu cultivo e extraíam daí derivados que compunham o seu cardápio alimentar. Durante a colonização, o cultivo da mandioca e a produção de farinha representaram uma cultura de subsistência (NOGUEIRA; WALDECK, 2006), mas, com o desenvolvimento da economia açucareira, passaram a desempenhar papel fundamental na alimentação das populações, estendendo-se por todos os setores sociais,

a exemplo da carne de charque (CHAVES, 2001), como se pode depreender da avaliação de Poppinio (1968, p. 306):

A agricultura também representou papel importante na economia de Feira de Santana. Originalmente, somente as culturas de subsistência se plantavam nas fazendas de São José das Itapororocas, ao passo que toda a renda dos fazendeiros provinha da venda do gado. [...] Em cada fazenda havia uma roça ou área cultivada, onde cresciam a mandioca, o feijão, o milho, as bananas e os legumes e, ocasionalmente, a cana-de-açúcar.

É interessante registrar a ocorrência, ainda nos dias de hoje, do recrutamento de pessoas para a realização dessa tarefa, assim como de outras, a exemplo da bata de feijão, que passou a ser referência no sentido da preservação da cultura presente entre os trabalhadores. Durante a realização do trabalho coletivo são entoados os “cantos de trabalho”.

Segundo o Dicionário Houaiss, adjutório que dizer: “prestação de ajuda; auxílio; ajuda coletiva e gratuita, esp. entre trabalhadores do campo; mutirão” (MINIDICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2008, p. 15). Os cantos de trabalho estão vinculados à realização de tarefas no campo e se apresentam, especialmente, no momento dos chamados adjutórios. A sua prática está relacionada à solidariedade estabelecida entre homens e mulheres, entre vizinhos e familiares para a realização de uma tarefa que exige uma quantidade significativa de trabalhadores e que o responsável não poderá realizá-la com os recursos de que dispõe.

O canto de trabalho desempenha várias funções, entre elas, a de permitir o uso da ludicidade na execução de uma tarefa, de forma a mesclar o trabalho com a sociabilidade, o jogo e o riso, traduzidos na musicalidade e na composição de trovas declamadas pelos trabalhadores. Outra função é a de dar ritmo ao trabalho, pois, com o canto, as tarefas se desenvolvem na marcação da música, o canto orienta a tarefa daquele momento.¹⁷ Muitas das trovas cantadas são bastante conhecidas, outras foram construídas no calor do trabalho e seu conteúdo pode variar entre o lúdico, a sátira, ou o lamento.

Espaços de sociabilidade são muito importantes para se entender uma sociedade urbana nos sertões da Bahia. A criação de clubes privados foi uma marca das décadas de 60 e 70 do século XX. Nesses clubes eram realizados encontros informais e bailes dancantes, com a apresentação de artistas contratados que contribuíam para o lazer dos associados. Outra modalidade de clube criado nesse período foi resultado da expansão do Banco do Brasil S/A. No processo de interiorização e busca por oferta de espaço de lazer para seus funcionários, o banco criou as “associações atléticas” para as práticas esportivas de adultos e crianças, além de servir como espaço de aproximação entre seus funcionários. Merecem destaque ainda os chamados “Clube dos 100” e outras modalidades de clubes sociais, cuja atividade cultural fez parte do cotidiano dos frequentadores de suas instalações.

¹⁷ Sobre ritmos e orientação de tarefas ver: Thompson (1998).

O carnaval realizado em paralelo ao Carnaval que acontece em Salvador também se faz presente entre as festas dessas regiões socioculturais, mas o que mais se sobressai são as micaretas que, por definição, são carnavais fora de época que passaram a fazer parte dos calendários municipais e ajudam na divulgação da festa soteropolitana. A palavra micareta deriva da língua francesa *Mi-carême* e passou a significar no Brasil um carnaval realizado após os eventos momescos. A partir dos anos 90 do século XX, várias foram as cidades que aderiram à realização da festa, pois esta representaria a intensificação da economia regional, movimentando recursos financeiros e atraindo populações de diversas partes da Bahia e do Brasil.¹⁸

A micareta de Feira de Santana é realizada, tradicionalmente, 15 dias após a Páscoa, mas a data pode ser modificada para atender, também, ao calendário de feriados nacional, estadual e local. O mês de abril firmou-se como o período destinado à realização das micaretas por todo o interior da Bahia.¹⁹ A micareta de Feira de Santana teve início em 1937, quando as chuvas que caíram na cidade durante a realização do Carnaval motivaram a transferência da data dos festejos.

A existência de águas termais no sertão da Bacia do Itapicuru, especialmente em Caldas do Jorro e Cipó e na localidade do Jorrinho, é um elemento que faz com que o município de Tucano desponte como um polo de atração turística e de lazer. As águas termais atingem, em média, 39º, possuem cor amarelada e são reconhecidas pelo seu poder curativo, principalmente quando se trata de doenças como reumatismo e raquitismo, além de problemas do aparelho digestivo. Na localidade estão três fontes com características diversas: Ferventes, Muricoça e Mosquete.

As águas termais são procuradas como opção de lazer pela população regional que busca uma alternativa para banhos em locais mais distantes das praias. Os balneários à beira dos rios são muito procurados, como é o caso dos situados às margens dos rios Jacuípe e Paraguaçu; neste último, o banho é associado à pesca do tucunaré, práticas muito apreciadas pelas populações ribeirinhas.

UMA REGIONALIDADE CONTEMPORÂNEA E SEUS POLOS REGIONAIS

A instalação das instituições de ensino superior na Bahia representou um elemento de crescimento e afirmação regional, além da formação de uma cultura própria da vida universitária. É o caso da Faculdade de Educação de Feira de Santana (1968), mais tarde Universidade Estadual de Feira de Santana (1970), fruto do empenho de um grupo de intelectuais feirenses que se dedicavam às letras e à discussão sobre a cultura em Feira de Santana, dentre eles, Eurico Boaventura, Godofredo Filho e Dival Pitombo.

¹⁸ A partir da década de 1990, várias capitais e cidades brasileiras sem tradição de realização de Carnaval aderiram à micareta, como forma de satisfação de suas populações e de movimentação de suas economias, existindo, inclusive, um calendário para que não ocorram os festejos nos mesmos períodos.

¹⁹ A cidade de Jacobina, em outra malha territorial, registrou sua primeira micareta em 1933, mas os primeiros grupos momescos desfilaram nas ruas da cidade desde 1912 sem, entretanto, constituir-se na chamada micareta.

Os municípios que integram os territórios de identidade da região em estudo contam para o seu desenvolvimento com a atuação de instituições de ensino superior, principalmente as destinadas à formação de professores, a exemplo do modelo multicampi da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), presente com suas unidades de ensino nos seguintes municípios: Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Conceição do Coité, motivando o crescimento regional a partir da demanda por instalações de moradia e prestação de serviços ligados ao setor educacional e agregando ao perfil municipal as atividades universitárias.

A valorização da educação e a qualificação de professores se refletem em indicadores de diversos instrumentos de avaliação da educação brasileira. Merece destaque, na segunda edição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb (2010), o município de Boa Vista do Tupim, que alcançou o maior índice de desenvolvimento educacional na Bahia. O crescimento desse município já havia sido apontado na avaliação anterior (2008), o que certamente contribuiu para a realização de ações para a consolidação das conquistas educacionais confirmadas na última avaliação (2009). A criação de instituições artísticas e culturais é um fenômeno corrente nos municípios baianos, movimento que se insere nas políticas de valorização da cultura local, como também demonstra o interesse de muitos setores pelo desenvolvimento regional através da implantação da indústria do turismo que, a exemplo de alguns polos consolidados, abre possibilidade para a geração de emprego e renda.

Feira de Santana como polo irradiador da “civilização do couro”, aliou-se a diversas manifestações culturais e artísticas, o que se reflete na atuação de instituições como: Museu Casa do Sertão, Centro Universitário de Cultura e Arte, Centro de Estudos Feirenses, Museu Regional de Arte, Museu de Arte Contemporânea de Feira de Santana Raimundo de Oliveira e, na esteira do Observatório Antares, o Parque do Saber Dival Pitombo. As denominações dessas instituições são ilustrativas de uma aliança entre o tradicional e o moderno na cidade, o que permite a construção de identidades locais que se impõem diante do protagonismo desse polo na região.

A presença de instituições artístico-culturais foi identificada em outros municípios e é reveladora das suas identidades. O Museu Último Quilombo, em Boa Vista do Tupim, destaca a população negra no Piemonte do Paraguaçu; o Museu do Sertão, de Monte Santo, reúne em seu acervo marcas da Guerra de Canudos; em Pirituba, encontra-se o Museu Evolução da Informação e Tecnologia; Santo Estevão criou o Centro Cultural Themístocles Pires de Cerqueira, para preservar seu patrimônio; e, em Água Fria, município de grande importância na guerra pela Independência da Bahia, criou-se a Casa de Cultura de Água Fria.

Além dessas instituições, a preocupação com a memória e a história local e regional tem-se manifestado através da preservação das fontes, com a criação dos arquivos públicos municipais. Tais ações contribuem para a produção dos trabalhos acadêmicos, o que permite conhecer melhor as regiões e suas articulações, além de reforçar a auto-estima das populações interioranas.

Mais recentemente, a atenção com a cultura, em sua forma mais ampla, é explicitada através da realização de programas de valorização da cultura, a partir de convênios/parcerias entre o

Governo do Estado da Bahia e o governo federal, através do Ministério da Cultura. Destacam-se os seguintes programas: Cultura Viva e Mais Cultura. Para a interiorização e a democratização do acesso a produtos e serviços culturais, especialmente no estado da Bahia e na imensidão dos seus sertões destacam-se ainda os pontos de cultura,²⁰ instalados nos sertões estudados.

O Ponto de Cultura, a partir de cada categoria que caracteriza esse programa, promove a implantação de ações em prol do desenvolvimento regional, que inclui desde a formação e qualificação do cidadão à democratização do acesso à cultura digital. Muitas das ações realizadas pelos pontos contribuíram para a identificação de práticas culturais que se encontravam em declínio e a sua revalorização, com as significações que as populações envolvidas lhes atribuem.

Feira de Santana destaca-se como o centro urbano mais importante, seguida por Alagoinhas e Itaberaba. Essas últimas cidades, a primeira por se aproximar mais de Salvador e a segunda por se encontrar numa posição intermediária em relação a Feira de Santana, agregam serviços que atendem parcialmente às regiões sob sua influência. Em seguida, destaca-se, ao nordeste, a cidade de Serrinha que, à semelhança de Feira de Santana, exerce sua primazia sobre a região do sisal.

Alguns elementos contribuem para essa primazia, tais como a oferta de serviços médicos e educacionais, representada pela existência de clínicas especializadas e hospitais e unidades de ensino superior. Anteriormente, as cidades maiores eram procuradas para a conclusão do ensino médio, todavia, com a expansão do ensino superior, já é possível recorrer a uma delas para a realização de um curso de formação profissional.

No Piemonte do Paraguaçu, as ocupações com o pastoreio se mesclam com outros tipos de produção agropecuária e com a prestação de serviços. Esses são os perfis de cidades como Ruy Barbosa, Itaberaba e Rafael Jambeiro que, localizadas nas proximidades de uma rodovia (BR 242), exigem mais do que a produção local, mas o oferecimento de serviços para aqueles que se deslocam por todo o Brasil. Na Bacia do Jacuípe, o pastoreio impõe sua marca, com o polo calçadista em Ipirá, e o rodoviarismo exerce influência sobre essa região. Destacam-se nesse perfil as cidades de Baixa Grande e Gavião que se assemelham às cidades do sertão sisaleiro como Riachão do Jacuípe.

No Portal do Sertão, a grande vascularidade das rodovias federais e estaduais transformou boa parte de suas cidades em ponto de apoio aos viajantes rodoviários. Feira de Santana, especialmente, e mais Santo Estevão, Tanquinho, Amélia Rodrigues, Conceição do Jacuípe, Anguera, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira e Santa Bárbara oferecem uma grande diversidade de serviços àqueles que transitam por suas rodovias.

Nas economias de pastoreio e prestação de serviços à população local encontra-se a maior parte das cidades do Piemonte do Paraguaçu, são elas: Ibiquera, Boa Vista do Tupim, Iaçú, Santa Terezinha, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Piritiba, Mundo Novo, Tapiramutá e Miguel

²⁰ Os editais para os pontos de cultura são públicos.

Calmon. Na Bacia do Jacuípe, neste segundo perfil, podem ser incorporadas as cidades de Mairi, Capela do Alto Alegre Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço, São José do Jacuípe e Quixabeira. No Portal do Sertão, as cidades que se incluem nesse perfil são as seguintes: Ipecaetá, Antônio Cardoso, Santanópolis, Coração de Maria, Irará, Teodoro Sampaio, Terra Nova e Água Fria.

Na Bahia identificam-se duas cidades com perfil de capitais regionais: Feira de Santana e Vitória da Conquista. Para a conformação da região metropolitana de Feira de Santana é importante evidenciar que muitas cidades que fizessem parte dessa delimitação administrativa encontrariam antigas cidades, emancipadas a partir do núcleo de povoamento da Freguesia de São José das Itapororocas, que se encontram no sertão dos Tocós, são elas: Riachão de Jacuípe, Candéal, Tanquinho, Santa Bárbara, Santanópolis, Ipirá, Serra Preta, Coração de Maria, Conceição de Jacuípe, Amélia Rodrigues, São Gonçalo, Antonio Cardoso, Ipecaetá, Anguera e a própria Feira de Santana.

Desde a criação do Centro Industrial do Subaé (CIS),²¹ cuja implantação data do final da década de 60 e início da década de 70 do século XX, que a cidade de Feira de Santana ampliou seu perfil econômico para agregar outras funções na economia baiana. Encontram-se ali instaladas empresas de todos os portes que, junto com o comércio, fortalecem a economia feirense. Destacam-se, ainda, os polos calçadistas pelos sertões, cuja produção ultrapassa a economia local e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os territórios de identidade estudados carregam, de forma visceral, a marca de sua construção histórica vinculada à “civilização do couro” e, com ela, os elementos que lhes caracterizam. Entretanto, deve-se ressaltar que a ocupação em diferentes contextos proporcionou diferenciações regionais e mesmo dentro das regiões, o que permitiu a constituição de diferentes sertões com várias nuances e que não podem ser homogeneizados pela palavra sertão.

As formas de organização civil dos sertanejos se ampliaram nas últimas décadas e uma grande quantidade de organizações não governamentais foram instaladas na maioria dos municípios estudados (TEIXEIRA, 2008). Elas possuem caráter diversificado e atuam em diferentes áreas produtivas da sociedade e, também, na preservação dos direitos sociais. Tal situação contribuiu para a implantação de políticas públicas para a preservação da cultura, que podem servir como espaço de diálogo com a sociedade.

A grande vascularização de vias de circulação de pessoas e mercadorias possibilita o estabelecimento de uma dinâmica regional que ultrapassa as regiões nas quais estão instalados os municípios, permitindo que as fronteiras sejam fluídas e que haja uma maior influência

²¹ Criado pela Lei Municipal n. 690, de 14/12/1969 e pela Lei Estadual n. 4.167/ de 07/11/1983, passou a incorporar a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado da Bahia.

de uma região sobre a outra. A expansão do ensino superior pelos sertões, a instalação de instituições culturais e os pontos de culturas contribuíram para o fortalecimento das regiões e de suas práticas socioculturais ao tempo em que estabeleceu novos meios de contato com as redes de cultura instaladas em diferentes locais na sociedade brasileira.

A valorização da cultura regional e local contribuiu com a articulação estabelecida entre cultura e geração de renda, verificada na existência de uma agenda festiva que agrega diferentes práticas culturais e encontra aporte dos poderes públicos, das empresas privadas e daqueles que, ao participar dos eventos, estimulam um mercado em expansão por todas as regiões, seja através da realização de micaretas, festejos juninos ou vaquejadas e seus similares. A festa passou, então, a um empreendimento comercial, contribuindo para a profissionalização dessa área das economias regionais.

Observa-se, nas regiões estudadas, um reordenamento das áreas de influência, com Feira de Santana firmando-se como capital regional, enquanto outras cidades assumem papéis intermediários, como é o caso de Alagoinhas, Itaberaba, Ipirá e Serrinha. Nessas últimas cidades, o crescimento dos serviços prestados, a instalação de órgãos públicos com caráter regional e o próprio crescimento comercial identificam tal reordenamento. Por fim, é importante destacar que esse reordenamento resultou, ainda, do papel que essas cidades tiveram no fortalecimento do rodoviarismo e como centros organizadores e distribuidores em suas regiões.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia*: com declarações de todas as distâncias das cidades, vilas e povoações. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia, 1888.

AHU – Baía, CX 146, doc. 56; cx 147, doc. 81; AHU_ACL_CU_005; cx 138, D. 10696. Avulsos, cd 17, 142, 02, doc. 0209-0222.

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do povoamento de Feira de Santana*: um estudo de história colonial. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992.

ANDRADE, Eliana Santos. *A visão dos 12: igrejas em células na Bahia*. 2007. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

_____. *Estratégias de expansão e participação protestante na virada do Século XX: a visão celular dos 12 em Salvador 1998-2003*. 2008. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

AVE-LALLEMART, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Documentos históricos [Tombo das Cartas de Sesmarias do Rio de Janeiro dadas por Cristóvão de Barros (1573-74) dadas por Salvador Correia de Sá (1578-79)]*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1928. v. 1.

CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida econômico-financeira: elementos para a história de 1808 a 1889*. Bahia: Imprensa Oficial, 1925.

- CANCLINI, Nestor. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CASCUDO, Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1963.
- CHAVES, Cleide de Lima. *De um porto a outro: Bahia e Prata (1850-1889)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- COUTO, Clari Alves. *Orar e vigiar: representações do pecado da Assembléia de Deus em Conceição de Coité*. 2001. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2001.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.
- DEL PRIORE, Mary. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DIAS, Caroline Luz e Silva. *Da visão celular ao modelo dos 12 em Feira de Santana*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.
- ESPIRITO SANTO, Moises. *A religião popular portuguesa*. Lisboa: Assirio e Alvim, 1990.
- FREIRE, José R. *Os aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/SR-3, 1997.
- FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. “Eu vou para a Bahia”: a construção da regionalidade contemporânea. *Bahia. Análise & Dados: leituras da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, março, 2000.
- FREYRE, Gilberto. *Açúcar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *Manifesto regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1967.
- GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia no século XIX (sociedade e política)*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- GUIMARÃES, Tarcisio Farias. *Protestantes históricos em Feira de Santana: 1930-1940*. Feira de Santana: UEFS, 2001. Iniciação Científica em História.
- ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. [Brasília]: INEP, [2010]. Disponível em: <<http://www.ideb.inep.gov.br>>. Acesso em: 3 ago. 2011.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *A origem dos modos à mesa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.
- LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- LOPES, Rodrigo Freitas. *Nos currais do matadouro público: o abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX (1830-1873)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia. Século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu. *Pesquisa social*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- MINIDICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MOREIRA, Vicente Diocleciano. Outras palavras. *Revista Sitientibus*, Feira de Santana, n. 18, jan./jun, 1998.
- NOGUEIRA, Maria Dina; WALDECK, Guacira. *Mandioca: saberes e sabores da terra*. Rio de Janeiro: IPHAN/CNPF, 2006.

- OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. Um jantar baiano em 1889. In: CASCUDO, Luis da Câmara. *Antologia da alimentação*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p. 152-160.
- PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930-1949)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade Estadual do Estado da Bahia, Santo Antonio de Jesus, 2009.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo de dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- POPPINIO, Rollie. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.
- QUEIROZ, Raquel. *O não me deixes: suas histórias e sua cozinha*. São Paulo: Arx, 2004.
- QUERINO, Manoel. *A arte culinária na Bahia*. Bahia: Papelaria Brasileira, 1928.
- RADEL, Guilherme. *A cozinha sertaneja da Bahia: as origens, a evolução e as receitas da cozinha sertaneja baiana*. Salvador: Guilherme Radel, 2002.
- RENNER, Camila Noemia. *A família feliz: Testemunhas de Jeová em Santo Estevão*. Feira de Santana: UEFS, 2010. (Trabalho de conclusão de curso de graduação em História)
- REVISTA DO IGHBA. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, v. 9, n. 42, p. 69-74, 1916.
- RIOS, Iara Nancy Araújo. *Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- SACRAMENTO, Adriana. *A culinária de sentidos. Corpo e memória na literatura contemporânea*. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SANTANA, Jorge Luiz Nery de. *Representações étnicas dos Batistas do sertão baiano no século XX (1960-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na memória: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005.
- SANTOS, Elane Ribeiro dos. *Espiritismo e protestantismo: relações e conflito em Feira de Santana (1940-1970)*. Feira de Santana: UEFS, 2009. Iniciação científica em História.
- SILVA, Aldo José Moraes. *Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana*. 2000. 212 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- SILVA, Andréa Santos Teixeira. *Entre a casa de farinha e a estrada Bahia – Feira: experiências camponesas de conflito e sociabilidade na garantia da sobrevivência, Feira de Santana (1948-1960)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- SILVA, Candido da Costa e. *Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo: Ática, 1982.
- SOARES, Valter Guimarães. *Cartografia da saudade*. Salvador: Edufba/Eduefs, 2009.
- SOUZA, Gilvanildo de. *Expansão da denominação Batista em Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, 2008. Iniciação científica em História.
- SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip Von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRABUCO, Igor José. *"Meu reino não é deste mundo": A Assembléia de Deus e a política em Feira de Santana (1972-1990)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TRABUCO, Igor José. *Pentecostais e política em Feira de Santana*. 2007. Monografia (Especialização em História da Bahia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2007.

TRABUCO, Zózimo Antônio Passos. *O Instituto Batista do Nordeste e a identidade Batista em Feira de Santana (1960-1990)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso (Org.). *Sociedade civil na Bahia*. Papel político das organizações. Salvador: Edufba, 2008.

VIANNA, Hildegardes. *A cozinha baiana*. Salvador: s/ed, 1955.

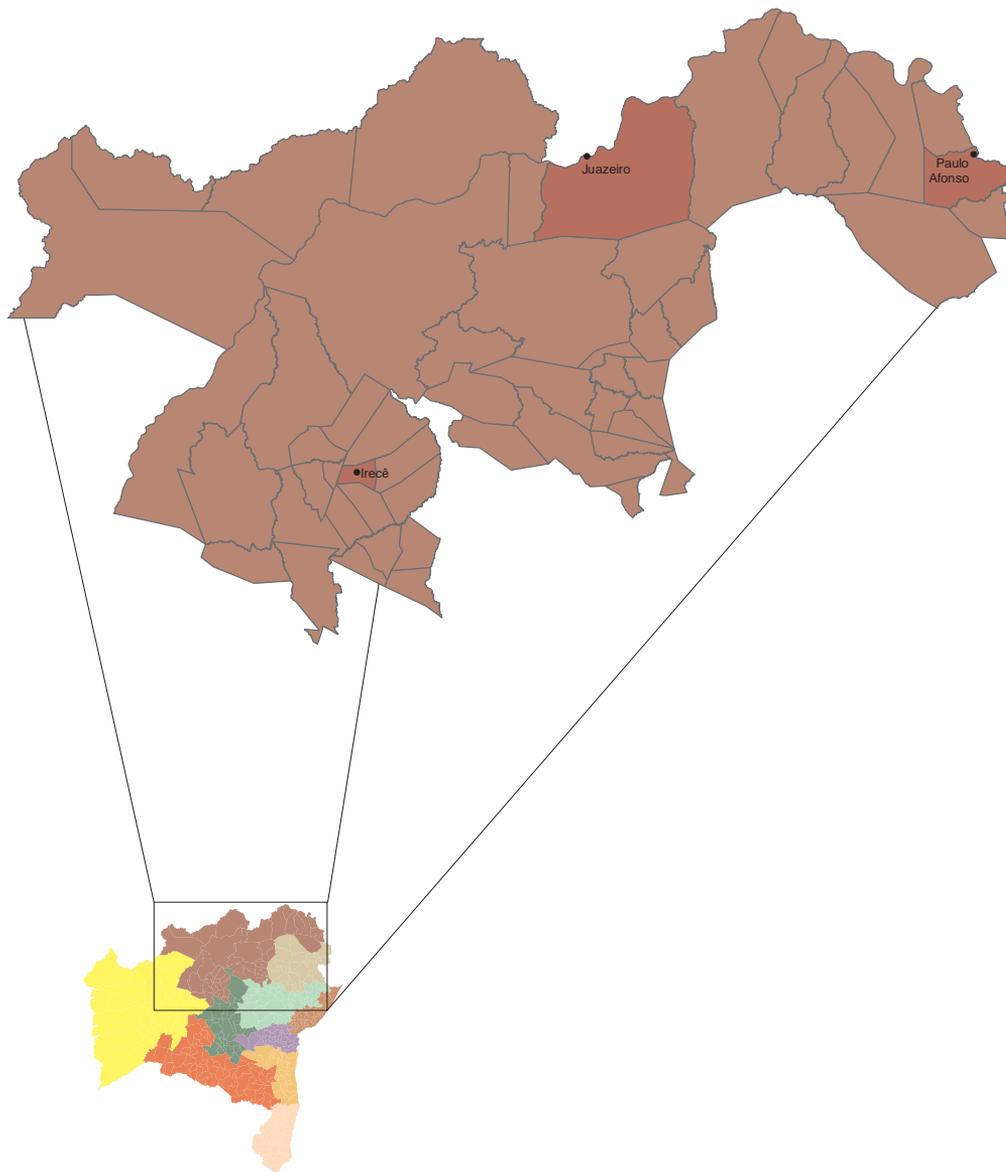
VIEGA, Ericivaldo. *A Cozinha baiana do Restaurante Escola do SENAC do Pelourinho - Salvador-BA*. 2002. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.





SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
Divisão Municipal e Principais Cidades



ONTEM E HOJE – PASSADO E PRESENTE DIALOGANDO COM AS ÁGUAS DO SÃO FRANCISCO (JUAZEIRO, IRECÊ E PAULO AFONSO)

*Ricardo Moreno**
*Vanessa Magalhães da Silva***

OS SINAIS DOS PRIMEIROS HOMENS E OS DESBRAVADORES DO SERTÃO SÃOFRANCISCANO

Os índios o chamavam de Opará, o que significa mar grande, o grande rio conhecido por séculos pela presença dos currais, apelidado de rio da unidade nacional ou de Nilo brasileiro. Embora nascido na Serra da Canastra, em Minas Gerais, firmou uma identidade secular com o sertão que abraça por centenas de quilômetros, e por possuir a maior parte de suas águas navegáveis na Bahia. Entre 1856 e 1858, o São Francisco foi percorrido por Henrique Halfeld, a mando do imperador D. Pedro II. O resultado dessa viagem gerou um atlas e um relatório e motivou a visita do monarca à Cachoeira de Paulo Afonso em 1859.

Os sinais de vida às margens do São Francisco são muito antigos, o sítio arqueológico de Paulo Afonso traz registro gráfico encontrado nos arredores de Malhada Grande que data de aproximadamente nove mil anos, demonstrando que o homem americano, em passado remoto, povoava essa região. A descoberta de vestígios comprova que as margens do rio eram habitadas e os homens fabricavam utensílios de barro e de pedra, além de ter desenvolvido uma escrita rupestre. Uma grande descoberta antropológica que amplia as pesquisas e as buscas de novas abordagens do passado histórico (UNICEF, 2010).

O município de Central, localizado na microrregião de Irecê, sedia um museu arqueológico que possui cerca de 300 sítios cadastrados em uma área de 270 mil km². A possibilidade de estudos acerca do homem que viveu nas épocas Pleistocênica e Holocênica na Chapada Diamantina (serras quartzíticas e planície calcária), em Piemonte da Diamantina (município de Morro do Chapéu) e Irecê (municípios de América Dourada, Cafarnaum, Central, Gentio do Ouro, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Juçara, Uibaí e Xique-Xique), além do oeste (Angical, Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães e São Desidério) e do município de Palmas (sul da Bahia), se revela por meio de vestígios diretos (esqueletos humanos) e indiretos (arte rupestre, restos faunísticos, artefatos de cerâmica, artefatos líticos, fogueiras etc.). Pinturas rupestres, gravuras também elaboradas sobre rocha acompanhadas de restos faunísticos com ou sem ocorrência de materiais cerâmicos, líticos e esqueletos humanos; marcas das antigas aldeias e cemitérios

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor de História da África na Universidade do Estado da Bahia (Uneb); editor da Revista Dialética (www.revistadialetica.com.br). joserocardomoreno@hotmail.com

** Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFBA. Professora do Instituto de Educação Superior Unyahna de Barreiras-BA; professora do curso de Formação de Professores da Plataforma Freire da Universidade Estadual da Bahia-Campus Barreiras (Uneb). biaiju@yahoo.com.br

indígenas que descortinam informações acerca dos primeiros homens e mulheres que viveram em solo baiano (BELTRÃO; LOCKS; AMARAL, 2002).

Ainda hoje podem-se encontrar povos indígenas existentes no território de Paulo Afonso, dentre eles os Pankararés nos municípios de Glória e Paulo Afonso, e os Tuxás, em Rodelas. No passado, a existência dos nativos representou grande ameaça aos primeiros desbravadores do Vale do São Francisco, que tiveram de enfrentar, além das dificuldades físicas de acesso à região, o grande perigo que se constituía a presença de antigos aborígenes e também de negros fugidos (PIERSON, 1972, t. 1, p. 228).

As primeiras entradas para o Vale do São Francisco foram motivadas pela busca de pedras e metais preciosos, bem como para a captura de grupos indígenas a fim de convertê-los ao trabalho escravo no litoral. Em 1595, Belchior Dias Moreyra, neto de Caramuru, iniciou uma expedição que alcançou o Rio Salitre, tributário do São Francisco, onde teria encontrado algumas jazidas. Esta suposta descoberta foi a justificativa para 150 anos de expedições, pesquisas e caça aos índios (PIERSON, 1972, t. 1, p. 237). Em sua saga, Moreyra percorreu a atual região polo de Juazeiro no ano de 1596.

Localizado no submédio da Bacia do São Francisco, na divisa com o estado de Pernambuco, o atual município de Juazeiro formou-se em um ponto estratégico que cruzara um dos mais importantes trechos navegáveis do Velho Chico e o caminho das bandeiras, rota da ocupação do sertão sãofranciscano.

A ocupação do São Francisco deu-se por meio do estabelecimento de fazendas de criação ao longo do vale, um movimento que se iniciou no Recôncavo Baiano, via Sergipe e à margem direita do rio, antes da guerra contra os holandeses. Este processo foi acompanhado por outro idêntico de criação de gado, porém, mais lento, ao longo da margem esquerda, na direção de Pernambuco para o Rio São Francisco, tomando a fronteira entre as duas capitânicas. A abertura das primeiras vias de ligação entre o sertão e o litoral para o escoamento da produção aurífera foi um estimulador do processo de ocupação da região de Irecê que, localizada na zona fisiográfica da Chapada Diamantina setentrional, abrange toda a área do Polígono das Secas e pertence à Bacia do São Francisco, distando 478 quilômetros da capital. Irecê apareceu no cenário econômico da Bahia entre os séculos XVII e XIX como centro de exploração de minérios (BAHIA, 2001).

O processo de povoação consolidou-se com o benefício de doações de terras sob a forma de sesmarias a famílias influentes como a dos Garcia D'Ávila e os Guedes de Brito. A maioria dos municípios que se desenvolveu ao longo do sertão do São Francisco teve suas origens na instalação de fazendas de gado e na edificação de templos religiosos.

O sertão baiano acabou recebendo a criação de gado que fora empurrada do Recôncavo à medida que foram desenvolvendo-se o cultivo da cana-de-açúcar e, depois, do fumo, sempre destinados ao mercado externo. Com o intuito de proteger o solo massapê, típico da região canvieira, é que foram sendo criadas legislações que empurravam a atividade pecuária para

o interior. Em 1701, o governo metropolitano proibiu que esta atividade se desenvolvesse a uma distância inferior a 10 léguas da costa atlântica (SIMONSEN, 1978, p. 151). Logo, a criação de animais, especialmente de gado, destacou-se como sendo uma das principais riquezas da região sãofranciscana.

Esta vocação para a criação animal acabou marcando profundamente a identidade cultural dos polos sociais que se desenvolveram ao longo do sertão sãofranciscano. Os rastros desta tradição se mantêm ainda hoje. É comum, por exemplo, que um visitante que chegue a Irecê seja logo convidado a apreciar uma boa carne de bode. Em Juazeiro, o festival gastronômico de cabritos e cordeiros, denominado Bode Chique, acontece em paralelo à Feira de Negócios da Pecuária e da Caprinocultura (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2010). Em Paulo Afonso, até meados do século XX, a dinâmica econômica era referenciada pela pecuária extensiva associada à agricultura de subsistência (CARMO; LIRA; CAMAROTTI, 2009).

Outro elemento constitutivo da identidade sãofranciscana é a relação dessas sociedades com as águas do São Francisco. Um importante trecho do rio da integração nacional parte de Piranhas a Jatobá, 128 quilômetros inaproveitáveis para navegação, incluindo a Cachoeira de Paulo Afonso. As expedições que iniciaram em 1553, visando à penetração do Rio São Francisco, estão ligadas à história dessa cachoeira que, nos séculos XVI e XVII, era conhecida como Sumidouro ou Forquilha e fez parte da extensão da sesmaria concedida a Paulo Viveiros Afonso, no ano de 1725. Até o século XVIII, a microrregião de Paulo Afonso fora habitada por índios Mariquitas e Pancarus. Pacíficos que eram, logo estavam a dedicar-se à lavoura e à criação de gado, junto a colonos que ocuparam as terras em nome da família Garcia D'Ávila.

Após receber a doação da sesmaria, Paulo Viveiros Afonso construiu um arraial que, posteriormente, se transformou na Tapera de Paulo Afonso. Com sua localização estratégica, o local era utilizado como pouso de boiadas e boiadeiros, o que fez desenvolver ali atividade comercial. Mas o grande desenvolvimento regional veio com a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) em 1945, otimizando o aproveitamento do potencial energético da cachoeira.

AS ÁGUAS E A NATUREZA SÃOFRANCISCANA: HISTÓRIAS, BELEZAS E AVENTURAS

O lugar correspondente à antiga localização do município de Glória foi inundado e seus habitantes deslocados, dando início a uma dinâmica de dependência em relação a Paulo Afonso. Outras duas localidades baianas ficaram debaixo d'água no decorrer do processo: Rodelas e o povoado de Barra de Tarrachil, em Chorrochó. Cerca de 20 mil pessoas, das zonas urbana e rural, foram atingidas pelas inundações – incluindo grupos indígenas – e realocadas para municípios diferentes daqueles onde inicialmente viviam.

A construção das usinas provocou a migração de nordestinos de outros estados como Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, além de trabalhadores provenientes de outras regiões do país, a exemplo de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. A Chesf, que foi criada

para ser um polo exportador de energia, fazia parte do projeto nacional de desenvolvimento iniciado com Gétúlio Vargas, em meados da década de 40 do século passado. A construção da cidade, portanto, acompanhou este sentimento de modernidade, impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico (SILVA, 2010).

O sentimento que marcou os primeiros desbravadores certamente se faz presente no espírito daqueles que hoje em dia vão à região em busca do turismo de aventura, se embrenham nas trilhas e se arriscam nos cânions e na prática de esportes radicais nos grandes lagos e no leito do Rio São Francisco. Essa subjetividade e a relação com a natureza bruta parecem ser as únicas semelhanças entre os que se aventuram em busca de diversão e aqueles que, no passado, enfrentavam as dificuldades naturais e humanas para penetrar no sertão.

Fruto da congregação do esplendor da natureza e do trabalho do homem, o cânion do Rio São Francisco deslumbra por sua grandeza e paisagem exuberante, sendo um dos maiores existentes no planeta. Serpenteando entre escarpas rochosas trabalhadas pelo tempo, oferece paisagens belíssimas e excelentes locais para lazer náutico e um bom mergulho, como o Riacho do Talhado, ao qual se chega de catamarã. Pelo cânion, pode-se chegar à Grota do Angico, onde morreram Lampião e Maria Bonita, e aos sítios arqueológicos que guardam vestígios da presença do homem no local, que datam de mais de oito mil anos (SILVA, 2010; CARMO; LIRA; CAMAROTTI, 2009).

O Raso da Catarina é uma reserva ecológica que ocupa um total de oito municípios, sendo sete da microrregião do sertão de Paulo Afonso (Jeremoabo, Glória, Macururé, Rodelas, Chorrochó, Santa Brígida e Paulo Afonso) e o município de Canudos, a porta de entrada do sertão, uma das áreas mais secas do semiárido nordestino, permanecendo ainda em estágio primitivo, entre outras razões, por não apresentar cursos d'água. A paisagem da reserva está inserida no bioma caatinga, castigada por dias muito quentes e noites muito frias, onde só os animais silvestres conseguem sobreviver, além das populações indígenas (UNICEF, 2010).

Dos municípios que abrigam esta reserva, Jeremoabo é o que exerce mais domínio sobre sua área. Existe ainda uma curiosidade em relação ao nome dado à reserva. Há duas versões, que fazem parte do folclore regional, para justificar o nome do Raso da Catarina: a primeira se deve a uma índia, chamada Catarina, pertencente a uma tribo indígena que vivia na área do Raso. Conta-se que, certo dia, esta índia saiu para catar lenha e que, muito tempo depois, encontraram apenas seus restos mortais. Em sua homenagem, seu povo passou a chamar a região de Raso da Catarina. A segunda diz que um grande proprietário de terras em Belo Monte de Canudos, Coronel Ângelo Reis, teria denominado essa reserva de Catarina, depois da morte de sua esposa.

A grande superfície aquática formada pela sequência dos lagos das hidrelétricas de Itaparica, Paulo Afonso e Xingó e ainda por trechos do Rio São Francisco, acompanhada de um clima que garante a presença de sol e brisa quase todos os dias do ano, faz da região um local ideal para a prática de quase todos os tipos de esporte aquático e náutico. Os velejadores

que participaram das Copas de Velas realizadas em Paulo Afonso consideraram as águas da Bacia de PA-IV, onde está a Prainha, como as melhores raias do Brasil para essa prática de esporte a vela.

A construção das barragens pela Chesf fez nascer grandes lagos como o de Itaparica, cujas águas alimentam a Usina Luiz Gonzaga e banham, com 11 bilhões de metros cúbicos, as regiões de Petrolândia, Floresta, Itacuruba. A jusante da usina, fica Jatobá, que recebe as águas da Barragem de Moxotó – um bilhão de metros cúbicos – que banham as terras da cidade e os municípios de Glória e de Paulo Afonso. As águas continuam no Lago de Xingó, com 3,2 bilhões de metros cúbicos.

Nenhum dos aventureiros, do passado ou do presente, é tão festejado em Paulo Afonso quanto um cearense de Ipu, considerado o Mauá do Sertão. Delmiro Gouveia chegou à região por volta de 1903 e provocou uma revolução industrial sem precedentes no interior. Dentre suas ações, que mudaram a história da região, construiu a Usina Angiquinho, ao lado da Cachoeira de Paulo Afonso, de onde levava energia elétrica e água encanada para a Vila da Pedra (atual município Delmiro Gouveia, em Alagoas) e para a sua fábrica de linha de coser, Cia. Agro Fabril Mercantil (atual Fábrica da Pedra), a 24 quilômetros da cachoeira. Abriu mais de 500 quilômetros de estradas de rodagem e implantou na região os princípios de preservação da natureza.

Atualmente, em aproximadamente 80 quilômetros de raio, partindo de Paulo Afonso, existem sete grandes usinas hidrelétricas que produzem mais de 8,5 milhões de quilowatts de energia elétrica. Só em Paulo Afonso existem cinco grandes hidrelétricas num raio de quatro quilômetros, as usinas Paulo Afonso I, II, III e IV, no território baiano, e Apolônio Sales, em terras alagoanas. A 35 quilômetros a montante da Cachoeira de Paulo Afonso está outra grande usina hidrelétrica, a Luiz Gonzaga, em Petrolândia, e a 80 quilômetros a jusante de Paulo Afonso está a Hidrelétrica de Xingó, em Canindé do São Francisco, na divisa dos estados de Sergipe e Alagoas. Além destas grandes usinas hidrelétricas, Paulo Afonso tem ainda a pioneira Usina Piloto, de apenas 2HP.

A Usina Angiquinho, construída por Delmiro Gouveia em 1913, no lado da Cachoeira de Paulo Afonso, está inoperante desde 1961 e pode ser visitada pelo lado alagoano; e os que estão no Mirante da Cachoeira, na Ilha do Urubu-Chesf, em Paulo Afonso têm uma visão privilegiada da construção.

Outra personalidade conhecida na região pela grande coragem e valentia foi o Capitão Virgulino Ferreira, o temível Lampião, que marcou presença nas terras nordestinas, em Paulo Afonso, pelo Raso da Catarina, e em muitos povoados hoje pauloafonsinos, tais como Malhada da Caiçara, onde nasceu e morava Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria de Déa ou Maria Bonita.

Ainda no bioma da caatinga encontra-se a Serra do Umbuzeiro, situada a 18 quilômetros de Paulo Afonso, com uma vegetação típica e 507 metros de altitude. Há uma trilha que leva o visitante ao pé da serra, assim como a locais propícios para a prática de rapel. No meio da

trilha encontra-se o Buraco da Espingarda, local onde Lampião escondeu uma espingarda que teria desaparecido quando ele voltou para buscá-la.

O Museu do Sertão de Paulo Afonso traz essas memórias de um passado histórico. Há muitos relatos da natureza e do homem da região, especialmente da Estrada de Ferro Paulo Afonso – de Piranhas (em Alagoas) a Jatobá, hoje Petrolândia (em Pernambuco) – que fora construída por ordem do imperador D. Pedro II, com o objetivo de ligar o baixo ao alto São Francisco, já que o trecho a partir de Piranhas não era navegável em razão da cachoeira.

A cidade de Juazeiro também chama a atenção pelas suas belezas naturais. Apesar de estar no interior do continente, a região apresenta algumas ilhas formadas pela ação geológica do Rio São Francisco. Entre elas estão a do Rodeadouro, do Fogo, Culpe o Vento, da Amélia, do Massangano, de Nossa Senhora das Grotas e do Maroto. A travessia pode ser feita através de barcos localizados às margens do Rio São Francisco.

Há também grutas, como a do Convento, que está situada a 100 quilômetros de Juazeiro, uma excelente opção para quem gosta de passeios ecológicos, em que é possível apreciar as cortinas e torres que são formadas pelas estalactites e estalagmites que dão forma à gruta de 40 m de largura e 30 m de altura. Em seu interior existem dois lagos que tornam o cenário ainda mais belo.

As grutas de Juazeiro estão presentes no imaginário popular e fazem parte do mito de origem da região, pois, segundo as lendas locais, após a chegada de uma missão sãofranciscana para catequizar os índios, ergueu-se um convento e uma capela com uma imagem da virgem que fora encontrada, justamente, nas grutas por um indígena. Deu-se ao local o nome de Nossa Senhora das Grutas do Juazeiro, onde se desenvolveu a atual sede do município.

Se não com a mesma importância econômica de Paulo Afonso, Juazeiro também possui as suas cachoeiras. A do Salitre está localizada no Vale do Salitre, na Fazenda Félix, a 39 quilômetros do município. Com salto de pouco mais de dois metros de altura, é excelente para banho e muito apreciada pelos moradores da região, que se divertem nas águas do Rio Salitre. Também formada pelo mesmo rio, a Cachoeira da Gameleira fica escondida entre a vegetação fechada da caatinga. Num cenário paradisíaco, a queda d'água escorre entre um cânion, onde predomina uma enorme gameleira, cujas raízes se espalham formando sombra em parte da cachoeira. A profundidade do lago permite saltos do alto da queda d'água de aproximadamente cinco metros.

Mas é, indubitavelmente, a relação com as águas do Rio São Francisco o grande elemento identitário do povo juazeirense. O acesso à região por via fluvial se dá pela hidrovia do São Francisco, seguindo o curso do rio, partindo de Pirapora, em Minas Gerais. Penetrando pela orla fluvial pode-se enxergar o navio Vaporzinho, o Museu do São Francisco, a Ponte Presidente Dutra, o Parque da Lagoa do Calu e a estátua Nego d'Água. O Vaporzinho, que navegava no Rio Mississipi, nos Estados Unidos, foi o primeiro navio a vapor que navegou no Velho Chico.

O Museu do São Francisco apresenta um acervo rico da história do Rio São Francisco; a Ponte Presidente Dutra foi inaugurada no ano de 1950 para ligar Juazeiro-BA a Petrolina-PE, sendo hoje o maior eixo rodoviário do interior de todo o Nordeste; a estátua Nego d'Água está localizada dentro do Rio São Francisco, na margem juazeirense. É uma homenagem a lendas e folclores do rio e dos ribeirinhos.

Mas, em relação à orla fluvial de Juazeiro, a imagem que predomina é a das únicas embarcações populares de povos ocidentais que apresentam, de forma generalizada, figuras de proa: as barcas do São Francisco com as suas carrancas. As carrancas são esculturas de proa absolutamente inéditas no mundo com suas peças de olhos esbugalhados, misto de homem, com sobranceiras arqueadas, e animal, com expressão feroz e cabeleira tipo juba leonina (PARDAL, 1974).

No pequeno dicionário da língua portuguesa, carranca significa rosto sombrio ou carragado; cara feia; aspecto indicativo de mau humor; maus modos; cara disforme de pedra, madeira ou metal, com que se adornam algumas construções; peça de ferro, que fixa o caixilho ou veneziana pelo lado externo da parede, para que não bata, quando aberto pela ação do vento; máscara. Em Juazeiro as carrancas eram também denominadas leão de barca ou cara de pau. Esses monstros são propositadamente compostos para afugentar o diabo e para assustar o Nego d'Água – um virador de canoas e barcos –, permitindo viagens seguras.

IRECÊ – PRODUÇÃO E PRESERVAÇÃO

A microrregião de Irecê destaca-se pela força da sua policultura de alimentos e criação de animais. Além de apresentar produção de hortaliças, a região que já foi conhecida como Capital do Feijão e Capital Mundial da Mamona, hoje é notabilizada pela irrigação de cenoura e cebola e pelas plantações de beterraba. A criação de avestruzes vem expandindo-se de forma considerável nos últimos anos, bem como as atividades comerciais, sobretudo aquelas ligadas à produção de vestuário. Alguns dos municípios da microrregião têm-se valorizado devido à criação dos mais variados rebanhos. A pecuária é uma das principais atividades econômicas da região, tendência que continua expandindo-se nos últimos anos.

Nos anos 80 e 90 do século passado, a cidade de Irecê era a maior produtora nordestina de feijão e a segunda maior do Brasil. A intensidade da atividade agrícola ao longo dos tempos fez alterar as características geográficas e naturais de Irecê, a Área de Proteção Ambiental da Escola de Agricultura de Irecê (Esagri) traz uma pequena área destinada à preservação de espécie de árvores que tendem a desaparecer em decorrência do desmatamento causado pelo desenvolvimento da agricultura. Há também o Parque de Itapicuru. Localizado no povoado de mesmo nome, uma área verde com plantas naturais que atrai um número considerável de turistas todos os anos, configurando-se como lugar de preservação ambiental e fonte de divisas para o município. As demais cidades da região revelam a grande diversidade da paisagem natural.

A microrregião dispõe de várias áreas naturais que trazem benefícios diversos para seus municípios. A cidade de João Dourado apresenta a Barragem de Mata do Milho, uma área utilizada para abastecer o povoado de Mata do Milho, que dispõe, aproximadamente, de um quilômetro de comprimento, 200 m de largura e 10 m de profundidade, com um volume de água de 2 milhões de m³. Há também a Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, localizada na zona rural dos municípios de Morro do Chapéu, São Gabriel e João Dourado. A gruta possui duas claraboias e vários salões com estalactites, estalagmites e traventinos. O Rio Vereda Romão Gramacho passa dentro da caverna, que apresenta uma flora do tipo cerrado e mata de galeria. A fauna que habita nos arredores da gruta é formada por um número considerável de animais silvestres. Há ainda o Morro do Prego, considerado um dos lugares mais pitorescos da cidade e de onde esta pode ser contemplada em sua inteireza.

O município de São Gabriel, cortado pela Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, também se notabiliza por sua fauna típica e bastante diversificada. Além disso, há o Morro do Alto do Bode, situado na Fazenda do Senhor José Batista de Oliveira. Local bastante visitado, o morro abriga uma capela onde os religiosos fazem peregrinações. Na Sexta-feira Santa, o número de peregrinos aumenta consideravelmente, pois se formam grupos para fazer preces e apreciar a paisagem natural. A cidade é cortada pelo Rio Paixão de São Gabriel que passa entre o bairro de Quixabeira e a Rua Getúlio Vargas. O curso, que nasce nas proximidades da Fazenda Corta Asa e despeja suas águas no Rio Verde, fornece o barro utilizado pelas olarias locais. Já o Rio Vereda do Jacaré, associado ao Povoado de Manga, serve como fonte fornecedora de alimentação e abastecimento de água para a população local.

Itaguaçu da Bahia também apresenta áreas naturais importantes, como Água Quente, localizada no Povoado de Alegre. Trata-se de uma fonte hidromineral térmica utilizada para banhos, passeios e campeonatos. A fonte é um minadouro de águas rasas, com areia no fundo, rodeado por árvores grandes e atrai turistas de todas as regiões do estado, além de servir como zona de lazer à população local. O Povoado de Alegre conta ainda com o Rio Alegre, de extrema importância para a região. Rio de águas correntes, bastante extenso, com pedras no seu percurso, grutas, tocas, além do potencial turístico, abastece as populações locais de água. Além do Rio Alegre, o Rio Verde apresenta-se como uma riqueza natural da região que atrai muitos banhistas, sobretudo nos finais de semana. Nos arredores da cidade é possível encontrar uma área denominada Tocás, que possui muitos rochedos e cavernas, dotada de vegetação característica da região como cactos e Xique-Xiques. O local é ideal para ser visitado na época das chuvas, quando os reservatórios de água proporcionam um belo espetáculo.

Uibaí é outra localidade que apresenta várias áreas naturais de suma importância: a Cachoeira do Olho D'água, situada no povoado de mesmo nome, é uma queda d'água com vegetação e riacho que atrai visitantes locais e turistas; Cachoeira do Coração, em Serra Azul; Fonte-Riacho Peixe, no povoado de Sobreira, além da fonte e do riacho, a localidade apresenta vegetação rica, pedreiras, animais silvestres; a Fonte do Morro da Serra Azul apresenta muita vegetação,

escorregadores, pedras, inclusive com pinturas rupestres nas pedreiras; Fonte do Gasta Sabão, no povoado do Poço, com muita vegetação e pedreiras, escorregador de água cristalina; Fonte Grande Hidrolândia, com muita vegetação, escorregadores, pedreiras; Morro Branco, morro de pedras brancas localizado na Serra Azul, destacando-se em meio à vegetação de onde se pode observar paisagem muito bela; Morro do Carranca, na divisa de Uibaí e Ibititá, grande monte de pedras de arrecife que brota do solo vermelho e seco; Pilãozinho, área aprazível com muita vegetação, riacho, grama, local ideal para piqueniques e passeios, localizado num boqueirão na Serra Azul; Riacho da Canabrava, em Capanga, Serra Azul, é um filete de água doce, de grande beleza natural, responsável pelo abastecimento de água na sede do município; Riacho do Meio, córrego d'água com vegetação verde; Salinas, no povoado do Poço, lagoa de água salgada, muito funda, polo de irrigação no povoado e cartão postal da região, onde habitam peixes e jacarés; Toca d'Água, também em Serra Azul, é uma gruta inexplorada de beleza exuberante; Veredinha, em Salinas, é uma pequena vereda que corre das salinas, corta o município e desemboca no Rio Verde.

Iraquara é mais um município que se destaca pela atração que exerce em decorrência de suas grutas e riquezas naturais. Pratinha, Gruta Azul e Gruta da Fumaça são algumas das mais famosas que atraem turistas todos os anos para a região. Existem ainda construções coloniais dos tempos da explosão do garimpo, vilarejos rústicos como os de Água de Rega e Riacho do Mel e os alambiques de Iraporanga que ajudam a alavancar o turismo na região.

Ibipepa também conta com atrativos naturais, como a Gruta da Lapinha, localizada na Fazenda Tocas. Dentro dessa área existe um salão com mais ou menos 20 m², um altar e um sino feito de pedra natural, com flora nativa. Há também Tapuios, no Povoado de Aleixo, formado por um conjunto de grutas, em lajedo, de dois a três quilômetros, que apresentam vários salões interligados com caracteres rupestres e pinturas indígenas. Além disso, apresenta uma piscina natural muito requisitada por turistas e pelos habitantes da região. Há ainda, a reserva ecológica de Mirorós, situada no povoado de mesmo nome. É uma reserva fechada, com grande área verde composta de fauna e flora características da região: tatu, capivara, pardal, cabeça de frade, mandacaru etc. O Rio Verde, importantíssimo para o município e a região, é peça fundamental para o entendimento da diversidade ecológica e natural dessa região e apresenta, ao longo de seu curso, uma fauna diversificada composta por tatus, veados e répteis em geral. O rio serve também para que a comunidade retire parte de sua subsistência da pesca.

A Cachoeira do Encantado, na Rodovia Xique-Xique, está situada na região serrana daquele município, incrementada pelos inúmeros caldeirões d'água que se transformam em grandes piscinas naturais. O Encantado é uma queda d'água muito frequentada por banhistas devido a suas águas cristalinas e às serras, montanhas, piscinas naturais, cachoeiras, grutas com aquário visível, lagoas e rios; as Dunas da Ilha do Mucambo são elevações arenosas às margens do Rio São Francisco que servem de ponto turístico e cartão postal da cidade; a Ilha do Miradouro tem como atração uma igreja construída no século XVII. Situado às margens do Rio São Francisco, o local é propício para pescaria, passeio de barcos e banhos; a Ilha das

Gaivotas é também um dos mais conhecidos atrativos turísticos da região, com águas claras e areia branca que encantam aos que passam por ali e almejam chegar até as gaivotas. Os visitantes podem, ainda, se distrair em passeios de barcas; a Lagoa de Itaparica é a maior da região com seis quilômetros de extensão.

Quando as águas do Rio São Francisco baixam, o leito torna-se um local onde a comunidade pesca para a subsistência. Turistas de toda a microrregião a frequentam, atraídos pela sua beleza e também por ser um ótimo local para pescaria; a Praia dos Prazeres, nas margens do Rio São Francisco, é uma extensão de areias brancas e águas límpidas rodeada de piscinas naturais, bastante apreciadas por turistas e moradores; a Praia Ponta da Ilha, também nas margens do Rio São Francisco, é uma área extensa, bastante frequentada por banhistas, marcante pelas águas claras; a Serra do Rumo, situada na zona rural povoado do Rumo, desfruta de uma formação rochosa, está a uma altitude de 500 metros acima do nível do mar e desperta fascínio nos visitantes.

O diálogo entre os homens do passado e do presente se manifesta nesta natureza, a exemplo de Cafarnaum, primeiro produtor de mamona do estado da Bahia. Nessa localidade, a Lapa do Gentio, na margem do Rio Vereda, é considerada não apenas como uma das principais atrações naturais da cidade, bem como parte de seu acervo geo-histórico. A gruta é bastante visitada não apenas por turistas, como também pela população local, configurando-se como um elemento de identidade entre os moradores da região. Esse ponto turístico de Cafarnaum encanta a todos pela originalidade e conservação. No interior da gruta é possível encontrar pinturas deixadas por povo indígena que habitavam a região no passado. Uma marca dessa caverna é que ela se torna navegável por ocasião das enchentes do Rio Vereda Romão Gramacho.

Além da Lapa do Gentio, a região ainda desfruta do Poço do Capim, localizado no povoado das pedras, estrada para a cidade de Bonito, distante 15 quilômetros. O Poço do Capim é fonte originária principal do Vereda Romão Gramacho, que decorre da forte mineração existente na nascente desse rio. Sua água cristalina e potável é utilizada para atender às necessidades básicas de muitos moradores daquela região. O Rio Vereda Romão Gramacho, localizado na parte leste da cidade é o grande responsável pela origem de Cafarnaum. De uso comunitário, é responsável não apenas pelo fornecimento de água de boa qualidade para os habitantes da região, como também é fonte de divisas geradas pela pesca e pela irrigação que proporciona.

A cidade de Barro Alto também apresenta algumas áreas naturais que figuram como atrativos turísticos do município, a exemplo do Paredão dos Tapuias. No paredão encontra-se uma típica paisagem rupestre que é composta por pedras pintadas com figuras de animais, aves e outros símbolos, feitas pelos índios primitivos que habitavam a região em tempos pregressos. Como característica regional existe, aqui também, como em Cafarnaum, o Rio Vereda Romão Gramacho, localizado na divisa com Ibipeba e Ibititá. Esse rio de águas paradas que se origina do rio Jacaré, é utilizado para pescas em época de “cheias” e serve como fornecedor de água para processos de irrigação de pequeno porte.

O município de Barra do Mendes possui um cenário exuberante e conta com grande número de áreas naturais, tais como Açudinho (com uma pequena queda d'água e várias grutas), Areia de Queimada do Lourenço (grande extensão de areia branca, visitada por pessoas da região para passeios), Areia Encantada (local circundado de serras e grutas com escritas rupestres feitas por índios e areia gelada e branca), Areião Gelado (local de fácil acesso com areia gelada), Barragem do Milagres, Barragem Landulfo Alves, Cabo do Morrão (local com serras, água corrente, paredões e pedras), Cachoeira Bom Desejo, Cachoeira Catuaba, Cachoeira da Barragem, Cachoeira da Barrinha, Cachoeira da Borboleta, Cachoeira da Canabrava, Cachoeira da Vereda, Cachoeira da Malhada, Cachoeira de Santa Maria, Cachoeira de São Pedro, Cachoeira de Taenerino, Cachoeira do Baxio, Cachoeira do Benedito, Cachoeira do Landí, Cachoeira do Poço Grande, Cachoeira do Somegato (tem queda d'água com mais de 30 metros de altura, uma gruta com escritos de índios, de fácil acesso), Cachoeira dos Herdeiros, Cachoeira Grande, Cachoeira Juracy, Cachoeira Perau de Bazilio, Cachoeirinha. Há também o Curral dos Tapuias, cercado de pedras, feito pelos índios, o Garimpo Água da Pedra e o Quebra-Queixo, com diamantes e ouro. Sem contar as inúmeras grutas: Gruta Água da Pedra, Gruta da Baliza, Gruta da Catuaba, Gruta da Estiva, Gruta da Pedra Furada, da Veredinha, de Antônio Gambá, de Raul Querino, do Alagadiço, do Antará e outras tantas.

A riqueza e a exuberância desse meio ambiente geram diversos elementos do folclore regional e alguns traços marcantes da cultura popular, que abrem inúmeras perspectivas de potencializar o turismo na região, ainda muito aquém da sua real capacidade de atração. As inúmeras grutas e cavernas fascinam os visitantes, assim como os mitos e lendas que povoam as tradições culturais da região. Além disso, existem inúmeras quedas d'água, rios, cachoeiras, lagoas, riachos, serras, morros, paredões rochosos e descampados, atrativos que podem trazer divisas para o desenvolvimento da região, gerando recursos em prol da necessária manutenção desses santuários.

A cidade conta ainda com uma barragem, a Eujácio Simões, que faz as vezes de ponto turístico pela sua grandeza. Barra do Mendes é um local que atrai tanto pela riqueza da sua história quanto pela exuberância que marca sua paisagem natural. A localidade é um santuário ecológico dos mais ricos e valiosos de toda a Bahia. Por se situar em uma zona fronteira entre o cerrado e a caatinga, a região oferece várias qualidades frutas e flores, com destaque para a produção de umbu, cajuí, murici, mangaba, puçá, quipá e jatobá.

FESTEJAR E REZAR

As atividades festivas e culturais costumam atrair muitos visitantes à cidade de Irecê nas mais diversas épocas do ano. O Explojão é uma festa junina em que tem lugar a puxada do trator elétrico. O São João, que também é uma festa associada à colheita, é bastante tradicional e considerado um dos melhores do interior do estado. Conhecido como Arraiá das Caraíbas, o São João de Irecê passou por transformações nos últimos anos, apresentando um novo

formato em que são valorizadas características tradicionais dos festejos juninos do Nordeste. Os artistas locais contam com um galpão especial para mostrar seu trabalho e dividem a cena com cantores e bandas renomadas. A festa atrai, em média, 40 mil pessoas por noite.

Entre os eventos religiosos, a cidade organiza, todo dia 4 de agosto, a Festa de São Domingos, para celebrar e homenagear o santo padroeiro da cidade, e a Marcha Pela Paz, uma passeata que congrega todos os segmentos religiosos do município, reunindo milhares de pessoas imbuídas do mesmo objetivo: pregar a tolerância e a harmonia entre os cidadãos, independentemente de orientações religiosas.

A região de Irecê notabiliza-se por diversas manifestações do catolicismo popular que deram origem a festas com diferentes padroeiros. Essas celebrações acontecem em quase todos os municípios da região. Em alguns casos, as festas atingem um raio considerável, atraindo pessoas de vários municípios da microrregião e além desta. Em outras ocasiões, as celebrações são mais localizadas, mas nem por isso menos representativas da cultura e das tradições regionais.

Destaca-se, desse modo, uma tradição muito forte na região: as festas religiosas dedicadas aos muitos santos do calendário cristão. Essas manifestações incluem reisados – as cidades possuem grupos folclóricos de reisados –, novenas, alvoradas, missas, procissões, festas dançantes e queima de fogos. Alguns eventos como a Lamentação das Almas, em Itaguaçu da Bahia, e a Paixão de Cristo, em Xique-Xique, são tradições em que os cristãos autoflagelam-se, retratando o sofrimento de Jesus Cristo no calvário. São realizados concursos de beleza – como a eleição da Rainha do Milho e da Miss Barra do Mendes – que acontecem em Barra do Mendes, e Miss Clube Canabrava, em Uibaí. Algumas cidades têm a tradição de fazer carnaval, mas o mais comum são as micaretas, carnavais fora de época que movimentam as cidades do interior baiano.

Estas festas de cunho religioso que acontecem na microrregião de Irecê apresentam aspectos identitários comuns, a despeito de suas idiossincrasias e especificidades. Em América Dourada, a festa do padroeiro da cidade, São Sebastião, promove um dos espetáculos mais bonitos da Bahia no que diz respeito às manifestações da cultura popular. Todos os anos, no dia 20 de janeiro, as pessoas saem às ruas para render homenagem ao santo. Fazem parte das tradições sebastianas do município um novenário para preparação da festa, missas, procissões e festa dançante. Em América Dourada, a celebração em homenagem a Nossa Senhora Auxiliadora, que ocorre em maio (alvorada, banda, missas e procissão pelas ruas da cidade) e a festa de São Cristóvão, em julho (procissão, missa, sorteio de prêmios e festa dançante), somam-se à de São Pedro, uma festa importante e bastante tradicional que atrai pessoas de diferentes regiões do interior da Bahia.

O religioso e o profano misturam-se nas tradições culturais do município, uma vez que, no dia 18 de janeiro, dois dias antes da tradicional Festa de São Sebastião, a população leva às ruas uma tradição secular: o Bumba de Candido Borges. Esse evento leva uma multidão às ruas da cidade e, durante o dia, diversas músicas típicas ligadas ao bumba são tocadas e cantadas pelo povo. É grande também o número de manifestações religiosas associadas aos orixás

do Candomblé. No município de Jussara, região de Irecê, por exemplo, há uma celebração que congrega os adeptos do Candomblé, o Caruru do Didi, uma manifestação não apenas religiosa, mas também cultural, que reúne os filhos de santo uma vez por ano.

Uma das manifestações populares mais importantes acontece em Itaguaçu: a da Lamentação das Almas. Na ocasião, os lamentadores de almas, formados por cordões de homens que se vestem de branco com rostos cobertos, usam lâminas para autoflagelação e vão ao cemitério para rezar pelas almas.

Em Xique-Xique diversos eventos enriquecem a agenda cultural e religiosa do município. No dia 1º de janeiro acontece a Missa do Galo, que encerra as novenas em homenagem ao Senhor do Bonfim, padroeiro da cidade. A festa começa a ser celebrada no dia 23 de dezembro. Outra tradição religiosa é a da Paixão de Cristo, que acontece na Semana Santa, mais especificamente na Sexta-feira da Paixão. Centenas de penitentes acompanham a procissão noturna, reproduzindo o calvário de Cristo. São fiéis trajados de anágua e capuz branco, usando navalhas afiadíssimas, em marcha e movimentos ritmados, que se autoflagelam sem demonstrar a mínima expressão de dor. Este sacrifício dura sete dias.

Ainda em Xique-Xique, comemora-se a Festa do Divino, durante todo o mês de maio, quando o “imperador da festa”, juntamente com seus auxiliares, saem às ruas pedindo ajuda para a celebração, em uma tradição muito antiga. No ápice do festejo, saem em cortejo pela avenida o imperador, vestido a rigor, e toda sua corte em carros alegóricos. Quando chegam à Igreja, toda a comunidade já os espera vestida de vermelho e branco. Há queima de fogos de artifício, churrascos e escolha de um novo imperador. Maio é, ainda, o mês de Maria na cidade que celebra a santa com missas todos os dias. As festas de São João e São Pedro são também bastante tradicionais em Xique-Xique. Em agosto acontece a Festa do Senhor Bom Jesus, com missas, casamentos, batizados, campeonatos de futebol, vaquejada e forró.

A forte presença da religiosidade popular na cultura do interior sãofranciscano existe desde os primeiros estabelecimentos de freguesias e das missões religiosas fundadas no início do século XVIII. Em Paulo Afonso, os padres católicos iniciaram a catequese dos silvículas em 1705 com intuito de evitar e exploração do trabalho destes pelos bandeirantes. Um ano depois, os sãofranciscanos estabeleceram convento e capela em Juazeiro. Assim, com o passar dos anos, as manifestações de caráter religioso destacavam-se entre as tradições sustentadas nas microrregiões. Com relação às festas populares, destacam-se o Riacho Folia; o Carnaval; a Copa Vela; a Moto Energia e a Moto Cachoeira; a Festa de São Francisco, padroeiro da cidade; e o aniversário da Chesf.

Em Paulo Afonso existem muitos terreiros, entre eles, o Terreiro de Mãe Lurdinha, que, apesar de ter nascido em Laranjeiras/SE, mora na localidade desde 1992. Em sua casa um número indefinido de pessoas se reúne para dançar ao som dos atabaques, agogôs, ganzás e chocalhos. Mãe Lurdinha promove outras festas, como a de Cosme e Damião, voltada especialmente para as crianças que, na ocasião, comem caruru e doces e participam de muitas brincadeiras. Esta

comemoração, celebrada todos os anos em setembro, é também aberta à comunidade em geral. A mãe de santo Severina Martilho de Souza, que reside em Paulo Afonso desde 1989, afirma ter recebido a feitoria de ter que vivenciar a prática do Candomblé dedicando-se a afastar das pessoas as correntes negativas através de rezas e rituais que a prática religiosa exige (UNICEF, 2010).

Percebe-se, no município de Paulo Afonso, a existência de muitas manifestações relacionadas à tradição do São João e à preservação dos costumes ligados à cultura sertaneja. Tais manifestações abrangem a dança, a música, a culinária, os jogos, as encenações teatrais e outras. Muitas vêm sofrendo alterações significativas ao longo do tempo, a exemplo da quadrilha junina, que atingiu certo grau de profissionalização, através da consolidação dos concursos de quadrilha e de modernização, com a introdução de elementos do balé, da dança afro e da dança contemporânea nas coreografias realizadas. A cultura sertaneja, por sua vez, encontra-se presente nas manifestações que valorizam os costumes relacionados à antiga vocação pecuária.

Em Juazeiro, o calendário de festas inicia-se com a Via Sacra, em março; em abril tem lugar a Maratona Tiradentes; o Carnaval acontece em maio, período alternativo para fugir à concorrência da grande festa que ocorre na capital baiana, estratégia que se mostra acertada há vários anos. Há ainda, a Festa da Padroeira de Carnaíba, o Festival Programa Arte Educação e o Pentecostes; em junho comemoram-se a Padroeira da Abóbora, o São João, o Padroeiro de Juremal e o São Pedro; julho é o mês da Feira Internacional da Agricultura Irrigada (Fenagri) – grande empreendimento da economia local; em agosto acontece a Semana do Folclore; em setembro, além do desfile cívico-militar da Independência do Brasil, tem-se a Festa de Nossa Senhora das Grotas. E, por fim, em dezembro, o Festival Integrado de Artesanato, o Projeto Cantos Natalinos, o Auto de Natal e o Réveillon.

A cidade de Juazeiro, em parceria com a vizinha Petrolina, organiza ainda o Festival Internacional da Sanfona, entre os dias 9 e 14 de novembro. O evento, que tem como curador o sanfoneiro pernambucano Targino Gondim, é considerado o principal acontecimento gratuito de todo o país relacionado ao universo da sanfona. O festival, que teve sua segunda edição em 2010, conta com atrações nacionais e internacionais, além das atividades ligadas à música, como oficinas, palestras e exposições. Os concertos e shows são realizados na Orla Aberta de Juazeiro e na Concha Acústica de Petrolina. O evento atrai uma média de 50 mil pessoas de diversas cidades da região.

A relação entre Juazeiro e Petrolina não se resume às atividades culturais. As cidades são irmãs, “duas faces de uma mesma moeda”. Ao tempo em que estão próximas e se parecem, se distinguem e se afastam, sem perder a interação que perpassa os âmbitos cultural e econômico. Esses intercâmbios são muito importantes e a integração das cidades só traz benefícios para suas populações. Petrolina e Juazeiro, juntas, formam o maior aglomerado urbano do Semiárido. As cidades podem e devem se valer da proximidade geográfica para potencializar o desenvolvimento e as trocas de todas as naturezas, incrementando a integração

intermunicipal e interestadual. Petrolina é o maior polo agroindustrial de Pernambuco. Esse desenvolvimento veio através da agricultura irrigada que proporcionou a plantação de frutas tropicais. Além disso, a cidade explora as águas do São Francisco para promover o turismo e projetos de piscicultura, importantes fontes de divisa para a região.

As possibilidades de integração social, econômica e cultural não são ainda plenamente exploradas. Sendo esta uma região de fronteira, o dueto unidade/diversidade apresenta muitas perspectivas para que as duas cidades se desenvolvam através de projetos de integração polivalentes. Juazeiro e Petrolina têm juntas o polo de irrigação mais desenvolvido de todo o Vale do São Francisco. Esse é apenas um exemplo de interação passível de potencializar o desenvolvimento através de trocas recíprocas que ajudem a trazer toda a sorte de divisas para a região. Os intercâmbios culturais são, igualmente, de suma importância para a valorização e vitalidade das tradições locais. O Festival Internacional da Sanfona é um bom exemplo de iniciativa que promove a integração entre Juazeiro, Petrolina e outros municípios da região. Pautado em tradições culturais nordestinas, como já dito, o evento traz divisas para as duas cidades e ajuda a promover a integração entre ambas.

Conhecida por revelar grandes nomes da música popular brasileira, a exemplo de João Gilberto e vários artistas da axé music, Juazeiro abriga uma grande diversidade de estilos musicais, desde as manifestações tidas como mais tradicionais, a exemplo das bandas de pífano, aboia-dores, toadas e violeiros, gaiteiros e repentistas, até gêneros mais contemporâneos, como o axé, o pagode, o *rock* e a música sertaneja.

Essa mesma diversidade existe em Paulo Afonso, onde se pode encontrar manifestações como a Banda Tribo Tuba que tem em seu repertório músicas indígenas; a Banda de Pífano Sagrada Família, formada com pífano, bumbo, caixa, tambor e prato; e o *rock* da Sacrifício, que se exhibe no Circuito Cultural e no Atitude Coletiva durante o projeto Rock na Praça, promovido pelas bandas de *rock* da cidade e que consiste em apresentações de *rock* e música alternativa no anfiteatro do Espaço Cultural Raso da Catarina ou na Praça da Tribuna Livre. Irecê também possui o seu festival de *rock*, o Irecê Metal Night, um dos principais encontros de bandas de *rock* de todo o estado e também organiza uma micareta tradicional, regionalmente conhecida como Show do Jotinha, além de realizar a Exposição Agropecuária da Região de Irecê (Expoagri), a Exposhow, a Feira Baiana de Negócios (Feban) e a Feira Ireceense de Negócios (FIN).

As atividades artísticas e culturais têm sido muito importantes para fortalecer os laços e para aumentar a integração das cidades que compõem a microrregião de Irecê. Como exemplo, cita-se o Festival das Primeiras Águas que acontece de maneira itinerante, entre os meses de novembro e janeiro, pelos municípios do território e reúne em torno de 100 grupos de ternos de reis e de rodas de São Gonçalo dos mais variados locais. Considerada a grande festa da cultura popular de toda a microrregião de Irecê, o evento é realizado pela Rede de Cultura Popular há mais de dez anos. Essa rede tem como atores e articuladores certas entidades como a Fundação Culturarte de São Gabriel, o Garra, o Ipeterras, o STTR de Barro Alto, entre outras. Essas entidades se conjugam para promover atividades

de cunho artístico e cultural pelos municípios da região, fortalecendo os elos entre as cidades membro, ao tempo em que enaltecem, preservam e difundem as manifestações culturais locais. A Semana de Arte de Uibaí é uma das articulações do movimento cultural surgido nesse rastro e hoje tem o apoio do município, da Secretaria de Cultura (Secult) e da Petrobras. A semana de Arte de Mulungu do Morro é também realizada pelo movimento cultural com apoio da prefeitura e da Secult.

A Cantoria de São Gabriel, é um evento que ocorre, geralmente, entre o final do mês de maio e o início do mês de junho e atrai mais de cinco mil pessoas por noite. Mescla a apresentação de cantores consagrados, das mais diversas tendências da música brasileira, com performances de artistas e cantadores locais e regionais que, através dessa iniciativa, podem divulgar seus trabalhos. A cultura popular também se manifesta nos dias da Cantoria de São Gabriel com apresentações de ternos de reis e grupos de roda. Durante os três dias de evento, a economia local se movimenta através da venda de artesanato, comidas e bebidas típicas da região, o que termina por atrair pessoas de toda a região.

DO CHÃO E DAS ÁGUAS: O QUE OS HOMENS PRODUZEM, TRANSFORMAM E VENDEM

Apesar de ser considerado um celeiro musical, Juazeiro é reconhecida mesmo por ser a cidade mais industrializada do Vale do São Francisco, possuindo, inclusive, um distrito industrial que abrange diversas indústrias. A região compreendida pelas cidades de Juazeiro e Petrolina, apesar de se encontrar no Polígono das Secas, tornou-se o maior centro produtor de frutas tropicais do país, com destaque para os cultivos de manga, uva, melancia, melão, coco, banana, entre outros (RAMOS, 2006). A grande produção é pouco aproveitada pela população local e se destina mesmo à exportação, e se deve ao aproveitamento das águas do Velho Chico por meio do sistema de agricultura irrigada. Além da crescente exportação de frutas e de vegetais, a região é conhecida, nacional e internacionalmente, pela produção e qualidade dos vinhos, sendo a única região do país a colher duas safras de uva por ano (BRUM, 2009).

As transformações histórico-geográficas da área conurbada de Petrolina / Juazeiro e as respectivas mutações dos usos agrícolas espelham a passagem de um meio natural, que dominou a região por um grande período, para a recente instalação de um meio técnico científico informacional, ainda que coexistindo com antigos modos de produzir.

Até o século XIX, a natureza fixava os limites à produção, ainda mais no Semiárido nordestino de clima quente e seco e com baixos índices pluviométricos anuais. O rio, enquanto importante via natural de deslocamento, contribuiu decisivamente para o intercâmbio comercial da região com outros pontos do país. As terras situadas às margens do Rio São Francisco, correspondentes aos atuais municípios de Juazeiro e Petrolina, floresceram desde o período

colonial, dada a posição estratégica da área, com o encontro dos caminhos terrestres, abertos pelos criadores de gado e bandeirantes, com a importante via fluvial (RAMOS, 2002).

No início do século XX, a produção de cebola na beira-rio foi uma das precursoras entre as lavouras irrigadas, praticadas em escala comercial visando ao abastecimento de mercados distantes. A expansão da área plantada com cebola foi estimulada após a pavimentação das rodovias, nos anos de 1940 e 1950, permitindo ampliar os centros consumidores. Alteraram-se o sistema e o uso agrícola; introduziram-se novas técnicas de irrigação, mecanizadas; difundiu-se o uso de adubos, inseticidas e fungicidas; houve a ampliação da escala comercial de produção, além da necessária oferta de crédito. A inauguração da Ponte Presidente Dutra, em 1954, uniu as cidades de Petrolina e Juazeiro, e contribuiu para organizar ainda mais o uso do território na região.

Entre as décadas de 1940 e 1960, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), trouxe novo impulso ao trabalho de obras de engenharia e à construção de açudes, barragens e estradas na Região Nordeste. A criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) desenvolveu o aproveitamento das águas do São Francisco para a geração de energia elétrica e impulsionou a industrialização na região, além de oferecer suporte à instalação dos projetos de irrigação.

A construção de infraestruturas de rodovias, linhas de transmissão de energia, dutos e canais para irrigação, ajudou a viabilizar a implantação dos perímetros públicos irrigados. Assim, houve condições para a constituição de um sistema técnico agrícola na região envolvendo um novo sistema de objetos e de ações, centrado no binômio técnicas de irrigação-políticas públicas. A irrigação artificial se difundiu a partir de diversos incentivos públicos como o Programa Plurianual de Irrigação (PPI) de 1971 e, finalmente, da criação de perímetros irrigados na Região Nordeste.

Em 1977, foi inaugurada a Barragem de Sobradinho, um dos mais importantes objetos técnicos instalados na região. A represa, um lago artificial com 34 bilhões m³ de água em área de 4.214 km², nasceu com o propósito de nivelar o Rio São Francisco para navegação, alimentar a Usina de Paulo Afonso – visando gerar energia – e possibilitar a prática de irrigação em grande escala.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) apontou à produção de 29 tipos de frutas em Petrolina e Juazeiro. Deste total destacam-se, em relação à área plantada, 11 tipos de frutas: acerola, banana, coco, goiaba, graviola, limão, mamão, manga, maracujá, pinha e uva. A participação dessas 11 frutas no total das cultivadas nos perímetros varia entre 98% e 100%. Ou seja, apesar da grande potencialidade para produzir uma enorme variedade de frutas, inclusive aquelas da própria região mais adaptadas às carências hídricas, o que se nota é uma especialização na área de cultivo da região. Contudo, a atual produção de frutas em Petrolina/Juazeiro tem-se pautado, sobretudo, em cinco culturas: uva, manga, coco, goiaba e banana. A uva e a manga são produzidas especialmente nas propriedades mais modernas, de médios e grandes empresários, já a banana e a goiaba são produzidas por colonos e pequenos e médios produtores.

A população juazeirense não é a consumidora do vinho que lá se produz, direcionado à exportação, mas, os petrolinenses e juazeirenses foram os primeiros a aderir ao enoturismo. A vinícola localizada no lado baiano, no município de Casa Nova, a cerca de meia hora de Juazeiro, na Fazenda Ouro Verde, já possui o seu programa de enoturismo. Os visitantes, vêm sobretudo, de Salvador e Recife e o objetivo é ampliar o número de turistas (BRUM, 2009). A *syrah*, ou *shiraz*, foi a uva que melhor se adaptou ao território nordestino, mas não é a única pendendo dos galhos. Algumas fazenda também produzem a *cabernet sauvignon*.

Já os municípios do território de Paulo Afonso têm seu Produto Interno Bruto (PIB) atrelado, predominantemente, às arrecadações que incidem sobre a atividade industrial – sobretudo em decorrência da produção de energia hidrelétrica, seguidas pelo setor de serviços e, por fim, pela agropecuária, vocação mais antiga do território. A atividade não agrícola desenvolvida no meio rural que mais se destaca no território é o artesanato. Existe artesanato em cerâmica, madeira, sementes, couro e palha, feito por comunidades tradicionais e indígenas (CARMO; LIRA; CAMAROTTI, 2009). Entre os distintos tipos de artesanato na região, destaca-se o trabalho com argila, madeira, miçangas, sucata e pedras. A tecelagem é uma das atividades artesanais de maior representatividade, já que está entre as principais atividades econômicas dos povoados de Malhada Grande, Rio do Sal e Lagoa da Pedra, onde são produzidas redes, mantas, tapetes e cortinas.

No que diz respeito às atividades econômicas da microrregião de Irecê, a criação animal é bastante diversificada com suínos, equinos, bovinos, asininos, ovinos e caprinos. Na agricultura, os tradicionais feijão, milho, mamona, beterraba, cebola, mandioca e cenoura notabilizam-se em toda a região.

Assim como em Irecê, a cidade de América Dourada caracterizava-se pela produção de milho e feijão. Esse cenário foi modificado com o advento de uma comunidade japonesa que trouxe ao município a cultura de frutas e verduras irrigadas, em princípios da década de 80 do século passado. Utilizando as águas do Rio Jacaré, a comunidade nipônica instalada em América Dourada diversificou e enriqueceu o quadro natural e trouxe contribuições culturais à realidade municipal e regional.

O município de Xique-Xique apresenta um porto fluvial de grande importância para o desenvolvimento do comércio municipal e regional.

Em Jussara a grande transformação ocorreu em finais da década de 90 do século passado com a Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Jussara (Accojus). No rastro dessa criação foram implantados uma fábrica de laticínios e um abatedouro frigorífico. Assim, a criação de ovinos e caprinos conheceu um desenvolvimento absolutamente inédito da microrregião.

O município de Lapão é um dos maiores produtores nacionais de cenoura; o de Presidente Dutra tem na produção da pinha uma de suas principais atividades, da qual vieram, inclusive, os apelidos da cidade: Rei da Pinha/Cidade da Pinha. A produção de pinha é escoada principalmente para os mercados do Sudeste, sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo; Souto Soares notabiliza-se como centro de produção de cachaça artesanal e de uma rapadura renomada;

o município de Barra do Mendes é o primeiro produtor baiano de abacate; em Gentio do Ouro tem-se a extração deste precioso metal; Ibipeba caracteriza-se por apresentar reservas minerais de chumbo, citrino e cristal de rocha.

A diversidade da cultura chega à mesa e pode ser apreciada a partir de receitas como angu de leite, beijus, bolo de tapioca, canjica (conhecida na capital do estado como mugunzá), carne pisada no pilão, cuscuz, licores, pamonha, mocotó, doces, rapaduras, biscoitos caseiros, bode assado, galinha caipira com pirão, cuscuz com torresmo, brevidade (bolo de tapioca com ovo caipira feito em fogão à lenha), cortado de maxixe, cortado de palma, andu com carne porco e os derivados da farinha.

Na originalidade da tradição culinária de Paulo Afonso destacam-se a buchada de bode ou carneiro, a moqueca de tilápia, o rubacão feito com feijão verde e arroz, o xerém com galinha, o mugunzá salgado e o arroz doce de corte com amendoim (UNICEF, 2010).

Às margens do São Francisco, os *chefs* dos restaurantes juazeirenses exibem pratos de grande sofisticação e leveza elaborados com elementos regionais que vão desde a macaxeira até o vinho produzido no sertão, como é o caso do pernil de carneiro ao vinho (AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS, 2010).

DIALOGANDO COM OS HOMENS E COM O VELHO CHICO: CATALIZADORES DAS CONSTRUÇÕES DAS IDENTIDADES LOCAIS

Com toda esta riqueza natural, histórica, econômica e cultural, as sociedades que nasceram e se desenvolveram amamentando-se do seio das águas do Nilo brasileiro atraíram as universidades que logo se instalaram para cumprir o papel que lhes cabe de catalisadoras dos processos de afirmação de identidades locais.

A criação de universidades permite um melhor desenvolvimento da região, bem como a ampliação de estudos sobre esta. Os cursos oferecidos configuram-se como oportunidades para que a população local especialize-se e seja absorvida regionalmente. Os jovens que demandavam as cidades de maior porte para ter acesso aos cursos superiores já podem fazer isso na própria região.

Irecê conta com o *campus* XVI da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e o *campus* avançado da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Xique-Xique possui o *campus* XXIV da Uneb; em Paulo Afonso localiza-se o *campus* VIII da Uneb; Juazeiro, além da presença desta universidade, conta também com a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), que possui inserção regional mediante atuação multicampi no polo Petrolina e Juazeiro. A Univasf é a única universidade federal criada nas últimas décadas com a missão de desenvolvimento regional. A sua Lei de Criação prevê como espaço de influência e de atuação toda a região do Semiárido nordestino e possui *campi* nas cidades de Juazeiro (BA), Petrolina (PE), São Raimundo Nonato (PI) e, mais recentemente, em Senhor do Bonfim (BA).

Porém, nenhum saber acadêmico poderá substituir a autoconsciência advinda de uma ocupação milenar que se articula intimamente com a natureza beneficiada pelas águas do Rio São Francisco. Os exemplos de Paulo Afonso, Juazeiro e Irecê mostram como a história destes subespaços do sertão sãofranciscano se desenvolveu a partir do uso, objetivo e subjetivo, das vantagens oferecidas pelo meio ambiente. A ação consciente de transformar a natureza visando à satisfação das necessidades humanas trouxe também as relações entre os homens e lhes fez interpretar este conjunto de mediações sociais e com o meio físico. Das singularidades destas construções vieram as formações originais de culturas que são expressões de diversas formas de vida e envolvem também experiência e construção de laços de identidade e solidariedade. Pesquisar a história dessas três realidades abordadas significa entender o papel do rio da integração nacional.

Seja, como no passado, navegando pelas águas do Rio São Francisco em uma barca portando uma carranca à proa ou, como nos dias de hoje, viajando por rodovias como a BR 110, BR 235, BR407, ou mesmo pela Estrada do Feijão, o homem sãofranciscano pode chegar a Paulo Afonso, Juazeiro ou Irecê, retornar ao lugar de origem e valorizar a própria identidade e trajetória.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. *BA: festival gastronômico promove culinária sertaneja*. Publicado em 19/08/2010.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Cultura. *Guia Cultural da Bahia: Irecê*. Salvador: A Secretaria, 2001.

BELTRÃO, Maria; LOCKS, Martha; AMARAL, Monique. Históricos, na região arqueológica de Central, Bahia, Brasil. Workshop Arqueológico de Xingó, 2., 2002, Canidé de São Francisco. *Anais...* Canidé de São Francisco, 2002.

BOXER, Charles. *A Idade do Ouro no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

BRUM, Luciana. *Da água para o vinho: Produção de vinho no Vale do Rio São Francisco também é um roteiro turístico*. 2009.

CARMO, Andréia; LIRA, Maria da Glória Costa; CAMAROTTI, Renata. *Diagnóstico cultural do município de Paulo Afonso*. São Paulo: Ministério da Cultura/SESC; [Salvador]: Secretaria de Cultura, 2009. Programa de Formação de Gestores Culturais.

PARDAL, Paulo. *Carrancas do São Francisco*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1974.

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. SUVALE, 1972. t. 1.

RAMOS, Soraia de Fátima. *Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SILVA, Antônio Galdino da. *O Caminho das águas – turismo sustentável em Paulo Afonso e na Região dos Lagos do Rio São Francisco*. *Folha Sertaneja*, Paulo Afonso, BA, 7 mar. 2010.

SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1520 – 1820)*. São Paulo: Nacional, 1978.

UNICEF. *Paulo Afonso – Bahia – Expressões Culturais*. Relatório, 2010.

PARTE III

CHAPADA DIAMANTINA

92

Série Estudos e Pesquisas

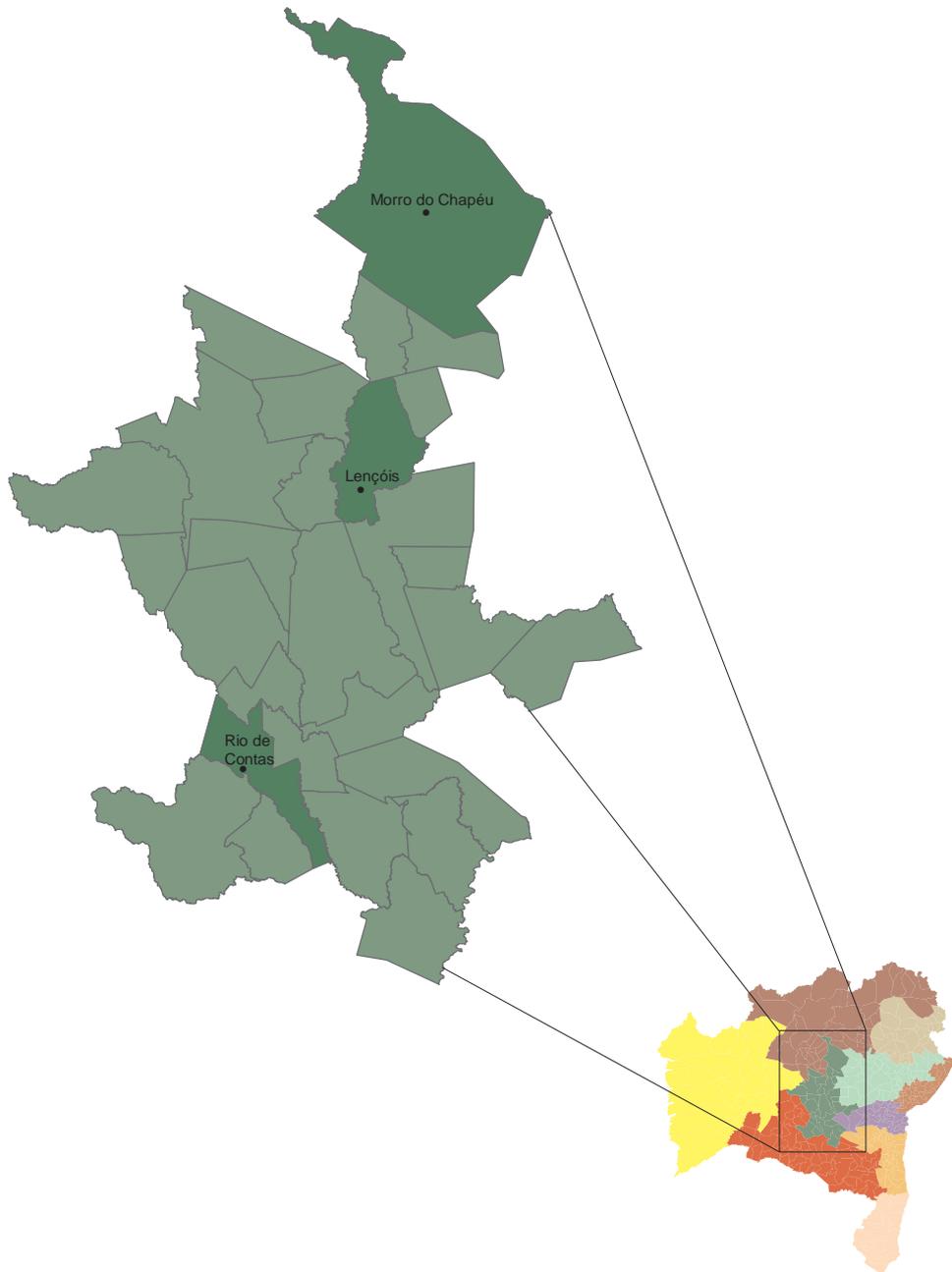
SEP





CHAPADA DIAMANTINA

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
CHAPADA DIAMANTINA
Divisão Municipal e Principais Cidades



MODOS DE PENSAR, SENTIR E AGIR: EXPRESSÕES CULTURAIS DA CHAPADA DIAMANTINA

*Erivaldo Fagundes Neves**

ARGUMENTOS INICIAIS

Em breves delineamentos, nesta oportunidade se pretende expor, nos aspectos fundamentais, as principais formas de expressão cultural contemporâneas da Chapada Diamantina, referenciadas na sua formação político-econômica e socioambiental e discutidas nas fontes bibliográficas recentes, de modo a contribuir para o alargamento das articulações municipais com os respectivos territórios de identidade cultural destacados pelo governo do estado e para ampliar o conhecimento sobre o território regional e suas relações externas.

Nessa perspectiva, a partir de sucintos comentários sobre as principais referências bibliográficas do estudo da cultura regional, procura-se identificar aspectos essenciais da formação histórica e do desenvolvimento socioeconômico; distinguir identidades e semelhanças entre fatores desse devir histórico; indicar as mais relevantes expressões sociais e seus traços característicos fundamentais; averiguar as possibilidades de influência de áreas vizinhas; verificar a contribuição dessas manifestações para a construção da identidade regional e de suas variáveis internas; destacar as mais conhecidas obras literárias e cênicas; ressaltar a diversidade de artesanatos; caracterizar os patrimônios arquitetônico, arqueológico, paleológico e paisagístico; examinar a multiplicidade de folguedos e ritos; apontar as alternativas gastronômicas, e avaliar o potencial turístico e as perspectivas de sustentabilidade desses marcos culturais.

Entende-se por cultura a expressão dos modos de pensar, sentir, agir e reagir de um indivíduo, uma comunidade ou uma nação, que se manifestam na relação com a sociedade através de culto, culinária, indumentária, arte, artesanato, arquitetura e outras formas de interação social. Pode-se classificá-la como: erudita ou formal, quando transmitida metodologicamente através do sistema de ensino, de prédicas religiosas ou expedientes similares de instituições do Estado e da sociedade; espontânea, quando apreendida aleatoriamente no convívio social; e popularesca ou de massa, quando produzida ou divulgada, prioritariamente, com propósitos comerciais. Há, contudo, que se considerar a dimensão da cultura como resultado de condicionamentos inconscientes, transmitidos na vivência social cotidiana, estudados como folclore ou ciência sociocultural, que se dedica ao conhecimento vulgar.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); graduado em Licenciatura em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor pleno pela Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS). erivaldo@uefs.br

Agradecimentos a Flávio Dantas Martins, Caio Figueiredo Fernandes Adan e Ronaldo de Salles Senna pelas sugestões. Este estudo reproduz ideias de outros textos sem citá-los: NEVES, 1997; NEVES, 2002; NEVES, 2005; NEVES, 2008.

Ressalte-se que, como recurso do arcabouço metodológico, o tempo e o lugar das vivências humanas constituem fatores imprescindíveis para a compreensão dos modos de vida de grupos sociais, a decodificação de afinidades e antagonismos internos e entre diferentes comunidades, a avaliação de conjecturas que deles faz o conhecimento de aspectos que desapareceram ou permanecem. Em consequência, o conhecimento da construção de um espaço, em particular de um território de identidade cultural, por se tratar de uma ação social de longa duração, implica desvendar sequenciadas atividades cotidianas, interativas e complementares, identificar similaridade de costumes, constatar sentimentos de pertencimento ao lugar, verificar afinidade de vinculações a instituições do Estado e da sociedade, averiguar identidades de representação política e examinar articulações entre diferentes estratos sociais, vínculos familiares e intercâmbios extracomunitários.

O espaço caracteriza-se pela representação social, sempre definida por um exercício de poder e pela comunidade nela estabelecida e identificada através de vínculos culturais, de consanguinidade ou vizinhança. As relações intercomunitárias e suas articulações exteriores são conhecidas através dos seus intercâmbios, situados temporal e espacialmente. Do mesmo modo que o tempo, o lugar de ocorrência das atividades humanas constitui um espaço socializado em permanente construção, no qual o grupo social se desenvolve e interage com outros, de maneira que transcende as circunscrições governamentais, instâncias técnicas e âmbitos de estudo para incorporar fatores históricos de natureza sociocultural e político-econômica. Nesta perspectiva, o espaço constitui um fato social resultante de ações humanas e que, portanto, interfere no desenvolvimento da sociedade pelo seu caráter histórico e por lhe atribuir a historicidade possível de ser construída numa interação temporal (SILVEIRA, 1990: 17-42). Essa historicidade compõe-se de elementos geográficos (ambiente), sociológicos (comunidade), políticos (representação), econômicos (subsistência), jurídicos (organização) e antropológicos (cultura).

O cotidiano social, identificado como “lugar da invenção” (CERTEAU, 1994) e palco do “acontecer histórico” (HELLER, 1985), apresenta-se como essência da história e deve ser estudado em associação com fatores econômicos, políticos e, sobretudo, culturais. A história do cotidiano explora documentos paroquiais, cartoriais, jornais noticiosos e todo registro de vivências humanas, para reunir informações sobre indivíduos na interação social e na condição de agentes da história. Vincula-se a outros campos do conhecimento, em particular à antropologia, que se dedica mais aos costumes sociais. A pesquisa histórica do cotidiano fornece dados sobre instrumentos de trabalho, utensílios, mobiliário, ambiente familiar, cultos, ritos, folguedos, enfim, tudo que articula o indivíduo ao social e possibilita alternativas de interpretação de viveres e saberes. Neste estudo das perspectivas culturais contemporâneas da Chapada Diamantina associam-se estas possibilidades metodológicas, complementadas com recursos da história regional e local, que propõe investigar as atividades cotidianas de comunidades historicamente construídas.

Os territórios de identidade da região sociocultural da Chapada Diamantina, como os denomina o estudo Panorama Cultural da Bahia Contemporânea, desenvolvido conjuntamente pelas secretarias de Planejamento e de Cultura do Governo do Estado da Bahia, abrange

23 municípios. Entretanto, alguns deles se identificam culturalmente também com regiões vizinhas, ou apresentam particularidades culturais consideráveis. Estas circunstâncias sugerem a delimitação de três subterritórios de identidade cultural. O primeiro, ao sul, foi ocupado economicamente a partir da primeira metade do século XVIII, sob impulso da exploração aurífera, da pecuária extensiva, de policulturas cerealíferas e das lavouras de café, e é formado pelos municípios de Abaíra, Barra da Estiva, Ibityara, Novo Horizonte, Piatã, Rio de Contas, onde predominam o turismo e o artesanato, e Jussiape, cuja economia está baseada na pecuária, na produção de cereais, no café e na aguardente. O segundo subterritório, o núcleo central, foi intensamente povoado em meados do século XIX sob o estímulo da extração de diamantes e carbonados¹ e da agricultura da subsistência e articula as unidades administrativas de Andaraí, Boninal, Ibicoara, Iraquara, Itaeté, Lençóis, Marcionílio Souza, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Seabra e Souto Soares, de economia embasada no turismo e na produção de café e hortifrutigranjeiros. O terceiro, ao norte, cuja ocupação econômica foi iniciada com a pecuária e a policultura cerealífera no século XVIII, intensificou-se a partir de meados do século seguinte, com a extração de carbonados, e se compõe com as unidades administrativas de Bonito, Morro do Chapéu, Utinga e Wagner, cujos habitantes se dedicam à pecuária, à policultura e à produção de hortas, pomares e granjas. Como recorte temporal deste estudo, optou-se pela contemporaneidade, identificada, com flexibilidade, no período iniciado com o declínio e a exaustão dos garimpos de diamantes e o início das atividades de serviço, com o incremento do turismo, a partir de finais da década de 1970.

REFERENCIAIS HISTÓRICOS, POLÍTICO-ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS

A Chapada Diamantina, visitada por bandeirantes paulistas e baianos, atraídos pelas serranias de exuberantes escarpas de considerável potencial mineralógico, que se estendem desde a cordilheira do Espinhaço, integrou o território conquistado de povos indígenas e ocupado, por Antônio Guedes de Brito, com fazendas pecuaristas, no final do século XVII. Sua titularidade transferiu-se no século seguinte da sua neta, Joana da Silva Guedes de Brito, para o consorte dela, Manoel de Saldanha da Gama e, deste, para o primogênito, de seu segundo casamento, João de Saldanha da Gama Mello Torres, que herdou em Portugal a nobiliarquia de Conde da Ponte e adquiriu os quinhões dos irmãos nas terras e outros bens que lhe cabiam por transmissão hereditária no Brasil.

Na ocupação e subsequente exploração econômica desses sertões, difundiu-se a pecuária extensiva, complementada pela policultura de cereais para o próprio abastecimento e comercialização de eventuais excedentes. Condicionantes geográficas obstaculizaram a expansão da agricultura comercial. As descobertas de ouro nas serras da Jacobina (1701-1702)

¹ Herberto Salles (1955) definiu o diamante como um “carbono puro, sob forma cristalizada” e o carbonado como “um espécime diamantino de alto grau de dureza”, opaco, de cor preta e uso exclusivo em perfuratrizes.

e da Tromba (1718-1719) e os achados de diamante na Chapada Velha (1842-1843) e Chapada Nova (1844) estimularam fluxos de imigrantes. Em consequência, formou-se uma eclética composição étnica e sociocultural, com a miscigenação de diferentes tipos humanos, de diversos usos e costumes.

Além dos segmentos racial, caucasiano, etiópico e americano, basilares da composição social brasileira, o povoamento do semiárido absorveu também contingentes de hebreus, mouros e ciganos que buscavam refúgio das perseguições do Santo Ofício nos sertões longínquos onde, supostamente, amenizariam as tensões da vigilância dos prepostos metropolitanos e agentes do intolerante e excludente tribunal eclesiástico. Os testamentos e inventários pós-morte, nos quais se faziam confissões de culpas, declaravam-se profissões de fé, identificavam-se ascendências e descendências, nada informam sobre antecedentes judaicos, muçulmanos ou ciganos, apenas oferecem dados que, analisados em conjuntos representativos de uma unidade socioeconômica e cultural, possibilitam conhecer a cotidianidade da organização e o funcionamento da sociedade e da economia e os costumes pessoais, familiares e comunitários.

Os ciganos de fala romani, uma língua ágrafa indo-ariana, mantêm-se culturalmente isolados, articulados em grupos errantes, resistentes às culturas *gadjas* (não ciganas). Alguns, bem sucedidos nas atividades comerciais, expandem-se para outros campos. Nestas circunstâncias, muitos deles se alfabetizam, abandonam os costumes da etnia e, entre seus descendentes, se destacam como intelectuais, artistas e políticos. Juscelino Kubitschek, José Maria Alkmim e o político paulista, seu sobrinho Geraldo Alkmim, são exemplos conhecidos. A presença de grupos ciganos na Chapada Diamantina e no Médio São Francisco tem longa tradição. Além dos grupos nômades de artesãos e mercadores de ocasião que por lá vagueiam e negociam principalmente cavalos, há os que se sedentarizaram e ocasionalmente excursionam para manter a tradição cultural, comercializam automóveis, praticam agiotagem, possuem fazendas ou estabelecimentos mercantis. Alguns desses grupos radicaram-se na Chapada Diamantina. Um deles, estabelecido em Utinga, entre as décadas de 1960 e 1970, foi objeto de estudo do antropólogo Ronaldo Senna (2005). Registra-se que os afrodescendentes representam significativo percentual da população regional. A Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, emitiu 39 certidões de reconhecimento de comunidades negras na região sociocultural da Chapada Diamantina (Quadro 1), classificadas conforme os dispositivos transitórios da Constituição Federal, como territórios quilombolas.

Na estratificação social sertaneja, entre os segmentos extremos da pirâmide, senhores e escravos, depois, coronel e cabra, encontravam-se homens de condições econômicas e níveis sociais diversos, que se podem aglutinar numa hierarquia de diferentes estratos: marginalizados e miseráveis, pedintes e bandidos; escravos; meeiros e diaristas que se sustentavam com o aluguel diário da força de trabalho; proprietários, rendeiros e posseiros de pequenas nesgas de terra, produtores da subsistência com o trabalho familiar, que contratavam oca-

Município	Localidade	Data do DOU
Lençóis	luna	06/12/2005
Lençóis	Remanso	25/05/2005
Rio de Contas	Bananal	19/09/2005
Rio de Contas	Barra	12/09/2005
Rio de Contas	Riacho das Pedras	12/09/2005
Seabra	Agreste	19/08/2005
Seabra	Baixão Velho	12/09/2005
Seabra	Cachoeira da Várzea	09/11/2005
Seabra	Capão das Gamelas	09/11/2005
Seabra	Lagoa do Baixão	12/09/2005
Seabra	Mocambo da Cachoeira	09/11/2005
Seabra	Morro Redondo	30/09/2005
Seabra	Olhos d'Água do Basílio	19/08/2005
Seabra	Serra do Queimadão	12/09/2005
Seabra	Vão das Palmeiras	30/09/2005
Boninal	Conceição	28/07/2006
Boninal	Cutia	17/05/2006
Boninal	Mulungu	20/01/2006
Contendas do Sincorá	São Gonçalo	12/05/2006
Ibitiara	Cana Brava	13/12/2006
Ibitiara	Vila Nova	07/06/2006
Lençóis	Lagoa	07/06/2006
Morro do Chapéu	Barra II	13/06/2006
Morro do Chapéu	Gruta dos Brejões	13/06/2006
Morro do Chapéu	Ouricuri II	13/06/2006
Morro do Chapéu	Veredinha	13/06/2006
Seabra	Vazante	13/12/2006
Souto Soares	Segredo	20/01/2006
Andaraí	Fazenda Velha	13/03/2007
Ibitiara	Caraibas	13/03/2007
Morro do Chapéu	Velame	16/04/2007
Barra da Estiva	Camulengo	09/12/2008
Barra da Estiva	Moitinha	09/12/2008
Morro do Chapéu	Boa Vista	09/12/2008
Morro do Chapéu	Queimada Nova	14/05/2008
Palmeiras	Corcovado	09/12/2008
Abaíra	Alto da Boa Vista	05/05/2009
Abaíra	Assento	05/05/2009
Ibitiara	Capão	05/05/2009

Quadro 1
Territórios quilombolas – Região sociocultural da Chapada Diamantina

Fonte: Fundação Cultural Palmares.

sionalmente diaristas ou eram acertados na mesma condição por outros agricultores; proprietários, rendeiros e posseiros de glebas de tamanho médio, que ampliavam a produção familiar com a força de trabalho de um ou alguns escravos e poderiam dispor de meeiros e contratar diaristas nos serviços da lavoura e dos diminutos criatórios de bovinos, equinos, ovinos, caprinos e suínos; proprietários, rendeiros e posseiros que empreendiam a pecuária em uma ou mais unidades agrárias, a policultura e algumas monoculturas com o trabalho escravo, de diaristas e a meação, na perspectiva de excedentes comerciais; grandes fazendeiros, muitos dos quais absenteístas, residentes em arraiais e vilas, ou cidades distantes, empreendedores da pecuária extensiva, com o sistema de sorte e o trabalho escravo, que produziam o autoabastecimento em cada unidade.

A hierarquia dos poderes no semiárido instituiu-se a partir de fazendeiros que assumiam as funções de delegado nas sedes municipais e de subdelegados nos distritos e, desse modo, passavam a exercer o controle político e social, reproduziam rivalidades regionais, locais e próprias em suas comunidades e recebiam apoio de homens e armas de coronéis, que retribuía quando necessário. Na Chapada Diamantina, a mineração criou segmentações profissionais específicas e definiu categorias sociais próprias: pedristas ou donos de grandes garimpos; capangueiros ou intermediários no comércio de pedras e outros negociantes locais; garimpeiros livres e libertos; e escravos (SENNA, 1998, p. 47). Na agropecuária, manteve-se a estratificação tradicional da colonização, composta por fazendeiros, proprietários e rendeiros dos Guedes de Brito e depois dos Saldanha da Gama: administradores remunerados pelo sistema de sorte, médios e pequenos proprietários; vaqueiros, meeiros e diaristas.

Coronel	Cabra
Fazendeiro	Vaqueiro, meeiro
Minerador	Garimpeiro
Comerciante	Diarista
Tropeiro	Arrieiro
Guerreiro	Jagunço
Bacharel	Funcionário

Quadro 2
Tipos humanos na formação socioeconômica – Chapada Diamantina

As tropas, sistema de comboios de bestas que transportavam mercadorias, contrapuseram-se socialmente ao tropeiro, empreendedor desse meio de transporte, o arrieiro, que zelava pelos animais e remendavam arreios de carga e montaria. As rivalidades entre poderosos locais e – no caso da Chapada Diamantina durante o auge do diamante – as disputas pelo poder regional transformaram os coronéis, comandantes da Guarda Nacional em cada município, em guerreiros entre si ou contra outras instâncias de poder e, na dialética social, converteram

garimpeiros, vaqueiros, meeiros, arrieiros e diaristas em jagunços, de rifle ou parábélum na mão. Os bacharéis que, em geral também ostentavam patentes da milícia imperial, ainda arraigada na Primeira República, aliados aos coronéis, privatizavam os poderes públicos e as instituições do Estado e da sociedade e, nestas circunstâncias, colocavam os funcionários públicos a serviço dos seus interesses particulares, inclusive no combate, armado ou não, aos adversários.

A estratificação social na região possibilitou que segmentos de algumas famílias enriquecessem, enquanto outros empobreciam, embora fossem igualitárias as partilhas dos bens hereditários. Havia sempre alguns mais empreendedores que adquiriam as terras dos menos resolutos. Eventualmente, os conflitos interfamiliares e entre coronéis poderiam reforçar um processo de enriquecimento, através do saque de bens do vencido e seus aliados. Entretanto, essa diferenciação entre segmentos sociais decorria de alguns fatores ou estratégias políticas e sociais: parentesco, escolaridade e outros meios. Estabeleciavam-se relações de parentesco através de uniões conjugais entre indivíduos de famílias proprietárias de grandes extensões de terra, que somavam amplos domínios fundiários nas heranças bilaterais e em casamentos consanguíneos, que proporcionavam a reconstituição de antigos domínios fundiários ou a anexação de partes deles. Constituíam-se as relações de compadrio, fundamentais no estabelecimento da fidelidade para com a clientela, a partir do apadrinhamento de filho das famílias de segmentos da base da pirâmide social, pelos principais membros das oligarquias dominantes ou emergentes, que estabeleciam articulações de solidariedade tão fortes quanto as consanguíneas.

A escolaridade proporcionava aos filhos de famílias abastadas se habilitarem mais que os outros, através de bacharelados e formação teológica, de belas letras ou equivalentes, para ocupar os cargos locais do Judiciário, da administração pública e da Igreja. Na formação dos poderes locais que se constituíam com as hierarquias paramilitares das milícias coloniais, consolidados após a emancipação brasileira no coronelato da Guarda Nacional, que arrematava a população masculina por vilas e arraiais sob o comando dos mandatários de cada localidade, e do baronato, uma hierarquia de fidalgos artificiais, com títulos pessoais concedidos pelo imperador, não transmitidos hereditariamente que, na ausência de uma nobreza, sustentou o regime monárquico por mais de meio século.

Embora alcançassem apenas o segmento dos proprietários, os testamentos e inventários pós-morte oferecem relevantes informações sobre a organização social e familiar. Uma pesquisa da vizinha região da Serra Geral, de semelhanças sociais, concomitância de povoamento e ocupação econômica, constatou, na segunda metade do século XVIII, elevado número de filhos por casal. Cerca de 46% deles deixaram mais de sete filhos. Na primeira metade do século XIX, esse percentual caiu para 38%, dos quais, 11% tiveram mais de dez filhos. Na segunda metade desse mesmo século, o percentual elevou-se para 40%, e 8% ultrapassaram os dez descendentes. Trata-se, pois, de um grupo social com tradição de grandes proles.

Quanto ao mito da riqueza de antigas famílias, difundido pela historiografia embasada em crônicas coloniais e reproduzido no imaginário social, os testamentos e inventários pós-morte, com frequência, não confirmam. No sertão, a prosperidade idealizada, de abundância e de fausto supostamente vivido pelos antepassados, dissimula a pobreza das rudes famílias coloniais, de pouca modificação percentual nos períodos imperial e primo-republicano. As poucas fortunas constatadas atestam a pobreza das demais famílias sertanejas e a debilidade da economia regional. O ouro no século XVIII e o diamante no seguinte ampliaram o percentual de afortunados, embora muitos deles passassem a viver fora da região das lavras.

Praticava-se na Chapada Diamantina, do mesmo modo que na Serra Geral, a escravidão negra e empregavam-se índios como criados livres, sobretudo índias, nos serviços domésticos, numa relação de trabalho e convívio social que recebia o mesmo tratamento do cativo. Eventualmente, se escravizava também o índio, apesar da sua proibição legal. O livro de matrícula de escravos das minas de Rio de Contas, na primeira matrícula de 1748 e nas primeira e segunda de 1749, registra o tapuia João, de 28 anos, natural de São Paulo, submetido à escravidão pelo senhor Antônio Saraiva da Silva, proprietário de 54 mancípios, o maior plantel de cativos daquelas minas. No século seguinte, em 1823, encontrava-se escravizado o também tapuia Francisco, de 24 anos, no espólio de Nazária Borges de Carvalho. Seu consorte, o capitão-mor de Caetitê, Bento Garcia Leal, inventariou 202 escravos, o maior plantel de um mesmo senhor registrado na região.

As moradias no semiárido caracterizavam-se pela rusticidade, com o predomínio de construções de enchimento ou taipa. Eram comuns as edificações mistas, com partes externas de adobes de barro cru e as divisórias de enchimento ou um núcleo de adobes com anexos de taipa. Nas coberturas usavam-se palhas de coqueiro ouricuri, a pindoba, ou cascas de árvores. As construções sólidas, de adobes crus, coberturas de madeiras aparelhadas e telhas vãs, inicialmente raras, difundiram-se lentamente. Em poucos inventários se encontram declarações de móveis e utensílios, talvez por serem toscos e rústicos, de pequena expressão como valor de troca. Não há estudo histórico específico das condições habitacionais da região, nem avaliação sociológica para períodos recentes.

A Chapada Diamantina viveu fluxos e refluxos mineradores de ouro, diamante, carbonados e outros minerais e sofreu flutuações pluviométricas, com algumas estiagens catastróficas, quando a precariedade dos meios de transportes e comunicações alongava as distâncias. Estas secas prolongadas forçaram emigrações da região e circunvizinhanças. O declínio da produção de diamantes e carbonados, cujos primeiros sinais manifestaram-se ainda no século XIX, provocou lenta dispersão de garimpeiros. Os que permaneceram dedicaram-se às plantações de café e cereais.

No início do século XX efetivou-se a exaustão mineradora. Grande parte da população emigrou por falta de trabalho. Na primeira metade desse século verificou-se enorme diáspora populacional e conseqüente esvaziamento econômico regional. Esta estagnação, talvez declínio,

somente se reverteu com o advento do turismo e a expansão da agropecuária e dos cultivos de café, feijão e horticultura irrigada, sobretudo nos entornos de Mucugê e Ibicoara, onde sobressaem as culturas do café e de hortaliças. De iniciativa de grupos empresariais da região e extrarregionais, essa agropecuária emprega novas tecnologias que resultam em elevada produtividade, escoada para mercados do Nordeste e Sudeste. Essas atividades ocasionaram o uso abusivo de agrotóxicos em cultivos de café, tomate, pimentão, batatinha e outros, que atingiram o lençol freático e os leitos fluviais (BRITO, 2005, p. 102). Em Morro do Chapéu, ao lado da pecuária e da policultura tradicional, também se desenvolveu moderna agricultura, horticultura, fruticultura, com destaque para a produção de morangos, bem adaptada às baixas temperaturas do inverno serrano.

MARCOS CULTURAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

A formação social da Chapada Diamantina, marcada pela presença do coronel e do pedrista, do jagunço e do garimpeiro, conserva vasto patrimônio cultural, com enorme variedade folclórica. A superficial reciclagem do poder oligárquico e o colapso minerador não eliminaram esses marcos fundamentais da cultura. Foram-se ouro e diamante, permaneceu o espectro do garimpeiro no substrato sociocultural. A economia garimpeira surge no auge e evolui para o declínio (SENNA, 2002, p. 215-252). No caso da diamantina, promovia grandes fortunas rapidamente, de modo que as oligarquias mineradoras distinguiram-se pela ostentação de riqueza como expressão de poder, enquanto o garimpeiro vivia na pobreza, mas se tornava pródigo quando bamburrava. Após esbórnias, que se difundiram no imaginário social contemporâneo, imediatamente voltava ao estágio anterior, do qual, na realidade, nunca saíra. Essas orgias não passavam de noitadas em prostíbulos e botequins, com distribuição de bebida, quase nada além de aguardente de cana. Talvez devido a essa postura extravagante e às múltiplas influências culturais, numa sociedade em que cada segmento procurava preservar os valores de origem, na Chapada Diamantina sobrevivem vários autos e bailes pastoris de antigas raízes europeias ou asiáticas e longa tradição luso-brasileira.

A cultura da Chapada Diamantina tem tradição rítmica, coreográfica e cênica, herança dessas ancestralidades. Caracteriza-se pela musicalidade, variedades rítmicas, diversificadas danças, coreografias e expressões cênicas que traduzem esses legados remotos. As filarmônicas e bandas de música multiplicaram-se desde o século XIX, a partir de Rio de Contas. Com o desenvolvimento do turismo e a revitalização da economia, há uma tendência de dinamismo dessas sociedades musicais e o surgimento de novas. Há uma diversidade de autos e pastoris, geralmente musicados. As filarmônicas sempre se desdobraram em grupos musicais. Sanfoneiros e violeiros animaram festas e bailes do mesmo modo que conjuntos jovens, regionais e urbanos. Enfim, a música, em diversos gêneros, sempre esteve presente no cotidiano de todos os estratos sociais.

Há grupos de capoeira e de teatro na maioria dos municípios. Das tradicionais filarmônicas, que sempre se desdobraram em bandas e grupos musicais, sobrevivem algumas, das quais são exemplos a Lira dos Artistas de Rio de Contas e a Sociedade Litero-musical Lira Abaíense, e surgem novas, como a Filarmônica Municipal de Iraquara. Entre as bandas encontram-se a Expressão de Abaíra e conjuntos musicais, como Orquídeas da Chapada em Andaraí, Autodidata em Barra da Estiva e Momentos em Iraquara. Há bandas de pífano em Souto Soares e outras cidades. Sobrevivem também conjuntos de música regional, entretanto multiplicaram-se, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, os conjuntos de *rock* e *pop*, sobretudo de pagode, axé e similares, que disputam audiência até em festas juninas com sanfoneiros e violeiros (BAHIA, 1999). O Festival de Música de Lençóis, anualmente realizado, por contratar intérpretes de canções populares de projeção nacional, que se apresentam alternadamente com valores locais e regionais, incentiva a produção local execução de composições nativas e exercem influências diretas na cultura da região.

Talvez devido à tensa expectativa do garimpeiro, de ver brilhar a qualquer momento grãos ou palhetas do metal dourado ou da fulgente pedra preciosa no fundo da bateia, desenvolveu-se nas populações mineradoras a veleidade pela fantasia: em Rio de Contas fala-se em cartuchos de ouro em pó (possivelmente cintilantes lantejoulas ou paetês), derramados nas cabeças de reis ou rainhas de folguedos populares, com registros em antigas crônicas (AGUIAR, 1979, p. 156; SILVA, 1932, p. 93-294). Facilmente se encontra alguém que se lembra do translúcido litro de Martini, cheio de ouro em pó, que sua avó exibia na prateleira da sala, substituída pela geladeira a querosene, encimada por um pinguim de louça. No circuito diamantino há quem jure que sua progenitora e outras pessoas da família encontravam diamantes nos papos dos frangos que abatiam. Em Lençóis, guias apontam aos turistas um sobradinho, na Praça Horácio de Matos, como antiga sede de um suposto vice-consulado francês, cuja existência o serviço diplomático da França, consultado por Ronaldo Senna, negou, embora confirmasse haver o cargo de vice-cônsul, sem, contudo, revelar conhecimento de passagem de um de seus agentes por Lençóis. Em Mucugê, apresenta-se ao visitante o bem cuidado “cemitério bizantino”, atributo que se estendeu ao de Igatu, onde também há túmulos escavados em lajedo de arenito, sem que nenhum deles apresente qualquer indício de elemento da cultura de Bizâncio, nem justificativa plausível para tal denominação. Nas sociedades garimpeiras exercita-se muito a fértil imaginação e se perde no limite do verossímil. Teve-se a iniciativa dos sepultamentos na rocha arenítica com vedação de cal, em 1855, durante uma epidemia de *colera morbus*, para se evitar a difusão do agente epidêmico nas nascentes do Paraguaçu.

As festas populares, marcadas pelo saudosismo, recordam antigos faustos, mais imaginários que reais, do mesmo modo que em outras sociedades mineradoras, acostumadas aos sonhos de súbitos bambúrios. Entre as principais, de natureza cristã, encontram-se as dos santos padroeiros, Reis, Natal, Semana Santa e São João e seus respectivos folguedos. Entre as de matriz africana estão o Jarê, a Umbanda e a capoeira. Há tradição presbiteriana, iniciada com o Instituto Ponte Nova em princípios do século XX. Posteriormente difundiram-se outras religiões, sobretudo de orientação neopentecostal. Há datas cívicas lembradas (21 e 22 de Abril, 15 de Novembro) e outras comemoradas (emancipações muni-

pais como o Dois de Julho, além do Sete de Setembro, data da independência nacional). O Carnaval, o São João e os festivais de música (em Lençóis) e de cinema (em Iraquara) mobilizam chapadenses e turistas. Em algumas cidades, em datas móveis, promove-se anualmente a Festa do Vaqueiro, com corridas de argolinhas, vaquejadas, cavahada, churrascada. Em Abaíra, a cada dois anos, em setembro, ocorre o Festival da Cachaça, principal produto do município, destilado por pequenos sítiantes em alambiques domésticos e escoado para o mercado regional e para exportação por uma cooperativa de produtores. Além de churrascos, há bailes na praça e retretas que fazem exposições folclóricas.

Entre as manifestações culturais mais comuns encontram-se a queima de Judas, a lamentação das almas, as procissões, que expressam valores católicos. Entre os folguedos sobressaem a marujada, a corrida da argolinha, a cavahada, que traduzem valores morais, triunfo dos cristãos sobre os mouros na Península Ibérica, enfim, do bem sobre o mal. Em Rio de Contas e em antigos núcleos do povoamento regional, revivem-se velhas tradições, como o pau-de-fitas ou trança-fitas, a dança-de-roda, o bumba-meu-boi, o pau-de-sebo. Na região sociocultural do núcleo central ou circuito do diamante, onde a formação social foi mais heterogênea, encontram-se variações, inclusive com adaptações de antigos folguedos. Em algumas localidades, apresentam-se os reis-do-boi, uma variante do bumba-meu-boi, a burrinha-de-ouro, os reis-do-bicho e outros autos populares como a Festa de Reis, em ternos de viola, caixa e pandeiro, ou as bandas de reis ou ternos de gaitas, mais comuns, com duas flautas de bambu, pandeiro, reco-reco, caixa e zabumba, que visitam casas.

Em Rio de Contas há um reisado feminino e a jecada, associação de reisado e samba-de-roda que envolve a assistência na chula, enquanto nas Festas de São Gonçalo exercita-se a langa ou dança de São Gonçalo. Conservam-se em Rio de Contas e Mucugê, brincadeiras de antigos entrudos, como as caretas ou chorrós, mascarados que saem às ruas para anunciar os festejos momescos e, durante os três dias de carnaval, promovem brincadeiras, para divertimento de adultos e pânico de crianças. Nessas duas cidades há movimentos de resistência e preservação de antigas tradições, contudo, as inovações carnavalescas da Bahia e do Rio de Janeiro interferem nos festejos regionais e disputam espaço com as reminiscências do passado. Essas festas eram organizadas pelos próprios habitantes, com pouco ou nenhum apoio dos poderes públicos locais. Após o advento de fluxos turísticos, os festejos carnavalescos e juninos, particularmente de Rio de Contas, Mucugê e Lençóis passaram a receber patrocínios de empresas públicas e instituições promotoras do turismo, inclusive com exploração eleitoral, que oportuniza intervenção externa na representação política regional.

Do mesmo modo que os festejos carnavalescos, as micaretas são raras na região. Nas procissões da Sexta-Feira Santa em Rio de Contas e Seabra, ornamentam-se janelas com toalhas bordadas e flores e os passeios com plantas. Cobrem-se as ruas do percurso com tapetes coloridos, flores naturais, palha de arroz, pó de serra, cascas de ovo, em desenhos de símbolos sagrados. As Queimas de Judas nos Sábados de Aleluia são generalizadas em todas as cidades e povoações.

Nas Lavras Diamantinas consolidou-se o culto do Jarê, que se supõe de raízes angolanas, com influências nagôs, cujas origens seriam tão díspares quanto discutíveis. Desdobra-se

numa quantidade infinita de crenças, cultos e rituais que se expandem e se retraem ao sabor das necessidades e conveniências. Durante todo o mês de setembro, em Lençóis e Andaraí, celebra-se a Festa dos Sete, culto do Jarê, com rezas, cânticos e danças ao som de tambores, atabaques e chocalhos, matança de animais e rituais de bebidas e comidas típicas. Nesse período, ocorre ainda a Festa dos Sete Meninos, dedicada a Oxalá. O final do mês dedica-se aos cultos a Xangô. Nas madrugadas matam-se animais e, nos almoços, servem-se comidas típicas, como o “cariru”, um vatapá de milho, como prato principal (SENNA, 1998, p. 115-158).

Há que se ressaltar a transformação social, assim como as interveniências culturais externas, na Chapada Diamantina a partir da década de 1960, quando se iniciou a implantação da malha viária regional, dos meios de comunicação, com a rede telefônica, o sinal de televisão e, posteriormente, a internet e, principalmente, as vias de circulação de pessoas e mercadorias. A rodovia Brasília-Salvador (BR-242) estabeleceu-se como coluna vertebral da circulação terrestre, da qual se irradiaram estradas estaduais que interligam as cidades entre si e toda a região ao sistema rodoviário nacional. Esse conjunto de transformações infraestruturais interferiu nos modos de vida da população, sobretudo nos hábitos de consumo. O amplo uso da antena parabólica e o limitado alcance das TVs baianas oportunizaram a captação direta dos sinais das redes nacionais a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, cujos reflexos se fazem sentir nas músicas mais difundidas, nas gírias mais usadas, enfim, no cotidiano social.

A partir de 1982, desenvolveram-se grupos de convívio social alternativo no Vale do Capão, município de Palmeiras, que aglutinam mais de três mil pessoas, organizadas em comunidades heterogêneas, de origem urbana, com elevada escolaridade, traços culturais e objetivos comuns, entre os quais se destacam o esoterismo diversificado e mutante e as práticas de amplas liberdades sociais. A introdução da atividade turística ampliou a afluência de visitantes e imigrantes de várias regiões da Bahia e do Brasil e também de diversas nacionalidades para o Vale do Capão, assim como novas comunidades desdobradas se estabeleceram em diferentes localidades, o que aumentou as influências exógenas e exóticas sobre a cultura nativa de descendentes dos colonizadores brancos e negros miscigenados com remanescentes indígenas e antigos imigrantes atraídos pelos garimpos de ouro e diamante nos séculos XVIII e XIX. Esse caldeamento étnico repercutiu no comportamento social, que se alterou com a interveniência de outros valores, desde que se intensificou a integração regional com outras culturas, proporcionada pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação e, em maior intensidade, com os novos grupos que se formaram a partir do final do século XX. Numa perspectiva geral, pode-se classificar a cultura regional como plural, com diversificação de ritos, ritmos, coreografias e expressões cênicas que exprimem essas múltiplas influências.

Na culinária regional, os pratos são geralmente simples e rústicos. Para o desjejum são comuns a “xiringa” ou “avoador”, o “ximango”, o bolo escaldado, o bolo frito, os bolos de milho (e até de sorgo), de aipim, de puba (carimã), de arroz e outros de polvilho ou tapioca, beijus, com ou sem coco, umedecidos ou amaciados com leite quente ou com a indispensável manteiga

de garrafa que também unta e tempera os quentes. Há sempre o requeijão de corte e o queijo coalho. Para servir um “café com massa” a uma visita surpresa, faz-se rapidamente o bolo “brevidade”, com farinha de trigo, açúcar e ovo batido, que infla na forma e dissolve rapidamente na boca ao entrar em contato com a saliva.

Na gastronomia tradicional de vaqueiros e tropeiros do semiárido, há pratos, em geral gordurosos e carregados de condimentos, que devem preceder de uma cachaça de alambique ou um licor de frutas da região: leitão assado, quarto cheio, panelada, espinhaço, lombo cheio, buchada, ensopado de carneiro, carne de sol, quenga (ou galinha de parida), paçoca (carne de sol cozida e moída no pilão com farinha e temperos), arroz de tropeiro, que se complementam com cortados de verduras como abóbora, moranga (jerimum), maxixe, cabacinha, palma, reforçáveis com um pouco de nata. São sobremesas típicas da região o arroz-doce, doces de compota de frutas nativas (umbu, goiaba, buriti, caju, pitanga) e exóticas guloseimas, como os “batidos”, produzidos com o melaço quente batido com cravo e canela, e os tijolos de massa de mandioca e frutos regionais (BAHIA, 1999, p. 10).

Ressalte-se que há razoável infraestrutura turística na região, em particular nos municípios de Rio de Contas, Mucugê, Lençóis, Andaraí e Palmeiras (Vale do Capão), onde também se concentra o maior número de leitos em hotéis, pousadas e pensões (BRITO, 2005, apêndices). Há médicos em todos os municípios e hospitais em muitos deles. Contudo, ainda se pratica a medicina popular. Além dos recursos do Jarê e das benzedadeiras, recorre-se a uma infinidade de raízes, folhas e frutos de plantas nativas e algumas exógenas, incorporadas aos hábitos sociais.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, ARQUEOLÓGICO, PALEOLÓGICO E PAISAGÍSTICO

Na Convenção sobre Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, em 1992, a Unesco definiu como patrimônio cultural os monumentos arquitetônicos, esculturais ou pictóricos, representativos da vivência de um grupo social e arqueológicos de valor histórico, artístico ou científico universal. Designa, portanto, “o conjunto de bens oficialmente protegidos”, que integra a “construção do pertencimento, das identidades e da continuidade da experiência social” (PINSKY; LUCA, 2009, p. 281-308).

O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia: Monumentos e Sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA, 1997, p. 20), elaborado em convênio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), inventariou mais de duas dezenas de edificações de valor histórico-cultural na região, com maior concentração em Rio de Contas, Mucugê e Lençóis. Constatou que, na zona diamantífera, “as construções mais antigas são térreas, semelhantes às das zonas auríferas”, onde os sobrados surgiram em seguida e seus vãos indicam influências do neoclássico ou do neogótico.

Município	Bem	Livro
Andaraí (Igatú)	Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	Históricodas belas artes
		Arqueológico, etnográfico e paisagístico
Lençóis	Conjunto arquitetônico e paisagístico	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
Mucugê	Conjunto arquitetônico e paisagístico	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
Palmeira	Morro do Pai Inácio: conjunto paisagístico e Rio Mucugézinho	Arqueológico, etnográfico e paisagístico
Rio de Contas	Casa à Rua Barão de Macaúbas, 11	Histórico
	Casa de Câmara e Cadeia	
	Casa natal do Barão de Macaúbas	
	Igreja de Santana: ruínas	
	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	
	Conjunto arquitetônico	Arqueológico, etnográfico e paisagístico

Quadro 3
Bens salvaguardados pelo Iphan – Região sociocultural da Chapada Diamantina

Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Muitos edifícios apresentam numa fachada portas e janelas com arcos plenos e noutra arcos abatidos e apontados. Com frequência exibem “vãos também em forma de mitra, uma simplificação do arco ogival”. Em alguns municípios do território de identidade cultural da Chapada Diamantina há bens culturais salvaguardados pelo Iphan e também alguns tombados e registrados pelo Ipac. Uma tese de doutorado que estudou o potencial turístico da Chapada Diamantina (BRITO, 2005, p. 248-249) apresenta também uma lista de monumentos do patrimônio histórico de Andaraí, Campos de São João, Igatu, João Correia, Lençóis, Mucugê, Palmeiras e da zona rural.

Município	Bem cultural	Instit. jur.	Instit. resp.	Proc.	Notif./Dec.
Andaraí	Área contígua de proteção do Centro Histórico de Igatu	Tombamento	Ipac	011/95	N. 25/04/06
Lençóis	Vila de Barro Branco	Tombamento provisório	Ipac	003/01	N. 12/09/01
	Vila de Estiva	Tombamento provisório	Ipac	004/01	N. 12/09/01
Morro do Chapéu	Vila de Ventura	Tombamento provisório	Ipac	004/04	N. 17/01/05
	Sítio Arqueológico Cidade das Pedras	Tombamento provisório	Ipac	004/04	N. 17/01/05
Piatã	Capela de Nossa Senhora do Rosário	Tombamento provisório	Ipac	020/02	N. 05/08/03
	Igreja Matriz do Bom Jesus	Tombamento provisório	Ipac	021/02	N. 20/05/03
Seabra	Povoado de Alagadiço	Tombamento provisório	Ipac	010/02	N. 14/05/02
	Lagoa da Boa Vista	Tombamento provisório	Ipac	011/02	N. 14/05/02
	Campestre	Tombamento provisório	Ipac	012/02	N. 14/05/02
	Cocho do Malheiro	Tombamento provisório	Ipac	013/02	N. 14/05/02
	Vale do Paraíso	Tombamento provisório	Ipac	014/02	N. 14/05/02

Quadro 4
Bens culturais tombados e registrados pelo Ipac – Região sociocultural da Chapada Diamantina

Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac).

Criado em 1985, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que se estende por 152 hectares, entre os municípios de Andaraí, Ibicoara, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, se mantém mais como uma perspectiva preservacionista e de desenvolvimento sustentável do que como uma realidade, pela pouca capacidade de iniciativa institucional. Na defesa ambiental, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) e os órgãos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia apoiam-se em grupos ambientalistas não governamentais que, espontaneamente, colaboram na educação ecológica de nativos, imigrantes e visitantes e, principalmente, no combate a incêndios nas secas sazonais. A exuberante fauna nativa do início da ocupação econômica regional sucumbiu pela caça predatória. Sobrevivem algumas espécies ameaçadas: tatu, caititu, mocó, suçuarana, tamanduá e poucas outras. Há maior quantidade de espécies de aves de pequeno porte, como canário, graúna, sabiá, pintassilgo. Na diversificada vegetação predomina a formação de caatingas, alternada de gerais ou cerrados e carrascos. Há trechos de tensas matas de cipó. A flora resiste ao avanço da agricultura de coivara desde o início da colonização, com o agravante da mineração que revolveu todo o terreno onde esta foi praticada. Entretanto, existe, sobretudo nas serranias, grande diversidade de orquídeas, além de liliáceas, bromélias e grande variedade de plantas. Destaca-se um orquidário artificial particular, ao pé do morro do Pai Inácio. Nos capões de mata encontram-se várias espécies de árvores, algumas raras ou em vias de extinção: cedro, umburana, jequitibá, pau-d'arco (ipê roxo e amarelo), aroeira, biquiba, louro, jacarandá, angelim, baraúna, sucupira e outras (BRITO, 2005, p. 163-222).

Extensão da Cordilheira do Espinhaço, a Chapada Diamantina ramificou-se com as serras das Almas, da Tromba, do Sincorá, do Assuruá, em vários segmentos menores, nos quais se concentram as nascentes dos rios Paraguaçu, de Contas e Paramirim, as maiores altitudes da Bahia e do Nordeste do Brasil: Pico do Barbado (2.033 m), no distrito de Catulés, município de Abaíra; Pico do Itobira (1.970 m), entre Rio de Contas e Abaíra; e Pico das Almas (1.958 m), também nos limites de Rio de Contas. Suas serras expõem maravilhas paisagísticas: morros do Pai Inácio e do Camelo, em Palmeiras; do Ouro, em Barra da Estiva; do Paiol, em Ibitiara; e as serras do Roncador, em Andaraí; do Bastião, em Boninal; da Caiçara, dos Macacos e do Cafundó, em Ibitiara; dos Três Morros e de Santana, em Piatã; Chega Machado, em Seabra, e outras.

O relevo acidentado formou muitas cachoeiras, cascatas e corredeiras: cachoeira de Donana, com dez metros de altura e 30 de largura e do Roncador, com 15 metros de altura e vários saltos, em Andaraí; Cascata do Serrano, com 15 metros, dividida em várias corredeiras, em Lençóis; Sandália Bordada, 12 metros; Piabas, oito metros, e Sibéria, cinco metros, em Mucugê; Dois Braços, 30 metros, da Fumaça, 420 metros, e Riachinho, 18 metros, em Palmeiras; do Fraga, 20 metros, de José Guilherme, seis metros, do Guimarães, 12 metros, em Rio de Contas. A mais imponente cachoeira da região, a de Livramento, nos limites de Rio de Contas, despeja as águas do Rio Brumado desde 150 metros, num desnível total de 350 metros, e tem vazão que oscila entre 1,3 e 2,4 metros cúbicos por segundo. Entre as lagoas destacam-se: Encantada (500 m²), do Baiano (300 m²), do Ferreira (100 m²), em Andaraí, e

muitas outras. Há uma fonte termal com água quente, em Palmeiras, e balneários na maioria dos municípios, sobretudo nos cortados pelos rios formadores do Paraguaçu. Uma barragem construída pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) permitiu irrigar vasta área ao pé da Serra das Almas, nos municípios de Livramento e Dom Basílio, que produz hortaliças e frutas em larga escala. A produção de manga destina-se essencialmente ao mercado externo.

A Chapada Diamantina se caracteriza pela riqueza de recursos naturais de forte apelo para o ecoturismo e o alpinismo, de raríssima beleza paisagística nas grandes serras e morros rochosos e mata densa, rios perenes encachoeirados e balneáveis, com um dos maiores parques espeleológicos do mundo. Configura-se, portanto, como a região da Bahia mais rica em cavernas e pinturas rupestres (quadro 5), que atestam vivências ancestrais multi-milenares, entendidas como recursos utilizados por grupos humanos de passado remoto para se comunicarem ou registrarem fatos dos seus cotidianos. Seriam, portanto, um tipo particular de escrita, capaz de transmitir ideias através de elementos gráficos (ETCHEVARNE, 2007, p. 18-37).

Há grutas e cavernas de variadas dimensões e importância espeleológica ou arqueológica em quase todos os municípios da região, principalmente Iraquara, que tem parte considerável do território sobre cavernas, inclusive a cidade, onde passa o subterrâneo Rio Pratinha, tributário do Paraguaçu. Muitas dessas grutas tiveram seus interiores revolvidos por garimpeiros que, delas, extraíram diamantes e carbonados: Gruta Seca, do Gafanhoto, da Califórnia, do Criminoso, Coisa Boa, do Ribas, do Guanaes Mineiro (PEREIRA, 1937; AMARAL, 1923). Em Oliveira dos Brejinhos encontram-se as grutas do Frade, em Cocal, e dos Moribeca, em Cocalzinho. As maiores incidências de cavernas catalogadas estão em: Iraquara (55), Seabra (dez); Palmeiras (três). As mais extensas delas: Lapa Doce II (9.800 m), Torrinha (8.200 m), Lapa Doce I (5.600 m), Azul (2.500 m), Escôncio (1.500 m), Umburanas (1.200 m), todas em Iraquara; do Ioiô (4.000 m), em Palmeiras; Buraco do Cão (2.500 m) e do Diva (2.000 m), em Seabra.

Iraquara possui o maior parque espeleológico do Brasil, com fósseis vegetais e animais, inclusive humanos, e diversidade de pinturas rupestres. Foi cenário de vinhetas da telenovela Pedra Sobre Pedra, da Rede Globo, e de filmes. A Gruta da Lapinha, em Andaraí, mede dez metros de altura e um quilômetro de extensão. Apresenta formações iniciais de estalactites. É ponto de romaria e festeja, no 6 de Agosto, uma réplica reduzida da romaria de Bom Jesus da Lapa, e tem, por isso, grande número de ex-votos no seu interior. Poucas cavernas possuem algum tipo de infraestrutura turística, restrita à disponibilidade de guias para contratação e lampiões de gás para aluguel: Gruta Azul, Fumaça, Pratinha e Lapa Doce I, em Iraquara; e Gruta Santa, em Seabra. Encontram-se pinturas rupestres nas cavernas de Lagoa da Onça, Veado Galheiro, Fazenda do Poço, Caititu, Lapa da Água e Abrigo Santa Marta, todas em Iraquara, e na Gruta do Fêmur, em Palmeiras, existem ossadas humanas.

Município	Caverna	Caracterização
Por instrumento utilizado		
Morro do Chapéu	Abrigo do Sol	Pintura de dedo
Morro do Chapéu	Toca do Pepino	Pincéis finos
Oliveira dos Brejinhos	Pedra Furada	Pincéis grossos
Morro do Chapéu	Toca do Pepino	Pincéis grossos
Por pigmentação		
Morro do Chapéu	Pedra do Boiadeiro	Amarelo
Utinga	Pedra da Figura	Vermelho
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Amarelo
Lençóis	As Paridas I	Amarelo
Morro do Chapéu	Pedra do Boiadeiro	Branco
Morro do Chapéu	Abrigo do Sol	Branco
Morro do Chapéu	Bocaina	Preto
Por objeto desenhado		
Iraquara	Torrinha II	Galhos e folhas
Utinga	Pedra da Figura	Plantas e árvores
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Plantas e árvores
Oliveira dos Brejinhos	Pedra do Tapuio	Cactáceas
Piatã	Três Morros	Galhos e folhas
Por apresentação dos corpos desenhados		
Morro do Chapéu	Toca do Pepino	Corpos frontais
Morro do Chapéu	Toca do Pepino	Perfil
Morro do Chapéu	Toca do Pepino	Destaque de boca e olhos
Morro do Chapéu	Pingadeira	Destaque de boca e olhos
Utinga	Pedra da Figura	Destaque de boca e olhos
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Com movimento e repouso
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Corpo geometrizado
Morro do Chapéu	Pedra do Boiadeiro	Corpo geometrizado
Palmeiras	Matão de Baixo	Palmas de mão
Piatã	Lapa dos Tapuias	Plantas de pés
Desenhos de animais		
Palmeiras	Matão de Baixo	Lagartiformes
Palmeiras	Matão de Cima	Lagartiformes
Utinga	Pedra da Figura	Quadrúpedes (figuras cheias)
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Quadrúpedes (figuras contornadas)
Morro do Chapéu	Toca da Figura	Aves pernaltas
Morro do Chapéu	Pedra do Boiadeiro	Aves pernaltas
Lençóis	As Paridas IV	Aves pernaltas
Desenhos de pontos, linhas e traços		
Morro do Chapéu	Bocaina	Pontos e traços
Oliveira dos Brejinhos	Pedra do Tapuio	Pontos e traços
Iraquara	Torrinha I	Pontos e traços
Lençóis	As Paridas I	Composições elaboradas

Quadro 5
Identificação e caracterização de pinturas rupestres – Região sociocultural da Chapada Diamantina

Fonte: Etchevarne, 2007, p. 116-140.

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, ARTESANAIS, LITERÁRIAS E CÊNICAS

Rio de Contas tem tradição de artesanatos em metais (ouro, prata e outros), madeira e couro (PEREIRA, 1957, p. 99-125). Lá se produzem facas e punhais com cabos de níquel decorados, equipamentos e indumentárias de montaria em níquel, ferro, latão e madeira com incrustações metálicas, moldados em bigornas, forja de fole, furador, torno, polidor, esmeril, lima e martelo, tudo manual. Os artesanatos de couro vão de equipamentos de montaria a sapatos e sandálias rústicos e de fino acabamento. Entretanto, essa bissecular produção artesanal de Rio de Contas encontra-se em declínio, com a emigração de artesãos, por não suportar a concorrência de produtos industrializados, a falta de estímulo dos poderes públicos e a escassez e o conseqüente encarecimento de matérias-primas. Contudo, se produzem artefatos na maioria dos municípios, particularmente em Mucugê, Andaraí, Lençóis, Palmeira e Iraquara, com esses materiais e outros como pedra, vidro, cerâmica, papel, além de tecelagem, bordado, tricô e arranjos florais. Os grupos sociais alternativos também produzem artesanatos, que se diversificam quanto à natureza e ao estilo, conforme suas origens.

Nos municípios do núcleo central, região das Lavras, também declinam as atividades artesanais de tradição, como a lapidação de pedras preciosas, com a exaustão dos garimpos, que resistem clandestinamente. Até os trançados e cerâmicos escasseiam e os teares manuais desaparecem com a renda de bilros, o crochê, os bordados. Sobrevive a reciclagem de embalagens industriais, aproveitadas numa diversidade de objetos utilitários e decorativos, utensílios de madeira como gamelas, colheres de pau, móveis, componentes de decoração e de utilidades domésticas; produtos de couro como calçados, sandálias, mantas, cintos, chapéus, coletes e indumentária de equitação; utensílios de arame, gramíneas, cipós, palmas, plumas, fibras como cestas, balaios, sacolas, esteiras, tapetes e vassouras, em Seabra, Rio de Contas e outros municípios. Em Lençóis e vizinhança, ainda se produzem garrafas cheias de areia multicolorida, com a qual se elaboram desenhos de paisagens urbanas e rurais.

O auge minerador da Chapada Diamantina produziu alguns intelectuais. Dessa aristocracia acadêmica, acrescida de alguns autodidatas, surgiram romancistas, contistas, cronistas, ensaístas, enfim, um coronelismo ilustrado que se projetou no mundo literário e perpetuou, nas suas obras, a cultura e a memória regional: Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas (1824-1891), natural de Rio de Contas, trocou a medicina pela pedagogia e publicou vários estudos; Urbano Duarte (1855-1902), natural de Lençóis, destacou-se como jornalista, teatrólogo, humorista e membro fundador da Academia Brasileira de Letras; Afrânio Peixoto (1876-1947), também de Lençóis, médico, professor de medicina, deputado federal, componente da Academia Brasileira de Letras, ensaísta, pedagogo, romancista, crítico, trovador, cronista e biógrafo; Américo Chagas, de Palmeiras (1915), médico, poeta, ensaísta e cronista; Herberto Sales (1917), de Andaraí, romancista, ensaísta, cronista e contista, pertenceu à Academia Brasileira de Letras, e outros. Há muitas crônicas municipais, familiares e de costumes produzidas na região ou por pessoas naturais da região que vivem em outras plagas. Há também obras de poetas e repentistas, como a do coronel Manoel Alcântara de Carvalho. Nas últimas décadas, filhos da

Chapada Diamantina têm-se destacado pela produção acadêmica, literária e artística: Walfrido de Moraes, jornalista, professor e escritor; Orlando de Salles Senna, jornalista e cineasta; Ronaldo de Salles Senna, professor, antropólogo e escritor, entre outros poetas e prosadores. Também se roteirizaram obras literárias sobre a Chapada Diamantina e se produziram filmes como *Bugrinha* e *Cascalho*, baseados respectivamente em obras de Afrânio Peixoto e Herberto Salles, ambos rodados na região, cenário de também de várias outras películas.

O uso de espaços da Chapada Diamantina como cenários cinematográficos exerceu, de algum modo, influência na cultura regional. Despertou, por exemplo, o interesse de jovens pelas artes cênicas, perceptível pelo número de grupos de teatros que atuam em colégios e palcos improvisados nas diversas cidades, e o Festival de Cinema de Curta Metragem de Iraquara. Para isto também concorreram as obras de Orlando Senna, natural de Lençóis, e suas atividades nos cargos públicos que exerceu na área de cultural.

Sobre este território de identidade cultural há obras literárias consideráveis como o romance de Lindolfo Rocha (1980), ambientado em Igatu, que narra o cotidiano de garimpeiros, tropeiros, prostitutas e outros tipos lavristas durante a grande seca de 1857-1862, no auge da extração de diamantes, e estudos significativos sobre elas, entre outros, as dissertações de mestrado de Cristina Pina (1997) e Everaldo Augusto (2007).

Existem, na região, alguns museus e centros culturais, entretanto, como espaços de estudos e pesquisas, há que se ressaltarem os acervos documentais dos arquivos públicos, em particular os de Rio de Contas, Mucugê e Lençóis. Há bibliotecas em quase todos os municípios, apenas algumas com acervos bibliográficos que ultrapassam o nível elementar, e pequenos museus. São raros e decadentes os cinemas e mais escassos os teatros, dos quais destacam-se o São Carlos, em Rio de Contas, pela antiguidade, e o de Arena, em Lençóis, que aproveitou os alicerces de um projeto de igreja nunca edificada na praça central da cidade.

A Chapada Diamantina, identificada como uma das “regiões socioculturais da Bahia” ou um dos seus territórios de identidade cultural, para efeito deste estudo, caracteriza-se como a de menor oferta de ensino público superior. Funcionam apenas um curso de Pedagogia e outro de Letras, na Universidade do Estado da Bahia em Seabra, e há um *campus* avançado da Universidade Estadual de Feira de Santana que oferece cursos de especialização para profissionais de nível superior. Constrói-se, também em Seabra, um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Em volta deste território de identidade cultural há unidades de ensino superior público em Itaberaba, Irecê, Jacobina e outras cidades mais distantes e algumas da iniciativa privada.

ARGUMENTOS FINAIS

Podem-se considerar características essenciais do território de identidade da Chapada Diamantina, em decorrência da sua formação histórica de intensas e diversificadas influências

étnicas e culturais sobre a base social colonizadora branca e negra, miscigenada com indígenas, numa mestiçagem social, cultura híbrida e eclética. Ressaltam-se como marcos de referência cultural no imaginário social o poder do coronel, a coragem do jagunço e o bambúrrio do garimpeiro. Vislumbra-se um passado glorioso, de fausto, festa e fuzil; um presente saudoso, de mudanças, resistências e esperanças; e um futuro grandioso, de desenvolvimento social, equilíbrio ecológico e crescimento econômico.

Do mesmo modo que outras culturas garimpeiras, a da Chapada Diamantina conserva traços românticos e quiméricos. A base cultural herdeira da colonização nem sempre absorveu as influências exógenas. Valores ancestrais foram preservados como instrumento de resistência em cada segmento étnico miscigenado, como o culto do Jarê, de matiz afro-brasileira; folguedos, autos natalinos e bailes pastoris, de remotas origens europeias e asiáticas, consolidados pela colonização portuguesa.

Tudo isto se acrescenta às exuberantes paisagens, aos riquíssimos recursos naturais, às elevadas e íngremes serranias, aos morros rochosos, às remanescentes densas matas, aos balneários fluviais, às cachoeiras que derramam de grandes alturas, a um dos maiores parques espeleológicos, com abundantes pinturas rupestres, que registram milenares experiências humanas. E a estes monumentos naturais somam-se os arquitetônicos do século XVIII de Rio de Contas e do século XIX de Mucugê, Andaraí, Lençóis, Palmeiras, Morro do Chapéu e de antigos povoados de garimpeiro como Igatu e vários outros. Nestas circunstâncias, pode-se afirmar que a Chapada Diamantina apresenta enorme potencial turístico, oferece várias alternativas aos visitantes, desde urbanas a rurais, de ecológicas a alpinistas, de religiosas a esotéricas, e dispõe de razoável infraestrutura de serviços, desde vias de acesso a condições de hospedagem.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições práticas da província da Bahia: com declaração de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1979.
- ALMEIDA, Kátia Lorena Novaes. *Alforrias em Rio de Contas, Bahia, Século XIX*. 2006. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- AMARAL, Braz. *História da Bahia, do Império à República*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.
- APB. Colonial e Provincial. Livro n. 4.792, Reg. 2, p. 2v-4. Registro das terras de “Andarahy de Baixo ou Araçás”, declaradas por Anna Francisca de Morais Rocha, viúva de Francisco José da Rocha Medrado e filhos, Santa Isabel do Paraguaçu, 8 fev. 1857, com traslados de escrituras de compras e vendas de toda a cadeia sucessória, desde João Amaro Maciel Parente, donatário da sesmaria.
- ARAÚJO, D. A. de; NEVES, E. F.; SENNA, R. de S. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis): narrativa de garimpos e interpretações da cultura*. Feira de Santana: UEFS, 2002.
- AUGUSTO, Everaldo. *Literatura e documento: histórias e mitos na primeira narrativa de Herberto Salles*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2007.
- BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo. Coordenação de Cultura. *Guia Cultural da Bahia: Chapada Diamantina*. Salvador, 1999.

- BRAGA, Célia Maria Leal; SENNA, Ronaldo de Salles; MACHADO NETO, Zahide. *Garimpos e garimpeiros na Bahia*. Feira de Santana: UEFS, 2008.
- BRITO, Francisco Emanuel Matos. *Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina*. Salvador: Edufba, 2005.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAGAS, Américo. *Montalvão*. 2. ed. [Salvador]: Secult, 1998.
- _____. *O chefe Horácio de Matos*. São Paulo: [s. n.], 1961.
- _____. *Requestado*. São Paulo: [s. n.], 1956.
- COSTA, Afonso [A. C.]. As terras de Guedes de Brito. *Revista do IGHB*, [Salvador], v. 11, n. 42, p. 68-74, 1916.
- COSTA, Afonso. Guedes de Brito, o povoador (história de Jacobina). *Anais do APEB*. Bahia, n. 32, p. 218-331, 1952.
- COSTA FILHO, Miguel. *Dois séculos de um latifúndio*. Rio de Janeiro: Livraria São José e Departamento de Imprensa Nacional, 1958. Separata da Revista do IGHB, v. 241.
- DANTAS JÚNIOR, Antônio Barreto. *Cel. Francisco Dias Coelho, o Diamante Negro: nosso mais ilustre filho e importante coronel*. Salvador: EGBA, [2007].
- ETCHEVARNE, Carlos (Coord.). *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Vestal, 2007.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia: monumentos e sítios Serra Geral e Chapada Diamantina*. 2. ed. Salvador: IPAC, 1997.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- LEITE, Jedeon Gomes. *"Terra do frio", coronéis de "sangue quente": política, poder e alianças em Morro do Chapéu (1919-1926)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.
- MORAIS, Walfrido de. *Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas lavras da Bahia*. 4. ed. Salvador: IPAC, 1991.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e amp. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Eduefs, 2008.
- _____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2005.
- _____. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana: UEFS; Salvador: Arcádia, 2002.
- _____. Narrativa e interpretação: da corografia à história regional e local. In: ARAÚJO, D. A. de; NEVES, E. F.; SENNA, R. de S. *Bambúrrios e Quimeras: narrativas de garimpos e interpretações da cultura*. Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 17-38.
- _____. *Dimensão histórico-cultural: Chapada Diamantina*. Salvador: CAR, 1997. (Cadernos CAR, 20).
- NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos Sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007.
- NEVES, Juliana Brainer Barroso. *Colonização e resistência no Paraguaçu – Bahia, 1530-1678*. 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

NEVES, Juvenal. *Vilarejo: a Vila do Bom Sossego. A verdadeira história da Chapada Diamantina – Bahia*. Salvador: Pergaminho, 1991.

OLIVEIRA, Ivan Guanais de. *Campestre do coronel e o poder das oligarquias*. Salvador: Contexto & Arte, 2007.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Minas do Rio das Contas, hoje município de Rio de Contas*. Bahia [Salvador]: Tip. São Miguel, 1940.

PEREIRA, Gonçalo de Athayde. *Memória histórica e descritiva do município do Andarahy*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

_____. *Memória histórica e descritiva do município de São João do Paraguaçu*. Bahia: Litho-Typ. e Encadernação Reis & C., 1907.

_____. *Memória histórica e descritiva do município de Lençoes (Lavras Diamantinas)*. Bahia, 1910.

_____. Notícias sobre a descoberta das Lavras Diamantinas na Bahia. *Revista do IGHB*, Bahia, v. 19, p. 75-80, 1899.

PEREIRA, José Carlos da Costa. Rio de Contas parque artesanal do sertão. In: _____. *ARTESANATO e arte popular – Bahia*. Cadernos de Desenvolvimento Econômico. Bahia, 1957. p. 99-125.

PINA, Maria Cristina Dantas. *Diamantes de papel: um estudo das leituras sobre as Lavras Diamantinas no século XIX*. 1997. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 1997.

_____. *Santa Isabel do Paraguassu: cidade, garimpo e escravidão nas Lavras Diamantinas, século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

PINSKY, Carla Bessanezi; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros: [S. n.]. 1979.

QUEIRÓZ, Claudionor de Oliveira. *O sertão que eu conheci*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

ROCHA, Lindolfo. *Maria Dusá*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980.

RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1988.

ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. 1973. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1973.

SALES, Herberto. *Cascalho*. Rio de Janeiro: Ediouro, [198?].

_____. *Garimpos da Bahia*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1955. p. 7-9.

SENNA, Ronaldo de Salles. *A seda esgarçada: configuração sociocultural dos ciganos de Utinga*. Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____. Passado projetado e presente anterior: o século XX que foi possível, regionalmente, traduzir. In: ARAÚJO, D. A. de; NEVES, E. F.; SENNA, R. de S. *Bambúrrios e quimeras (olhares sobre Lençóis): narrativa de garimpos e interpretações da cultura*. Feira de Santana: UEFS, 2002. p. 215-252.

_____. *Jaré: manifestação religiosa na Chapada Diamantina*. Feira de Santana: UEFS, 1998.

_____. *Lençóis: um estudo diagnóstico*. Feira de Santana: UEFS, 1996.

SIERING, Friedrich Câmara. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência nos sertões dos maracás, 1650-1701*. 2008. Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SILVA, Pedro Celestino. Notícias históricas e geográficas do município de Caetité. *Revista do IGHB*, Bahia, n. 58, p. 93-294, 1932.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy da. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990. p. 17-42.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, Albertina Lima. *Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – UNICAMP, Campinas, 1997.

PARTE IV

SERRA GERAL/SUDOESTE

92

Série Estudos e Pesquisas

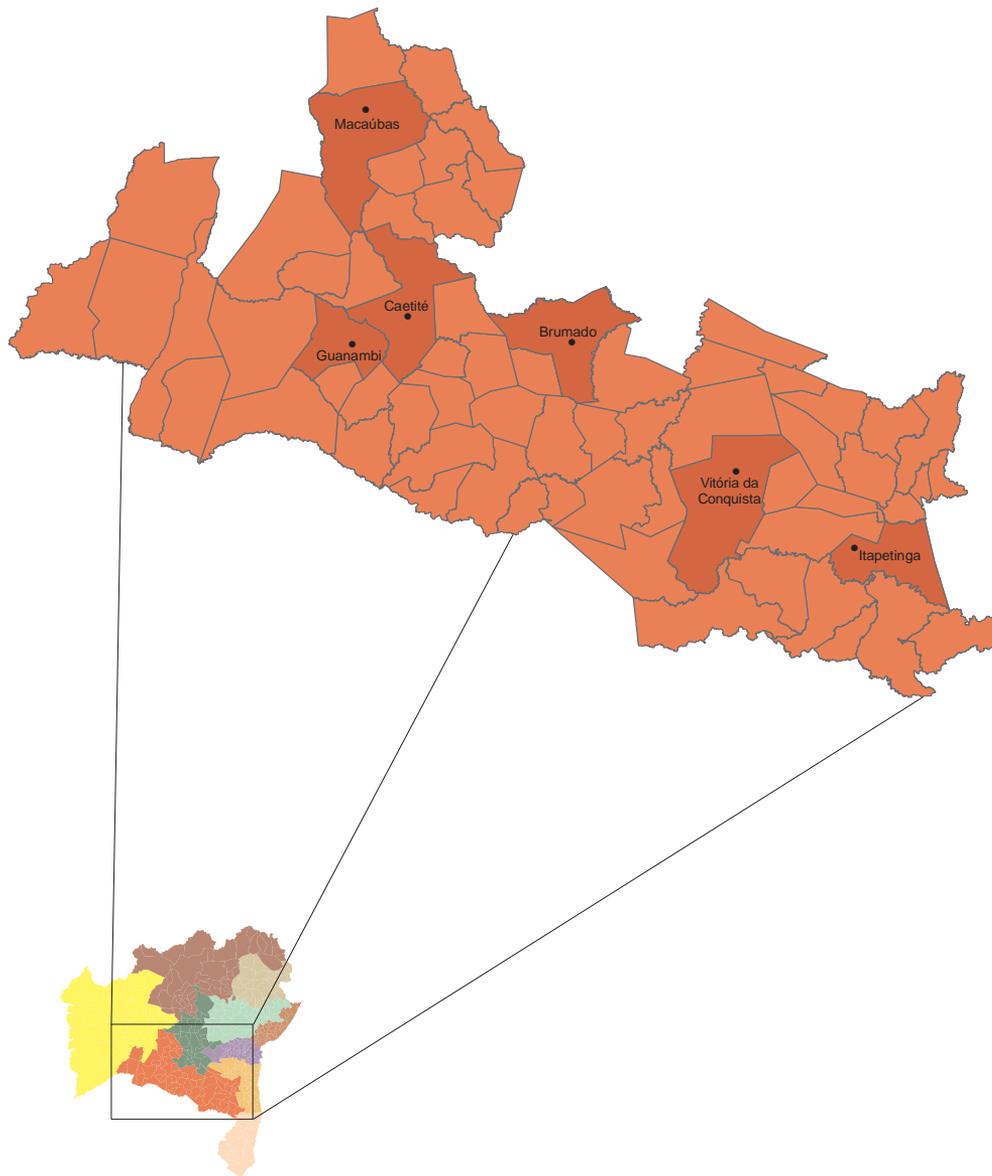
SERP





SERRA GERAL/SUDOESTE

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
SERRA GERAL/SUDOESTE
Divisão Municipal e Principais Cidades



EXTERIORIDADES CULTURAIS CONTEMPORÂNEAS DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E DO SERTÃO DA RESSACA

Erivaldo Fagundes Neves*
Caio Figueiredo Fernandes Adan**

INTRODUÇÃO

Este estudo pretende avaliar conjuntamente quatro territórios de identidade baianos compreendidos como integrantes de uma só região sociocultural, assim definida pelo projeto *Panorama Cultural da Bahia Contemporânea*, das secretarias de Planejamento e Cultura do Estado da Bahia, a fim de identificar os padrões de interação sociocultural estabelecidos entre si, bem como a amplitude e a diversidade do patrimônio histórico e cultural que lhes singularizam. A região sociocultural em questão compreende um total de 65 municípios, aglutinados em quatro territórios de identidade.

A Bacia do Paramirim é composta de nove unidades administrativas, nas quais se exploram minérios e se empreendem a pecuária e a policultura agrícola desde o início do século XVIII. O Sertão Produtivo reúne 19 comunas, cujos territórios ocuparam-se economicamente a pecuária e a policultura de cereais e de algodão, também desde início do século XVIII, com minérios a partir do XIX e indústrias na transição do século XX (cimento em Brumado e Ituaçu). Vitória da Conquista agrega 24 municipalidades, cujos territórios, após o massacre de povos indígenas, ocuparam-se com a pecuária e a policultura cerealífera, onde se desenvolvem indústrias de vários ramos. Itapetinga aglutina 13 municípios, em território ocupado economicamente na mesma época e circunstâncias, cuja economia assenta-se na pecuária, nas indústrias de laticínios e calçados e em artefatos de couro.

Território	Municípios
Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibipitanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires, Tanque Novo
Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi
Vitória da Conquista	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraibas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista
Itapetinga	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória

Quadro 1
Territórios de Identidade e municípios componentes

* Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); graduado em Licenciatura em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSal).. Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). erivaldoneves@atarde.com.br

** Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); especialista em História da Bahia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UESC); graduado em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). caiodan@gmail.com

A compreensão deste conjunto regional, em função de sua amplitude e diversidade, demanda uma abordagem panorâmica que parte da afirmação de sua vinculação a um passado histórico comum, relacionado à dinâmica de conquista e colonização dos territórios historicamente conhecidos por Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca. Em seguida, aponta os principais fatores que contribuíram para as tendências de diferenciação sub-regionais que atuaram sobre aqueles territórios nas últimas décadas, sem, contudo, anular os fenômenos de interação social, intercâmbio econômico e integração cultural que ainda hoje constituem elementos de coesão entre os territórios e que singularizam esta região sociocultural no conjunto do estado, a despeito das especificidades apresentadas em cada território na contemporaneidade.

Assim, definem-se os objetivos principais desse estudo: identificar os aspectos essenciais da formação social, o desenvolvimento socioeconômico e a instituição dos poderes locais na aludida região sociocultural; delinear as mais expressivas manifestações culturais contemporâneas, referenciadas na formação político-econômica e socioambiental dos territórios de identidade; averiguar eventuais ocorrências de intercessão cultural inter-regional e distinguir identidades e semelhanças entre os mais expressivos referentes; verificar a contribuição das manifestações culturais na construção da identidade regional e suas variáveis internas; apresentar as mais conhecidas obras literárias e cênicas e ressaltar a diversidade de artesanatos; caracterizar os patrimônios arquitetônico, arqueológico, paleológico e paisagístico; destacar a diversidade de folguedos, ritos, alternativas gastronômicas, e avaliar os seus respectivos potenciais turísticos e perspectivas de sustentabilidade.

Para tanto, consideram-se não apenas os padrões de interação que vinculam os quatro territórios de identidade em estudo entre si, mas, também, a influência sobre este conjunto de outras significativas formações culturais, presentes nos territórios de identidade que bordejam a aludida região, quais sejam: Sertão do Velho Chico, Chapada Diamantina, Médio Rio de Contas e Litoral Sul. Há que se levar em conta ainda o caráter integrativo que esta região ocupou e ocupa na dinâmica comercial entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil, materializado, sobretudo, numa notável interação social, comercial e cultural, que tem como principal ponto de contato o norte do estado de Minas Gerais, com o qual a região faz divisa.

O território da Bacia do Paramirim, por exemplo, mantém estreitos vínculos culturais com os territórios de identidade da Chapada Diamantina e do Velho Chico. Naquela zona, explorou-se ouro no entorno de Morro do Fogo (Érico Cardoso) desde o século XVIII, numa expansão do movimento minerador oriundo de Rio de Contas. Recentemente extraíram-se também outros minérios, como o chumbo de Boquira, explorado em larga escala, desde a década de 1950, até a exaustão das jazidas, por volta de 1980. A vinculação deste território com a Chapada Diamantina esteve relacionada ainda à influência do coronel Horácio de Matos sobre Macaúbas e Paramirim, que estendeu àquela região suas práticas de mando (MATOS, 1923).

No dito Sertão Produtivo, especificamente nos municípios de Brumado, Livramento, Contendas do Sincorá, Ituaçu e Tanhaçu, situados na fronteira setentrional do território, permanecem traços culturais da Chapada Diamantina, mais ou menos evidentes, decorrentes justamente de sua estreita e antiga interação com a cidade de Rio de Contas, situada nesse território. Em sua face oeste, notadamente em Iuiú, Palmas de Monte Alto e Sebastião Laranjeira, manifestam-se afinidades de usos e costumes com o Médio São Francisco, de algum modo estendidas até Candiba e Guanambi, e que se devem estreitar com a instalação de uma adutora que partirá de Malhada e abastecerá estes municípios e seus vizinhos com as águas do Rio São Francisco.

Já no território de Vitória da Conquista, verifica-se uma intensa dinâmica de interação social, econômica e cultural com o território do Médio Rio de Contas, que se situa a nordeste dali e cuja ocupação econômica decorre, em parte, da expansão da atividade pecuarista estruturada a partir do Planalto da Conquista. Jequié, o principal núcleo urbano daquele território, ostenta ainda hoje vínculos estreitos com os municípios do território da Conquista, especialmente Poções e a própria Vitória da Conquista, fenômeno em grande parte favorecido pela ligação destas cidades por meio da BR-116. De maneira semelhante, o território de Itapetinga, constituído como desdobramento do mesmo processo de expansão da pecuária naquele entorno, conserva também relações bastante próximas com os territórios de identidade que lhe são contíguos, o Litoral Sul, com destaque para a centralidade de Itabuna enquanto núcleo urbano que termina por fazer convergir para si parte dos fluxos sociais e econômicos engendrados na região, e também o Extremo Sul da Bahia.

Finalmente, todos os quatro territórios analisados mantêm relações comerciais e sofrem influências culturais do norte de Minas Gerais. Esse processo é marcado, inclusive, por um forte trânsito de pessoas que circulam entre eles e o estado vizinho, interessadas na obtenção de mercadorias, serviços médicos, oportunidades de emprego, espaços de qualificação profissional e formação educacional, entre outros, destacando-se, nesse contexto, a cidade de Montes Claros e seu entorno como principal centro de convergência destes processos que, por sua vez, alcançam a capital do estado vizinho, Belo Horizonte.

Note-se, a este respeito, que tal articulação não é recente. Remonta ao tempo da colonização, quando se verificou o processo de conquista e aproveitamento econômico destes territórios, a partir de semelhantes impulsos (mineração e expansão pecuarista). Assim, pode-se dizer que, ainda hoje, a intensa interação que se estabelece entre os territórios do sudoeste baiano e do norte de Minas Gerais se faz a despeito das fronteiras e divisas que perpassam aquele espaço, vivido, de certa forma, como um território comum, como fora no passado. Significativo ainda o fato de que, no período colonial, esta porção setentrional do estado de Minas Gerais esteve adjudicada à capitania da Bahia, vindo a se desmembrar dela somente no século XVIII.

No escopo deste estudo, definiu-se por contemporaneidade a segunda metade do século XX e primeira década do seguinte, período marcado pelas intensivas extração e exportação de

chumbo em Boquira; pela expansão algodoeira, com introdução da monocultura e o advento da praga “bicudo do algodoeiro” (*Anthonomus grandis, Boheman*), que dizimou a cotonicultura da Serra Geral, e pela abertura das rodovias Rio – Bahia (BR-116), de ligação Nordeste-Sudeste do Brasil, e Ilhéus – Bom Jesus da Lapa (posteriormente fracionada em segmentos das BR-415, BA-262, BR-030 e BR-430). Estes fatores intervenientes na economia e nos costumes regionais proporcionaram a instalação de indústrias e o desenvolvimento socioeconômico regional, sobretudo em Vitória da Conquista, que se tornou entroncamento rodoviário e se inseriu num fluxo de dinâmicas comerciais mais amplas.

FORMAÇÃO TERRITORIAL DO ALTO SERTÃO DA BAHIA E SERTÃO DA RESSACA

Como dito anteriormente, a abordagem da formação histórica regional ora proposta apoia-se na aglutinação dos municípios de quatro territórios de identidade cujas vivências contemporâneas revelam interatividade sociocultural e complementaridade econômica, em duas amplas formações histórico-culturais – o Alto Sertão da Bahia e o Sertão da Ressaca – inicialmente integradas à municipalidade de Minas de Rio de Contas, instituída em 1725, e depois à da Vila Nova do Príncipe e Santa Ana do Caitaté, emancipada daquela em 1810.

Por Alto Sertão da Bahia identifica-se uma região no sudoeste do estado, originária da formação do território colonial, que necessita de historicização para se identificarem os fatores decisivos desta construção e as condicionantes geográficas, culturais e históricas que lhe particularizam e formam as percepções e o imaginário de seus habitantes (ESTRELA, 2003, p. 37). Como espacialidade, referencia-se na distância do litoral, talvez reforçada pela posição relativa ao curso do Rio São Francisco, e no relevo baiano, que ali projeta as maiores altitudes do Nordeste do Brasil (NEVES, 2008, p. 27-28). Sem contornos precisos, abrange o território angulado pelos rios Verde Grande e São Francisco, por onde se estende a Serra Geral, permeada pelos subvales Rãs, Santana, Santa Rita, Santo Onofre e Paramirim, da bacia sanfranciscana; e São João, Antônio, Gavião e Brumado, tributários do Rio de Contas (NEVES, 2005, p. 18)¹. Já o Sertão da Ressaca herdou esta denominação de um riacho cujas águas descem as montanhas aos borbotões até o Rio Gavião. Antes de se estender para a região, esta toponímia transferiu-se para a fazenda baluarte da conquista do território dos arredios Botocudos, na transição para o século XIX. Essa fazenda foi estabelecida por Matias João da Costa, fazendeiro vinculado a Pedro Leolino Mariz, sogro do comandante da guerra ao gentio e pioneiro da colonização regional, João Gonçalves da Costa².

A primeira presença do colonizador nas proximidades dos territórios de identidade do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca deu-se com a passagem da expedição de 12

¹ Além dos títulos citados, sobre o Alto Sertão da Bahia, acrescentam-se: PIRES, 2003; NEVES; MIGUEL, 2007; NEVES, 2007; PIRES, 2009.

² Sobre a conquista territorial, a ocupação econômica e o posterior desenvolvimento desta região, ver: PARAÍSO, 1998; MIGUEL, 2000; SOUSA, 2001; IVO, 2004; NOVAIS, 2008; IVO, 2009.

portugueses e do jesuíta espanhol João de Azpilcueta Navarro que, sob o comando de Francisco Bruza Espinosa, marcharam durante dez meses, entre os anos de 1554 e 1555. De Porto Seguro, a expedição teria atravessado a Serra do Mar, chegando ao Rio São Francisco, de onde retornou pelos rios depois identificados como Verde e Pardo até o litoral (NAVARRO, 1988, p. 172-175). Entretanto, a conquista e a ocupação territorial se fizeram com as guerras particulares e sem registros que Antônio Guedes de Brito movera contra as populações nativas para estabelecer fazendas pecuaristas que arrendava ou cuja administração direta assumia ao longo dos cursos dos afluentes do São Francisco e das bacias do leste, entre as quais: Brejo Grande ou Brejo das Carnaíbas, no Rio das Rãs; Canabrava, no Santo Onofre; Boa Vista, no São João; Brejo do Campo Seco, no Rio do Antônio; Condeúba, no Gavião, e muitas outras.

O primeiro aglomerado populacional formou-se com a descoberta de jazidas auríferas na Serra da Tromba. Para se estabelecerem as instituições da sociedade e do Estado, o governo metropolitano determinou a fundação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, ao pé da Serra das Almas, construída por Pedro Barbosa Leal em 1725, depois transferida para o topo da cordilheira. A instituição de capelas³ por fazendeiros deu origem à maioria dos núcleos populacionais que se seguiram: Caetité (SILVA, 1932, p. 93-294; PEDREIRA, 1959a, 1959b, 1960a, 1960b, 1960c; NEVES, 2003); Macaúbas (CAMPOS, 1916, p. 501-518; SODRÉ, 1999); Vitória da Conquista (TORRES, 1897, p. 530-545; SOUSA, 2001; MIGUEL, 2000); Palmas de Monte Alto (PERES, 1952, p. 207-216; MOURA, 1989); Condeúba (TORRES, 1895a, 1895b, 1896a, 1896b); Poções (TORRES, 1899, p. 253-267); Brumado (SANTOS FILHO, 1956; PEDREIRA, 1957) e outros.

Os primeiros registros históricos sobre os dois amplos territórios, Alto Sertão da Bahia e Sertão da Ressaca, do mesmo modo que a respeito de outras regiões do estado, constituem memórias histórico-descritivas, no formato de narrativas de acontecimentos, apresentadas como absolutas expressões da verdade; crônicas históricas (GUMES, 1918; SANTOS, 1954; TANAJURA, 1992, 2003), mais literárias que historiográficas; roteiros de sertanistas (DELGADO, 2007, p. 59-125) e diários de viajantes (WIED, 1989; SAMPAIO, 1933, p. 285-377), elaborados como relatórios de expedições dispostos na ordem cronológica; e, modelo mais frequente, verbalizações coloquiais sobre cotidianos familiares e comunitários (GUMES, 1974; NEVES, 1986; TEIXEIRA, 1991). Estes registros narrativos revelam os modos de pensar, sentir e agir das populações que ocuparam e transformaram aquele semiárido em sertão produtivo. Reúnem dados e informações que revelam o processo de construção das referências culturais dos dois territórios, de origens coloniais comuns, e indicam os referentes da formação de sentimentos das respectivas populações, dos sentidos de pertencimento que fundamentam estas regionalizações e dos discursos identitários de cada grupo social.

³ Instituição eclesiástica de origem medieval, semelhante ao morgado. Instituiu-se com a doação de uma gleba a um santo ou divindade, para construção e conservação de um templo, com o produto de arrendamentos temporários ou aforamentos perpétuos, para cultivos ou edificações. Mantinha as mesmas condições de hereditariedade, inalienabilidade, indivisibilidade e primogenitura do morgado.

Em geral, estas memórias histórico-descritivas elaboradas por sócios do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) caracterizam-se pela falsa modéstia, usual em discursos do gênero, cujos autores, que se apresentam como “o menos competente”, a quem faltaria “talento oratório e ilustração”, pedem “benevolência” aos ouvintes ou leitores (TORRES, 1895a, p. 2, 4, 105-125; TORRES, 1895b, p. 2, 5, 243-266; TORRES, 1896a, p. 3, 7, 4-24; TORRES, 1896b, p. 3, 8, 169-189). Compunham-se quase sempre de três partes: apresentação de aspectos geográficos, que emolduram grandiosamente os fatos, com longas listas de elementos geomorfológicos, pluviais, hidrográficos, climáticos, da fauna e da flora; narrativa das práticas religiosas e das virtuosidades dos párcos; e descrição do que denominavam de “história civil” ou “notícia histórica”, com apresentação de datas e agentes das criações e administrações de freguesias, distritos, municípios e comarcas. Frequentemente, concluíam com laudatórios dados biográficos de personagens destacadas do município focalizado. Nesse narrar o dia-a-dia da população, transmitiam informações sobre o andar da economia, as articulações sociais e políticas, as festas, os folguedos, as intrigas, enfim, o cotidiano comunitário (SANTOS, 1995; COTRIM, 1994, 2001; DAVID, 1999; CERQUEIRA, 1999) Deste modo, ofereceram dados municipais e das interações sociais e culturais de suas populações, como se a história da Bahia resultasse de somatório das municipais e a do Brasil, dos estados.

Formação municipal

A freguesia de Santa Ana do Caitaté, instituída em 1754, emancipou-se de Rio de Contas em 1810, com a denominação de Vila Nova do Príncipe e Santa Ana de Caitaté, com o acréscimo, ao nome da padroeira, de uma homenagem ao príncipe regente, D. João, que dois anos antes transferira a capital de Portugal para o recôncavo da Baía de Guanabara. No século XIX, de Caetitê autonomizaram-se: Imperial Vila da Vitória (Vitória da Conquista), em 1840; Santo Antônio da Barra (Condeúba), em 1860; Bom Jesus dos Meira (Brumado), em 1877; Boa Viagem e Almas (Jacaraci), em 1880; e Vila Bela das Umburanas, em 1889, cuja sede municipal deslocou-se, em 1918, para Duas Barras, que passou denominar-se Urandi (SOARES, 1918, p. 363). E de cada um destes dobraram novos municípios. Ainda em 1880, de Vitória da Conquista tornou-se independente Poções e, na sequência, outras municipalidades. Macaúbas separou-se de Urubu (Paratinga) em 1832 e, deste novo município, Monte Alto (Palmas de Monte Alto), em 1840. No curso do século XX multiplicaram-se as autonomias municipais no Alto Sertão da Bahia e no Sertão da Ressaca.

Deste modo, à medida que avançava a produção de algodão naqueles sertões, expandia-se paralelamente a hierarquia urbana regional, favorecida pela imigração oriunda de Minas Gerais e Goiás, sempre assegurada pelo sustentáculo da policultura e da pecuária. No século XIX, pode-se visualizar a constituição de uma rede de cidades bem estruturada na região, centralizada politicamente em Caetitê. A atuação desta cidade na cena política baiana, aliás, é destacada por participar ativamente nas lutas pela Independência do Brasil (SOUZA FILHO, 2003) e contribuir com expressivas lideranças políticas baianas, tanto no tempo do Império quanto no período republicano, especialmente na Primeira República, quando governou a Bahia o caetiteense Joaquim Manuel Rodrigues Lima (1892-1896).

Vila originária	Núcleos urbanos	Território de identidade	Fronteiras culturais
Urubú (1745)	Macaúbas (1832) • Monte Alto (1840) • Guanambi (1919)	Paramirim Sertão Produtivo	Velho Chico e Chapada
Caetité (1810)	Condeúba (1860) Urandi (1889) Bom Jesus dos Meira - Brumado (1877) Almas - Jacaraci (1880) Conquista (1840) Poções (1880) • Itambé/Itapetinga (1952)	Sertão Produtivo Conquista Itapetinga	Minas Gerais (Minas Novas, Serro Frio) Chapada (Rio de Contas, Jussiape, Barra da Estiva) Médio Contas (Jequié/Boa Nova) Litoral Sul (expansão pecuária)

Quadro 2
Fronteiras culturais das vilas originárias de Caetité

O estabelecimento precoce de sua câmara municipal foi, sem dúvida, um fator que contribuiu para o fortalecimento da cultura política na região. Outra consequência desse processo foi a difusão de práticas culturais tipicamente urbanas no município. Uma pesquisa recente apontou a difusão, na cidade, de práticas e ideias de urbanidade associadas a princípios de modernidade típicos do início do século XX (GUIMARÃES, 2010). Entre essas sociabilidades urbanas, destacam-se a construção do Theatro Centenário, em 1922, e o estabelecimento do Cine Victória, que funcionou na cidade entre as décadas de 1940 e 1960 (CASTRO, 2007).

No conjunto desses aspectos de urbanidade, ressalta-se ainda a presença de uma forte tradição editorial que veio a ser importante instrumento de informação e mobilização política no contexto regional. João Antônio dos Santos Gumes, por exemplo, editou o jornal quinzenal *A Penna*, entre 1897 e 1930, em Caetité, num prelo próprio, onde também foram impressos outros jornais de curta duração (*O Caetiteense*, *O Combate*, *O Pequeno Diário*, *O Dever*, *O Lápis*, *O Arrebol*, *O Garoto*), além de jornais publicados em várias cidades, inclusive Vitória da Conquista, entre os quais *O Cravo*, *Bem-Te-Vi*, *A Luz* e *O Horizonte* (CADENA, 1985a, 1985b, 1985c, 1986d), e livros, alguns dos quais escritos pelo próprio João Gumes, como *Os Sampauleiros*.

Quando o caetiteense Anísio Teixeira ocupou o cargo de delegado geral de ensino, no governo de Francisco Marques de Góis Calmon (1924-1928), a Tipografia Gumes imprimiu a ilustrada *Revista de Educação*, editada pela Escola Normal de Caetité, além de programas do ensino desta escola.

A Escola Normal de Caetité, criada quando o caetiteense Joaquim Manoel Rodrigues Lima governou a Bahia (1892-1896), foi fechada pelo seu adversário político Severino Vieira (1900-1904), que colocou em disponibilidade todo o professorado. O médico, coronel da Guarda Nacional e chefe político local, Deocleciano Pires Teixeira, ofereceu o imóvel para os presbiterianos que instalaram o Instituto Ponte Nova, na Chapada Diamantina, a fim de estabelecer ali o Colégio Americano, onde também difundiram seu culto. Para

apaziguar a Igreja Católica, Teixeira convidou também os jesuítas do Antônio Vieira e inaugurou na cidade outro colégio, vendido depois para o padre Palmeira, que o transferiu para Vitória da Conquista. Em 1924, Anísio Teixeira recriou a Escola Normal de Caetité. Estes fatos definiram a tradição normalista no local, que formava professores primários e colegiais para toda a região.

Contemporaneamente, Caetité viu sua centralidade regional declinar. Perdeu grande parte de seu peso político-econômico para outras municipalidades emergentes, destacadamente Vitória da Conquista e, mais tarde, a vizinha e comercialmente mais dinâmica Guanambi. Tais mudanças, contudo, nunca chegaram a retirar de Caetité a condição de centro de referência das hierarquias, social e política, regionais, especialmente no campo da formação cultural e educacional. Brumado também se destaca nesse cenário, em decorrência do seu forte comércio e da intensa atividade mineradora. Atua como centralidade para as cidades da borda meridional da Chapada Diamantina. No que toca ao território da Bacia do Paramirim, não existe um município que exerça a centralidade microrregional, o que termina por fazer todo o território orbitar à influência de Caetité. Finalmente, Itapetinga, outra municipalidade de formação tardia, desponta no território de identidade homônimo como centro aglutinador de fluxos políticos, econômicos e culturais de alguma relevância, ainda que Vitória da Conquista, município do qual se desmembrou, exerça maior influência sobre esse território.

Acentuada urbanização regional

De modo geral, portanto, os territórios desta região sociocultural se destacam no contexto estadual por sua acentuada urbanização. Tal processo é especialmente notável nos territórios de identidade de Vitória da Conquista e Itapetinga. Vitória da Conquista constitui a principal centralidade urbana da hierarquia regional, perfazendo um total de 300 mil habitantes, o que faz dela a terceira maior cidade do estado e um de seus principais centros de negócios. Sua projeção econômica tende a colocá-la como permanente foco de atração de pessoas oriundas de outras municipalidades, em busca de acesso ao intenso comércio da cidade ou à melhor oferta de serviços em saúde e educação. Evidente que, com o crescimento e as oportunidades decorrentes deste, chegam também os desafios. O principal deles é a tendência à urbanização desordenada, consequência direta dos movimentos de concentração fundiária e expropriação no campo, que geram o deslocamento de populações das zonas rurais para a cidade. Seus efeitos mais imediatos são a ocupação desordenada do solo urbano, um forte déficit habitacional e a crescente criminalidade (ALMEIDA, 2005).

O território de identidade de Itapetinga ostenta também um elevado índice de urbanização. A sede municipal, centralidade urbana naquele território, conservou a tradicional condição de um dos principais vetores de desenvolvimento econômico da sub-região. A atividade econômica estruturante ali foi a criação extensiva de gado bovino, que fez com que a cidade fosse conhecida como a capital da pecuária. A crise que se abateu sobre ela nas

duas últimas décadas, decorrente da concentração fundiária, das mudanças climáticas por conta de desmatamentos e da manutenção de um padrão produtivo de caráter extensivo, atingiu fortemente a dinâmica de crescimento econômico que dinamizou aquela região em décadas anteriores, mas não foi capaz de neutralizar a força deste setor, ainda principal atividade econômica da região, orientada tanto para a criação de gado de corte quanto para a pecuária leiteira (PORTO, 2005, p. 78). Evidência disto é a presença de diversas indústrias de laticínios, de diferentes portes, existentes na região, voltadas, sobretudo, para a produção de queijo e manteiga.

Como decorrência desse processo, a região viveu uma intensa urbanização, favorecida pela concentração fundiária e a redução das oportunidades no campo. Nos centros urbanos, os resultados foram o inchaço demográfico nas cidades e a decadência do padrão de moradia de áreas urbanas. Uma pesquisa recente dedicada ao estudo da dinâmica espacial e socioeconômica das feiras livres nos municípios do território de identidade de Itapetinga destacou o acentuado caráter urbano daquela microrregião (PORTO, 2005). Focada nos municípios de Macarani (fundado em 1943), Itapetinga (1952), Itororó (1958), Maiquinique (1961) e Itarantim (1961), a pesquisa apontou em todos eles a lembrança ainda vibrante do processo de fundação dessas municipalidades, com destaque para o impulso definitivo de devassamento daqueles territórios representado pela pecuária, numa memória que destaca a participação ativa de tropeiros, jagunços e fazendeiros na ocupação daquela região, bem como uma forte presença indígena manifesta na toponímia e nos biotipos humanos. Em todas elas, sobressaem a memória da dificuldade dos primeiros tempos e a origem dos povoados que remontam a antigos pontos de parada de tropeiros e boiadeiros ou realização de feiras.

Neste conjunto, a proeminência de Itapetinga é digna de atenção, por se configurar num centro de atração de populações em busca de serviços de saúde e educação, bem como de bens e serviços do comércio formal. Mesmo antes de emancipação, ocorrida em 1952, por desmembramento do município de Itambé, a povoação já se constituía em importante núcleo no contexto sub-regional, dotado de grandes rebanhos, fábricas de laticínios, usinas de beneficiamento de arroz e milho, e franco comércio, numa configuração de entreposto dos intercâmbios entre sertão e litoral, condição que a construção da rodovia Ilhéus – Bom Jesus da Lapa reforçou (PORTO, 2005, p. 54-59).

Novo marco na dinâmica daquele território foi sua constituição em polo calçadista desde a penúltima década. O marco inicial desse processo foi a instalação, a partir de 1996, de fábricas e galpões de produção de uma grande fábrica nacional, a Azaléia. Entre os fatores que contribuíram para seu estabelecimento na região destacam-se: a preexistência de uma infraestrutura física (energia, transporte etc.), a oferta de mão de obra abundante e, conseqüentemente, barata e indicadores sociais razoáveis, em que se destaca a oferta pública de ensino relativamente qualificado, além de atrativas isenções fiscais e facilidades oferecidas pelas prefeituras municipais e pelo governo do estado (SANTANA, 2006). Assim, estabeleceram-se

unidades fabris em Itapetinga, Macarani, Itarantim, Itambé, Itororó, Ibicuí, Firmino Alves, Potiraguá, Maiquinique, Nova Canaã, num total de mais de quatro mil empregos diretos. Dados mais recentes, de 2007, estimam em quase 12 mil os empregos gerados por esse setor, que já alcança os municípios de Caatiba e Iguai (SANTOS, 2007, p. 68-71).

Aspecto marcante foi o desenvolvimento da cultura sindical na região, motivado, principalmente, pelos problemas decorrentes da atividade laboral na indústria calçadista, caracterizada por grande incidência de Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e, por conseguinte, por uma alta rotatividade de mão de obra. Assim é que se iniciam as primeiras mobilizações operárias na região, marcadas pela atuação do Sindicato da Verdade e pela greve que, em 2004, parou 94% dos trabalhadores do setor por 13 dias (SANTOS, 2007, p. 75-80). Em consequência da concorrência de produtos chineses com menores preços, a empresa cogitou transferir a fábrica para a Índia e fechou a linha de produção mais prejudicada, o que resultou em desemprego e tensão social.

Do ponto de vista dos aspectos sociais, a despeito das melhoras havidas nas últimas décadas, os indicadores de desenvolvimento da região ainda deixam a desejar, já que as cidades da microrregião encontram-se todas abaixo da média do estado, à exceção apenas de Itapetinga. Verifica-se uma forte presença do poder público municipal na educação básica, apesar de taxas altas de analfabetismo no município de Macarani, onde se estabeleceu uma unidade do PROFORMA para a formação de profissionais de educação. Quanto à distribuição de renda, há forte tendência à desigualdade na apropriação da riqueza na região, como demonstram os altos índices de Gini apresentados pelos municípios estudados. Por sua vez, verifica-se uma tímida penetração de computadores e acessibilidade à internet entre a população, numa oscilação entre 4,1% de acesso em Itapetinga e 0,7% em Itarantim, a despeito da tendência nacional de franca expansão da informação digital (PORTO, 2005, p. 73-79; SANTANA, 2006).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, é grande o contingente da população economicamente ativa, mantido fora do mercado formal, ainda que esse território, em decorrência da presença da indústria calçadista, detenha um dos melhores índices de concentração de emprego formal do estado, juntamente com os territórios de identidade da Conquista, onde predominam os setores de comércio e serviços, e do Sertão Produtivo, em que se destaca o emprego na atividade mineradora. Ainda assim, o território da Conquista se sobressai por possuir melhor distribuição de salários nas diferentes faixas de renda. Em oposição a tudo isso, o território da Bacia do Paramirim tem o menor índice de emprego formal do estado, resultado da persistência de um padrão produtivo de subsistência de comunidades rurais – apoiadas na pecuária, na policultura cerealífera e na produção de aguardente e rapadura com métodos tradicionais (JAMBEIRO, 1973) – e da falta de projetos estruturantes para a região (RODRIGUES, 2007, p. 16-24).

No território do Sertão Produtivo, a atividade mineradora, de longa tradição, constitui um dos elementos estruturantes de sua organização socioespacial, fator de impulso ao desen-

volvimento regional, com a presença, inclusive, de vultosos investimentos econômicos. Em Brumado, por exemplo, encontram-se expressivas reservas de ferro na Serra das Éguas, exploradas, desde 1868, pelo coronel Exupério Pinheiro Canguçu, que ali montou uma fundição rudimentar e produziu ferramentas agrícolas para uso em sua fazenda. Ainda hoje, a extração de minério de ferro é uma das principais atividades econômicas da região. Nessa mesma serra, os depósitos de magnesita, há várias décadas explorados pela empresa Magnesita S. A., foram calculados em cerca de 750 milhões de toneladas (PEDREIRA, 1957, p. 61-69), sendo um dos principais fatores da fixação de indústrias de cimento no local. Além disso, o município registra ocorrências de reservas de ametista, esmeralda, turmalina, mármore, cristal de rocha, entre outros minerais. Em Caetité exploram-se ametista e topázio desde o século XIX. A extração de ametista no distrito de Brejinhos, antes explorada por alemães, passou ao controle de uma cooperativa de trabalhadores, o que elevou consideravelmente a renda *per capita* da população local.

A notícia da descoberta, em 1971, de uma reserva de urânio entre os municípios de Caetité e Lagoa Real, a partir de um levantamento aéreo do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), desdobrados em estudos geológicos posteriores, revelou reservas estimadas em cerca de 100 mil toneladas de minério, correspondentes a um terço das reservas brasileiras conhecidas (PRADO, 2007, p. 56-58). Entretanto, somente em 1999 começou a funcionar a unidade de mineração e beneficiamento de urânio – a empresa URA Caetité, pertencente às Indústrias Nucleares Brasileiras (INB), que passou a separar o urânio da pedra e transformá-lo numa pasta amarela (*yellowcake*), enviada para o Canadá, onde é transformada em gás e encaminhada para a Europa, a fim de se proceder o seu enriquecimento nuclear. Depois de convertido em pó, o urânio retorna para a Fábrica de Combustível Nuclear das INB, em Resende (RJ), onde se produz o combustível para alimentar a geração de energia elétrica nas usinas nucleares de Angra dos Reis (www.inb.gov.br).

Recentemente, deu-se novo impulso à mineração regional com a descoberta de minério de ferro em Caetité por um grupo de geólogos baianos que localizou, em 2005, uma grande jazida estendida pelos municípios vizinhos. Constituiu-se, em consequência, a Bahia Mineração (BAMIN), com a participação da Zamin Ferrous, empresa de capital indiano que, em 2006, adquiriu as cotas das sócias. Em 2008, o grupo empresarial Eurasian Natural Resources Corporation (ERNC), do Cazaquistão, comprou, inicialmente, 50% da BAMIN e, em 2010, o restante do seu capital acionário. Empreende, desde então, o Projeto Pedra de Ferro, que pretende produzir, a partir de 2013, 19,5 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano (www.bamin.com.br). Estima-se que a jazida possua depósito entre quatro e seis bilhões de toneladas do minério.

Os empreendimentos para a exploração do urânio e do ferro atraem significativos investimentos infraestruturais públicos e privados para Caetité e região, e contingentes populacionais em busca de emprego e oportunidades comerciais e produtivas. Nesta cidade desenvolvem-se manufaturas têxteis e de confecções, além de um polo regional de cerâmicas para a cons-

trução civil, que se expande para municípios vizinhos (TERRITÓRIO..., 2008, p. 70-72). Outro impulso significativo para a dinamização da região vem do setor energético, com o projeto de instalação, nos municípios de Caetité, Guanambi e Igaporã, de um complexo gerador de energia eólica. Neste parque se instalaram, inicialmente, 130 geradores destinados à produção de 200 megawatts de energia, com previsão de futura expansão.

No setor de transporte, além de expandir a malha rodoviária inicia-se a construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL), com extensão prevista de 1,4 mil quilômetros e investimentos da ordem de R\$ 4 bilhões, que ligará o porto de Ilhéus ao município de Figueirópolis, em Tocantins, onde se conectará com a Ferrovia Norte-Sul (FNS), com possibilidade de, posteriormente, se estender até a costa do Peru, no Oceano Pacífico (VALEC..., 2010). O trecho Ilhéus–Caetité corresponde a um terço da extensão da ferrovia, que cruzará o estado no sentido oeste–leste e passará por 32 municípios baianos, entre eles Guanambi e Caetité, ambos no território de identidade do Sertão Produtivo. Prevê-se que este primeiro trecho da FIOL fique pronto em 2013. Os demais 505 quilômetros, que conectarão a FIOL com a FNS em Figueirópolis, encontram-se em fase de estudos. A viabilização de tal empreendimento constituirá um corredor de exportação da produção do agronegócio do Oeste Baiano (algodão, milho, café, soja e outros) e da extração mineradora do Sertão Produtivo, destinado a transportar mais de 5,2 milhões de toneladas de grãos e 1,3 milhão de toneladas de açúcar e álcool, além de 45 milhões de toneladas de minério de ferro, apenas da BAMIN. Também no norte de Minas Gerais, um projeto de extração mineradora, o Jiboia, começa a se desenhar depois de viabilizada a nova ferrovia (COM APORTES..., 2010).

MARCOS CULTURAIS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL

A pecuária e sua significação cultural

Um dos aspectos marcantes da região sociocultural em questão é a presença da pecuária bovina como atividade econômica e elemento de integração cultural. O texto já se referiu à precedência desta atividade no processo de ocupação dos territórios de identidade compreendidos por esta região, bem como ao fato de ela constituir a base das dinâmicas sociais e comerciais que vincularam esta formação regional a outras porções do território baiano e brasileiro. Evidência disto é a sua força na cultura regional, a despeito dos novos fluxos sociais e econômicos engendrados nas últimas décadas.

A pecuária constitui uma das mais importantes atividades econômicas da região, especialmente no que se refere à extensiva de corte. Em função disso, os territórios de identidade de Itapetinga e Vitória da Conquista possuem, respectivamente, o segundo e o quarto maior rebanho bovino do estado, o que destaca as duas cidades no negócio de carnes e couros (OLIVEIRA; LIMA, 2007, p. 147). Em Itapetinga, principalmente, a estátua do “boi-herói”, erguida numa praça da cidade, expressa o significado da atividade econômica na cultura regional e

na construção de sua identidade. O monumento, inclusive, ilustra a capa de uma publicação recente dedicada à memória daquele município (CAMPOS, 2006).

Apesar da importância da pecuária na região, a estrutura de abate continua precária, com a existência de apenas um frigorífico em Itapetinga e outro em Conquista, e somente o de Itapetinga abate acima de sua própria demanda de carne e realiza alguma exportação. Em Vitória da Conquista, todavia, a capacidade de abate do frigorífico local é inferior à própria demanda regional, de modo que a transforma em consumidora de carne de outras regiões do estado e do país. Nesse sentido, o anúncio da abertura de um terceiro frigorífico na cidade de Itororó constitui auspicioso prognóstico de ampliação da indústria frigorífica na região, de potencial ainda insuficientemente explorado (OLIVEIRA; LIMA, 2007, p. 147-152).

A pecuária leiteira também é uma atividade econômica relevante na região, que conta, inclusive, com longa tradição na produção de laticínios. Além de pequenas e médias indústrias do gênero, sobrevivem pitorescas fabriquetas de queijo e requeijão, pequenos estabelecimentos que combinam diversas formas de trabalho (familiar, assalariado e cooperativo) e abrangem desde a ordenha até a produção do queijo, de forma artesanal. Nas fabriquetas de queijo e requeijão e nas pequenas indústrias de laticínios emprega-se o mestre-queijeiro, ofício tradicionalmente ligado ao trabalho rural, predominantemente masculino, que pressupõe significativa cadeia de saberes, transmitidos e atualizados no processo de ensino-aprendizagem dessa mão de obra (ALVES, 2008).

Em alguma medida, a importância da pecuária na região remonta ao papel que desempenhou no devassamento das porções interiores do território continental e à sua constituição como base de experiências sociais no interior do Brasil, em especial no Semiárido nordestino, naquilo que Capistrano de Abreu definiu como a “civilização do couro” (em oposição à civilização do açúcar estabelecida no litoral), uma sociedade cujo sustento baseava-se justamente nos insumos fornecidos pelo gado bovino (ABREU, 2003, p. 116-124). Este tipo de sociedade sertaneja criou sólidas raízes no interior do Brasil, que forjaram um tipo social característico, o sertanejo (RIBEIRO, 1995, p. 339-363). Marcadamente distinto do homem do litoral, frívolo, luxurioso e maleável. Este sujeito sertanejo é representado como possuidor de um caráter introspectivo, identificado pela austeridade de seus hábitos, rigidez de seus códigos morais e inabalável religiosidade, num comportamento que evocaria antigas tradições ibéricas.

A região recebeu forte influência da cultura pecuarista do Vale do São Francisco e das adjacentes bacias do Norte de Minas Gerais, sudoeste e oeste da Bahia, imortalizadas por Guimarães Rosa (2001), em *Grande Sertão: Veredas*, com narrativas de aventuras de coroneis, vaqueiros, jagunços, tropeiros, boiadeiros, padres, pregadores, videntes, benzedeiros, curandeiros e feiticeiros, negros, indígenas, brancos e mestiços de vários matizes (AGUIAR, 1999; SOUZA, 1999). Nos folguedos celebrados, sobressaem-se as vaquejadas, festas de peão e cavalgadas. O tropeirismo, um dos recursos de integração entre o sertão e o litoral no passado, amplamente disseminado pela região, permanece na memória daqueles que

viveram até recentemente o cotidiano das tropas (PAES, 2001). Na Festa do Dois de Julho de Caetitê desfilam mais de mil cavaleiros. Até na diversidade religiosa, o boi se faz presente, através do Caboclo Boiadeiro, entidade cultivada pela umbanda. Em Lagoa Real e outras cidades celebra-se a Missa do Vaqueiro.

A pecuária transformou Vitória da Conquista e Itapetinga em centros de produção e difusão da cultura sertaneja, através dos cancioneiros de Elomar Figueira de Melo, João Omar e Xangai, do forrozeiro Edgar Mão Branca e outros. Nos territórios de identidade em questão, a presença sertaneja é reforçada ainda por uma marcante produção artística empenhada em celebrar esse universo, que tem em Elomar o seu mais destacado intérprete. Este músico de formação erudita construiu sólida trajetória lírico-musical através de versos e composições sobre o universo cultural sertanejo e os modos de vida da população dessa região, com sua elevação à condição de um *ethos* “sertânico” – um jeito de ser radicalmente distinto daquele da população do litoral – próprio do lugar, físico e subjetivo, que o próprio Elomar define como sendo o “estado do sertão” (GUERREIRO, 2007, p. 284). No seu rastro, uma tradição de contar os modos de vidas destes sertões se forjou, na escrita de autores como Dênisson Padilha Filho, natural de Rio de Contas, que tem-se empenhado em narrar histórias dali em livros como *Aboios Celestes* (PADILHA FILHO, 1999), conjunto de cantigas e histórias de vaqueiros, e o romance *Carmina e os Vaqueiros do Pequi* (PADILHA FILHO, 2002).

Importante tradição são também as festas de vaqueiro, conhecidas na Bahia como vaquejadas, disseminadas por todo o sertão baiano, inclusive nesses territórios. Recentemente, surgiram as festas de peão de boiadeiro, oriundas do Centro-sul do país e fortemente influenciadas pela tradição *country* estadunidense, como se pode perceber na música, no vestuário e nos padrões de sociabilidade que lhes caracterizam. Outro exemplo da força da pecuária na região são as feiras agropecuárias, entre as quais se destacam as de Vitória da Conquista e Guanambi, que constituem eventos cuja repercussão extrapola os limites regionais.

A policultura cerealífera da subsistência e a comercialização de pequenos excedentes caracterizam a agricultura da Bacia do Paramirim e do Sertão Produtivo, desde que se inviabilizou a monocultura algodoeira. A partir de então, retomou-se a tradição das lavouras consorciadas, com significativo aumento do cultivo de feijão, da mandioca e de pastagens, e a pecuária de pequenos rebanhos, que gera poucos empregos (NEVES, 2008, p. 274). Nesse sentido, cabe lembrar os cantos da bata de feijão, manifestação de evidente ligação com o universo da cultura laboral, da região da Bacia do Paramirim. Outra tradição cultural que merece menção neste contexto, por estar também ligada às tarefas do beneficiamento de produtos agrícolas produzidos localmente, é a pilada do café em Nova Canaã, no território de identidade de Itapetinga.

É, todavia, a cultura da mandioca a principal atividade econômica da população rural e a base fundamental da sua dieta alimentar. Nisto, aliás, pouco diferem os territórios de identidade desta região sociocultural com as de outras partes do estado, e mesmo do país, em que esse

tubérculo constitui, como no passado, a base do sustento da população, especialmente de setores mais pauperizados. No universo rural, o beneficiamento artesanal da mandioca e sua conversão em farinha e goma (tapioca ou polvilho) constituem, ainda, importante fonte de renda, através das tradicionais casas de farinha. Uma pesquisa recente sobre as casas de farinha do bairro/distrito de Campinho, situado na periferia de Vitória da Conquista e reduto desta produção, evidenciou a persistência de uma cultura laboral marcada por uma clara divisão de tarefas entre homens e mulheres. A pesquisa destacou também o problema do impacto ambiental dessa atividade, ainda um desafio à sua realização sustentável, já que implica o despejo da manipueira, resíduo altamente tóxico resultante do beneficiamento da mandioca, no solo e nos cursos d'água (SOARES, 2007).

A culinária das quatro regiões socioculturais não apresenta muitas variações. A carne vermelha, em particular a carne de sol, é o principal componente da cultura gastronômica regional. No desjejum, é marcante a presença do salgado queijo coalho e do amanteigado requeijão de fabricação doméstica. O arroz cozido com pequi, fruta típica dos cerrados brasileiros, comum nos gerais de Caetité, é outra iguaria difundida na região. Como atividade feminina está, principalmente, a produção de biscoitos: goma, beiju, chimango, xiringa (peta ou avoador), joão-duro etc., todos derivados da mandioca, além do bolo escaldado e da tradicional "brevidade". A prática de bordados e rendas apresenta-se também como uma tradição da região, sempre ligada ao trabalho e ao cotidiano das mulheres.

Cultura, memória e identidade indígena e afrodescendente

O domínio fundiário regional caracteriza-se, desde o tempo da colonização, por conflitos pela terra. À expansão da pecuária bovina, que ocupou territórios indígenas, seguiu-se a predatória policultura, que desmatou e deteriorou o solo com a persistente prática das queimadas e das coivaras. Posteriormente, a introdução de outras culturas, entre as quais a do café, favoreceu ainda mais a concentração fundiária (VASCONCELOS, 2007, p. 91-103). No território de identidade de Itapetinga, a expansão pecuária fez-se à custa da devastação da cobertura vegetal original, constituída pela Mata Atlântica, na transição para a mata de cipó. Esta região sofreu ainda o impacto da cacauicultura, que se disseminou a partir do eixo Ilhéus-Itabuna e alcançou aquela região, notadamente o município de Itororó (SANTANA, 2006).

As atuações do Movimento dos Sem-Terra (MST) na região e experiências de colonização são exemplos de conflitos fundiários. Uma das mais emblemáticas atividades colonizadoras encontra-se no Projeto Amaralina, em Vitória da Conquista, objeto de um estudo recente (VANCONCELOS, 2007). O MST atua também em Barra do Choça, onde existem 21 famílias no assentamento Pátria Livre (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010, p. 64). Este município se destacou no contexto sub-regional por enfrentar o problema da crise da pecuária e apostar na agricultura familiar. Tal projeto responde pela inserção de 90% da população em experiências associativas e cooperativistas dedicadas a floricultura, pecuária leiteira e apicultura, além de cooperativas de crédito, e teve o reconhecimento do

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma das melhores distribuições de renda no país (SANTOS, 2007, p. 86-87).

A despeito da dinâmica de violência e dizimação étnica a que foram submetidas as populações indígenas da região, em decorrência da expansão pecuarista, a ancestralidade indígena se conserva viva nesses territórios, especialmente em Vitória da Conquista e Itapetinga, último reduto de povos nativos conquistado pelos colonizadores, tanto na herança genética da população, fortemente miscigenada, quanto na memória de determinadas comunidades rurais que se reconhecem como descendentes de índios.

A sangrenta conquista dos sertões da Ressaca e do Rio Pardo, por João Gonçalves da Costa na transição para o século XIX, por exemplo, teria dizimado os povos do tronco linguístico macro-jê: Mongoió, Pataxó, Imboré (SOUSA, 2001). Na comunidade de Batalha, em Vitória da Conquista, distrito de José Gonçalves, permanece a lembrança do célebre “banquete da morte”, grande batalha que teria oposto João Gonçalves da Costa e seus aliados Mongoiós a seus inimigos, os Imborés, e que teria ocorrido naquele entorno. Ali residem 85 famílias, distribuídas nas comunidades de Batalha, Lagoa do Arroz e Batalha Velha, que se identificam como descendentes dos sobreviventes do conflito e preservam a tradição ceramista, com o fabrico de panelas e outros utensílios de argila. Sua sobrevivência e a eloquência de sua memória mostram a necessidade de se repensarem os contatos interétnicos nessa região como episódios de dizimação indígena, e a força daquilo que se denominou de resistência adaptativa (OLIVEIRA, 2009).

Há também heranças quilombolas. Os primeiros negros chegaram, no final do século XVII, às fazendas de gado e, no século XVIII, aos garimpos dos territórios do Paramirim e do Sertão Produtivo. Mesmo depois disto e, sobretudo, por se tratar de um país que preservou a escravidão até o final do século XIX e que não foi capaz de abolir as hierarquias sociais vinculadas a esta prática, a população afrodescendente continuou a desempenhar papéis marcantes. Em consequência, há, nas regiões socioculturais objeto deste estudo, 56 grupos sociais negros certificados pela Fundação Palmares como comunidades remanescentes de quilombos, como as definidas em uma disposição transitória da Constituição de 1988, de acordo com o Quadro 1. A maior parte delas se encontra nos territórios de identidade do Sertão Produtivo (23) e de Vitória da Conquista (26), com maior número de comunidades certificadas nos municípios de Vitória da Conquista (17), Caetitê (9) e Livramento de Nossa Senhora (9).

A recente titulação de terras atribuídas a remanescentes de quilombos nesta sociocultural, Parateca/Pau d’Arco, decretada em 22 de novembro de 2010, insere-se em jurisdições de dois municípios – Malhada e Palma de Monte Alto – que integram os territórios de identidade do Velho Chico e do Sertão Produtivo. Tal ocorrência revela a permeabilidade das fronteiras territoriais das regiões em estudo e de sua interação em outros contextos espaciais. A regulamentação de seu território constituiu um significativo passo na luta pela terra, ao reconhecer à comunidade o direito de usufruto sobre determinada gleba, inalienável, por pertencer à União, e por se constituir área de vazante do Rio São Francisco, portanto, terreno da Marinha (PRESIDENTE..., 2010).

Ao todo, essas comunidades somam em torno de 500 famílias, num total de mais de 1.700 pessoas. No passado, costumavam ser mais disseminadas na margem direita do São Francisco, mas conflitos com fazendeiros forçaram muitos indivíduos a migrarem, enquanto outros se concentraram nas povoações de Parateca e Pau d'Arco. Nas comunidades, destaca-se a pesca como importante meio de sobrevivência, em função das cheias do São Francisco que impelem as populações a migrarem para terras mais altas. Com a vazante do rio, contudo, formam-se lagoas ricas em pescado, onde se praticava a pesca com tarrafas, arpões, linha e anzol, até em escala comercial e amplamente predatória, atualmente proibida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama). Além de uma colônia de pescadores, empreende-se ainda a agricultura (feijão, milho e mandioca) e a pecuária. A caça de animais silvestres e de aves nativas está proibida (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2010).

(Continua)

Território de identidade	Município	Localidade	Registro	DOU		
Itapetinga (1)	Itambé	Pedra	2915809	28/07/2006		
Bacia do Paramirim (3)	Érico Cardoso	Paramirim das Creolas	2900504	31/12/2008		
	Igaporã	Gurunga	2913408	06/07/2010		
		Lapinha	2913408	06/07/2010		
Sertão Produtivo (23)	Caetité (9)	Contendas	2905206	06/07/2010		
		Lagoa do Meio	2905206	06/07/2010		
		Mercês	2905206	06/07/2010		
		Olho d'Água	2905206	06/07/2010		
		Pau Ferro	2905206	06/07/2010		
		Sambaíba	2905206	06/07/2010		
		Sapé	2905206	06/07/2010		
		Vargem do Sal	2905206	06/07/2010		
		Vereda do Cais	2905206	06/07/2010		
	Contendas do Sincorá	São Gonçalo	2908804	12/05/2006		
	Ibiassucê	Santo Inácio	2912004	05/05/2009		
	Livramento de Nossa Senhora (9)	Cipoal	Cipoal	2919504	07/02/2007	
			Jatobá	2919504	13/03/2007	
			Jibóia	2919504	07/02/2007	
			Lagoa do Leite	2919504	07/02/2007	
			Lagoinha	2919504	07/06/2006	
			Olho d'Água do Meio	2919504	12/09/2005	
			Poço	2919504	07/06/2006	
			Rocinha-Itaguassu	2919504	09/12/2008	
			Várzea Grande de Quixabeira	2919504	31/12/2008	
			P. Monte Alto/Malhada	Parateca/Pau d'Arco	2920205/2923407	10/12/2004
			Palmas de Monte Alto	Vargem Alta	2923407	31/12/2008
	Tanhaçu	Tucum	2931004	13/12/2006		

(Conclusão)

Território de identidade	Município	Localidade	Registro	DOU	
Vitória da Conquista (26)	Anagé	Mandacaru	2901205	28/07/2006	
		Contendas	2924702	13/12/2006	
	Piripá	Guaribas	2924702	13/12/2006	
		Lagoinha	2924702	13/12/2006	
		Rancho de Casca	2924702	13/12/2006	
		Cinzento	2925006	19/08/2005	
	Planalto	Lagoinha	2925006	27/04/2010	
		Ribeirão do Largo	Tiagos	2926657	28/11/2007
	Tremedal	Quenta Sol	2931806	13/12/2006	
	Vitória da Conquista (17)		Alto da Cabaceira	2933307	28/07/2006
			Baixa Seca	2933307	28/07/2006
			Batalha	2933307	28/07/2006
			Boqueirão	2933307	08/06/2005
			Cachoeira do Rio Pardo (Inhobim)	2933307	13/12/2006
			Corta Lote	2933307	28/07/2006
			Furadinho	2933307	28/07/2006
			Lagoa de Vitorino	2933307	13/12/2006
			Lagoa do Arroz	2933307	28/07/2006
			Lagoa do Melquiades	2933307	28/07/2006
			Lagoa dos Patos	2933307	28/07/2006
			Lagoa Maria Clemência	2933307	13/12/2006
			Quatis dos Fernandes	2933307	28/07/2006
			Ribeirão do Panelheiro	2933307	28/07/0206
			São Joaquim de Paulo	2933307	28/07/2006
			Sinzoca	2933307	02/03/2007
			Velame	2933307	19/04/2005

Quadro 3

Comunidades negras remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Palmares no Alto Sertão da Bahia e no Sertão da Ressaca (2004-2010)

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2010, p. 3-9.

Na região de Vitória da Conquista, especificamente na cidade de Planalto, a comunidade de Cinzento agrupa cerca de 70 famílias com aproximadamente 500 pessoas, que aguardam a titulação de suas terras. A comunidade destaca-se pela força de suas lideranças femininas e pelo desenvolvimento de trabalhos educacionais com os jovens. Segundo a memória local, seus fundadores seriam oriundos da região do Rio de Contas, de onde teriam se deslocado para o sul em busca de terras para sobreviver. No seu percurso, teriam avistado um boi de matiz acinzentado que lhes teria sinalizado uma fonte de água naquele entorno acidentado e seco. A prática da endogamia, ainda comum, é comprovada pela predominância do sobrenome Pereira Nunes entre seus habitantes e teria reforçado os laços da solidariedade comunitária. O uso de técnicas

de construção de casas de barro batido (enchimento), a recorrência do uso do fogareiro a lenha e as atividades artesanais da confecção de esteiras de palha e bancos de madeira são sintomas do relativo isolamento e da luta pela sobrevivência (NUNES, 2008, p. 38-39, 77-84).

Ainda nesse território, no município de Vitória da Conquista, as comunidades do Velame e de Sinzoca confirmam a presença da matriz afrodescendente. A primeira adota o nome de uma vegetação típica da mata de cipó da região, compõe-se de 73 famílias, beneficiadas em 2010 com a certificação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID..., 2010). A cerâmica e o artesanato são fatores de reforço da ancestralidade comum de seus membros. Já a comunidade de Sinzoca, estabelecida no distrito de José Gonçalves e também recentemente certificada, destaca-se pelo cultivo de fumo e o seu aproveitamento artesanal sob a forma do célebre fumo-de-rolô. Trata-se de pequena localidade, com aproximadamente 50 famílias, que se caracteriza pela cultura afrodescendente, manifestada nas rodas de samba, ladainhas, danças e comidas (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2010). Apesar da força de suas tradições, a maior parte destas comunidades interage com o universo circundante, num processo favorecido pelo advento das tecnologias de informação e comunicação. Aparelhos de televisão, celulares e computadores com acesso à internet integram ambientes domésticos rudimentares, em que ainda se verifica o uso de técnicas construtivas ancestrais, como as “casas de enchimento”, cujas paredes são construídas com varas e estacas, amarradas com cipós para sustentar barro batido, tradição, aliás, largamente difundida pelas zonas rurais desses territórios. Postula-se que tais meios de comunicação e informação constituam importantes vetores de conscientização crítica e instrumentalização política para estas comunidades, em crescente organização na luta por seus interesses.

Ressalte-se a importância de Vitória da Conquista como núcleo organizador dessas bandeiras de luta política e centro difusor de ações promotoras da dignidade da população afrodescendente. Com dois terços de sua população definida como negra ou parda, Conquista promove significativas ações nesse sentido, entre as quais se destacam o Movimento Cultural Consciência Negra e o Conselho Territorial de Comunidades Remanescentes de Quilombo de Vitória da Conquista, entidade criada em 2005 e que envolve 13 municípios e 64 Comunidades Remanescentes de Quilombo - CRQs, além do Núcleo de Educação Quilombola, responsável pelo cadastramento de 618 terreiros de religiões de matriz africana e pelo oferecimento de cursinho pré-vestibular para afrodescendentes. Merece destaque o Núcleo de Promoção da Igualdade Racial, que conta entre suas ações com a Comissão da Juventude Quilombola, e a Casa do Estudante Quilombola, que recebe estudantes de Barra e Bananal (Rio de Contas) e Cinzento (Planalto), entre outras; além de diversos pontos de cultura instalados com o apoio do Ministério da Cultura, ligados à difusão da cultura da capoeira e de outras tradições afro-brasileiras (BAHIA, 2011).

Patrimônio cultural material e imaterial

A articulação regional analisada neste trabalho ostenta um rico e bem disseminado conjunto patrimonial, em que se destacam exemplares arquitetônicos, bens de reco-

nhcedo valor arqueológico, espeleológico e paisagístico, além de um vasto e diversificado conjunto de práticas e tradições que constituem o patrimônio cultural imaterial, intangível, da região.

Território de identidade	Município	Bem cultural	Instituto jurídico	Nº do processo	Notificação/Decreto
Bacia do Paramirim	Érico Cardoso	Povoado Morro do Fogo	Tombamento provisório	015/02	N. 14/05/06
Sertão Produtivo	Caetité (14)	Imóveis da cidade de Caetité (poligonal)	Tombamento provisório	0607080014270/08	N. 31/07/08
		Igreja de São Benedito	Tombamento provisório	0607080014270/08-01	N. 16/07/08
		Praça Rodrigues Lima, 178	Tombamento provisório	0607080014270/08-04	N. 11/07/08
		Praça Rodrigues Lima, 105	Tombamento provisório	0607080014270/08-05	N. 12/07/08
		Praça Rodrigues Lima, 76	Tombamento provisório	0607080014270/08-06	N. 12/07/08
		Casa natal de César Zama	Tombamento provisório	0607080014270/08-03	N. 11/07/08
		Casa de Anísio Teixeira	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981
	Casa do Barão de Caetité	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Casa do Coronel Cazuzinha	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Casa de Câmara e Cadeia	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Casa da Fazenda Brejo dos Padres (atual Fazenda Bom Jesus)	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Casa da Fazenda Santa Bárbara	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Hotel Caetité	Tombamento provisório	0607080014270/08-02	N. 12/07/08	
	Capela de São Sebastião	Tombamento	003/81	28.398/10.11.1981	
	Ituaçu	Fórum do Desembargador Cândido Leão	Tombamento provisório	005/85	N. 06/09/89
	Livramento de Nossa Senhora	Casa da Lagoa	Tombamento provisório	001/97	N. 12/09/01
Vitória da Conquista	Vitória da Conquista	Casa de Dona Zaza	Tombamento	012/05	9.745/28.12.2005

Quadro 4
Bens culturais tombados e registrados pelo Estado da Bahia (IPAC, janeiro/2010)

Fonte: Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, 2010, p. 5-6, 9.

No que se refere ao patrimônio edificado, sobressai-se a cidade de Caetité, um dos mais antigos núcleos populacionais da região, aonde veio a se estabelecer a primeira vila, fundada naquele entorno sob as ordens do Império português, instalada em 1810. Desde então, aquele núcleo urbano constituiu-se um centro da vida social, política e econômica, no qual se formaram diversas lideranças políticas e intelectuais do estado, algumas de projeção nacional. Vestígio da importância de Caetité na cena política baiana é o seu rico e bem conservado patrimônio arquitetônico, em que se destaca a zona central da cidade, além de outros 13 imóveis, entre sobrados, templos e casas de fazenda, alguns tombados desde a década de 1980 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Em Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora, entre os mais antigos centros urbanos da região, também pertencentes ao território de identidade do Sertão Produtivo, destacam-se exemplares do patrimônio edificado. Merece referência ainda o povoado de Morro do Fogo, no município de Érico Cardoso, território de identidade da Bacia do Paramirim, importante testemunho da experiência mineradora na Bahia setecentista. Há que se notar, no entanto, a ausência de bens tombados do patrimônio edificado nos territórios de identidade de Conquista e Itapetinga. Na cidade de Vitória da Conquista, o tombamento da Casa de Dona Zaza atendeu muito mais ao significado dessa construção e da memória que ela encerra para a comunidade local do que propriamente ao seu valor arquitetônico. Já em Itapetinga, a ausência de bens edificados protegidos pelos órgãos do patrimônio justifica-se pela sua recente constituição.

No que diz respeito ao patrimônio arqueológico, encontram-se na região ocorrências de cânions, paredões, grutas e cavernas, com registros rupestres representativos de formas humanas, de animais, plantas e contornos geométricos. Como se vê no Quadro 3, que indica a localização e caracteriza os monumentos por suporte e representação, estes estão mais concentrados nos territórios de identidade do Sertão Produtivo e da Bacia do Paramirim, contíguos ao território da Chapada Diamantina, onde há intensa ocorrência desses registros, dos quais praticamente não há notícia nos territórios de Vitória da Conquista e Itapetinga. A única exceção é a gruta da Pedra Arenosa, no município de Licínio Almeida, território de identidade de Vitória da Conquista. No Quadro 4 vêem-se localização e identificação das cavernas e características das poucas representações conhecidas e estudadas em cada município, por objeto desenhado, apresentação e forma do desenho.

Merece destaque ainda a proteção, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Gruta da Mangabeira, no município de Ituaçu, território de identidade do Sertão Produtivo, por seu valor arqueológico, etnográfico e paisagístico (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010). Por sua vez, o território de identidade de Itapetinga, com suas belas paisagens, ricas em grutas e cachoeiras, também apresenta um vasto e ainda inexplorado potencial para o ecoturismo. Contudo, um dos pontos que mais fragilizam a exploração desse potencial é a ausência de áreas de proteção ambiental (parques, reservas ou APAs), consequência, talvez, da pressão fundiária sobre aquelas terras, oriundas da expansão pecuária e da cacauicultura (PORTO, 2005, p. 62).

Território de identidade	Município	Monumento	Suporte	Representações
Bacia do Paramirim (7)	Érico Cardoso (1)	Pequizeiro	Paredão	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos
	Macaúbas (3)	Carrapato	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
		Pajeú	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos
		Pé do Morro	Paredão	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos
	Paramirim (3)	Gameleira	Cânion	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
		Pedra Branca	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
		Pedra do Queixinho	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
Sertão Produtivo (7)	Guanambi (1)	Pedra do Índio	Matacão (pedra solta)	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos
	Ituaçu (1)	Lapa do Bode	Gruta	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
	Iuiú (1)	Toca do Índio	Gruta	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos
	Palmas de Monte Alto (3)	Bela Vista	Matacão (pedra solta)	Zoomorfos, geométricos
		Brejo Comprido	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, geométricos
		Sambaíba	Cânion	Antropomorfos, geométricos
Sebastião Laranjeiras (1)	Cidade de Pedra	Afloramento com abrigo	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos	
Vitória da Conquista (1)	Licínio de Almeida (1)	Pedra Arenosa	Gruta	Antropomorfos, zoomorfos, fitomorfos, geométricos

Quadro 5
Monumentos rupestres registrados nas regiões socioculturais do Alto Sertão da Bahia

Fonte: Etchevarne, 2007, p. 247-373.

Município	Caverna	Caracterização
Por objeto desenhado		
Macaúbas	Pé do Morro	Galhos e folhas
Por apresentação dos corpos desenhados		
Macaúbas	Pé do Morro	Mãos
Desenhos de animais		
Macaúbas	Pé do Morro	Quadrúpedes (figura cheia)
Sebastião Laranjeiras	Cidade de Pedras	Lagartiformes
Desenhos de pontos, linhas e traços		
Érico Cardoso	Pequizeiro	Linhas retas e curvas
Iuiú	Toca do Índio	Pontos e traços

Quadro 6
Identificação e caracterização de pinturas rupestres nas regiões socioculturais do Alto Sertão da Bahia e do Sertão da Ressaca

Fonte: Etchevarne, 2007, p. 116-140.

Desenvolvida no município de Itororó, a iniciativa do projeto Rio do Meio Ambiente pretende conservar e valorizar o rico patrimônio vegetal da região, constituído de inúmeras espécies de orquídeas, bromeliáceas e árvores. Desta proposta resultou um documentário dedicado à apresentação das riquezas culturais do local que prestigia trabalhos de artesãos locais que constroem suas obras a partir de raízes queimadas e troncos secos, transformados em esculturas e móveis, decorados com entalhes e altos-relevos (RIO DO MEIO..., 2010).

Entre os festejos, destacam-se os folguedos juninos, como em toda a Região Nordeste. Tais festividades, cujas origens remontam aos cultos de fertilidade do período pré-cristão, concentram-se em meados do ano, especialmente no período das novenas de Santo Antônio e São João, entre os dias 12 e 24 de junho, quando ocorrem refluxo migratório e deslocamentos internos. Nessa época, celebram-se as safras de mandioca, feijão, milho e amendoim com danças, comidas típicas, cantos, rezas e fogueiras. De forte caráter comunitário, tais festejos são marcados pela espontaneidade e os vínculos identitários locais, aspectos que ainda hoje se conservam no contexto dessa região sociocultural, a despeito se serem cada vez mais influenciados pela indústria cultural.

Especificamente em Itororó, a praga da vassoura de bruxa, ao atingir a principal atividade econômica da região até os anos 1980, a lavoura cacaueira, foi responsável pela busca de alternativas econômicas para o município, com a identificação de soluções originais, entre as quais o fomento ao turismo festivo e gastronômico, conjuntamente celebrados no Festival da Carne do Sol de Itororó (Festsol), a partir de 1989, iniciativa de amplo impacto sobre a comunidade regional, bem-sucedida como política de atração de turistas (SANTANA, 2006).

Evidentemente, a realização do festival, que aproveita o ensejo das festas juninas, implicou mudanças no padrão dos festejos do São João na cidade, outrora organizados tradicionalmente nos bairros pelos próprios moradores. A festa passou a contar com investimentos do município, especialmente na contratação de atrações, e também com o fomento de práticas como a apresentação de quadrilhas e a promoção de concursos de decoração das casas, dos paus de fita etc. Apesar de ser, na atualidade, importante mecanismo de geração de renda e emprego no município, por se tratar de evento sazonal e de curta duração, a realização do Festsol não provoca maiores efeitos na cidade como, por exemplo, investimentos do setor hoteleiro, que se exporia a grande ociosidade no restante do ano.

Na tentativa de capitalizar a fama da carne bovina local, há ainda um projeto de instalação do Complexo Industrial da Carne Bovina de Itororó, uma parceria do governo do estado com o sindicato rural local, destinado a englobar desde o abate do animal até a comercialização da carne, inclusive seu beneficiamento e acondicionamento, com selo de garantia de origem (OLIVEIRA; LIMA, 2007, p. 150). Entre os potenciais atrativos para os visitantes, um estudo recente (SANTANA, 2006) apontou a Fazenda Cabana da Ponte, núcleo do aglomerado populacional que deu origem àquela cidade, transformado em espaço cultural. E, ainda, a Igreja Batista de Itororó, uma das mais antigas da região, e as manifestações culturais dire-

tamente ligadas aos festejos juninos, entre as quais o Coral de Santo Antônio de Itororó, o Coral Nova Canção e o grupo folclórico Arraiá Meu Bem Querer, além das tradições do Pau de Fitas e do Terno de Reis.

Recentemente, o Festsol tem enfrentado a concorrência de outros municípios que seguiram a mesma senda e têm procurado explorar turisticamente a festa. Nestes, acontecem as chamadas “festas de camisas”, entre as quais o Forró da Vaca Loka (em Itapetinga), e a Festa do Tico Mia (em Ibicuí). Em Itororó, todavia, a Festa do Mini-Sol conserva alguns diferenciais, quais sejam o de ocorrer num lugar fechado, clube ou estádio, e ser promovida pela própria prefeitura. Tais festas têm, muitas vezes, sua lotação garantida através da organização de excursões do tipo “bate-volta”, que geram lucro para seus organizadores sem, contudo, provocar maiores efeitos na economia dos municípios devido à curta permanência dos visitantes (SANTANA, 2006).

Conquista também tem procurado desenvolver seu potencial no campo do turismo de eventos. Dotada de razoável estrutura hoteleira e servida por uma ampla rede de transportes, a cidade é favorecida ainda por sua condição de polo educacional, o que a torna especialmente atrativa para eventos destinados ao público jovem. A Miconquista, micareta que ocorre na cidade desde 1989, tradicionalmente no mês de abril, no rastro do sucesso da *axé music* e da indústria do Carnaval soteropolitano, exemplifica este tipo de realização. Apesar de se tratar de um evento bem estruturado, que conta com relativa tradição, seu alcance não costuma exceder o âmbito regional, embora seja um evento de destacada projeção no âmbito da região sociocultural. A partir de 2005, a realização do *Festival de Inverno*, entre os meses de julho e agosto, passou a reforçar esta tendência e a atrair para a cidade visitantes de diferentes regiões da Bahia e de outros estados, motivados, em grande medida, pela presença de atrações de visibilidade nacional.

Outro aspecto que revela a importância da cultura jovem na cidade de Vitória da Conquista é sua vibrante cena do *rock'n roll*, uma das mais importantes do estado. A cidade conta com diversos grupos, especialmente de *punk rock*, metal e *hardcore*, alguns de relativa projeção no circuito estadual e nacional. Além de um pequeno circuito de bares e casas de *show* dedicadas ao gênero, onde, inclusive, já se apresentaram nomes nacionais e internacionais, a cidade dispõe de programas de rádio dirigidos para esse público, sites especializados e até um selo de gravação local. Mais recentemente, a popularização da cultura digital e da internet também contribuiu para divulgar a produção musical da cidade e possibilitar acesso rápido à produção do gênero, no país e no mundo.

Na região promovem-se ainda festas populares e reisados, entre os quais se destacam os de Botuporã, Macarani, Itapetinga e Nova Canaã. Em Paramirim, os festejos natalinos também são bastante celebrados, inclusive com a tradição local de confecção dos presépios. Há ainda os festejos relacionados aos padroeiros dos municípios e às demais devoções, a exemplo das festividades de São Sebastião e do Coração de Jesus, em Caturama, e do Coração de Maria, em Paramirim. Outra tradição local é a celebração da Festa do Divino, no município de Poções.

Merecem referência também as sociedades filarmônicas, entre elas a Sociedade Musical Lira Ceciliana Brumadense, em Brumado, a Associação Filarmônica Francisco Amaral, de Caculé; a Associação Filarmônica 12 de Dezembro, em Itapetinga, a Sociedade Musical Maestro Lindembergue Cardoso, em Livramento de Nossa Senhora, terra natal do mesmo maestro; e a Sociedade Filarmônica Maestro Vasconcelos, de Vitória da Conquista (FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA, 2010). A tradição desses grupos musicais, largamente difundida pelo interior do estado, evoca seu significado como vetor do entretenimento local. São centros de profissionalização musical, reveladores ainda de práticas culturais que têm no urbano seu espaço de visibilidade e de construção de identidades, a despeito das transformações vivenciadas nas últimas décadas no âmbito do movimento filarmônico, especialmente no que toca a sua relação com o estado (BLANCO, 2006).

A dinâmica das feiras livres

As feiras livres constituem outro fenômeno cultural de destaque no interior do estado, como centros de comércio e espaços de sociabilidade e lazer. São, ainda, *locus* preferencial para analisar as relações entre campo e cidade em diferentes contextos locais. A este respeito, um estudo recente (PORTO, 2005) assinalou o significado das feiras municipais da microrregião de Itapetinga enquanto importantes espaços de abastecimento alimentar e sociabilidade popular. Nessas feiras, é intensa a interação entre os segmentos urbanos e as populações rurais envolvidas em atividades da pecuária e da agricultura em pequenas e médias propriedades dedicadas ao plantio de feijão, milho e mandioca.

Como observado, a concentração fundiária na região, decorrente da expansão da pecuária a partir de meados do século XX, foi responsável pela expropriação de famílias camponesas e pela crise da agricultura familiar. Acentuou-se, assim, um processo que teve como resultado a elevação dos índices de urbanização na região. Em consequência dessa inexata equação, verifica-se a desproporção entre a produção de víveres destes municípios e a demanda de suas populações. Suas feiras tornaram-se dependentes de produtos de outros municípios e regiões (PORTO, 2005, p. 63-65).

Em Itarantim e Itapetinga, por exemplo, municípios detentores dos maiores rebanhos bovinos, possuem, no entanto, uma agricultura mais frágil. Ainda assim, fazem parte da produção local algumas culturas sazonais, entre as quais as de mandioca, feijão, milho, tomate e batata-doce, e outras permanentes como as de banana, cacau, café, côco e laranja. Nesse cenário, sobressai-se Itororó, pela expressiva fruticultura e a produção leiteira. Em toda a região cultiva-se a cana-de-açúcar, com destaque para Itarantim, onde se produz uma aguardente de inserção no mercado regional e também voltada para exportação. Mesmo assim, a maior parte dos pecuaristas continua a residir em Itapetinga, maior centro comercial e bancário, onde há também maior número de empresas e melhor renda *per capita* (PORTO, 2005, p. 66-73).

A ocorrência de feiras nessas municipalidades costuma ocorrer simultaneamente, sempre aos sábados, sintoma da ausência de circularidade entre os comerciantes locais. Também

em função disso, a atividade feirante mantém-se secundária no sustento desses agentes, que normalmente possuem outras atividades econômicas. Em todas as cidades, há mercados municipais, no entorno dos quais se armam barracas e tabuleiros e se estendem lonas para a exposição de mercadorias.

Em Itapetinga ocorre a maior feira da região. Há uma grande oferta de carnes, abastecida pelos frigoríficos locais, e também cereais, aves, peixes e gêneros de hortifruti, estes oriundos, em sua maior parte, da região de Conquista. Nota-se também a presença de um forte comércio de confecções transportadas de diversos estados, entre os quais Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, bem como de numerosos bares e restaurantes. Outra característica destacada é a utilização do espaço da feira para atividades noturnas, especialmente nos bares e restaurantes, onde se realizam apresentações de tocadores, piadistas e cantores. Serve também para abrigar festividades como o São João, o que evidencia os diferentes usos e significados atribuídos ao espaço da feira.

Se, em sua origem, a feira constituía-se precipuamente em um espaço de troca do excedente agrícola, com a crescente urbanização, seu sentido econômico mudou. Ela tornou-se, todavia, um espaço de sociabilidade, onde se podem encontrar conhecidos, saber dos acontecimentos recentes, pagar dívidas, comprar mercadorias etc. Especialmente para os moradores da zona rural, a ida à feira costuma acompanhar visitas a amigos e à igreja, consultas a médicos, enfim, torna-se uma oportunidade de usufruir dos serviços urbanos. São especialmente movimentadas durante o início do mês e também às vésperas de festividades como a Semana Santa, o São João e o Natal. Todas estas características revelam a dimensão da feira como um elemento de expressão do patrimônio imaterial da população.

Interiorização do ensino superior e tecnológico

As instituições de ensino superior, públicas e privadas interferiram decisivamente na dinâmica da cultura da região. A vocação de Caeté e Vitória da Conquista para centros de formação educacional está, em certa medida, na origem desse processo, do qual, um dos marcos mais destacados da institucionalização do ensino superior na região foi a criação, ainda em 1969, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Vitória da Conquista, cujas atividades se iniciaram em 1971. A instituição foi embrião daquilo que viria a se consolidar, em 1980, como Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), uma das bem-sucedidas experiências de interiorização do ensino público superior do estado, que se constituiu num centro de formação de profissionais qualificados e de produção de conhecimento (NEVES, 1987, p. 7, 113-119). A UESB possui *campi* em três municípios – Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié – e oferece 45 cursos de graduação, tanto licenciaturas quanto bacharelados, mais de 20 cursos de pós-graduação *lato sensu*, além de oito programas de pós-graduação *stricto sensu* em diversas áreas de conhecimento, que beneficiam um conjunto de 70 municípios baianos e mais 16 do estado de Minas Gerais. Nesse conjunto, destaca-se o *campus* de Vitória da Conquista, que conta com 21 cursos de graduação, além de programas de pós-graduação em Agronomia,

Memória e Letras, todos em nível de mestrado, que reúne mais da metade dos quase oito mil alunos e mais de 900 docentes da universidade.

Neste sentido, nenhuma das três cidades em que estão sediados os *campi* da UESB beneficia-se tanto dos efeitos indiretos de institucionalização do ensino superior em seu território quanto o município de Vitória da Conquista. Um estudo recente apontou o significado da UESB para a economia municipal, com destaque para os efeitos multiplicadores decorrentes do processo de interiorização de universidades, especialmente no que se refere à sua contribuição para o desenvolvimento de pequenas e médias cidades (LOPES, 2002).

Tais efeitos benéficos operam sob dois aspectos: formação de capital humano e gastos relacionados ao seu funcionamento. Entre esses gastos, destacam-se aqueles decorrentes do pagamento da folha de professores e servidores, e os que injetam recursos no município, sobretudo nos setores de comércio e serviços; além das despesas com infraestrutura e custeio da universidade, em que se incluem contratação de pessoas físicas e jurídicas, aquisição de material permanente, gastos com construção civil, manutenção etc., a maior parte realizada em Conquista, onde se encontra a sede da instituição. Há ainda a renda deixada no município por alunos oriundos de outras cidades e regiões que se transferem para Vitória da Conquista a fim de estudar e, assim, movimentam a economia da cidade, especialmente nos setores de habitação, transporte, alimentação, lazer, produtos e serviços em geral. Com base nesses elementos, Lopes (2002) chegou a sugerir que a UESB responderia por uma participação de 1,9% no produto municipal em 2000, percentual que, considerados os efeitos multiplicadores desses gastos, poderia chegar a 8,6%. Os recursos movimentados em torno da UESB em Vitória da Conquista são da ordem de 28% da receita do município, o que faz desta a segunda mais importante instituição financeira da cidade (LOPES, 2002, p. 37-44).

A universidade é, ademais, um grande vetor de desenvolvimento regional em função dos serviços de assistência social e saúde que oferece, por meio de projetos de extensão, bem como pela consolidação de um polo produtor de conhecimento no interior baiano, responsável, em alguma medida, pela vitalidade da produção artística, cultural e acadêmica que caracteriza aquela cidade. Em Vitória da Conquista estão estabelecidas as instâncias decisórias da universidade e os principais organismos de sua administração. Também ali, a UESB mantém duas instituições museológicas (o Museu Regional e o Museu Pedagógico), um teatro, além de uma editora, que viabiliza a divulgação do conhecimento produzido na universidade e de outras obras de destacado significado regional. Também entre as atividades do Museu Regional, destacam-se suas publicações, especialmente os cadernos da coleção Memória Conquistense. O Museu Pedagógico, por sua vez, funciona como centro orientado para a pesquisa e a extensão em torno da história e da memória da região centro-sul da Bahia, com ênfase em ações voltadas para a preservação da memória da educação.

Neste sentido, uma de suas iniciativas recentes destinou-se a salvaguardar a documentação relativa à Diretoria Regional de Educação e Cultura (DIREC 20), ali sediada, e a transferi-la para um importante edifício relacionado à memória da educação na região, o Ginásio do

Padre, que, durante muitos anos, foi dirigido pelo padre Luís Soares Palmeira, onde também funcionou o primeiro estabelecimento de ensino secundário daquele entorno. Transferido de Caetité, onde funcionou como colégio de jesuítas até a década de 1920, o ginásio abrigou, ao longo de sua história, diversas instituições educacionais, até passar à tutela da UESB, que realizou reformas destinadas a viabilizar a transferência para lá do acervo do referido órgão, além de outras séries documentais relativas à história regional da educação, e da sede do Museu Pedagógico (CASIMIRO; MAGALHÃES; MEDEIROS, 2006).

Outra importante contribuição da UESB no município de Vitória da Conquista e seu entorno está relacionada ao seu papel na difusão da cultura audiovisual na região. Tal papel, aliás, vincula-se, a um relativamente bem disseminado interesse da cidade pelo universo do cinema, oriundo da projeção alcançada por um filho ilustre da cidade, o cineasta Glauber Rocha, e materializado na criação do primeiro cineclube da região, ainda na década de 1970. Seguindo uma tendência internacional de difusão da cultura cineclubista, que ganhara vigor no Brasil desde o meado do século passado, o Clube de Cinema Glauber Rocha, posteriormente rebatizado de Clube de Cinema Anecy Rocha, surgiu do interesse por uma produção audiovisual internacional que não encontrava espaço nos circuitos de exibição regular, isto numa época em que o circuito de exibição cinematográfica no interior do estado era melhor disseminado – apenas a cidade de Vitória da Conquista, por exemplo, contava com cinco salas de exibição (GUSMÃO, 2002).

Esse cineclube, importante espaço de formação de uma cultura de apreciação cinematográfica na cidade, posteriormente desativado, está na origem de outro projeto que, em 1992, e dentro da própria UESB, criaria um novo espaço de reflexão e fruição sobre o audiovisual, o *Programa Janela Indiscreta*. Desde então, o programa tem desenvolvido um diversificado conjunto de ações voltadas para a formação de plateias, com mostras permanentes de filmes, cine-debates, mostras itinerantes e núcleo de pesquisa voltado para a reflexão sobre o cinema, o que, mais recentemente, resultou na criação de um curso de graduação em Cinema e Audiovisual na UESB. Além disto, a cidade ostenta também alguma tradição no campo da realização audiovisual, que este novo curso certamente tenderá a fomentar. No ano passado, ganhou visibilidade a produção de um grupo de realizadores da cidade, que teve seu documentário *A tragédia do tamandú* exibido numa mostra durante o *Festival de Cannes*. O filme narra o episódio de um conflito de famílias de poderosos locais que culminou no massacre de mais de 20 pessoas, no ano de 1895, numa demonstração da violência política que outrora imperava no interior do Brasil. O roteiro do filme, aliás, beneficiou-se da pesquisa de mestrado de uma professora da universidade (IVO, 2004), o que demonstra, novamente, a importância da UESB como espaço de produção e multiplicação do conhecimento na cidade e região.

Em Itapetinga, estão estabelecidos cursos de graduação em Zootecnia, Pedagogia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Ambiental, Química, Física e Biologia, além de dois programas de pós-graduação, em Engenharia de Alimentos e Zootecnia. Este último, aliás, é o único da

UESB em nível de doutorado. A relação entre o estabelecimento de um polo de produção de conhecimento em Zootecnia numa cidade com forte tradição pecuária é evidente. Já em Jequié, estão sediados mais 15 cursos de graduação e dois programas de pós-graduação, ambos com foco na área de saúde. Ressalte-se que Jequié, apesar de se situar fora da região sociocultural deste estudo, sedia um dos *campi* da UESB, o que revela a articulação dessa cidade e do território do seu entorno com a região de Vitória da Conquista.

A partir de 2006, também o governo federal estabeleceu nesse município uma unidade avançada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o Instituto Multidisciplinar de Saúde, sediado no *campus* Anísio Teixeira, com oferta de cursos de graduação em Enfermagem, Fisioterapia e Nutrição (SANTOS, 2007, p. 73). A estes se agregarão posteriormente os cursos de Ciências Biológicas, Psicologia, Biotecnologia e Farmácia, além de um programa de pós-graduação em Ciências Fisiológicas, em nível de mestrado e doutorado. Este quadro se complementa ainda com a presença de outras instituições de ensino superior da região, entre as quais as entidades privadas (SANTOS, 2007, p. 72-77). Há que se destacar ainda a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no território de identidade de Itapetinga, sob a forma de ações de pesquisa e extensão, o que evidencia a existência de interações entre este território de identidade e o Litoral Sul baiano, onde está sediada a UESC (entre Ilhéus e Itabuna).

Outro centro de formação educacional na região e que reforça a centralidade de Conquista neste aspecto é o *campus* do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET) nesse município. A tradição da educação profissional na cidade é bastante antiga e vincula-se à criação do Centro de Ensino Prático em Laticínios, no Posto Experimental de Laticínios estabelecido em 1934, o que demonstra o potencial dessa atividade econômica na região, pioneira na produção de manteiga em moldes industriais desde a década de 1920 (ALVES; LIMA; CAVALCANTE JÚNIOR, 2006). Com um *campus* avançado em Brumado, essa instituição oferece cursos de Informática através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), além de cursos técnicos em Eletromecânica, Informática (também em Brumado), Meio Ambiente e Edificações (Brumado). A instituição amplia ainda a lista de alternativas em cursos superiores na cidade, com o oferecimento de um bacharelado em Engenharia Elétrica, que atende a uma comunidade de mais de mil estudantes.

Ressalte-se que Anísio Teixeira, quando ocupou o posto de Secretário de Educação e Saúde, no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, que não chegou a ser instalada. Posteriormente, nos territórios de identidade do Sertão Produtivo, estabeleceram-se instituições públicas e privadas de ensino superior, entre as quais os *campi* da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) existentes nas cidades de Brumado, Caetité e Guanambi. Nestes *campi* são oferecidos cursos de licenciatura orientados para a formação de professores e bacharelados em saúde, notadamente em Guanambi, destinados ao atendimento da grande demanda regional por serviços nesse setor. De outra parte, há que se ressaltarem os efeitos mais amplos da penetração de instituições de ensino superior no interior

do estado que desenvolvem atividades de extensão que beneficiam não apenas a comunidade acadêmica, mas também a sociedade como um todo, ou setores específicos desta.

Nesse conjunto, o *campus* de Caetité, mais antigo, constitui-se um dos núcleos fundadores do processo de agregação que deu origem à Uneb, entre 1977 e 1983 (TOMASONI, 2002, p. 25). O *Campus VI* da Uneb oferece licenciatura plena em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa –, História e Geografia, desde o início da década de 1990. Depois disso surgiram os cursos de licenciatura em Matemática (1998), Ciências Biológicas (via PROESP) e Pedagogia (Rede Uneb 2000, com ênfase em séries iniciais). Através do Programa de Formação de Professores, o *campus* de Caetité oferece ainda licenciatura especial nos municípios de Macaúbas (Letras e Matemática), Ituaçu (Letras e Geografia) e Carinhanha (Geografia, História e Matemática), de modo que se constitui como centro de formação de profissionais de nível superior no seu entorno, atraindo estudantes dos territórios de identidade do Sertão Produtivo, da Bacia do Paramirim, do Velho Chico, além dos estados de Minas Gerais e Tocantins.

Com um corpo docente de mais de uma centena de professores, e mais de 1.200 alunos regularmente matriculados, o *Campus VI* da Uneb, na cidade de Caetité, caracteriza-se ainda por uma destacada atuação através de suas ações de pesquisa e extensão, enfeixadas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE). Entre suas atividades, encontram-se ações de preservação do patrimônio histórico-cultural do município e adjacências, entre as quais a proteção à memória oral e aos acervos documentais da região, em que se sobressaem iniciativas de apoio ao Arquivo Público Municipal, que tem sob a sua custódia documentos preservados da Casa de Câmara da cidade, fundada em 1810. Além disso, outras ações merecem destaque, a exemplo das investigações voltadas para os saberes fitoterápicos da população local, as especificidades do Português falado na região e as iniciativas orientadas para a promoção da cidadania e do poder social de decisão. Entre essas iniciativas estão os programas de formação continuada de professores da rede pública de ensino, a inclusão digital, a arte e a cultura voltadas, inclusive, para a discussão da temática da negritude e da africanidade, bem como a questão quilombola. Além disso, o *campus* apoia e desenvolve atividades de arte e cultura em geral, cujos esforços resultaram na publicação de uma revista eletrônica, a *Crítica & Debates – Revista de História, Cinema e Educação* (www.criticaedebates.uneb.br).

Já em Guanambi, o *Campus XII* da Uneb, criado em 1989, oferece desde o ano de 1991 o curso de Pedagogia, ao qual veio se somar o de Educação Física (1998/1999). Em 2004, novos cursos foram criados com a introdução de bacharelados em Administração e Enfermagem. O *campus* oferece ainda cursos de pós-graduação em Pedagogia (Educação Infantil e Séries Iniciais) e Educação Física (Atividade Física, Saúde e Sociedade), além de contar com o NUPEX, que agrega atividades em diversas áreas, tais como: apoio ao meio ambiente; pesquisa artístico-cultural (Grupo de Teatro Bem-Te-Vi, Coro Vozes, Cia. de Dança Beija Fulô, Projeto Abril pra Arte, Projeto Sarau); formação de professores; saúde mental; esporte e lazer etc.

Finalmente, em Brumado criou-se em 2001 o *Campus XX* da Uneb, que oferece licenciatura em Letras Vernáculas, com habilitação em Literatura Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa, além de uma pós-graduação *lato sensu* em Literatura Brasileira, oferecida a partir de 2008. O *campus* desenvolve ainda projetos de extensão em Inclusão Educacional (LIBRAS) e com a criação da Rádio Universitária e da Universidade Aberta à Terceira Idade, com atividades teóricas, de expressão corporal e trabalhos manuais.

Frise-se que uma das mais relevantes consequências da interiorização do ensino superior na região é a tendência à produção de conhecimento acadêmico não apenas *na* região, mas, principalmente, *sobre* a região. Exemplo disso vê-se na publicação do livro *Contos folclóricos Brasileiros*, de Marcos Haurélio, formado em Letras pela Uneb, em Brumado, a partir de um trabalho de coleta de contos populares nas regiões do Sertão Produtivo e da Bacia do Paramirim (BRITO, 2010).

De volta a Caetité, sua destacada tradição como polo educacional da região reforça-se com a memória de um de seus filhos, o educador Anísio Teixeira, cujo legado reverbera na cidade, através da Fundação Casa de Anísio Teixeira, inaugurada em 1998. Esta instituição tem por objetivo preservar e divulgar a obra do educador, bem como promover o desenvolvimento regional do ponto de vista da educação e da cultura. Sua estrutura contempla um centro de memória, que preserva arquitetura e mobiliário de época; uma biblioteca pública; uma biblioteca móvel, destinada às populações das zonas rurais de Caetité e cidades vizinhas, com acervo de mais de mil títulos (além de periódicos, CDs e vídeos), e ainda computador, aparelhagem de som, toldo para projeção, mesas e cadeiras; um cine-teatro, que funciona como auditório e sala de cinema, e uma sala de cultura digital, que disponibiliza acesso livre e gratuito à internet para o público consulente. Entre suas atividades, destacam-se ainda as oficinas de arte-educação, voltadas para a educação ambiental; o Núcleo de Contação de Histórias, que estimula o hábito de ler, com enfoque na literatura infantil nacional e nas releituras de clássicos; e o Memorial dos Saberes e Fazeres Populares, voltado para os estudantes da rede pública de ensino e destinado a recuperar e preservar a memória da região através de ações de apoio a artesãos, do registro e da produção de um banco de dados e de documentários. Além disso, seu pátio externo sedia eventos culturais e educativos diversos.

De modo geral, no que diz respeito à presença de equipamentos culturais contemporâneos (bibliotecas, cinemas, teatros, museus, estágios, ginásios de esporte), pode-se dizer que esta região sociocultural encontra-se relativamente bem servida, se considerarem as circunstâncias de um estado como a Bahia, que apresenta drástica desproporção entre a presença destes equipamentos na capital e no interior. Evidente que um dos principais fatores que contribui para isto é a intensa urbanização que caracteriza esses territórios de identidade, dado que tais equipamentos tendem a se concentrar nos centros urbanos.

No território do Sertão Produtivo, verifica-se uma razoável oferta de bibliotecas (17), estádios e ginásios (16) e teatros (5) e cinemas (5), apesar de existirem poucos centros de cultura (2)

e nenhum museu público. No território de Vitória da Conquista, por sua vez, há expressivo número de estádios/ginásios (56), relevante contingente de bibliotecas (21), além de museus (3), teatros (7), cinemas (2) e centros de cultura (6), o que se justifica pela força desse centro gravitacional da economia regional, que tende a concentrar em seu tecido urbano a oferta de tais equipamentos culturais. Ainda assim, ambos os territórios encontram-se abaixo da média para o estado como um todo, que termina por ser elevada em função da concentração desses equipamentos na capital.

Mesmo em territórios de menor dinamização econômica, como no caso da Bacia do Paramirim, verifica-se uma razoável oferta de bibliotecas (9), estádios/ginásios (8) e centros de cultura (2). De outra parte, a reduzida presença de museus (1), teatros (1) e nenhum cinema repete um padrão observado por todo o interior do estado. A situação se assemelha a do território de Itapetinga, onde há razoável número de bibliotecas (14), museus (3), estádios/ginásios (25), mas poucos teatros (2), centros de cultura (1), e nenhum cinema em funcionamento.

Também merece destaque a atuação da mídia impressa na região, aliás, tradição antiga, como já se observou. Há veículos de publicação periódica em Brumado (2), Guanambi (2), Vitória da Conquista (1) e Paramirim (1). Além disso, outra tendência contemporânea que merece atenção é a difusão da mídia digital, com portais e blogs de notícias que informam a população acerca dos fatos mais relevantes da região. A existência de tais veículos reflete a necessidade de se criarem sistemas de informação que operem para além dos frágeis canais de comunicação que ligam a região à capital, Salvador. Por sua vez, existem dinâmicas intrarregionais de circulação destes veículos que atuam como mecanismo de integração e reforço de interesses comuns e, quiçá, de sentidos de identidade cultural.

Equipamento/ território de identidade	População (2006)		Bibliotecas públicas		Museus		Teatros ou salas de espetáculos		Estádios ou ginásios poliesportivos		Cinemas		Centros de cultura	
	[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]		[absoluta/ percentual]	
Bacia do Paramirim	167.056	1,20%	1	0,86%	1	0,60%	8	1,59%	0	0,00%	2	1,69%	9	2,04%
Itapetinga	262.740	1,88%	3	2,59%	2	1,20%	25	4,96%	0	0,00%	1	0,85%	14	3,17%
Sertão Produtivo	441.282	3,16%	0	0,00%	5	3,01%	16	3,17%	3	6,98%	2	1,69%	17	3,85%
Vitória da Conquista	769.056	5,51%	3	2,59%	7	4,22%	56	11,11%	2	4,65%	6	5,08%	21	4,76%
Total	1.640.134	11,76%	7	6,03%	15	9,04%	105	20,83%	5	11,63%	11	9,32%	61	13,83%
Bahia	13.950.146	100,00%	116	100,00%	166	100,00%	504	100,00%	43	100,00%	118	100,00%	441	100,00%

Quadro 7
Indicadores de cultura por território de identidade

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008, p. 12; BAHIA, 2010.

Outro destacado fenômeno no âmbito da dinâmica cultural dos territórios de identidade em questão é a tendência à interiorização dos investimentos estatais no campo da cultura, a exemplo dos pontos de cultura, iniciativa do Ministério da Cultura durante a gestão do ministro Gilberto Gil, continuada pelas gestões posteriores. Esse projeto prevê a transferência de recursos para criação de espaços de arte e cultura por todo o território brasileiro, destinados tanto à valorização das manifestações populares e tradicionais como também à difusão de iniciativas da cultura dita erudita entre os segmentos mais pobres da população. Na região em estudo, teve-se conhecimento da existência de pontos de cultura em atividade nos territórios da Bacia do Paramirim (2), Itapetinga (3), Sertão Produtivo (5) e Vitória da Conquista (7). Entre as atividades estão ações de promoção da capoeira, fomento a associações filarmônicas e grupos de canto (4), iniciativas de promoção do cooperativismo (4), além de um teatro e um cineclubes. Novamente, a cidade de Vitória da Conquista tende a concentrar a maior oferta de atividades, com seis dos sete pontos de cultura existentes naquele território de identidade e quase um terço de todos os pontos criados no espaço da região sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu apresentar, panoramicamente, a dinâmica cultural da região compreendida pelos quatro territórios de identidade estudados, aqui entendidos como integrados, através de vários liames, numa grande região sociocultural, com mais identidades que diferenças. Esforçou-se para demonstrar que, a despeito das peculiaridades econômicas, sociais e culturais de cada uma dessas regiões, elas ainda ostentam uma forte integração entre si, alimentada pelo pertencimento a um legado histórico comum, bem como pela estruturação de uma rede urbana claramente organizada e de forte interação, que tem em Vitória da Conquista seu centro dinamizador, enquanto evidencia frágil articulação com a capital do estado.

Ao rico patrimônio cultural da região, em suas vertentes material e imaterial, soma-se o valor paisagístico de seu meio natural, o que acena para suas potencialidades no campo do turismo cultural e ecológico, ainda inexploradas. Esses bens, todavia, veem-se ameaçados pelas transformações empreendidas pelo avanço das relações capitalistas de produção no campo, bem como pela tendência à urbanização desordenada que dele parcialmente decorre. A expansão do ensino superior na região, por sua vez, foi percebida como instrumento relevante de desenvolvimento local e regional, através da formação de pessoal qualificado e da produção de conhecimento no interior do estado, sobre si mesmo, bem como por meio de ações de extensão cujos resultados, todavia, ainda carecem de melhor disseminação regional.

Esperam-se transformações significativas num futuro imediato, em decorrência dos vultosos investimentos mineradores e nas áreas de transporte e geração de energia eólica, que se desdobram em todos os setores da atividade econômica, com reflexos nas relações sociais, na cultura e na educação.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- AGUIAR, Itamar V. *As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade*. 1999. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC, São Paulo, 1999.
- ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho. *Produção socioespacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos. O ofício de mestre queijeiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., *Corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2008.
- ALVES, Ana Elizabeth S.; LIMA, Gilneide de Oliveira Padre Lima; CAVALCANTI JÚNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti Júnior. Registro em arquivos sobre a indústria de laticínios na região sudoeste da Bahia. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, n. 2, p. 221-236, 2006.
- BAHIA MINERAÇÃO (BAMIM). Salvador, 10 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.bamin.com.br>> Acesso em: 10 dez. 2010.
- BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. *Estimativa da população 2006 e IDH dos municípios por território de identidade*. Salvador: Seagri, [2010]. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/populacao_idh_territorios.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2010.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. *Rede de pontos de cultura*. Salvador: SECUT, [2011]. Disponível em: <<http://www.cultura.ba.gov.br/rede-de-pontos-de-cultura/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.
- BLANCO, Pablo Sotuyo. Filarmônicas da Bahia: tradição cultural ou politicamente dependente? In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 16., 2006, Brasília. *Anais...* Brasília: ANPPOM, 2006.
- BRITO, Rogério Soares. Contos populares do Sertão da Bahia. *Crítica & Debates*, Caetité, BA, v. 1, n. 1, p. 1-4, jul./dez. 2010. Resenha da obra Contos folclóricos brasileiros, de Marcos Haurélio. São Paulo: Paulus, 2010.
- CAMPOS, Cícero. Descrição do município de Macahubas. In: CONGRESSO BRAZILEIRO DE GEOGRAPHIA, 5., 1916. Salvador. *Anaes...* Salvador, 1916. v. 2, p. 501-518.
- CAMPOS, Emerson Ribeiro. *Itapetinga: a persistente busca de sua história*. Salvador: SECUT, 2006.
- CADENA, Nelson Varón. Imprensa do interior: a tipografia Gumes. *A Tarde*, Salvador, 26 jul. 1985a. Caderno Municípios.
- _____. _____. *A Tarde*, Salvador, 16 ago. 1985b. Caderno Municípios.
- _____. _____. *A Tarde*, Salvador, 20 ago. 1985c. Caderno Municípios.
- _____. _____. *A Tarde*, Salvador, 6 set. 1985d. Caderno Municípios.
- CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha; MEDEIROS, Ruy Hermann de Araújo. Museu Pedagógico: a intervenção acadêmica como ação de preservação de fontes para a História da Educação do centro-sul da Bahia. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, n. 2, p. 207-220, 2006.
- CASTRO, Marcelo. *Um cinema chamado Cine Vitória: breve crônica acerca de um cinema (suas circunstâncias e conseqüências), marcante na vida da cidade de Caetité-BA, nas décadas de 40, 50 e 60*. Bahia, 2007. Edição digitada.
- CERQUEIRA, Haroldo Coelho. *Mortugaba: minha terra e sua gente*. Salvador: SECUT, 1999.

COM APORTES de R\$ 6 bi, ferrovia oeste-leste terá primeiro trecho em 2012. *Só Logística*, 21 mar. 2010. Disponível em: <<http://sologistica.webnode-.com.br/-news/com-aportes-de-r-6-bi-ferrovia-oeste-leste-tera-primeiro-trecho-em2012-/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – REGIONAL BAHIA – CPT-BA. Comunidades quilombolas mantêm antigas tradições. Disponível em: <<http://www.cptba.org.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=332:comunidades-quilombolas-mantemantigastradicoes&catid=10:clipping&Itemid=27>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. Parateca e Pau d'Arco. Comunidades quilombolas do estado da Bahia. Disponível em: <http://www.cpisp.br/comunidades-/html/brasil/ba/ba_parateca.html>. Acesso em: 28 nov. 2010.

COTRIM, Dário Teixeira. *Breves notas sobre a origem do município de Guanambi*. Belo Horizonte: Plurarts, 2001.

_____. *Guanambi: aspectos históricos e genealógicos*. Belo Horizonte: Coatiara, 1994.

DAVID, Zoraide Guerra. *Jacaraci, ontem e hoje*. [s. l.]: Prefeitura Municipal de Jacaraci, 1999.

DELGADO, Joaquim Quaresma. Roteiro de Quaresma. In: FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998; In: VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Nacional, 1935; (IGHB. Índex de Varias Notícias. Manuscrito n. 346); In: NEVES, Erivaldo Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios comerciais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia, 2007, p. 59-125.

ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros: cotidiano e representação*. São Paulo: Humanitas; FFLCH/USP 2003.

ETCHEVARNE, Carlos (Coord.). *Escrito na pedra: cor, forma e movimento nos grafismos rupestres da Bahia*. Rio de Janeiro: Vestal, 2007.

FUNDAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA (Casa Anísio Teixeira). Salvador, 26 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ici.ufba.br/twiki/bin/view/FAT/Casa>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. *Grupos analisados pela equipe da FUNCEB para o Encontro com as culturas identitárias*, 2010. Salvador: FUNCEB, 2010a.

_____. *Relação de Filarmônicas Credenciadas*. Salvador: FUNCEB, [2010b]. Disponível em: <<http://homologa.portalcultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/07/-Publicação-das-filarmônicas-credenciadas.doc>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). *Certidões expedidas por Estado* (informações atualizadas até 06 de julho de 2010). Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.palmars.gov.br/_temp/sites000/2/download/dpa/crqs-certificadas.pdf>. Acesso em: 8 out. 2010.

GUERREIRO, Simone. *Tramas do sagrado: a poética do sertão de Elomar*. Salvador: Vento Leste, 2007.

GUIMARÃES, Eudes Marciel Barros. Pulsões interiores: experiências sertanejas e modernidade – Caetité na década de 1910. *Crítica & Debates*, Caetité, BA, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2010.

GUMES, João [Antônio dos Santos]. *Município de Caetité: notas e notícias*. [Caetité: Typ. d'A Penna, de Gumes & Filhos, 1918].

GUMES, Marieta Lobão. *Caetité e o clã dos Neves*. Salvador: [s. n.], 1974.

GUSMÃO, Milene Silveira. Dos cineclubes ao Janela Indiscreta: memória e cinema em Vitória da Conquista. *Memória Conquistense*, Vitória da Conquista, v. 6, p. 183-206, 2002.

INDÚSTRIAS NUCLEARES BRASILEIRAS. Rio de Janeiro: INB, 2010. Disponível em: <<http://www.inb.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEPGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros*. Cultura, 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA. *Bens culturais tombados e registrados pelo Estado da Bahia*. Salvador: IPAC, jan. 2010. Disponível em: <[http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/Bens%20Tombados%20no%20Estado%20da%20Bahia%20\[NOVO\].pdf](http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file/Bens%20Tombados%20no%20Estado%20da%20Bahia%20[NOVO].pdf)>. Acesso em: 5 out. 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Bens salvaguardados* (Bahia). Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/uploads/file-/BENS%20SOB%20SALVAGUARDA%20IPHAN.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Bahia). Vitória da Conquista, 2011. Disponível em: <<http://www.conquista.ifba.edu.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Sistema de informações de projetos de reforma agrária*. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/-portal/arquivos/projetos_programas/titulacao_de_assentamento/titulos_emitidos_ba.pdf>. Acesso em: 17 out. 2010.

IVO, Isnara Pereira. *O anjo da morte contra o Santo Lenho: poder vingança e cotidiano no sertão da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2004.

_____. *Homens de caminhos: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – século XVIII*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JAMBEIRO, Marússia de Brito. *Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros da USP, 1973.

LOPES, Roberto Paulo Machado. A Importância da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para a economia de Vitória da Conquista. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, v. 93, p. 36-44, 2002.

MATTOS, Horácio de Q. *Notícias de uma excursão*. Bahia: Imprensa Carvalho, 1923.

MIGUEL, Antonieta. *Vida material e cotidiana: a Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MOURA, Waldemar Teixeira de. *História da formação e vida de Palmas de Monte Alto*. [s. l: s. c], 1989.

NAVARRO, João de Azpilcueta. Carta escrita de Porto Seguro, 24 jan. 1555. In: NAVARRO, Azpilcueta et al. *Cartas avulsas, 1550-1568*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. p. 172-175. (Cartas Jesuíticas, 2).

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. 2. ed. rev. e amp. Salvador: Edufba; Feira de Santana: Eduefs, 2008.

_____. *Escravidão, pecuária e policultura: Alto Sertão da Bahia, século XIX*. 2007. Estudo demonstrativo de consolidação da linha de pesquisa (apresentado como requisito parcial para a promoção na Carreira do Magistério Superior de Professor Titular B para Pleno) – UEFS, Feira de Santana.

_____. *Estrutura fundiária e dinâmica mercantil: Alto Sertão da Bahia, séculos XVIII-XIX*. Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 2005.

_____. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

_____. A ação do Estado no processo de interiorização do ensino superior na Bahia. *Sitientibus*, Feira de Santana, v. 7, p. 113-119, 1987.

NEVES, Erivaldo. Fagundes; MIGUEL, Antonieta (Org.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. Salvador: Arcádia: 2007.

- NEVES, Flávio. *Rescaldo de saudades*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Medicina, 1986.
- NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- NUNES, Maria de Lourdes. *Revisitando a idéia de quilombo: uma reflexão étnico-racial a partir do Quilombo do Cinzento*. 2008. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2008.
- OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: a constituição da estrutura urbana de Itapetinga, BA. *Cadernos PPG-AU/UFBA*, n.1, v.1, p. 115-132, 2002.
- OLIVEIRA, Renata Ferreira. E tem caboclo na batalha: memória e identidade indígena no Planalto da Conquista. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 7., 2009. São Cristóvão, SE. *Anais...* São Cristóvão, SE: UFS, 2009.
- OLIVEIRA, Sandra Cristina Santos; LIMA, Adelaide Motta de. A indústria de frigoríficos na Bahia: mapeamento e proposta de regionalização. *Revista Desenbahia*, n. 7, p. 133-155, set. 2007.
- PADILHA FILHO, Dênisson. *Carmina e os vaqueiros do Pequi*. Salvador: Santa Luzia, 2002.
- _____. *Aboios celestes: mitologia do Sertão de Cima e outras lendas*. Salvador: EGBA, 1999.
- PAES, Jurema Mascarenhas. *Tropas e tropeiros no Alto Sertão da Bahia no século XIX*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O tempo da dor e do trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do Leste*. 1998. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Memória histórico-descritiva do município de Brumado. *Revista do IGHB*. Bahia [Salvador], n. 81, p. 61-69, 1957.
- PEDREIRA, Pedro Tomás. Município de Caetité. *Estado da Bahia*, Salvador, 22 dez. 1959a.
- _____. _____. Salvador, 29 dez. 1959b.
- _____. _____. Salvador, 05 jan. 1960a.
- _____. _____. Salvador, 12 jan. 1960b.
- _____. _____. Salvador, 19 jan. 1960c.
- PERES, Damião. Um capítulo de história econômica baiana e sua integração na vida política luso-brasileira de setecentos: a exploração de salitre em Monte Alto. *Revista do IGHB*. Bahia [Salvador], n. 77, p. 207-216, 1952.
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. *Fios da vida: tráfico interprovincial e alforrias nos Sertões de Sima – BA (1860-1920)*. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. *O crime na cor: a experiência escrava no Alto Sertão da Bahia – Rio de Contas e Caetité (1830-1888)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- PORTO, Gil Carlos Silveira. *Configuração socioespacial e inserção das feiras livres de Itapetinga-BA e arredores no circuito inferior da economia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- PRADO, Geórgia Reis. *Estudo de contaminação ambiental por urânio no município de Caetité-BA, utilizando dentes humanos como bioindicadores*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.
- PRESIDENTE Lula beneficiará quilombolas da Bahia. *A TARDE On Line*, 20 nov. 2010. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=5653469>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO DO MEIO ambiente: uma jornada pelo Santuário das Orquídeas. Itororó: Alienígenas produções, 2010. Documentário. 1 DVD, 45 min.

RODRIGUES, Flávia Santana. O emprego formal segundo os territórios de identidade da Bahia. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 157, p. 16-24, 2007.

ROSA, Guimarães João. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

RTID beneficia território quilombola de Conquista. *Tribuna da Conquista*, 13 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.tribunadaconquista.com.br/v1/2010/02/13/rtid-beneficia-territorio-quilombola-de-conquista/>>. Acesso em: 28 nov. 2010.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco: trechos de um diário de viagem*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 167, p. 285-377, 1933. Separata.

SANTANA, Alessandro Fernandes. *Turismo como vetor de desenvolvimento local: o caso do Festival da Carne do Sol – FESTSOL*, Itororó, Bahia. 2006. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2006.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo: aspectos da vida patriarcal no sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Nacional, 1956.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité, “pequenina e ilustre”*. 2. ed. ampl. Brumado: Tribuna do Sertão, 1995.

_____. *Município de Caetité (edição especial do 2º centenário da Paróquia de Caetité)*. [Salvador: Imp. Vitória], 1954.

SANTOS, Luis Rogério Cosme Silva. *Políticas públicas do Governo do Estado da Bahia para atração de empresas e qualidade de vida da população trabalhadora do polo calçadista da região sudoeste: o caso da Azaléia Nordeste no município de Itambé*. 2007. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Ronan Soares dos. *Instituições de ensino superior e o desenvolvimento local em Vitória da Conquista-BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

SILVA, Pedro Celestino. Notícias históricas e geográficas do município de Caetité. *Revista do IGHB*, Bahia, n. 58, p. 93-294, 1932.

SOARES, Marisa Oliveira Santos. *Sistema de produção em casas de farinha: uma leitura descritiva na comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista, BA*. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

SOARES, Otilio. Descrição do município de Umburanas, comarca de Caetité, Estado da Bahia. *Revista do IGHB*, Salvador, v. 25, n. 44, p. 363, 1918.

SODRÉ, Maria Dorath Bento. *“Até onde justo for”*: arranjos e conflitos pela propriedade e posse da terra (Macaúbas, 1850). 1999. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 1999.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.

SOUZA, B. J. *Arreios, currais e porteira: uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República*. 1999. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais) – PUC-SP, São Paulo, 1999.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. *A Guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional* (Rio de Contas e Caetitê). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Evolução territorial e administrativa do estado da Bahia: um breve histórico*. Salvador: SEI, 2001 (Série estudos e pesquisas, 56).

TANAJURA, Mozart. *História de Conquista: crônica de uma cidade*. Vitória da Conquista: [s. n.], 1992.

_____. *História de Livramento: a terra e homem*. Salvador: Secult, 2003.

TEIXEIRA, Domingos Antônio. *Respingos históricos*. Salvador: Arembepe, 1991.

TERRITÓRIO de Identidade Sertão Produtivo alcançará um volume de R\$ 3,7 bilhões em investimentos industriais previstos. *Conjuntura & Planejamento*, n.158, p. 70-72, jan./mar. 2008.

TOMASONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. A Universidade do Estado da Bahia: Uneb como instrumento de regionalização. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 97, p. 22-31, 2002.

TORRES, Tranquilino Leovigildo. Memória descritiva do município de Condeúba. *Revista do IHGB, Bahia*, v. 2, n. 4, p. 105-125, 1895a.

_____. _____. *Revista do IHGB, Bahia*, v. 2, n. 5, p. 243-266, 1895b.

_____. _____. *Revista do IHGB, Bahia*, v. 3, n. 7, p. 4-24, 1896a.

_____. _____. *Revista do IHGB, Bahia*, v. 3, n. 8, p. 169-189, 1896b.

_____. Município da Vitória. *Revista do IHGB, Bahia*, v. 4, n. 14, p. 530-545, 1897.

_____. Município dos Poções (Comarca da Conquista). *Revista do IGHB, Bahia*, v. 6, n. 20, p. 253-267, 1899.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Ciências Humanas (DCG – Campus VI). Caetitê: Uneb, [2011a]. Disponível em: <<http://www.campus6.uneb.br/site/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia (DCHT – Campus XX). Brumado: Uneb, [2011b]. Disponível em: <<http://www.uneb.br/brumado/dcht>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Departamento de Educação (DEDC – Campus XII). Guanambi: Uneb, [2011c]. Disponível em: <<http://www.uneb.br/guanambi/dedc/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Vitória da Conquista: UESB, 2011. Disponível em: <<http://www.uesb.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto Multidisciplinar de Saúde. Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.ims.ufba.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

VALEC define construção da Ferrovia Oeste-Leste. *Agência T1*, 28 set. 2010. Disponível em: <<http://www.agenciat1.com.br/3249-valec-define-construcao-da-ferrovia-oeste-leste/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.

VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha. *Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no projeto de assentamento Amaralina – Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

WIED, Maximilian Prinz von. (Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied). *Viagem ao Brasil nos anos de 1815 a 1817*. (1. ed. Frankfurt, 1820). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989. Tomo II.

PARTE V

92

Série Estudos e Pesquisas

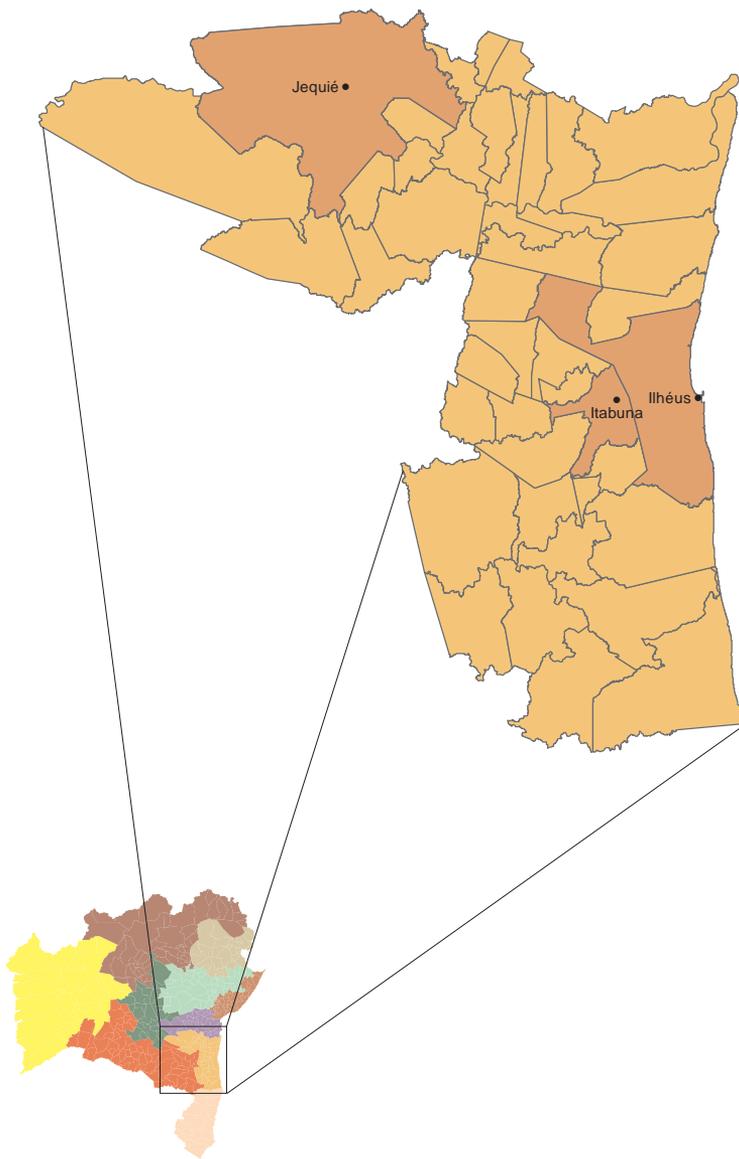
LITORAL SUL/MÉDIO RIO DE CONTAS





LITORAL SUL/MÉDIO RIO DE CONTAS

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
LITORAL SUL/MÉDIO RIO DE CONTAS
Divisão Municipal e Principais Cidades



INTRODUÇÃO

Discorrer sobre duas áreas tão distintas como o Litoral Sul e o Médio Rio de Contas pode oferecer, de início, o risco da artificialidade. O que poderia ser dito, entre a validade e a ambivalência, de forma a contemplar tão diferentes situações? No sentido de resolver esta dificuldade inicial, este texto procura se referir à própria questão colocada pela Secretaria de Cultura (Secult) quando solicitou o estudo da configuração cultural contemporânea da Bahia. Afinal, o que poderia caracterizar as diferentes aglutinações de territórios de identidade de forma a plasmar unidades menos numerosas e mais abrangentes, tais como as regiões socio-culturais? Se os próprios territórios de identidade não são homogêneos, podendo abrigar certo grau de diversidade, poder-se-ia pensar em unidades geoculturais mais inclusivas? Isto remete também a questões de ordem administrativa, que dizem respeito ao planejamento e à gestão de políticas públicas no setor cultural. Uma abrangência maior poderia oportunizar uma troca mais efetiva e fecunda de experiências e discussões, apontando para possibilidades de crescimento quantitativo e qualitativo – inclusive em termos de compreensão dos processos de desenvolvimento cultural vivenciados – que dificilmente se verificariam em uma área mais restrita.

Esta contribuição constitui, preferentemente, um roteiro de reflexões que expressa o trabalho do autor no manejo de diversas fontes de informação sobre o quadro sociocultural dessas porções da Bahia e de sua interpretação. Por vezes, refere-se a itens mais ou menos conhecidos de uma vasta bibliografia. Outras vezes, o texto se reporta a informações e considerações de várias ordens cuja captura se deveu à escuta atenta de diversos tipos de interlocutor, seja diretamente, seja via telefônica, seja ainda via internet.

Foi distribuído, através dos representantes dos territórios de identidade, um questionário a ser respondido pelas dezenas de agentes culturais situados nesses territórios. Tal estratégia não surtiu o efeito esperado. É possível que esses agentes, afeitos à prática cansativa e enfadonha de preencher formulários de editais, relatórios e outros itens do gênero burocrático, tenham encarado o questionário amplamente distribuído como “mais um”. Em alguns casos, os próprios informantes confessaram esta impressão e manifestaram seu cansaço em relação a esses procedimentos burocráticos, o que não significa que foram inócuos. Os próprios agentes culturais que se mostraram indispostos a preencher tais formulários revelaram, na sua argumentação, elementos interessantes para a compreensão da dinâmica cultural de seu lócus.

* Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professor de História da UFBA; coordenador do grupo de pesquisa O Som do Lugar e o Mundo. arajomoura@terra.com.br.

A forma, portanto, que se revelou mais apropriada à colheita de material inédito para este texto inicial foi o contato direto, que se deu de formas bem distintas.

A primeira ocorreu em reuniões, com a formalidade típica caracterizada por pautas e palavras de ordem, e sobretudo por um dialeto burocrático cada vez mais presente e definidor nessas formas de encontro. Esse padrão de comunicação consiste no uso contínuo e reiterado de expressões que configuram uma linguagem cifrada e autorreferida, remetendo-se mais aos trâmites da captação de recursos e das relações interinstitucionais que ao universo propriamente dito dos trabalhos desenvolvidos junto aos seus públicos e comunidades.

A segunda forma, que se revelou mais produtiva, correspondeu a contatos com um ou mais informantes em situações descontraídas, em que estes contribuíam não apenas com dados e informações, como também – e principalmente – com impressões, sentimentos, esperanças, propostas e apreensões relacionadas à temática da cultura local. É importante frisar que tais considerações e expressões não se ativeram apenas àquilo que se poderia chamar de cultura local, sendo que esta, em praticamente todos os depoimentos, é representada como entrelaçada com o delineamento de políticas culturais em seus diversos âmbitos e naturezas, sobretudo no que se refere à esfera estadual do governo.

Permanece, contudo, certa dificuldade de “somar” as duas porções da Bahia neste primeiro ensaio. Parece pertinente, então, propor o seguinte esquema, que pode comportar armadilhas, mas parece ter se mostrado eficaz. Pergunta-se como estas duas microrregiões têm se desenhado diante de si mesmas no passado recente e no presente diante dos desafios colocados pelo desenvolvimento e percebidos por um bom número de seus intérpretes e artífices.

É notável a mudança do perfil dessas áreas nas últimas décadas. Não se trata aqui de dados de desenvolvimento socioeconômico, investimentos, gastos com os diferentes setores do organograma governamental e, aqui e ali, provenientes também da iniciativa privada. Fala-se, sobretudo, da percepção que esses intérpretes do Litoral Sul e do Médio Rio de Contas vêm configurando através de suas representações.

Uma primeira abordagem mais direta da problemática diz respeito ao próprio nome com que é conhecido o território de identidade chamado Litoral Sul. A Região Cacaueira não deixou de sê-lo em decorrência das inúmeras dificuldades que o cultivo do *Theobroma cacao* tem enfrentado desde os anos 1950, e que se agravaram com a vassoura de bruxa nos anos 1990. Isto pode ser uma chave para o que mais interessa aos efeitos desta reflexão: por que, depois de 40 anos de crise e 20 anos de seu recrudescimento, a cacauicultura permanece como a principal referência civilizatória da região?

Pode-se colocar pergunta semelhante com relação ao Médio Rio de Contas. Não se verifica que o curso d'água que empresta o nome à região seja ainda tão importante quando foi no tempo de ocupação desta parte do Sertão próxima do litoral pelos colonizadores. Entretanto, a dimensão ambiental da caracterização costumeira de Jequié parece resistir às décadas, sobretudo através do epíteto Cidade Sol.

O presente texto passa, então, a enfrentar as questões acima a partir de um cotejamento entre as duas formações socioculturais. Caberá ao leitor verificar, no final, até que ponto a dualidade poderia convidar a observar possibilidades de convergência ou dificuldades de aproximação.

HISTÓRIA, AMBIENTE E REPRESENTAÇÕES

O núcleo do acervo de representações do Litoral Sul é a cacauicultura. Aqui, este termo integra também dinâmicas de beneficiamento e diversos graus de industrialização, bem como de comercialização. Tendo-se espalhado desde o final do século XVIII, através da conquista da mata, da submissão do indígena e da utilização do trabalho escravo e assalariado, a cacauicultura estabeleceu-se exitosamente como arranjo original de suas diversas fases: desmatamento parcial e combinado, plantio, colheita, beneficiamento, armazenamento e exportação do cacau.

Fundada em 1535, na esteira da instalação das capitanias hereditárias, a Vila de São Jorge dos Ilhéus era um porto por onde passavam, até meados do século XIX, diversos artigos regionais de exportação, sobretudo madeira, farinha e açúcar, que chegavam pelos rios Cachoeira e Almada dos vales, baixos planaltos e pequenas cadeias de montanhas adjacentes àquela porção de mata equatorial, boa parte das vezes mais densa que aquilo que hoje se decanta como Mata Atlântica. Ao contrário da acusação de marasmo e letargia que a historiografia convencional reiterou durante décadas, incluindo aí os fascinantes relatos de viajantes como Avé-Lallement (1980) e Maximiliano de Habsburgo (2010), pesquisas mais criteriosas como a de Guerreiro de Freitas e Paraíso (2001), bem como Dias e Carrara (2007), revelam dinamismo na economia e na sociedade da capitania em diversos períodos, em ondas relacionadas à própria demanda dos seus produtos.

Tal vitalidade não deixou de conviver com dificuldades de comunicação entre a região e os mercados nacionais e internacionais. Por isso mesmo, nada na história do sul da Bahia até agora se compara à descontinuidade que se verifica com a difusão dos cacauzeiros pelas terras úmidas, férteis e sombreadas paralelas ao litoral, associada à crescente aceitação de suas sementes em centros consumidores ávidos de chocolate na Europa e nos Estados Unidos. O ano de 1899 já viu o cacau na conta de principal produto de exportação do estado da Bahia. Este dado pode apontar a magnitude da importância de Ilhéus entre a segunda e a quinta décadas do século XX, como sede de uma próspera sociedade microrregional.

A partir da segunda década, Itabuna veio a compartilhar progressivamente dessa condição, como centro comercial da hinterlândia cacauzeira. Nasceu como entreposto e manteve sua posição com a construção das malhas rodoviária e ferroviária. Nos documentos da comemoração do cinquentenário de sua emancipação, em 1960, exalta-se o papel dos caixeiros. No tempo de sua fundação, cada rua originária marcava um destino. O fundador de Itabuna, Firmino

Alves, abriu uma pequena loja no local que é hoje a Rua da Areia, de onde as tropas de burro partiam para Conquista, passando pelo Arraial de Ferradas, onde nasceu Jorge Amado.

Durante décadas, a narrativa do progresso foi fundamental para a autorrepresentação regional. Para a historiadora Janete Ruiz de Macêdo, enquanto em Ilhéus essa narrativa reformatou a sociedade, pode-se dizer que, em Itabuna, constituiu a sociedade. A ligação com centros distantes, sobretudo o Rio de Janeiro, era tão vigorosa que os times de futebol locais recebiam os nomes de Botafogo, Fluminense, Corinthians, etc. Os hábitos da recente burguesia agrária correspondem a uma tentativa de aproximação com os centros mais dinâmicos da economia brasileira e vêm desde quando Salvador ainda não era referência de desenvolvimento.

Mesmo com a desaceleração da lucratividade da cacauicultura nos anos 1950, manteve-se em menor grau a importância relativa dessas cidades no âmbito estadual. A partir de então, a suficiência do cacau como baluarte da opulência regional deu lugar a crises sucessivas que levaram, nos anos 1960, ao reconhecimento de que a monocultura dos frutos de ouro (GUERREIRO DE FREITAS, 1979) havia deixado uma dívida por demais elevada. E aqui não se trata apenas da queda do preço do cacau, para desencanto e por vezes desespero de uma burguesia agrária que tão rapidamente se construiu para cultivá-lo e exportá-lo. Trata-se – e isto ainda soa constrangedor tanto admitir como afirmar – da incompetência da economia regional no sentido de assegurar sua prosperidade com um mínimo de autonomia diante de impiedosos fatores externos, como a dinâmica dos preços praticados no comércio internacional, e outras nem tão externas, como os fungos, diante dos quais tantos cacauzeiros capitularam. A decantada diversificação da economia jamais chegou a se consolidar como alternativa, e a representação política não se mostrou eficaz no sentido de garantir financiamentos e tecnologia que pudessem arrancar a região de suas mazelas. A própria construção de um moderno porto marítimo, inaugurado nos anos 1970, não foi suficiente para amenizar o declínio regional no contexto estadual e nacional.

Estas considerações ficariam incompletas sem a referência às tentativas governamentais no sentido de reerguer a economia sul-baiana. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), fundada em 1957, não logrou promover o desenvolvimento da região em termos de modernização e competitividade. Os benefícios trazidos pelo órgão ficaram envolvidos, boa parte das vezes, na teia clientelista que caracteriza a sociedade local. Ao contrário do que afirmou Adonias Filho (1978), não se observou na região o desenvolvimento de uma sociedade civil moderna, democrática e progressista. A principal consequência da presença da Ceplac na região foi a criação de uma classe média relativamente moderna, formada por funcionários que agregavam, à sua proximidade com lideranças locais, a formação acadêmica. O desenho atual de cidades como Ilhéus, Uruçuca e Camacan – e principalmente de Itabuna – não pode ser compreendido sem levar em conta o impacto da Ceplac sobre a economia e a sociedade local, inclusive a complexa rede de serviços demandada pela criação dessa classe média.

Sem desconsiderar a competência e a originalidade dos pesquisadores que têm-se debruçado sobre a história da região, é preciso reconhecer, entretanto, que a primazia da construção de uma narrativa histórica sobre a Região Cacaueira coube ao romance e ao conto, até os anos 1970; a partir de então, também à teledramaturgia. A obra de Adonias Filho e Jorge Amado, enfocando seja a expansão da cacauicultura para dentro da floresta, seja o estabelecimento das fazendas de médio e pequeno porte – mais que de grande porte – e sua implantação na macroeconomia não é simplesmente a de romancistas locais. Ambos os escritores têm qualidade reconhecida nacional e internacionalmente. Se isto não necessariamente acrescenta em termos de validade narrativa-literária, torna-se muito relevante quando se considera a importância de uma referência local, endógena, que alcança reconhecimento externo, conferindo-lhe considerável legitimação.

A região do Médio Rio de Contas, por sua vez, tem sua irrupção na história nacional em época mais recente, o que se deve, em parte, à escassa integração entre o planalto e o litoral.

Itacaré, antiga freguesia de São Miguel da Barra do Rio de Contas, elevada em 1734 à categoria de Vila de São José da Barra do Rio de Contas, foi o núcleo mais importante da capitania de Ilhéus em certos períodos, ainda que a comarca estivesse sediada na antiga Vila de São Jorge. O mesmo se pode dizer de Cairu, Maraú e Camamu, sendo que sua importância não se referia tanto às áreas distantes do litoral. O que se conhece da história do norte da antiga capitania remete sobretudo ao açúcar, à madeira e à escravidão, bem como à produção de alimentos, dentre os quais se sobressai a farinha, como afirma João Reis (1996). Marcelo Dias (2007) acentua a integração da economia da região de Cairu com Morro de São Paulo, Recôncavo e Salvador. Enfim, o próprio curso do Rio de Contas não corresponde a uma conexão histórica mais efetiva entre o planalto e o litoral. Não se entenda, com essa afirmação, que não houve tentativas de povoamento e exploração a partir desse curso d'água. Emerson Pinto de Araújo (1997) reporta diversas tentativas de domínio do interior, a montante do Rio de Contas, desde o século XVI. Sendo muito acidentado e de cursos navegáveis relativamente curtos, não promoveu, apesar de sua extensão, uma integração considerável entre os sertões e o litoral.

A formação inicial da cidade de Jequié é contada pelo mesmo autor como resultado da passagem de José de Sá Bitancur, no ano de 1789, pelo Planalto Sul-Baiano, que prolonga a Serra do Mar até a Bahia. Esse mineiro de Caeté estava a caminho de Camamu. Não se trata de um viajante qualquer, e sim de um inconfidente. Preso em Camamu, foi levado ao Rio de Janeiro e, aí, julgado e libertado. Voltou então ao planalto ao qual se havia afeiçoado, permanecendo até 1813, quando retornou a Minas Gerais.

Este dado, colocado frequentemente como narrativa fundante de Jequié, merece atenção especial. Trata-se de um personagem que, desde o início, conecta a história de Jequié ao interior e ao sul, em termos de localização geográfica. Ou seja, mesmo estando às margens do Rio de Contas, sua referência e proveniência eram outras que não aquelas do litoral produtor de açúcar, cacau, madeira e farinha.

Araújo (1997) afirma que, durante os combates entre baianos e portugueses, em 1822-23, Bitancur enviou de Minas Gerais um batalhão liderado por seu filho, tenente-coronel Bitancur Câmara. Em 1823, a propriedade que havia constituído foi desmembrada por motivos de herança, cabendo ao tenente a Fazenda Jequié. Como costuma ocorrer de décadas em décadas, o Rio de Contas transbordou, forçando-o a construir uma nova sede no lugar em que se encontra com o Rio Jequezinho.

No último quartel do século XIX, o povoado havia crescido tanto que foi feito distrito de Maracás. Começaram a chegar imigrantes mineiros e italianos. Os jequeenses mais idosos se lembram ainda de ter ouvido falar nos italianos Rotandano e Niella, que se associaram de forma a armar seu expressivo comércio no atual centro da cidade, consolidando sua vocação no setor. Esta casa pode ser considerada a segunda matriz de Jequié, completando o que já havia sido ensaiado com a fazenda dos Bitancur.

Em 1897, Jequié seria elevada à categoria de sede municipal e, em 1910, de cidade. Experimentou um considerável crescimento na primeira metade do século XX, principalmente com a estrada de ferro. Esta, chegando a Nazaré das Farinhas, dinamizava o comércio entre o Médio Rio de Contas e a própria capital. Araújo chama Jequié de *porto-de-terra* e *boca-do-sertão* (ARAÚJO, 1997, p. 188), pela sua próspera condição de centro comercial, de onde mercadorias de diversas origens eram distribuídas para regiões distantes, como o norte de Minas Gerais e o Planalto da Conquista.

O gado firmou-se como a principal atividade agrícola do município, beneficiado pela pouca umidade atmosférica e pela disponibilidade de água e pastagens. A região conquistou seu lugar, então, como fornecedora de carne e couro para mercados como Salvador e Ilhéus, além de cidades menores. Isto oportunizou o desenvolvimento dos processos de beneficiamento da carne, especializando-se Jequié e centros vizinhos na produção de uma carne-de-sertão de qualidade distinguida, substituindo em parte o charque que, como diz o próprio nome, vinha do Rio Grande do Sul. As boiadas e seus tropeiros tinham Jequié como ponto certo na longa jornada entre o litoral e o Sertão. Nas paragens de Jequié, cruzavam-se boiadas e tropas que ligavam Salvador, Recôncavo, Camamu e Ilhéus ao sertão e a Minas Gerais.

Este vetor de progresso veio a se reverter a partir de 1959, quando a ferrovia foi extinta; note-se que já sofria a concorrência da Brasil 116, conhecida como Rio-Bahia. Hoje, os mais idosos mostram-se envaidecidos em apontar aos visitantes: “Ali ficava a estação do trem. Era tudo diferente, tinha muito movimento, vinha de tudo a Jequié, o comércio era uma beleza”. A Rio-Bahia perpassava a cidade e, no bojo dos melhoramentos, o trecho que passa por Jequié foi transferido para um corredor próximo, onde se situa a Cidade Nova.

Difícilmente uma narrativa sobre a história e a identidade de Jequié não manteria no centro o caráter de ponto de encontro de diversos mundos. Desde a chegada dos bandeirantes paulistas e mineiros e outros aventureiros até a estrada de ferro, são mundos distintos que se encontram. Pode-se atribuir importância central ao fato de que, aí, também ecossiste-

mas distintos vêm-se encontrar. Mesmo tendo perdido parte de seu território para antigos distritos que se emanciparam, Jequié reúne três ambientes distintos: o Semiárido, onde está assentada a cidade; a Mata de Cipós, formação que se assemelha ao Cerrado, embora não se possa reduzi-la a este; e a Mata Atlântica, que se encheu de cacauzeiros a partir da virada do século XX. A propósito desta contiguidade de mundos naturais, Domingos Ailton reporta uma brevíssima fábula ouvida de um boiadeiro: a cascavel, serpente emblemática do Semiárido, encontrou-se com a jaracuçu pico-de-jaca, por sua vez, característica da Mata Atlântica. A defrontação teria acontecido na Serra da Provisão, município de Jequié. Os dois répteis miravam-se e a cascavel, então, sentenciou: “Tu não vem pra cá que eu não vou pra lá” (AILTON, 2009, p. 13).

O município de Manoel Vitorino é seco e quente; já o vizinho município de Maracás tanto contém áreas de Caatinga como da Mata de Cipós, em terreno elevado e de baixas temperaturas, enquanto os municípios de Jitaúna, Barra do Rocha e Ipiaú, a jusante do Rio de Contas, têm suas plantações de cacau devidamente irrigadas, aquecidas e sombreadas. Por sua vez, o município de Jequié reúne áreas que podem corresponder às três caracterizações. Isto vem justificar a emblematicidade do nome da antiga fazenda dos Bitancur, Borda da Mata, para caracterizar a encruzilhada ambiental do Médio Rio de Contas.

Situada no chamado Sertão da Ressaca, que abarcava os territórios estendidos entre os rios Pardo e de Contas, é um lugar de fronteira, de ligação. Neste sentido, a feira de Jequié pode ser tomada como um mapa e um guia para a compreensão de sua composição geográfica. Em alguns períodos do século passado, o município de Jequié chega a despontar como grande produtor de cacau; considerando-se a impropriedade do clima da maior parte do município para este cultivo, não é difícil compreender que a produção de áreas úmidas vizinhas era comercializada nessa praça.

Embora a literatura produzida em Jequié não tenha alcançado a divulgação e o reconhecimento obtidos pela literatura do cacau, não se diga que os romances aí escritos seriam menos valiosos como registro estético da sociedade, história e cultura da região. Entre esses escritores, sobressai a obra de Ivan Estevam Ferreira, entre a crônica e o romance, e a de Euclides Neto, mais propriamente romanesca, que logrou divulgação e reconhecimento maior.

IMAGENS, TURISMO E URBANIZAÇÃO

A Região Cacaueira se apresenta, então, em termos estaduais e nacionais, como um lugar de fisionomia própria, com uma história singular e especial. O romancista de Adonias Filho e Jorge Amado, que consolidou um lugar mais conhecido no acervo da literatura brasileira, é completado pela obra de outros escritores, como Telmo Padilha, James Amado, Hélio Pólvora, Cyro de Matos, Clodomir Xavier, Valdelice Pinheiro e Sosígenes Costa. Esta densa literatura configura uma região cuja história se descreve como uma saga, uma aventura. O homem e

o ambiente em combate e interação épicas, produzindo uma natureza humanizada pelo trabalho que sai pelo porto de Ilhéus para abastecer de cacau boa parte do mundo. É no decurso deste processo que se instala, no final dos anos 1970, o aroma da turistização como via alternativa para o desenvolvimento regional. Trata-se, aqui, de situar alguns de seus traços na dinâmica da constituição de Ilhéus e Olivença – mais tarde, também Itacaré – como polos turísticos. Aos efeitos do presente texto, tal ponto merece cuidadosa atenção.

Diferentemente do que se costuma dizer na própria Ilhéus, não se deve precisamente ao romance *Gabriela, Cravo e Canela*, trazido à luz por Jorge Amado em 1958, o incremento do turismo nesta porção do litoral baiano. Este livro tornou Ilhéus ainda mais conhecida do que havia se tornado a partir de outros romances do escritor, como *Terras do Sem Fim*, de 1942, e *São Jorge dos Ilhéus*, de 1943. Contudo, este conhecimento era experimentado por um público letrado, o que, em termos de Brasil, não era tão numeroso naquela época. Enfim, talvez não tenham sido tantos assim os turistas que procuraram a cidade de Ilhéus em virtude do romance *Gabriela*.

Como se deu, então, a constituição do perfil turístico de Ilhéus e adjacências? Pode-se propor dois vetores complementares como tentativa de responder a esta questão, sem ordem de importância e sem prioridade cronológica.

O primeiro é a edição da telenovela *Gabriela*, em 1975, dirigida por Walter Avancini, com o selo da Rede Globo de Televisão, reunindo vários ineditismos. A primeira novela em cores da televisão brasileira, a primeira a insistir na ostentação de uma morenidade desnudada em ocasiões frequentes, a primeira a se basear num romance consagrado, de escritor mundialmente conhecido. Belo currículo para um folhetim que, durante dez meses, foi sucesso notável de audiência, revelando intérpretes e compositores ou mesmo consolidando-os em sua trilha sonora, como é o caso de Moraes Moreira, Djavan, Fafá de Belém e Geraldo Azevedo.

O sucesso da novela *Gabriela* lançou mão de ícones de mestiçagem que poderiam ser localizados na obra de Gilberto Freyre, permanecendo não só na memória da audiência como no próprio acesso em forma de *videotape*, através de reexibições, quando eram bem mais modestos os recursos eletrônicos nessa área. Poder-se-ia perguntar, então, que novidade haveria em imagens de mulheres sensuais na mídia. Cabe lembrar, então, que Gabriela (Sônia Braga) aparece no vídeo vigorosamente naturalizada, uma filha do Sertão que vem abrigar-se à sombra dos coqueirais e encontra seu recanto junto ao pé de goiaba do quintal de Nacib (Armando Bógus). Conversa com um gato e um passarinho, tendo sua beleza e sensualidade associadas às iguarias que preparava como ninguém e mantendo permanentemente as prerrogativas de mulher exuberante, de felicidade quase sempre radiosa.

A figura de Gabriela não se relaciona diretamente com o mundo dos orixás, associado nacionalmente à cidade de Salvador. Tampouco tem referência ao passado, às igrejas, às ruas repletas de casas tidas como coloniais. O universo em que se insere Gabriela é presidido por coronéis cuja riqueza e poder estão para além de qualquer contestação. Sem qualquer matiz

de desagrado, contudo, a cozinheira do Bar Vesúvio desliza pelos interstícios da teia social de Ilhéus, como um monumento do mundo lúdico tropical, sem traumas e ansiedades.

Em 1993, a telenovela *Renascer*, da Rede Bandeirantes, de autoria de Benedito Ruy Barbosa e sob direção de Luiz Fernando Carvalho, retoma o sucesso de *Gabriela*, preferindo o interior da região à caricatura urbana praticada por Avancini 18 anos antes. A trama foi reconhecida como romanesca, entrelaçando-se dramas de família, enriquecimento e empobrecimento, traições e ciúmes, ambições e invejas, emoções fortes e misticismo. Tudo isso intimamente ligado ao ambiente, no qual figuravam pés de cacau, barças de secagem, rios e árvores que pareciam, em alguns momentos, personagens tão vivos da cena como aqueles representados pelos atores da novela da Bandeirantes. Tal ambientação pode ser considerada como uma reafirmação da centralidade do elemento natural na narrativa da história e da sociedade cacaueiras.

Enfim, tão diferente de *Gabriela* na concepção temática e no roteiro, e sobretudo pela liberdade com relação a um grande autor mistificado, *Renascer* veio somar-se como segundo grande ícone teledramatúrgico do acervo de referências da Região Cacaueira. A estas duas obras pouco acrescentam a novela *Terras do Sem Fim*, de 1981, uma adaptação de Jorge Durst que não obteve êxito de audiência, e o filme *Gabriela*, com direção de Bruno Barreto, que não convenceu enquanto representação da região cacaueira, apesar do sucesso fotográfico e da manutenção de Sônia Braga no papel-título.

O segundo vetor de explicação é a criação de condições estruturais que favoreceram e propiciaram o desenvolvimento do turismo. Basicamente, trata-se do crescimento de uma classe média no Brasil que passava não somente a adquirir mais eletrodomésticos e automóveis, como também demandava conhecer o país e comprazer-se com as maravilhas de sua diversidade espetacularizada, associada a atrações turísticas de baixo custo. Tal crescimento esteve associado ao desenvolvimento de uma malha rodoviária de proporções inusitadas, associada à cultura do automóvel, que conectou rapidamente o território brasileiro.

Assim se consolidou, a partir dos anos 1980, o turismo doméstico em algumas cidades da região, sobretudo Ilhéus (incluindo o distrito de Olivença e as praias do Norte e do Sul), com destaque atual para Itacaré, paraíso de *resorts* e pousadas de todos os preços e para todas as preferências, e Comandatuba, no município de Una. Há deficiências e lacunas não desprezíveis tanto em termos de infraestrutura hoteleira e urbana como de *marketing*. Além desses fatores, a própria balneabilidade local, ao contrário do que se depreende a partir de um estereótipo de “nordestinidade”, não corresponde a mais de seis meses garantidos de sol a cada ano. Estes aspectos, entretanto, não alteram o que parece central para a reflexão em curso, qual seja, a singularidade ou a especificidade deste perfil turístico.

Muitos comerciantes, assim como representantes de órgãos governamentais locais, depositavam – como alguns ainda depositam – no desenvolvimento do turismo a esperança de ressurgimento de boa parte dos negócios, como fator de recuperação da economia combalida.

O que é mais interessante observar, contudo, é que mesmo setores da população ilheense que não eram nem seriam alcançados diretamente pelo fomento da turistização reconfiguravam-se em termos de imaginário pela referência ao mundo dos romances de Jorge Amado. Isto vem comprovar a importância especial que as atividades turísticas, em seus mais diversos aspectos e ramificações, detêm no jogo complexo de conformação da identidade local.

A propósito, passados os anos de prosperidade e opulência, vieram outros em que, se não havia a prosperidade de antes, não deixou de haver certa sensação de contentamento e autoestima na cultura cidadina do cacau. Em meio à inquietação referida aos rumos da própria economia do sul da Bahia, permanece a nostalgia com relação a um passado tão breve quanto próspero e recente. O próprio fato de ver a cidade visitada por turistas de inúmeras proveniências em busca dos ícones do tempo de *Gabriela* não deixa de ser um agente vigoroso de reorganização de uma narrativa identitária em Ilhéus.

O padrão com que o órgão oficial local de turismo propagandeia as delícias de Ilhéus integra, como ícone permanente, um Jorge Amado singular. Em praticamente todos os folhetos, cartazes e prospectos, bem como estatuetas de madeira ou gesso, o escritor aparece de bermudas e camisas coloridas, sorridente e bonachão, acompanhando, como um velho amigo ou familiar, o casal que colocou no centro da trama de *Gabriela, Cravo e Canela*. A própria Gabriela estampada no material de divulgação turística parece tão próxima da figura da atriz Sônia Braga quanto do personagem do romance. Mais ainda: os turistas associam a Gabriela de Ilhéus à Dona Flor de Salvador e à Tieta de Santana do Agreste; os perfis femininos da fase picaresca de Jorge Amado interagem e reforçam-se. Pode-se afirmar, assim, que as personagens femininas da teledramaturgia referida à Região Cacaueira são o apogeu da naturalização da cultura nesse espaço.

Não se entenda, com as referências a um passado recente, que esta configuração da narrativa sobre o passado e a identidade da Região Cacaueira seja página virada, e menos ainda que as pontuações acima dizem respeito apenas a Ilhéus e Itabuna.

A comemoração do Dia da Cidade em locais como Camacan, por exemplo, vem confirmar a validade destas observações. A Festa do Cacau é a ocasião privilegiada em que Camacan mostra-se a si mesma como exaltação da cacaucultura, em que pese a inserção, vez por outra, de aspectos não diretamente ligados ao *Theobroma cacao* (SÁ, 2003). Pode-se criar uma interface com uma área temática diretamente ligada àquela da cultura, qual seja, a relação entre rural e urbano. As cidades consideradas de porte médio em termos de Região Cacaueira, como Camacan, Coaraci, Una, Ibirapitanga e outras cidades não se traduz em termos de serviços urbanos básicos como educação, saúde e informação. Boa parte dos moradores dessas periferias trabalha na roça; quando mora em bairros muito pobres que circundam essas cidades, é porque, em boa parte, as relações familiares que

o mantinham residindo no local de trabalho foram desfeitas. Assim, a comemoração do Dia da Cidade ou da Festa do Cacau não poderia não evocar uma ruralidade que se vê e quer cidadina sem ser, propriamente, cidadã.

A permanência da ruralidade, tanto nas cidades maiores como naquelas de médio porte ou mesmo pequeninas, convive com a assimilação de hábitos que realizam a integração dessas sociedades na engrenagem mundial do consumo. Em todas essas aglomerações humanas, observa-se a comercialização cotidiana de produtos industriais que vêm substituir, pouco a pouco, artigos gerados na própria localidade, sobretudo no campo da alimentação. O consumo de raízes como o aipim, a batata doce e o inhame e de frutas como a jaca, a manga e a melancia e de cereais como o milho, perde lugar para os alimentos de padrão norte-americano, como sanduíches de condensados, regados com molhos de tomate, mostarda e maionese, em centenas de lanchonetes de todos os tamanhos e condições higiênicas. Mesmo as frituras tradicionais, como a da banana da terra, abundante por toda parte, são substituídas por outras receitas, como a coxinha, o pastel e vários tipos de empanada. O molho de pimenta preparado com o fruto encontradiço em toda parte também cede lugar para os molhos industrializados, que se apresentam em formato mais prático de conservar e transportar.

Outra iguaria cultivada nas cidades da região como ícone da excelência gastronômica, o quibe apresenta em sua receita novos ingredientes, dispensando alguns temperos tradicionais em função da introdução da soja e do requeijão cremoso. O consumo do quibe com recheio de laticínio é emblemático dessas metamorfoses por que vem passando este campo da cultura na Região Cacaueira. Este, contudo, não é o único sinal das transformações alimentares aí verificadas. Para crianças, jovens e adolescentes, e mesmo para a família reunida aos domingos e feriados, a pizza é hoje o alimento mais cobiçado nas cidades que dispõem de um estabelecimento que as prepare, muitas vezes a partir de massa industrializada importada do Sudeste do país. Itabuna tem mais de uma centena de lanchonetes e pizzarias que atraem multidões a cada fim de semana, assim como é percebido um elevado consumo de bebidas alcoólicas originárias de outras regiões, sendo o epicentro desta gastronomia a Rua Nações Unidas.

Esse quadro se reverte por ocasião das festas juninas. O consumo de derivados de milho e mandioca aumenta no início do inverno, associado ao consumo de licores de fabricação doméstica ou semidoméstica. Este, entretanto, não é o panorama geral. Em algumas vilas, tanto quanto em alguns bairros das cidades de médio porte, o cardápio observado nas barraquinhas armadas em locais de aglomeração inclui sanduíches de condensados, churrasco de carnes de segunda e terceira qualidade, acarajé e abará. Em alguns casos, como em São João do Panelinha, distrito de Camacan, as comidas de milho são consideradas fora de moda, perdendo para os salgadinhos à base de farinha de trigo, fritos no óleo de soja.

Lurdes Bertol Rocha (2003) refere-se à situação atual da Avenida Cinquentenário, principal artéria comercial da Região Cacaueira, como síntese da urbanização desordenada que se processa em Itabuna. Quando se cumpre um século da elevação da Vila de Tabocas a município,

a avenida tanto expressa a pujança do comércio varejista quanto a acumulação de diversos padrões de consumo de todo tipo de mercadorias e serviços. O centro de Itabuna compete com a proposta da estação rodoviária e, de certa forma, a complementa ou supera. Desta, partem regularmente ônibus para todas as cidades da região e diversas outras da Bahia e de outros estados. Entretanto, é dos pequenos pontos distribuídos por diversas calçadas das imediações da Avenida Cinquentenário que se pode seguir com mais rapidez para as cidades mais próximas e para a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Portanto, o que poderia parecer caótico no centro de Itabuna corresponde justamente ao modo como aspectos do rural e do urbano se combinaram – e se organizaram – no processo rápido de urbanização da Região Cacaueira. Se o rural e o urbano estão interpenetrados e amalgamados, o espetáculo comercial desta avenida é um mapa perfeito para a compreensão dos padrões de desenvolvimento urbano desta importante cidade.

A poluição do Rio Cachoeira – não o mais extenso, mas aquele de localização estrategicamente mais importante da região, uma vez que atravessa boa parte da cidade de Itabuna e deságua em Ilhéus – pode ser vista como um desafio de grande magnitude para o desenvolvimento social da região. Não somente boa parte de sua bacia não conhece saneamento básico como, nos locais em que foi edificada a rede de esgotos, abundam ligações paralelas e clandestinas de residências, casas comerciais e demais unidades para este rio. Além disso, boa parte da rede pluvial vai desembocar neste breve, largo e caudaloso curso d'água. Assim, diversos tipos de detritos e resíduos, saltando sobre as rochas que se multiplicam até o Banco da Vitória, um pouco a jusante da UESC, concluem sua trajetória poluente junto ao Morro de Pernambuco, onde se encontra com o Atlântico. A instalação de ligações clandestinas de conjuntos residenciais e bares também se observa em algumas praias mais próximas de Ilhéus.

A propósito, merece destaque o processo de balnearização por que vem passando o litoral de Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras nas últimas décadas. Uma primeira observação é que se trata de um litoral consideravelmente extenso, com praias em sua maioria limpas e de boa balneabilidade, às quais se pode ter fácil acesso rodoviário. Ao longo dessa costa, encontra-se todo tipo de estabelecimento comercial para o atendimento a banhistas e turistas, assim como barracas muito simples, onde o banhista pode encontrar peixe frito, cerveja, água de coco, água mineral e refrigerantes por um preço módico. As instalações são modestas, consistindo em bancos de madeira gratuitos ou cadeiras de aluguel. É comum se encontrarem baianas entre as barracas, vendendo acarajé, abará, peixe frito e passarinha.

Outras barracas têm esse nome em virtude de sua localização, na faixa de praia contígua aos locais de rápido e seguro estacionamento. São construções de estruturas relativamente complexas de madeira, com banheiros relativamente limpos e preços não compatíveis com as possibilidades dos banhistas mais pobres. Nestes estabelecimentos, consomem-se pratos considerados sofisticados, incluindo saladas de verdura e cremes. Peixes e mariscos são servidos com molhos diversos, incluindo cremes de leite e maionese, e apresentados em pratos decorados, o que lhes eleva o preço. Serve-se também a carne de boi, de galinha e de porco,

o que aponta a transição entre a barraca de praia e o restaurante. A estratificação da clientela é, por si, um espetáculo para as classes médias – turistas ou nativas – que frequentam a praia. Comer com a família e/ou com os amigos numa plataforma mais alta, vendo os mais pobres que se situam abaixo, junto à areia, consumindo picolés e requeijão assado, é um hábito que se pode verificar não somente nas praias do Litoral Sul, como em todo o litoral brasileiro.

Os restaurantes situados nas praias junto a cidades como Ilhéus, Itacaré e Canavieiras especializam-se em receitas com peixes e mariscos que conferem ao produto a distinção buscada pelos turistas de classe média. Já os restaurantes situados ao longo das praias mais distantes permitem a conjugação entre a frequência à praia e o consumo de comida convencional em espaços, às vezes, com ar condicionado e música ambiente, com repertório diferenciado daquele praticado sob o sol.

Em alguns hotéis e *resorts*, as garçonetes e recepcionistas trajam-se como a personagem Gabriela, bem como os garçons usam camisas coloridas qual as de Jorge Amado representadas em *suvenir*. Desde a década de 80, o nome da emissora *Gabriela FM* fala por si...

Os *resorts* concentram-se no município de Itacaré e no norte do município de Ilhéus, sobretudo nas vizinhanças da Serra Grande. Seus proprietários e gestores não parecem preocupados em formatar sua particularidade pelo fato de se localizarem ali. Esse tipo de hotel costuma ser frequentado por turistas que para ali seguem diretamente do aeroporto de Ilhéus, sem qualquer tipo de contato com as comunidades locais. Alguns deles têm praias particulares, pequenas enseadas às quais só podem ter acesso clientes, pelo próprio fato de que se estendem entre trechos rochosos de ultrapassagem praticamente inviável. Este tipo de formação geológica parece se completar perfeitamente ao projeto de isolamento dos *resorts*. Trata-se do único trecho do litoral baiano em que as montanhas chegam até o mar aberto.

Os ambulantes completam o quadro do comércio da praia, vendem mercadorias baratas com alegria e rapidez e cantam pregões para atrair a freguesia. Desprezados pelos turistas de maior status e combatidos pelos proprietários das barracas, são aliados dos turistas mais pobres, que aí chegam de ônibus ou caminhão (às vezes fretado), portando vasilhames repletos de comidas prontas, necessitando apenas de bebidas geladas e, quem sabe, acarajé e peixe frito a preços acessíveis. Os técnicos de turismo e os representantes dos estabelecimentos orientados para o consumo de classe média não economizam suas restrições tanto aos ambulantes quanto aos turistas que classificam como farofeiros.

Estes aspectos configuram a cultura balneária no Litoral Sul que sofre variações climáticas nem sempre coincidentes com a sucessão das estações do ano. Um fim de semana – principalmente um feriado prolongado – de sol é suficiente para pôr em movimento uma quantidade considerável de comerciantes e prestadores de serviço. Entre Olivença e Itacaré, algumas residências transformam-se, durante o verão e o mês de julho, em pousadas familiares, hospedando turistas de pequena classe média oriundos majoritariamente de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Brasília.

Um traço especial deste quadro é o distrito do Banco da Vitória, situado entre o *campus* da UESC e a cidade de Ilhéus. Nos últimos 20 anos, diversos restaurantes especializaram-se na culinária do peixe e de mariscos, sobretudo o pitu, molusco abundantemente encontrado no Rio Cachoeira, até bem próximo de sua desembocadura. Sua prosperidade, associada à assiduidade de uma clientela de classe média, aponta possibilidades de desenvolvimento deste tipo de turismo gastronômico.

Em se tratando de culinária, poder-se-ia perguntar que lugar cabe então ao chocolate à mesa do Litoral Sul. Neste particular, é preciso distinguir entre dois itens não necessariamente identificados no acervo de representações praticado na Região Cacaueira, quais sejam, o cacau e o chocolate. O chocolate aparece quase sempre como alimento refinado e industrial, vendido nos supermercados, padarias e *delicatessen*, da mesma forma que biscoitos e outras guloseimas. No centro de Ilhéus, próximo do Bar Vesúvio, uma barraca construída em estilo alemão vende chocolates de todo tipo, inclusive com o formato de cacau. O mesmo se observa no aeroporto. Entretanto, o produto já se distanciou consideravelmente da sua base de preparação.

O chocolate caseiro, que ainda se encontra à venda em tabuleiros de mulheres e crianças nas rodoviárias de cidades como Itajuípe e Ubaitaba, com receitas que aproveitam o amendoim e o coco, tem uma proporção maior da semente do cacau, conservando uma ponta de sabor amargo inconfundível. Resiste como algo pitoresco, com embalagem rústica em comparação àquelas de outros tipos de chocolate. Em algumas recepções de hotel, é servido como cortesia. Já o chocolate vendido convencionalmente aos turistas e nativos, na maioria das vezes, dispensa na sua apresentação e sabor esta ligação entre o fruto da natureza e do trabalho do lavrador e o prato à mesa. Não admira, então, que o chocolate não integre o cardápio da Região Cacaueira como algo da terra. O cacau é da região; o chocolate, nem tanto. Este item permanece ausente das políticas ligadas à esfera da cultura e de outras iniciativas os normalmente elencados como integrando o reino da economia.

O território do Médio Rio de Contas carece de evidência no campo do turismo. Entretanto, não se pode deixar de assinalar a forma como a região se apresenta e representa, tanto a si mesma como diante dos adventícios, em função de sua peculiaridade geográfica, assim como de sua história e tradições. Construiu-se uma iconografia em torno da cidade de Jequié associada ao calor e à aridez, daí seu cognome Cidade Sol. Chegando à estação rodoviária, é possível visualizar a presença enfática da Viação Cidade Sol, que hegemoniza o transporte no entorno, chegando também à capital e a algumas cidades de porte médio da Bahia. A presença da Barragem da Pedra no município, com uma lâmina d'água de superfície considerável, não compete com a exuberância e soberania do astro rei como marca local.

É comum ouvir dizer, nas cidades vizinhas, da boa qualidade da carne de sol de Jequié. Com frequência, convida-se o visitante a alguma churrascaria, em que se destaca o prato mais emblemático da cidade, acompanhado do pirão de leite boa parte das vezes. Afinal, também a carne é *de sol...* Outras formas de preparo da carne bovina, caprina, ovina e suína estão

presentes, mas não parecem competir com a carne... *de sol*. Isto se observa nos ambientes de Jequié considerados típicos. Verifica-se ainda uma multiplicação de lanchonetes que parecem as mesmas de qualquer cidade, além das pizzarias, servindo os mesmos tipos de pizza, sendo que a maior parte delas utiliza massa e condimentos industrializados. Crianças, adolescentes e jovens parecem preferir uma pizza a qualquer prato tradicional do Médio Rio de Contas.

Com a urbanização e a integração de Jequié aos circuitos de uma Bahia moderna, o movimento comercial é intenso, com avenidas repletas de lojas onde se ostentam vitrines com artigos que em pouco diferem daqueles oferecidos em grandes *shopping centers*. Se o visitante deseja adquirir um souvenir, contudo, encontra algum tipo de imagem do sol, como bonés e sacolas, podendo também se deparar com artigos usados na pecuária ou que remontem a essa atividade, como jaquetas de couro, chapéus e botas, assim como miniaturas dos mesmos objetos.

A literatura de Ivan Estevam Ferreira pode ser tomada como um retrato dessa microrregião. Seja em *Ponte do Cristal*, romance editado em 2001, seja em *A Pedra do Curral Novo*, coletânea de breves crônicas que veio a público em 2006, o homem sertanejo e o homem da mata emergem nitidamente implantados nos seus ambientes e transitando com desenvoltura entre estes. Na literatura ainda pouco conhecida de Ferreira, pode-se ver como o território do Médio Rio de Contas é um encontro de distintos mundos, entre os quais se pode transitar facilmente, bastando, para isto, deslocar-se alguns quilômetros.

Da mesma forma, Domingos Ailton oferece, em *Figuras Típicas e Religiosidade Popular de Jequié*, editado em 2004, uma proposta de tipificação do homem do sertão e da mata com sabor histórico e antropológico. Sua coletânea é um painel em que comparecem tipos como o boiadeiro, o aguadeiro, o seleiro, o tropeiro e muitos outros, sem faltar o mascate, tão comum até as primeiras décadas do século XX, coincidindo, muitas vezes, com o imigrante árabe.

O mais conhecido dos intérpretes do Médio Rio de Contas, Euclides Neto, legou à região um romancero mais abundante e variado que arremata, com felicidade, as diversas configurações do homem do território do Médio Rio de Contas, o que certamente vem de sua experiência como político. Entre seus romances, *Machombongo*, publicado em 1986, se passa em Ipiaú, portanto, em plena civilização cacaueira. Por sua vez, *A Enxada*, de 1996, é ambientado na área de transição entre a Mata de Cipós e a Caatinga – mais precisamente, a Cascalheira, na área conhecida como Morro Verde.

A fisionomia do Médio Rio de Contas, assim, comparece à literatura de seus autores mais expressivos não apenas como somatório de seus poemas, crônicas e romances, mas na própria interface de mundos que aí se verifica.

Em nenhum outro lugar como na feira de Jequié parece reviver com tanta expressividade o nome da fazenda que a originou – Borda da Mata. Encontram-se aí desde os produtos da Caatinga àqueles da Mata. Misturam-se cestos e tabuleiros de farinha e dendê, de umbu e pitanga, de tapioca e jaca. Ao lado de frutas de solo úmido, vendem-se arreios, esporas, selas e outros artefatos da pecuária desenvolvida nos campos do Semiárido. Artigos que parecem

ter vindo de muitas léguas de distância foram obtidos a poucos quilômetros um do outro. Este é o perfil múltiplo de Jequié; a própria composição do território Médio Rio de Contas coincide com o que se pode verificar na feira.

UMA COMPOSIÇÃO ÉTNICA TENSA E COMPLEXA

A formação étnica desses territórios é complexa, sendo que alguns elementos para sua compreensão já foram ligeiramente pontuados acima.

A atuação dos portugueses é mais conhecida que a de outras vertentes na composição histórica da população desta porção da Bahia. Entretanto, restam lacunas graves, como a que diz respeito à importância da escravidão e aquela que se refere aos conflitos envolvendo povos indígenas.

No que concerne aos grupos indígenas, a maior parte da historiografia tradicional parece insistir na suposta docilidade dos Tupiniquins e na selvageria dos Aimorés, que teriam constituído o principal empecilho à prosperidade da capitania. Entre os outros grupos indígenas que se aproximavam do litoral e eram notados pelos colonizadores, estão os Gueréns (ou Gréns), os Pataxó e os Camacãs.

Em vista dessa bravura dos Aimorés e sua indisposição à assimilação de outra cultura, massacres aconteceram em vários períodos da história da capitania de Ilhéus, desde o mais terrível, ordenado por Mem de Sá em meados do século XVI, até as investidas que puseram fim à revolta dos índios e caboclos liderados por Marcelino, em Olivença, na terceira e quarta décadas do século XX (PARAÍSO, 2009). Em vez de serem vistos isoladamente, como momentos ocasionais de agressão, devem ser interpretados como momentos extremos de uma violência histórica radical, sobre a qual se promoveu a colonização.

Maria Helena Gramacho (2009) identifica três grupos indígenas hoje na Região Cacaueira: os Tupinambás de Olivença (Buerarema, Una e Ilhéus, sobretudo em Olivença), os Pataxó Hãhãhãe (Pau Brasil, Camacan e Itaju do Colônia) e os Tupinambás de Belmonte (no município do mesmo nome). A situação desses indígenas e seus descendentes coincide, muitas vezes, com a de camponeses ou trabalhadores rurais empobrecidos e analfabetos, morando seja em antigas áreas de posse nos interstícios das fazendas, seja nas periferias das cidades do sul da microrregião.

Há diversos processos de reconhecimento de reservas indígenas, que correspondem a momentos politicamente muito difíceis. As dificuldades vão desde a pressão política e armada dos proprietários de terras, algumas habitadas antes por indígenas, à imposição de costumes que lhes são estranhos, no âmbito da alimentação, das formas de casamento e criação dos filhos, da religião e da língua.

Registra-se um estado de beligerância aguda entre os Tupinambás e os outros ocupantes das terras de Olivença e adjacências. O processo de demarcação das terras indígenas desencadeou

o descontentamento de proprietários legalizados, ocasionando conflitos que culminaram em várias mortes. No início de 2011, a situação dos Tupinambás de Olivença era especialmente dramática, com a prisão da cacique Maria Valdelice Amaral de Jesus como represália a sua atuação como líder de seu grupo étnico, formado por cerca de 20 comunidades.

A literatura sobre a composição étnica do Médio Rio de Contas é bem menos abundante. Segundo Araujo (1997), os habitantes mais antigos que se conhece da região de Jequié são os Mongoiós, também chamados de Camacãs, bem como os Cotoxós e os Maracás. Os Mongoiós haviam sido expulsos das áreas litorâneas e em virtude disto foram habitar o Sertão da Ressaca. Entretanto, mantiveram aldeias em Prado, na região hoje correspondente ao Extremo Sul da Bahia. A expansão da pecuária na direção do Planalto Sul-Baiano determinou o extermínio de boa parte dos Mongoiós, que dominavam aí um amplo território em que praticavam a caça e a pesca.

A presença do componente de origem africana, como em toda a América, está ligada à escravidão, de importância decisiva para a configuração de uma economia colonial, e o sul da Bahia não foi exceção. As estratégias de resistência dos escravos na forma de quilombos já foram estudadas por João Reis na Barra do Rio de Contas, atual Itacaré, e no Engenho Santana, em Ilhéus (1996,1989).

Mary Ann Mahony (2001, 2007) acentuou a centralidade do trabalho escravo no desenvolvimento não só na cultura da cana-de-açúcar, como também do cacau. Este se instalou, a princípio, no sul da área que viria a ser conhecida como Região Cacaueira, na comarca de Canavieiras, espalhando-se pelo que hoje são os municípios de Santa Luzia e Camacan e chegando rapidamente a Ilhéus, consolidando-se durante o século XIX. Existem documentos comprovando a existência de escravos em fazendas de cacau às margens do Rio Almada, imediatamente ao norte de Ilhéus. Para aquém e para além da investigação em documentos escritos, resulta evidente a origem africana de boa parte da população ao se considerar o quadro fenotípico.

Não se conhecem documentos sobre a existência do Candomblé antes do final do século XIX, mas o grau de organização e abrangência com que comparece nas informações do século XX supõe uma existência consideravelmente anterior. Os registros mais seguros são de que o Candomblé Angola que se pratica hoje em Ilhéus vem do Catongo, vilarejo próximo de Maria Jape, distrito de Ilhéus, tendo-se conectado com o Candomblé Angola de Salvador a partir dos anos 1930 (AMIM, 2009). É a nação majoritária em Ilhéus, cidade que reúne o maior número de casas da região. Em decorrência da perseguição ao Candomblé no período getulista, algumas mães de santo migraram para Ilhéus e Itabuna, desenvolvendo aí também o Ketu. A maioria das casas recentes são de Ketu. Encontra-se em Itabuna um terreiro Ijexá, minoritário no contexto da Bahia. Sua vitalidade aponta para a diversidade no contexto mais amplo da tradição dos orixás na região.

Domingos Ailton (2010) refere-se aos pais e mães de santo que parecem ser os mais antigos na memória do povo de santo de Jequié. Não constam estudos sobre a história da religião

dos orixás no Médio São Francisco. A memória dos fiéis idosos registra severas perseguições pela polícia, bem como seu enfrentamento, até meados do século XX.

Atualmente, o Candomblé enfrenta as investidas constantes de agentes proselitistas de igrejas evangélicas, que correspondem ao tipo de denominação religiosa que mais vem crescendo em todo o Brasil. Assim, em lugares onde as formas religiosas de origem africana mostram-se vigorosas, essas igrejas procuram conquistar fiéis e contribuintes mediante duas estratégias: agredindo diretamente os padrões religiosos de origem africana e/ou assimilando alguns de seus procedimentos, incorporando-os então à sua liturgia. Em cidades como Ilhéus, Itabuna, Itajuípe, Uruçuca, Camacan e Coaraci, esta emulação e disputa de espaço religioso já oportunizou a saída de inúmeros praticantes do Candomblé para as fileiras das igrejas evangélicas. Isto também se verifica no Médio Rio de Contas, sobretudo em Jequié e Ipiáú.

No âmbito do estudo da etnicidade, outro traço que chama a atenção de qualquer estudioso dessas áreas é que, percorrendo de preferência as áreas mais elevadas e de mata mais fechada, pode-se observar a miscigenação entre negros e índios, sobretudo nos municípios em que estes conseguiram sobreviver por mais tempo; mais precisamente, na porção sudoeste da Região Cacaueira. Este tipo humano é conhecido genericamente como *caboclo*. Por vezes, recebe também o nome de *cabo verde*, quando os cabelos são lisos. À medida que se aproxima dos planaltos menos úmidos, esse mestiço coincide ou se confunde com o sertanejo. Aqui se colocam as dificuldades recorrentes de classificação desse híbrido que se constituiu ao longo da construção da sociedade brasileira. Esse mestiço ora é reconhecido pela aparência, pelo fenótipo; ora é nomeado pela origem geográfica. Poder-se-ia perguntar até que ponto são distintos o que se chama de *caboclo* e o que se chama de *sertanejo*. O primeiro termo chama a atenção para o cruzamento interétnico; o segundo, para a proveniência de áreas mais interiores, normalmente o Semiárido. Assim, não se admira que a presença do sertanejo seja mais significativa na região de Jequié, enquanto a referência à origem africana parece menos destacada.

Um elemento importante para a compreensão da composição étnica da Região Cacaueira é que a prosperidade da cacauicultura atraiu, a partir do final do século XIX, um grande número de migrantes de Sergipe, Alagoas e sertão da Bahia, o que significa que uma população consideravelmente miscigenada chegou à região, não constituindo algo semelhante a uma colônia. O fluxo de parentes e conhecidos dos migrantes que vieram encontrar sustento ou chegaram mesmo a enriquecer com o cacau realimentou esta migração até algumas décadas atrás. Para isso, concorreram políticas estaduais de imigração tanto quanto o empreendimento local (GUERREIRO DE FREITAS; PARAÍSO, 2001).

Outros fluxos migratórios a serem destacados são aqueles correspondentes aos galegos e aos sírio-libaneses. Dois contingentes que, ao invés de praticar a endogamia, rapidamente se mesclaram aos ilheenses e outros imigrantes, constituindo famílias brasileiras, sem o cuidado da transmissão da língua e dos costumes em geral. A exceção consiste na culinária árabe, estudada por Maria Luíza Santos (2001), que se incorporou às tradições locais sem o

ar da estrangeiridade; trata-se de uma contribuição de adventícios, não de estrangeiros na acepção convencional. A comida de origem sírio-libanesa, reconfigurada ao longo de um século de trocas, é hoje mais emblemática das cidades de Ilhéus e Itabuna, inclusive no setor turístico, do que o chocolate.

A presença de imigrantes italianos e sírio-libaneses é referida em vários itens da bibliografia tanto à Região Cacaueira como ao Médio São Francisco, sendo que a presença dos árabes foi bem mais abundante e intersticial. A partir da terceira década do século XX, encontraram a possibilidade de prosperar no ofício de mascate, levando aos mais diversos recantos artigos de varejo que muitas vezes eram obtidos mediante a articulação com outros imigrantes sírio-libaneses estabelecidos em São Paulo e no Rio de Janeiro. No caso específico de Ilhéus, houve também a imigração de suíços e alemães e, em menor número, de franceses. Estes contingentes centro-europeus, contudo, tiveram um impacto menor na composição étnica regional.

Sobre o acervo de representações da história e da sociedade nesses territórios, certamente não se esgotaram a riqueza e a complexidade do padrão literário e dramático de representação dessas microrregiões. Cabe discutir aqui, então, a problematidade da construção dessa narrativa.

As elites não comparecem a este eixo de representação como governantes no sentido do mandato, e sim como famílias patriarcais que, não tendo sido originadas propriamente dos engenhos de açúcar, do comércio e do funcionalismo público destacado, como foi o caso do Recôncavo, se formaram justamente na conquista da mata e na construção da riqueza do cacau. A miscigenação, em vez de ser afirmada como um encontro de grupos étnicos distintos, como se dá na leitura mais frequente e ligeira de Gilberto Freyre, emerge nas representações da Região Cacaueira de forma quase fraterna, num contato cotidiano entre os nativos e migrantes que tiveram êxito em se firmar como fazendeiros e seus comandados. Este esteio das representações da sociedade cacaueira é visível em diversos livros de História e Geografia, como é o caso da coletânea organizada por Maria Palma Andrade e Lurdes Bertol Rocha (2005).

Esse amálgama entre ambiente e cultura tem como resultado o aparamento ou mesmo a dissolução das arestas no sistema de representações da história do cacau. É nesse contexto que se explica o quase desaparecimento, na narrativa mais usual, do escravo como um personagem central da lavoura. E isto não é absurdo como parece em algumas leituras historiográficas críticas. Ora, a escravidão já havia terminado quando se deu a expansão decisiva da cacaucultura, seja em termos geográficos, seja em termos de negócios e reconhecimento. Na versão predominante acerca de sua história, os descendentes dos cacaucultores do período áureo, entre os quais os próprios romancistas supracitados, preferiram exaltar o companheirismo entre fazendeiro e *alugado*, como se dá com Jorge Amado em seu último grande romance, *Tocaia Grande*, de 1985.

Justamente por conta da hegemonia desse padrão tendencialmente consensual de representação da formação sócio-histórica desses territórios, torna-se necessário conhecer a atuação de diversos grupos humanos que, recentemente, passaram a assumir uma postura de resistência

explícita, construindo elementos de contranarrativa. Não é simples pontuar tais elementos, uma vez que acontecem com frequência e intensidade variáveis e se distribuem irregularmente no espaço geográfico. Ao contrário do que acontece em Salvador, esses grupos não contam com uma contrapartida de expressão na mídia. Nesse sentido, a visibilização legitimadora coloca-se como um desafio.

NOVAS E TRADICIONAIS LINGUAGENS NO ÂMBITO DA CULTURA REGIONAL

A própria riqueza e a diversidade das manifestações culturais nos dois territórios abordados neste texto inviabilizariam um tratamento à base de enumerações e classificações. A solução encontrada para enfrentar esta multiplicidade foi colocar algumas manifestações como forma de exemplificação de traços desse mosaico. O que priorizar, então? O que tantas vezes comparece na produção acadêmica como cultura popular, sem que seja discutido o que seria e como poderia ser reconhecido esse *popular*? Os limites de extensão do texto não permitiriam esta digressão. Seria o caso ressaltar os sinais de incorporação das manifestações culturais *da* região e *na* região a circuitos de significação bem mais amplos, marcados irreversivelmente pela midiaticização e muitas vezes inseridos nos circuitos *pop* de produção e consumo de artigos culturais?

O que seria o *tradicional* hoje senão aquilo que foi e/está sendo *tradicionalizado*, ou seja, considerado tradicional pelos seus agentes organizadores e com tal tratado pelos agentes que desfrutaram de meios suficientes para atualizar seu sentido? Assim, pode-se entender o moderno – na acepção comum de oposto a antigo – como o que desafia a duração do tradicional, sem necessariamente suprimi-lo. É possível, aqui, lançar mão de uma pista aportada pela própria observação da cena cultural dos territórios do Litoral Sul e do Médio Rio de Contas, inclusive as leituras e interpretações colhidas junto aos agentes culturais e políticos entrevistados.

Assumindo essa chave de leitura afunilada na observação e escuta de agentes, sobretudo nas cidades de Jequié, Itabuna e Ilhéus, pode-se então situar as manifestações culturais, sejam aquelas consideradas tradicionais, sejam outras tidas como modernas, no mesmo campo sócio-histórico: a ânsia por visibilidade. De que visibilidade, então, se falaria neste texto? Poder-se-ia distinguir três vetores de visibilização, sem ordem de prioridade ou importância.

O primeiro vetor seria a visibilidade imediata pela comunidade – ou, numa escala um pouco maior, na cidade e nas cidades vizinhas – em que a manifestação acontece. É o que se verifica na proposição de velhas e novas linguagens artísticas a seus públicos imediatos. Um festival de dança em Jequié, uma mostra de teatro de bonecos em Itacaré, assim como eventos ambientalistas em Ipiaú, são casos típicos desta busca de visibilidade. Em novembro de 2010, aconteceu o *I Festival de Dança do Sudoeste da Bahia*, no Centro de Cultura ACM, com capacidade para 526 espectadores. Neste mesmo formato, poderiam ser alocados eventos

de artes gráficas em Itabuna. Tome-se a exposição *Afrofilisminogravura*, promovida pela Nuproart e pela Panorâmica Produções; esta realização irradiou-se para mais três centros: Ilhéus, Itacaré e UESC.

A espetacularização para além das fronteiras tradicionais e convencionais é desejada por um número cada vez maior de grupos e agentes. Pequenos espetáculos de canto, dança e artes plásticas surgem aqui e ali, configurando o anseio de se ocupar mais espaço na cena cultural, acrescentando-se à música, portanto.

Poderia ser considerado um segundo vetor a visibilidade diante dos órgãos governamentais, dos quais poderiam vir recursos que potencializariam o desenvolvimento das atividades. A partir de 2006, com o governo de Jaques Wagner, a própria mudança na política estadual no campo da cultura oportunizou, favoreceu e estimulou uma procura crescente de apoio financeiro da Secretaria Estadual de Cultura (Secult) para atividades desenvolvidas por diferentes grupos. Muito rapidamente, modificou-se o vocabulário das entidades, procurando adequar-se às formalidades do universo dos projetos. Cada atividade ou mesmo cada entidade passou a se autodenominar *projeto*. Isto é muito revelador da mudança por que vem passando o campo das manifestações culturais. Há uma demanda consideravelmente maior por apoio governamental aos projetos, o que não tem como contrapartida um crescimento à altura no montante de recursos disponíveis para o financiamento.

Percebe-se o delineamento de dois tipos estratégicos – que podem coincidir numa mesma pessoa – nos territórios estudados: a) o *agente de projeto*, que oscila entre o papel de animador cultural e o de gestor financeiro, às vezes combinando os dois perfis; b) o *assessor de projeto*, que atua de forma frequentemente remunerada elaborando o projeto, redigindo relatórios, preenchendo prestação de contas etc. O Fórum de Agentes, Empreendedores e Gestores Culturais do Território Litoral Sul (Faeg) articula esses dois personagens, trabalhando com uma linguagem acentadamente burocrática e mantendo um boletim. O que oportuniza a emergência desses tipos parece ser a distância entre a linguagem e os procedimentos dos órgãos burocráticos e o mundo das pequenas comunidades formadas por indivíduos menos escolarizados, sobretudo no meio rural.

Todos os agentes contatados para a elaboração do citado texto consideram como dimensão mais importante de sua atuação a parceria com o governo estadual, a transparência dos editais e a possibilidade de desenvolver projetos que antes não eram cogitados. No entanto, lamentam que os recursos disponíveis sejam insuficientes para cobrir uma demanda de tamanha magnitude. Alguns desses agentes acalentam a esperança de que a iniciativa privada possa ser sensibilizada a desempenhar o mecenato, agregando a força simbólica do grupo cultural às marcas das empresas.

Enfim, parece ser um consenso entre os agentes de projeto afirmar como uma grande novidade as oportunidades abertas pela nova política de editais da Secult. A democratização da relação entre estado e sociedade civil, entendendo as entidades que desenvolvem projetos

culturais como participantes desta esfera social, é certamente um desafio tanto para governantes como para empreendedores e agentes de projeto e ainda para os participantes dos grupos culturais. A Pró-Reitoria de Extensão e o Mestrado em Cultura e Turismo da UESC vêm atuando intensamente neste campo, ministrando cursos de capacitação, inclusive em nível de especialização. Percebe-se uma íntima relação entre alguns órgãos da UESC e o Faeg.

A busca de canais de financiamento estimula o contato entre agentes relacionados a formas consideravelmente distintas de organização e atuação. Por exemplo, representantes de terreiros de Candomblé frequentam hoje reuniões em que se encontram com representantes de outros tipos de manifestação cultural. Ao mesmo tempo em que guardam especificidades correspondentes ao seu legado tradicional, à sabedoria e às estratégias de resistência que lhes proporcionaram chegar ao presente, estes representantes desejam incorporar-se aos circuitos de discussão sobre canais de financiamento e outros aspectos das políticas culturais.

Se a corrida pelo financiamento é o item mais visível da relação entre estado e grupos culturais, outro item merece destaque nesse âmbito. Trata-se do que alguns gestores públicos, como Benedito Sena, secretário de Cultura de Jequié até o final de 2010, chamam de formação de plateia. Segundo ele, “o povo não pode gostar do que não conhece e é papel do governo proporcionar uma ampliação do leque de estilos culturais diante dos mais diversos públicos”. Em virtude disto, torna-se necessária a divulgação de diversas formas artísticas em ambientes populares. Entretanto, a formação de plateia não consiste apenas na divulgação. Trata-se da compatibilização entre as condições de acessibilidade do espetáculo e as plateias almejadas. Esta discussão colocou-se em função do difícil acesso ao Centro Cultural ACM, em Jequié, o que inviabilizaria a frequência de moradores de bairros populares aos espetáculos aí realizados. As estratégias de formação de plateia são discutidas também no âmbito da Fundação Cultural de Ilhéus.

Neste campo da relação entre os projetos culturais e o estado, um item demanda uma discussão mais cuidadosa do que tem recebido até o momento. Trata-se do elitismo que caracteriza boa parte dos agentes de projeto e dos agentes do governo estadual envolvidos nos procedimentos relativos aos editais, desde sua enunciação até o preenchimento dos formulários pelos pretendentes ao financiamento. Estes agentes referem-se com frequência à arte que seria “verdadeira” e “autêntica”, usando expressões como “a boa música” e “a verdadeira cultura popular”. Referem-se às formas musicais que alcançam maior aceitação nos ambientes populares – quais sejam o arrocha, o pagode e o forró eletrônico – com menosprezo, como se os grandes públicos que consomem estes estilos estivessem imersos na ignorância e no mau gosto.

É possível distinguir, então, dois tipos de postura: uma que advoga a divulgação mais democrática de diversos tipos de criações artísticas, sobretudo no campo da música, como estratégia de ampliação dos horizontes estéticos dos públicos; e outra que parte de que determinadas escolhas seriam, em princípio, superiores, numa perspectiva nitidamente elitista, que não dispensa a derrisão quando se trata do gosto dos setores sociais mais pobres.

Por fim, a visibilidade midiática poderia corresponder a um terceiro vetor de midiaticização, que permitiria suplantar os limites do testemunho direto e lançar a manifestação no circuito tendencialmente global de informação. Esta dimensão comunicacional costuma ser especialmente cara aos mais jovens, bem como aos gestores profissionais de atividades culturais. A aparição de uma atividade na televisão consubstancia sua existência bem sucedida, além de suas circunstâncias geográficas imediatas e sua atuação local. Isto coloca o grupo e sua atividade num circuito comunicacional complexo, no qual os conteúdos apresentados são intimados a dialogar com outros aspectos da cultura, com os quais, muitas vezes, não mantinha interlocução. É o caso, por exemplo, de apresentações das entidades afro de Ilhéus. Diante de turistas, suas dançarinas costumam se vestir como “gabrielas”. Trata-se de uma interseção de recursos musicais, coreográficos e temáticos.

Na busca de se estabelecer no espaço midiático, os grupos promovem conexões criativas entre esses elementos. Afinal, o turista já traz consigo expectativas a serem realizadas, cabendo aos profissionais do ramo satisfazê-las. As imagens que durante décadas configuraram a Região Cacaueira e a cidade de Jequié são padrões de representação que os grupos culturais têm que considerar inevitavelmente. É assim que a Casa de Bonecos de Itacaré apresenta, no seu site, uma iconografia dos orixás diretamente associada a promoções turísticas, concursos, notícias sobre movimentos quilombolas, etc. É significativo que diversas problemáticas e tematizações estejam presentes no nome da entidade: Associação de Afro-desenvolvimento Casa do Boneco de Itacaré.

A enumeração didática dos três vetores acima não aponta para uma divisão estanque das estratégias de legitimação dos grupos culturais. Pode-se observar a interseção entre diferentes estratégias, por exemplo, no caso do Candomblé. Durante décadas, a tradição dos orixás foi alvo de perseguição pela polícia, além de objeto de repúdio na imprensa. Hoje, alguns de seus representantes reconhecem que a exposição da iconografia dos orixás em ocasiões como festas de rua e em clubes, além de desfiles cívicos e comemorações públicas, tem sido importante com fator de legitimação. Busca-se ocupar espaço na mídia como resposta ao estímulo que significou a exposição do Candomblé nas transmissões televisivas do desfile das escolas de samba e em telenovelas.

Até o início dos anos 1980, a presença de alguns terreiros no Carnaval acontecia na forma tradicional do afoxé, que pode ser compreendido como o próprio terreiro de Candomblé presente na festa de rua. Esta forma viria a se enfraquecer, reconfigurando-se depois, em Jequié, Itabuna e Ilhéus, como bloco afro. É significativo que o antigo afoxé do Terreiro Matamba Tombenci Neto, em Ilhéus, não saia mais à rua no formato originário; em contrapartida, os jovens desta comunidade formaram o bloco afro Dilazenze, que alcança certo destaque na cena do Carnaval. Na mesma linha, alguns terreiros que não realizavam regularmente o ritual do presente de lemanjá passaram a incluí-lo no seu calendário litúrgico a partir da ampla divulgação dessa festa tal como acontece em Salvador e outras cidades.

A conquista de espaços na mídia e em ocasião de intensa visibilidade, como o Carnaval, foi em diversos momentos uma estratégia relevante na consolidação e legitimação da tradição dos orixás em cidades como Jequié, Itabuna e Ilhéus. Em um bom número de terreiros, antigos participantes dos afoxés sentem-se orgulhosos em mostrar fotografias de sua participação nos afoxés; a mesma satisfação experimentam em apontar a presença de autoridades civis – como prefeitos, vereadores e deputados – nas cerimônias religiosas de suas casas.

Colocados estes vetores, convém salientar, ao final desta seção, alguns tópicos que podem ser interessantes aos efeitos de subsidiar uma reflexão sobre a configuração cultural desses territórios.

Inicialmente, cabe salientar o papel da academia neste processo. A UESC tem um desempenho destacado no contexto cultural da Região Cacaueira. O mesmo acontece, em menor escala, com a Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), sediada em Vitória da Conquista, que tem um *campus* em Jequié. A recente instalação do Curso de Artes Cênicas da UESB nessa cidade alavancou uma notável dinamização do teatro, das artes plásticas e da dança.

No caso da UESC, a presença de professores, estudantes e técnicos se dá além do ambiente acadêmico. As atividades de extensão do Mestrado em Cultura e Turismo têm sido diversificadas, alcançando vários municípios. O poder de irradiação da UESC, contudo, verifica-se em cursos, fóruns etc. Projetos têm sido desenvolvidos no campo do meio ambiente, da agricultura diversificada e das artes. A editora universitária *Editus* tem publicado trabalhos de autores da UESC e de outras instituições. Diversas atividades de extensão, como o coral da terceira idade e de crianças e a participação de professores, alunos e egressos em um variado calendário cultural, conferem à universidade um papel central na dinamização deste âmbito, não somente em Itabuna e Ilhéus, entre as quais se situa, como também em outras cidades. Em escala menor, as faculdades particulares dessas cidades também participam desse movimento.

Segundo Maria Luíza Santos, a Região Cacaueira, que foi o destino de diversas correntes migratórias em função da cacauicultura, é hoje um polo atrativo de intelectuais. Dos 747 professores da UESC em 2011, 397 (53,14%) são adventícios. Ao contrário do período áureo da Ceplac, cujos funcionários preferiam residir em Itabuna, a maioria dos professores da UESC oriundos de outras regiões prefere morar em Ilhéus. A presença deste contingente de classe média intelectualizada corresponde a uma ampliação da demanda por atividades no âmbito das artes. Isso vem reforçar o campo das atividades culturais espetacularizadas na antiga sede da capitania, cujo teatro, de dimensões modestas e excelentes instalações, sustenta programação contínua. A Fundação Cultural de Ilhéus tem um papel destacado aí, desenvolvendo programação diversificada, integrando várias linguagens artísticas e ensaiando um diálogo com manifestações culturais tradicionais. A concentração de docentes da UESC em Ilhéus tem significado, assim, um considerável reforço do contingente consumidor de promoções artísticas.

Um dos campos em que a presença da UESC se faz mais atuante é na linguagem do vídeo. Carolina Ruiz de Macêdo (2010), em estudo sobre audiovisuais de gênero documental realizados na Bahia entre 1990 e 2008, afirma que Salvador aparece ainda como *locus* privilegiado de representação, sendo cenário ou tema de 39,6% dos documentários que fazem referência a algum lugar específico. No entanto, diversos outros espaços, espalhados pelo território baiano, já marcam presença em cenas do audiovisual documental do estado, como Sertão do São Francisco, Recôncavo, Litoral Sul e Chapada Diamantina. O Litoral Sul corresponde a 20,5% da produção, vindo logo após os 39,6% da Região Metropolitana do Salvador. Em períodos anteriores, o Recôncavo era o segundo colocado “natural” em termos de representação. No entanto, um fator de natureza mais estrutural colabora para que o Litoral Sul se sobressaia por ter seus espaços bastante retratados; trata-se da produção constante oportunizada pelo curso de Comunicação Social – Rádio e TV, da UESC, configurando o investimento local na formação de profissionais da área como importante estratégia de visibilidade para a região, dando destaque a suas narrativas.

A produção audiovisual da UESC toma corpo a partir de 1999, com a implantação do curso de Comunicação Social – Rádio e TV, quando passa a ter uma produção constante. Corresponde a 15% do total de filmes baianos identificados e é quase totalmente composta de obras de curta metragem, variando entre cinco e 15 minutos. O suporte utilizado é exclusivamente o vídeo, com variações entre os formatos DV e Mini-DV. Mesmo considerando a variedade das temáticas específicas, quase 100% dos documentários selecionados falam sobre a região ou de itens gerais situados no contexto local.

Ainda segundo Macêdo (2010), são 60 os filmes em que esse território aparece diretamente como tema ou como cenário de algum tema transversal. Dentre os 27 municípios que o compõem, oito são retratados em 29 registros, com preponderância para Ilhéus, polarizando os espaços da região. Isto se deve não apenas à importância histórica dessa cidade como centro da produção e exportação cacaueira durante boa parte do século XX, bem como a seus atributos turísticos e à fama alcançada através da literatura de Jorge Amado, que conferiu emblematicidade a alguns elementos da cultura local. Ainda outros 13 títulos abordam o território de maneira geral. São obras que tratam sobre a história da região, seus atributos econômicos e paisagísticos, características sociais, seus mitos, potencialidades, memórias e identidade, além de sabores e dissabores da cultura cacaueira.

Pode-se estabelecer uma relação entre o crescimento da quantidade de documentários realizados e a popularização de novas tecnologias na captação de audiovisual, como as *handcam* e a possibilidade de edição caseira, através de um computador individual. Com a miniaturização, a qualidade e o barateamento dos equipamentos de vídeo, o número de pessoas com acesso à criação através dessa linguagem aumentou, o que pode ser percebido ao serem analisadas a quantidade e a diversidade de nomes de diretores que surgem ano a ano e se misturam aos já consagrados – aqueles que têm uma produção regular e conseguem realizar filmes em película. De acordo com Karla Araújo (2008), a facilidade da gravação e da

edição em vídeo tem favorecido o ingresso de muitos realizadores e o aumento no número de produções no Nordeste, sobretudo em Pernambuco e na Bahia. Segundo estatísticas levantadas, a tecnologia digital tem comprovadamente colaborado para a multiplicação do número de produções audiovisuais baianas, bem como de seus realizadores. Para Fernão Ramos (2008), cresceu igualmente a demanda de expressão através de narrativas que refletem imagens relacionadas com a realidade que as pessoas vivem.

Outro sinal da presença da UESC na cena regional é a considerável diversificação na forma de representar a cacauicultura. A nostalgia da opulência de antanho parece ceder lugar, em parte, a tematizações alternativas, como cacau fino, cacau orgânico e agronegócio do cacau. Aquele que continua a ser o principal produto agrícola da Bahia experimenta, enfim, algumas mudanças na maneira de ser concebido.

Outro tópico que merece atenção é o papel que pode ser desempenhado, em escala municipal, pelas fundações culturais. Toma-se aqui o caso da Fundação Cultural de Ilhéus (Fundaci). Uma de suas iniciativas mais originais é a Caravana Cultural, que percorre 44 localidades do município, promovendo atividades através de oficinas e palestras e mapeando as manifestações. Percebe-se uma notável diversidade delas, sejam aquelas consideradas tradicionais, como o bumba-meu-boi de Urucutuca, sejam grupos de dança e música urbanas.

É possível que o teatro seja a manifestação artística que experimentou o maior desenvolvimento em Ilhéus. O público tem acesso às artes cênicas através de iniciativas diversas, como o Teatro Popular de Ilhéus e o *Tome Teatro* – 12 horas de teatro ao vivo, nas ruas. A Virada Cultural, no Dia Nacional da Cultura, correspondeu, em 2010, a 32 horas contínuas de mostras. A música também vem sendo apoiada, com destaque para o *rock*, que movimenta grupos como o *Chocolate Groove*, reunindo cerca de 20 bandas alternativas com relação à MPB.

O Teatro Municipal promove anualmente três dias dedicados à música alternativa da região; além do *rock*, o repertório inclui o *hip hop*, o *reggae* e a música percussiva de matriz africana. Constam ainda na programação da Fundaci apresentações de música erudita, com orquestra sinfônica, camerata e outras, como banda de pau e corda. Anualmente, acontece a *Semana Arte e Cultura*, entre 6 e 10 de agosto, para lembrar o aniversário de Jorge Amado. Na ocasião, apresentam-se peças teatrais baseadas na obra do escritor. No campo da literatura, promove-se anualmente o Prêmio Bahia de Todas as Letras.

Os custos dessas promoções são divididos entre a prefeitura, o Fundo de Cultura estadual e a iniciativa privada; neste último caso, sobretudo quando se trata de hospedagens. É possível que certo grau de autonomia com relação aos procedimentos político-institucionais usuais explique a agilidade e a criatividade com que a Fundaci tem conseguido exercer um papel dinâmico e renovador no campo em que se propõe atuar. Em janeiro de 2011, realizou-se o *I Festival de Cinema Baiano* (Feciba), envolvendo a Fundação Cultural de Ilhéus, e o Teatro Municipal e o Cine Santa Clara, com apoio da Fundação Cultural da Bahia.

Este dinamismo não inclui a infraestrutura instalada do Centro de Convenções, que poderia potencializar e viabilizar o desenvolvimento de iniciativas que envolvessem um público maior. Suas dependências se destinam à realização de formaturas e eventuais congressos. Falta articulação entre esses recursos e a própria vida cultural local e regional. No caso de Itabuna, o Centro de Convenções teve suas atividades interrompidas. A mesma sorte teve seu único cinema, localizado no Shopping Center Jequitibá.

O último painel que comparece aqui como estratégia de estampar o quadro cultural dos dois territórios, Litoral Sul e Médio Rio de Contas, corresponde ao Carnaval e ao São João.

Em Jequié, Itabuna e Ilhéus, o Carnaval acontecia com notável animação. Nas cidades menores, como Itajuípe, Coaraci e Uruçuca, organizava-se a Micareta, quase sempre pouco depois da Semana Santa. A marca de cada cidade é observada em diversos acervos de documentação fotográfica, sendo a mais completa aquela mantida pelo Centro de Documentação (Cedoc) da UESC. Em Ilhéus e Itabuna, carros alegóricos à moda das grandes sociedades desfilavam garbosamente pelas ruas associadas à prosperidade. Blocos e batucadas chegavam dos bairros populares, com trajes mais próximos de motivos locais e com fantasias de pierrô, colombina, baiana, mascarados de todos os tipos etc. Nessas cidades, como em Jequié, organizaram-se escolas de samba, combinando influências do Rio de Janeiro com invenções locais que as diferiam das demais. Nos anos 1960 e 1970, o Carnaval de Ilhéus chegou a ser referido como “um dos melhores do Brasil”, observando o calendário convencional. Em alguns períodos, a realização do Carnaval não dispensava a Micareta, de dimensões mais modestas.

A partir do crescimento do Carnaval de Ilhéus e Itabuna, as respectivas prefeituras cuidavam para que não coincidisse as datas, para atrair mais público e proporcionar mais lucro ao comércio de cada cidade. No final dos anos 1980, não somente as duas cidades, como também Jequié, passaram a adotar o modelo carnavalesco soteropolitano. Observa-se aí, entretanto, uma diferença com relação à adoção do modelo carioca. Neste caso, as atrações eram locais e as imitações, por sua vez, bem singularizadas. No caso da imitação de Salvador, as atrações passavam a ser as bandas de axé music da capital. Nos anos 1990, já não fazia diferença se a festa acontecia no calendário convencional ou não. Após uma década de sucesso, esse modelo se mostrou insustentável, em virtude tanto de seus altos custos como da concorrência de muitas outras cidades que organizavam o mesmo tipo de Carnaval, reunindo um montante mais significativo de investimentos e contando com estratégias de publicidade mais eficazes.

Ao mesmo tempo em que a influência do modelo soteropolitano se verificava inexoravelmente, os blocos de inspiração afro, sejam afoxés, sejam aqueles que seguiam o modelo do Ilê Aiyê, experimentavam um desenvolvimento inusitado. Em Ilhéus, uma estratégia para administrar as diferenças foi a duplicação da festa, com a criação do Carnaval antecipado, em janeiro, chamado “o primeiro Carnaval do Brasil”, e o Carnaval Cultural, baseado nos blocos afro e em manifestações marcadamente étnicas, além de pequenos trios elétricos locais. Com a retirada das bandas de axé music do Carnaval de Ilhéus e Itabuna, muitos jovens e adolescentes passaram a buscar Salvador nesse período.

No presente, a cada final de ano, em Ilhéus, não se sabe como vai ser o Carnaval e se vai chegar a acontecer com certa magnitude. Assim como os antigos padrões se desfizeram, desfez-se também o delírio da imitação de Salvador. Em Itabuna, resta o Carnaval do Beco do Fuxico, de configuração mais doméstica. Em Jequié, a prefeitura tem preferido apoiar as comemorações do São João.

Quanto a estas, não parecem se desenvolver nem enquanto revigoração de práticas tradicionais – ou tradicionalizadas –, como em Caruaru ou Campina Grande, nem enquanto modernização dessas práticas, dada a concorrência de cidades situadas fora da região, que terminam atraindo a clientela jovem e adolescente. O que acontece com mais força são shows episódicos situados em locais turísticos como Olivença e Itacaré.

A combinação de traços convencionalmente considerados rurais e urbanos verifica-se com evidência em certos aspectos das festas juninas. A forma tradicional de festejar o São João há muito não se verifica nas roças e povoados, e ainda menos nas periferias das cidades médias. Como substituto, os moradores das áreas mais rurais adotam modelos urbanos de representação alegórica da ruralidade, inclusive a quadrilha. Em vários lugares, a referência *country* é observada tanto na coreografia como na indumentária, sobretudo a partir da influência da telenovela *América*, exibida pela Rede Globo de Televisão em 2005. A forma mais sutil de dominação simbólica nas festas juninas atuais é que os camponeses e trabalhadores rurais trazem na maquiagem e nos trajes os motivos de derrisão praticados tradicionalmente pelos moradores das cidades; neste caso, uma autoderrisão.

Diversos agentes ligados a secretarias municipais de cultura têm ensaiado, nos últimos anos, o que seria uma festa junina “autêntica”, baseado no chamado forró pé de serra, ou seja, dispensando a presença do forró eletrônico e criando arraiais em que se estimula o consumo da comida tradicional da festa, à base principalmente de milho.

O caso mais significativo corresponde à Secretaria de Cultura de Jequié, com a montagem da Vila Junina. Em 2010, além de nomes como Gilberto Gil, Targino Gondim, Adelmário Coelho e Flávio José, fez-se presente a Orquestra Sinfônica de Aracaju. Esta estratégia, entretanto, perde fragorosamente para a organização dos arraiais em que impera o forró eletrônico. Cada vez mais próximas do modelo do megaevento, com bandas de forró eletrônico de sucesso nacional, organizam-se as festas de centros como Itororó, Ibicuí e Olivença, fazendo estrondoso sucesso em meio ao público jovem e adolescente. Além desses festivais, automóveis com som muito alto promovem pequenas festas em qualquer lugar das cidades, praias ou rodovias, imperando sem concorrência o forró eletrônico e o arrocha.

Na cena do Carnaval ilheense, pode-se encontrar um processo diante do qual vale a pena aproximar a lente, quando se encerra a composição do quadro da cultura regional. Trata-se da relativa autonomia dos blocos de referência estética africana, construída em meio às turbulências e indefinições da história recente da festa.

Somam-se dez blocos afro, um afoxé, uma levada de capoeira e um grupo de maculelê desenvolvendo atividades em diferentes bairros da cidade. De modo geral, as associações carnavalescas permanecem demasiadamente restritas ao acontecimento do Carnaval, inclusive porque não costumam contar com o apoio do poder público municipal. No caso dos grupos de origem ou inspiração afro, o diferencial é seu assentamento na história das comunidades de Candomblé. Alguns componentes têm mais de 60 anos e participam em virtude de uma motivação especial, que arremata experiências e narrativas no âmbito da etnicidade e da religiosidade. Algumas dificuldades dizem respeito aos aspectos burocráticos. Os blocos afro tiveram que respondê-las assimilando conhecimentos que se situam para além da sabedoria tradicional; trata-se de procedimentos técnicos relacionados à política de financiamento dos projetos e à articulação entre entidades de natureza e objetivos distintos.

Para Gilsoni Rodrigues Santos, ogan do Matamba Tombenci Neto, dirigente do bloco afro Dilazenze e presidente do Conselho das Entidades Afro-Culturais de Ilhéus (Ceaci), a própria multiplicação dos blocos afro colocou a demanda pela articulação das estratégias de legitimação da comunidade afrodescendente. Assim, as lideranças e agentes procuraram unificar o foco dos diferentes movimentos de inspiração afro – associações culturais, terreiros de Candomblé, grupos de capoeira e maculelê, skatistas, praticantes do *hip hop* etc. Isto fortaleceu esses grupos e favoreceu a divulgação de suas atividades na forma de CDs e a presença de seus representantes em ocasiões oficiais.

Ainda segundo o mesmo dirigente, é a vitalidade dos movimentos culturais enraizados nas tradições populares que dá suporte ao desenvolvimento do teatro em Ilhéus, além dos recursos financeiros aportados pelos órgãos governamentais. E o que nucleariza o conjunto destes esforços é sua ligação com a tradição dos orixás, seja diretamente, na forma de pertença a um terreiro, seja indiretamente, no reconhecimento de seu valor como resistência e autenticidade. A força das entidades afro manifestou-se de forma singular quando, por duas vezes, não houve Carnaval em Ilhéus. Alguns blocos – Minicongo, Zambixié, Dilazenze e outros – passaram em cortejo pelos bairros em que estão sediados, dirigindo-se então para o centro da cidade e apresentando-se para diversos públicos.

Esta articulação exitosa entre diversos traços da cultura regional, que permitiu a seus agentes a superação de dificuldades, poderia ensejar o encerramento desta reflexão. Trata-se do encontro de dificuldades e impasses com a criatividade e a perspectiva da inovação.

REFLEXÃO FINAL

Os territórios sobre os quais se deteve este texto, o Litoral Sul e o Médio Rio de Contas, permanecem fortemente enraizados na agricultura e na pecuária – enfim, o enfrentamento histórico da natureza – em termos de representação e narrativas fundantes. A industrialização e a modernização por que vêm passando essas regiões são acentuadamente problemáticas,

sendo que a própria urbanização consiste, boa parte das vezes, numa precária urbanização de ruralidades. A poluição do Rio Cachoeira poderia ser tomada como o item mais urgente de visibilização deste quadro.

Estes problemas se colocam de forma especialmente dramática quando se considera a eminência da construção da Estrada de Ferro Oeste-Leste, do Porto Sul e de um novo aeroporto. Tanto a presidente Dilma Roussef como o governador Jaques Wagner enfatizam seus compromissos com estes empreendimentos. Ainda não são disponibilizadas informações que permitam quantificar as consequências deste projeto para a região – não apenas para o município de Ilhéus, como para boa parte dos municípios por onde passariam a nova estrada e seus entornos imediatos. Comenta-se, aqui e ali, que “tudo vai mudar com as obras”. O ponto mais agudo das interrogações diz respeito às levas de migrantes que seriam atraídos para a sede e o norte do município de Ilhéus, com tudo o que isto implicaria em termos de educação, saúde, saneamento, moradia, reconfiguração do sistema viário etc.

O que se verifica de mais vigoroso em termos de novidade, nos dois territórios enfocados neste texto, é a colocação em questão de dramas até pouco tempo não enfrentados no âmbito das representações e políticas; é o caso, sobretudo, das relações étnicas, encobertas no âmago de uma narrativa aparentemente pacificadora e consensual. A explosividade de algumas áreas, como Olivença, não pode mais ser disfarçada diante da imprensa nacional e da internet, estampando-se diante de moradores da região e visitantes curiosos.

No campo das políticas culturais, a mudança significativa que se operou no primeiro governo Wagner, entre 2007 e 2010, no sentido da interiorização das prioridades e de uma pluralização dos editais de apoio a inúmeros tipos de atividade, oportunizou o surgimento de demandas novas com uma intensidade nunca vista. Diversos tipos de movimento cultural delinearam-se com mais firmeza, objetivando sua legitimação e fortalecimento. Em contrapartida, isto não pode não encontrar dificuldades em territórios tão fortemente marcados por um tradicionalismo que, mesmo sem ter resolvido questões cruciais no campo do desenvolvimento, permanece como um vetor não desprezível na constituição e manutenção de narrativas e representações.

Considerando as reflexões apresentadas ao longo do texto, reúnem-se razões para afirmar que semelhanças e homologias entre o Litoral Sul e o Médio Rio de Contas falam mais alto que suas distinções. Não se poderia comprovar que as diferenças entre os dois territórios são mais expressivas que aquelas encontradas no interior de cada território. Por exemplo, entre as áreas do Semiárido, da Mata de Cipós e da Mata Atlântica no próprio município de Jequié, ou entre a faixa litorânea de coqueirais, fortemente marcada pela balnearização, e as terras altas de mata fechada à sombra das quais crescem novos cacauzeiros, adubados inclusive pela esperança de que a pesquisa tecnológica possa produzir variedades mais resistentes à vassoura de bruxa.

Tudo isso torna muito plausível que a confluência dos dois territórios numa só região sociocultural aportaria vantagens significativas, proporcionando uma troca mais rica de experiências, tanto em termos de dificuldade como em termos de êxito.

A consolidação de Jequié, Itabuna e Ilhéus como polos universitários vem aportar condições favoráveis de reflexão acerca dos rumos a serem tomados no sentido de desdobrar o passado – da Fazenda Borda da Mata, do armazém de Firmino Amaral ou ainda da antiga capitania de São Jorge dos Ilhéus – para promover um futuro menos desigual, com oportunidades mais democráticas de desenvolvimento cultural.

REFERÊNCIAS

- ADONIAS FILHO. *Sul da Bahia: chão de cacau (uma civilização regional)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL, 1978.
- AILTON, Domingos. *Figuras típicas e religiosidade popular de Jequié*. Salvador: Bureau, 2004.
- _____. Jequié: o fascínio do encontro do sertão com a mata. *Cotoxó*, Jequié, BA, v. 7, n.6, p. 13-16, out. 2009.
- _____. O Candomblé na Cidade de Jequié. *Cotoxó*, Jequié, BA, v. 3, n. 16, p. 12-15, out. 2010.
- AMIM, Valéria. *Águas de Angola em Ilhéus*. Um estudo sobre configurações identitárias no candomblé do sul da Bahia. 2009. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
- ANDRADE, Maria Palma; ROCHA, Lurdes Bertol (Org.). *De Tabocas a Itabuna: um estudo histórico-geográfico*. Ilhéus: Editus, 2005.
- ARAÚJO, Emerson Pinto de. *A nova história de Jequié*. Salvador: GSH, 1997.
- ARAÚJO, Karla Holanda de. *Documentário nordestino: mapeamento, história e análise (1994-2003)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- DIAS, Marcelo Henrique. A Capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007. p. 47-116.
- DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves (Org.). *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- FERREIRA, Ivan Estevam. *Ponte do cristal*. Vitória da Conquista: UESB, 2001.
- _____. *A pedra do Curral Novo*. Jequié: ed. do autor, 2006.
- GRAMACHO, Maria Helena. Camacã: símbolo das territorialidades da cultura cacaueira. In: OLIVEIRA, Clarice Gonçalves S. de Oliveira; TRINDADE, Gilmar Alves; GRAMACHO, Maria Helena. *Trajatória, permanências e transformações tempo-espaciais da cidade de Camacan/BA*. Ilhéus: Editus, 2009. p. 171-242.
- GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando. *Os donos dos frutos de ouro*. 1979, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.
- GUERREIRO DE FREITAS, Antônio Fernando; PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a princesa do Sul: Ilhéus 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001.
- HABSBURG, Ferdinand Maximilian von. Mato Virgem. Tradução, introdução e notas de Moema Parente Augel. Ilhéus: Editus, 2010.

MACÊDO, Carolina Ruiz de. *Cortes e recortes: documentário baiano e a narrativa da baianidade (1990-2008)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários: escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 25-26, p. 95-139, 2001.

_____. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. *Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n.18, p. 737-793, jul./dez. 2007.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Marcelino José Alves: de índio a caboclo, de Lampião mirim a comunista: uma trajetória de resistência e luta no sul da Bahia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E ÉTICA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: Editora UFCE, 2009. v. 1. p. 247-248.

RAMOS, Fernão Pessoa. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?*. São Paulo: SENAC, 2008.

REIS, João José. Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 13-21.

_____. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 332-372.

ROCHA, Lurdes Bertol. *O Centro da Cidade de Itabuna: trajetória, signos e significados*. Ilhéus: Editus, 2003.

SÁ, Charles Nascimento de. *Festa da cidade: cultura e turismo na periferia do cacau*. 2003. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

SANTOS, Maria Luiza Silva. *O quibe no tabuleiro da baiana: uma reflexão sobre a imigração síria e libanesa e o turismo cultural em Ilhéus*. 2001. Dissertação (Mestrado em Cultura e Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, 2001.

VON HABSBURG, Ferdinando Maximilian. *Mato virgem*. Trad. Moema Parente Augel. Ilhéus: Editus, 2010.

PARTE VI

EXTREMO SUL

92

Série Estudos e Pesquisas

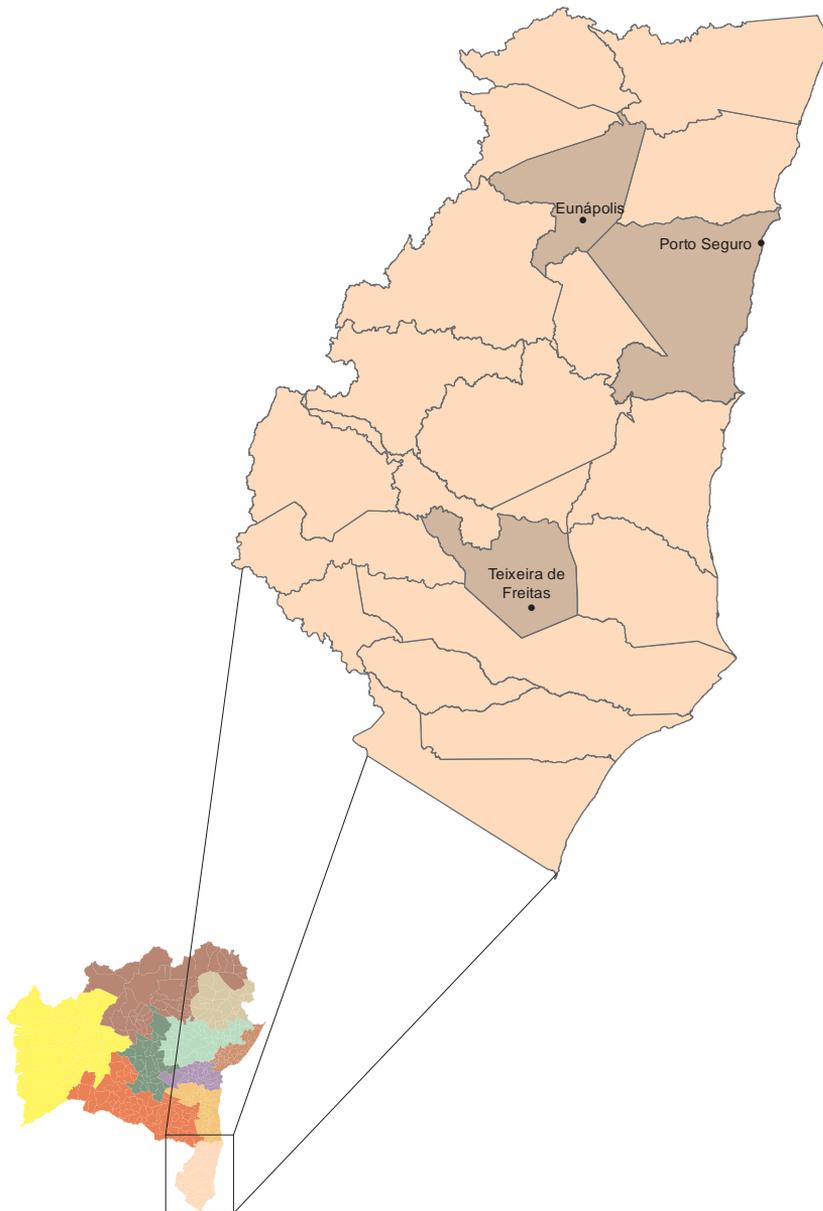
SESP





EXTREMO SUL

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
EXTREMO SUL
Divisão Municipal e Principais Cidades



CULTURAS E IDENTIDADES: O EXTREMO SUL DA BAHIA, UMA REGIÃO EM CONSTRUÇÃO

*Maria Hilda Baqueiro Paraiso**
*Cristina Nunes***

A FORMAÇÃO DA REGIÃO ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX

A região conhecida hoje por Extremo Sul da Bahia é composta por 21 municípios – Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Ibirapuã, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebi, Jucuruçu, Lagedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabralia, Teixeira de Freitas e Vereda – e corresponde à área da antiga Capitania de Porto Seguro, doada a Pero de Campos Tourinho em 1532. A capitania ainda abrangia o norte do estado do Espírito Santo, pois seus limites se estendiam até o Rio Doce.

Em troca da doação recebida, o donatário recebia um conjunto de encargos relativos à conquista e à colonização do lote recebido. Porto Seguro foi uma das muitas capitanias que faliu ainda no século XVI ante um conjunto de problemas que o donatário não conseguiu contornar: o conflito com os indígenas Tupiniquim do litoral e com os Aimorés dos sertões, a densidade da floresta e o regime de ventos marítimos que dificultava a exportação do açúcar. Esse quadro não atraiu colonos para se fixarem ali nem mesmo com a criação do governo geral e a vinda dos jesuítas para aldearem e converterem os índios. Com as epidemias de 1560 e 1563, houve a redução de 2/3 dos índios aldeados, arruinando a já combalida economia de Porto Seguro.

A prisão do donatário e seu repatriamento para Lisboa e a incapacidade administrativa de seus herdeiros resultaram na opção, pelos colonos, de entrar nos sertões na tentativa de encontrar metais preciosos e de capturar índios para serem vendidos na área do Recôncavo e assim reativar a combalida economia local (CUBAS, 1902, p. 549-594).

A venda da capitania para o Conde de Aveiros¹ não alterou a situação de decadência e isolamento da região. Entre 1572 e 1585, o número de vilas, povoados e engenhos reduziu-se de forma drástica. A economia baseava-se na agricultura de subsistência, pesca e exportação de farinha e madeiras, estas na área da atual Belmonte, que enfrentava a forte concorrência das vilas do Baixo Sul (Cairú, Camamu e Boipeba). O comércio de índios, entretanto, prosperava: a entrada de Antônio Dias Adorno, em 1580, trouxe sete mil índios da região entre os rios Itanhém e São Mateus, levando à interiorização dos demais grupos e tornando a atividade de

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); mestre e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento e do Programa de Pós Graduação em História da UFBA. mhparaiso@terra.com.br

** Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

¹ Um dos descendentes desse Conde teve a capitania confiscada em 1759, após a família ter sido acusada de participar de uma sublevação contra D. José I. (ALMEIDA PRADO, 1945, p. 318-319).

apresamento cada vez mais difícil (ACCIOLI; AMARAL, 1940, v. 6, p. 1-3; MAIA, 1902, p. 29-55). Também o comércio de madeira sofreu impacto negativo em 1605, quando foi estabelecido o monopólio da Coroa sobre sua exploração na capitania.

A opção pelo apresamento e a comercialização de índios tornou-se mais atrativa durante o domínio holandês das zonas fornecedoras de escravos, na África, reduzindo a oferta e aumentando o preço do escravo de origem africana (PERDIGÃO MALHEIRO, 1944, p. 231-242). O preço atraiu bandeirantes paulistas para a região dos rios Jequitinhonha, Pardo, Peruípe, Mucuri, Itanhém e do Meio, provocando protestos dos moradores locais.

A descoberta de ouro e diamantes em Minas Gerais resultou, em 1701, na decisão da metrópole em isolar a região para evitar o contrabando desses minérios pelas capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Apesar de os moradores locais argumentarem que seria possível ativar a economia vendendo seus produtos na zona de mineração, a decisão não foi revogada (ACCIOLI; AMARAL, 1940, p. 64-69, 77-80). Assim, a Capitania de Porto Seguro chegava ao século XVIII com povoamento esparso e restrito a pequenas localidades e aldeamentos indígenas e sem inserção nas rotas do mercado interno e externo.

Mudanças ocorreram durante o reinado de D. José I (1750-1777), quando a capitania foi incorporada, como comarca, à Capitania Real da Bahia, e foram nomeados ouvidores régios para administrá-la, gerando transformações econômicas e sociais significativas, destacando-se a criação de vilas no litoral com a elevação de aldeamentos indígenas a essa categoria. Assim, o de São João dos Tapes transformou-se em Vila de Trancoso, o do Espírito Santo em Vila Verde, além de Nova Belmonte, Prado, São Mateus, Nova Viçosa, São José de Porto Alegre (atual Mucuri) e São Bernardo de Alcobaça. Dentre todas essas, segundo os dados da época, apenas as vilas de Porto Seguro e Caravelas podiam ser definidas como núcleos urbanos, espaços em que se realizavam atividades comerciais significativas.

Também foi estimulado o plantio de algodão e mamona na região, porém sem resultados significativos. A área continuava sem oferecer atrativos aos investimentos, apesar do seu potencial: terras abundantes e férteis, matas repletas de madeiras de qualidade e rios que poderiam ser usados como vias de circulação. Explica-se a importância da rede hidrográfica por estarem as nascentes dos rios que desaguam no extremo sul nas serras de Minas Gerais. O que antes era visto como uma ameaça à segurança, após o declínio da mineração passou a ser visto como um aspecto positivo por permitir a criação de rotas comerciais com aquela capitania, após a abertura de caminhos, datando de 1777 a primeira tentativa de criar uma rota entre Salvador e Rio de Janeiro. O projeto de colonizar as margens da estrada, no entanto, não prosperou.

O ouvidor Thomé Couceiro de Abreu, buscando atrair moradores, fez intervenções urbanísticas nas vilas, porém, o isolamento e o medo dos índios fizeram com que muitos dos que para ali se deslocaram abandonassem a região. Criaram-se novas vilas: Itanhém, Pontal da Regência e Conceição da Barra (hoje ambas estão em território capixaba). Porém, no fim do século XVIII, a presença de colonizadores era muito pequena e restrita às pequenas vilas litorâneas,

onde conviviam em associação íntima com os índios. Em 1802 houve a avaliação dos rios da comarca e das localidades existentes para identificar a rota mais viável para abrir uma estrada para Minas Gerais. Foi então que se descobriu que o Rio Grande de Belmonte era o mesmo rio conhecido por Jequitinhonha em Minas Gerais.

Com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro, em 1808, criou-se um mercado consumidor mais exigente em termos de quantidade e qualidade, e o interesse em vincular a região à dinâmica econômica mineira aumentou. Era preciso abrir caminhos e dominar os indígenas. Para tanto, foi decretada guerra justa, ainda em 1808, aos índios, denominados genericamente de Botocudos, na Bahia, em Minas Gerais e no Espírito Santo, garantidos privilégios aos combatentes – escravizar e ocupar terras das aldeias – e suprimidas as medidas restritivas à abertura de caminhos e à conquista de novos espaços entre o litoral e Minas Gerais (LENHARO, 1979, p. 41-55).

O governo da Bahia optou por dividir responsabilidades e despesas da guerra justa com particulares e as câmaras das vilas. Na comarca foram contatados os capitães de São Mateus (CONDE DA PONTE, 1808a, v. 241, p. 239) e de Caravelas (CONDE DA PONTE, 1808b, v. 238, p. 237) e as câmaras das vilas de Prado (CONDE DA PONTE, 1808c, v. 241, p. 241), Caravelas e Viçosa (CONDE DA PONTE, 1808d, v. 344, p. 343). Dentre os caminhos, o primeiro a ser projetado foi a rota de correio entre Salvador e Rio de Janeiro. O relatório de Navarro (1866, p. 433-468) confirma ser a ocupação humana muito rala e predominantemente indígena, enquanto as atividades econômicas continuavam voltadas para a subsistência, com destaque para a farinha de mandioca, além da pesca e do corte de madeira. Destaca ainda o desânimo dos moradores das vilas ante o isolamento em que viviam e a presença de indígenas não aldeados (NAVARRO, 1866, 4. 433-468), responsabilizada pelas dificuldades para expandir a conquista e a produção. O documento sugere a ampliação da guerra justa, a construção de quartéis e a arregimentação militar dos índios aldeados para comporem as tropas de ataque e defesa sediadas em quartéis, que passaram a ser construídos a partir de 1810 ao longo dos rios Jequitinhonha, Buranhém, São Mateus, Doce, Jucuruçu e Itaúnas. Outros foram acrescidos em 1813, no Jequitinhonha, João de Tiba, Cremimoã, Itanhém, Peruípe, Mucuri e Itanhém.

Algumas estradas foram abertas: uma ligando a Vila de Porto Seguro ao Jequitinhonha e outra entre Alcobaça, Mucuri e Minas Gerais (CUNHA, 1931, p. 56-57). Foram feitas novas intervenções urbanísticas em Belmonte, Prado, Alcobaça e São José de Porto Alegre e melhorias no canal do Rio Salsa visando atrair os mineiros para a comarca (CUNHA, 1931, p. 56-57).

No fim da década de dez, a comarca foi visitada por vários naturalistas estrangeiros. Dentre eles destacam-se as observações mais acuradas do Príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied (1989) sobre as vilas e povoações da região. São José de Porto Alegre era uma vila habitada predominantemente por índios pobres que se sustentavam com o que plantavam, criavam e caçavam. O grande proprietário no Mucuri, em 1816, era o Conde da Barca, dono de uma serraria na sua fazenda, implantada e administrada pelo ouvidor de Porto Seguro, que ali

residia e de onde coordenava as ações militares de defesa. Já em Nova Viçosa, os moradores mais ricos eram os que possuíam embarcações e se dedicavam ao comércio.

Caravelas era a maior vila da comarca e possuía um centro comercial animado com a venda de produtos da região comercializados nas vilas próximas ou no Rio de Janeiro, na Bahia e em Pernambuco. Em Alcobaca, o Conde da Barca também possuía uma grande fazenda, conhecida como Ponte do Gentio, na qual trabalhavam índios aldeados, escravos negros, açorianos e chineses, encarregados de introduzir o cultivo de chá naquele local. Seus moradores comercializavam farinha de mandioca e importavam produtos vindos da Bahia, vendidos na vila e na fazenda de Muniz Cordeiro, a maior do local. Na Vila do Prado o que se destacava era sua pobreza, explicada pela baixa fertilidade dos terrenos e a ausência de estrada para Minas Gerais. As matas ainda eram densamente povoadas pelos Pataxó e Maxakali.

Em Coromuxatiba havia a fazenda de Charles Frazer, na qual trabalhavam escravos e índios, os mesmos que viviam nas margens dos rios Cremimoã, Joacema, dos Frades e em Trancoso, que se resumia a poucas casas em torno da praça quadrada, típica dos aldeamentos jesuíticos (WIED-NEUIWED, 1989, p. 177-273). Porto Seguro era menor que a Vila de Caravelas. Seus moradores mais abastados eram os donos de embarcações usadas para o comércio e pesca. Em Vila Verde e Santa Cruz de Cabralia, esta em plena decadência, produzia-se farinha de mandioca para o mercado externo. A de Santo André possuía poucos habitantes que comercializavam cordas finas de gravatá ou algodão, pintadas com o sumo da aroeira, atividade típica dos índios do litoral (AIRES DE CASAL, 1976, p. 217-228; WIED-NEUIWED, 1989, p. 225-231). Belmonte era uma vila medíocre e decadente. As principais atividades econômicas eram a agricultura e o comércio de farinha de mandioca, arroz, milho, madeira, toucinho, carne salgada, pólvora, produtos trazidos pelos mineiros e revendidos pelos moradores de Porto Seguro na Bahia e na comarca (WIED-NEUIWED, 1989, P. 232-238). Mais para o interior viviam alguns índios e colonos, em grande pobreza, apesar de o local ser um entreposto comercial importante entre a Bahia e o alto Jequitinhonha.

Para Minas Gerais, uma estrada para o mar pelo Vale do Mucuri era essencial. Os baianos queriam que essa estrada se estendesse até Belmonte. Várias tentativas foram feitas na década de 30 pelo governo mineiro: a criação de colônias militares e análises da viabilidade, sendo indicado (ARAÚJO, 1903, p. 1063-1074) São José de Porto Alegre como local ideal para estabelecer um ponto comercial. Porém, foi considerado essencial dispersar a grande quantidade de índios que habitavam aquelas matas, o Jequitinhonha e o Prado, tarefa atribuída a missionários capuchinhos italianos (ALMEIDA JR., 1839). Ante o fracasso do projeto mineiro, a Bahia assumiu a responsabilidade pela obra. Logo iniciou-se o combate aos indígenas e a seu aldeamento em torno de Santa Clara, limite com Minas Gerais (TROINA, 1845). Em seguida, criou-se uma colônia nacional de povoamento, convocando jovens casais nacionais que também abandonaram o projeto antes de 1849 (ALMEIDA, 1846).

Nova iniciativa partiu da Câmara Municipal de São José de Porto Alegre (1847, p. 33-35) ao solicitar a Teófilo Benedito Ottoni que assumisse a administração de toda a área do

Mucuri através da Companhia de Comércio do Vale do Mucuri, criada por sua família. O senador e o governo baiano fizeram o acordo, e a proposta foi implementada. A companhia abriu a estrada até Santa Clara, construiu armazéns e passou a administrar os aldeamentos indígenas (QUINTILIANO, 1903, p. 6-46). Além dos índios, trabalhavam no projeto degredados e colonos estrangeiros, visando tornar produtiva a região e inseri-la nas rotas de comércio nacional.

A criação das colônias estrangeiras no Brasil era, naquele momento, um empreendimento particular, ainda que com o apoio do governo. Eram vistas sob três ângulos: o de acelerar a produção agrícola, o de promover o branqueamento físico e cultural da população e o de substituir a mão de obra escrava de origem africana após a promulgação do Bill Aberdeen.

Uma das primeiras colônias instaladas na Bahia foi a Leopoldina, localizada às margens do Rio Peruípe, em Viçosa, Comarca de Caravelas. Para lá foram levados colonos prussianos e suíços que receberam três sesmarias de 12 léguas, onde plantaram café, sendo-lhes concedido o direito de ter escravos – chegaram a possuir dois mil –, uma concessão excepcional não concedida às demais colônias implantadas no país. O sucesso da colônia pode ser verificado pela produção do ano de 1833, quando foram produzidas 25 mil sacas de café, além das de arroz, feijão, milho, cana-de-açúcar, mandioca, e algodão (SILVA, 2009). Diante desse sucesso, entre 1820 e 1821, ela foi fundada, nas proximidades da colônia anterior, a de Frankental, onde se instalaram inicialmente colonos oriundos da Francônia. Devido ao fracasso do empreendimento, há poucas informações sobre seus ocupantes (SILVA, 2007, f. 50).

A Leopoldina entrou em declínio com a abolição da escravatura, quando os ex-escravos abandonaram as fazendas, fazendo com que os colonos deixassem a região (RREA, 2005, p. 1-12; SILVA, 2009). Os que permaneceram deixaram poucos rastros: os três cemitérios da colônia foram destruídos, assim como a antiga igreja (a de Nossa Senhora da Piedade) construída pelos escravos, sendo recentemente erguida uma réplica. Também a senzala e a antiga cadeia foram destruídas. Apenas restam algumas fotografias sem identificação – de uma filha de escravo, de um colono e de seu filho mulato –, e alguns objetos, hoje expostos no prédio da antiga estação ferroviária. Há sinais de ter ocorrido uma forte miscigenação entre os colonos europeus, seus escravos e outros moradores locais, particularmente entre os moradores de Helvécia. A área da antiga colônia foi adquirida pela Bahia Sul Celulose, entre os anos de 1980 e 1990, e hoje se encontra ocupada pelos quilombolas e por plantações de eucalipto que se estendem até alcançar a BR 101.

Outras colônias foram planejadas a partir de 1857 para Ilhéus e Porto Seguro (ESTATUTOS ...). No entanto, as denúncias do médico europeu Robert Avé-Lallemant (1980, p. 137-155) colocou uma pedra de cal no projeto das colônias para estrangeiros. O visitante, além de apontar a pobreza da região e as dificuldades de circulação de pessoas e mercadorias, responsabilizava a Companhia dos Ottoni pelo péssimo estado de saúde e pobreza dos colonos de várias origens. E afirmava que o mesmo ocorreria se viesse a se concretizar o projeto do Conselheiro Martins de instalar colonos estrangeiros no Jequitinhonha. As denúncias

repercutiram no Brasil e no exterior, fazendo com que o governo imperial resgatasse os colonos, levando o projeto à falência e à transformação do projeto de criação de colônias num projeto governamental.

Para explorar a região, a opção foi estabelecer contratos particulares para a corte e a comercialização de madeiras. Na margem esquerda do Jucuruçu foram concedidos dois pedidos: um² para cortar 400 dúzias de árvores de jacarandá e outro, em outubro do mesmo ano (ALBUQUERQUE, 1852), com duração de cinco anos, durante os quais poderiam ser abatidas 400 dúzias de toras de jacarandá a cada ano. A entrada nas matas ampliou os conflitos com os índios, fazendo com que alguns contratos de madeireiros fossem prorrogados (COUTO, 1854; AYRES, 1855). Reafirmava-se, assim, a vocação madeireira da região. Tendência que se confirmou com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas, em 1882 pelo governo da Bahia, partindo de Caravelas e chegando ao Jequitinhonha pelo Mucuri. O principal objetivo era o de transportar madeira destinada à confecção de dormentes. Seu maior cliente era a própria Estrada de Ferro da Bahia. Também era uma estratégia para criar um porto marítimo para Minas Gerais em Caravelas, o que nunca ocorreu, levando à desativação, em 1966, da estrada de ferro sem que ocorresse a colonização na área de influência da ferrovia (BORGES JR. 1873).

No fim do século XIX acentuou-se a opção pelos imigrantes estrangeiros como trabalhadores e o abandono do projeto de educação dos indígenas. Como consequência, em 1875, as câmaras municipais puderam incorporar as terras dos aldeamentos ao seu patrimônio e entregá-las às frentes madeireiras. Em 1887 (ARAÚJO, 1887), os aldeamentos foram extintos e seus moradores abandonados à própria sorte, restando-lhes a opção de ocuparem franjas de terra de baixa qualidade ou se inserirem no mercado de trabalho regional.

Assim, quando da virada para o século XX, percebem-se algumas constantes que perduram até os dias atuais. Uma delas é a forte vinculação a Minas Gerais e ao Espírito Santo, em contrapartida a um distanciamento com o restante da Bahia. Outra é a tendência a buscar solução para as questões econômicas através da comercialização de madeira. Cabe destacar, também, a baixa densidade demográfica resultante do isolamento, apesar das inúmeras tentativas de inserção e dinamização da economia local e de abertura de rotas de comunicação que, sintomaticamente, nunca se dirigiam ao norte da província.

A VIRADA DO SÉCULO XX E A ABERTURA DA REGIÃO

Esse processo foi-se alterando, em alguns aspectos, de forma gradual até meados do século XX. A tendência ao isolamento foi sendo alterado de forma muito lenta, sendo nos primeiros

² ALBUQUERQUE, Francisco José, Procurador de Manoel Ramos dos Santos, morador da Vila do Prado; Ofício enviado ao Presidente da Província, Bahia em 24/03/1852; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Madeiras; Maço 4616 (1846 - 1860); cad. 05.

50 anos um movimento originado no Espírito Santo e em Minas Gerais. Era a expansão de grupos madeireiros daqueles estados em busca de novas florestas para explorar, o que explica o surgimento de localidades criadas nesse contexto: Itanhém, Itapebi, Itamaraju, Lagedão, Medeiros Neto, Itagimirim, Itabela, Guaratinga, Ibiporã, Jucuruçu, Teixeira de Freitas e Vereda. Porém, nesse período, devido à ausência de uma rede viária mais desenvolvida, essa atividade ainda era de pequeno porte. Consequentemente continuava a predominar a produção de subsistência, embora tenham sido retomadas atividades tradicionais, mas que estavam em decadência – cana-de-açúcar, algodão e produção de aguardente –, e a introdução do cacau em Belmonte, Mucuri, Porto Seguro, Prado e Alcobaça, sem, no entanto, atingir a importância que possuía no eixo Ilhéus–Itabuna (OLIVEIRA, 2008, f. 26).

Em termos sociais, mantinha-se a mesma população mestiça no litoral vivendo da pesca e do pequeno comércio feito pelo mar. Os índios, após a extinção oficial dos aldeamentos, passaram a enfrentar o assédio dos madeireiros, de pequenos proprietários de várias origens e da massa de população de ex-escravos, após a abolição, que buscavam terras virgens para se instalar e criar suas roças. Esses novos segmentos, responsáveis pelo surgimento da pequena propriedade rural, concentraram-se em torno dos rios, intensificando a derrubada das matas ciliares. Organizados em comunidades compostas por pessoas pobres e sem acesso ao mercado, o que os impossibilitava acumular capital e realizar investimentos, não se constituíram em elemento de dinamização regional. Parcela desses despossuídos também se concentrou em torno das cidades litorâneas, engrossando o número de pescadores e prestadores de pequenos serviços (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2007, p. 4).

Outro grupo que se instalou no extremo sul da Bahia em busca de alternativas de sobrevivência foram migrantes italianos. Apesar de não terem vivido numa colônia, sua presença e de seus descendentes é expressiva. Além dos missionários capuchinhos, já referidos, vários artesãos, agricultores e comerciantes se instalaram na região (A ITÁLIA..., 2008). Foi em Belmonte que a maioria desse grupo se fixou, formando o maior contingente de estrangeiros entre os imigrantes naquela região. Eram, na maioria, originários da Calábria e de origem pobre (FRANÇA FILHO, 2003, f. 10-154). Em Belmonte foram comuns os casamentos com filhos e filhas de fazendeiros locais, o que lhes garantiu o acesso à terra por essa via ou através da aquisição de lotes, onde plantaram cacau. Outros se direcionaram para o comércio, e significativa parcela se inseriu em atividades socioculturais.

A presença italiana não chega a ser marcante em termos culturais, dado o alto grau de miscigenação com a população local. A busca pela integração – tendência que sempre se acentua quando o grupo de imigrantes se dispersa por não formar uma comunidade fechada que se autorreproduz socialmente – explica a ausência de traços culturais italianos marcantes nos locais onde se instalaram. Essa atitude também pode ser constatada pela decisão de muitos terem abrazeirado a grafia de seus nomes. A partir do momento em que se tornou possível obter a cidadania italiana, os descendentes têm buscado valorizar seus ancestrais. Para afirmar essa identidade peculiar, usam como sinais diacríticos o culto

ao trabalho, a religiosidade católica, o espírito de solidariedade, a alegria permanente e a solidez da ordem familiar.

Então, pode-se concluir que, apesar dessa movimentação, a região continuou a ser uma zona de fronteira acessada, principalmente, por mineiros e capixabas. Em termos estaduais e nacionais, o extremo sul da Bahia mantinha-se como uma incógnita, apenas conhecida como o ponto do descobrimento do Brasil e onde ficava o Monte Pascoal. A primeira notícia, em nível nacional e internacional, data de 1939, quando o aviador português Gago Coutinho pousou na aldeia de Barra Velha e em Porto Seguro. A divulgação de suas observações, aliadas ao projeto nacionalista do governo Vargas expresso nas propostas culturais de intelectuais voltados para essa meta, motivou, em 1943, a demarcação, pelo estado da Bahia, do Parque Monumento Monte Pascoal.³

Porém, o fator decisivo de revelação da região ocorreu com a abertura da estrada BR-101, empreendimento de caráter desenvolvimentista e integracionista do governo militar nas décadas de 60-70. A ligação entre o norte e o sul do Brasil pelo litoral rompeu em definitivo o isolamento que apenas o extremo sul da Bahia. A partir de então, particularmente após ter sido criada a rede vicinal que permitia o acesso das áreas não litorâneas à nova BR, foi possível a circulação de pessoas e produtos em todas as direções, integrando a região a outros pontos da Bahia e do Brasil e os vários municípios da região entre si (SANT'ANNA, 2009, p. 728).

Os reflexos sobre os vários municípios tiveram impactos bastante diferenciados, criando três zonas com peculiaridades interessantes. A primeira delas, onde os efeitos foram mais imediatos e fortes, é composta pelos municípios litorâneos, de ocupação mais antiga e que, por terem monumentos históricos e grandes atrativos naturais, tornaram-se polos turísticos.

Para esses municípios, particularmente Porto Seguro e seus distritos – Arraial d'Ajuda, Trancoso e Caraíva – e Santa Cruz de Cabrália, o turismo é uma das fontes mais importantes de sua economia, ainda que com modelos e intensidades diferenciadas. Outros municípios incluídos nessa situação, embora com inserção menos intensa, são Alcobaça, Caravelas, Prado, Nova Viçosa e Mucuri, todos surgidos entre os séculos XVI e XVII como aldeamentos indígenas e que se tornaram vilas na metade do XVIII, o que lhes garante um chamariz de historicidade, representada nos seus prédios e tradições. Isso, no entanto, não significa que esses patrimônios estejam igualmente preservados e valorizados nos municípios citados.

Observa-se nessa zona um rápido crescimento demográfico com a chegada de pessoas oriundas de vários estados e de muitos países para morar e ou se instalar como moradores ou comerciantes, particularmente, empreendedores da área de serviços aos turistas.⁴ Como consequência, os efeitos dissociativos vividos pelas populações nativas se revelam de grande

³ Decreto-lei nº 12.729, de 19 de abril de 1943. Em 22 de abril de 1996, a área do Parna Monte Pascoal foi incorporada ao projeto de criação do Museu Aberto do Descobrimento, por meio do Decreto nº 1.874, de 23 de abril de 1996.

⁴ Entretanto, cabe ressaltar que outros municípios não litorâneos viveram essa expansão demográfica desordenada – Itamarajú e Eunápolis – por ser os principais pontos de entroncamento entre várias estradas vicinais e a BR-101.

monta. Em termos socioeconômicos, o que se observa é que os moradores locais não são aproveitados nos empregos mais qualificados dos empreendimentos turísticos e nos das indústrias que ali têm-se instalado. Falta-lhes qualificação e, mesmo quando alguns a têm, são preteridos por pessoas oriundas dos chamados “estados mais desenvolvidos”, consideradas mais bonitas, educadas e capazes de atuar conforme o padrão estabelecido de forma preconceituosa pelos proprietários e gerentes dos hotéis, restaurantes, lojas e empreendimentos industriais.

Para os locais, restam as ocupações desvalorizadas econômica e socialmente ou a opção por atividades marginais e temporárias. Por conseguinte, terminam migrando para as áreas limítrofes das grandes cidades ou das sedes de distritos, vivendo em condições precárias, marginalizados nos seus próprios espaços, sob forte discriminação, o que agrava o quadro de pobreza e desassistência. Essa situação reflete-se na dissolução de crenças e valores e na desagregação familiar, expressas de forma dramática pelo crescente número de usuários de droga e pela prostituição, até mesmo infantil, elementos ignorados por autoridades locais. Enfim, a desagregação e o desregramento compõem o pacote turístico vendido na Bahia, no Brasil e no mundo como atrativos da região.

São também os moradores das periferias urbanas e os das zonas rurais que sofrem as maiores consequências do processo de contaminação ambiental, já que as grandes concentrações humanas estão assentadas às margens dos rios. Essa contaminação ainda está vinculada aos efeitos do uso de produtos químicos no cultivo e processamento industrial do eucalipto ou no uso de agrotóxicos nas atividades agrícolas e, também, à concentração espacial das atividades turísticas em pequenas áreas, provocando a produção de lixo e dejetos em localidades sem infraestrutura sanitária adequada ao volume de usuários. Outro efeito sobre o meio ambiente decorre da expansão descontrolada dos equipamentos turísticos em áreas de preservação ambiental – veja-se a construção do Clube Mediterranèe, em Trancoso – assim como dos bairros periféricos – o “Baianão”, em Porto Seguro, e o “Lixão”, em Trancoso, áreas favelizadas, nas quais há notória precariedade de serviços públicos e condições de vida inadequadas.

Apesar da proeminência da atividade turística, alguns municípios também são representativos na área de produção agrícola. Por exemplo, Alcobaça e Santa Cruz de Cabrália são grandes produtores de abacaxi; Prado destaca-se na exportação de café; Porto Seguro e Viçosa destacam-se no plantio de mamão; Caravelas, no de batata-doce e cana-de-açúcar e Belmonte, em mandioca. Quanto à pecuária, embora haja registro de criação de várias espécies – excetuando-se Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália –, essa atividade não é representativa. Em termos industriais, também se constata que, excetuando-se Teixeira de Freitas, Eunápolis e Itamaraju, a maior concentração desses estabelecimentos fica nos municípios litorâneos: Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália e Mucuri.

O segundo grupo de municípios a sofrer os impactos da construção da BR-101 é composto por municípios criados mais tardiamente e cuja vocação econômica é a agricultura e a pecuária. A

produção agrícola se manifesta de forma expressiva em Itamaraju, Teixeira de Freitas, Medeiros Neto, Guaratinga e Eunápolis. Neles destacam-se os plantios de café, mamão, maracujá, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca e pimenta do reino, além da silvicultura (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2007, p. 6) Na pecuária, a quantidade dos rebanhos é considerada expressiva em Itamarajú e Medeiros Neto. Em termos de indústria, há maior concentração de empresas em Eunápolis, Itamarajú e Teixeira de Freitas.

A situação vivida pelos moradores desses municípios apresenta uma relativa estabilidade socioeconômica, o que se deve à forte inserção no mercado dos produtos agropecuários locais. Não há, como nos municípios voltados para o turismo e os atingidos pela frente de expansão dos eucaliptos, uma significativa explosão demográfica, excetuando-se Itamaraju e Eunápolis que cresceram em entroncamentos da BR-101, e nem um índice elevado de migração rural. Isso não significa que não haja disparidades sociais dentro desse conjunto.

O terceiro grupo constitui-se de municípios desmembrados recentemente, ainda que em momentos distintos, e que apresentam a peculiaridade de estar envolvidos com atividades madeireiras. A maioria deles foi criada a partir da segunda metade do século XX, sendo que alguns se originaram de povoados criados por madeireiros mineiros ou capixabas, como é o caso de Itanhém, Itapebi, Itamaraju, Lagedão, Medeiros Neto, Itagimirim, Itabela, Guaratinga, Ibiporã, Jucuruçu, Teixeira de Freitas e Vereda. Dos acima referidos, apenas Teixeira de Freitas, Itanhém e Itamaraju conseguiram fugir parcialmente desse destino madeireiro e fortaleceram suas atividades agrícolas, pecuárias e industriais. Os municípios de Itabela, Jucuruçu e Vereda sequer registram a presença de uma unidade industrial. Outros – Ibiporã, Itagimirim, Guaratinga e Itapebi – apresentam os menores números de estabelecimentos industriais da região. A insignificante presença de rebanhos aponta para uma criação destinada ao uso doméstico ou para a venda em feiras regionais.

Cabe ressaltar que a frente madeireira, desde 1974, superou sua fase extrativista, passando à produtiva. Essa nova etapa, precedida dos desmatamentos sistemáticos das margens das estradas pelas serrarias mineiras e capixabas, e mais para o interior por agricultores e pecuaristas, assumiu maiores proporções quando da promulgação do Decreto-lei nº 1.338/74, referente à concessão de incentivos fiscais às empresas dispostas a reflorestarem áreas degradadas por sucessivas queimadas, uso continuado do solo e empobrecimento genético. Foi a partir desses recursos subsidiados e da realidade vivida na região que várias empresas apresentaram seus projetos de reflorestamento. Os projetos vencedores indicavam como opção o plantio de eucalipto, cujo produto seria beneficiado em fábricas construídas na região ou enviado para o Espírito Santo. Uma das consequências imediatas foi a elevação dos preços das terras em decorrência da busca incessante de novas áreas para a expansão desse setor produtivo e por médios e pequenos empresários mineiros e capixabas interessados em participar como parceiros dessa atividade (OLIVEIRA; OLIVEIRA; ARAÚJO, 2007, p. 5).

Três empresas – Aracruz Celulose, Suzano Papel e Celulose e Veracel Celulose –, associadas nos empreendimentos na região, partilham alguns plantios de eucalipto e têm expandido,

de forma exponencial, as áreas que ocupam. Hoje a Veracel⁵ ocupa terras antes dedicadas à agricultura e à pecuária de pequeno e grande porte, nos municípios de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Itamaraju.

A Aracruz Celulose inaugurou sua fábrica no Mucuri em 1986.⁶ Foram adquiridas propriedades ou estabelecidas parcerias com proprietários locais no Mucuri, Nova Viçosa, Alcobaça, Teixeira de Freitas, Caravelas e Ibirapuã. Na década de 90, a empresa enfrentou sucessivos movimentos grevistas e passeatas de protesto realizadas por seus funcionários, provocando forte repressão policial militar e insatisfações locais. Devido à alta concentração da propriedade e à não inserção dos trabalhadores locais nas atividades realizadas, os conflitos com os sem-terra têm assumido graves proporções, sendo a milícia armada da empresa acusada de agredir e, até, matar trabalhadores rurais e sem terra.

Já as plantações da Veracel Celulose e da Suzano Papel e Celulose⁷ ocupavam, em 2003, uma área total de terras de 147 mil hectares, sendo que, segundo seus diretores, apenas 70 mil hectares seriam cultivados com eucalipto, enquanto o restante da área estaria destinada à conservação e recuperação de remanescentes de Mata Atlântica (BAHIA, 2003). A expansão da área ocupada acentuou-se de forma rápida e vertiginosa, particularmente, após a instalação dessas duas empresas. Segundo Abreu (2010), a concentração de propriedades plantadas com eucalipto preocupa, particularmente, em Viçosa, com 44,3% do município ocupado por esse plantio; Alcobaça com 34,3%; Caravelas com 34%; Mucuri, 33,5%; Eunápolis, 20%, e Santa Cruz de Cabrália com 18% (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE, 2008, p. 17).

Essa ferocidade, no entanto, ainda tem pretensões de se ampliar. Segundo relato da ONG Fundação das Assistências Sociais Eclesiásticas (Fase) (2003), previa-se que as plantações de eucalipto atingiriam 5 milhões de hectares em 2010 e ampliariam-se para 11 milhões nos seguintes dez anos. Meta que não foi alcançada devido aos constantes conflitos e às denúncias de ativistas, missionários e autoridades locais. As várias denúncias contra a Veracel, feitas por “homens, mulheres e jovens, trabalhadores rurais e urbanos, índios, ambientalistas, cientistas,

⁵ A Veracel produz celulose branqueada a partir de fibra curta, extraída do eucalipto. Cultivo do eucalipto, processo industrial e escoamento do produto final são atividades desenvolvidas pela empresa no extremo sul da Bahia. O controle acionário é exercido pela Fibria (Brasil) e Stora Enso (grupo sueco-finlandês), ambas com 50% de participação. As primeiras mudas de eucalipto foram plantadas em 1992 na região. Em maio de 2005, a fábrica iniciou suas operações. Com um investimento inicial de R\$ 3,1 bilhões, a Veracel é considerada uma das produtoras de celulose mais modernas. Localizado a 60 quilômetros da fábrica, o Terminal Marítimo de Belmonte é o ponto de escoamento da celulose por barcaças até o Portocel, no Espírito Santo. Em 2009 foram escoadas 937.558 toneladas de celulose. http://www.veracel.com.br/shared/veracel_em_numeros_2009_05072010.pdf

⁶ Aracruz Celulose S.A. é uma empresa brasileira sediada no município de Aracruz, no Espírito Santo. Tornou-se a maior do mundo ao se fundir com a Votorantim Celulose e Papel em 2009. Ela é a maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, respondendo por 24% da oferta global do produto. Possui uma unidade fabril em Eunápolis, na Bahia, resultado de uma *joint-venture* com a empresa sueco-finlandesa Stora Enso, denominada Veracel. A celulose produzida é destinada à fabricação de papéis de imprimir e escrever, sanitários e especiais de alto valor agregado. <http://pt.wikipedia.org/wiki/VCP>

⁷ A empresa possui 597 mil hectares de terras distribuídas em São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Piauí e Maranhão, dos quais, parte é destinada à conservação ambiental e à recuperação da cobertura vegetal original, sendo o restante utilizado para plantio de eucalipto e infraestrutura operacional. A Suzano mantém programas de trilhas e visitas a reservas ecológicas nos municípios de Caravelas e Mucuri, no extremo sul da Bahia. <http://www.suzano.com.br/portal/main.jsp?lumChannelId=2C9080C92025351601208BECF2C93236>

professores e estudantes”, centram-se na propaganda enganosa feita pela empresa para obter o selo FSC, o “selo verde mais reconhecido do mundo” para suas plantações de eucalipto.

Segundo os autores da carta, a empresa ocupava efetivamente 105.241 hectares com o plantio de eucalipto e infraestrutura, inclusive as margens das áreas de reserva florestal, implicando impactos no sistema socioeconômico, como o êxodo rural e o consequente inchaço das periferias das cidades e povoados.⁸ Também o desrespeito aos povos indígenas é apontado, particularmente por não reconhecer os direitos destes aos territórios tradicionais no extremo sul da Bahia e ocupar esses territórios com o plantio de eucalipto sem aguardar a conclusão dos processos de demarcação.

Em termos ambientais, as acusações referem-se ao desmatamento desordenado; ao uso indiscriminado de venenos de nascentes e rios; ao plantio no entorno dos três principais parques nacionais do Extremo Sul (Pau Brasil, Descobrimento e Monte Pascoal) e até em cemitérios; à redução da qualidade e quantidade de água; ao extermínio da diversidade da fauna e da flora e à venda não autorizada e controlada pelo Ministério da Agricultura de resíduos industriais como fertilizantes – os quais provocariam queimaduras aos usuários. Afirmam, ainda, que a política agressiva de expansão tem inviabilizado a sobrevivência das comunidades rurais, a agricultura camponesa e as iniciativas de preservação da Mata Atlântica e de corredores ecológicos.⁹ O promotor João Alves Silva Neto, do Ministério Público Federal, referendou as acusações em entrevista ao jornal A TARDE, 01/03/2009, ao dizer que a expansão atinge tal proporção que as feiras de Eunápolis são abastecidas por Vitória da Conquista e cidades do Espírito Santo.¹⁰

Portanto, entre os 21 municípios que compõem a região Extremo Sul da Bahia, 13 estão sofrendo as consequências de uma monocultura que traz sérios reflexos na qualidade dos solos, que implantou a concentração de propriedade e deslocou posseiros, pequenos proprietários, índios, quilombolas e sem terras. Essa atividade ampliou conflitos por terra e expulsou parcelas da população, antes engajadas em atividades produtivas no campo, empurrando-as para a pobreza, a marginalidade e a desestruturação social e cultural. Esse quadro se explica pela questão da não incorporação de trabalhadores pelo processo produtivo adotado, dada sua sofisticação tecnológica. Além dos moradores locais não estarem capacitados a participar de todas as etapas produtivas, considere-se a mecanização das atividades: cada máquina substitui 200 empregados, fazendo com que cada 40 ha plantados de eucalipto gere apenas um emprego direto anual. Esse quadro de exclusão está expresso na redução das pequenas (37,26%) e médias propriedades (72,88%) na região (SANTOS; SILVA, [2008], p.11).

⁸ Somente as culturas de mamão Havaí, com 17.028 hectares, café, com 14.628 hectares, e coco, com 11.823 hectares, promoviam 27.750 empregos anuais. (Fontes: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis e Ceplac – Ministério da Agricultura). Eunápolis apresenta o maior índice de êxodo rural regional dos últimos anos, a taxa aumentou 59,37%, sendo que o maior índice nacional é 28%.

⁹ Essas denúncias foram publicadas no site da WRM Movimento Mundial pelos Bosques Tropicais e assinadas por 347 entidades nacionais e internacionais defensoras dos direitos dos trabalhadores rurais e do ecossistema http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/Carta_SGS.html

¹⁰ http://www.cptba.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86:cultura-do-eucalipto-avanca-sem-controle&catid=10:clipping&Itemid=27

Um grupo étnico que mantém parceria com as empresas de celulose são os japoneses que chegaram à região no século XX. Eram três mil famílias que se instalaram nos municípios de Teixeira de Freitas, Caravelas, Ibirapuã e Alcobaça, segundo a Associação Nippo Brasileira de Salvador (Anisa). O primeiro contrato com as empresas de celulose é de 2003, envolvendo, atualmente, 11 famílias. As parcerias são vistas pelos conglomerados como forma de evitar a imobilização de capital com a aquisição de terras. Para os parceiros, o acesso a recursos garantidos pelo governo federal sob a forma de fomento é uma opção atrativa. Hoje os eucaliptos em terras de japoneses ocupam 450 hectares e o aumento do número de famílias envolvidas com a Aracruz e Veracel é explicado por Flávio Suzuki, presidente da colônia japonesa de Teixeira de Freitas, pelo fato de o eucalipto transmitir segurança em meio à crise econômica. No entanto, a maioria dos parceiros também investe em outras culturas como macadâmia, mamão, maracujá, pepino, pimenta e quiabo, goiaba, coco, graviola e cupuaçu entre outras culturas (REVISTA DO PROGRAMA PRODUTOR FLORESTAL DA ARACRUZ CELULOSE, 2008, p. 12-14).

Apesar da dimensão do plantio de eucaliptos, o que supostamente seria um elemento acelerador da economia local não se dá no ritmo esperado dado o caráter concentrador da riqueza produzida (SANT'ANNA, 2009, p. 728).

Outra atividade econômica que merece atenção é a produção de cachaça¹¹. Seus produtores estão associados ao genericamente denominado de Polo de Porto Seguro, mas que engloba vários municípios: Eunápolis, Itamaraju, Itanhém, Itapebi, Jucuruçú, Lagedão, Medeiros Neto, Nova Viçosa, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Teixeira de Freitas. A maioria dos produtores locais está vinculada à Associação dos Produtores de Cachaça de Qualidade da Bahia, garantindo-lhes acesso à formulação de políticas de melhoria da qualidade do produto.

DESIGUALDADES E VIVÊNCIAS DISTINTAS

Como se observa, há grandes desigualdades econômicas, sociais e culturais nos três blocos em que foram divididos os municípios da região e, até mesmo, dentro de cada um deles. Considerando-se como indicativo das desigualdades o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem-se uma variação no *ranking* de colocação estadual do 20º para o 357º lugar, sendo Vereda, Jucuruçu e Guaratinga os piores classificados e Teixeira de Freitas, Eunápolis, Porto Seguro, Mucuri, Medeiros Neto, Santa Cruz de Cabrália e Itanhém os mais bem situados. Observando-se a oscilação nessa classificação, tem-se as seguintes variações:

I – alguns municípios vêm ascendendo lentamente em termos de IDH: Alcobaça, Caravelas, Eunápolis, Mucuri, Nova Viçosa, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz de Cabrália, Teixeira de Freitas, Itagimirim, Itapebi, Jucuruçu e Ibirapoã;

¹¹ <http://internotes.fieb.org.br:8080/apl-cachaca/main/capa/default.jsp>

II – outros têm decaído de forma contínua: Guaratinga, Itabela, Itamaraju, Lagedão e Vereda;

III – vários tiveram uma ascensão muito rápida, entre 1991 e 2000, e hoje estão estabilizados ou apresentam um ritmo menos acelerado de desenvolvimento: Alcobaça, Caravelas, Mucuri, Itapebi e Prado;

IV – noutros, o descenso também ocorreu de forma brusca: Lagedão, Itamaraju e Vereda.

Em termos de densidade demográfica, há diversidades. Há grandes concentrações de habitantes – acima de cem mil – em Porto Seguro e Teixeira de Freitas e alguns abaixo de dez mil – Veredas, Lagedão, Jucuruçu, Itagimirim e Ibirapuã. Houve surtos de crescimento populacional em Mucuri, Eunápolis e Belmonte nos momentos de construção das fábricas de celulose e dos seus terminais de exportação. Porém, superada essa fase, grande parte dessas pessoas retornou aos seus locais de origem ou migrou para outros espaços em busca de novas oportunidades de emprego. Porém, sua presença exigiu alterações urbanas – e inchaços urbanos – quanto à qualidade de vida nos pequenos distritos que a acolheram, o que provocou a desestruturação dos serviços urbanos e a desagregação social – incremento das taxas de prostituição, desagregação familiar e doenças venéreas – e cultural com a inserção de novos hábitos e valores que exigiram a releitura dos padrões sociais pelos moradores locais.

Se forem utilizados todos os índices combinados, observa-se que dois municípios se constituem nos grandes polos desenvolvimentistas da região: Porto Seguro e Medeiros Neto, ainda que por razões distintas. Em Porto Seguro há uma diversidade muito grande de atividades econômicas, garantindo-lhe inserção em vários mercados: turismo, indústria e agricultura. Medeiros Neto centra sua economia na agricultura e pecuária, gerando uma qualidade de vida elevada para seus moradores. Já outros apresentam um quadro significativo de marginalização econômica: Lagedão, Itabela, Itapebi, Itagimirim, Vereda, Guaratinga e Jucuruçu.

Essa realidade econômica indica o desequilíbrio econômico-social vivenciado pelo Extremo Sul, região em que a agricultura e a pecuária se apresentam como um dos polos de sustentação econômica de alguns municípios, apesar da retração sofrida com o avanço da frente madeireira e o turismo de outros – os litorâneos. Nestes, também deve ser considerada a relevância da atividade pesqueira que se ressentiu das técnicas predatórias e da urbanização descontrolada, responsável pela contaminação e redução de volume das águas dos rios e seu empobrecimento em termos de qualidade, degradação dos habitats dos peixes e destruição do ecossistema dos mangues.

Em função das atividades prioritariamente desenvolvidas de forma desordenada – turismo, madeireira extrativa e plantio de eucaliptos – nota-se a preocupação em criar várias áreas de preservação ambiental, o que não tem conseguido evitar a drástica redução da Mata Atlântica desde a abertura da BR-101.

Assim observa-se que hoje a região do Extremo Sul desponta como a segunda mais atraente para investidores na Bahia, ficando atrás, apenas, da Região Metropolitana de Salvador (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2008, p. 19). Sua inserção nacional e internacional garante-lhe uma dinâmica econômica e social significativa, ainda que com os desequilíbrios socioeconômicos e ambientais já referidos e com profundas alterações culturais.

PATRIMÔNIO NATURAL

Uma característica da vida cultural da região é a quase inexistência de suportes e de atividades de lazer cultural. O que os municípios apontam como lazer e atração turística são, majoritariamente, praias, rios, cachoeiras, manguezais, ilhas e falésias.

Os municípios costeiros, particularmente, Belmonte, Porto Seguro, Prado, Caravelas e Santa Cruz de Cabrália, se destacam pelos seus atributos naturais que atraem animais nas fases de migração – aves e baleias –, constituindo-se em outro chamariz turístico. Essas atrações encontram-se, entretanto, ameaçadas pela antropização descuidada do ambiente, apesar das inúmeras áreas de preservação ambiental existentes na região.

Nos municípios interioranos, as atrações estão vinculadas aos rios, represas, cachoeiras, lagoas e montanhas. Porém, no último caso, não há uma exploração adequada de seu potencial como áreas de lazer e de prática de esportes. Apenas são pontos de visitação, sendo bares e, eventualmente, barracas de alimentação os únicos suportes oferecidos aos visitantes.

Unidades de conservação ambiental e o ecoturismo

A política de preservação ambiental, até mesmo das áreas de atração turística e de valor ecológico e histórico é pontual. Há um número significativo de unidades de conservação ambiental: os parques nacionais de Monte Pascoal e Pau Brasil, os municipais de Recife de Fora e Coroa Alta, a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Estação Veracruz e as Áreas de Proteção Ambiental (APA) estaduais de Santo Antônio (Santa Cruz de Cabrália e Belmonte), Coroa Vermelha e Caraíva, além do Parque Nacional de Abrolhos, no município de Caravelas.

O **Parque Nacional do Monte Pascoal**, projetado na década de 30 do século XX, visa proteger o monte que lhe dá o nome, considerado como marco fundador da nacionalidade por ter sido o primeiro ponto avistado pela esquadra de Pedro Álvares Cabral em abril de 1500. A expansão agrícola e a atuação de madeireiros mineiros e capixabas foram os elementos que justificaram sua criação. Apesar das agressões que vem sofrendo, com desmatamentos, incêndios florestais, atuação de caçadores e a proximidade do plantio de eucaliptos, a reserva ainda abriga vegetação remanescente da Mata Atlântica, densa e exuberante. Apresenta grande diversidade faunística, inclusive contando com a presença de animais ameaçados de extinção.

Desde sua criação, a existência desse parque tem sido marcada por vários conflitos com os indígenas que ocupavam anteriormente essa área e que também consideram o Monte Pascoal como um símbolo de sua identidade. Outros atritos têm sido comuns com o Movimento dos Sem Terra, madeireiros e caçadores. A sede da unidade administrativa encontra-se ocupada pelos Pataxó desde o ano de 2000, e o parque está praticamente abandonado pelas autoridades federais. Suas trilhas quase inexistem, não há apoio para os turistas e os guias são os próprios índios.

O **Parque Nacional do Pau Brasil** também foi criado no ano de 2000. Localiza-se na Costa do Descobrimento e, supostamente, objetivava preservar a flora e a fauna originais – particularmente árvores de pau-brasil. Passados dez anos de sua criação, o parque, apesar de ser de pequena dimensão – 11.538 hectares – não chegou a ser implantado. O acesso a alguns trechos é difícil por estar no meio da mata e os caminhos são constantemente obstruídos pela queda de árvores. As dificuldades decorrem também de este empreendimento ter sido criado ignorando a existência de posseiros e proprietários vivendo no local. Até 2009, a área esteve sob juízo, inclusive pelo fato de o Ibama ter comprado 30 mil ha da empresa Brasil Holanda, após esta ter desmatado o lote para aumentar o parque. Ante tantos questionamentos, há uma proposta do Ministério Público Federal de anular o ato presidencial que o criou, reconhecer os direitos dos posseiros, proprietários, e reverter a compra realizada pelo Ibama.¹²

O **Parque Municipal Marinho de Recife de Fora** e o **Parque Coroa Alta** são os primeiros do Brasil criados e administrados por prefeituras com o apoio de empresas de turismo e de mergulho. Procuram preservar os bancos de corais e as piscinas naturais que afloram quando se dá a maré baixa no litoral de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. A biodiversidade da fauna local é equivalente à existente no Parque Nacional de Abrolhos. Apenas 3% da área pode ser visitada e o restante é preservado para a realização de estudos e preservação permanente.¹³

Reserva Particular do Patrimônio Natural da Estação Veracruz¹⁴, pertence à Veracel Celulose S. A. e localiza-se entre os municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Engloba vários ambientes físicos e apresenta grande diversidade de flora e fauna. Desenvolve programas de conservação e proteção e abriga o Centro de Manejo de Animais Silvestres, em parceria com o Ibama, zoológicos e universidades, sendo centro de pesquisa e de educação ambiental. Possui trilhas na floresta para os interessados nesse tipo de lazer.

Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual de Santo Antônio tem uma extensão total de 23 mil hectares e se localiza na faixa litorânea entre Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. Foi instituída visando garantir a preservação dos recursos naturais, o desenvolvimento de atividades turísticas e o disciplinamento do uso do solo. A área protegida apresenta grande fragilidade ambiental. Há diversidade de flora e fauna e diversos ecossistemas. Os administradores dessa APA vivem conflitos com as prefeituras locais decorrentes da existência de depósitos

¹² www.brasilturismo.com/parquesnacionais/parque-nacional-do-paubrasil.php -

¹³ www.visiteabahia.com.br/visite/.../leia.php?id=27 e <http://www.emporto.com.br/index/colunista-post/id/104/print/sim>

¹⁴ <http://www.bahia.com.br/roteiros/865>

irregulares de lixo, da expansão imobiliária, da construção de cercas que impedem o livre acesso às praias e da prática de pesca predatória. O número de funcionários é insuficiente para policiar eficazmente a área.¹⁵

Área de Proteção Ambiental Estadual Coroa Vermelha compõe-se de parte da reserva indígena Pataxó e de área reservada para a criação do Museu Aberto do Descobrimento. Foi criada em 2000 para preservar os vários ecossistemas costeiros. Não há atividades específicas capazes de garantir sua integridade física, excetuando-se a área que está sob responsabilidade dos Pataxó – a Aldeia da Jaqueira.¹⁶

Área de Proteção Ambiental Estadual de Caraíva – Trancoso, criada pelo governo estadual em 1993, no município de Porto Seguro, possui uma área total de 31.900 ha, onde há remanescentes da Mata Atlântica, diversidade de flora e fauna, falésias e praias. Aí vivem várias comunidades indígenas e de pescadores artesanais, que enfrentam os efeitos da grande expansão de empreendimentos turísticos, responsáveis pela degradação ambiental e pelo comprometimento da quantidade e qualidade de recursos hídricos.

O Parque Nacional de Abrolhos, no município de Caravelas, foi criado em 1983 com área total de 91.300 hectares e abriga o arquipélago formado por cinco ilhotas vulcânicas: Santa Bárbara, Sueste, Redonda, Guarita e Siriba. Sua preservação até então só foi possível devido à dificuldade de acesso e pelos riscos enfrentados pelos que navegam em sua proximidade. Navios naufragados e a fauna aquática compõem, hoje, um cenário submarino interessante juntamente com os corais, que ali formam o complexo mais importante do Atlântico Sul e um chamariz para mergulhadores. A presença de aves migratórias e de baleias jubarte no inverno, quando vão procriar e amamentar seus filhotes, é outro grande atrativo. Na Ilha Siriba há uma trilha que permite ao visitante conhecer o ecossistema local. De todas as áreas de proteção, essa é a melhor administrada. O controle ao acesso, o acompanhamento dos técnicos do Ibama, a presença da Base Naval da Marinha e a inexistência de hotéis ou pousadas contribuem para a preservação do Parque.¹⁷

Assim, pode-se concluir que, apesar da criação de tantos órgãos de preservação e suas diversas administrações, a realidade ambiental é crítica e exige uma efetiva solução que contemple tanto as questões ecológicas como as econômicas e sociais, principal razão de conflitos e do não cumprimento das determinações legais no que se refere à proteção ambiental.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO

O patrimônio histórico, constituído de edifícios marcadamente de influência portuguesa, está concentrado nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália. Na primeiro,

¹⁵ <http://www.semarh.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APASANTO&p=APAAPA>

¹⁶ <http://www.bahia.com.br/roteiros/865>

¹⁷ <http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/bahia/parque-nacional/marinho-de-abrolhos/>

materializa-se em monumentos tombados na parte alta da cidade, núcleo inicial da ocupação lusitana, representados por igrejas, casas em estilo colonial e monumentos históricos. Graças ao interesse turístico que esse conjunto atrai, realizam-se investimentos pelos governos municipal, estadual e federal, assim como por instituições particulares, como é o caso do Museu do Descobrimento, financiado e mantido pela Fundação Roberto Marinho desde 2000. Apesar de haver espalhadas várias casas em estilo colonial fora do perímetro da Cidade Alta, a mesma preocupação em preservá-las não se faz presente. A quase totalidade foi transformada em lojas, restaurantes e bares, sendo usada de acordo com as atividades ali realizadas e o gosto do proprietário e dos frequentadores.

No mesmo município, igual cuidado com a restauração e a preservação do patrimônio está presente no Quadrado de São João Batista, no Distrito de Trancoso, sede da antiga aldeia de São João dos Tapes, fundada pelos jesuítas no fim do século XVII. Também aqui, a política de preservação não ultrapassa o Quadrado, do qual os moradores locais foram expulsos, enquanto suas antigas moradias foram transformadas em lojas, bares, restaurantes de luxo e casas de veraneio daqueles que podem pagar elevadíssimos aluguéis ou adquiri-las por preços exorbitantes.¹⁸ Já o Arraial d’Ajuda, que possuía um conjunto arquitetônico histórico de valor, não teve qualquer dos seus prédios preservados. A descaracterização urbana assumiu proporções irreversíveis e o local transformou-se em cidade dormitório dos trabalhadores de Porto Seguro ou local de veraneio ou hospedagem daqueles que não conseguem, por questões financeiras ou por falta de alojamento, se instalar em Porto Seguro.

Em Santa Cruz de Cabralia, as construções tombadas – do período colonial –, igualmente localizadas no alto da cidade, não estão bem conservadas e não são tão visitadas quanto as de Porto Seguro. Um dos monumentos mais visitados – a fictícia cruz da primeira missa – deve ser compreendido no contexto da disputa histórica entre os dois municípios por ser o local onde a esquadra de Cabral teria aportado. Ali, anualmente, é realizada uma missa comemorativa que, ao introduzir determinados elementos supostamente históricos, como a presença dos índios Pataxó, é transformada em atração turística.

Outros municípios têm buscado o tombamento de alguns dos seus prédios. Porém, o número dos bens reconhecidos como de valor histórico pelo IPAC e o IPHAN são em número reduzido e não chegam a se constituir em atrativos. A maioria é composta por casas, igrejas, prédios administrativos e fazendas. Apenas Alcobaca, Belmonte e Caravelas possuem prédios tombados, porém, em número reduzido.

Apesar da riqueza arqueológica dos vários municípios, não há registro de sítios tombados e os desmatamentos, a expansão urbana e de grandes empreendimentos mobiliários – hotéis, condomínios e clubes – os vêm destruindo de forma sistemática e irreversível.

¹⁸ As casas localizadas no quadro sequer têm seu preço informado. As que se encontram nos seus arredores custam em torno de 200 mil dólares.

PANORAMA CULTURAL

No Extremo Sul observa-se grande efervescência cultural resultante das recentes experiências vivenciadas pela população a partir de 1971, quando da ruptura do isolamento local e de intensa movimentação de pessoas chegadas das áreas rurais, de todos os pontos do país e do exterior. Novas vivências, valores e práticas passaram a compor o cotidiano dos moradores mais antigos, alterando seu universo referencial para adequá-lo às novas realidades, num processo típico de circularidade ainda em ebulição e sem estar sedimentado, não permitindo definir com clareza uma mancha cultural única. Pode-se, com certeza, falar de manchas culturais convivendo ou não nos mesmos espaços, mas em interação constante, o que gestará um perfil mais claro no futuro.

Um dos exemplos desse quadro de convivência de múltiplos saberes e valores é a realidade vivenciada pelos moradores das cidades e distritos impactados pelas atividades turísticas. A globalização dessa atividade econômica exige a adequação dos destinos turísticos a padrões de atendimento internacional e posturas culturais contraditórias. Para que o destino turístico seja aceito no mercado global, precisa atender aos padrões determinados pelas operadoras: é preciso modernizar-se para ajustar-se às exigências do consumidor. A modernização passa tanto pela intervenção urbana, como pelo nível dos equipamentos – hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas, bancos, pontos de atendimentos aos clientes – e também pelos hábitos dos moradores locais.

Entretanto, é preciso que esse destino apresente peculiaridades naturais e culturais que lhe garantam uma identidade que o diferencie das demais áreas também enquadradas nos padrões de qualidade e modernidade exigidos. Para a população local são exigidas, portanto, posturas que se contradizem. Precisa se qualificar para ser aproveitada pelo novo mercado de trabalho e tem que abandonar seus padrões comportamentais e culturais para atestar a modernidade e garantir o fluxo turístico. Daí por que o deslocamento dessa população para a periferia das cidades talvez possa ser explicado para além do fator econômico. Pode-se considerar duas hipóteses no campo da análise culturalista: é uma forma de “esconder” os que não se enquadram no novo padrão de modernidade exigido ou, ainda, um espaço onde algumas pessoas se refugiam para formar comunidades de resistência aos novos padrões e continuar a praticar seus antigos hábitos de forma confortável e sem pressões.

No entanto, o que garante a peculiaridade do local se não as particularidades culturais dos seus moradores? E aí surgem estratégias interessantes de introdução dessas práticas no cotidiano do turista. Para conseguir essa inserção no mercado, os moradores locais optam por “folclorizar” e modernizar suas atividades culturais e folguedos, apesar de ter de descontextualizá-los quanto ao tempo e espaço, ajustando-os às novas exigências e expectativas daqueles que buscam as características da baianidade e de paraísos tropicais. Apesar das transformações impostas, muitas vezes, essa é a única forma de os moradores garantirem a sobrevivência dessas manifestações culturais, através da obtenção de financiamentos dos

órgãos governamentais ou mesmo de entidades particulares, como hotéis, restaurantes e bares, interessadas na atração turística.

Impactos semelhantes vivem os moradores das áreas ocupadas primordialmente pelo plantio de eucaliptos. Os que permanecem nas áreas urbanas passam a conviver com aqueles que vêm ocupar os cargos mais qualificados das empresas de celulose e com seus novos hábitos, valores e exigências. Também eles devem se modernizar para ser aceitos no convívio social e no trabalho, o que significa, muitas vezes, o abandono de determinadas práticas culturais ou sua reformulação.

Outros que sofrem com esse processo são os trabalhadores rurais, desalojados de suas terras e atividades, que vêm sendo obrigados a migrar para as periferias dos povoados e cidades, onde sofrem várias compulsões socioeconômicas. Também, fora das comunidades rurais, essas expressões culturais e folguedos se desarticulam, inclusive porque muitos dos brincantes não mais convivem no mesmo espaço e o tempo urbano não é compatível com o tempo rural e seus marcadores culturais. Às vezes, essas pessoas conseguem envolver outros migrados ou nativos e formar uma nova comunidade nas periferias em que moram e retomar suas expressões culturais, ainda que descontextualizadas, atualizadas e ressignificadas.

Já nas áreas que mantiveram seus perfis mais tradicionais – agricultura e pecuária –, ainda que modernizados, as comunidades, por não ter vivenciado a desarticulação de forma tão radical, conseguem manter as manifestações e estruturas culturais mais estáveis e tradicionais.

Um desses conjuntos culturais tradicionais que têm-se mantido é o vinculado à religiosidade católica, resultado do processo de colonização portuguesa e da forte presença da Igreja Romana na área. Muitas das festas populares estão associadas às homenagens aos santos padroeiros e outros valorizados como milagreiros e protetores.

Uma das manifestações mais comuns é a Corrida de Mastro, em homenagem a São Brás, São Benedito ou a São Sebastião no mês de janeiro, em Trancoso, Arraial d'Ajuda, Barra Velha, Alcobça, Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Nova Viçosa, Caravelas, Guaratinga, Jucuruçu, Mucuri, Prado e também nas comunidades quilombolas de Helvécia, em Viçosa, o que aponta para a possibilidade de ali também terem se refugiado índios originários de aldeamentos jesuíticos.

A origem desse ritual é do período pré-cristão e era realizado no solstício de verão na Europa para comemorar a fertilidade da terra naquele ano. A cerimônia foi transfigurada e realizada nas festas de Santo Antônio, São João ou São Pedro pela Igreja Católica em toda a Europa. Os mastros eram enfeitados com frutas, fitas e flores.¹⁹

No Brasil foram feitas novas ressignificações. Nessa região, a Corrida do Mastro era um folguedo religioso típico de antigos aldeamentos jesuíticos. Naqueles espaços, os missionários também deram novo sentido à Corrida de Toras, ritual típico das sociedades indígenas Macro Jê presentes nos sertões da Capitania de Porto Seguro e descidas para os aldeamentos lito-

¹⁹ <http://www.cacp.org.br/midia/artigo.aspx?lng=PT-BR&article=1088&menu=16&submenu=3>

râneos, onde passaram a conviver com os Tupi. Entre esses povos indígenas, particularmente os Kamakã-Mongoió, a corrida ocorria uma vez por ano, quando eram realizados os rituais de passagem dos jovens para a condição de adultos. Essa prática foi apropriada e transformada em atos penitenciais e de louvor aos santos católicos. Originalmente, eram cortados dois troncos, um para cada metade clânica do grupo indígena, e ocorria uma disputa em que o vitorioso era aquele clã que chegasse e depositasse o tronco no centro da aldeia. A partir da intervenção cristã, os mastros passaram a ser fincados no adro da igreja. Nas festas juninas de algumas localidades, também há a elevação de mastros numa forma mais europeia, sem ser precedida da corrida, sendo o objetivo dado aos participantes o de escalá-lo para alcançar o prêmio que está colocado no alto.

As demais atividades dos folguedos juninos seguem um padrão comum às realizadas em vários pontos do estado, inclusive não mais havendo a tradicional circulação dos festeiros pelas casas que permaneciam abertas à visitação. Cada vez mais, as festas desse período vêm transformando-se em megaeventos patrocinados pelas prefeituras e empresas locais. Para garantir a presença de turistas, são contratadas bandas e até trios elétricos com cantores de axé music. As visitas às residências para o consumo de comidas típicas foram substituídas pela venda dessas e de outros produtos em barracas localizadas na praça principal e adjacências, espaços onde ocorre a exibição de quadrilhas, um elemento exótico que busca garantir a autenticidade da festa, assim como a afirmativa de que as bandas tocam o forró pé-de-serra.

Outras atividades de influência tipicamente cristã são as dedicadas aos santos padroeiros das localidades e outros considerados milagreiros. Também esses festejos – missas e procissões – têm-se alterado bastante devido à redução do número de fiéis, seja por muitos adotarem uma postura não participativa, seja pela grande migração de católicos para outras igrejas confessionais ou outras expressões de religiosidade. Para a maioria da população, a data é vista como mais um feriado e a possibilidade de descansar, viajar ou realizar atividades de lazer.

Da mesma matriz católica, a Folia de Reis, realizada no dia 6 de janeiro, encerra o ciclo natalino. Na pesquisa realizada, foi encontrado o folguedo em Itapebi e Alcobaça e a tentativa de este ser retomado em Cabália. As atividades do grupo se iniciam em novembro, quando, de porta em porta, fazem seus pedidos de ajuda. Na data do festejo, cantores e músicos dançam ao som de cânticos, tambores, reco-reco, flauta, viola caipira e sanfona enquanto desfilam pela cidade.

Outra expressão cultural bastante difundida são os Combates entre Mouros e Cristãos realizados em Caravelas e Prado no dia de São Sebastião, no mês de janeiro,²⁰ seguindo os padrões ibéricos. Os participantes se dividem em dois “exércitos” que vestem cores diferentes e se organizam segundo o padrão militar de combate. Inicialmente, os mouros capturam a

²⁰ <http://www.alcobaca-bahia.net/2008/01/vem-a-tradicional-luta-entre-mouros-e.html>

imagem de São Sebastião e os cristãos se mobilizam para libertar o santo. Os dois grupos se deslocam pela cidade encenando o enfrentamento. Antes, porém, enviam diplomatas para tentar convencer o inimigo a desistir da contenda. A primeira batalha é vencida pelos mouros e, no dia seguinte, os cristãos retomam a imagem e expulsam os mouros, repetindo o padrão moral desejado: o bem vence o mal.

Também são comuns as Marujadas – termo que tem como sinônimos: Combate entre Mouros e Cristãos, Cavalhada e Chegança de Mouros – de São Benedito, em Caravelas e Prado, e a de Cosme e Damião, também conhecida como das Raízes da Terra, em Caravelas. A Marujada de São Benedito ocorre uma semana depois da Quaresma e as atividades começam com missa e procissão pelas ruas da cidade. Os brincantes, então, se dirigem ao barracão do grupo, onde voltam a rezar antes de começar o samba dedicado ao santo. Os ritmos mais comuns são o samba e a congada e os instrumentos musicais são a sanfona, o tambor e o pandeiro. Homens e mulheres usam camisetas brancas estampadas com a imagem de São Benedito. Já a de Cosme e Damião é realizada nos dias 26 e 27 de setembro e apresenta forte vinculação com os fundamentos religiosos do candomblé. Seus participantes são pescadores e marisqueiros e fazem a festa para agradecer as benesses recebidas no trabalho. Os personagens brincantes são caboclos das matas, índios, orixás, marinheiros, crianças e Damião.

Cabe ressaltar que a existência de tantas festividades religiosas de origem católica não deve significar uma absoluta predominância desse credo no extremo sul da Bahia. Constatase, nos dados obtidos em sites da internet,²¹ além da forte presença de igrejas católicas, número significativo de templos protestantes, evangélicos e adventistas, centros espíritas, terreiros de candomblé e templos da Seicho-No-Ie. A maior diversidade de credos religiosos é constatada em Eunápolis, Teixeira de Freitas e Porto Seguro exatamente por serem estes três municípios os que, por razões distintas, tiveram o maior fluxo de pessoas das mais variadas origens em termos nacionais e internacionais.

Destacam-se, ainda, folguedos sem relação com o catolicismo. Um deles é o Bumba-meu-boi, que acontece em Eunápolis, no contexto das festas de São Pedro, em Alcobça, no mês de janeiro, e em Itapebi, onde recebe o nome de Boi Duro. Durante a representação, os participantes apresentam um auto com músicas, danças e versos. As vestes lembram as tradições do campo, particularmente, dos vaqueiros.

Outras festas estão ligadas ao Carnaval em Santa Cruz de Cabrália – Bicharada, Boi Duro, Chegança e Cordão do Caboclo. Em Caravelas, o grupo que atua no Carnaval é o Bloco da Burrinha de Ponta de Areia. Seus componentes vestem-se de vaqueiros e um se apresenta como porta-estandarte e dirige os folguedos e o percurso a ser feito. Também é conhecida a Dança do Bate-Barriga, uma das manifestações culturais vinculadas aos grupos quilombolas de Viçosa (ABREU, 2010).

²¹ 1º. CENSO CULTURAL DA BAHIA - <http://www.censocultural.ba.gov.br/> e www.apontador.com.br

Observa-se que a força cultural da região advém, portanto, de manifestações de grupos tradicionais e de organizações preocupadas em preservar ou revitalizar antigas práticas culturais.

Em termos de equipamentos culturais a região é pobre. Há poucas bibliotecas e, na quase totalidade, estão ligadas a instituições de ensino. Só há cinco salas de cinema, três de teatro e 13 museus. Se forem classificados os museus por temática, oito resultam das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e destacam a epopeia do descobrimento e da colonização, três relacionam-se à questão ambiental e dois têm caráter étnico – índios e negros. Em termos espaciais, sete estão em Porto Seguro, dois em Santa Cruz de Cabrália, dois em Viçosa, um no Prado e outro em Caravelas.

O MOSAICO CULTURAL

Se for considerada a trajetória histórica do extremo sul da Bahia, pode-se afirmar que há um grande mosaico cultural resultante dos múltiplos e recentes aportes populacionais e intensa movimentação interna no sentido campo–cidade. Essa característica se expressa, por exemplo, no caráter crescentemente globalizado dos espaços impactados pelo turismo e sua convivência com áreas voltadas para a agricultura e a pecuária do oeste. Esta região onde a influência é marcadamente mineira se contrapõe às de silvicultura, que perderam suas comunidades rurais e suas populações urbanas e se ajustaram às novas exigências e à influência dos transferidos de outras regiões para atuarem no plantio e fabricação da celulose.

Um aspecto cultural revelador dessa diversidade é a gastronomia. De acordo com os dados históricos relativos à região, constata-se que, até 1971, a alimentação da região litorânea se baseava, fundamentalmente, no binômio: farinha de mandioca e peixes e frutos do mar. A forma de preparar os alimentos seguia duas matrizes: a indígena e a portuguesa. Peixes e frutos do mar ainda são a base da alimentação dessa região, porém as matrizes se multiplicaram ante a presença dos turistas nacionais e estrangeiros atuando em restaurantes, hotéis e bares. Também resultam da necessidade de associar a imagem local à modernidade e à “baianidade”, elementos essenciais que garantem sua participação no mercado turístico.²² Nesse sentido, tem-se a introdução das moquecas, além do abará e do acarajé, e da chamada cozinha internacional,²³ que está presente no cotidiano e de forma mais chamativa nos inúmeros festivais gastronômicos que ocorrem no período de baixa estação, constituindo-se em mais uma atração turística.²⁴

A respeito dos alimentos apontados como típicos da região, observa-se a influência indígena (na forma de preparar os peixes e frutos do mar, nos beijos – de goma e tapioca – e na canjica), africana (no vatapá, no acarajé, no abará e nas demais comidas de azeite) e portuguesa

²² <http://www.bahia.com.br/viverbahia/gastronomia/comidas-t%C3%ADpicas>

²³ <http://www.trancosobrasil.com.br/restaurantes.htm>

²⁴ <http://www.guiame.com.br/v4/47362-1700-Festival-Gastron-mico-da-Costa-do-Descobrimento-mistura-temperos-turismo-e-cultura.html>

(nos doces e licores, além dos cozidos e caldos). Mas, também, há sinais da presença dos imigrantes italianos e japoneses, estando essas culinárias incorporadas aos hábitos locais e aos restaurantes.

Na zona da agropastoril, há forte predominância mineira (queijos, doces de calda, pão de queijo, biscoitos 'avoadores') e a os tradicionais churrascos que, assim como as pizzas, apesar de ter suas origens bem identificadas, se tornaram um hábito de consumo alimentar nacional.

FOCOS DE PERSISTÊNCIA E RESISTÊNCIA

Alguns espaços se destacam particularmente por suas tentativas de resistir à modernização: os ocupados pela população indígena, o dos quilombolas, os das periferias das cidades e os das comunidades rurais. Como os dois últimos espaços já foram contemplados acima e serão retomados quando forem analisados os pontos de cultura, destaca-se agora a questão indígena e quilombola, inclusive por conta do seu caráter não só cultural, mas também étnico.

Áreas de preservação e lutas indígenas

Essa região possui a maior concentração de população indígena do estado e a nona do país. Nela vivem vários povos que se autoidentificam genericamente como Pataxó, embora sejam, descendentes de vários grupos cujos ancestrais foram reunidos por missionários e colonos em aldeamentos e por aqueles que optaram, em determinado momento, por viver com seus "parentes". Como exceção tem-se os Tupinambá que vivem em Belmonte.

Dada a trajetória histórica compartilhada, em alguns casos desde o século XVI, como é o caso dos descendentes dos Tupiniquim aldeados pelos jesuítas, os Kamakã, Botocudos e Maxakali organizaram-se numa aldeia, hoje conhecida como Barra Velha ou Aldeia Mãe. Esta se localiza, nas matas interiores do município de Porto Seguro, onde se mantiveram relativamente isolados até a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal e o conflito de 1951.

Por terem suas terras invadidas durante a demarcação do parque, as lideranças da aldeia, naquele ano, buscaram o apoio do Serviço de Proteção aos Índios no Rio de Janeiro, solicitando que suas terras fossem demarcadas. Duas pessoas ligadas ao Partido Comunista Brasileiro se apresentaram como engenheiros e se dispuseram a realizar a demarcação. Como não dispunham de recursos, convenceram os índios a atacarem um armazém em Corumbao, o que resultou no ataque de tropas da Polícia Militar da Bahia à aldeia ante a acusação de ali estar ocorrendo uma revolta indígena de grandes proporções. O saldo da repressão foi a queima da aldeia, a morte dos dois "engenheiros", a prisão do Capitão Honório e de mais dez índios. Segundo os sobreviventes, alguns morreram em decorrência de espancamento e de estupro por soldados e por alguns moradores das proximidades, que a eles se associaram. Ante a pressão local, os Pataxó se dispersaram pelas matas, criaram a aldeia Águas Belas, no município do Prado, e se empregaram em fazendas ou passaram a ser pescadores.

O lento retorno à Barra Velha os fez viverem novos dramas: a redução drástica da área que podiam ocupar e a intensa perseguição dos funcionários do parque, que não lhes permitiam abrir roças ou mesmo caçar ou pescar. O resultado foi a fragmentação do grupo ao longo dos anos, fazendo-o dispersar e criar novas aldeias em áreas de mata e até mesmo no litoral, como é o caso de Coroa Vermelha, na tentativa de sobreviver com a venda de artesanato num polo turístico criado após a abertura da BR-101 em 1974. Outra aldeia criada pela mesma razão foi a do Trevo do Parque, erguida à beira da estrada e também um ponto importante de venda de artesanato feito por esse povo (CARVALHO, 1977).

Embora a Fundação Nacional do Índio venha reconhecendo esses espaços como áreas indígenas e tenha sido feita uma demarcação precária e insatisfatória em Barra Velha na década de 80, a situação fundiária não está regularizada, inclusive, na Aldeia Mãe, cujos moradores requerem a ampliação de área de forma contínua e englobando todas as aldeias vizinhas.

Hoje, os Pataxó vivem nas seguintes aldeias: Fazenda Guarani (no estado de Minas Gerais), Barra Velha, Meio da Mata, Boca da Mata, Pé do Monte, Aldeia Nova, Gitaí, Guaxuma, Imbiriba, Aldeia Velha, Velha (no município de Porto Seguro), Coroa Vermelha, Mata Medonha, Jurueba e Aroeira (em Santa Cruz de Cabrália) e Águas Bela, Corumbaozinho, Craveiro, Tauá, Alegria Nova, Pequi, Tiba, Monte Dourado e da Cacia (no município de Prado). Vivem, em 2010, aproximadamente 14.200 índios nas diversas aldeias.

Cabe chamar a atenção para o projeto cultural desenvolvido por esse povo. Eles têm investido em três grandes vetores: recuperação da língua falada por seus antepassados, resgate de antigos costumes e rituais e educação. Há uma presença maciça de estudantes nas escolas indígenas e nas da rede pública, nas cidades vizinhas e nas universidades particulares regionais e nas universidades estaduais de Feira de Santana e Santa Cruz e na Federal da Bahia.

Áreas de resistência e revitalização dos quilombolas

Grupos de origem africana também contribuem para esse quadro de diversidade e resistência cultural. Ainda que a escravidão negra no extremo sul da Bahia não tenha atingido números significativos devido ao isolamento econômico da região, a presença africana também se fez presente, particularmente após o século XIX. Essa presença, hoje, se manifesta nos vários quilombos existentes no município de Viçosa, sendo reconhecidos, em 2005, pela Fundação Palmares – órgão do Ministério da Cultura – os de Cândido Mariano, Helvécia, Mutum, Naiá, Rio do Sul e Volta Miúda, todos localizados nas proximidades das plantações de café da antiga Colônia Alemã de Leopoldina. Para ali refluíram não só os fugitivos da colônia e de outras propriedades, como também alguns dos libertos pela Lei Áurea e oriundos de outros pontos.

Essa população vive, principalmente, da prática da agricultura familiar, pecuária, pequenas unidades artesanais e extrativismo vegetal, em clima de insegurança por não ter, ainda, a posse das terras legalmente assegurada e pela precariedade no atendimento a exigências básicas – saúde, educação, infraestrutura, locomoção (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS

ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2008, p. 42). Também tem vivenciado o avanço do plantio de eucaliptos sobre suas posses ante a incapacidade de resistir à persuasão, às demarcações forçadas, às ameaças e à sedução da compra.

Os que resistiram, vivem em meio a grandes florestas de eucalipto e enfrentam problemas referentes à reestruturação fundiária. A perda de terras coloca em risco a existência de comunidades inteiras e de seu patrimônio cultural, isso sem falar que muitos jovens têm buscado uma oportunidade de emprego e conforto nas cidades, engrossando os bolsões periféricos das áreas urbanas (ABREU, 2010, p. 42).

REFLEXOS DOS ANSEIOS: PONTOS DE CULTURA

No entanto, cabe ressaltar que mesmo a população não inserida nos espaços comunitários acima referidos também busca se reorganizar na tentativa de reafirmar sua cultura e identidade peculiares, resgatar sua autoestima e criar mecanismos de qualificação profissional que permitam a inserção dos moradores locais na economia local. Assim, os núcleos culturais identificados estão centrados em três grandes questões que refletem as preocupações centrais vividas por essas comunidades: ecologia, inclusão social e questões de identidade e memória, sendo que, em muitos casos, os projetos se entrelaçam.

Com relação à ecologia, dois grupos se destacam: o Grupo Ambiental Natureza Bela de Itabela, com sedes em Itabela e Porto Seguro, e a Associação Cultural e Ecológica Estela Chaves, de Porto Seguro.

O primeiro propõe-se a contribuir para a conservação dos recursos naturais, proporcionando educação ambiental, fortalecimento da cidadania e intervenções socioambientais, além de buscar alternativas para promover a inclusão social e geração de renda em comunidades tradicionais. Para tanto, articula suas ações com as de associações comunitárias, sindicatos rurais e organizações ambientais, atua na organização de oficinas de teatro e de comunicação, seminários e palestras, promove a formação de corredores ecológicos e viveiros de espécies nativas da Mata Atlântica e desencadeia ações contra o tráfico de animais. Já a associação de Porto Seguro, além de realizar campanhas em defesa da preservação do meio ambiente, também atua promovendo cursos e oficinas sobre o tema e patrocina, particularmente nos bairros da periferia, eventos de rua, apoia festas populares e organiza uma biblioteca para estimular a leitura.

Os que centram suas ações nas propostas de inclusão social são espaços como o Troca de Saberes; a Associação de Hotéis, Pousadas, *Campings*, Condomínios, Bares e Similares de Nova Viçosa; o Viola de Bolso, Arte e Memória Cultural. Memória, afirmação e futuro; a Associação de Capoeira Kilombolas. Movimento e Expressão, presentes em Eunápolis, Santa Cruz de Cabrália e Itagimirim.

O de Nova Viçosa busca capacitar os moradores locais para o ingresso no mercado de trabalho, evitando sua emigração para o Centro Sul do país e periferia de outras cidades da região. Seus organizadores consideram que a realidade vivida no momento, além de acentuar a marginalização econômica e social, ao provocar o abandono do município, contribui para a perda da memória e das tradições locais. A unidade desse grupo situada em Eunápolis tem como tema central capacitar agentes culturais do município em atividades culturais relacionadas às artes plásticas, criação e administração de museus, criação de espaços para realizar pesquisas e registros da memória, visando manter viva a cultura local. Para tanto, o grupo atua através da organização de oficinas criativas voltadas para o fortalecimento do sentimento de cidadania e inclusão social. Já a Associação de Capoeira Kilombolas, além da forte conotação étnica, busca contribuir na formação da cidadania de jovens das comunidades periféricas de Eunápolis, que estão em situação de risco social. Para isso, promove aulas de capoeira, danças de salão e de rua, percussão, coral e tentam implantar uma rádio comunitária.

Um terceiro bloco, cuja preocupação central é o resgate e fortalecimento cultural, são a Associação Pataxó de Ecoturismo, a Aldeia da Jaqueira em Santa Cruz de Cabralia, a Associação da Comunidade de Indígenas Pataxó de Barra Velha, o Instituto Tribos Jovens, ambos com sede no município de Porto Seguro, a Associação dos Filhos e Amigos de Itapebi, e Artes como Espaço dos Saberes e da Cidadania de Eunápolis e Caravelas: Movimento Cultural Arte Manha.

A Aldeia da Jaqueira foi criada pela comunidade de Coroa Vermelha e, nesse espaço, procura-se recriar a vida e a cultura indígena, além de estabelecer uma trilha ecológica por onde os visitantes circulam, em visita guiada, pelo que restou da Mata Atlântica no local. Além disso, o empreendimento resulta em ingresso monetário que é reinvestido no projeto e em outros de caráter cultural na aldeia. A Associação de Barra Velha procura, simultaneamente, garantir uma melhor qualificação dos artesãos como forma de fortalecer suas expressões culturais, mas também de melhorar os rendimentos da comunidade com essa atividade. Já o Instituto Tribos Jovens pesquisa, registra e valoriza os saberes, os fazeres e a memória dos Pataxó da Aldeia Velha.

Uma das propostas mais interessantes e integrativas é a do Movimento Cultural Arte Manha Pererê – Programa de Resgate e Fortalecimento da Cultura Afro-Indígena. Parte do princípio de que as comunidades do Extremo Sul são compostas basicamente por descendentes de índios e negros da região e do norte do Espírito Santo, para atuar em duas frentes: a de oferecer alternativas aos jovens de Caravelas para melhorar as condições de vida através da capacitação em atividades de geração de renda e promoção da autonomia familiar. Para isso, o movimento realiza oficinas permanentes e itinerantes de percussão, artes plásticas, dança afro-indígena, serigrafia, capoeira Angola, audio visual e teatro.

Finalmente a Associação dos Filhos e Amigos de Itapebi, responsável pela organização do Cordão de Caboclos os Guarany, busca inventariar, promover a defesa e a conservação do

patrimônio cultural local. Sua proposta é a de difundir essa cultura em eventos, reafirmar o caráter pluriétnico da população local e transmitir a experiência dos mestres de saberes de Itapebi, que já têm idade avançada. Seu objetivo maior é o de promover a inclusão social, a elevação da autoestima e a geração de emprego e renda.

Pode-se afirmar, concluindo, que a população nativa da região Extremo Sul da Bahia, apesar das múltiplas compulsões vivenciadas, tem-se constituído em focos de resistência e representa uma expectativa de (re)criação de um padrão cultural em que suas formas tradicionais de expressão se façam presentes. É um longo caminho de mudanças, modernizações, incorporações e ressignificações que, num determinado momento, apesar de manter seu caráter de mosaico de manchas culturais, encontrará um denominador comum e definirá, de forma mais precisa, esse universo em ebulição.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Eduardo Luis Biazi de. Identidade cultural: comunidades quilombolas do extremo sul da Bahia em questão; *Revista África e Africanidades*, v. 2, n. 8, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com>>.
- ACCIOLI, J.; AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador: [s.n.], 1940. v.6, p.1-3.
- AIRES DE CASAL, *Corografia Brasileira*. São Paulo: Edusp: Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976. p. 217-228
- ALMEIDA PRADO, J. F. de. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530 - 1626)*. São Paulo: Nacional, 1945. p. 318-319.
- ARAÚJO, (Diretor Geral dos Índios) *Ofício enviado ao Presidente da Província João Bandeira de Melo*; Salvador; 17/12/1887; Arquivo Público da Bahia Fundo Presidência da Província; Série Agricultura, maço 4611; Diretoria Geral dos Índios.
- ARAÚJO, Francisco Leopoldino; *Notícia Histórica. Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 8, p. 1063-1074, 1903.
- ALBUQUERQUE, Francisco José. (Procurador de Manoel Ramos dos Santos, morador da Vila do Prado) *Ofício enviado ao Presidente da Província, Bahia em 24/03/1852*. Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Madeiras, maço 4616 (1846 - 1860); cad. 05.
- _____. (Procurador de Manoel Gonçalves Barreiro) *Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia em 23/09/1852*; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Madeiras; Maço 4616 (1846 - 1860); cad. 05.
- ALMEIDA, Antônio Vicente. (Juiz de Direito de Caravelas) *Ofício enviado ao Presidente da Província, Ten. General. Francisco José de Souza Soares de Andréa*. Caravelas em 15/1/1846; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Colônias e Colonos (1846-1876); maço 4604; Caderno n. 01.
- ALMEIDA Jr., Caetano Vicente de. (Juiz de Direito de Porto Seguro) *Ofício ao Presidente da Província*; Porto Seguro; 08/1839; BIBLIOTECA NACIONAL; Secção de Manuscritos; I - 31, 15, 40.
- AVE-LALEMANT, R. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 137- 155.

AYRES, Otávio P. (Procurador de Antônio Peixoto Guimarães; Negociante da Vila de Canavieiras) *Ofício enviado ao Presidente da Província; Bahia; em 30/09/1855*. Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Madeiras, maço 4616 (1846-1860); cad. 06.

BAHIA. Agencia de Comunicação. *Últimas Notícias*. Salvador: AGECON, 2003. Disponível em: http://www.bahiainvest.com.br/port/noticias/ultimas.asp?cd_noticia=217>> 2003.

BORGES Jr., João de Carvalho. (Diretor da Colônia do Mucuri) *Ofício enviado ao Presidente da Província, Mucuri, em 30/6/1873; mas.;* Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Colônias e Colonos; maço 4606 (1849-1888); cad. 08.

BRITO, Joaquim Marcelino. *Relatório do Ministro e Secretário dos Negócios d' Estado na Assembléia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro, em 05/1847: Museu do Índio; Sedoc; Microfilme n.º 397; fotogramas 67-72.

CÂMARA MUNICIPAL DE S. JOSÉ DE PORTO ALEGRE; *Ofício enviado a Teófilo B. Ottoni; S. José de Porto Alegre em 11/09/1847*. In: OTTONI, T. B., OTTONI, Honório B. *Condições para a Incorporação de uma Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri*. Rio de Janeiro: Tip. de J. Villeneuve e Cia., 1847. p. 33-35.

CARVALHO, M. R. G. de. *Os Pataxó de Barra Velha, seu subsistema econômico*. 1977. 436 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humans, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

CONDE DA PONTE. *Ofício enviado ao capitão-mor das Ordenanças da Vila de São Mateus em 18/7/1808a*. Bahia, ms., Arquivo Público da Bahia, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia . Série Diversas, Cartas do Governador a Várias Autoridades, maço 164, v. 241, p. 239.

_____. *Ofício enviado a José Luís de Siqueira, Capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas em 18/7/1808b*. Bahia, ms., Arquivo Público da Bahia, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia. Série Diversas, Cartas do Governador a Várias Autoridades, maço 164, v. 238, p. 237.

_____. *Ofício enviado a José Luís de Siqueira, Capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas e a Câmara da Vila do Prado em 18/7/1808c*. Bahia, ms., Arquivo Público da Bahia, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia. Série Diversos, Cartas do Governador a Várias Autoridades, maço 164, v. 241, p. 241.

_____. *Ofício enviado a José Luís de Siqueira, Capitão-Mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas, 21/10/1808d*. Bahia, ms., Arquivo Público da Bahia, Secção Colonial e Provincial, Fundo Capitania da Bahia. Série Diversas, Cartas do Governador a Várias Autoridades, maço 164, v. 344, p. 343.

COUTO, José Joaquim do. (Procurador de J. J. de Marcelas, morador da Vila do Prado) *Ofício enviado ao Presidente da Província, Bahia em 08/04/1854; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura – Madeiras, maço 4616 (1846 - 1860); cad. 06*.

CUBAS, B. Descobrimento e devassamento do Território de M. G. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 7, p. 549-594, 1902.

CUNHA, José Marcelino da. (Ouvidor de Porto Seguro). Correspondência ao Conde de Linhares em 08/08/1811. In: ACCIOLI, J.; AMARAL, B. *Memórias históricas e políticas da Bahia*. Salvador, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1931. v. 3, p. 56-57.

CUNHA, José Marcelino da. (Ouvidor da Comarca de Porto Seguro). Correspondência enviada ao Ministro Conde de Linhares, Caravelas, em 15/07/1811. In: ACCIOLI, J.; AMARAL, B. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1931. v. 3, p. 56-57.

ESTATUTOS da Associação Bahiana de Colonização; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da Presidência da Província; Série Agricultura - Colônias; maço 4606; cad. 01.

FRANÇA FILHO, Durval Pereira. *Belmonte, memória, cultura e turismo: numa (re)visão de Iara de Sósigenes Costa*. 2003. Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus - BA, 2003. f. 10-154.

FUNDAÇÃO DAS ASSISTÊNCIAS SOCIAIS ECLESIASTICAS. *Carta de Porto Seguro*. FASE: 2003.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE (BA). *Silvicultura de eucalipto no sul e extremo sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais*. Salvador: IMA, 2008. p. 17. Disponível em: <http://www.cra.ba.gov.br/index.php/diagnostico-e-estudos-ambientais/doc_download/129-silvicultura-de-eucalipto-no-sul-e-extremo-sul-da-bahia-situacao-atual-e-perspectivas-ambientais>.

A ITÁLIA no Nordeste 18/12/2008 – Hoje 11 anos 1999-2000 Disponível em: <http://www.italiaoggi.com.br/migrazioni/noticias/migra_20030218a.htm>.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 41-55.

MAIA, A. A. História da Capitania de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 7, p. 29-55, 1902.

NAVARRO, Luís Tomás. Carta enviada ao Sargento-mor Francisco Alves Tourinho, Vila de Caravelas, 4/5/1808. (Itinerário da Viagem que fez por terra da Bahia ao Rio de Janeiro). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 433-468, 1866.

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; OLIVEIRA, Karina Lima; ARAÚJO, Leandro Guimarães, Reconfiguração da estrutura fundiária no extremo sul da Bahia após intensificação da atividade silvícola. In: CONGRESSO DA SOBER: CONHECIMENTOS PARA AGRICULTURA DO FUTURO, 45., 2007. Londrina, Trabalho apresentado... Londrina: SOBER, 2007. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/6/590.pdf>>.

OLIVEIRA, Karina Lima. *O avanço do eucalipto no território do extremo sul da Bahia: recentes transformações na estrutura fundiária e o papel do crédito rural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, 2008, f. 26.

PERDIGÃO MALHEIROS. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico-jurídico-social*. Rio de Janeiro; São Paulo: Cultura, 1944. p. 231-242.

QUINTILIANO, José da. Ofício com instruções enviadas ao Coronel Honório Esteves Ottoni; Ouro Preto em 18/5/1846 (RENAULT, Leon. Exploração dos rios Mucuri e Todos os Santos e afluentes por ordem do governo pelo engenheiro Dr. Pedro Vitor Renault). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 7, p. 6-46, 1903.

REVISTA DO PROGRAMA PRODUTOR FLORESTAL DA ARACRUZ CELULOSE. v. 3, n. 17, p. 12 -14, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.aracruz.com.br>>.

RREA, Lucelindsac Hramcmo. O Resgate de um esquecimento - A Colonia Leopoldina. *Geographia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 1-12, 2005.

SANT'ANNA, Antonio Genilton. Cluster madeireiro: o eucalipto, a celulose e o desenvolvimento do extremo sul da Bahia. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 40, n. 4, p.728, out./dez. 2009.

SANTOS, Claudia Santana; SILVA, Jose Luiz. *Os impactos do plantio de eucalipto e da produção de celulose em comunidades tradicionais no extremo sul baiano*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_jose_caetano.pdf>.

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. 2007. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. f. 50.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. (Re) enegrecimento feminizado: saberes e aprendizados no currículo invisível da comunidade remanescente quilombola de Helvécia - BA. *Revista África e*

Africanidades, v. 2, n. 7. nov. 2009. Especial - Afro-Brasileiros: Construindo e Reconstruindo os Rumos da História. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com>>.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Uso atual das terras: Bacias do Extremo Sul e do Rio Jequitinhonha*, Salvador: SEI, 2008.

TROINA, F. Caetano de. *Ofício enviado ao Juiz de Direito da Comarca de Caravelas, Antônio Vicente de Almeida*; São José de Porto Alegre em 6/11/1845; Arquivo Público da Bahia; Secção Colonial e Provincial; Fundo da presidência da Província; Série Agricultura - Diretoria Geral dos Índios; maço 4611.

WIED-NEUIWED, Maximiliano. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

PARTE VII

OESTE/VELHO CHICO

92

Série Estudos e Pesquisas

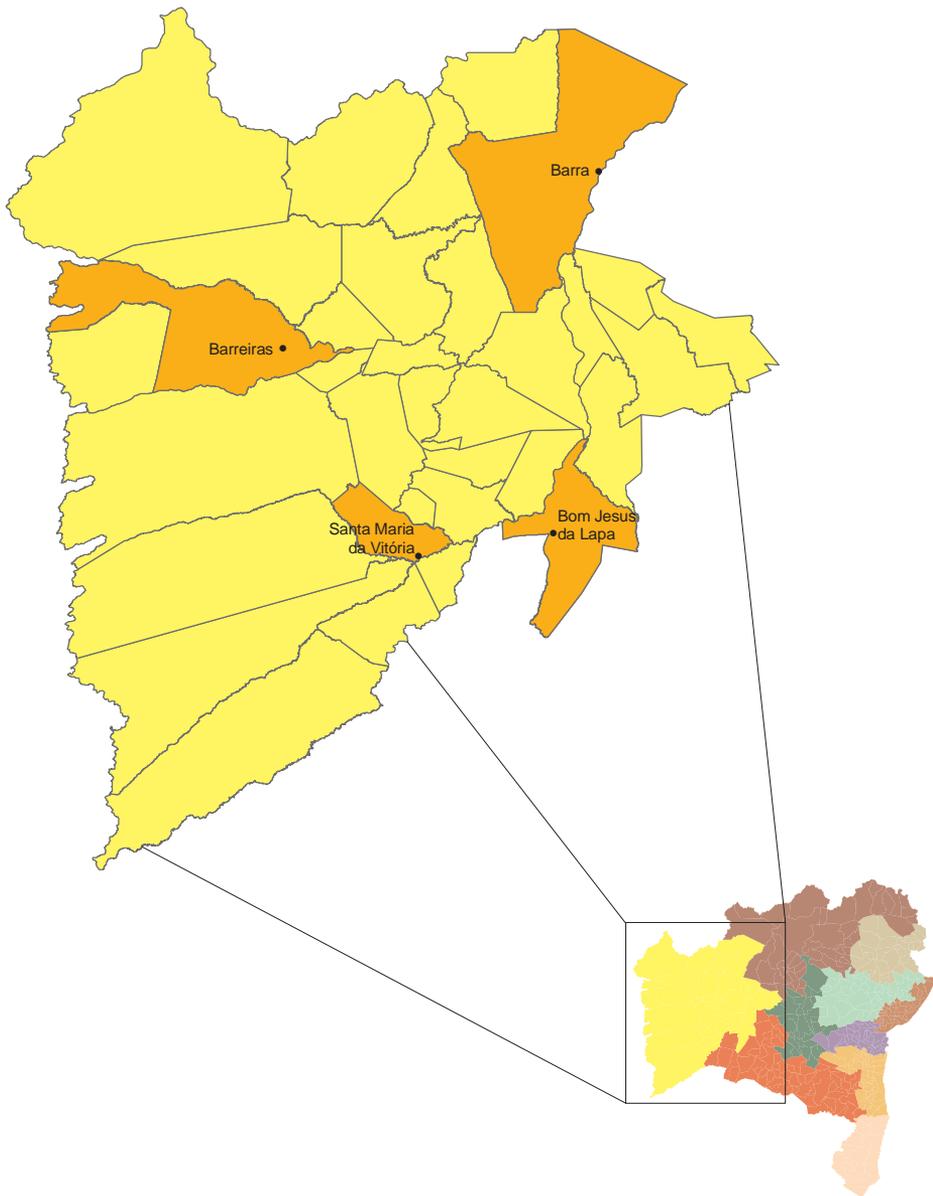
SEP





OESTE/VELHO CHICO

PANORAMA CULTURAL CONTEMPORÂNEO
REGIÕES SOCIOCULTURAIS
OESTE/VELHO CHICO
Divisão Municipal e Principais Cidades



TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO OESTE BAIANO: O SERTÃO É UM MUNDO

Gustavo Falcón*

INTRODUÇÃO

De forma bastante esquemática, a história do Vale do São Francisco pode ser dividida em seis momentos marcantes: 1) Presença indígena (antes da descoberta, até o século XVI); 2) Desbravamento do Vale e expansão pecuária (séculos XVII e XVIII); 3) Economia do catado no tempo das minas (século XVIII); 4) Era do látex (século XIX); 5) Luz e progresso (1928-1964), e o capítulo em curso O Novo Mundo do Cerrado. Esses foram momentos que plasmaram a fisionomia da região e lhe conferiram traços distintivos e característicos, que, no entanto, nunca foram estáticos e sempre acolheram novas contribuições, nos seus períodos mais ou menos densos de ocupação e exploração. Também nunca foram momentos homogêneos, uma vez que o vale é muito extenso, vasto, imenso. Mas jamais foi um território indiferenciado dos sertões, como creem alguns estudiosos. Um mundo, como o chamou Wilson Lins no seu *O Médio São Francisco*. Na margem esquerda do rio, esse sertão franciscano, com seus gerais e chapadões, campos largos e sem limites rígidos ou definidos, não reconhece linhas imaginárias, nem a cartografia burocrática, integrando municípios de vários estados, formando o universo “roseano” do cerrado brasileiro: “grande sertão, veredas”.

Por seu gigantismo geográfico, mas principalmente por sua distância da capital da Bahia, era conhecido até recentemente como Além São Francisco. Sua porção baiana inclui o que, a partir dos anos 80 do século passado, passou a se chamar de Oeste, região que faz fronteira com Goiás, Tocantins e Minas Gerais, estados com os quais os municípios baianos dessa parte de nosso mapa sempre guardaram íntimas relações. Fatos observáveis, como veremos mais tarde, no panorama cultural da região.

O Oeste, agora integrado por 14 municípios, foi redescoberto pelos baianos das outras áreas e por brasileiros de diversas paragens, sobretudo sulistas, e vive sua revolução agrícola, desde a implantação da soja, nas áreas pioneiras de Barreiras e Mimoso do Oeste, hoje Luis Eduardo Magalhães, mas não só ali como também em São Desidério, Santa Maria da Vitória, Angical, Baianópolis, entre outros. Entre 1964 e 1970, a região passou por um momento difícil de sua história, com a desorganização do sistema de transporte fluvial e a desativação do aeroporto, fase superada quando o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Prodec), de 1985, é reintegrou a região à economia baiana e levou o estado a realizar ali grandes investimentos. A leitura cuidadosa dos fatos revela que a região de Barreiras nunca esteve isolada ou desvinculada

* Doutor em História Social, mestre e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor associado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. gustavofalcom@bol.com.br

dos processos econômicos nas diversas fases históricas do país. Não passando isso de um mito. Para ser mais preciso: de uma meia-verdade, explicada, em parte, pelo etnocentrismo das elites do Recôncavo Baiano. E, de alguma forma, pelas dificuldades naturais de integrar uma região longínqua à lógica econômica litorânea. Mas contrariada pelos fatos, por uma intensa ligação dos agentes econômicos, permanente exploração dos recursos disponíveis e quando possível, por uma unidade político-administrativa que assegurou nossa territorialidade, impedindo que Minas Gerais e Pernambuco avançassem sobre esse território que sendo originalmente pernambucano, no período colonial, foi também mineiro para depois ser, definitivamente, baiano, administrativamente falando. Porque, culturalmente, trata-se de uma área tipicamente sertaneja, no que isso significa como contraponto da afro-brasilidade litorânea, marcada pelos laços raciais e étnicos que emolduraram a colonização ali e pelas culturas materiais engendradas e que asseguraram a ocupação efetiva daquele espaço fronteiro do território baiano.

Presença indígena

O homem está no mundo do São Francisco há milênios. Achados arqueológicos feitos a partir de datações radiocarbônicas indicam que, pelo menos, oito mil anos atrás os índios já viviam margeando o grande Rio São Francisco. Na Gruta do Padre, por exemplo, há vestígios de 7.500 anos atrás. Nos sítios de Itacoatiara foram encontrados instrumentos e resíduos que remontam há cerca de 2.500 anos. Carlos Etchevarne (2006) informa que, em seu curso médio, o rio atravessa um grande território de caatinga e transformou-se em eixo referencial para grupos indígenas do interior, permitindo a subsistência destes em todas as estações do ano.

Efetivamente, as incursões para exploração dos recursos da caatinga poderiam ser feitas com distâncias que permitissem o retorno sem dificuldades ao São Francisco, ou seja, aos locais com água permanente. Por outra parte, nas margens deste rio e nas suas numerosas ilhas, era possível uma subsistência mais farta, combinando a piscosidade das águas com a fertilidade do solo, apto para a horticultura e com uma mata ciliar composta, entre outras espécies, de grandes árvores frutíferas (ETCHEVARNE, 2006).

André Prous, em *Arqueologia Brasileira (1992)*, trata da criação plástica entre esses vários povos e identificou a arte rupestre no norte de Minas Gerais, na Chapada Diamantina, no Vale do São Francisco e em Sergipe. Classificou essa linhagem pictórica de Tradição São Francisco, em que os grafismos abstratos (geométricos) sobrepõem amplamente em quantidade os zoomorfos e os antropomorfos. Na maior parte dos desenhos, a bicromia é intensa, com traços nítidos e cores vivas.

São muitos e vários os registros. Spix e Martius (1938) afirmam ter visto, em 1818, na serra do Anastácio, uma série de desenhos primitivos, “grosseiros e esquisitos, linhas retas, curvas, círculos, pontos, estrelas que, sem dúvida, provêm dos antigos aborígenes”.

Teodoro Sampaio notou, em 1879, inscrições indígenas em uma pedra em Olho d'Água, perto de Piranhas. Carlos Ott (1988) encontrou em Campo Formoso, num local chamado Buraco D'Água, desenhos rupestres pintados em vermelho, mas também em preto e em amarelo, nas lapas de rochas de calcário, às vezes, com 20 metros de altura, onde, provavelmente, esses povos ancestrais se abrigavam. Valentin Calderón, em *Notícia Preliminar Sobre as Sequências Arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina* (1967), refere-se a antigos ritos de inumação encontráveis no vale sanfranciscano. Em Curaçá, o autor encontrou um sítio-cemitério, com enterramentos em covas rasas,

[...] onde o cadáver era depositado em posição fetal, com oferendas em forma de tigelas, de confecção grosseira, ou em posição acoorada em cova circular, com a cabeça protegida por um ou vários vasos, não faltando também, em algumas oferendas em pequenas tigelas, cachimbos de cerâmica em forma de peixes e tembetás de amazonita.

Donald Pierson (1972), no seu clássico *O Homem no Vale do São Francisco* – sem dúvida, a mais importante obra sobre o tema, escrita no começo dos anos 50 e só publicada 20 anos depois –, no capítulo a respeito dos ocupantes originais, trata dessa fase histórica que deixou poucos ou quase nenhum registro com muita acuidade. Para Pierson (1972), o caráter semiárido de grande parte da área, com suas secas periódicas e deficiência em vegetação natural comestível, torna improvável que tivesse sido grande o número de população aborígene local. Usando a pesquisa de Hohenthal baseada em antigos cronistas, Pierson (1972) nos diz que os Tupi e os Gê estavam entre os índios do vale, quase sempre nas proximidades do Rio São Francisco ou de seus afluentes.

Gabriel Soares de Souza, que por lá esteve em 1587, identificou Caetés na margem esquerda, Tupinambás na margem direita e, acima destes, Tupinaê, Amoipira e Ubirajara. Fragmentações grupais, lutas intertribais e enfrentamento com os portugueses levavam à constituição de novos grupos, às vezes conhecidos pelo nome de seus líderes.

Nimuendaju (1981), no seu mapa de distribuição dos grupos indígenas no Brasil, relacionou dezenas de tribos na região do vale e destacou três grupos na área de interesse específico desta análise, isto é, no Médio São Francisco: os Schacriabá, entre os tributários Paracatu e Urucua, no século XVIII, e no Alto Preto, afluente do tributário Rio Grande, em 1818; os Acroá, no trecho alto do tributário Corrente, no século XVII, com outro grupo perto do Rio Grande, e os Aricobé, perto do tributário do Rio Grande, em 1744, e nas cabeceiras do Rio Preto, afluente do tributário Rio Grande (sem datação). Mais quatro grupos foram identificados mais ou menos distanciados da área do território de identidade do Oeste: Tobajara, Amoipira, Tupiná, Ocren e Sacragrinha. Das corredeiras para a frente estavam implantadas dezenas de outros grupos.

Dos indígenas locais só subsistiram os Aricobés. Hildete da Costa Dórea (1988), que pesquisou a localização das aldeias e o contingente demográfico das populações indígenas da Bahia

entre 1850 e 1882, examinando a documentação da Diretoria Geral dos Índios, unidade administrativa da província que cuidava desses remanescentes, identificou uma em Alta Vereda do Sertão, no município de Angical.

Os índios desta aldeia estiveram em contato permanente, mas os engodos sofridos e o estado de miséria a que foram reduzidos os levaram a uma espécie de regressão no processo integrativo, ao que se poderia considerar um tipo particular de contato intermitente. Quando as condições o permitiam, eram agricultores. Mesmo assimilados e domesticados, os remanescentes dessa etnia sofreram um brutal massacre na década de 30 do século passado, que ficou conhecido como a ‘chacina dos Aricobé’. Na realidade, o arranjo ameríndio preexistente, começou a ser desmontado com a chegada dos primeiros desbravadores. O ermo sertanejo foi sacudido pela ambição dos conquistadores, movidos inicialmente pela procura desenfreada de pedras preciosas, prata e ouro. Depois, pela onda de conquista e submissão dos aborígenes. Três frentes partiram em direção ao Vale: uma vinda da Bahia, isto é, de Salvador e seu recôncavo – à frente dela, a Casa da Torre, primeiro núcleo da elite agrária baiana, na sua sanha expansionista de anexação de terras e implantação de currais; outra, menos forte, de Pernambuco –; a Casa da Ponte, vinda de Recife e Olinda avançava sobre a margem esquerda do Vale, que lhe era de direito, e outra ainda, mais voraz e violenta, de São Paulo. Esta, inicialmente, esteve voltada para o sul, dirigindo-se depois, com intensa fúria, também para o São Francisco.

Os índios sanfranciscanos estavam no centro dessa onda crescente que se avolumou com o passar dos anos, e o Vale foi cenário de uma guerra chamada justa pela Coroa e que levou os grupos indígenas locais ao total desaparecimento ou à dispersão em aldeias e fazendas dos grandes proprietários que se misturaram a eles gerando uma prole mameluca local, gente de ‘sangue no olho’, “pele brônzea, olhos oblíquos, raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano”, tipo racial característico que está na base da gente local, no dizer de Wilson Lins (1983). Tipos humanos por trás de tipos ocupacionais como o vaqueiro, o barqueiro, o barranqueiro, o beiradeiro, o remeiro, o brejeiro e os antigos jagunços e mandões.

Sob o fogo dos Garcia D’Ávila e dos Guedes de Brito e debaixo de intensa perseguição dos bandeirantes paulistas e nortistas, os indígenas locais só tinham três alternativas: a escravidão, a luta ou o aldeamento em missões religiosas. Isto é: a morte física ou a rendição cultural. Era a lógica do projeto colonial, depois assimilada pelo Império brasileiro. Os aborígenes sanfranciscanos foram, particularmente, resistentes. Desde cedo, sinalizaram sua determinação para a guerra, como bem evidencia o caso do bispo Dom Pedro Fernandes Sardinha, devorado pelos Caetés em 1556 próximo à foz do Rio São Francisco, quando do

naufrágio da embarcação Nossa Senhora da Ajuda. Além do bispo, foram devorados o provedor-mor e quase toda a tripulação. Esse banquete custou caro aos indígenas, resultando do episódio uma lei especial legalizando a escravidão dos Caetés, lei logo estendida para a “preia” a outras tribos consideradas hostis. A captura e o apresamento constituíram importante atividade econômica, e a escravidão indígena mostrou-se como negócio rentável, principalmente quando associada a outros ganhos. A submissão indígena se estendeu aos “calhambolas”, escravos africanos fugidos. Mas essa é uma outra história da cultura do Vale que merece tratamento à parte.

A CONQUISTA DO MUNDO

Desbravamento do Vale e expansão pecuária

O primeiro homem branco a visitar o São Francisco foi o navegador italiano Américo Vespúcio, em 1501, em missão oficial de exploração, mas, só a partir de 1550, começou o que se conhece como processo de desbravamento da região. Nessa época tiveram início as “entradas” para o interior da colônia voltadas para a obtenção de mão de obra escrava para o trabalho nos canaviais e engenhos do Recôncavo da Bahia e da zona da mata de Pernambuco, empresa fortalecida pelo interesse na exploração das riquezas minerais que começavam a ser descobertas.

A ofensiva partiu de três frentes pioneiras da colonização portuguesa, localizadas no litoral e nas suas proximidades. De Pernambuco, ao norte do rio, particularmente da área de Olinda e Recife, veio talvez o menor número de exploradores; da Bahia, ao sul e a este do rio, na época (porque hoje o espaço territorial da Bahia inclui a margem esquerda do São Francisco até os limites com os estados de Goiás, Tocantins e Minas Gerais), sobretudo de Salvador e do Recôncavo, saíram numerosas bandeiras; e de São Vicente, Santos e São Paulo, de onde se deslocaram três frentes: para o interior do continente sul-americano, alcançando o Paraguai: ao noroeste, rumo ao Vale do Amazonas, e ao norte e a este, em direção ao Vale do São Francisco e ao Nordeste brasileiro.

Basílio de Magalhães (1935) diz que os motivos que conduziam essas entradas eram tão vários quanto os desejos humanos, e incluíam, sem dúvida, a ânsia de aventura, de prestígio e segurança financeira que a descoberta de pedras e metais preciosos e outras fontes de riqueza poderiam trazer. As descobertas de ouro e prata já realizadas pelos espanhóis em outras partes das Américas excitaram a imaginação dos portugueses e seus associados na época. Peru e Potosi eram nomes que andavam na boca de todos os aventureiros europeus, encandecendo-lhes a mente.

Taunay (1924) também informa que “a rápida descoberta de minas riquíssimas, realizadas pelos espanhóis no México e no Peru, deslumbrava os europeus, que viam chegar ao seu continente, avaro de metais preciosos, estas quantidades imensas de prata e ouro” (TAUNAY, 1924). A ambição aumentava quando pequenas descobertas no interior do território do Brasil indicavam a ocorrência do ouro. Isso diz respeito diretamente aos paulistas que encontraram

ouro entre 1590 e 1597 nas serras de Jaraguá e Jaguamimbaba; e ouro e prata em Biraçoiaba, no Rio Sorocaba, em 1597.

Observa ainda que qualquer mineral de aparência brilhante era usualmente considerado valiosa matriz de prata e mandado imediatamente para ser examinado por peritos. Havia também esperanças de se encontrarem esmeraldas, rubis, safiras e outras pedras preciosas semelhantes às do Oriente.

Outras expedições tinham sentido administrativo, governamental. O primeiro governador-geral, Thomé de Souza, nos primórdios da colonização, autorizou uma dessas com o intuito de realizar um censo administrativo para o Rei de Portugal.

Boa parte das entradas era organizada para atacar grupos indígenas hostis e consumir o apresamento. Alguns outros bandeirantes ou entradistas estavam equivocadamente à busca de mais pau-brasil, madeira de grande valor comercial à época.

Ouro, prata, índio, riqueza, tudo excitava a ambição dos desbravadores que, em momentos de delírio, sonhavam encontrar uma fabulosa lagoa dourada, chamada “Eupana” por vários cartógrafos, que se supunha ser a nascente não só do São Francisco como do Rio Paraguai e de outro formidável rio que descia para o sul, alcançando Cananeia e Porto dos Patos. A crença era de que, ao longo das margens deste lago, viviam populações numerosas que lavravam peças de ouro e pedrarias e usavam como escudos de batalha grandes discos chapeados de ouro e engastados de esmeraldas.

A febre das pedras e as fabulosas histórias moveram as expedições reais, de sorte que, entre o final do século XVI e o seguinte, várias expedições alcançaram o São Francisco com esse intuito.

A prodigiosa atividade dos bandeirantes foi realçada por Saint-Hilaire (1937), que viu os desbravadores do interior brasileiro como integrantes de “uma raça de gigantes”. Taunay (1924) assinalou que o século XVII foi especialmente do bandeirantismo que com ele nasceu e com ele avultou prodigiosamente, preparando para a centúria seguinte, a consolidação da posse portuguesa.

Capistrano de Abreu (1935) considera como grandes contribuições dos bandeirantes à região do São Francisco as ligações do Tietê e do Paraíba do Sul ao rio nordestino, através da região montanhosa da Mantiqueira, e a construção, com árvores cortadas nas cabeceiras do São Francisco, de canoas para serem usadas no trecho médio do rio, onde não se encontrava madeira para esse fim. Outra contribuição foi a de ajudar os currais a se estenderem até o Parnaíba e pela região onde está hoje o Maranhão.

Toda essa saga, essa aventura, exigia homens de fibra e destemidos. Muitos deles acabaram mortos nos seus deslocamentos e enfrentamentos, que eram movimentos de uma guerra de conquistas. Sim, porque as bandeiras não enfrentavam apenas as dificuldades da caatinga ou do cerrado inóspito, enfrentavam indígenas desiludidos com a ação colonizadora que lhes

retirava a terra e alterava os costumes. A belicosidade resultante desse entrevero não deixava muito espaço ao entendimento.

A etnografia desse contato não é nada agradável. Ao longo do século XVII e começo do século XVIII, várias expedições que deixaram Salvador e o vizinho Recôncavo em direção ao sertão já o faziam com o uso das patas do boi, isto é, implantando os seus currais após a conquista da terra. Em 1628, Francisco Garcia D'Ávila, o primeiro da dinastia da Casa da Torre, fez uma incursão ao Vale. Seu neto e homônimo decidiu a guerra na região: tomou toda a área dos indígenas. Com a descoberta do salitre no Vale, a pecuária se fortaleceu.

Taunay (1924) informa que, no final do século XVII, João Amaro Maciel Parente conseguiu abrir um caminho de sangue da costa sul da Bahia até o Rio São Francisco. Recebeu pelo serviço uma concessão de terras de 20 léguas de extensão, onde estabeleceu uma vila. Em 1692, o segundo Francisco Dias D'Ávila, latifundiário do Recôncavo, o mais famoso bandeirante da Bahia colonial, chefou, por ordem do governador-geral, um grupo de homens para dizimar os índios Acroás, os mesmos que estiveram na região hoje chamada oeste baiano e dominavam campos imensos que se estendiam a Maranhão, Piauí e Pernambuco.

Como mestre-de-campo dos auxiliares da Torre – assim se autodenominavam os integrantes da expedição de extermínio –, D'Ávila levava consigo 900 homens de seu regimento, 200 índios mansos, 100 mamelucos, 150 escravos, um comboio de munições de boca e de guerra e vários missionários. Era o consórcio hábil e eficaz da espada com a cruz. As consequências para os Acroás e Schacriabás que habitavam as margens do Rio Iassu, nome dado pelas tribos ao atual Rio Grande, foram funestas. Foi no combate aos indígenas que a Casa da Torre assegurou seu megalatífúndio que chegou ao Piauí e ao Maranhão. Desse combate, resultou a sesmaria da bacia do Rio Grande, de onde surgiu a mais antiga fazenda regional e que deu origem à atual cidade de Barra.

Aliás, a Casa da Torre tem papel destacado na submissão do Vale. O segundo Francisco Dias D'Ávila, tetraneto do fundador da sangrenta dinastia, conhecido como “o conquistador do Piauí”, ao estabelecer suas fazendas de gado nas margens do São Francisco até perto de Minas, lutou contra os Rodelas, os Anaiós e outros indígenas. Em 1678, pediu permissão ao governador-geral para atacar indígenas no tributário Pajeú, a fim de se apossar de suas terras. Nesse mesmo ano, derrotou os Galaches que, vindos de umas ilhas do Rio São Francisco, invadiram várias povoações, destruindo os currais. Taunay (1924) relata que, em 1680, uma insurreição indígena em todo o Vale foi derrotada por outros índios e escravos, sob o comando de Francisco Garcia D'Ávila, resultando daí uma verdadeira chacina que levantou uma tempestade de protestos por parte dos missionários da região, dada a dimensão da sua brutalidade. Os que não quiseram sujeitar-se à paz foram degolados na Fazenda Pontal. Esse Garcia D'Ávila, informa Jaboatão, acabou louco e abandonado por sua família. Demente e sozinho, segundo Regni Vittorino (1983), “odiado e abandonado por todos, foi procurar abrigo na missão do frei Bernardo de Nantes”, que tanto perseguiu e maltratou. A crueldade da guerra atingiu a todos, afinal.

O contato racial estava estabelecido, a guerra em pleno curso e o projeto colonizador alcançando grande sucesso no Além São Francisco.

Ao fazer um balanço em perspectiva desse largo período, Wilson Lins (1983), ele mesmo uma herança genético-cultural desse processo de contato, vai ao ponto:

[...] ao tempo em que davam início à penetração do grande vale, os colonizadores, ao invés de povoarem-no, promoviam o seu despojoamento, matando o gentio que o ocupava. Plantando currais pelo ermo adentro, o explorador branco substituiu por boiadas as tribos que encontrava em seu caminho. Matando ou escravizando o índio, o colonizador português, a princípio, realizou uma obra de escravização e extermínio e não de civilização. Por causa da tão propalada falta de braços para a lavoura, que em várias oportunidades iria determinar a paralisação dos engenhos do litoral, generalizou-se a caça ao silvícola, comandada quase sempre pelos próprios governadores, como foi o caso de Luis de Brito e Almeida. Como os padres se opunham à caça aos índios, postulando a sua conversão, os empreiteiros das expedições faziam crer que as tribos sanfranciscanas eram ferocíssimas. As matanças generalizadas aumentaram a resistência do gentio que reagia à ambígua civilidade da escravização. A gente de Pernambuco e Bahia, a quem se deve realmente a conquista do São Francisco, inicialmente agiu como horda inimiga, arrasando o silvícola. Alegando tratar-se de seres muito ferozes, procuravam obter a tolerância dos padres para as suas entradas, cujo objetivo era mais o apresamento de escravos (vendidos a dois cruzados por cabeça) do que o desbravamento da terra ignota.

Todavia, conclui o escritor, com todos os seus defeitos e erros, é a tais caçadores de índios que se deve a penetração nas terras do Vale.

Os fatos falam por si. A guerra de conquista na região do São Francisco foi – para a desgraça de muitos nativos e tristeza de alguns antropólogos e historiadores conservadores –, ao mesmo tempo, genocida e etnocida. No final, os que não tinham sido dizimados foram, com exceção de alguns remanescentes nos postos indígenas, assimilados e vieram a constituir o estoque básico do nordestino de hoje.

E não foi só contra o gentio que se voltaram os colonizadores. Com o desenvolvimento da colônia, a importação de escravos africanos tornou-se, como se sabe, prática regular na Bahia. E o tráfico de negros transformou-se em um segmento altamente lucrativo do grande comércio que alimentava principalmente a lavoura de cana-de-açúcar e os engenhos – que trabalhavam nove meses por ano. Relação social que logo se espalhou para outras atividades econômicas, se transferiu do campo para a cidade e se generalizou na vida social.

A fuga de escravos para regiões inóspitas do sertão também se tornou prática generalizada. Os calhambolas ou quilombolas passaram, portanto, a ser alvo dos capitães-do-mato e predadores de índios. Mas não apenas no plano da fuga ou resistência se encontravam os negros no Vale durante a fase da expansão pecuária, embora autores como Wilson Lins (1983) não considerem a presença negra como significativa no mundo do trabalho. Siglia Zambrotti Doria (1996) e José Jorge de Carvalho (1995) que estudaram em detalhe o quilombo do Rio das Rãs, localizado em Bom Jesus da Lapa, observam que, apesar de alguns historiadores e teóricos da escravidão terem minimizado a presença do negro no São Francisco, eles estiveram ali mesmo em atividades consideradas como tipicamente brancas, como era o caso da pecuária. Clovis Moura (1986) refere-se a uma carta do professor Artur Ramos a ele dirigida, em 1946, na qual afirma que “é possível, é quase certo que a influência negra tenha sido na região do São Francisco maior do que se pensa, podendo mesmo terem sobrevivido certos costumes, inclusive traços de cultura material”. Quando o legendário monge que fundou o Santuário de Bom Jesus da Lapa chegou ao local onde hoje se encontra o santuário, dividiu em Itaberaba currais de vastas proporções, que eram cuidados por alguns portugueses e escravos da África. Ainda na região de Bom Jesus da Lapa, havia distantes da gruta uns quinhentos metros, umas choças de índios e, a uma légua, uns currais de gado do Conde da Ponte, aos cuidados de portugueses e africanos, segundo o Padre Turíbio Vilanova Segura (1943).

O mesmo Padre Vilanova informa que a intimidade do negro com a religião dos dominantes era tal que chamavam o Bom Jesus da Lapa, o Cristo sertanejo, de Lenibé-Furamé.

Na formação dos grandes potentados da região, encontram-se famílias que fizeram suas fortunas usando o elemento escravo como peça-chave das suas propriedades. Em Angical, no começo do século XIX, inúmeros pecuaristas possuíam seus plantéis. Era o caso dos Almeida e dos Afonso Machado, famílias tradicionais que estão na base do processo de ocupação do Oeste e que usavam a força de trabalho dos negros regularmente. O patriarca dos Almeida, coronel José Joaquim de Almeida, chegou à região por volta de 1800, trazendo grande número de escravos e dinheiro. Recebeu da própria Coroa a incumbência de demarcar as terras da área e a titulação de “largos tratos nas margens do Rio Grande”, inclusive a fazenda Malhada, abrindo lavouras cuja produção de cereais e as apreciadas rapaduras eram enviadas para várias cidades baianas e de fora. Ao acumular terras e dinheiro, a família elegeu um parente senador no Rio de Janeiro. Os Afonso Machado também migraram para ali e, como pioneiros, construíram, em 1841, a capela de Nossa Senhora da Penha. Prosperaram como agricultores usando a mão de obra escrava. Esse era o lado do uso do africano. Obviamente, a escravidão não se configurou ali como forma dominante no mundo do trabalho, mas não deixou de existir e marcar a sua presença na vida material.

O lado do abuso, repressivo e violento, se voltava para os fugitivos. De todo parte vinha pancada, desde os tempos mais remotos. Da Bahia, em São Paulo e em Pernambuco. Antônio Guedes de Brito, da Casa da Ponte pernambucana, capitão de infantaria e mestre de campo e regente do São Francisco, agraciado com este título pela Coroa portuguesa, já no século

XVII um grande latifundiário com mais de 160 léguas de terras, pacificava índios e combatia quilombolas. Foi agraciado e reconhecido pela metrópole por seus serviços no combate aos aventureiros de toda espécie, negros e mamelucos, hábeis na arte do contrabando, salteadores de estradas e, principalmente, os ladrões de currais de gado.

Do alto da sua autoridade, Gilberto Freyre (1975) opinou:

A zona do sertão da Bahia foi um verdadeiro paraíso para os quilombolas. O Vale do São Francisco, isolado, era, por outro lado, uma região ideal para aqueles fugitivos. Morais Rego aproximou-se da verdade quando, descrevendo a origem do povoamento da região, afirmou que a intromissão de elementos alienígenas na bacia média se efetuou de maneira obscura: elementos brancos, egressos do convívio social e negros fugidos. Formaram a população misturada e desordenada, vivendo ao sabor de seus vícios e paixões, que o Dr. Diogo de Vasconcelos denominou os fascinorosos. Ressalvadas as lavras, não houve, no Vale do São Francisco, importação de escravos: o elemento negro consiste em egressos de zonas agrícolas e litorâneas subalternas. O quilombola, ao internar-se no sertão, aliava-se ao índio brabo, também revoltado como na serra da Tiúba, e assaltava o Rio São Francisco (FREYRE, 1975).

Material e simbolicamente, com mais ou menos inserção, vestígios históricos e culturais comprovam essa presença. Nelson de Araújo (1996) encontrou na década de 1990, em Angical, na região que chamou de microrregião dos Chapadões do Rio Corrente, uma congada – velho auto afro-brasileiro – de história retraçável, beirando a documental. Atribuiu o registro aos muitos quilombos verificados localmente. Curiosamente, seu informante para a manifestação era uma descendente da família Almeida, que partiu do Rio de Janeiro até ali com grande escravaria no início do século XIX. A etnografia de Araújo é quase uma fotografia:

Como de praxe, a congada de Angical, venera Nossa Senhora do Rosário, cuja festa se celebra de primeiro a seis de janeiro. Como também de praxe, tem um rei e uma rainha, anualmente escolhidos. No encerramento da festa, depois da missa, o novo rei e a nova rainha recebem as suas coroas na matriz de Sant'Ana, a padroeira da cidade, momento em que os congados dançam dentro da nave. Desde o dia 31, diante da igreja está levantado um mastro em que se ergue a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. Em seu cortejo, os congados conduzem o estandarte da protetora, que é sempre invocada nos cantos (ARAÚJO, 1996).

E por aí segue a detalhada descrição dessa manifestação. Na época em que visitou a cidade, em 1991, eram 24 os congados, fora o rei, a rainha e o rei Congo, organizador do grupo, todos formados por lavradores.

A história e a cultura, portanto, confirmam: o processo de ocupação do Vale não dispensou o negro. Se não é elemento majoritário, como no Recôncavo, ou marcante, como na Chapada Diamantina, ele não é nulo, como sugeriu Wilson Lins. Pode ter sido secundário, mas nunca nulo.

A própria natureza do processo história explica isso. Como não era uma área diretamente conectada às atividades de exportação, a região do Rio São Francisco não se estruturou sobre relações escravistas. Usou a força de trabalho escrava, mas edificou sua economia e estrutura social sobre outras formas de submissão da força de trabalho. A pecuária nordestina foi a responsável pelo arranjo que instituiu, para alguns, esse feudalismo à brasileira, isto é, uma economia de vassalagem, parceria, submissão e compadrio que se fez sob a pata do boi.

O fato é que a criação extensiva de gado não foi apenas uma atividade econômica. Foi um modo de vida, uma transformação de costumes que colocou uma nova estrutura social no lugar da vida nômade e tribal do Vale. À atividade principal do pastoreio articularam-se outras, como a exploração do sal, a construção de vilas, a indústria do salgado e uma série de artesanias de uso vário. Mas, principalmente, o comércio, que rompeu o isolamento, integrou as fazendas produtivas pelos caminhos do gado e do rio e articulou a região a outras regiões, à capital e a outras províncias, depois estados.

Capistrano de Abreu (1935) assinalou que a criação de gado no São Francisco foi influenciada por quatro diferentes fatores. Em primeiro lugar, a extensa área não servia para o cultivo de cana que os europeus e seus descendentes desenvolviam na costa, mas produzia uma pastagem natural e, o que se descobriu depois, certas quantidades de sal em diversas baixadas salobras. A exploração em maior escala desse produto no Rio Salitre potencializou ainda mais a expansão pecuária. Em segundo lugar, a criação de gado requeria menos trabalho do que a maioria de outros produtos (consideração primordial em uma área de população escassa) e não exigia traquejamento especial. Em terceiro lugar, o gado fornecia a seus proprietários constante suprimento alimentar, superior ao suprimento de peixes e mariscos. E, em quarto lugar, o gado transportava a si mesmo, não necessitando de outro meio que não fossem suas próprias patas, para atingir um mercado mesmo distante.

O sucesso da pecuária foi tal que o transporte de gado deu origem a uma rede de estradas ligando as regiões produtoras aos principais mercados consumidores e fazendo da atividade um destacado meio de acumulação de riquezas no interior do Brasil, assegurando a presença colonizadora nos sertões mais longínquos. Assim, os séculos XVII e XVIII assistiram, na colônia, ao fortalecimento do compartimento interno de sua economia, à anexação de um vasto território ao mundo produtivo e, depois dos currais, ao surgimento de vilas, povoados e cidades que se edificaram em torno das atividades agropecuárias.

O gado regulava a vida do interior no ciclo que Capistrano de Abreu (1935) intitulou de “época do couro”:

As peles do couro, por exemplo, vieram a prover muitas das necessidades da vida pioneira, como: roupas para o mato; camas rústicas para serem usadas sobre o chão e, mais camas onde pudessem dar à luz; macas onde guardas as roupas; portas de cabanas; “borrachas” para carregar água, mocós e alforjes para carregar provisões e outras coisas; banguês para os cavalos e peias para prende-los nas viagens; receptáculos para rapé; e bruacas, cordas, surrões e bainhas de faca. Na construção dos açudes, a terra era também transportada por meio de couros, puxados por bois. O couro veio a ser, pois, uma das principais fontes de todos os artefatos (ABREU, 1935).

As feiras, a salga, a lida do vaqueiro e o comércio da carne e subprodutos trouxeram consigo novos costumes, hábitos e profissões. Com o aboio do vaqueiro, apareceram os curtumes, os seleiros, os armeiros, os artesãos de variada procedência que fortaleciam a atividade central e contribuíam aos poucos para formar uma nova cultura na região, base da vida sertaneja, centro do comércio e dos negócios.

Os baianos foram pioneiros nessas frentes, mas não os únicos. Seja pelo litoral, atingindo Sergipe, seja pelo interior adentro, ocupando o vale, atingindo sua margem esquerda, mas também em direção ao sul e ao norte, de tal maneira que alcançaram o Piauí e mesmo o Maranhão. Diz Pierson (1972): “até mesmo a região onde estão hoje os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte deve em parte seu povoamento a fazendeiros de gado do São Francisco”.

Herdeiro do espólio da Casa da Ponte, Manuel Nunes Viana tornou-se um exemplo desses megalatífundiários. No final do século XVIII, com a descoberta do ouro, tornou-se o grande comerciante da região sanfranciscana. Seu inventário, feito extrajudicialmente em 1806, revela bens muito superiores à receita da capitania da Bahia. E o realizado amigavelmente, em 1832, é superior ao da receita da província naquele ano. O resto de seu patrimônio nesse ano somava 20 mil cabeças de gado e 30 enormes fazendas.

Em longa apreciação que merece transcrição completa, Lins (1983) salienta:

A marcha dos latifúndios através do vale foi profunda: pela margem esquerda, os rebanhos entraram até o Vale do Paracatu, e, pela margem direita, atingiram o Rio das Velhas. Graças à formação desses grandes latifúndios, pôde ser mantida a unidade territorial da colônia, com a criação de caminhos internos, que, convergindo para o Vale do São Francisco, rasgaram acesso a Goiás, Piauí e Minas. A expansão dos latifúndios trouxe, como era natural, a identificação dos povoadores com a natureza, transmudando-os de portugueses em brasileiros – brasileiros pela moradia, pela alimentação, pelos vestuários, pelos hábitos novos que iam adquirindo ou criando. Aqueles homens ávidos de terra, embrenhados nos vales com suas boiadas, perdiam inteiramente suas características de europeus, e a própria estrutura

social que pretendiam transplantar de Portugal para a terra bárbara sofria a influência do meio geográfico. O ambiente que os cercava, poderoso e absorvente, terminou por imprimir características próprias, originais, aos agrupamentos humanos com que eles iam mosqueando o sertão. Portugal ficara na costa, caranguejando nos aldeamentos litorâneos, ouvindo os sermões de Vieira, cantando a missa na Sé. Ali, naquele mundo sem fim, de águas barrentas e cachoeiras bravias, o que existia já era o Brasil, contraditório e violento, dando largas ao seu anseio de crescimento (LINS, 1983).

No panorama cultural do sertão do Vale em finais do século XVIII, o vaqueiro despontava com destaque entre os tipos ocupacionais. Adiante, ele se transmutaria no jagunço. O catingueiro, plantador das áreas interiores, o brejeiro, das áreas alagadiças, o beiradeiro, remeiro, barqueiro e demais categorias ligadas à terra ou à vida nos rios da bacia hidrográfica substituíram o indígena no plano dos dominados. E os megafazendeiros, sucessores dos sesmeiros, constituíram o que Antônio Fernando Guerreiro de Freitas (1992) chamou de “corte sertaneja”.

A expansão pecuária vai receber novo alento no avançar do século XVIII, com a descoberta do ouro em Minas e o intenso fluxo de mercadoria que essa nova frente colonial de exploração deflagra. E a margem esquerda do Vale, onde hoje está o Oeste, vai ganhar maior projeção, configurando o seu ciclo mais denso, responsável pelo seu primeiro matiz identitário. Logo, reforçado por outras atividades econômicas e maior grau de complexidade.

São João do Porto das Barreiras

No século XVIII, grandes fazendas e farta agricultura já existiam na margem esquerda do São Francisco. Muito tempo antes, os desbravadores haviam alcançado o tributário Rio Grande e seu último trecho navegável, onde havia uma barreira natural no rio impedindo a passagem de embarcações. Ali implantaram um porto com dois pontos de embarque e desembarque de barcas, batizado como São João, mais conhecido como Porto de São João das Barreiras, localizado em terras da Fazenda Malhada, nome que evidencia, no plano simbólico, a forte presença da pecuária na cultura local. Administrativamente pertencia ao município de Campo Largo, depois Angical, de onde se despreendeu a maioria dos municípios da região Oeste de hoje, com exceção de Santa Rita de Cássia. Através desse porto, os fazendeiros locais escoavam a produção agrícola: milho, feijão, arroz, rapadura, cachaça. Os barqueiros exerceram no Rio Grande papel vital para a colonização. No porto chegavam também as tropas de burro vindas de Goiás e do Piauí para intenso comércio. Servia para comprar o que vinha da capital da Bahia (querosene, ferramentas, remédios, vinho e tecidos) e vender o que os colonos produziam.

Pelos leitos dos rios e nos lombos dos burros naqueles tempos lentos, uma dinâmica economia movimentava a vida dos sertanejos e os conectava aos grandes centros consumidores. Pequenos, médios e grandes comerciantes integravam essa cadeia que ligava o litoral ao

interior. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas (1999) denominou, com propriedade, esse processo de “economia do catado”, que ganhou novo dinamismo com a descoberta do ouro em Minas Gerais e do diamante no Brasil Central. A corrida para as minas determinou o surgimento de vários núcleos populacionais em toda a extensão do Vale, constituídos em torno dos currais ao longo dos rios, que foram responsáveis pelo estabelecimento de um ativo mercado de gado e produtos vegetais da região, servindo, posteriormente, como pontos de escoamento de tais produtos para os grandes centros urbanos do Norte, Nordeste e Sul da colônia, localizados nas zonas costeiras. O São Francisco em geral se beneficiou desse surto.

A conexão com as minas levou Urbino Viana (1935) a sugerir que, se não fosse o gado da Bahia, especialmente da área ao longo do São Francisco, a mineração do ouro em Minas teria fracassado por falta de gêneros alimentícios: carne e farinha dos currais da Bahia salvaram os mineiros, afirma o autor.

Orville Derby citado por Pierson (1972) levantou hipótese ainda mais ousada. Para ele, caso a corte portuguesa não tivesse proibido terminantemente qualquer comunicação entre Salvador e as minas em 1701, o próprio comércio já em curso teria se centralizado em Salvador e não no Rio de Janeiro, como acabou acontecendo. E, para isso, não faltou determinação ao governador-geral Dom João de Lancastro que, no ano anterior, cumprindo sua obrigação, mandou duas expedições até a área de extração do ouro a fim de encontrar o caminho curto possível entre a Capital do Brasil e as minas. Derby arrisca: caso a corte não tivesse interferido, outra seria a história de Salvador, das minas e do Brasil.

O fato é que as ligações eram fortes e já vinham de antes. Para Euclides da Cunha (1970) o São Francisco

[...] se tornou o caminho predileto dos sertanistas visando sobretudo à escravização e ao descimento do gentio. Foi, nas altas cabeceiras, a sede essencial da agitação mineira; no curso inferior, o teatro das missões; e, na região média, a terra clássica do regime pastoril, único compatível com a situação econômica e social da colônia. Bateram-lhe por igual às margens o bandeirante, o jesuíta e o vaqueiro (CUNHA, 1970).

O papel desempenhado pelo rio ganhou maior relevo com as minas, quando se definem, segundo Caio Prado Júnior (1976), os novos padrões demográficos brasileiros, configurando o que hoje se chama Centro-Sul. Nesses três quartos do século XVIII, o rio foi uma grande via de força de trabalho, comida e comércio. Muitos, como João Ribeiro (1929), devem ter se fixado nisso quando chamaram o São Francisco de “rio da unidade nacional”, que ajudou a ligar a costa nordeste e o Sul, de modo que lugares tão amplamente separados puderam estar administrativa e politicamente unificados.

Esse papel viria depois a ser reforçado pela conexão hidro-ferroviária, quando, no final do século seguinte, o rio se ligou a Salvador por uma estrada de ferro. Um pouco antes, a partir

da década de 1860, a “gaiola” fez sair do sertão para Minas, e daí às terras roxas de São Paulo, uma legião de trabalhadores nordestinos que fugiam à opressão da seca e dos mandões locais, fazendo o movimento inverso dos bandeirantes, para colonizar São Paulo. O mais brilhante romancista da região, um humilde alfaiate de Santa Maria da Vitória, Osório Alves de Castro, escreveu sobre esse ciclo, publicando uma trilogia memorável usando o linguajar típico dos gerais: “Porto calendário, Maria fecha a porta pro boi não de pegar e Baiano Tietê” (CASTRO, 1990, o último dos livros teve a honra de tirar do ineditismo. Lavradores, beiradeiros, catingueiros e trabalhadores irrompem de suas páginas exultantes: “Ano que vem, São Paulo me tem”. A migração brasileira e a busca sazonal por trabalho suscitaram esse deslocamento e possibilitaram aos nordestinos colonizarem o Sul.

Quando o século XIX se anunciava, Barreiras não passava de um pequeno entreposto fluvial. É na condição de porto de “catados” que vai seguir até a segunda metade do século seguinte, quando um fato inusitado provocará uma reviravolta na sua história, colocando o antigo porto do Rio Grande no centro de um surto de desenvolvimento responsável pela elevação da localidade para a posição de povoado e, logo mais, de capital regional.

Na era do látex

Por mais incrível que possa parecer, foi o automóvel o grande responsável pelo que se pode chamar de primeiro momento de desenvolvimento urbano do Oeste, aliás, de muitas localidades do São Francisco, em que pese o fato de que automóvel, mesmo, ali era raro. O coronel Franklin Lins de Albuquerque, pai de Wilson Lins e comandante em armas das forças que expulsaram a Coluna Prestes pela fronteira brasileira com a Bolívia – senhor de dezenas de fazendas na região –, deve parte de sua fortuna a essa atividade, que tendo se iniciado por volta de 1870, garantiu emprego e lucro aos nordestinos durante um ciclo extenso, até por volta da década de 1920.

No porto de São João das Barreiras, a exploração do látex da mangabeira, espécie endêmica, determinou um intenso processo migratório, levando para a região milhares de trabalhadores. As embarcações se avolumavam no Rio Grande e as edificações se espalhavam na área próxima. Para produzir borracha destinada à exportação e à movimentação da moderna economia americana e europeia, o mundo rude do sertão explorava uma árvore nativa e aumentava com isso o movimento comercial que boiadeiros e barqueiros já tocavam no porto. Prospera nessa quadra o povoado de São João e fortalece ainda mais a sua condição de entroncamento das estradas de Goiás e Piauí. Em 1881, o antigo povoado já era uma freguesia em franca prosperidade e, dez anos depois, se tornou distrito de paz do município de Angical. No mesmo ano emancipou-se como vila, com território próprio, conselho municipal e fórum. Finalmente, em 1902, Barreiras foi guindada à condição de cidade quando já possuía 2.500 habitantes em sua sede e mais de 600 residências na área urbana. Não era grande coisa se levada em consideração a hierarquia das grandes cidades da Bahia à época, ou mesmo a ocupação mais densa do Vale, que tinha cidades de projeção como Barra, Juazeiro e, do

lado pernambucano, Petrolina. Mas era um início promissor no quadro do Oeste fracamente povoado, com uma rala densidade demográfica e uma imensidão territorial (dez, 20 vezes maior que o Recôncavo Baiano).

Sem dúvida, a irrupção, na Chapada Diamantina, de novo surto mineral no país, a partir de 1845, contribuiu também para a dinamização da economia sanfranciscana. A exploração do diamante em vários municípios baianos, como Lençóis, Andaraí e Mucugê, constituiu, de repente, um grande mercado consumidor no centro da província, deslocando milhares de pessoas entusiasmadas com a possibilidade da fortuna. Durante quase 30 anos, a garimpagem nas lavras abriu uma nova alternativa de acumulação na Bahia, com consequências positivas para o comércio e a agricultura. A “economia do catado” ganhou, com as lavras diamantinas, novo alento, logo desfeito quando retrocedeu à economia de enclave.

Uma pecuária extensiva forte, o excedente gerado pela extração do látex e um comércio regional intenso formaram, na região, uma elite poderosa que, na historiografia regional, se transmuta na categoria ideológica de “famílias tradicionais, que vão exercer importante missão na condução dos negócios, da administração pública e da política. Esses núcleos de poder familiar estruturados após séculos de história incluem cariocas, mineiros, pernambucanos, baianos da região e da Chapada, enfim, têm diferentes procedências étnicas, mas se formam sob o caldo da cultura local, da dedicação à cidade, do amor ao torrão e do escancarado bairrismo.

Alguns desses clãs merecem destaque pelo que representaram no plano econômico, político e social. Os Vieira de Melo, naturais de Campo Largo, progrediram vendendo rapadura e cachaça e se projetaram formando os filhos na capital. Um deles, Antonio Vieira de Melo, diplomou-se em Direito e foi diretor do Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Outro, Arnaldo, seguiu a carreira diplomática e foi embaixador do Brasil em vários países. Almiro, formado em Medicina, retornou a Barreiras e tomou gosto pela política, tendo sido, por duas vezes, prefeito da cidade. Tarcilo, advogado, foi deputado federal e líder do governo na época de Juscelino Kubitschek.

Outro desses potentados regionais foi o clã dos Balbino Carvalho. Essa família saiu de Barra e chegou a Barreiras no final do século XIX. A matriarca, Feliciano Carvalho, enriqueceu colocando os filhos no trabalho das barcas, transportando produtos agrícolas como “borracha” e carne seca para comercialização no porto de Juazeiro. De onde traziam produtos industrializados. Ricos e poderosos ganharam enorme prestígio local e nacional. O coronel Egmídio Balbino foi prefeito de Barreiras e grande entusiasta da urbanização da cidade. Seu irmão, Antônio Balbino de Carvalho, fazendeiro, capitalista, foi um empreendedor, deixando uma fortuna considerável para seus dois filhos. Um deles, Antonio Balbino de Carvalho Filho, estudou Direito no Rio de Janeiro e Economia na Sorbone, mas tinha a política no sangue. Foi deputado, de 1937 a 1947, ministro da Educação e Saúde no governo Vargas, ministro dos Negócios, Indústria e Comércio de Jango Goulart, senador e governador da Bahia (1955-1959). Dois feitos de destaque do seu governo: a criação da Comissão de Planejamento Econômico (CPE), agência estatal que ganharia a sociedade baiana para a ideia do planejamento, vital na superação da economia

agoexportadora; e a construção do Teatro Castro Alves, que, infelizmente, incendiou antes de ser inaugurado. Ao morrer, em 1992, Balbino legou para os herdeiros imensos latifúndios, passados quase como morgadios coloniais. Uma dessas propriedades, com milhares de hectares, foi escolhida em Barreiras, pelo governo Waldir Pires, como modelo para a reforma agrária na Bahia, bem conduzida pelo primeiro secretário da pasta, o escritor e político Euclides Neto. Era propriedade do deputado Nei Ferreira, genro de Balbino e dono de mandato sempre renovado à custa da ingenuidade do eleitorado e de suas carências. Eu estive nesse assentamento como repórter, no final dos anos 1980 e fiquei impressionado com a enormidade da propriedade onde já estavam centenas de famílias de posseiros).

De volta ao tema, o influxo da dinâmica suscitada pelas lavras, pela exploração do látex e pelo comércio garantiram o primeiro instante de fulgor regional, destacando a região no mapa geoeconômico do estado que acabava de nascer com a República.

É sob o signo desse processo constitutivo que Barreiras vai liderar – nas duas primeiras décadas do século XX – um surto modernizador na região, um capítulo luminescente na história do Vale, embalado pelo progresso técnico e o grande contentamento trazido pela luz elétrica. Um feito de significado muito amplo, pois a Bahia havia acabado de ganhar a sua primeira usina geradora de energia hidroelétrica, de hulha-branca, como se dizia, em substituição ao carvão de pedra importado que alimentava os lampiões nas vias públicas, residências e repartições. Menina dos olhos do Governo Seabra a Usina de Bananeiras, no Recôncavo Baiano, entre as cidades de Muritiba e Cachoeira, começou a ser construída em 1906, mas a Primeira Grande Guerra atrasou enormemente sua inauguração, que só veio a acontecer na década de 1920.

Luz e progresso

O século XX chegou para a região do Oeste como uma quadra promissora, de crescimento e progresso. Ela já era notável desde o final do século XIX, tanto na cidade quanto na área rural. Alguns proprietários, como Severiano Ângelo da Silva, destacaram-se pela ação modernizante. Na Fazenda Limoeiro, situada alguns quilômetros acima da cidade, ele construiu seu próprio porto que passou a ter uso generalizado, constando inclusive dos mapas da época. Esteve à frente de várias iniciativas inovadoras no campo produtivo e se orgulhava de ter implantado a primeira usina beneficiadora de arroz e algodão da região, usando a força da água para movimentar as máquinas, uma vez que não havia energia elétrica disponível. Além da roda d'água na usina de descarçamento, Severiano introduziu no Oeste o gado zebu.

Mas o condutor, a figura de primeiro plano de toda essa onda de mudanças que vieram do final do século XIX e se avolumaram no início do século XX, foi Geraldo Rocha. Sua família procedia de Barra e sempre esteve ligada aos negócios e à política local. Rocha se formou em Engenharia, em Salvador e implantou a energia elétrica em Barreiras em 1919, a partir da queima da madeira do uso do vapor d'água. Essa primeira revolução técnica despertou o empresariado local para os ganhos com usinas de beneficiamento do algodão, arroz e milho.

No ano seguinte, Geraldo Rocha, em sociedade com seu irmão Francisco e Antônio Balbino de Carvalho, constituiu uma empresa, a Sertaneja Agropastoril, para tocar o projeto de uma hidroelétrica. Após a construção de um canal, a usina foi finalmente inaugurada em 1928, iluminando as noites da cidade e dando grande impulso à economia, que assistiu à modernização da agricultura, à implantação de um matadouro-frigorífico e até de uma fábrica têxtil. Era a segunda hidroelétrica baiana, o que aumentava ainda mais o orgulho e o contentamento dos habitantes da região. Ademais, o simbolismo da luz, o efeito mágico que produzia sobre a população, acostumada a andar às escuras, causou um forte impacto nas pessoas diante dos resultados concretos do progresso.

A melhoria das condições gerais da cidade atraiu à região muita gente seduzida pela possibilidade de uma vida melhor. Profissionais liberais, médicos, dentistas, farmacêuticos, gente do comércio, professores encontravam ali oportunidade de trabalho, e a cidade passou a funcionar como uma espécie de polo regional de serviços.

É nesse compasso de crescimento que a cidade recebe a notícia da construção de um aeroporto, em pleno governo Vargas. Sua posição geográfica estratégica, no coração do Brasil, com certeza levou o Estado Novo a esta opção. A necessidade de estimular a aviação e aumentar a segurança dos voos fazia de Barreiras o local ideal para uma base de abastecimento. As obras do aeroporto, que começaram em 1937, se consumaram em plena guerra, quando os americanos passaram a usar suas instalações para as suas operações na Segunda Guerra Mundial.

Na memória local, esse ciclo de progresso regional se interrompeu na década de 1960, quando, ao mesmo tempo, o governo federal esvaziou a navegação e desativou o aeroporto, passando o controle do tráfego aéreo para o aeroporto de Brasília. Em termos econômicos, o maior desastre adveio, no entanto, da interrupção do fornecimento de energia, comprometido com a nova administração realizada pelo poder público, que decidiu encampar a hidroelétrica, levando-a ao fechamento completo dois anos depois. Seus efeitos gerais foram nefastos para a vida de Barreiras. Resulta desse momento infeliz (1964-1970) um período curto de lassidão, que será definitivamente encerrado na década de 1970, quando uma reviravolta, uma revolução agrícola, sacode todo o Oeste. Ela começa com o pequeno grão da soja, mudando completamente a paisagem, os costumes, a cultura, a vida dos que aí estavam e dos que “descobrem” Mimoso, São Desidério, Angical, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, enfim, o cerrado baiano, que se abre para a fronteira agrícola do país, atraindo capital, trabalho e a atenção dos estudiosos e acadêmicos.

Uma sensível memorialista local, Lelia Rocha (1996), rememorando o bucolismo de seu tempo, refere-se a Barreiras como “pequena urbe, polo de uma região longínqua e isolada, contida da exaltação”. Descreve proustianamente a típica sociedade rural onde nasceu na segunda metade do século XX, sociedade católica e tradicional, que passou a mandar seus filhos com alguma posse para estudar em Brasília:

Em 1941, financiado pelos americanos, ganhamos o maior campo de aviação nacional, como auxílio no transporte de tropas e merca-

dorias, no apoio às operações da guerra mundial. Era uma rosa dos ventos, com oito pistas, no nosso planalto particular, cujo acesso dependia de uma estrada romântica, meandrosa, descortinando a cada quilômetro, maravilhoso cenário, envolvendo o Rio Grande e suas verdes matas marginais. Formações rochosas singulares silenciavam os visitantes pela excentricidade de suas formas. Uma ida ao aeroporto era uma aventura gostosa para seus habitantes carentes de lazer público (ROCHA, 1996).

Mas a

[...] meninada satisfazia-se com banhos no Rego; a colheita do “caju”, às margens do rio de Ondas; a fuga para “banhar” no rio Grande, um ramallete de flores cintilantes, quando fustigado pelos raios solares, em eterno movimento. No cais, as “gaiolas” e as barcas ornadas com suas carrancas sombrias faziam a festa da população com seus silvos longos e alegres. Mas, o toque da despedida aguda e melancólica induzia às emoções incontidas, transformadas em lágrima pela separação de parentes, amigos e amores, para os mistérios da ausência (ROCHA, 1996).

Na sua evocação dos tempos idos, a autora chama a atenção para esse mundo em que viveu, “típica sociedade rural que fofocava nas calçadas de suas casas, enquanto observava a meninada brincando de cirandinha, chicotinho queimado, camaleão, cabra cega, giribita nos areões das ruas descuidadas” (ROCHA, 1996).

Eventos tradicionais, profanos, folclóricos e religiosos são lembrados no texto que se detém, especialmente no Nazaro, típica festa irônica local que encerra simbolicamente os arroubos da materialidade do Carnaval.

Nesse extremo-oeste, e não só em Barreiras, mas também em Angical, Nelson de Araújo (1996) assim viu o Nazaro, singular costume da noite de Quarta-feira de Cinzas: “Trata-se de uma sátira a quem se excedeu no Carnaval, pois de tais excessos morreu o Nazaro, supostamente levado à sepultura pela noite da Quarta-feira de Cinzas. Este é o motivo por que os amigos não permitem que seja visto no estado em que ficou. A punição para os que desobedecem é serem eles próprios, ou suas casas de portas e janelas abertas, maculados pelo pó do café, a farinha de trigo e quejandos que lhes atiram”. Em 1991, Nelson de Araújo (1996) ainda assistiu a manifestação, moderada, “para não incorrer nos excessos que critica”. Com alguma variação, o Nazaro se firmou como típica manifestação do folclore regional.

Festa do Divino, terno de reis, bumba-meu-boi e reisados, entre outras manifestações culturais, foram verificados pela pesquisa de Nelson de Araújo (1996), numa “Barreiras que vem atraindo emigrantes de muitos estados, sobretudo do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Ceará e Pernambuco”. Que tendo, à época, pouco mais de 40 mil habitantes, via também chegarem os japoneses.

Os gaúchos e os paranaenses convergiram para a vila de Mimoso do Oeste, numa proporção mais ou menos idêntica de 45% para cada agrupamento. Os gaúchos tentaram criar um dos seus Centros de Tradições Gaúchas, que não foi avante. Hoje há uma mais ampla associação de moradores da populosa vila, em que se acham envolvidos. Na convivência familiar, preservam os seus costumes, inclusive as danças típicas. Mas não são uma colônia exclusivista. Cultivam o que é seu e estão interessados no que é baiano. (ARAÚJO, 1996)

Um novo momento se anunciava no cerrado brasileiro. Um novo capítulo na história do Sertão da Bahia, tendo o Oeste como cenário privilegiado.

O NOVO MUNDO DO CERRADO

Desde 1970, a expansão da fronteira agrícola baiana para a região dos cerrados vem atraindo, para vários municípios, brasileiros de muitos lugares: gaúchos, mineiros, paulistas, paranaenses. E não só brasileiros: para a região acorrem também agricultores de outros países que encontraram no Oeste excelentes condições de prosperidade. Gente de toda parte, portanto, que encontra no agronegócio oportunidade excepcional de crescimento. No imenso vazio demográfico regional, velhas cidades e cidades novas integram-se à agricultura mecanizada, vivenciando uma experiência cultural inovadora e integrativa. Inovadora porque representa a tão decantada penetração do capitalismo no campo. Integrativa, pois uniformiza o Oeste no quadro agrícola desenvolvido do país que abre, desde algum tempo, um intenso processo de mudança social, instituindo o meio técnico no mundo rural. Isso cria, portanto, uma nova mentalidade entre os produtores, responsável pela nova cultura caipira ou sertaneja que, além de sua lógica material, tem seu estilo nas preferências estéticas que vão da moda à música, do tipo de automóvel aos hábitos culinários, dos erres puxados das palavras ao modo de vida rural-urbano que nasce com o agronegócio.

Tudo isso advém do contato entre o que preexistia e o que se coloca como novidade. Mas, no Oeste, a chegada do avião no terreiro da fazenda não sufocou o Nazaro local, nem a mecanização agrícola fez desaparecer o folguedo rural, como o bumba-meu-boi. Evidentemente, o progresso inovou na forma de preparação dos alimentos, massificou o churrasco gaúcho, que deixou de ser comida de gente de fora e passou a ser servido ao lado da carne do sol, do torresmo e da jacuba. Interferindo na vida, no vocabulário e nos hábitos locais, os que chegavam mudaram, principalmente, a paisagem humana e ambiental da região. Se algum lugar na Bahia viveu, nas últimas três, quatro décadas, um processo de mudança que não pode, de forma alguma, ser reduzido à condição de mero crescimento econômico, esse lugar foi o Oeste baiano.

Ali não aconteceu apenas o que Milton Santos Filho chamou muito criativamente de passagem dos “tempos lentos” do universo tradicional para os “tempos rápidos” do mundo moderno. O que houve foi algo ainda mais denso e significativo. Quantitativa e qualitativamente falando.

Esse novo povoamento, o desbravamento e a exploração regional representam a colonização efetiva da área, incorporando terras improdutivas, transferindo população, introduzindo tecnologias avançadas, acumulando capital e modernizando a vida da região. Tudo em meio ao intenso contato interétnico, num típico e veloz processo de expansão agrícola. Vários estudos oficiais e acadêmicos que analisam a incorporação dessa antiga “área de reserva” chamam a atenção para a diversidade de modelos aí existente. Se olharmos, por exemplo, o conjunto diversificado que inclui Angical, Baianópolis, Barreiras, Canópolis, Catolândia, Correntina, Cotegipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão dos Neves, Santa Matia da Vitória, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley, o que vamos ver não será algo uniforme. Ao contrário: aí convivem o que poderia se chamar de agricultura tradicional com a agricultura moderna; a policultura camponesa de subsistência e o agronegócio de exportação. Mas é a empresa rural que comanda o processo.

A ocupação desse espaço tão vasto quanto heterogêneo tem se dado pela diversificação das atividades econômicas. Tendo começado com a soja, o agronegócio hoje envolve, num modelo diferenciado, o milho, o arroz, o feijão, a fruticultura, a cotonicultura, a avicultura e a pecuária moderna, atividades que vêm transformando agricultores familiares em empresários modernos. Aliás, essa é a principal resultante sociocultural desse processo. Não importa a naturalidade, os que chegam ali, quase sempre, têm uma origem pequeno-burguesa. Incentivos governamentais, custo da terra e excepcionais condições de mercado asseguram a rápida transição social, sublinhando a ascensão desses “novos baianos” emigrados que jamais encontraram oportunidades semelhantes em suas cidades de origem.

Fazem, à sua maneira, o mesmo que os bandeirantes fizeram à sua época, obviamente com novos padrões de civilidade e objetivos distintos.

Alguns dados quantitativos servem para fixar o tamanho e a profundidade dessas mudanças advindas nas últimas décadas.

O caso de Barreiras é um exemplo. Sua população, que era de pouco mais de 40 mil pessoas na década de 1980 – em grande parte atraída pela expansão da fronteira – pulou para quase 140 mil, de acordo com o último Censo do IBGE de 2010. Foi um crescimento de 531%. Cerca de três milhões de toneladas de grãos resultam da atividade agrícola local, toda ela mecanizada e que viu crescer o número de pivôs para irrigação de 376 em 1993 para quase o dobro em 2001, beneficiando mais de 60 mil hectares. Essa paisagem, inimaginável há algum tempo, é hoje cartão postal da região que, fotografada do alto, mostra as belas mandalas vivas proporcionadas pela uniformidade dos plantios e as figuras geométricas bem delineadas dos canteiros agrícolas que encantam a quantos chegam de avião à área.

O surto renovador aí foi de tal intensidade que algumas localidades, de repente, viraram cidades. É o caso de Mimoso do Oeste, nascida como um pequeno posto de abastecimento explorado por gaúchos e logo transformada num dinâmico polo produtivo, administrado por gaúchos e paranaenses. Sua identidade étnica, oriunda da condição de um enclave sulista no sertão,

estimulou várias iniciativas separatistas – sempre cara aos gaúchos – que, afinal, aconteceu em 2000, com a criação do município de Luís Eduardo Magalhães. Essa nova realidade é um exemplo da mudança qualitativa nos padrões locais de crescimento e a introdução de um novo elemento cultural a enriquecer o processo de mudança social em curso.

Aqui abro um parêntese para destacar o espanto de um amigo que visitou, recentemente, a região, com o intuito de divulgar implementos agrícolas. Conheceu um norte-americano de pouca escolaridade que junto à sua família toca uma grande propriedade mecanizada, para onde vai todos os dias e de onde retorna para sua residência, em Barreiras. Quase um *fármer* – como, aliás, se antecipou Baiardi (2004) – nos sertões brasileiros. A globalização do cerrado, que já se dava pelo lado da destinação do produto, efetivou-se, portanto, também do lado da produção, com a incorporação da força de trabalho e de agentes produtivos de fora.

Tamanha mistura deve deixar atônitos os puristas da identidade cultural. Tal diversidade, no entanto, com mais ou menos intensidade, sempre marcou a colonização local. As várias etnias indígenas locais deviam olhar o europeu da mesma forma como os baianos assistiram à chegada de habitantes de outros estados e depois de outros países. Todos, afinal, se abaianaram à medida que as condições e as necessidades sociais estabeleciam códigos de entendimento e trocas simbólicas e materiais.

Certamente esse é um momento denso da vida local, com a substituição de antigas estruturas e a construção de uma nova forma de exploração material baseada na aplicação de muita tecnologia e pesquisa científica. Sem pesquisa científica, aliás, não existiria o Oeste tal como ele é hoje. Foi o trabalho de melhoramento genético da soja feito pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que transformou os chapadões e fez surgir um programa de desenvolvimento induzido, previamente fixado. Esse, também, é um novo componente da cultura local. O meio técnico assim exige. Isso explica a difusão do ensino universitário, a universalização do ensino básico e a qualificação permanente da mão de obra que já não pode ser mais a do simples trabalhador manual do campo.

Outro dado novo nesse velho mundo do cerrado é a urbanização das cidades, ou a mudança da dinâmica espacial entre cidade e campo. A circulação de riquezas e a necessidade de infraestrutura e moradia pressionaram a bucólica vida das provincianas cidades regionais, e a renda circulante garantiu uma demanda inusitada para o comércio e os serviços, que diversificaram o perfil da ocupação e da mão de obra urbana – antes quase toda dependente de empregos públicos – e trouxeram consigo hábitos modernos, lazer diferenciado e novas oportunidades para a população.

Em síntese, o Oeste é o espaço pioneiro da modernização da agricultura baiana, cuja nova identidade nasce de uma multiplicidade de tipos (não se podem esquecer os camponeses ou pequenos agricultores e a agricultura familiar, da diversidade de elementos, do conjunto diferenciado de valores, dessa nova conformação rural-urbana, da integração econômica e da imposição do meio técnico). Tudo puxado pela pressão do agronegócio que, com sua força

centrífuga, aproxima a agricultura da indústria, o campo da cidade, a vida caipira do espaço metropolitano, o sertão do mundo.

O sintagma Além São Francisco hoje não significa rigorosamente nada na região dos cerrados. A vertigem do desenvolvimento pôs no esquecimento essa fase pretérita da história regional. A conexão com o mercado e a ligação física e simbólica com o país ganharam novo impulso. O que a “gaiola” significou como elemento de dinamismo no transporte de mercadorias e pessoas na segunda metade do século XIX na região, aproximando distâncias e aumentando a integração intrarregional e inter-regional, a Ferrovia Oeste-Leste fará agora, de forma mais rápida e eficiente. Com mais de 1500 quilômetros de extensão e gastos superiores a R\$ 7 bilhões, ela vai ligar Barreiras a Ilhéus, formando um corredor de transporte e dinamizando as economias contempladas. Uma das mais importantes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, a ferrovia vai aumentar a competitividade do agronegócio e estimular novos polos agroindustriais e de exploração de minérios.

O novo mundo do sertão sanfranciscano sinaliza um decisivo processo de descentralização da economia baiana e um novo tempo na formação sociocultural desse imenso território do estado. Desconsideradas as fronteiras burocráticas e administrativas, nesse espaço encontram-se 35 municípios, numa área de quase 200 mil km², onde vivem mais de um milhão de pessoas. Servido por três rodovias, com boa malha hidroviária, aeroporto e, num futuro próximo, por uma ferrovia moderna, o Oeste, localizado a poucas horas da Capital do Brasil, vizinho de vários estados brasileiros, é o contraponto mais expressivo da nova economia rural ao velho modelo de ocupação produtiva herdado do Brasil Colônia. Sua emergência é sinal de novos padrões de integração da sofisticada cadeia produtiva do agronegócio e de renovação cultural e econômica numa região da Bahia cujo ritmo de crescimento sempre foi muito lento e tradicional. É como se um novo Brasil estivesse surgindo, com uma economia diferente, uma gente nova e um grande futuro pela frente. Tudo ainda se formando para poder ser definido com precisão. Com imenso potencial, mas riscos também. Não se pode esquecer que grandes cultivos mecanizados estão sempre associados ao uso intensivo de agrotóxicos e estes tornam as águas subterrâneas cada vez mais impróprias para o consumo humano. Além disso, nesse tipo de lavoura há sempre o perigo da desertificação ecológica, isto é, exaustão do solo para finalidades agrícolas. Tudo, portanto, nesse mundo em formação está constituindo-se nos seus elementos marcantes, que logo poderão ser percebidos com mais clareza e objetividade. O fato é que, no Oeste mecanizado, há muito do Além São Francisco índio, negro e europeu. E, além desse contexto étnico, o convívio da agricultura camponesa ou familiar com a empresa rural revela no campo a emergência de um Brasil novo, marcado por continuidades e mudanças. Na Bahia acontece, de forma concentrada e pela primeira vez, uma experiência de colonização inusitada, que, ao invés de forçar a saída do retirante, cortejo trágico de migração a sangrar a frágil economia nordestina, inverte a lógica dominante: atrai colonos sulistas (e estrangeiros) para seu espaço sociocultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1935.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira agrícola brasileira. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 2, p. 40-68, 2005.
- ARAÚJO, Nelson de. *Pequenos mundos: um panorama da cultura popular da Bahia*. Salvador: UFBA; Casa de Jorge Amado, 1996. t. 3.
- BAIARDI, Amílcar. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar: de colonos a neo-farmers. *Bahia Análise & Dados: agro baiano*, Salvador, v. 13, n. 4, p. 951-967, mar. 2004.
- BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste baiano: a constituição do "Além São Francisco" (1827-1985). *Geotextos*, Salvador, v. 6, n. 1, 2010.
- CALDERON, Valentin. Notícia preliminar sobre as sequencias arqueológicas do Médio São Francisco e da Chapada Diamantina. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Pronapa. Belém: Museu Emílio Goeldi, p. 107-120, II. 1966.
- CALMON, Pedro. *História da Casa da Torre*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- CARVALHO, José Jorge de (Org.). *O quilombo do Rio das Rãs: história, tradições, lutas*. Salvador: Edufba, 1995.
- CASTRO, Iná Elias et al. *Gaúchos e baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CASTRO, Osório Alves de. *Baiano Tietê*. Salvador EGBA, 1990.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, 1970. (Edições de Ouro).
- CUNHA, Gabriel Soares da. Tratado Descritivo do Brasil, em 1587. São Paulo: Nacional, 1971.
- DÓREA, Hildete da Costa. Localização das aldeias e contingente demográfico das populações indígenas da Bahia entre 1850 e 1882. *Cultura: o índio na Bahia*, Salvador, v. 1, n. 1, 1988.
- DORIA, Siglia Zambrotti. A luta pela terra: os remanescentes de quilombo do Rio das Rãs. *Boletim Informativo NUER*, Florianópolis, v. 1, n. 1, 1996.
- ETCHVARNE, Carlos Alberto. *Escrito na Pedra*. Rio de Janeiro: Versal, 2006.
- FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. "Eu vou pra Bahia": a construção da regionalidade contemporânea, *Bahia Análise & Dados: leituras da Bahia I*, Salvador, v. 9, n. 4, p. 24-37, mar. 2000.
- _____. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural, I e II. *Caderno do Ceas*, Salvador, n. 181/182, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- HOHENTHAL, W. D. As tribos indígenas do Médio e Baixo São Francisco. *Revista do Museu Paulista*, nova série, v. 12, 1960.
- LINS, Wilson. *O Médio São Francisco: uma sociedade de pastores e guerreiros*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1983.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil Colonial*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1935.
- MENEZES, Clóvis Caribé. *Impactos da modernização da agricultura no Oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80*. Salvador: UFBA, 2000.
- MOURA, Clovis. *Os quilombos e a rebelião negra*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.
- OTT, Carlos. *Vestígios da Cultura Indígena no sertão da Bahia*. Salvador: Publicação do Museu da Bahia, 1945. Número 5.
- _____. A distribuição tribal e geográfica dos índios baianos. *Cultura: o índio na Bahia*, Salvador, v. 1, n. 1, 1988.
- PIERSON, Donald. *O Homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco - Suvale, 1972. t. 1.
- PINTO, Suely. *Simplemente Barreiras*. Salvador: Edição do autor, 1989.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER. Salvador: CAR, 1985.
- PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL - PDRS: Oeste da Bahia. Salvador: CAR, 1997.
- PROUS, André. A Arte do Brasil na Pré-História. *Revista Ciência Hoje*, São Paulo, 1983, v. 2, n. 7, p. 10-17.
- PROUS, Andre Prous. A arqueologia brasileira. Brasília, Editora UNB, 1992.
- REGNI, Vittorino. *Frei Martinho de Nantes: apóstolo dos índios Cariris e fundador do convento da Piedade, 1683-1983*. Salvador: UFBA, 1983.
- RIBEIRO, João. A história do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.
- RISÉRIO, Antonio; FALCÓN, Gustavo. *Bahia de todos os cantos*. Salvador: [s.n.], 2002.
- ROCHA, Lélia. *Dicionário de barreirês*. Barreiras: Edição do Autor, 1996.
- SAMPAIO, Theodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. 2. ed. Salvador: Progresso, 1955.
- SANIT-HILAIRE, Augusto de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província Goyaz*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. T.1.
- SANTOS FILHO, Milton. *O processo de urbanização do Oeste baiano*. Recife: Sudene, 1989.
- SEGURA, Turíbio Vilanova. Bom Jesus da Lapa. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1943.
- SPIX; MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro, 1938. 2v.
- TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Tipografia Ideal, 1924. t. 1.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10. ed. Salvador: Edufba, 2001.
- VIANA, Urbino. *Bandeirantes e Sertanistas*. São Paulo: Nacional, 1935.
- <http://www.historiadebarreiras.com>